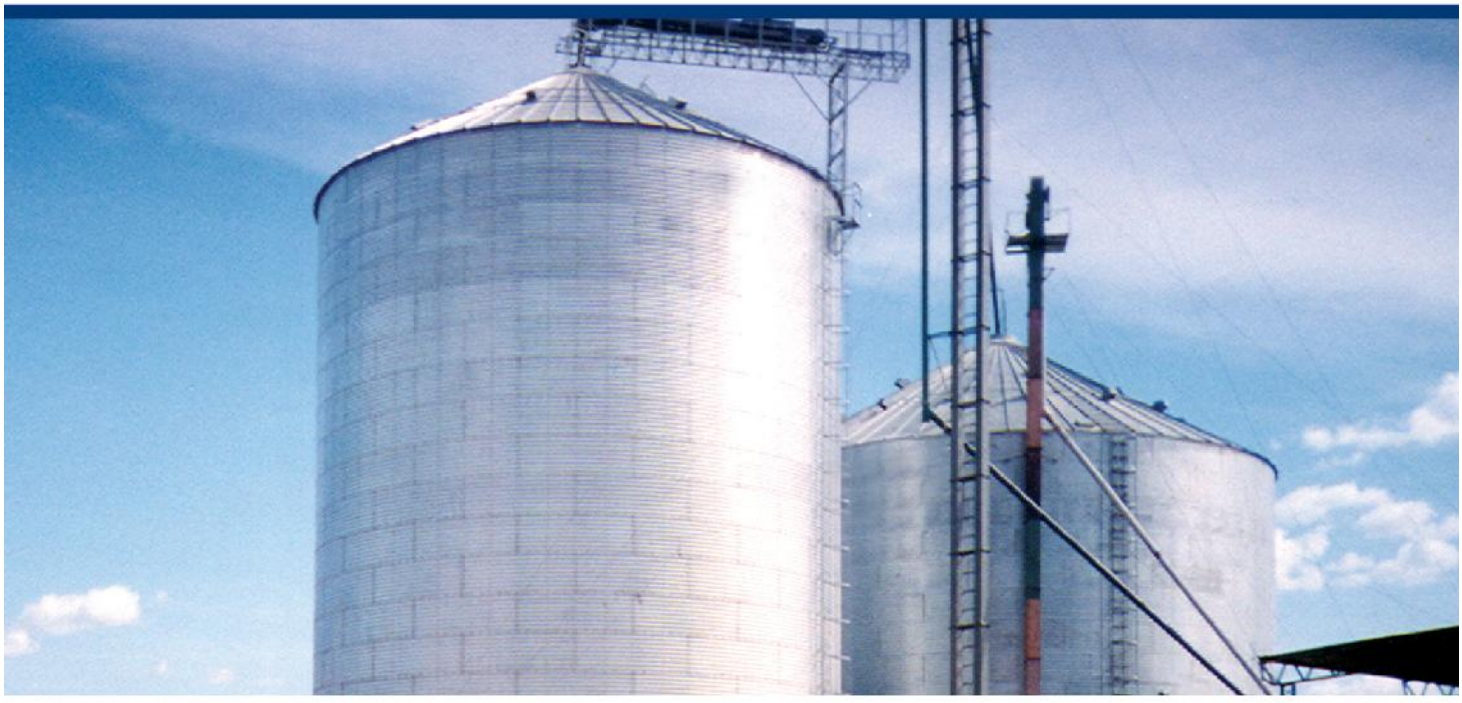
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab

Relatório de Gestão

do Exercício de 2011

Matriz



Brasília, 2012

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
JOSÉ ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD
JOSÉ CARLOS VAZ
Presidente

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
EDILSON GUIMARÃES
JOSÉ GERARDO FONTELLES
CARLOS CARBONI
Membros

CONSELHO FISCAL – CONFIS
FRANCISCO WAYNE MOREIRA
GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO
RENATA LIMA DE CARVALHO
Membros

Diretoria Colegiada
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor Administrativo

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Financeiro

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

Superintendência de Orçamento e Avaliação
RAFAEL FERREIRA FONTES
Superintendente

HAMILTON QUINTINO FERREIRA
Assistente

MÁRCIA TEIXEIRA DA SILVA
Gerência de Avaliação de Resultados - Geare

EDMAR JOSÉ TOSTA
JOSÉ PEREIRA ROCHA
JORACY MENDES LIMA DOS REIS
MÁRCIA TEIXEIRA DA SILVA
MARIA DE LOURDES MARINO
Elaboração

Betti Isabel Borgmann
Apoio-Capa
supor@conab.gov.br
Fones: (061) 3312-6286 / 6272 / 6257
Fax (061) 3225-0451

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108, de 24 de novembro de 2010, da Portaria TCU n.º 123, de 12 de maio de 2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Brasília, maio / 2012

Sumário

Lista de Siglas....6
Lista de Quadros e Figuras....11
Apresentação....17
1 – Informações Básicas....19
1.1 – Informações Gerais sobre a UJ....19
1.1.1. - Identificação da Unidade Jurisdicionada....19
1.1.2 – Auditoria Independente....21
1.1.3 – Estrutura Organizacional....22
1.1.4 – Estrutura de Governança Corporativa....24
1.1.5 – Principais Responsáveis....24
1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos....26
1.2.1 – Planejamento Estratégico....26
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos....28
a) – Macroprocesso de Sustentação da Renda....28
b) – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento....29
c) – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento....30
d) – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros....31
e) – Macroprocesso de Prestação de Serviços....31
f) – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos....32
g) – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos....32
1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos....33
2 – Análise Geral do Ambiente de Gestão e de Negócios....33
2.2 – Análise do Ambiente de Negócios....36
2.2.1 – Demanda por Serviços....36
2.2.2 – Principais Clientes dos Leilões Públicos....38
a) Leilões de Venda dos Estoques Públicos....38
b) Leilões de Venda de Milho com Subvenção....40
c) Leilões de PEP....40
d) Leilões de PEPRO....41
e) Leilões de Compra....42
3 – Sustentação de Renda....43
3.1 - Instrumentos para Sustentação de Renda....43
3.1.1 – Demanda por Intervenções em 2011....44
a) Arroz....44
b) Feijão....45
c) Trigo....46
e) Sisal....47
3.2.1 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA....49
a) Abrangência de Atuação do PAA....50
b) Recursos Aplicados....51
c) Aquisição de Produtos....55
d) Territórios da Cidadania....60
e) Plano Brasil sem Miséria....60
3.2.2 – Aquisições do Governo Federal-AGF....61
a) Aquisição do Governo Federal-AGF....61
b) Contrato de Opção de Venda....62
3.2.3 – Subvenções do Governo Federal....63
a) Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar....63
b) Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas....64
3.2.4 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção....64
3.3 – Principais indicadores de desempenho....64
4 – Promoção do Abastecimento....65

4.1 - Atuação da Companhia....65
4.2 - Ações desenvolvidas....66
4.2.1 - Alienação dos Estoques da PGPM....66
a) Vendas em Leilões Públicos....66
b) Vendas em Leilão Público, com Subvenção....68
c) Vendas em Balcão....69
d) Comercialização por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap....72
4.2.2 Apoio à Comercialização com Subvenção....73
a) Prêmio de Escoamento de Produto-PEP....73
b) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO....74
4.2.3 - Doação de Produtos Alimentícios....75
a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS....75
b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI....78
c) Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM....79
d) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social....79
e) Ajuda Humanitária Internacional....81
4.3 – Principais Indicadores de Desempenho....83
5 – Articulação e Organização do Abastecimento....86
5.1 – Programas em Desenvolvimento....86
5.1.1 - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro....86
5.1.2 – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP....88
5.2 – Principais Indicadores de Desempenho....90
6 – Prestação de Serviços....91
6.1 – Serviços de Armazenagem a Terceiros....91
a) - Estoques de Terceiros....91
b) – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros....92
c) – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem....93
6.2 – Serviços de Leilões de Terceiros....93
6.3 – Serviços de Classificação de Produtos de Terceiros....94
6.4 – Principais Indicadores de Desempenho....94
7 – Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação....95
7.1 – Armazenagem....95
7.1.1 - Rede Armazenadora Própria....95
7.1.2 - Estoques Públicos Depositados nas Unidades Próprias....97
7.1.3 - Estoques Públicos Depositados nas Unidades de Terceiros....98
7.1.4 - Cadastramento de Unidades Armazenadoras....99
7.2 - Fiscalização....105
a) Fiscalização dos Estoques Públicos....105
b) – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda....108
7.2.1 – Cobranças por Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos....108
7.3 - Movimentação de Estoques....108
a) Remoção de Produtos Vinculados à PGPM....112
b) Remoção de Produtos da Defesa Civil....116
c) Remoção de Produtos do MDA....117
d) Remoção de Produtos do MPA....117
e) Remoção de Produtos do MDS....117
7.3.1 – Descredenciamento de Armazéns....119
7.4 – Principais Indicadores de Desempenho....119
8 – Gestão Tecnológica....123
8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação....123
8.1.1 – Planejamento da Área....124
8.1.2 – Perfil dos Recursos Humanos Envolvidos....125
8.1.3 – Segurança da Informação....126
a) - Segurança Lógica....126

b) - Segurança Física....127
8.1.4 – Desenvolvimento e produção de sistemas....127
8.1.5 – Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI....130
8.1.6 – Conclusão....131
9 – Gestão Estratégica....132
10 – Geração e Difusão de Informações....133
10.1 – Levantamento de Safras....133
a) Levantamento da Safra de Grãos....133
b) Levantamento da Safra Brasileira de Café....135
c) Levantamento da Safra Brasileira de Cana de açúcar....136
d) Estimativa da Safra Agrícola de Laranja....137
e) Levantamento de Safra das Culturas do Dendê e Pinhão Manso....137
e.1) Dendê....138
e.2) Pinhão Manso....138
10.2 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos....138
10.3 – GEOSAFRAS....139
10.4 – SIGABRASIL....139
11 – Gestão de Pessoas....141
11.1 – Alocação de Empregados....141
11.2 – Comunicação Interna....141
11.3 – Melhoria do Clima Organizacional....142
11.4 – Capacitação de Pessoal....142
a) Quanto ao número de treinandos....143
b) Resultados Alcançados....143
11.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo....145
11.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências....148
11.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria....149
11.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal....149
11.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários....149
11.5.5 – Custos de Pessoal....149
11.5.6 – Mão de Obra Terceirizada....151
11.5.7 – Principais Indicadores Gerenciais....151
11.6 – Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS....152
a) Identificação da Unidade (Entidade)....152
b) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2011....153
c) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora Conab - 2011....154
d) Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo Cibrius....155
e) Resultado Financeiro do Cibrius....155
f) Demonstrativo da posição das aplicações do Cibrius....157
g – Análise das Conclusões do parecer atuarial anual do CIBRIUS....160
12 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil....167
12.1 – Planejamento e Execução Orçamentária....167
12.1.1 – Programação Orçamentária....167
12.1.3 – Movimentação Orçamentária....168
12.1.4 – Despesas por Modalidade de Contratação....168
a) Créditos Originários da UJ....168
b) Créditos Recebidos por Movimentação....169
12.1.5 – Execução das Despesas por Grupo e Elemento de Despesa....170
12.1.6 – Análise da Execução Orçamentária....173
12.1.7 – Detalhamento das Ações....173
a) – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos....173
b) – (2004)Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes....174
c) – (2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados....177
d) – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados....180

e) – (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados....182
f) – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras....185
g) – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação....185
h) – (0110) Contribuição à Previdência Privada....188
i) – (002F) Cumprimento de Débitos Judiciais Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista....190
j) – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista....190
k) – (10HG) Estudos das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos....191
l) – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários....192
m) – (2130) Formação de Estoques Públicos....193
n) – (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar....194
o) – (2272) Gestão e Administração do Programa....195
p) – (8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro....196
q) – (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas....197
r) – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras....197
s) – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns....198
12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar....199
12.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores....199
12.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período....199
12.3.1 – Transferências Recebidas....199
12.4 – Transferências mediante convênios....202
12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76....202
12.6 – Composição dos Investimentos da Empresa....221
12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário....223
12.8 – Parecer da Auditoria Independente....230
13 – Governança e Controles....233
13.1 – Informações sobre o Controle Interno....233
13.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo....234
13.2.1 – Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU....235
13.2.2 – Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em relatórios de auditoria do órgão da CGU....244
13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna....259
14 – Atividades Desenvolvidas pela Sureg-AP....292
A N E X O S....294
ANEXO 01....295
ANEXO 02....299
ANEXO 03....320
ANEXO 04....324
ANEXO 05....328
ANEXO 06....329
ANEXO 07....329
ANEXO 08....332

Lista de Siglas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
Abracen	Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento
AGF	Aquisição do Governo Federal
Ano-Safra	Intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita
Armazém cadastrado	Armazém cadastrado na Conab, por solicitação dos interessados, que é sistematicamente submetido a vistoria objetivando apurar informações sobre as unidades (ambiente natural e artificial), registrando sua capacidade estática e qualificação técnica
Armazém credenciado	Armazém apto a operar com os estoques do governo federal. O credenciamento objetiva habilitar as unidades cadastradas para prestação de serviços de armazenagem, para tanto a Conab realiza vistoria no armazém, habilitando aquela que se enquadrar nos requisitos constantes do Manual de Operações da Conab
Armazém descredenciado	Armazém excluído do rol de unidades armazenadoras habilitadas a receber produtos do governo federal, por terem praticado desvio de mercadorias, prática de sinistro doloso ou troca de mercadorias e erros graves (propositais ou não) na gestão dos estoques, que ocasionem riscos para as pessoas e/ou animais, prestar informações falsas nos comprovantes de depósito ou outros documentos exigidos pela Conab
Armazém impedido	Armazém que não pode receber produtos dos estoques públicos ou vinculados a algum programa do governo federal, pelo não cumprimento de exigências legais e/ou dos requisitos técnicos/operacionais definidos pela Conab, bem como por débito e/ou pendência financeira com a Companhia
ASPRE	Assessoria da Presidência
AUDIN	Auditoria Interna
BSC	Balanced Scorecard
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
Ceasa	Centrais de Abastecimento
Ceagesp	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CETI	Comitê Executivo de Tecnologia da Informação
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGU	Controladoria-Geral da União
Cibrazem	Companhia Brasileira de Armazenamento
Cibrius	Instituto Conab de Seguridade Social
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CGOF	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPB	Cadastro Nacional de Planos de Previdência
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COAMO	Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CODAG	Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão
Cofin	Coordenadoria-Geral de Programação Financeira
COGER	Corregedoria-Geral
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD	Conselho de Administração
CONFIS	Conselho Fiscal
Contrato de Opção	Instrumento de política pública para o setor agrícola que visa proteger o produtor o/ou cooperativa de eventuais oscilações do mercado, uma espécie de seguro contra queda dos preços
COOAC	Coordenadoria de Assuntos Colegiados
COPRI	Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPR-Doação	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR-Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
Deral	Departamento de Economia Rural
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DN	Decisão Normativa
DIAFI	Diretoria Administrativa e Financeira
DIRAB	Diretoria de Operações e Abastecimento
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIGEP	Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
EMATER/RO	Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuárias
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
Fome Zero	Política pública que visa a erradicação da fome e da exclusão social
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
FUNCAFE	Fundo de Desenvolvimento da Economia Cafeeira
GABIN	Gabinete da presidência
Geosafras	Projeto de aperfeiçoamento da metodologia de previsão de safras do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IEA	Instituto de Economia Agrícola
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa Técnica e Extensão Rural
IN	Instrução Normativa
Incra	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
IPP	Índice de Preços Pagos ao Produtor
IPR	Índice de Preços Recebidos pelos Produtores
LDAP	Lightweight Directory Acess Protocol
LNT	Levantamento de Necessidades de Treinamento
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOC	Manual de Operações da Conab
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS	Ministério da Previdência Social
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NE	Norma de Execução
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NOC	Manual de Normas da Organização
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
OOC	Operações Oficiais de Crédito
ONG	Organização Não Governamental
Ouvir	Ouvidoria
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAAnet	Aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
PCTAF	Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEC	Plano de Educação Corporativa
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos

PLE	Preço de Liberação de Estoques
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
Preços Mínimos	Objetivam reduzir a incerteza dos produtores quanto aos preços futuros estimulando, assim, a expansão da oferta agrícola. Durante a safra atuam como um seguro de preço, garantindo ao produtor uma renda mínima para sua produção, sendo fixados por Portaria Interministerial, após aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, e servem de base para as aquisições do Governo Federal-AGF
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PRESI	Presidência
PRODEA	Programa de Distribuição de Alimentos
PROGE	Procuradoria-Geral
Prohort	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Pronaf	Programa Nacional de Agricultura Familiar
Refap	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAGRO	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SigaBrasil	Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira
Simab	Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil
Sinac	Sistema Nacional de Comercialização
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPAE	Secretaria de Produção e Agroenergia
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
Sureg	Superintendência Regional
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TR	Taxa referencial

TVN	Termo de Vistoria e Notificação
UA	Unidade Armazenadora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
USDA	United States Department of Agriculture
Vendas em Balcão	Programa do Governo Federal que viabiliza o acesso dos pequenos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta, garantindo, de forma contínua e sistematizada, o suprimento de insumos a preços de mercado
VEP	Valor de Escoamento do Produto
xFAC	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques
WPN	Virtual Private Network
WSUS	Windows Server Update Services

Lista de Quadros e Figuras

Quadro	Título	Pág.
I	Identificação da Unidade	19
II	Principais Clientes – Feijão	38
III	Principais Clientes – Pêssego	38
IV	Principais Clientes – Sorgo	38
V	Principais Clientes – Milho e Trigo	39
VI	Principais Clientes – Açúcar	39
VII	Principais Clientes – VEP	40
VIII	Principais Clientes – PEP	40
IX	Principais Clientes -PEPRO Arroz	41
X	Principais Fornecedores – Gêneros Alimentícios e Sacaria	42
XI	Evolução do Número de Agricultores Familiares Atendidos, por Região	51
XII	Despesas Operacionais	52
XIII	Aquisições por Meio da CDAF	56
XIV	Aquisições por Meio da CPR - Estoque	57
XV	Aquisições por Meio da CPR - Doação	58
XVI	Evolução do Número de Projetos, por Região	59
XVII	Evolução do Número de Pessoas Beneficiadas pela CPR-Doação	60
XVIII	N.º de Agricultores Fornecedores Amparados pelo Plano Brasil sem Miséria	61
XIX	Demonstrativo das Aquisições de Produtos	61
XX	Demonstrativo das Aquisições de Sacaria	62
XXI	Demonstrativo da Venda de Contratos de Opção	62
XXII	Demonstrativo das Operações de Recompra dos Contratos de Opção de Venda de Arroz	63
XXIII	Demonstrativo das Operações de Repasse dos Contratos de Opção de Venda de Arroz	63
XXIV	Demonstrativo de Pagamentos de Subvenções	64
XXV	Demonstrativo de Pagamento de Subvenção da PGPBio	64
XXVI	Demonstrativo de Comercialização pelo VEP	68
XXVII	Demonstrativo de Vendas em Balcão	71
XXVIII	Demonstrativo de Vendas pela REFAP	72
XXIX	Demonstrativo de Comercialização pelo PEP	74
XXX	Demonstrativo de Comercialização pelo Pepro	75
XXXI	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - MDS	77
XXXII	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional -MI	78

Quadro	Título	Pág.
XXXIII	Demonstrativo de Distribuição de Feijão	79
XXXIV	Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios	80
XXXV	Demonstrativo da Ajuda Humanitária	81
XXXVI	Ajuda Humanitária Internacional-Países Beneficiados (Período 2004-2011)	82
XXXVII	Demonstrativo de Varejistas Filiados à REFAP	89
XXXVIII	Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	92
XXXIX	Demonstrativo do Resultado do Exercício	93
XL	Demonstrativo de Arrecadação com Leilões de Terceiros	94
XLI	Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	95
XLII	Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria	96
XLIII	Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras	97
XLIV	Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicas Armazenados em Unidades Próprias	98
XLV	Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades de Terceiros	98
XLVI	Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem	99
XLVII	Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Localização	100
XLVIII	Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Armazenadora, Quanto à Entidade	102
XLIX	Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques	106
L	Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos	107
LI	Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras	108
LII	Demonstrativo das Remoções Contratadas	113
LIII	Demonstrativo de Remoção de Produtos da Defesa Civil	117
LIV	Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDA	117
LV	Demonstrativo de Remoção de Kits para Comercialização de Peixe	117
LVI	Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS	118
LVII	Gestão de TI da UJ	123
LVIII	Técnicos da Sutin por tipo de Vínculo	125
LIX	Técnicos da Sutin por Área	126
LX	Relação de Sistemas entregues em 2011	127
LXI	Relação de sistemas manutenidos em 2011	128
LXII	Aquisição de Equipamentos	130
LXIII	Demonstrativo da Área e da Produção Agrícola-Safras 2010/11 e 2011/12	133
LXIV	Balanço de Oferta e Demanda	135
LXV	Estimativa Preliminar da Safra Agrícola de Laranja 2011/12	137
LXVI	Demonstrativo da Safra 2010	138
LXVII	Levantamento de Situação do Pinhão Manso	138
LXVIII	Treinamento, por Área de Conhecimento	143

Quadro	Título	Pág.
LXIX	Indicadores de Capacitação	144
LXX	Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional	146
LXXI	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual-Situação Apurada em 31/12/2011	147
LXXII	Demonstrativo por Nível de Enquadramento	147
LXXIII	Demonstrativo por Nível de Escolaridade	147
LXXIV	Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ	148
LXXV	Quantidade de Serviços da UJ por Faixa Etária	148
LXXVI	Composição do Quadro de Estagiários	149
LXXVII	Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011	150
LXXVIII	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva	151
LXXIX	Valor Total da Folha de Pagamento dos Empregados Participantes - 2011	153
LXXX	Identificação das Unidades Orçamentárias	167
LXXXI	Programação das Despesas Correntes	167
LXXXII	Programação das Despesas de Capital	167
LXXXIII	Resumo da Programação das Despesas	168
LXXXIV	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ	170
LXXXV	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Recebidos por Movimentação	172
LXXXVI	Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ	173
LXXXVII	Demonstrativo da Execução Física e Financeira – Exames Periódicos	173
LXXXVIII	Demonstrativo da Execução Física e Financeira – SAS	175
LXXXIX	Demonstrativo da Execução da Ação Assistência Pré-Escolar	177
XC	Demonstrativo da Execução Física e Orçamentária, por Sureg	178
XCI	Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Alimentação	180
XCII	Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Transporte	182
XCIII	Metas e Resultados do Auxílio-Transporte – 2008 a 2011	183
XCIV	Resultados do Auxílio-Transporte por Superintendência Regional	183
XCV	Demonstrativo da Execução da Ação Cadastro Nacional	185
XCVI	Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Servidores Públicos	185
XCVII	Demonstrativo de Treinamento por Área de Conhecimento	186
XCVIII	Demonstrativo da Execução da Ação Contribuição à Previdência Privada	188
XCIX	Demonstrativo de Execução Física e Financeira	188

Quadro	Título	Pág.
C	Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Débitos	190
CI	Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Sentenças	191
CII	Demonstrativo de Execução da Despesa	191
CIII	Demonstrativo da Execução da Ação Estudo das Perdas	191
CIV	Demonstrativo da Execução da Ação Fiscalização dos Estoques Públicos	192
CV	Demonstrativo das Despesas Realizadas de 2007 a 2011	193
CVI	Demonstrativo da Execução da Ação Formação de Estoques Públicos	193
CVII	Demonstrativo das Despesas Realizadas	194
CVIII	Demonstrativo da Execução da Ação Geração e Difusão de Informações	194
CIX	Demonstrativo da Execução da Despesa	195
CX	Demonstrativo da Execução da Ação Gestão e Administração do Programa	195
CXI	Demonstrativo de Execução da Despesa	196
CXII	Demonstrativo da Execução do Prohort	196
CXIII	Demonstrativo da Execução da Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	197
CXIV	Demonstrativo da Execução da Ação Pesquisa de Safras	197
CXV	Demonstrativo da Execução da Ação Recuperação e Modernização da Rede	198
CXVI	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	199
CXVII	Balanço Patrimonial - Exercício findo em 31/12/2011	202
CXVIII	Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercício findo em 31/12/2011	204
CIX	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-Exercício findo em 31/12/2011	206
CXX	Demonstração do Valor Adicionado-Exercício findo em 31/12/2011	207
CXXI	Composição Acionária da UJ como investidora	221
CXXII	Demonstrativo da Provisão para Perdas	223
CXXIII	Distribuição	224
CXXIV	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	228
CXXV	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	229
CXXVI	Estrutura de Controles Internos da UJ	233

Figuras	Título	Pág
I	Organograma Institucional (Versão: Conad n.º 003 de 21/09/2011)	23

Figuras	Título	Pág
II	Mapa Estratégico Corporativo	27
III	Macroprocesso de Sustentação da Renda	29
IV	Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	30
V	Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	30
VI	Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	31
VII	Macroprocesso de Prestação de Serviços	32
VIII	Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	32
IX	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	33
X	Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos Rio Grande do Sul	45
XI	Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos	46
XII	Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos Região Sul	47
XIII	Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos Região Nordeste	48
XIV	Área de Atuação do PAA em 2011	50
XV	Evolução do Número de Municípios	50
XVI	Evolução dos Recursos Aplicados pela Conab no PAA	52
XVII	Aplicação dos Recursos do PAA, por Região	53
XVIII	Evolução da Aplicação dos Recursos, por Região Geográfica	54
XIX	Evolução das Aplicações por Instrumento	55
XX	Atendimentos aos Povos e Comunidades Tradicionais	59
XXI	Demonstrativo das Aplicações no Município do Programa Territórios da Cidadania	60
XXII	Vendas em Leilões Públicos	67
XXIII	Evolução das Quantidades Vendidas	67
XXIV	Evolução das Quantidade Vendidas – VEP	69
XXV	Evolução do Programa Vendas em Balcão	72
XXVI	Evolução da Comercialização de Estoques Públicos pela Refap	73
XXVII	Evolução das Quantidades Negociadas - PEP	74
XXVIII	Evolução das Quantidades Negociadas - Pepro	75
XXIX	Evolução do Número de Atendimentos – MDS	76
XXX	Evolução do Número de Atendimento – MI	78
XXXI	Tela Principal do Sítio Ceasa	87

Figuras	Título	Pág
XXXII	Tela de Pesquisa do Sítio Ceasa	88
XXXIII	Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade	91
XXXIV	Evolução das Receitas de Armazenagem de Produtos de Terceiros	92
XXXV	Evolução do Índice de Ocupação	94
XXXVI	Rede Armazenadora Instalada	100
XXXVII	Evolução da Capacidade Estática X Produção Agrícola	103
XXXVIII	Municípios com Déficit ou Superávit de Armazenagem	104
XXXIX	Remoções, por Vinculo do Produto	110
XL	Remoções, por Motivo Gerador	111
XLI	Remoções, por Produto	112
XLII	Composição de Recursos Humanos de TI da Conab	126
XLIII	Crescimento do Número de Custos Elaborados e Utilizados	139
XLIV	Evolução do Número de Empregados	146
XLV	Evolução da Execução do SAS	175
XLVI	Comparativo dos Exercícios 2009 a 2011	178
XLVII	Evolução da Ação Auxílio-Alimentação	181
XLVIII	Evolução da Execução da Ação Capacitação de Servidores	186

Apresentação

O Relatório de Gestão, que integra a prestação de contas da Sede da Companhia Nacional de Abastecimento-Conab ao Tribunal de Contas da União-TCU, referente ao exercício fiscal de 2010, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa n.º 63, de 1.º de setembro de 2010, a Decisão Normativa n.º 108, de 24 de novembro de 2010, a Portaria TCU n.º 123, de 12 de maio de 2011, e de acordo com as orientações contidas na Norma de Execução n.º 03, de 27 de dezembro de 2010, da Controladoria-Geral da União, aprovada pela Portaria n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010.

Neste Relatório foram atendidos todos os itens constantes no Anexo II, item D – Unidades Jurisdicionadas com Relatórios de Gestão Customizados, da DN 108 e no desenvolvimento foram utilizados diversos quadros propostos na Portaria TCU 123, visando a padronização com os demais relatórios de outros órgãos públicos.

O presente relatório detalha o desenvolvimento de todas as Ações orçamentárias e os resultados quantitativos e qualitativos alcançados, assim como os fatores endógenos e exógenos que contribuíram para o não atingimento pleno das metas estabelecidas, tendo como balizador cinco grandes linhas de atividades, apresentando como carro chefe a Política de Garantia de Preços Mínimos.

- Gestão dos estoques públicos: fiscaliza os estoques públicos e administra as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques, participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.

- Informações do setor agropecuário: desenvolve atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário.

- Programas sociais e de abastecimento: desenvolve atividades voltadas à disponibilização de produtos, desde a aquisição, o transporte até a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.

- Armazenagem: oferece serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

- Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista de hortigranjeiros: induz ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e promove articulações com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às

informações geradas.

Entre as ações que a Conab desenvolve, a PGPM ocupa posição de destaque, em vista dos benefícios diretos que propicia aos agricultores – por meio da sustentação da renda e da garantia de remuneração mínima. As intervenções realizadas objetivam a retirada de excedentes de produção para a correção de eventuais distorções de preços recebidos pelos produtores.

Em 2011, em função dos preços praticados no mercado para os produtos amparados pela Política de Preços Mínimos-PGPM terem se mantido por quase todo o período acima dos preços mínimos fixados houve menor atuação no mercado. A exceção ficou por conta do arroz, e trigo. Foram adquiridas 811,2 mil de toneladas de produtos agrícolas e providenciada a remoção para áreas próximas às regiões de consumo, garantindo, assim, espaço nas unidades armazenadoras das zonas de produção para a guarda de novos produtos.

Destacam-se também as diversas ações direcionadas ao combate à fome e à desnutrição, quer seja pela distribuição de cestas de alimentos às famílias e/ou grupos atingidos por desastres naturais ou em situação de insegurança alimentar e nutricional, pelo atendimento às solicitações de doações de alimentos apresentadas por milhares de entidades sociais civis ou públicas, ou pela operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, especificamente quanto ao instrumento CPR-Doação, e também pelo envio de alimentos a famílias de países amigos atingidos por desastres naturais.

Necessário destacar que a Sede da Conab, identificada no corpo deste Relatório como Matriz, por ser esta a denominação corrente, tem como funções principais o planejamento, a organização, a coordenação, a avaliação e a publicidade das ações e dos resultados alcançados, atuando, também, de forma direta na execução de diversas atividades. Consequentemente, o presente relatório apresenta de forma detalhada alguns resultados apurados nas diversas Superintendências Regionais.

A Diretoria classifica como boa a performance da Companhia, nesse exercício de 2011, levando em conta as ações efetivamente realizadas e os resultados apresentados.

Ressalte-se, por fim, o apoio e orientações recebidos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e o estreito relacionamento mantido com os Ministérios do Desenvolvimento e Combate à Fome-MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e com o Ministério da Integração Nacional-MI, na condição de parceiros na execução dos Termos de Cooperação e programas de apoio social que visaram amenizar as efetivas carências alimentares, os efeitos das intempéries climáticas e a insuficiência de renda dos produtores rurais familiares, notadamente aqueles menos favorecidos.

1 – Informações Básicas

1.1 – Informações Gerais sobre a UJ

1.1.1. - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA		**Código SIORG:** 00014
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento		
Denominação abreviada: Conab		
Código SIORG: 002114	**Código LOA:** 22211	**Código SIAFI:** 22211
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		**Código CNAE:** 8411-6
Telefones/Fax de contato: (061) 3312-6000 Fax: (061) 3326-9058		
Endereço Eletrônico: conab@conab.gov.br		
Página da Internet: www.conab.gov.br		
Endereço Postal: SGAS Quadra 901, Bloco "A", Lote 69, Brasília-DF		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, Art. 19, Inciso II		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991 Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000 Decreto n.º3.855, de 03 de julho de 2001 Estatuto Social Regimento Interno Processos Internos		
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Operações da Conab-MOC Normas de Organização-NOC Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		

Código SIAFI	**Nome**	**Título Resumido**
135100	Companhia Nacional de Abastecimento	Conab - Matriz
135167	Unidade de Estoque Estratégico/DF	Unid. Est. Estrateg.
135168	Núcleo Estoque Regulador/DF – PGPM	Nucleo PGPM/DF
135347	Núcleo do Estoque Estratégico - SEDE	Nuc. Estq. Estr. Sede
135348	Núcleo Estoque Regulador - SEDE	Nuc. PGPM – Sede
135350	Presidência	Presi
135351	Gabinete	Gabin
135352	Assessoria da Presidência	Aspre
135353	Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional	Copri
135354	Auditoria Interna	Audin
135355	Procuradoria-Geral	Proge
135356	Diretoria de Política Agrícola e Informações	Dipai

135357	Gerencia de Acompanhamento e Avaliação de Resultados	Geare
135359	Gerencia de Programação e Elaboração Orçamentária	Gepor
135360	Diretoria de Operações e Abastecimento	Dirab
135361	Gerencia da Rede de Armazéns Próprios	Gerap
135362	Gerência de Movimentação de Estoques	Gemov
135363	Gerência de Formação e Controle de Estoque	Gefoc
135365	Gerência de Execução Operacional	Gerep
135366	Gerência de Programas Sociais de Abastecimento	Gepab
135368	Diretoria Financeira	Difin
135369	Superintendência de Contabilidade	Sucon
135370	Superintendência de Finanças	Sufin
135371	Gerência de Execução Orçamentária	Georc
135373	Superintendência de Administração	Supad
135374	Superintendência de Recursos Humanos	Sureh
135375	Gerência de Sistemas e Informações	Gesin
135377	Gerência de Material	Gemat
135378	Pessoal à Disposição de Outros Órgãos	P.D.O.O.
135388	Gerência de Administração da Rede e Segurança da Informação	Geasi
135389	Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão	Codag
135390	Gerência de Cadastro e Cobrança	Gecob
135428	MO/Distrito Federal	Unid. Merc. Opções
135450	Superintendência de Abastecimento Social	Supab
135452	Gerência de Desenvolvimento de Pessoas e de Qualidade	PPQUA
135454	Superintendência de Operações Comerciais	Suope
135455	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais	Gefis
135456	Gerência de Comercialização de Estoques	Gecom
135467	Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias	Coamo
135468	Corregedoria Geral	Coger
135469	Gerência de Imprensa	Geimp
135470	Gerência de Promoção Institucional	Gepin
135477	Controladoria	Contr
135495	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação	Sutin
135496	Superintendência de Informações do Agronegócio	Suinf
135497	Superintendência de Gestão da Oferta	Sugof
135498	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras	Geasa
135499	Gerência de Informações Técnicas	Geint
135500	Gerência de Custos de Produção	Gecup
135501	Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privado	Ger. Inf. Est. Privado
135502	Gerência de Alimentos Básicos	Gerab
135503	Gerência de Fibras e Produtos Especiais e Regionais	Gefip
135504	Gerência de Oleaginosas e Produtos Pecuários	Geole
135505	Superintendência de Fiscalização de Estoques	Sufis
135506	Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques	Suarm
135507	Gerência de Supervisão Técnico-Operacional	Gesup
135508	Gerencia de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados	Gevep
135509	Gerência de Classificação e Controle de Qualidade	Gecoq
135510	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns	Gecad
135511	Gerência de Parcerias Institucionais	Gepri
135512	Gerência de Serviços Gerais	Geseg
135513	Gerência de Protocolos, Serviços Gráficos e Telecomunicações	Gepot
135514	Gerência de Patrimônio e Seguros	Gepas
135515	Gerência de Programação Financeira	Gepro
135516	Gerência de Execução Financeira	Gefin
135517	Gerência de Controle Financeiro e Operações Governamentais	Gefog

135518	Gerência de Execução Contábil	Gecon
135519	Gerência de Controle de Convênios e Operações Governamentais	Gecov
135520	Gerência Fiscal e Tributária	Gefit
135521	Gerência de Análise e Custos	Gerac
135522	Gerência de Cadastro de Pessoal	Gepes
135523	Gerência de Folha de Pagamento	Gefop
135524	Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina no Trabalho	Gebem
135525	Subprocuradoria de Matéria Administrativa	Sumad
135526	Subprocuradoria de Matéria Judicial	Sumaf
135527	Gerência de Cargos, Salários e Avaliação	Gecav
135528	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento	Gecap
135535	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar	Supaf
135536	Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar	Gecaf
135537	Gerência de Programação Operacional da Agricultura Familiar	Gepaf
135538	Gerência de Geotecnologias	Geote
135542	Gerência de Auditoria	Geaud
135543	Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional	Gedop
135571	Unidade Conab PAA Brasília	PAA/DF
135573	Gerência de Contratos	Gecot
135574	Ouvidoria	Ouvir
135575	Subprocuradoria de Organização e Controle Jurídico	Suorc
135576	Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro	Gehor
135577	Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento	Pnud
135578	Diretoria Administrativa	Dirad
135579	Superintendência de Modernização e Capacitação	Sumoc
135580	Gerência de Ações de Modernização da Gestão de Recursos Humanos	Gemor
135581	Gerência de Controle e Relações do Trabalho	Gecat
135582	Gerência de Riscos	Geris
135583	Gerência de Implantação e Acompanhamento de Programas	Geiap
135588	Gerência de Operações Especiais	Geope
135589	Gerência de Apoio ao Varejo de Pequeno Porte	Gevap
135590	Gerência de Engenharia de Software	Gesof
135591	Gerência de Suporte Técnico	Gesut
135592	Gerência de Produção da Sociobiodiversidade	Gebio
135593	Gerência de Serviços de Assistência à Saúde	Gesas
135594	Gerência de Documentação e Informação	Gedin
135595	Unidade Mercado de Opções – Sede	MO/Sede
135603	Superintendência de Orçamento e Avaliação	Supor
135604	Gerência de Armazenagem	Gearm
135609	Coordenadoria de Assuntos Colegiados	Cooac
138010	Companhia Nacional de Abastecimento – Dif. Int.	Conab. Dif. Int.
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	**Nome**	
22211	Companhia Nacional de Abastecimento-Conab	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		**Código SIAFI da Gestão**
Todas as Unidades Gestoras acima relacionadas, com seus respectivos códigos SIAFI, apresentam o mesmo código SIAFI da Gestão = 22211		

1.1.2 – Auditoria Independente

Para auditoria das demonstrações contábeis (balanço patrimonial, demonstrações do resultado, fluxos de caixa, valor adicionado, resumo das principais práticas contábeis e notas

explicativas) de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, foi contratada a empresa Moore Stephens Vector Auditores S/S, CNPJ n.º 01.893.309/0001-10.

1.1.3 – Estrutura Organizacional

A estrutura da Companhia compreende:

1 – Órgãos superiores de deliberação colegiada

- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal
- Diretoria colegiada

2 – Órgãos diretores

- Presidência
- Diretoria Administrativa e Financeira-DIAFI
- Diretoria de Operações e Abastecimento-DIRAB
- Diretoria de Política Agrícola e Informações-DIPAI
- Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização-DIGEP

3 – Órgãos consultivos e de assessoramento

- Gabinete da Presidência-GABIN
- Assessoria da Presidência-ASPRE
- Ouvidoria-OUVIR
- Procuradoria-Geral-PROGE
- Corregedoria-Geral-COGER
- Auditoria Interna-AUDIN
- Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-COAMO
- Coordenadoria de Assuntos Colegiados-COOAC
- Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional-COPRI
- Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-CODAG
- Procuradorias Regionais

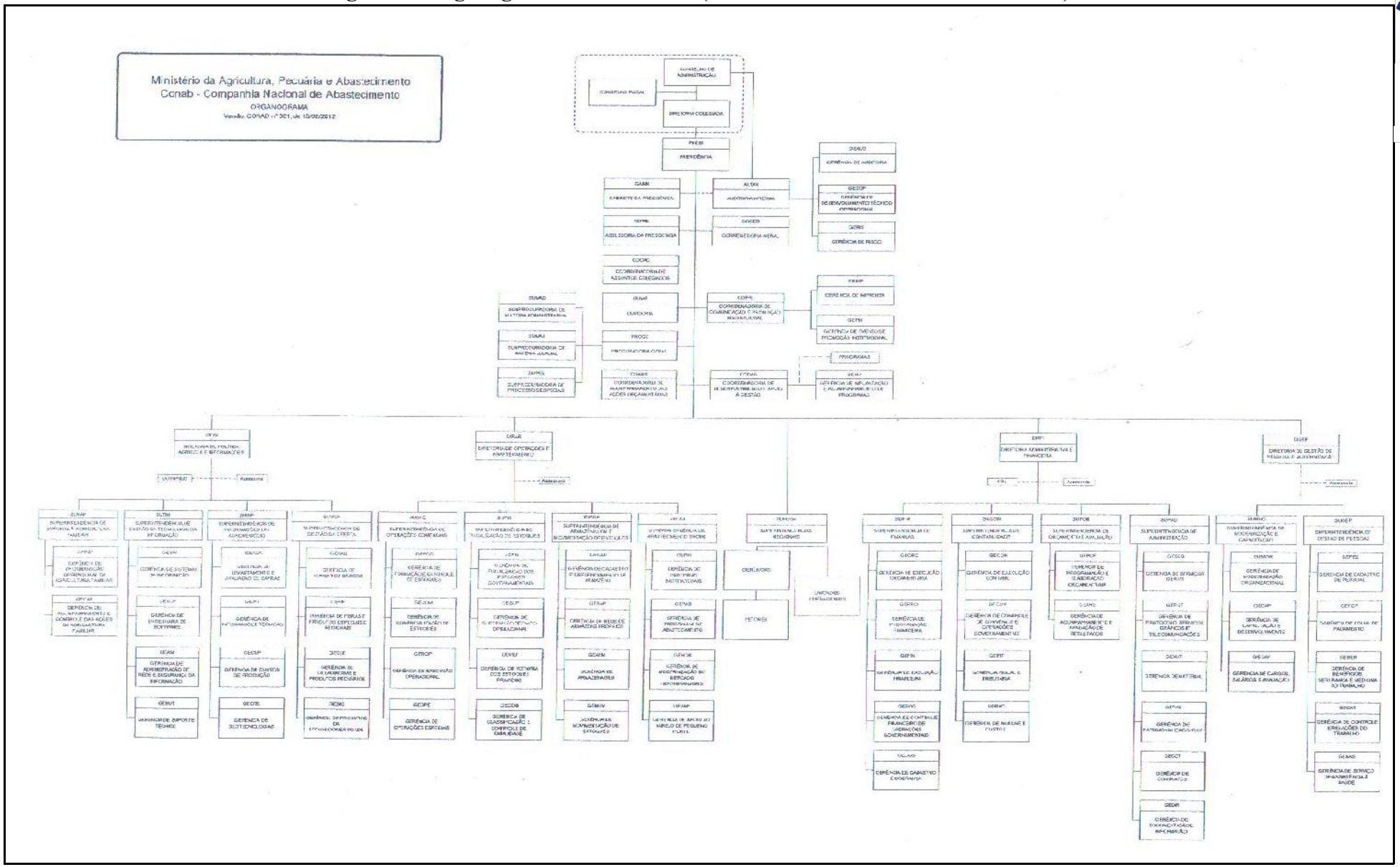
4 – Órgãos executivos

- Superintendências de área
- Gerências de área

5 – Órgãos executivos descentralizados

- Superintendências regionais
- Gerências de área
- Setores
- Unidades operacionais

Figura I - Organograma Institucional (Versão: Conad n.º 001 de 15/02/2012)



Fonte: Conab

1.1.4 – Estrutura de Governança Corporativa

A Governança corporativa é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada, observando-se as disposições do Estatuto Social e as diretrizes fixadas pelo citado Conselho, com a supervisão do Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração é composto pelo Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA, que o preside, pelo Presidente da Conab, por até três representantes do MAPA e um representante do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão-MPOG. Suas competências, entre outras, consistem em: fixar a orientação geral dos negócios e as prioridades da Conab, acompanhando sua execução; aprovar o Plano Plurianual-PPA, o orçamento anual e a programação operacional; manifestar-se sobre a prestação de contas, relatório trimestral da Diretoria Colegiada, balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras; autorizar a criação de reservas de lucros e aumento de capital; autorizar aquisições, alienações e mais alterações nos imóveis; aprovar o regulamento interno e apreciar propostas de reformulação no Estatuto Social.

A Diretoria Colegiada é constituída pelo Presidente e até quatro Diretores da Conab, aos quais compete a promoção e a execução das atividades da Companhia, mediante deliberações aprovadas pela maioria dos membros presentes em reuniões ordinárias e extraordinárias, nas quais as proposições apreciadas sejam de iniciativa de um ou mais de seus integrantes.

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, sendo um representante do Tesouro Nacional e os demais do MAPA. Com reuniões mensais, seu objetivo é fiscalizar e emitir parecer sobe os atos de gestão dos administradores da Conab, o cumprimento dos respectivos deveres legais e estatutários e o relatório anual da administração, efetuando a análise das demonstrações financeiras ou contábeis do exercício, a fim de tomar as medidas necessárias à proteção dos interesses da Companhia.

1.1.5 – Principais Responsáveis

Diretoria Colegiada
Presidente: Alexandre Magno Franco de Aguiar
Designação: 28/04/2010
Exoneração: 05/04/2011
Presidente: Evangevaldo Moreira do Santos
Designação: 05/04/2011

Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização
Diretor: Rogério Luiz Zeraik Abdalla
Designação: 06/05/2010

Diretoria de Política Agrícola e Informações
Diretor: Sílvio Isopo Porto
Designação: 21/01/2003

Diretoria Administrativa e Financeira
Diretor: Amaury Pio Cunha
Designação: 23/04/2009
Exoneração: 16/06/2011
Diretor: Oscar Jucá Neto
Designação: 16/06/2011
Exoneração: 26/07/2011
Diretor: João Carlos Bona Garcia
Designação: 07/12/2011

Diretoria de Operações e Abastecimento
Diretor: Rogério Colombini Moura Duarte
Designação: 03/09/2007
Exoneração: 16/06/2011
Diretor: Marcelo de Araújo Melo
Designação: 20/06/2011

Conselho de Administração
Presidente: José Carlos Vaz
Designação: 05/09/2011 – SE/MAPA
Membros Efetivos
Edílson Guimarães
Designação/Recondução: 28/04/2010 – MAPA
Carlos Carboni
Designação: 26/10/2011
José Gerardo Fontelles
Designação: 20/06/2011
Alexandre Magno Franco de Aguiar
Designação: 28/04/2010
Exoneração: 05/04/2011
Evangevaldo Moreira do Santos
Designação: 05/04/2011

Conselho Fiscal
Presidente: Francisco Wayne Moreira
Designação: 28/05/2010 – STN
Membros Efetivos
Gustavo Pereira da Silva Filho
Designação: 06/02/2012 – MAPA
Renata Lima Carvalho
Designação: 27/06/2011 – MAPA
Membros Suplente
Alberto da Silva Bellinello
Marcio Alves Santiago
Maria Cristina Chaves Silvério

Ouvidoria
Ouvidor: Antônio Carlos Peres Rabello
Designação: 26/11/2007
Exoneração: 03/10/2011
Substituto: Erique Vilar de Almeida
Designado substituto eventual no período de 09/06/2011 a 03/10/2011

Ouvidor: Wallber Miranda de Castro
Designação: 03/10/2011
Substituto: Fernando José Sales

Auditoria Interna
Auditor Chefe: Maria Inês Lasmar Alvarenga
Designação: 15/06/2007
Exoneração: 30/11/2011
Substituta: Eugênia Maria Rocha de Oliveira
Designada no período de 04 a 21/07/2011 – motivo férias
Substituto: Dalmo Mendes Veira
Designado no período de 06 a 10/06/2011 – motivo Licença Prêmio
Auditor Chefe: Paulo Ricardo Grazziotin Gomes
Designação: 01/12/2011

1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1 – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

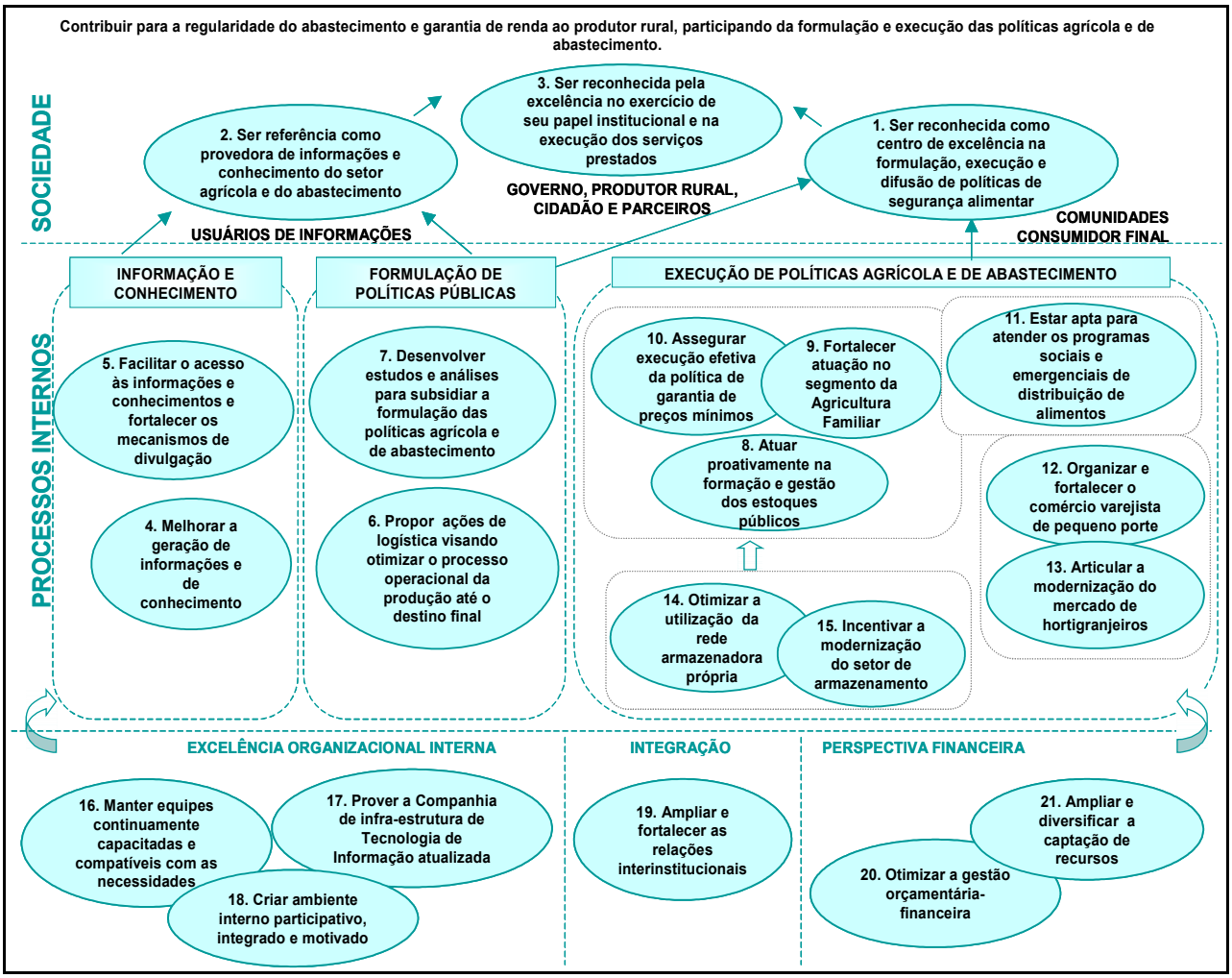
Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos alvos da Companhia.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura II– Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU n.º 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.^{os} 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad,

sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;

b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;

c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;

d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e

e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos

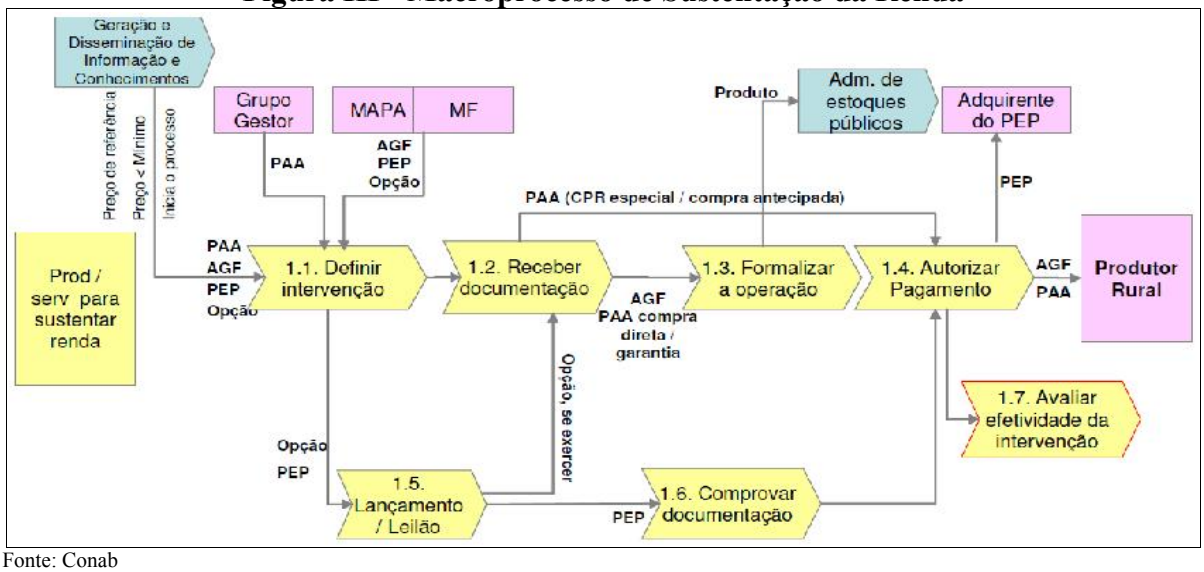
a) – Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público alvo: produtores rurais, cooperativa, associações, grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como Aquisição do Governo Federal-AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

Figura III - Macroprocesso de Sustentação da Renda



Fonte: Conab

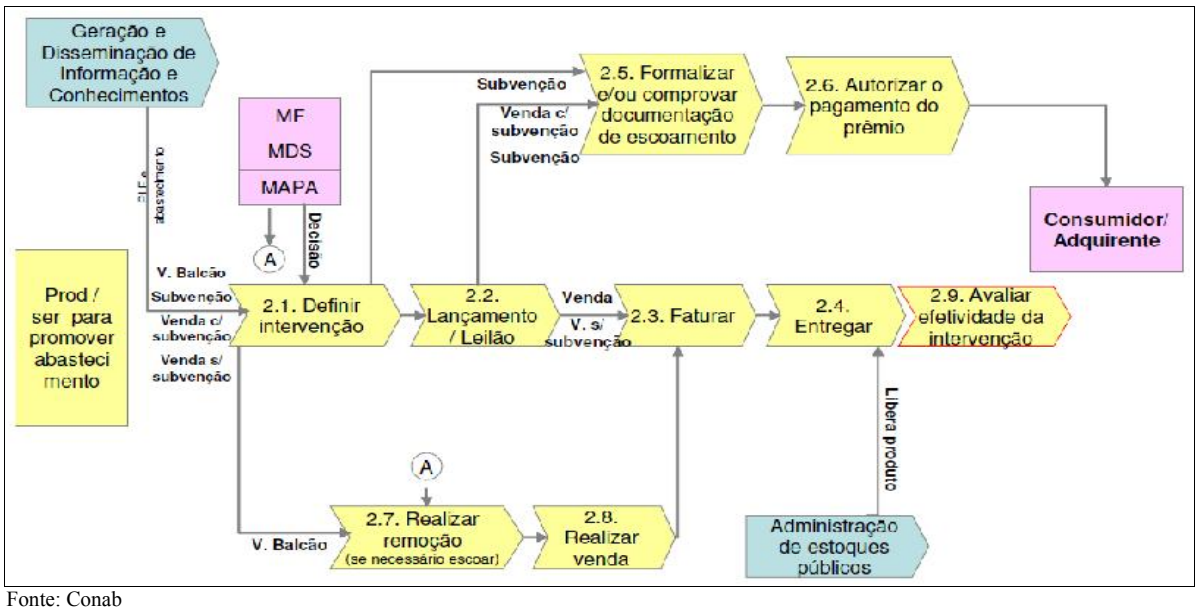
b) – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio de atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores e varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com ou sem subvenção, Venda Balcão, Prêmio de Escoamento de Produto-PEP.

Figura IV - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento



Fonte: Conab

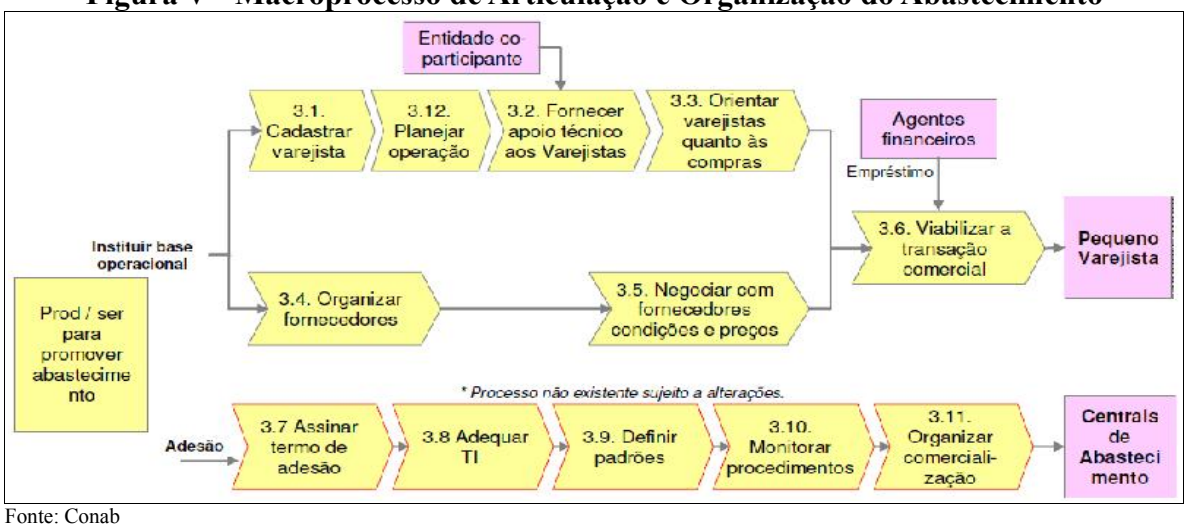
c) – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público alvo: Centrais de abastecimento e similares e varejistas de pequeno porte.

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de informações de preços e quantidades comercializadas.

Figura V - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



Fonte: Conab

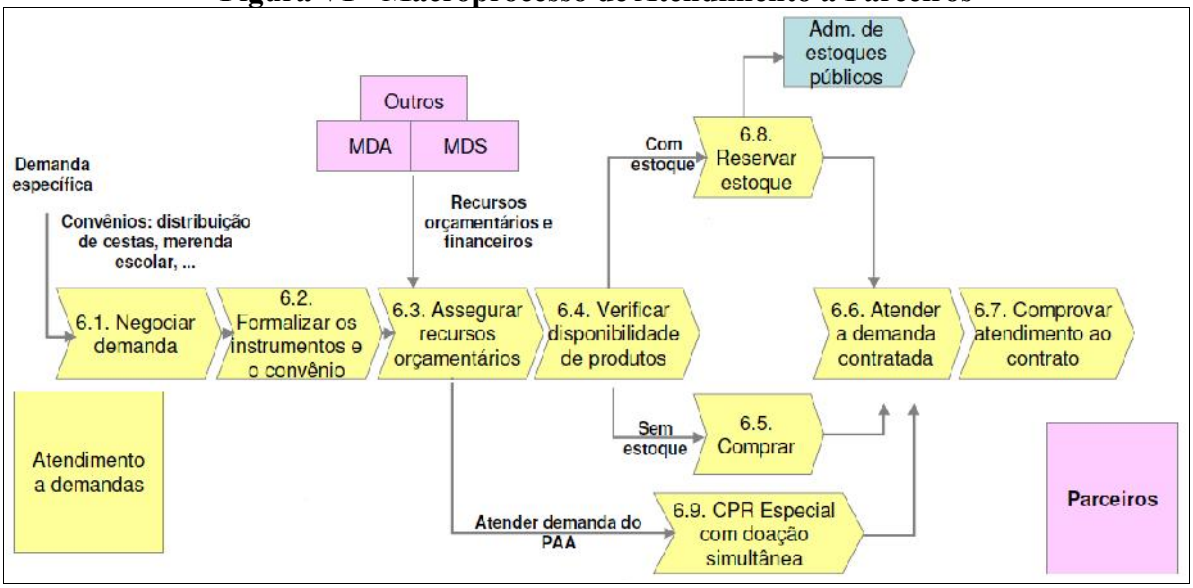
d) – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição de produtos agrícolas e gêneros alimentícios para atendimento aos programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Figura VI - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



Fonte: Conab

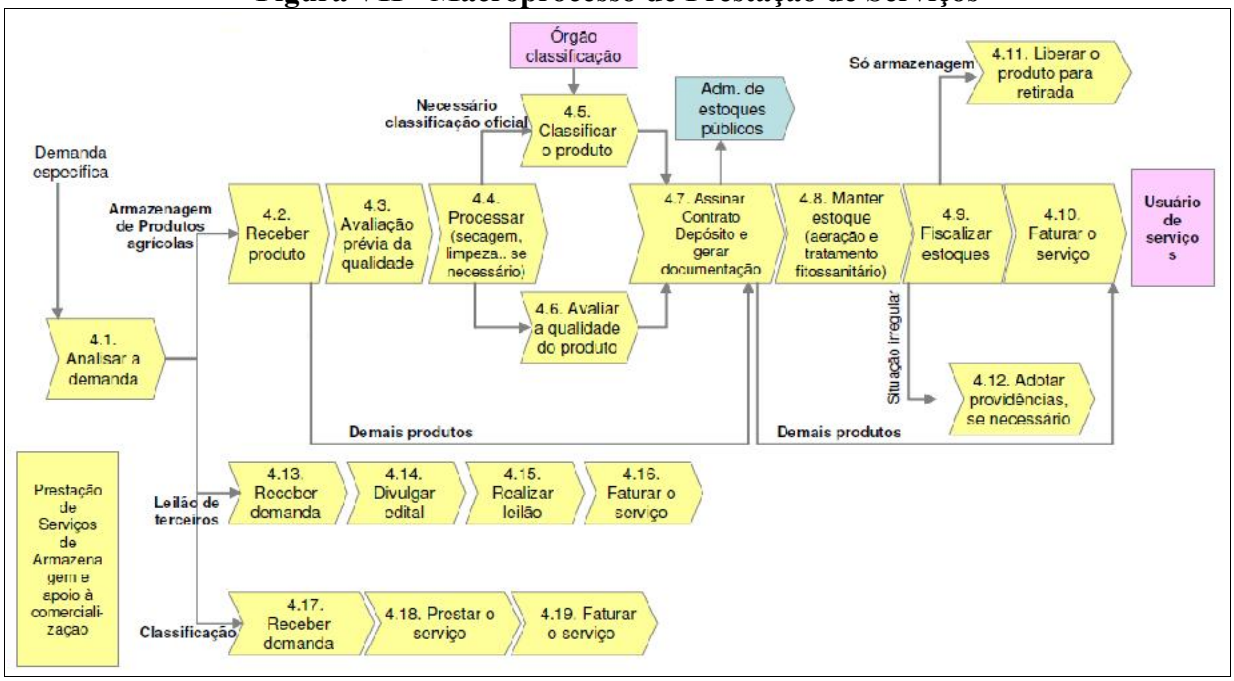
e) – Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC.

Figura VII - Macroprocesso de Prestação de Serviços

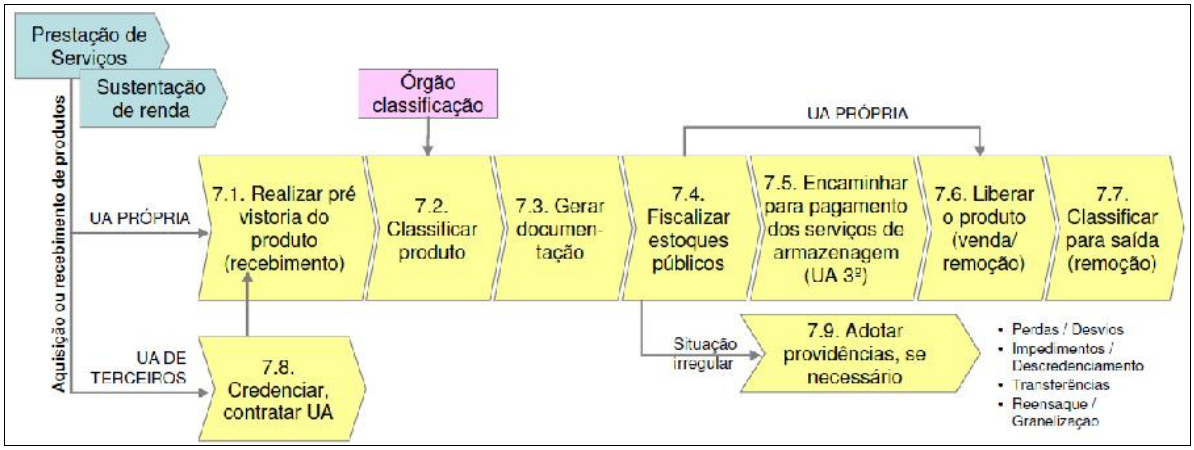


Fonte: Conab

f) – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab ou pela formalização das AGFs ou, ainda, o exercício dos Contratos de Opção de Venda em armazéns de terceiros. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados onde os produtores podem depositar seus produtos. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Figura VIII - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos



Fonte Conab

g) – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

É o principal macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e

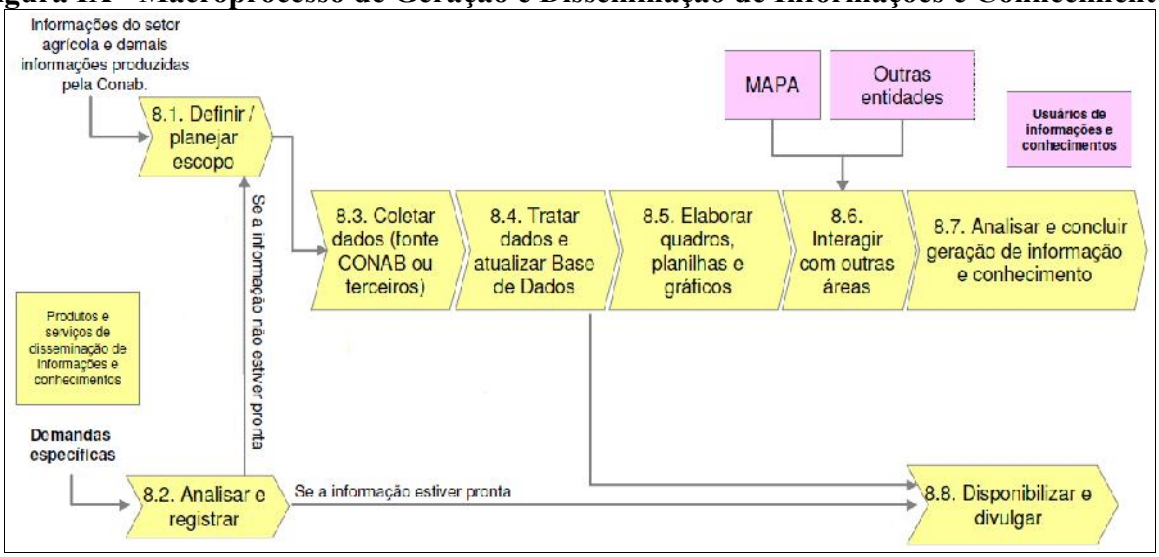
no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, Organizações não Governamentais-ONG e armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística.,Valor Bruto da Produção, Índice de Preços Pagos ao Produtor-IPP, Índice de Preços Recebidos pelos Produtores-IPR, Preço de Liberação de Estoques-PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF (elaboração e manutenção de arquivo).

Figura IX - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos

Em função da paralisação do planejamento estratégico durante o exercício de 2007, a Conab não desenvolveu nenhum plano estratégico de atuação, trabalhando apenas com as metas previstas no PPA/2011, detalhadas no Capítulo 12.

2 – Análise Geral do Ambiente de Gestão e de Negócios

2.1 – Análise do Ambiente de Gestão

Dada a natureza de suas funções institucionais, a Conab atua nas várias fases do processo de produção e abastecimento, desde a participação na formulação de políticas direcionadas

à produção agrícola, até a administração dos estoques públicos formados na execução dessas políticas, incluindo a comercialização nos momentos e locais necessários. Em suma, é uma empresa desenhada para, num primeiro momento, auxiliar na proposição e decisão de medidas de política agrícola e, uma vez definida a forma de ação, cuidar de sua gerência e execução.

Sua área de atuação abrange cinco grandes linhas de atividades, apresentando como carro chefe a Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM.

- Gestão dos estoques públicos: fiscaliza os estoques públicos e administra as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques, participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.

- Informações do setor agropecuário: desenvolve atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados nacional e internacional, dos custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário.

- Programas sociais e de abastecimento: desenvolve atividades voltadas à disponibilização de produtos, da aquisição ao transporte, até a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com os programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.

- Armazenagem: oferece serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição, exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

- Organização e apoio aos mercados varejistas de pequeno porte e atacadistas de hortigranjeiros: induz ações de preparação, formalização e regularização de unidades de micro varejistas para a formação de Centrais de Negócios, e promove articulações com o setor hortigranjeiro e seus parceiros, visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, tendo por finalidade a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

As análises conjunturais desenvolvidas pela Conab, como abaixo descrito, consideram, entre outras variáveis, as condições mercadológicas dos produtos agrícolas a fim de que possam ser identificados a necessidade, o nível de intervenção no mercado e os respectivos instrumentos governamentais, subsidiando, desta forma, a execução das políticas agrícolas.

O início de 2011 pautou-se por um cenário de incertezas e mudanças mundiais: a crise desencadeada em 2008, acarretando menores taxas de crescimento dos países desenvolvidos, com a desvalorização do dólar influenciando negativamente o nível de exportações nacionais; os aspectos climáticos atingindo alguns dos principais centros produtores mundiais (Rússia, Região do Mar Negro, boa parte da União Européia e Canadá), com consideráveis perdas na produção de cereais, diminuindo a oferta no mercado e influenciando a demanda ainda maior por commodities substitutas, provocando elevação do preço do trigo e do milho; a busca mundial por energias renováveis, dada a necessidade de substituição de parte da energia fóssil, não renovável, por fontes de energia que reduzam os impactos ao meio ambiente, resultando na menor relação do estoque/consumo do milho norte-americano nos últimos 14 anos e com tendência de manutenção do subsídio ao etanol pelo governo dos Estados Unidos, acarretando alta das cotações deste produto; no Brasil, o fenômeno La Niña, com possibilidade de gerar surpresas desagradáveis aos governos e produtores nacionais e também dos países do Mercosul, cujos reflexos já eram sentidos no último semestre de 2010 no Rio Grande do Sul, em decorrência do período de estiagem que antecede ao plantio da safra de verão, influenciando, também, o desempenho da 2.ª safra, com a possibilidade de perdas de produtividade, gerando redução na safra 2011; e o aumento da produção mundial de arroz

e trigo, gerando uma sobreoferta, com reflexos danosos sobre os preços internos, aumentando o superávit em relação ao consumo e reduzindo os preços, no mercado interno, abaixo dos preços mínimos.

Diante deste cenário, o governo manteve-se atento para minimizar o impacto da elevação dos preços de milho e suas conseqüências no processo de inflação de alimentos, ou da redução dos preços em zonas de produção com prejuízos aos produtores agrícolas. Foram necessárias intervenções governamentais materializadas por meio da venda dos estoques públicos, por meio de leilões eletrônicos com ou sem subsídio e, também, Vendas em Balcão, e a aquisição de excedentes por meio de AGF e Contratos de Opção de Venda. Neste sentido, foram realizados 190 leilões públicos de venda de produtos (milho, trigo, sorgo, feijão, café, açúcar e pêssego) e outros 74 leilões com concessão de subsídio para incentivo ao escoamento da produção (arroz, sisal e trigo). Também, objetivando o abastecimento e a manutenção das atividades dos pequenos criadores e pequenas agroindústrias, a Conab promoveu a remoção de estoques existentes em armazéns da Região Centro-Oeste para várias unidades da federação, visando a comercialização por meio do Programa Vendas em Balcão, num total de 80.684 atendimentos.

Ainda no tocante ao abastecimento, a Conab vem desenvolvendo ações em parceria com o Sebrae no sentido de incentivar a formação de Centrais de Negócios, pela reunião de micro e pequenos comerciantes estabelecidos nas periferias de grandes cidades. Como resultado, espera-se melhores condições nas negociações com fornecedores, que propiciem redução de preços, melhorias no leiaute dos estabelecimentos e na administração e organização dos negócios, favorecendo esses comerciantes na relação com os grandes supermercados. A estratégia de atuação adotada pela Conab foi a criação Refap com início na Região Nordeste sendo estendida para o Estado do Amazonas.

Outra frente de trabalho criada pela Conab foi a criação do Prohort, que tem como principal objetivo estimular e coordenar a captação de dados relativos ao processo de comercialização dos mercados atacadistas de hortigranjeiros e a integração dos seus respectivos bancos de dados, universalizando as informações, favorecendo melhorias no processo de gestão técnico-operacional e administrativa dos mercados atacadistas e agregando inteligência e conhecimentos tecnológicos gerados pelo desenvolvimento do setor. Desde sua criação, em 2005, a Conab buscou aperfeiçoar o portal www.ceasa.gov.br, sendo que atualmente estão disponibilizadas informações sobre preços e quantidades comercializadas em 40 mercados atacadistas, além de uma série de publicações sobre estudos e pesquisas realizadas.

A Conab tem se esforçado, também, na melhoria dos canais de comunicação com outros órgãos públicos, para desenvolvimento de ações voltadas ao atendimento das necessidades da sociedade brasileira, destacando-se:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS – para operacionalização do PAA e da distribuição de cestas de alimentos às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA – desenvolvimento do PAA;
- Ministério da Integração Nacional-MI – distribuição de cestas de alimentos a grupos ou famílias em situação de emergência;
- Ministério das Relações Exteriores-MRE – operacionalização da Ajuda Humanitária Internacional aos países amigos;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA - levantamento das safras de cana de açúcar, café e laranja.

Para o desenvolvimento de suas atividades a Conab recorre, também, à contratação de bens e serviços oferecidos por outras organizações públicas ou privadas.

Na execução da PGPM, por exemplo, a Conab dispõe de uma rede de armazéns próprios

inferior à demanda ou na modalidade (convencional ou granel) inadequada ao tipo de produto oferecido em algumas zonas de produção, necessitando, portanto, da contratação de armazéns que atendam aos requisitos estabelecidos nos normativos internos. Além desses, e objetivando a remoção dos estoques públicos para abastecimento em áreas carentes ou para abertura de espaço em unidades armazenadoras localizadas em zonas de produção, a Conab contrata, por meio de leilões públicos, empresas especializadas no transporte de cargas. Também tem sistematicamente realizado a contratação de serviços de vigilância, de limpeza e conservação e de escritórios de advocacia.

2.2 – Análise do Ambiente de Negócios

No desenvolvimento de atividades que abrangem desde a proposição de políticas públicas, até a execução dessas políticas, a Conab executa ações que eventualmente encontram paralelo com outras instituições públicas ou privadas, mas que diferem quanto aos objetivos propostos.

Como executora da PGPM a Conab adquire excedentes agrícolas que são oferecidos ao Governo quando os preços recebidos pelos produtores apresentam-se abaixo dos preços mínimos fixados para a safra. A compra não tem como função a obtenção de lucros ou a concorrência com estabelecimentos industriais ou comerciais e sim a manutenção da renda do setor agrícola. Os estoques formados são mantidos até que os preços em nível de consumidor atinjam patamares que se tornem prejudiciais à sociedade. A receita auferida na comercialização dos estoques públicos é repassada ao Tesouro Nacional ou aos órgãos proprietários dos estoques.

Em paralelo, a operacionalização dos instrumentos de comercialização PEP e PEPRO não implicam na aquisição de produtos e sim na concessão de subsídios para que comerciantes e/ou agroindústrias comprem produtos agrícolas em áreas de produção, por um preço de referência, procedendo o escoamento para zonas desabastecidas e constantes dos avisos de leilão.

A classificação de produtos de terceiros com a cobrança pelos serviços prestados, é executada apenas pela regional da Conab no Estado do Espírito Santo, por contar com empregados treinados e experientes. Para as demais demandas a Conab contrata os serviços de instituições especializadas. Em 2011, foram realizados serviços de classificação para café e feijão, com receita total no valor de R$2.698,60, representando apenas 0,01% da receita de serviços (R$26.544.588,05).

2.2.1 – Demanda por Serviços

No fim do exercício os estoques públicos somavam 4,4 milhões de toneladas de produtos agropecuários e a capacidade de armazenagem própria é de 2,2 milhões de toneladas estáticas, ocorrendo déficits nos estados de Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Para a execução da PGPM a Conab mantinha, no fim do exercício, uma rede armazenadora credenciada/contratada composta por 1.535 armazéns, disponibilizando ao governo e aos produtores espaço para armazenagem de 20.428.920 toneladas de produtos. Com relação à armazenagem dos estoques públicos em armazéns de terceiros, durante o exercício de 2011, a despesa total foi da ordem de R$335.944.484,68, destacando-se os seguintes prestadores de serviços:

- **Bahia**
  - CNPJ(radical): 13505573 – Armazéns Gerais Quivung Ltda – R$1.396.310,27
  - CNPJ(radical): 13104559 – Empresa de Armazéns Gerais Firmino Ltda – R$1.152.463,70
  - CNPJ(radical): 2449091 – Empresa de Armazéns Gerais Valente Ltda – R$721.550,91
  - CNPJ(radical): 13065156 – Magel Martins Armazéns Gerais e Transportes Ltda – R$328.038,11

- **GO**
  - CNPJ(radical): 2892438 – Caramuru Armazéns Gerais Ltda – R$7.485.567,84
  - CNPJ(radical): 2180451 – Armazéns Gerais Bom Jesus Ltda – R$5.078.936,95
  - CNPJ: 09.536.120.0003/44 – Fernando João Prezzotto – R$2.900.789,27
  - CNPJ: 00.080.671.0046/01 – Caramuru Alimentos S/A – R$1.004.600,50
  - CNPJ(radical): 2077618 – Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudeste – R$633.430,91
- **MG**
  - CNPJ: 17.186.370.0001/68 – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais-Casemg – R$2.470.506,94
  - CNPJ: 02.210.540.0005/59 – Proage Armazéns Gerais da Produção Ltda – R$1.190.081,16
- **MS**
  - CNPJ: 01.125.394.0001/77 – Produsoja Cereais Ltda – R$1.021.176,10
  - CNPJ(radical): 77752293 – Cooperativa Agroindustrial Lar – R$656.505,13
  - CNPJ: 01.576.940.0001/96 – Producel Armazéns Gerais Ltda – R$597.728,51
- **MT**
  - CNPJ(radical): 2937632 – Sipal Indústria e Comércio Ltda – R$20.939.931,83
  - CNPJ(radical):3137247 – Carolina Armazéns Gerais Ltda – R$10.432.361,39
  - CNPJ(radical): 7053931 – Santa Cruz Armazéns Gerais Ltda – R$9.243.159,08
  - CNPJ(radical): 9212562 – Costa Importação, Exportação e Armazém Geral Ltda – R$2.199.622,22
  - CNPJ: 37.522.422.0001/37 – Giacomelli Armazéns Gerais Ltda – R$2.199.622,22
- **PR**
  - CNPJ: 76.098.219.0029/38 – Coopavel Cooperativa Agroindustrial – R$7.704.833,38
  - CNPJ: 76.494.459.0001/50 – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná-Codapar – R$3.479.112,65
  - CNPJ: 77.863.223.0001/07 – C. Vale - Cooperativa Agroindustrial – R$2.860.071,05
  - CNPJ: 75.904.383.0001/21 – Coamo – Agroindustrial Cooperativa – R$2.659.040,23
  - CNPJ: 77.752.293.0006/00 – Cooperativa Agroindustrial Lar – R$2.637.124,83
- **RO**
  - CNPJ: 05.724.722.0001/02 – Kargioli Comercial Importadora e Exportadora Ltda – R$88.678,24
- **RS**
  - CNPJ(radical): 97122246 – Jorge Zanetti – R$6.110.541,54
  - CNPJ(radical): 97122246 – Companhia Estadual de Silos e Armazéns -R$5.977.455,69
  - CNPJ(radical): 91248211 – Agro-pecuária Aguiar Ltda – R$4.178.814,74
  - CNPJ: 92.719.228.0002/35 – Engenho São Bento Ltda – R$4.029.042,10
  - CNPJ: 96.486.568.0003/03 – Cooperativa Agrícola Imenbuy Ltda – R$3.948.587,38
- **SC**
  - CNPJ(radical): 83158824 – Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos – R$718.518,08
  - CNPJ(radical): 4463344 – Cooperativa Agroindustrial Águas Frias – R$448.948,51
  - CNPJ: 05.537.225.0001/03 - Cooperativa Agrícola Catarinense de Cereais – R$ 448.016,81
  - CNPJ: 86.439.494.0004/73 – Cooperativa Agropecuária de Tubarão – R$386.584,28
  - CNPJ(radical): 3470626 – Cooperativa A1 – R$26.191,59
- **SP**
  - CNPJ: 76.108.349.0011/85 – Cooperativa Agropecuária Castrolanda – R$1.759.765,81
  - CNPJ: 60.906.724.0001/20 – Cooperativa Agro-industrial Holambra – R$907.300,13
  - CNPJ(radical): 72951361 – Cooperativa do Agronegócio e Armazenagem de Votuporanga – R$871.701,66
  - CNPJ(radical): 71.040.653.0014/67 – Companhia Nacional de Armazéns Alfandegados – R$762.658,03
- **TO**
  - CNPJ: 07.806.622.0001/50 – Agrícola Sete Campos Ltda – R$285.963,14

Pelos serviços de fretes contratados por meio de leilões eletrônicos para a remoção dos

estoques públicos a despesa liquidada foi de R$53.623.441,96, destacando-se os seguintes prestadores de serviços:

- CNPJ: 08.317.007.0001/43 – H LOBO Locação e Logística – R$11.825.152,16
- CNPJ: 03.837.329.0004/42 e 03.837.329.0001/08 – Rodoviário Matsuda Ltda – R$17.433.855,18
- CNPJ: 76.302.157.0007/29 e 76.302.157.0001/33–Transp. Rodoviários Vale do Piquiri Ltda-R$8.286.430,61
- CNPJ: 07.263.198.0001/45 – Gencon Logística Transportes e Armazéns Gerais Ltda – R$3.977.319,15
- CNPJ: 77.833.671.0001/68 – Mosaico Transportes Ltda – R$1.514.869,76

2.2.2 – Principais Clientes dos Leilões Públicos

a) Leilões de Venda dos Estoques Públicos

Quadro II – Principais Clientes-Feijão

CPF/CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R$)
80596125000327	Indústria e Comércio de Cereais Baldissera LTDA	Feijão	2.041.710	1.535.747,21
05513380000181	Gelson Antonio Meoti	Feijão	1.750.208	1.245.975,20
89982177000144	Arbaza Alimentos LTDA.	Feijão	1.682.179	1.286.567,25
89982177000306				
89982177000497				
08787033000135	KLM Brasil Alimentos LTDA.	Feijão	1.440.724	1.200.704,30
00948721000128	Cortesia Produtos Alimentícios LTDA	Feijão	1.390.000	1.108.806,00
05484195000106	Agrocomercial Quit Sul LTDA.	Feijão	1.368.053	1.057.158,66
14209815000190	Mercogrãos Importação e Exportação LTDA	Feijão	1.311.966	1.078.238,62
12639450000108	VIP Alimentos do Brasil LTDA	Feijão	1.225.237	960.404,67
77482727000187	Cerealista malanski LTDA.	Feijão	1.225.233	996.422,60

Fonte: Suope/Gerop

Quadro III – Principais Clientes-Pêssego

CPF/CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R$)
97191902000860	Conservas Oderich S.A.	Pêssego	429.600	811.944,00
05861615000126	Golden Peach Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios LTDA	Pêssego	147.000	277.830,00
49337108000163	KHAMEL Representações Importação e Exportação LTDA	Pêssego	84.000	158.760,00
88389176000128	ICALDA Indústria de Conservas Alimentícias Leon LTDA	Pêssego	47.000	88.830,00
04476996000167	Tozzi Indústria e Comércio de Alimentos	Pêssego	26.400	49.896,00
07308670000119	Sierra Brasil Comércio de Alimentos e Bebidas Imp. e Exp LTDA EPP	Pêssego	12.000	22.680,00

Fonte: Suope/Gerop

Quadro IV – Principais Clientes-Sorgo

CPF/CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R$)
07943154000166	Katsuhiro Mizohata	Sorgo	180.000	60.441,00
04045715000111	Cooperativa Regional Agrícola Ipaussu	Sorgo	75.000	21.937,50

Fonte: Suope/Gerop

Quadro V – Principais Clientes-Milho e Trigo

CPF/CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R$)
20730099000780	Sadia S.A	Miho	58.175.639	18.450.312,12
20730099005668				
20730099009493				
20730099011390				
88614557000163	Moinhos Galópolis S/A	Trigo	51.092.736	22.311.927,48
88614557000244				
88614557000325				
01730520000201	Corn Products Brasil Ingredientes Industriais LTDA	Milho	44.683.278	16.360.268,22
01730520000899				
01730520001194				
01838723009345	BRF – Brasil Foods S.A.	Milho	39.843.120	15.144.688,42
01838723010351				
01838723011080				
01838723015582				
01838723017283				
01838723018921				
03387396000240	Abatedouro São Salvador LTDA	Milho	30.777.266	13.296.158,76
88618285000331	Tondo S/A	Trigo	28.892.702	12.703.673,21
88618285000412				
14998371003649	J Macedo S/A.	Trigo	23.299.115	11.201.948,68
14998371004025				
14998371004106				
97506455000468	COAGRISOL – Cooperativa Agroindustrial	Trigo	22.924.610	9.991.951,68
		Pêssego	54.000	102.060,00
60728029000205	Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S/A	Trigo	21.314.045	9.952.096,43
82490434000181	Insústria de Alimentos Tradição LTDA	Trigo	21.008.494	9.914.671,60
60498706013488	Cargill Agrícola S/A	Milho	20.482.890	8.123.510,40
03938789000386	Alimentos Dallas Indústria e Comércio LTDA	Trigo	20.211.680	10.106.255,65
87274817000136	Moinho do Nordeste S/A.	Trigo	20.061.000	8.868.837,00
00333653000192	Moinhos Casquense LTDA	Trigo	19.817.040	8.738.461,51
90657289000109	Cooperativa Agrícola Mista General Osório LTDA.	Trigo	19.028.845	8.408.418,28
02957104000114	Correcta Indústria e Comércio LTDA	Trigo	18.251.872	8.920.661,02
02957104000629				
89776991000102	Moinho Estrela LTDA.	Trigo	17.959.878	7.768.404,64
07054279000135	Moinho Régio Alimentos S/A.	Trigo	15.237.500	5.341.209,50
07054279000216				
37020260000139	Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A	Milho	13.922.160	6.296.159,04
03950587000198	Anhambi Alimentos Oeste LTDA.	Milho	12.000.000	3.369.900,00

Fonte: Suope/Gerop

Quadro VI – Principais Clientes-Açúcar

CPF/CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R$)
12965262000170	D´Almeida Alimentos e Frios LTDA	Açúcar	100.000	116.500,00
09088063000116	S A Sobrinho Ind. Agropecuária LTDA.	Açúcar	42.000	48.930,00
06938529000137	Souza e Miranda Empreendimentos LTDA	Açúcar	5.000	5.825,00
10737656000145	Leonam Indústria e Comércio LTDA	Açúcar	5.000	5.825,00

Fonte: Suope/Gerop

b) Leilões de Venda de Milho com Subvenção

Quadro VII – Principais Clientes-VEP

UF	Arrematante		Produto	Quantidade (Em kg)	Valor da Operação (R$)
	CPF/CNPJ	Razão Social			
PB	127271450001178	Guaraves – Guarabira Aves LTDA.	Milho em grãos	18.600.000	4.860.540,00
PB	128190740007299	Mauricea Alimentos do Nordeste LTDA.	Milho em grãos	16.599.762	4.035.730,33
CE	072208740007990	CIALNE – Companhia de Alimentos do Nordeste	Milho em grãos	15.075.000	3.422.677,50
PE	016826950005250	Notaro Alimentos LTDA.	Milho em grãos	15.031.929	4.018.562,72
PE	017305200011940	Corn Products Brasil-Ingredientes Industriais LTDA	Milho em grãos	12.637.500	3.583.642,50
CE	015880980001020	Atlântica Agropecuária LTDA.	Milho em grãos	10.020.500	2.757.900,70
PE	01905422415	Fernando Antônio de Andrade Pinto Lisboa	Milho em grãos	8.032.034	2.008.003,71
BA	018387230295320	BRF Brasil Foods S.A	Milho em grãos	7.641.000	1.980.404,90
PE	38747650400	Sônia Elizabete Denadai	Milho em grãos	7.500.000	1.950.920,00
PE	08149658491	José Almeida Cordeiro	Milho em grãos	6.008.000	1.435.248,20
PE	00187704449	Leonardo Gomes da Silva	Milho em grãos	4.800.000	1.137.960,00
CE	414345560004160	Avine Comercial Avícola Nordeste LTDA	Milho em grãos	3.600.000	875.010,00
SE	25619098591	Teresa Cristina Brito Bilas Boas	Milho em grãos	2.953.900	816.606,11
PE	107445870001050	Granja Almeida LTDA	Milho em grãos	2.680.000	595.252,00
CE	075912580001590	Granja São José S/A	Milho em grãos	2.250.000	590.040,00
RN	081485960001830	DPB – Avicultura LTDA.	Milho em grãos	2.150.000	518.397,50
PE	89975448453	Artur Soares de Morais	Milho em grãos	2.090.000	627.361,00
CE	41394143320	Eveline Pessoa de Araújo	Milho em grãos	1.950.000	511.567,50
RJ	04468405724	Marlene Raposo Scistowcz	Milho em grãos	1.825.000	665.942,50
PI	095872390001840	COAVE – Cooperativa Mista dos Avicultores do Piauí	Milho em grãos	1.800.000	421.560,00

Fonte: Suope/Gerop

c) Leilões de PEP

Quadro VIII – Principais Clientes-PEP

UF	ARREMATANTE		Produto	QUANTIDADE (Em kg)	Valor da Operação (R$)
	CNPJ	RAZÃO SOCIAL			
RS	39787056001226	TANGARA IMPORTADORA E EXPORTADORA S.A.	Arroz	80.000.000	12.184.000,00
RS	93424620005602	COOP. DOS AGRICULTORES DE PLANTIO DIRETO LTDA	Arroz	61.000.000	7.739.600,00
RS	87456562003148	JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S/A PARTICIPAÇÕES	Arroz	56.000.000	7.295.800,00
RS	64904295002408	CAMIL ALIMENTOS S/A	Arroz	55.000.000	7.008.400,00
RS	92215763000330	NELSON WENDT & CIA. LTDA.	Arroz	53.100.000	6.753.300,00
RS	06315338001514	NOBLE BRASIL S/A	Arroz	40.000.000	4.628.000,00
RS	48347736000329	GUACIRA ALIMENTOS LTDA	Arroz	25.800.000	2.804.800,00
RS	87675518000294	CORADINI ALIMENTOS LTDA	Arroz	24.250.000	3.123.050,00
RS	90471798000495	SANTALUCIA S/A	Arroz	19.500.000	1.814.800,00
RS	02285042000141	ZAELI ALIMENTOS SUL LTDA	Arroz	18.000.000	2.152.700,00
RS	97371843000136	ARROZEIRA PELOTAS IND. COM. DE CEREAIS LTDA.	Arroz	17.500.000	2.087.400,00
RS	85667947000707	COOP AGROPECUÁRIA DE JACINTO MACHADO - COOPERJA	Arroz	16.500.000	2.278.500,00
RS	26651646000637	CDA- COMPANHIA DE DISTRIBUIÇÃO ARAGUAIA	Arroz	16.000.000	2.300.600,00
RS	10778162000109	MOLINOS RICE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Arroz	13.400.000	1.683.700,00
RS	05164699000149	ENGENHO SANTA TEREZINHA LTDA	Arroz	13.250.000	1.326.900,00
BA	13956651000100	HAMILTON RIOS IND COM E EXP LTDA	Sisal	9.876.599	2.851.360,51
BA	03477772000107	FIBRAEX INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA	Sisal	9.147.157	2.646.149,71
BA	96784459000100	UCI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Sisal	6.190.000	1.792.330,00
BA	00917738000118	SISALANDIA FIOS NATURAIS LTDA	Sisal	5.540.000	1.540.560,00
BA	05769698000128	COTESI DO BRASIL - COM. IND. DE FIOS E PART. LTDA	Sisal	4.021.330	1.184.889,32
BA	13861430000140	SISAEX INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA	Sisal	3.940.041	1.121.172,30
BA	03872978000131	CORDEBRAS LTDA.	Sisal	3.934.660	1.162.395,81
BA	09092610000994	CIA SISAL DO BRASIL - COSIBRA	Sisal	2.070.000	614.487,00
BA	13956891000104	SISALGOMES IND COM E LAVOURA LTDA	Sisal	1.957.220	556.597,54
PR	75904383000121	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	Trigo	62.000.000	7.521.290,00
RS	94106747000172	MARASCA COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA	Trigo	55.500.000	6.342.500,00
RS	97506455000115	COAGRISOL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	Trigo	37.714.000	4.528.148,00
RS	94813102000170	TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL LTDA	Trigo	32.000.000	3.301.150,00
PR	77890846000179	COOPERATIVA AGRARIA AGROINDUSTRIAL	Trigo	27.500.000	958.050,00
RS	02003402003514	ADM DO BRASIL LTDA	Trigo	20.500.000	2.157.200,00
PR	00993264000193	INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	Trigo	20.000.000	2.800.000,00
SC	83305235000119	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	Trigo	16.700.000	721.370,00
RS	90657289000109	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA GENERAL OSORIO LTDA.	Trigo	14.286.000	1.626.602,00
PR	79038097001153	BELAGRICOLA COM. E REP. DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA	Trigo	13.000.000	1.764.000,00
RS	91495549002012	COTRIJAL COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL	Trigo	13.000.000	893.722,00
SC	84584515000176	SPECHT PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	Trigo	12.000.000	479.052,00

Fonte: Suope/Gerop

d) Leilões de PEPRO

Quadro IX – Principais Clientes-PEPRO Arroz

UF	Arrematante		Produto	Quantidade (Em kg)	Valor da Operação (R$)
	CPF/CNPJ	Razão Social			
RS	92193135000210	GRANJAS 4 IRMÃOS S/A AGROPECUARIA, INDUST. E COMER	Arroz	5.000.000,00	609.990,00
RS	30261520059	LUIS CARLOS JACOBSEN BARTZ	Arroz	1.900.000,00	245.210,00
RS	44856199072	JOSE ERNESTO REFFATTI	Arroz	1.525.000,00	128.135,00
RS	49151762072	MARIO MILANO BERGALLO	Arroz	1.500.000,00	222.300,00
RS	70086419072	CLAUDIO DE MEDEIROS BOFILL	Arroz	1.500.000,00	214.200,00
RS	60910666091	RODRIGO CASTELLARIN FIALHO	Arroz	1.481.000,00	227.481,60
RS	18228399049	LEO EMILIO RODEL JENISCH	Arroz	1.350.000,00	147.240,00
RS	45574138034	LAUDIR JOSE RECK JUNIOR	Arroz	1.300.000,00	142.200,00
RS	44885954053	STELLA DIAS	Arroz	1.196.350,00	156.128,49
RS	89959140091	JOAO OTAVIO DUARTE DE OLIVEIRA	Arroz	1.085.000,00	91.319,00
RS	28344138000	GILSON PAULO POZZER PREDEBON	Arroz	1.070.000,00	147.018,00
RS	34848541034	JORGE LUIZ HOSNI JUNIOR	Arroz	1.050.000,00	161.280,00
RS	00748153004	JOAQUIM FRANCISCO B. ASSUMPÇAO MELLO	Arroz	1.000.000,00	153.600,00
RS	01297260015	RODOLFO BARTZ	Arroz	1.000.000,00	145.500,00
RS	05413885091	HENRIQUE RODRIGUES DE SOUSA COSTA	Arroz	1.000.000,00	157.200,00
RS	75904383000121	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	Trigo	13.000.000,00	585.900,00
SP	60906724000120	COOPERATIVA AGRO INDUSTRIAL HOLAMBRA	Trigo	10.000.000,00	707.000,00
RS	56869649049	LUIZ CARLOS ANTOLINI NEMITZ	Trigo	5.300.000,00	467.580,00
PR	00993264000193	INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	Trigo	5.000.000,00	285.000,00
RS	05565745000111	COOPERATIVA RURAL ALIANÇA LTDA	Trigo	5.000.000,00	197.300,00
RS	90657289000109	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA GENERAL OSORIO LTDA.	Trigo	3.000.000,00	129.300,00
SC	75904383003813	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	Trigo	2.000.000,00	102.800,00
RS	08747598034	GUERINO REBELATO	Trigo	1.500.000,00	70.650,00
PR	02428962868	ANTONIO AUGUSTO COELHO DE MEDEIROS BULLE	Trigo	1.000.000,00	57.000,00
PR	79863569000130	COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	Trigo	1.000.000,00	43.100,00
RS	27448630091	EGIDIO PICCOLI	Trigo	617.000,00	29.060,70
RS	29613086900	CLARINDO PICCOLI	Trigo	500.000,00	23.550,00
RS	76005810006	ANTONIO PAULO ZAM	Trigo	500.000,00	23.550,00
PR	79863569002427	COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	Trigo	500.000,00	28.500,00
RS	90501837000	FABIO FERNANDES COMPARSI	Trigo	480.000,00	22.608,00

Fonte: Suope/Gerop

e) Leilões de Compra

Quadro X – Principais Fornecedores - Gêneros Alimentícios e Sacaria

UF	Arrematante		Produto	Quantidade (Em kg)	Valor da Operação (R$)
	CPF/CNPJ	Razão Social			
MG	05765131000264	ESTEIO SUPERATACADO LTDA	Açúcar cristal	401.586	707.864,88
DF	08241158000165	CAL- INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Açúcar cristal	398.910	720.456,36
DF	08241158000165	CAL- INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Açúcar cristal	943.308	1.752.960,54
DF	10649824000140	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ESPLANADA LTDA	Açúcar cristal	1.296.050	2.398.593,52
DF	10649824000140	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ESPLANADA LTDA	Farinha de mandioca	368.424	532.329,49
DF	08241158000165	CAL- INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Farinha de mandioca	188.676	295.374,14
PR	77879971001150	PERON FERRARI S/A	Farinha de trigo	58.554	68.508,18
SC	84584515000176	SPECHT PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	Farinha de trigo	37.962	44.415,54
GO	76537240000191	KOWALSKI ALIMENTOS LTDA	Flocos de milho	695.716	674.565,40
PB	01551272000908	ASA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	Flocos de milho	647.937	732.613,29
PB	08811226001903	SAO BRAZ S/A IND. E COM.DE ALIMENTOS	Flocos de milho	364.343	352.682,48
PR	04016504000150	NUTRIMILHO INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Flocos de milho	359.355	447.741,72
GO	25006271000185	GEM AGROINDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.	Fubá de milho	383.289	340.768,46
PR	04016504000150	NUTRIMILHO INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Fubá de milho	313.051	281.923,44
GO	76537240000191	KOWALSKI ALIMENTOS LTDA	Fubá de milho	24.372	24.079,50
PR	75404814000352	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ARAPONGAS S/A. PRODASA	Macarrão espaguete	1.275.885	2.019.961,22
MS	03938789000386	ALIMENTOS DALLAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Macarrão espaguete	331.088	474.393,36
CE	03286775000163	MOINHO SANTA LUCIA LTDA	Macarrão espaguete	159.660	239.818,25
SP	48205157000180	ORLANDO ZANCOPE & CIA. LTDA	Macarrão espaguete	134.049	187.103,73
PR	09084512000158	NETFOODS TRADING DISTRIBUIÇÃO E COM. DE ALIM. LTDA	Macarrão espaguete	118.158	199.454,49
MG	17159518000175	DOMINGOS COSTA INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS S.A	Macarrão espaguete	90.963	133.067,70
GO	50290329002660	GRANOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO S/A	Óleo de soja	2.816.112	7.134.399,77
PR	75904383007053	COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	Óleo de soja	968.587	2.392.305,17
PR	79114450000912	COCAMAR - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	Óleo de soja	379.056	871.528,22
DF	10649824000140	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ESPLANADA LTDA	Óleo de soja	82.578	218.833,08
DF	14332037000121	JACKELLINNE DE OLIVEIRA BRITO IND.COM.DE ALIMENTOS	Óleo de soja	54.000	153.900,00
SC	01731676000118	INDÚSTRIA E COM.DE EMBALAGENS MAXIPLAST LTDA	Sacaria	410.042	383.338,64
PB	06293113000109	TECNO-PLASTIC INDUSTRIAL LTDA	Sacaria	440.000	431.200,00
GO	06042880000145	COPALIMPA INDUSTRIA TEXTIL LTDA	Sacaria	445.000	438.500,00
GO	11337794000108	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SACARIAS COOPERSACO LTDA	Sacaria	986.000	938.874,60
SC	00763251000128	RAFITEC S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE SACARIAS	Sacaria	1.995.500	1.857.722,00

Fonte: Suope/Gerop

3 – Sustentação de Renda

3.1 - Instrumentos para Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- **Aquisições do Governo Federal (AGF)**: consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção devem atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

- **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP)**: é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

➢ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO)**: subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

3.1.1 – Demanda por Intervenções em 2011

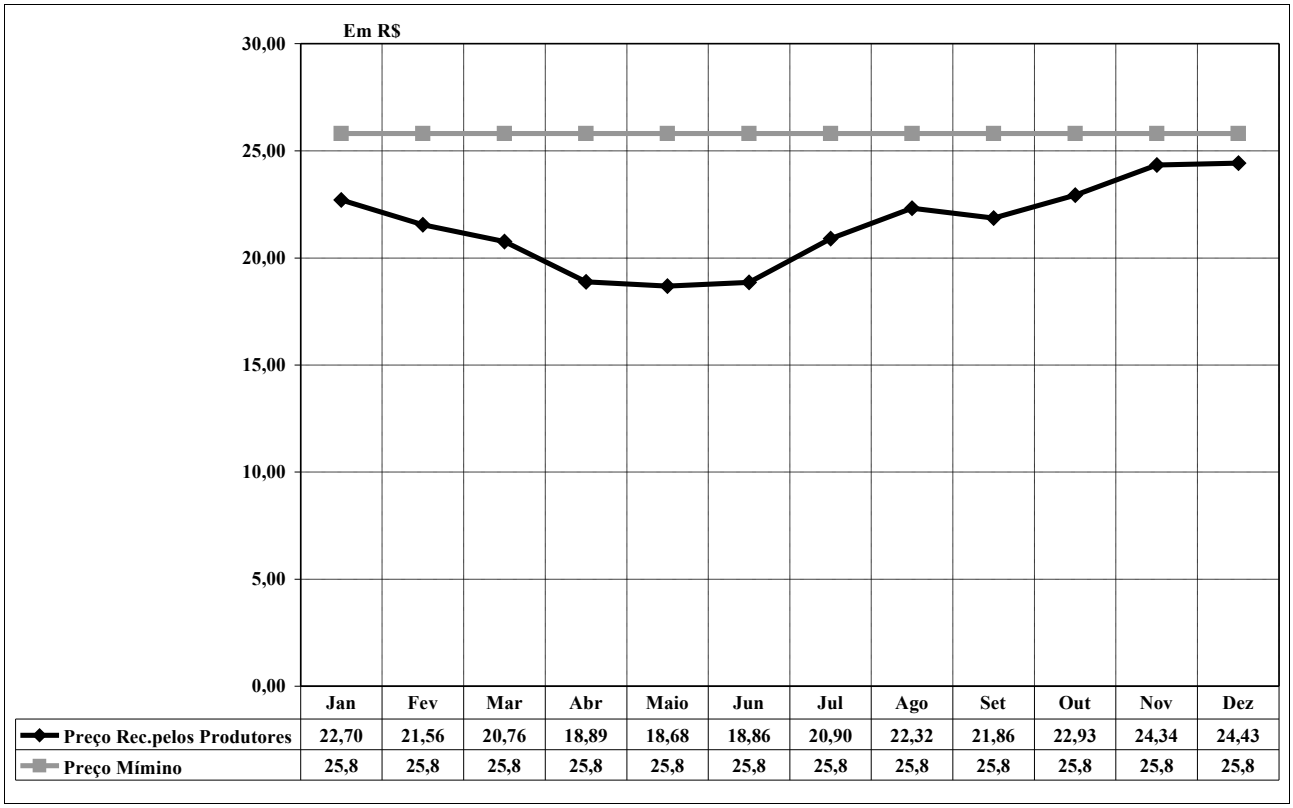
A pauta de produtos amparados pela PGPM é de composta por 35 produtos, destes tradicionalmente, a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, sisal e trigo e esporadicamente algodão, fécula, leite, sorgo e uva. Em 2011, em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis inferiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab interviu nos mercados de arroz, trigo, sisal e feijão, conforme detalhado a seguir.

a) Arroz

Devido a sua importância no cardápio do brasileiro, o arroz é cultivado em todas as regiões, desde pequenos estabelecimentos de cultura de subsistência até plantações tecnificadas. Em 2011, o cultivo foi praticado em 2.784 municípios e a quantidade colhida na safra 2010/11 foi de 13.613,1 mil toneladas, com incremento 16,74% sobre a anterior. Em termos regionais, a Região Sul é responsável por 74,1% da produção nacional, destacando-se o Estado do Rio Grande do Sul com 65,4%.

O estoque existente no início de 2011 era de 1.685,8 mil toneladas correspondente a aproximadamente 14,5% da produção colhida na safra 2009/10 e a 11,1% do consumo interno. O grande estoque de passagem, o aumento da produção interna e externa e a maior disponibilização do produto verificada no início do ano pelo países produtores que buscavam a redução de estoques antigos, comprimiram os preços nos mercados nacional e internacional a níveis inferiores aos preços mínimos fixados pelo Governo, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura X – Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos
Rio Grande do Sul



	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Preço Rec.pelos Produtores	22,70	21,56	20,76	18,89	18,68	18,86	20,90	22,32	21,86	22,93	24,34	24,43
Preço Mímino	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8

Fonte: Sufis/Geint

Objetivando a manutenção da renda dos produtores e o abastecimento de áreas carentes, o Governo Federal iniciou ainda no mês de janeiro a realização de leilões de PEP e, no mês de junho, os leilões de PEPRO e de Contrato de Opção de Venda. Por meio do PEP foram oferecidos subsídios para escoamento de 2.238.000 toneladas e negociadas 1.538.203 toneladas, enquanto no PEPRO a oferta recaiu sobre 307.000 toneladas sendo negociadas 64.347 toneladas, com prêmio total de R$198.384.725,20.

Quanto aos Contratos de Opção foram oferecidos durante os meses de junho, agosto e setembro 41.255 contratos de 27 toneladas cada, sendo negociados 36.400 contratos, num total de R$982.800 toneladas.

Além desses, a Conab realizou aquisições diretas por meio das AGFs no total de 396.327 toneladas nos estados do Rio Grande do Sul (395.074 toneladas) e em Santa Catarina (11.253 toneladas) e reduziu a oferta do produto por meio de doações a título de Ajuda Humanitária Internacional.

O resultado destas ações pode ser visualizado na figura acima onde se observa uma elevação dos preços recebidos pelos produtores, atingindo no final do exercício patamares ainda inferiores ao preço mínimo mas em nível mais favorável aos produtores.

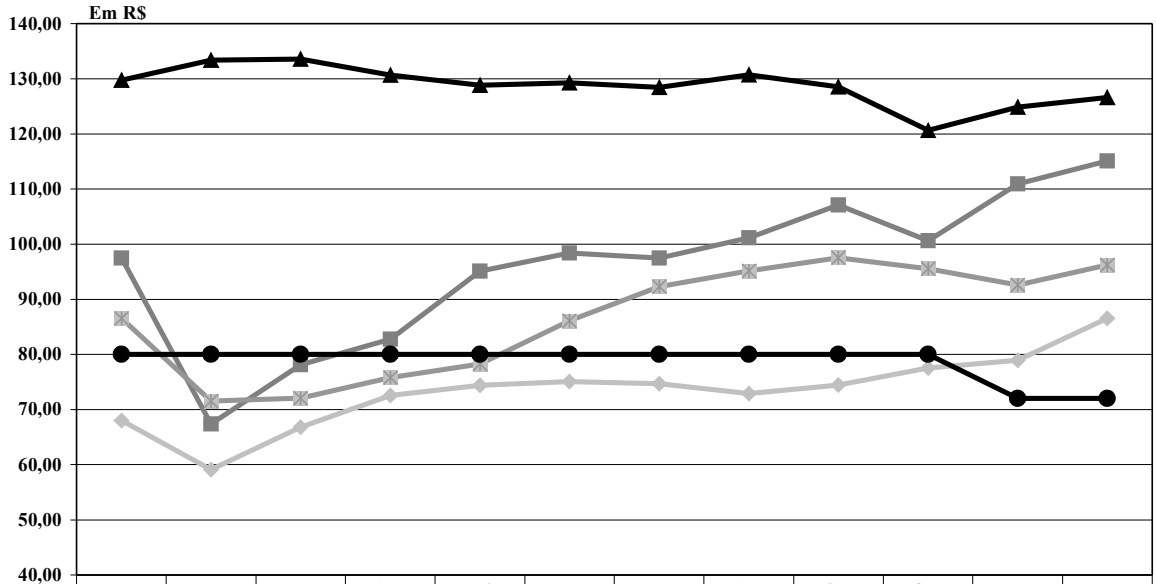
b) Feijão

O feijão é um alimento básico para o brasileiro. A média atual de consumo de feijão é de 12,7 kg brasileiro/ano. A preferência do consumidor é regionalizada e diferenciada principalmente quanto à cor e ao tipo de grão. O feijoeiro comum é cultivado ao longo do ano, na maioria dos estados brasileiros, proporcionando a colheita de 3 safras ao ano havendo, em consequência, constante oferta do produto no mercado. É cultivado tanto em culturas de subsistência quanto em

cultivos altamente tecnificados. Na safra 2010/11 foram colhidas 3.787,1 mil toneladas em 4.616 municípios brasileiros. A Região Sul ocupa lugar de destaque no cenário nacional com 29,2% da quantidade produzida, seguida pelas Regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, respectivamente.

Conforme demonstrado na figura a seguir, os preços recebidos pelos produtores de feijão da Região Norte se mantiveram por todo o exercício em patamares acima do preço mínimo fixado pelo Governo; nas regiões Sudeste e Centro-Oeste estes preços atingiram valores inferiores ao do mínimo durante o primeiro semestre e, em seguida, recuperação atingindo preços remuneradores. Especial atenção foi voltada para a Região Sul, sobretudo no Estado do Paraná, onde os preços permaneceram abaixo do mínimo no período de janeiro a novembro de 2011. Neste Estado foram adquiridas por meio de AGF 20.980 toneladas.

Figura XI – Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos



	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Sul	68,00	59,09	66,81	72,55	74,40	75,11	74,67	72,88	74,45	77,52	78,93	86,57
Sudeste	97,50	67,37	78,11	82,76	95,11	98,43	97,51	101,16	107,11	100,65	110,97	115,11
Norte	129,73	133,42	133,58	130,66	128,82	129,28	128,46	130,69	128,54	120,64	124,87	126,62
Centro-Oeste	86,55	71,55	72,07	75,77	78,27	86,12	92,27	95,14	97,53	95,56	92,59	96,26
Preço Mímino	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	72	72

Fonte: Sufis/Geint

c) Trigo

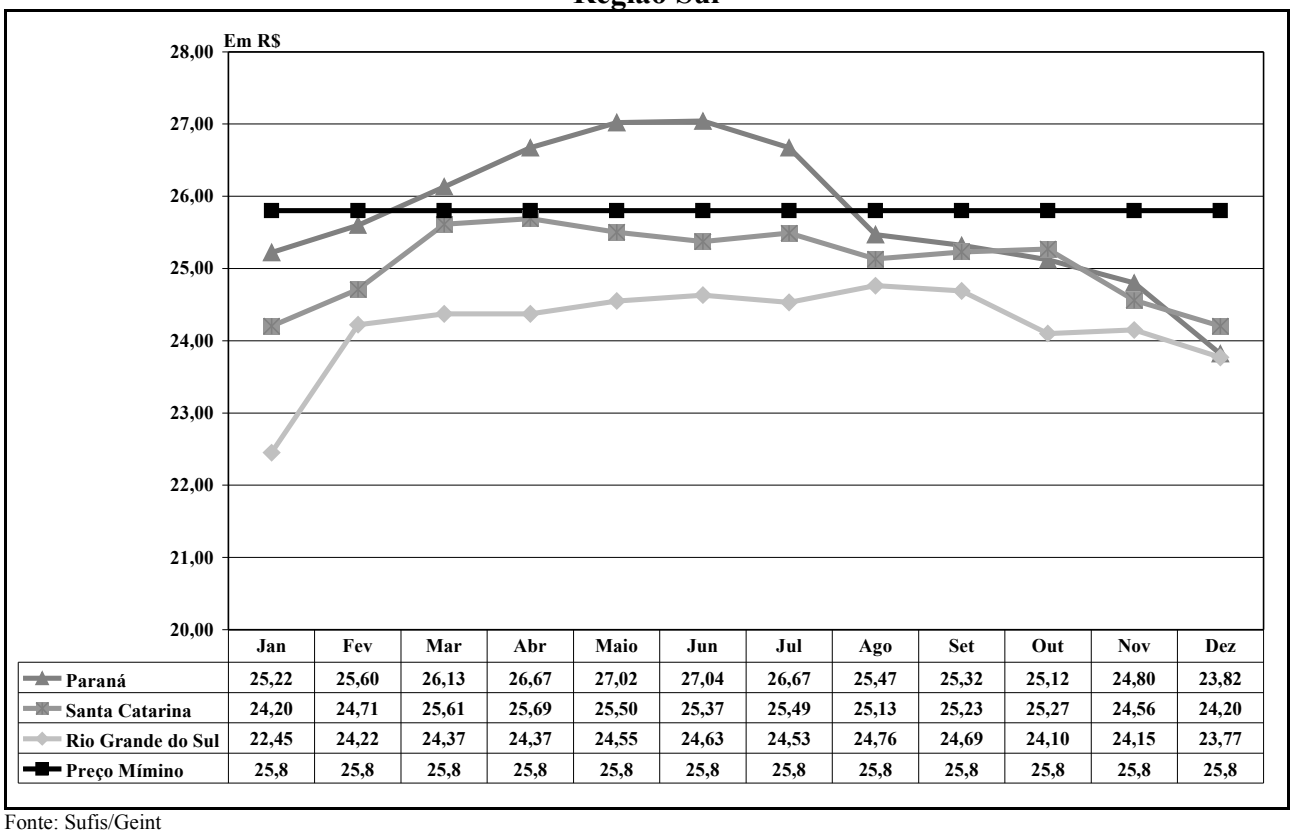
A produção nacional de trigo colhida na safra 2010/11 foi de 5.881,6 mil toneladas com variação, a maior, de 17% em relação a anterior. Destaca-se a Região Sul com uma quantidade equivalente a 94,1% da volume total, com predominância do Estado do Paraná que, sozinho, representa 56,4% do total.

Com exceção do Estado do Paraná, e no período de entressafra, os preços recebidos pelos produtores se mantiveram em patamares inferiores ao preço mínimo fixado pelo Governo, mesmo com a melhoria da qualidade do produto, principalmente do produzido no Rio Grande do Sul, levando o Governo a intervir no mercado por meio de aquisições diretas (AGF) e leilões de PEP e PEPRO para escoamento da produção dos estados da Região Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul para as regiões Norte e Nordeste.

De acordo com os estudos de mercados desenvolvidos pela Superintendência de Gestão

da Oferta-Sugof, o ambiente de preços no mercado brasileiro de trigo foi prejudicado pela crescente pressão de oferta no mercado internacional. A produção mundial estimada pelo USDA para o período 2011/12 retorna aos volumes colhidos em 2008/09 e 2009/10, considerados os maiores já obtidos, em torno de 689 milhões de toneladas. Com isso, o estoque mundial eleva-se a 209 milhões de toneladas, maior quantidade mantida armazenada nos últimos dez anos. Novamente rompeu-se o equilíbrio entre a oferta e demanda mundial de trigo ficando os estoques atuais suficientes para abastecer 31% do consumo mundial. A crescente pressão de oferta elevou o grau de competição entre os produtores e exportadores no afã de reconquistar os mercados perdidos com as recentes grandes quebras de safra na Rússia, Ucrânia e Casaquistão, grandes produtores e fornecedores mundiais do cereal. Essa situação teve reflexos imediatos no Mercosul, tendo em vista a necessidade da Argentina em exportar cerca de 7 milhões de toneladas da safra atual, cuja produção superou 13 milhões de toneladas, tendo ainda grande estoque remanescente da safra anterior, também destinado a exportação. Para completar esse quadro, surgiu novo concorrente ao trigo brasileiro, o vizinho Uruguai, com produção superior a 2 milhões de toneladas, e disponibilidade para exportar cerca de 1,5 milhão de toneladas, além do Paraguai, com excedente exportável de 700 mil toneladas. Portanto, a superoferta mundial e a grande produção no Mercosul, tornando-o superavitário em relação ao consumo doméstico, constituíram os ingredientes que neutralizaram qualquer expectativa de preços remuneradores aos produtores, exigindo a intervenção governamental para garantir renda ao produtor rural, assim como a sustentabilidade da atividade econômica no meio rural da Região Sul do Brasil.

Figura XII – Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos Região Sul



	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Paraná	25,22	25,60	26,13	26,67	27,02	27,04	26,67	25,47	25,32	25,12	24,80	23,82
Santa Catarina	24,20	24,71	25,61	25,69	25,50	25,37	25,49	25,13	25,23	25,27	24,56	24,20
Rio Grande do Sul	22,45	24,22	24,37	24,37	24,55	24,63	24,53	24,76	24,69	24,10	24,15	23,77
Preço Mímino	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8	25,8

Fonte: Sufis/Geint

e) Sisal

A importância do sisal para a economia do setor agrícola nordestino pode ser analisada sob diversos aspectos, merecendo destaque a geração de renda e emprego para um contingente de

aproximadamente 800 mil pessoas, proporcionando divisas para os Estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e, mais recentemente, o Ceará.

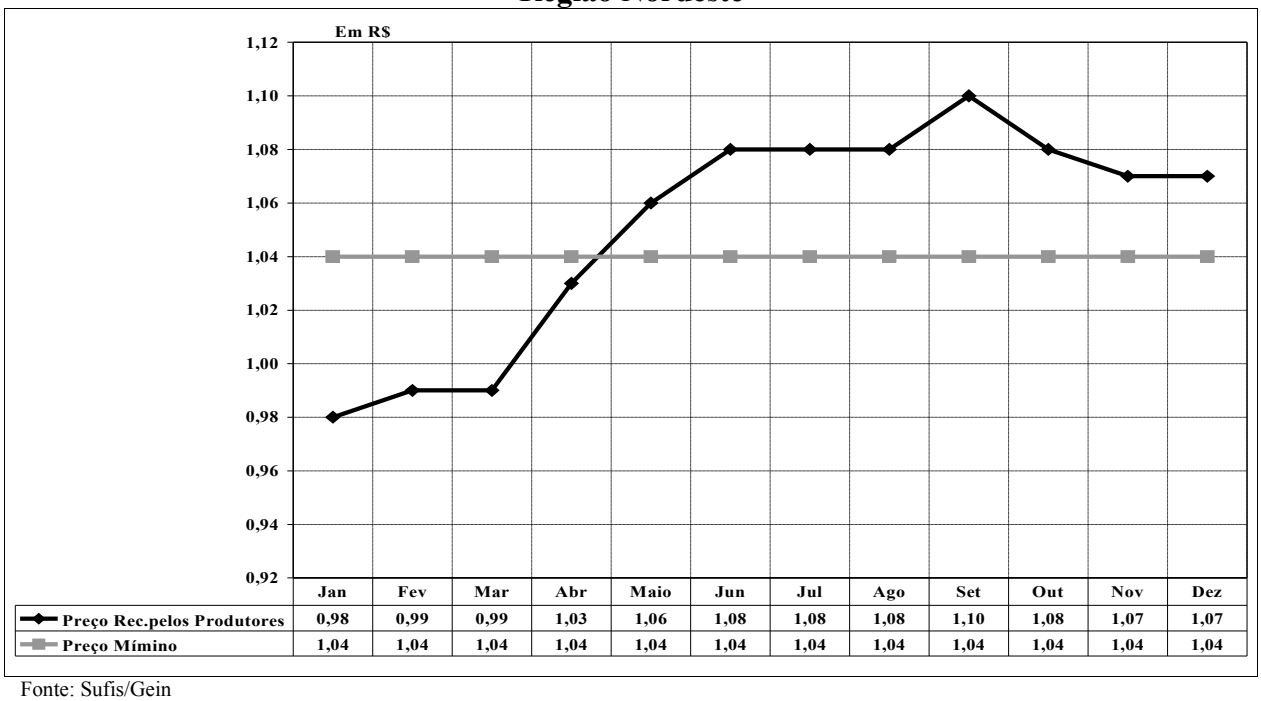
Na Bahia, maior produtora desta cultura, com mais de 96,3% da produção da fibra nacional colhida em 2011, o cultivo do sisal se estende por 65 municípios, em propriedades de pequeno porte, menores que 15 ha, nas quais predominam a mão de obra familiar, perfazendo uma população de aproximadamente 700 mil pessoas que vivem, direta ou indiretamente, em estreita relação com esta fibrosa. Apesar de sua importância, o desempenho dessa cultura no Estado vem sofrendo, nos últimos anos, declínio na área plantada e na produtividade, estando os principais fatores responsáveis por este declínio ligados diretamente ao baixo valor pago pela fibra, à competição com os fios sintéticos, ao alto custo de produção, à falta de máquinas modernas para a colheita, à distância entre as zonas de produção e as de consumo, a longos períodos de estiagem e sobretudo ao fato de ser aproveitado apenas 3 a 4% do total da planta, referentes à porção da fibra.

Mesmo diante destas dificuldades, é preciso entender que o sisal continua sendo uma das poucas opções econômicas para a região semi-árida do Nordeste do Brasil e dificilmente uma outra cultura poderá ser mais rentável economicamente e mais vantajosa para a área em questão, por isso é imprescindível garantir sua continuidade, realizar estudos e trabalhos capazes de estimular a expansão e promover o progresso tecnológico.

A Conab ao longo dos últimos anos, tem apoiado os produtores baianos por meio de aquisições diretas (AGF) e a partir de 2010 pelo PEP. Em 2011, foram realizados leilões de PEP sendo negociadas a remoção de 93.679 toneladas de fibras (BA 91.039 toneladas, PB 2.550 toneladas e RN 90 toneladas), com subvenção prevista de R$30.578.856,53.

Os leilões realizados propiciaram a recuperação dos preços não necessitando de maiores intervenções, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura XIII - Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos Região Nordeste



	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Preço Rec.pelos Produtores	0,98	0,99	0,99	1,03	1,06	1,08	1,08	1,08	1,10	1,08	1,07	1,07
Preço Mímino	1,04	1,04	1,04	1,04	1,04	1,04	1,04	1,04	1,04	1,04	1,04	1,04

Fonte: Sufis/Gein

3.2 – Intervenções Realizadas em 2011

3.2.1 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar- :** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público-alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente , próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 messes, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

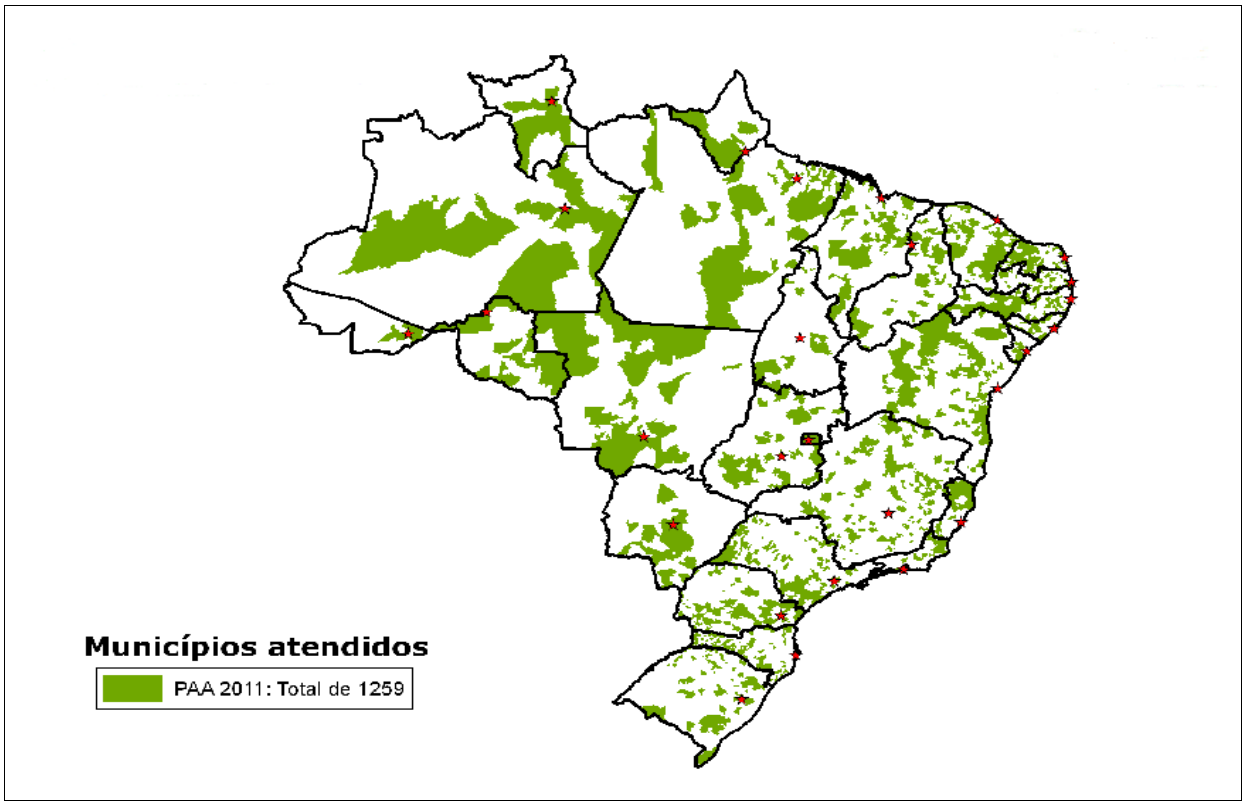
- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público-alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos in natura da safra vigente,; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto in natura por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Abrangência de Atuação do PAA

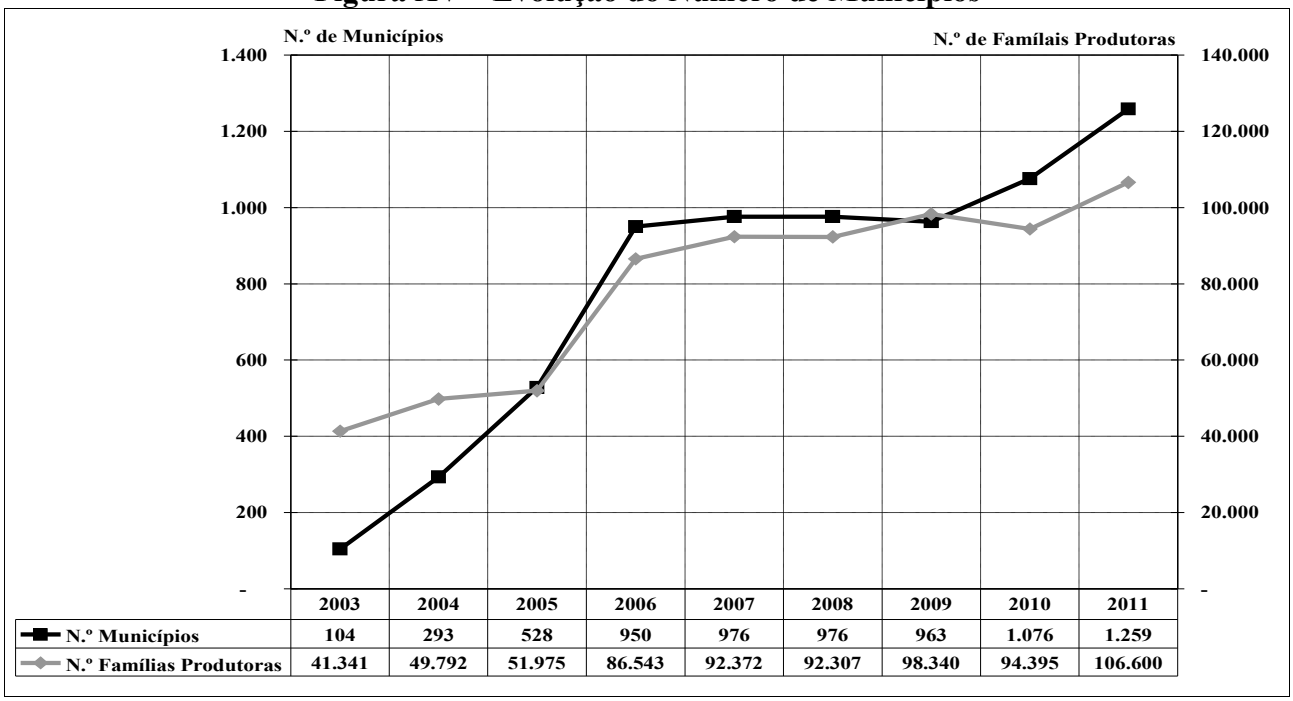
O Programa iniciou sua atuação em 2003 atuando em 104 municípios e atendendo a 41.341 famílias de produtores rurais evoluindo, em 2011, para 1.259 municípios e 106.600 famílias, conforme apresentado nas figuras a seguir.

Figura XIV – Área de Atuação do PAA em 2011



Fonte: Supaf/Gecaf

Figura XV – Evolução do Número de Municípios



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
N.º Municípios	104	293	528	950	976	976	963	1.076	1.259
N.º Famílias Produtoras	41.341	49.792	51.975	86.543	92.372	92.307	98.340	94.395	106.600

Fonte: Supaf/Gecaf

Merece destaque a diversidade de produtos adquiridos pelo PAA, que tem na CPR-Doação o principal instrumento para atender a ampla oferta dos agricultores familiares, ao mesmo tempo em que enriquece a dieta das pessoas em estado insegurança alimentar. Enquanto as aquisições realizadas em 2003 abrangiam 56 tipos de produtos, ao término de 2011 as compras contemplaram cerca de 370 tipos, envolvendo principalmente hortigranjeiros, frutas, alimentos processados, carnes, peixes e derivados, grãos, oleaginosas, sementes e castanhas.

Destaca-se o número de produtores familiares nordestinos com participação de 36,2% no total de famílias atendidas, apesar da maior evolução no período ter sido registrada no atendimento aos agricultores da Região Sudeste, no total de 768,9% enquanto a evolução na Região Nordeste foi de 105,5%.

Quadro XI - Evolução do Número de Agricultores Familiares Atendidos, por Região

Região	Ano								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Norte	3.747	13.757	8.544	8.620	9.036	5.217	5.386	7.270	7.175
Nordeste	18.780	20.439	16.315	22.366	22.334	27.190	29.064	32.146	38.595
Sudeste	3.100	3.806	6.091	13.520	18.608	25.587	22.041	20.889	26.935
Sul	7.700	10.182	18.369	37.587	39.513	31.159	37.994	28.465	26.415
Centro-Oeste	8.014	1.608	2.656	4.450	2.881	3.154	3.855	5.625	7.480
Total	**41.341**	**49.792**	**51.975**	**86.543**	**92.372**	**92.307**	**98.340**	**94.395**	**106.600**

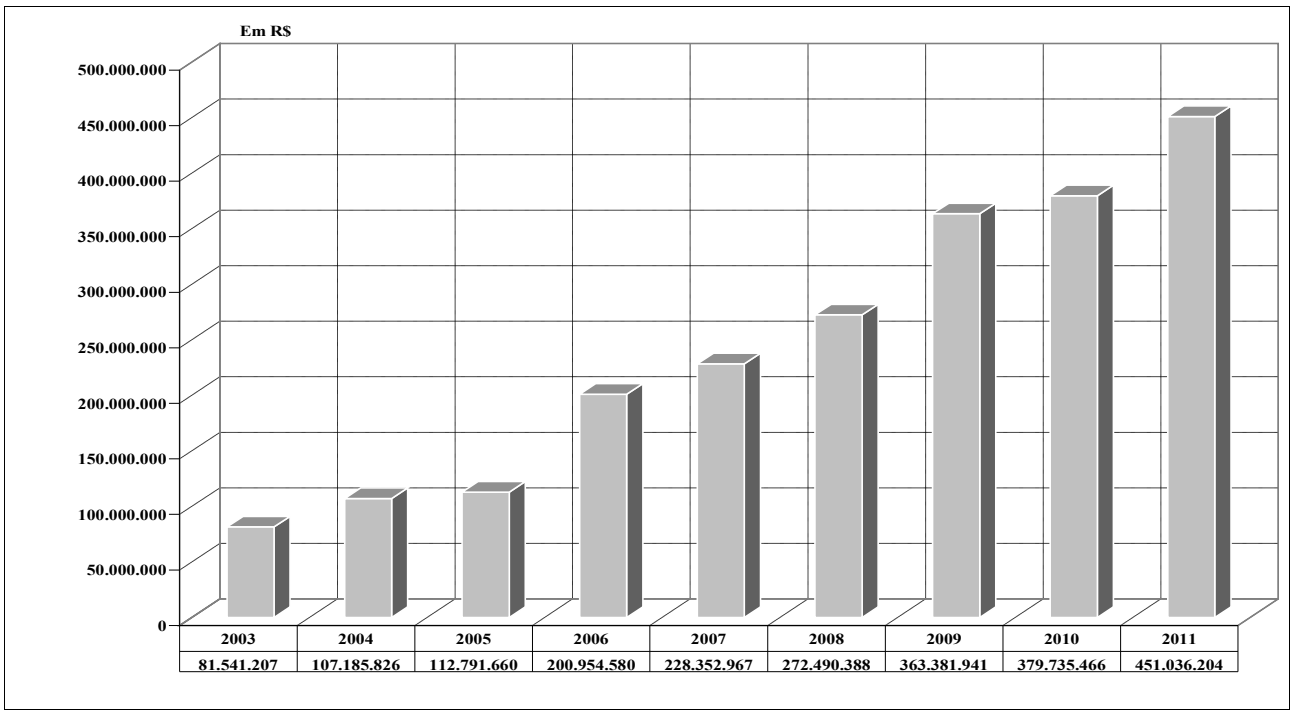
Fonte: Supaf/Gecaf

b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados tem sido incrementados significativamente desde a implantação do Programa, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas. A figura a seguir apresenta a evolução dos recursos aplicados pela Conab.

Figura XVI – Evolução dos Recursos Aplicados pela Conab no PAA



Fonte: Supaf/Gecaf

As operações do PAA realizadas em 2011 envolveram recursos da ordem de R$466.266.362,64, sendo R$451.906.605,75 em aquisições, INSS e embalagens e R$15.230.158,24 em despesas operacionais, tais como: diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, obrigações tributárias e contributivas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XII – Despesas Operacionais

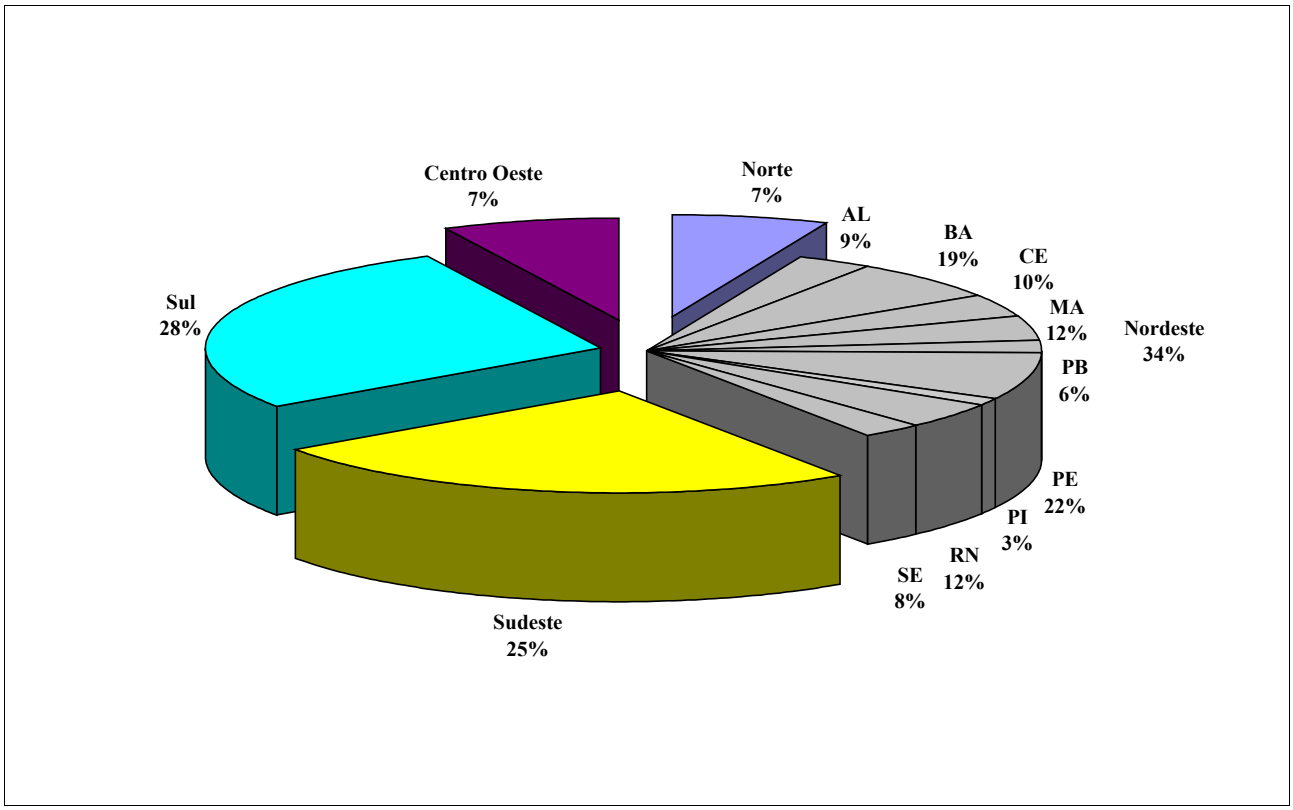
Discriminação	Valor (Em R$)		
	MDS	MDA	Total
Diárias	792.348,86	2.892,50	795.241,36
Material de Consumo	162.093,31	690,05	162.783,36
Passagens e Despesas com Locomoção	384.968,40	3.317,94	388.286,34
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	46.027,40	0,00	46.027,40
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	8.075.992,35	3.154.498,73	11.230.491,08
Obrigações Tributárias e Contributivas	2.255.894,56	16.228,90	2.272.123,46
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra Orçamentárias	335.205,24	0,00	335.205,24
Total	**12.052.530,12**	**3.177.628,12**	**15.230.158,24**

Fonte: Supaf/Gecaf

O valor gasto na aquisição de produtos, R$451.036.204,40 possibilitou a comercialização de 285.641 toneladas de alimentos produzidos por 99.791 famílias agricultoras pertencentes aos grupos do Pronaf.

Do total aplicado na aquisição de produtos em 2011, destacou-se a Região Nordeste com 34% dos recursos e, nesta, o Estado de Pernambuco com 22%, conforme detalhado na figura a seguir.

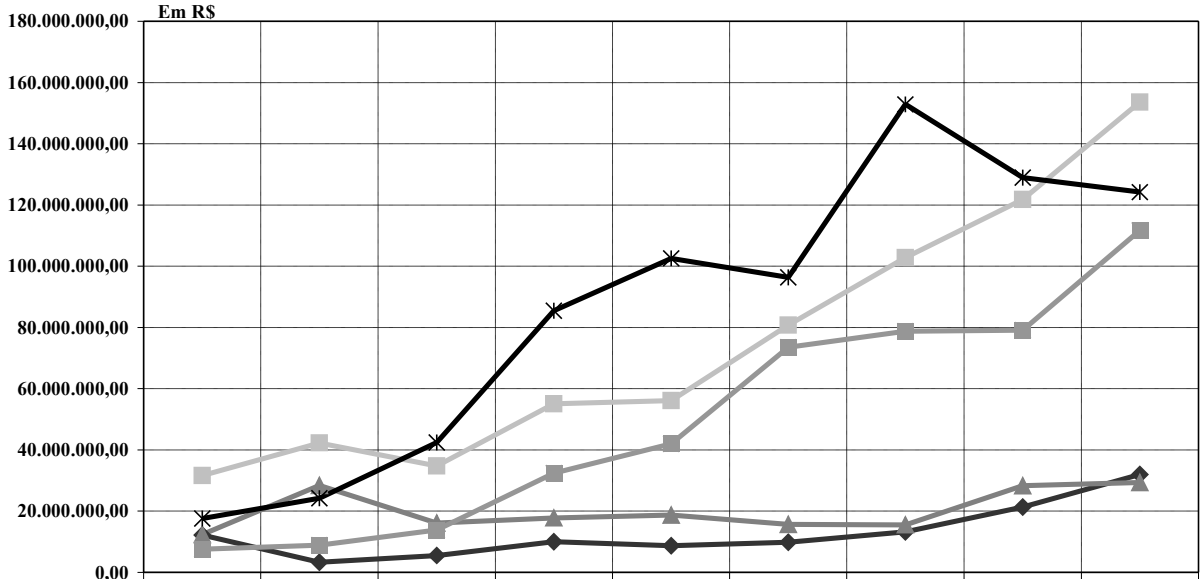
Figura XVII – Aplicação dos Recursos do PPA, por Região



Fonte: Supaf/Gecaf

Na aplicação dos recursos tem-se destacado a Região Nordeste com crescimento constante, em consequência da maior divulgação do Programa pela Conab e do cumprimento das diretrizes do Governo, que considera que as Regiões Norte e Nordeste devam ser privilegiadas, tendo em vista serem as que apresentam agricultores familiares com as menores rendas.

Figura XVIII – Evolução da Aplicação dos Recursos, por Região Geográfica



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
CENTRO OESTE	12.238.973,57	3.386.093,73	5.538.351,62	10.095.284,64	8.706.953,25	9.893.515,72	13.224.100,64	21.400.943,03	32.025.103,02
NORDESTE	31.672.408,08	42.307.977,65	34.745.916,53	55.113.494,53	56.116.342,99	80.840.500,81	102.838.204,9	121.858.906,2	153.674.198,0
NORTE	12.386.911,77	28.391.528,32	16.149.221,73	17.826.037,08	18.799.858,96	15.679.111,85	15.550.480,36	28.348.787,42	29.386.137,01
SUDESTE	7.603.664,78	8.903.395,89	13.876.678,39	32.460.606,77	42.080.968,36	73.621.788,66	78.842.347,84	79.151.714,35	111.741.508,9
SUL	17.639.249,09	24.196.830,75	42.481.492,12	85.459.228,53	102.648.839,9	96.393.588,05	152.926.807,4	128.975.115,3	124.209.257,3

Fonte: Supaf/Gecaf

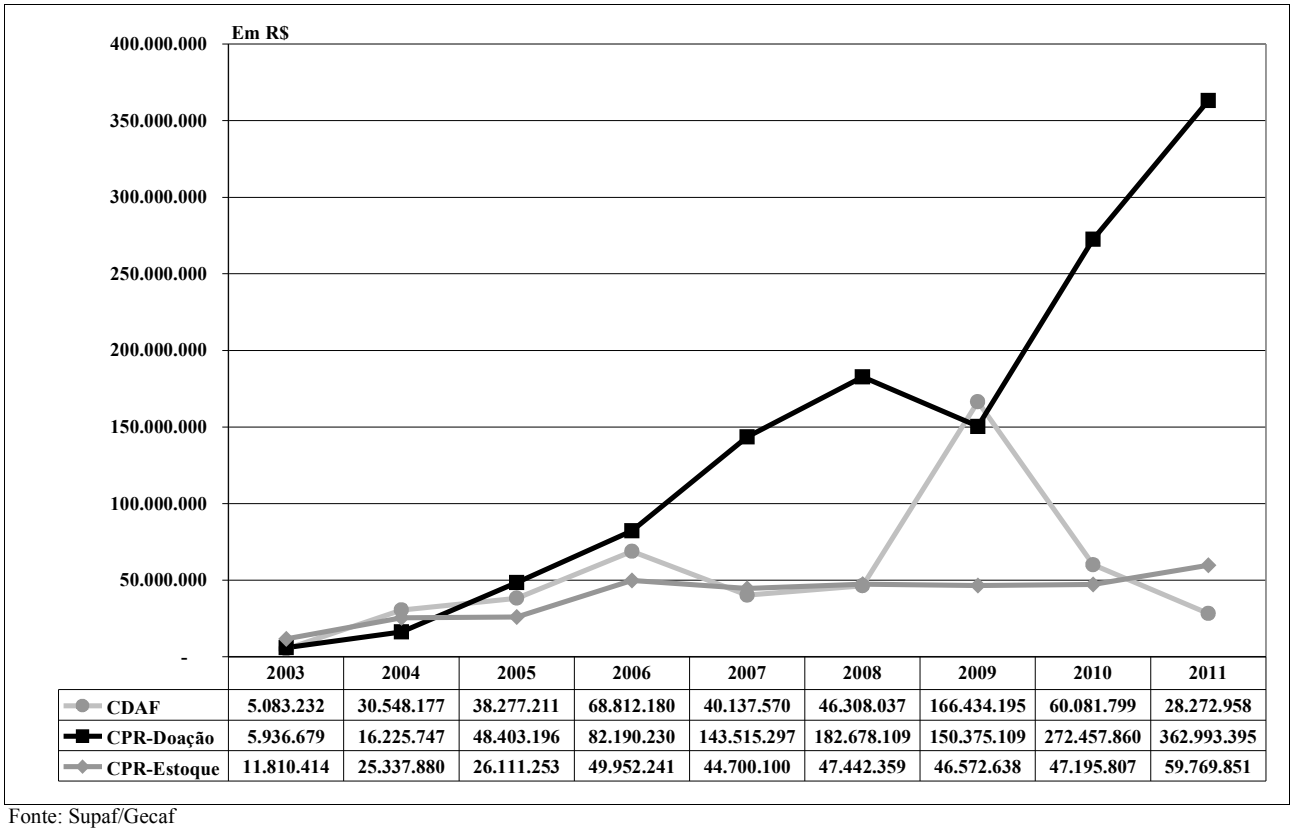
Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Devido ao fato da operacionalização da CPR-Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

Em 2011, as quantidades adquiridas na modalidade de Compra Direta-CDAF não foram tão expressivas quando comparadas aos anos anteriores, tendo em vista que houve pouca demanda para aquisição dos produtos, devido a alta de preços.

A figura a seguir detalha os recursos aplicados por modalidade de operacionalização.

Figura XIX – Evolução das Aplicações, por Instrumento



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
CDAF	5.083.232	30.548.177	38.277.211	68.812.180	40.137.570	46.308.037	166.434.195	60.081.799	28.272.958
CPR-Doação	5.936.679	16.225.747	48.403.196	82.190.230	143.515.297	182.678.109	150.375.109	272.457.860	362.993.395
CPR-Estoque	11.810.414	25.337.880	26.111.253	49.952.241	44.700.100	47.442.359	46.572.638	47.195.807	59.769.851

Fonte: Supaf/Gecaf

c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

Por meio da CDAF foram adquiridas18.326 toneladas de arroz, farinha de mandioca, feijão, leite em pó e sementes de hortaliças, atendendo a 4.037 produtores familiares, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro XIII – Aquisições por Meio da CDAF

UF	N.º Municípios	Produto	N.° de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R$)
MDS					
AL	11	Farinha de mandioca	305	1.237	1.301.704,64
		Feijão	2	4	5.679,40
Subtotal	**11**	**-**	**307**	**1.241**	**1.307.384,04**
BA	1	Farinha de mandioca	7	22	19.248,24
Subtotal	**1**	**-**	**7**	**22**	**19.248,24**
MS	1	Semente de feijão	205	144	720.000,00
Subtotal	**1**	**-**	**205**	**144**	**720.000,00**
PR	1	Arroz	647	3.553	4.547.998,40
Subtotal	**1**	**-**	**647**	**3.553**	**4.547.998,40**
RS	10	Arroz	1.651	10.932	12.376.503,30
		Farinha de trigo	13	100	100.000,00
		Leite em pó	868	916	6.868.075,48
Subtotal	**10**	**-**	**2.532**	**11.948**	**19.344.578,78**
SC	2	Feijão	24	71	97.627,31
Subtotal	**2**	**-**	**24**	**71**	**97.627,31**
SP	2	Farinha de mandioca	304	1.257	2.195.758,60
Subtotal		**-**	**304**	**1.257**	**2.195.758,60**
TO	1	Arroz	11	90	40.362,61
Subtotal	**1**	**-**	**11**	**90**	**40.362,61**
Total MDS	**27**	**-**	**4.037**	**18.326**	**28.272.957,98**

Fonte: Supaf/Gecaf

Por meio da CPR-Estoque foram adquiridas 24.047 toneladas de diversos produtos, atendendo a 6.061 produtores familiares, conforme detalhado no próximo quadro.

Quadro XIV – Aquisições por Meio da CPR-Estoque

UF	N.º Municípios	Produto	MDS			MDA		
			N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R$)
AC	2	Castanha do brasil	-	-	-	334	1.429	1.499.998,50
		Queijo	-	-	-	111	55	499.500,00
Subtotal	**2**	**0**	**0**	**0**	**0**	**445**	**1484**	**1999498,5**
AL	4	Açúcar	528	1.448	2.375.218,56	376	1.032	1.691.443,52
		Mel de abelha				60	48	240.000,00
		Polpa de frutas				33	31	148.500,00
	4	**0**	**528**	**1448**	**2375218,56**	**469**	**1111**	**2079943,52**
AM	**3**	Cupuaçu	-	-	-	25	100	200.000,00
		Guaraná	-	-	-	**100**	**8**	**299.988,00**
		Queijo	-	-	-	17	9	117.572,00
	3	**0**	**0**	**0**	**0**	**142**	**117**	**617560**
BA	19	Achocolatado em pó	-	-	-	51	42	229.449,00
		Cacau	-	-	-	36	20	100.000,00
		Carne ovina	-	-	-	89	42	315.795,00
		Leite de cabra	-	-	-	45	66	197.802,00
		Leite de vaca	-	-	-	240	144	1.080.000,00
		farinha de mandioca	65	179	235.899,84	-	-	-
		Leite em pó	808	485	3.636.495,00	-	-	-
		Marisco	-	-	-	91	51	407.680,00
		Milho	-	-	-	**94**	**1.260**	**399.000,00**
		Polpa de cacau	-	-	-	29	33	119.935,50
		Polpa de frutas	-	-	-	33	45	148.422,40
		Polpa de umbu	-	-	-	**80**	**69**	**350.004,00**
	19	**0**	**873**	**664**	**3872394,84**	**788**	**1772**	**3348087,9**
CE	3	Castanha de caju	-	-	-	60	225	270.000,00
	3	**0**	**0**	**0**	**0**	**60**	**225**	**270000**
DF	**1**	**Bebida láctea**	-	-	-	**72**	**128**	**572.771,36**
	1	**0**	**0**	**0**	**0**	**72**	**128**	**572771,36**
MG	3	Peixe	-	-	-	19	8	66.111,30
		Polpa de frutas	-	-	-	94	67	422.830,80
		Queijo	-	-	-	95	71	427.500,00
	3	0	0	0	0	208	146	916442,1
MS	4	Castanha de baru	-	-	-	5	2	39.979,00
		Bebida láctea	-	-	-	215	319	752.500,00
		Semente de feijão	25	18	108.000,00	-	-	-
	4	0	25	18	108000	220	321	792479
MT	4	Castanha de cumbaru	-	-	-	24	9	107.136,00
		Castanha do brasil	-	-	-	148	729	656.100,00
		Polpa de cupuaçu	-	-	-	20	18	90.000,00
		Polpa de maracujá	-	-	-	30	26	105.000,00
		Rapadura	-	-	-	22	29	72.000,00
	4	**0**	**0**	**0**	**0**	**244**	**811**	**1030236**
PA	2	Castanha de caju	-	-	-	15	56	67.500,00
		Polpa de açaí	-	-	-	53	37	199.991,00
	2	0	0	0	0	68	93	267491
PB	3	Arroz	100	300	450.000,00	77	174	191.796,00
		Mel de abelha	-	-	-	8	9	36.000,00
	3	0	100	300	450000	85	183	227796
PR	8	Açúcar	79	83	355.177,68	12	13	41.976,00
		Arroz	333	1.169	1.496.102,40	333	2.555	1.495.486,26
		Bolacha	-	-	-	6	3	20.974,80
		Canjica de milho	-	-	-	6	12	20.996,88
		Erva mate	-	-	-	40	640	320.000,00
		Farinha de trigo	-	-	-	22	51	76.989,00
		Feijão	-	-	-	16	28	56.000,00
		Fubá de milho	-	-	-	6	20	20.997,90
		Macarrão	-	-	-	63	89	280.350,00
		Mel de abelha	-	-	-	5	2	17.475,00
		Milho	21	21	73.500,00	-	-	-
		Suco de tomate	-	-	-	3	2	17.983,80
		Suco	-	-	-	72	51	314.451,30
	8	0	433	1273	1924780,08	584	3466	2683680,94
RJ	1	Arroz	4	17	17.999,10	-	-	-
		Banana	-	-	-	29	15	130.500,00
	1	**0**	**4**	**17**	**17999,1**	**29**	**15**	**130500**
RN	8	Arroz	-	-	-	29	61	124.488,00
		Castanha de caju	-	-	-	148	558	669.496,80
	8	0	0	0	0	177	619	793984,8
RO	6	Café	-	-	-	35	81	182.792,22
		Castanha do brasil	-	-	-	84	239	248.657,76
		Palmito	-	-	-	25	25	150.000,00
		Polpa de cupuaçu	-	-	-	68	150	450.000,00
	6	0	0	0	0	212	495	1031449,98
RR	2	Castanha do brasil	-	-	-	109	223	191.050,02
	2	0	0	0	0	109	223	191050,02
RS	27	Arroz	861	10.299	5.871.825,57	429	4.773	2.586.852,90
		Bebida láctea	28	147	220.000,40	14	31	48.988,80
		Compotas	-	-	-	188	385	1.500.000,00
		Conservas	6	4	19.984,00	-	-	-
		Extrato de tomate	-	-	-	55	69	369.100,00
		Farainha de trigo	189	6.819	1.499.999,60	-	-	-
		Feijão	13	51	74.460,00	6	18	26.280,00
		Leite de vaca	-	-	-	134	169	1.001.789,92
		Leite em pó	564	600	4.500.000,00	-	-	-
		Milho	-	-	-	209	3.352	938.595,00
		Oleo essencial	24	3	191.970,00	-	-	-
		Semente de hortaliça	113	13	499.730,00	-	-	-
		Suco	38	65	299.999,70	38	71	303.996,96
		Suco de frutas	-	-	-	40	44	319.761,00
		Suco de uva	-	-	-	188	400	1.500.000,00
		Trigo	-	-	-	218	2.002	1.161.404,18
Subtotal	**27**	**0**	**1836**	**18001**	**13177969,27**	**1519**	**11314**	**9756768,76**
SC	10	Açúcar	6	8	25.500,00	-	-	-
		Arroz	-	-	-	24	162	83.592,00
		Bolinho	-	-	-	67	30	301.500,00
		Croquete de peixe	-	-	-	11	7	75.000,00
		Diversos	43	47	129.998,20	-	-	-
		Doce de fruta	-	-	-	80	100	360.000,00
		Maçã	-	-	-	71	227	567.990,00
		Suco	-	-	-	10	8	40.000,00
Subtotal	**10**	**0**	**49**	**55**	**155498,2**	**263**	**534**	**1428082**
SE	9	Carne suína	-	-	-	29	26	130.500,00
		Farinha de mandioca	91	303	409.459,05	-	-	-
		Fubá de milho	50	187	224.640,00	-	-	-
		Néctar de laranja	979	1.630	2.934.063,00	131	218	392.607,00
		Polpa de acerola	16	21	71.960,00	-	-	-
		Suco	83	138	248.751,00	-	-	-
Subtotal	**9**	**0**	**1219**	**2279**	**3888873,05**	**160**	**244**	**523107**
SP	16	Doce de Banana	-	-	-	161	139	416.967,00
		Farinha de mandioca	-	-	-	20	122	90.280,00
		Feijão	-	-	-	569	1.337	1.816.964,27
		Mel de abelha	-	-	-	70	140	560.000,00
		Milho	-	-	-	62	1.116	279.000,00
		Queijo	-	-	-	208	135	807.900,00
		Suco	-	-	-	110	293	879.978,00
	16	0	0	0	0	1200	3282	4851089,27
Total Geral	**135**	**0**	**5067**	**24055**	**25970733,1**	**7054**	**26583**	**33512018,15**

Fonte: Supaf/Gecaf

Por meio da CPR-Doação foram doados 216.599 toneladas de produtos alimentícios a 17.722 instituições sociais, beneficiando 16.290.738 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XV– Aquisições por meio da CPR-Doação

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
AC	2		212	547	852.735,15	34	5.690
AL	20		1.768	7.748	7.892.498,39	218	702.644
AM	21		1.718	6.948	7.207.848,95	363	267.377
AP	5		292	511	1.114.502,33	132	159.254
BA	105		7.242	13.763	21.659.408,92	1.143	612.211
CE	64		3.440	4.438	14.979.870,51	1.096	561.686
DF	1		137	433	601.037,54	124	20.806
ES	25		2.381	7.383	10.049.841,94	267	129.597
GO	28		2.053	3.353	9.089.625,97	1.105	297.742
MA	55		4.148	7.465	18.331.689,80	1.091	365.776
MG	116		9.764	23.295	41.110.261,62	1.182	1.371.956
MS	24		1.762	4.656	7.761.627,88	364	206.883
MT	44		2.762	6.514	11.349.325,27	750	418.507
PA	40	Diversos	1.542	2.895	6.081.112,62	386	1.588.391
PB	47		1.964	4.390	8.323.181,37	259	1.817.902
PE	53		7.535	23.396	33.335.511,98	663	437.417
PI	42		1.199	2.342	4.566.426,25	219	226.922
PR	69		6.002	12.612	22.359.142,63	946	1.702.501
RJ	14		1.247	3.934	5.546.165,56	165	260.693
RN	64		4.241	4.691	17.600.411,43	2.462	917.468
RO	17		1.411	3.263	5.765.331,81	463	177.634
RR	6		374	591	1.514.543,50	33	172.717
RS	50		4.133	10.555	16.640.174,25	397	233.043
SC	64		8.393	15.677	32.092.956,76	1.813	887.356
SE	19		2.209	6.936	7.542.061,44	130	183.079
SP	114		11.798	37.282	46.923.450,76	1.782	2.515.545
TO	12		639	981	2.702.650,54	135	49.941
Total	**1121**		**90.366**	**216.599**	**362.993.395,17**	**17.722**	**16.290.738**

Fonte: Supaf/Gecaf

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CRP-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAANet, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas. Em 2011 cerca de 42,1% dos projetos executados tiveram como origem a Região Nordeste, conforme detalhado no quadro a seguir.

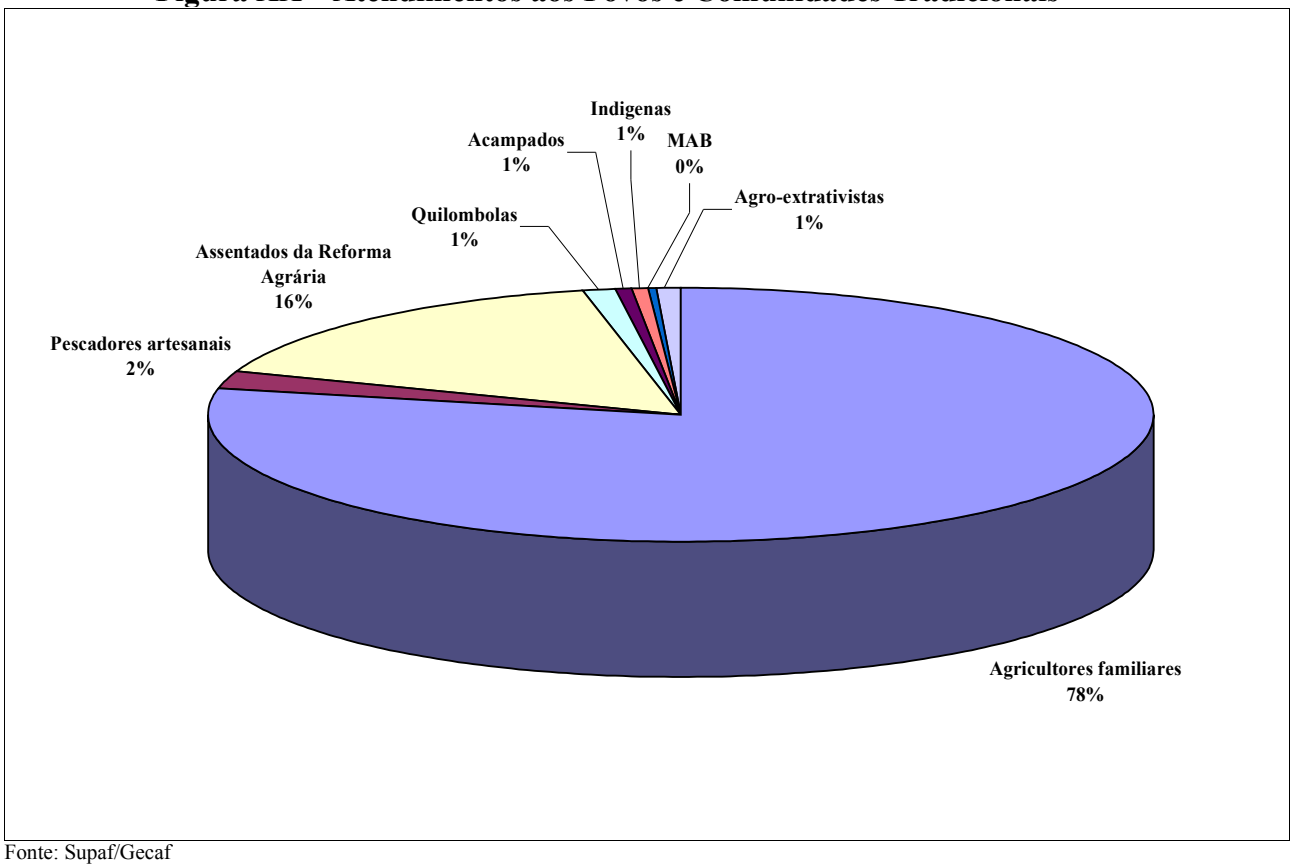
Quadro XVI – Evolução do Número de Projetos, por Região

Região	Ano								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Norte	24	30	58	109	128	140	36	214	202
Nordeste	10	50	90	299	530	696	459	871	1.010
Sudeste	2	51	125	208	326	519	441	478	626
Sul	29	113	216	273	440	353	284	361	386
Centro-Oeste	-	-	15	38	72	96	56	143	175
Total	**65**	**244**	**504**	**927**	**1.496**	**1.804**	**1.276**	**2.067**	**2.399**

Fonte: Supaf/Gecaf

No desenvolvimento de ações junto a Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares – *PCTAFs*, a Conab vem priorizando os projetos que tenham a participação de quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, extrativistas, entre outras comunidades. Em 2011, estes segmentos representaram cerca de 21,8% do número de famílias atendidas.

Figura XX – Atendimentos aos Povos e Comunidades Tradicionais



Fonte: Supaf/Gecaf

Os alimentos adquiridos por meio da CPR-Doação destinam-se à distribuição gratuita a entidades sociais como creches, escolas, asilos etc. Em 2011 foram beneficiadas 16.290.738 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XVII – Evolução do Número de Pessoas Beneficiadas pela CPR-Doação

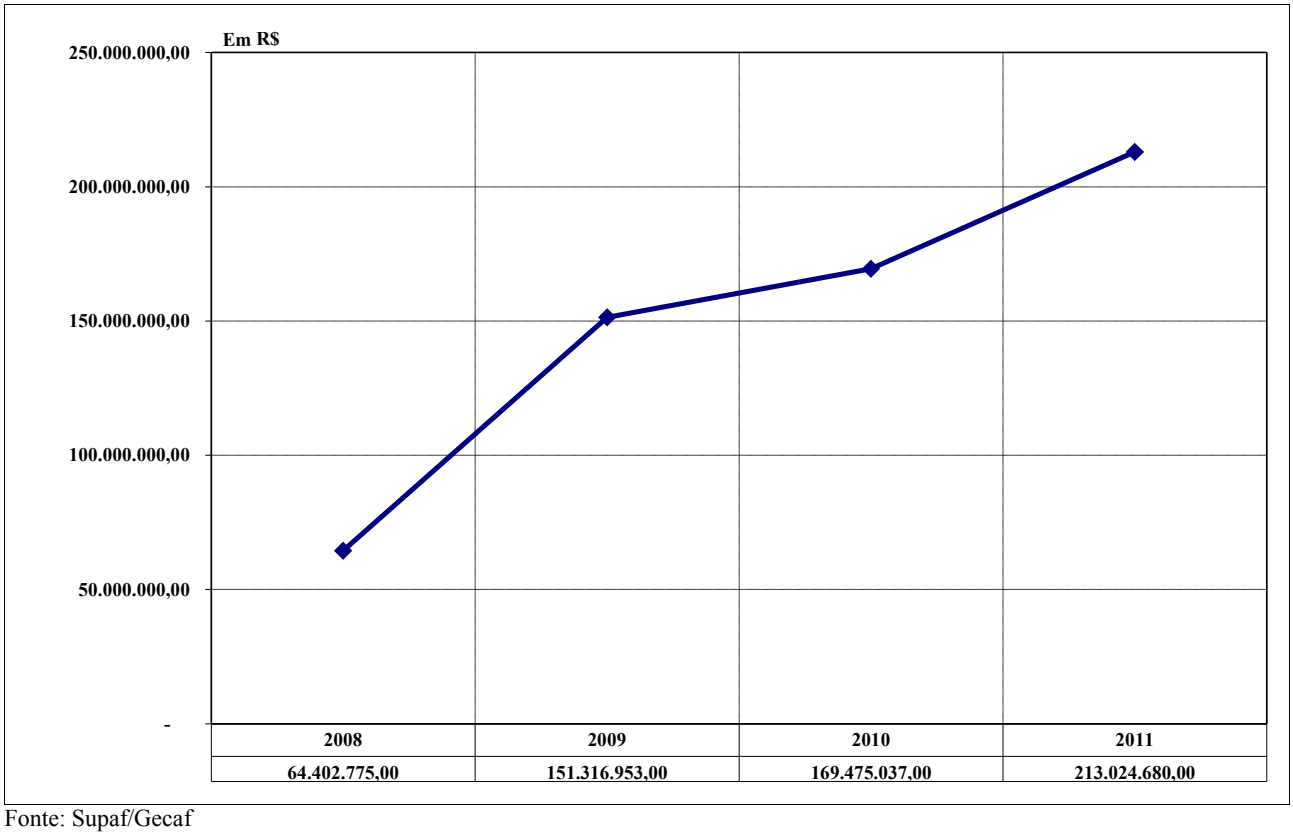
Região	Ano								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Norte	6.412	55.752	172.696	468.962	471.648	1.033.103	231.555	2.462.525	2.421.004
Nordeste	47.260	45.949	560.158	1.658.256	3.049.690	3.104.360	2.726.362	5.275.283	5.825.105
Sudeste	8.800	189.430	410.536	1.184.542	2.057.688	4.519.093	3.410.120	3.333.970	4.277.791
Sul	83.515	248.896	754.584	715.914	1.665.398	1.566.952	1.464.883	2.368.851	2.822.900
Centro-Oeste	0	0	181.963	263.312	336.524	419.699	296.338	851.391	943.938
Total	**145.987**	**540.027**	**2.079.937**	**4.290.986**	**7.580.948**	**10.643.207**	**8.129.258**	**14.292.020**	**16.290.738**

Fonte: Supaf/Gecaf

d) Territórios da Cidadania

O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania que tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, buscando a superação da pobreza e a geração de trabalho e renda no meio rural. A participação da Conab por meio do PAA tem sido fundamental para a construção dessa estratégia. No primeiro ano, os valores aplicados totalizaram R$64.402.775,00 e em 2011 somaram R$213.024.680,00, representando cerca de 47,1% do valor total das aquisições e crescimento de 230,8% no período, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura XXI – Demonstrativo das Aplicações nos Municípios do Programa Territórios da Cidadania



Fonte: Supaf/Gecaf

e) Plano Brasil sem Miséria

Os últimos anos foram marcados por uma aproximação do Governo Brasileiro com os mais pobres, visto que 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta e 36 milhões entraram na classe média. O Plano Brasil Sem Miséria foi criado com o objetivo de atingir as 16 milhões de

pessoas que ainda vivem na pobreza extrema, ou seja, que possuem uma renda mensal inferior a R$70,00. Nessa linha, o PAA vem priorizando os atendimentos das famílias agricultoras enquadradas no Pronaf nos grupos A, A/C e B, que são as de menores rendas.

Quadro XVIII – N.º de Agricultores Fornecedores Amparados pelo Plano Brasil sem Miséria

Região	N.º Total de Fornecedores	N.º de Fornecedores Enquadrados nos Grupos A, B e A/C	Participação (%)
Norte	7.175	3.272	45,60
Nordeste	38.595	28.147	72,93
Sudeste	26.935	11.708	43,47
Sul	26.415	3.885	14,71
Centro-Oeste	7.480	3.627	48,49
Total	**106.600**	**50.639**	**49,49**

Fonte: Supaf/Gecaf

3.2.2 – Aquisições do Governo Federal-AGF

a) Aquisição do Governo Federal-AGF

Consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores. A operação se realiza quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente.

Em 2011, foram realizadas intervenções nos mercados de arroz, feijão, milho e trigo. As aquisições objetivaram a manutenção de renda dos produtores no caso da ocorrência de preços inferiores aos preços mínimos ou à ocorrência de problemas na comercialização, principalmente decorrentes da falta de estrutura de armazenagem ou de escoamento do produto. Foram adquiridas por meio deste instrumento 596.870 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XIX - Demonstrativo das Aquisições de Produtos

UF	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quant.(kg)	Valor (R$)	Quant.(kg)	Valor (R$)	Quant.(kg)	Valor (R$)
DF	Feijão	59.910	79.878,00	0	0,00	59.910	79.878,00
Subtotal		**59.910**	**79.878,00**	**0**	**0,00**	**59.910**	**79.878,00**
GO	Feijão	510.712	680.931,77	0	0,00	510.712	680.931,77
	Milho	1.200.000	349.200,00	0	0,00	1.200.000	349.200,00
Subtotal		**1.710.712**	**1.030.131,77**	**0**	**0,00**	**1.710.712**	**1.030.131,77**
MS	Feijão	296.853	397.018,82	0	0,00	296.853	397.018,82
Subtotal		**296.853**	**397.018,82**	**0**	**0,00**	**296.853**	**397.018,82**
PR	Feijão	20.979.588	28.017.984,52	0	0,00	20.979.588	28.017.984,52
	Trigo	22.500.000	10.732.500,00	0	0,00	22.500.000	10.732.500,00
Subtotal		**43.479.588**	**38.750.484,52**	**0**	**0,00**	**43.479.588**	**38.750.484,52**
RO	Feijão	2.389	3.185,25	0	0,00	2.389	3.185,25
Subtotal		**2.389**	**3.185,25**	**0**	**0,00**	**2.389**	**3.185,25**
RS	Arroz	395.073.835	207.460.474,98	204.039.000	119.865.814,20	599.112.835	327.326.289,18
	Trigo	144.640.642	77.946.658,50	0	0,00	144.640.642	77.946.658,50
Subtotal		**539.714.477**	**285.407.133,48**	**204.039.000**	**119.865.814,20**	**743.753.477**	**405.272.947,68**
SC	Arroz	1.253.300	671.768,80	10.341.000	6.020.460,00	11.594.300	6.692.228,80
	Feijão	8.914.990	11.886.356,19	0	0,00	8.914.990	11.886.356,19
Subtotal		**10.168.290**	**12.558.124,99**	**10.341.000**	**6.020.460,00**	**20.509.290**	**18.578.584,99**
SP	Feijão	1.223.910	1.631.839,20	0	0,00	1.223.910	1.631.839,20
	Trigo	213.750	113.793,28	0	0,00	213.750	113.793,28
Subtotal		**1.437.660**	**1.745.632,48**	**0**	**0,00**	**1.437.660**	**1.745.632,48**
Total Geral		**596.869.879**	**339.971.589,31**	**214.380.000**	**125.886.274,20**	**811.249.879**	**465.857.863,51**

Fonte: Dirab/Suope/Gefoc

Também foram adquiridas 3.719.056 unidades de sacaria objetivando o atendimento ao Programa Vendas em Balcão.

Quadro XX - Demonstrativo das Aquisições de Sacaria

UF	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quant.(unidade)	Valor (R$)	Quant.(kg)	Valor (R$)	Quant.(unidade)	Valor (R$)
AC	Sacaria	40.000	58.634,00	0	0,00	40.000	58.634,00
CE	Sacaria	660.000	709.818,00	0	0,00	660.000	709.818,00
DF	Sacaria	1.088	866,59	0	0,00	1.088	866,59
ES	Sacaria	292.000	292.000,00	0	0,00	292.000	292.000,00
GO	Sacaria	8.332	7.305,97	0	0,00	8.332	7.305,97
MA	Sacaria	110.000	122.496,00	0	0,00	110.000	122.496,00
MG	Sacaria	30.000	31.704,00	0	0,00	30.000	31.704,00
PA	Sacaria	40.000	47.272,00	0	0,00	40.000	47.272,00
PB	Sacaria	315.000	371.920,50	0	0,00	315.000	371.920,50
PI	Sacaria	290.000	322.944,00	0	0,00	290.000	322.944,00
PR	Sacaria	367.382	282.997,77	0	0,00	367.382	282.997,77
RO	Sacaria	60.038	67.125,63	0	0,00	60.038	67.125,63
RR	Sacaria	365.461	442.397,47	0	0,00	365.461	442.397,47
RS	Sacaria	294.958	303.881,45	0	0,00	294.958	303.881,45
SC	Sacaria	838.494	839.578,33	0	0,00	838.494	839.578,33
SP	Sacaria	6.303	5.578,18	0	0,00	6.303	5.578,18
Total Geral		**3.719.056**	**3.906.519,89**	**0**	**0,00**	**3.719.056**	**3.906.519,89**

Fonte: Dirab/Suope/Gefoc

b) Contrato de Opção de Venda

Pela ocorrência de preços recebidos pelos produtores de arroz abaixo do preço mínimo fixado pelo Governo a Conab ofertou, por meio de leilões eletrônicos realizados nos meses de junho, agosto e setembro, 41.225 contratos de aquisição de produtos, com 27 toneladas cada, aos produtores da Região Sul, sendo negociados 36.400 contratos, representando 982.800 toneladas, com vencimento em 30 de novembro e 31 de dezembro de 2011.

Quadro XXI - Demonstrativo da Venda de Contratos de Opção

UF	Ofertado		Preço de Exercício R$/50KG	Negociado		Valor do Prêmio Total (R$)	Valor Previsto da Operação (R$)	Data de Vencimento da Opção	Período para Entrega do Produto e da Documentação
	Nº Contrato	Quantidade (t)		Nº Contrato	(t)				
RS	16.667	450.009	29,00	16.667	450.009	14.510.375,00	261.005.220,00	30/11/2011	01 a 15/12/2011
SC	1.852	50.004	29,00	1.852	50.004	145.011,60	29.002.320,00		
PR	406	10.962	29,50	379	10.233	36.268,30	6.037.470,00	31/12/2011	02 a 16/01/2011
RS	20.188	545.076	29,50	16.185	436.995	1.592.111,50	257.827.050,00		
SC	2.112	57.024	29,50	1.317	35.559	104.899,05	20.979.810,00		
Total	**41.225**	**1.113.075**	**-**	**36.400**	**982.800**	**16.388.665,45**	**574.851.870,00**	**-**	**-**

Fonte: Dirab/Suope/Gefoc

Devido a falta de espaço nos armazéns credenciados para o recebimento de produtos no exercício dos Contratos de Opção de Venda, o Governo se viu obrigado a realizar operações de Revenda e Repasse dos Contratos de Opção.

Nas operações de Recompra o Governo fica desobrigado de adquirir um produto, ou seja, é realizada uma reversão dos Contratos de Opção de Venda, mediante a oferta de subvenção financeira equivalente à diferença entre o preço de exercício e o preço de mercado. Nestas operações a subvenção é dada diretamente ao produtor. Dos 7.866 contratos oferecidos foram negociados 4.278 contratos, representando um desembolso de R$7.511.529,60, conforme abaixo detalhado.

Quadro XXII – Demonstrativo das Operações de Recompra dos Contratos de Opção de Venda de Arroz

UF	Ofertado		Preço de Exercício R$/50KG	Negociado		Valor do Prêmio Total (R$)
	Nº Contrato	Quantidade (t)		Nº Contrato	(t)	
RS	6.308	170.316	29,00	3.310	89.370	5.742.068,40
SC	1.100	29.700	29,00	629	16.983	1.081.193,40
PR	478	12.906	29,50	339	9.153	688.267,80
Total	**7.886**	**212.922**	**-**	**4.278**	**115.506**	**7.511.529,60**

Fonte: Suope/Geope

Por sua vez, na operações de Repasse, o Governo (lançador original do Contrato de Opção de Venda) é substituído por um agente privado que recebe a subvenção. As obrigações do Governo com os produtores e cooperativas detentoras dos Contratos são assumidas pelo arrematante do leilão. Em 2011, foram oferecidos 25.204 contratos de 27 toneladas cada, sendo negociados 2.987 contratos.

Quadro XXIII – Demonstrativo das Operações de Repasse dos Contratos de Opção de Venda de Arroz

UF	Ofertado		Preço de Exercício R$/50KG	Negociado		Valor do Prêmio Total (R$)
	Nº Contrato	Quantidade (t)		Nº Contrato	(t)	
RS	2.586	69.822	28,00	155	4.185	387.531,00
SC	400	10.800		47	1.269	117.509,40
RS	13.368	360.936	29,00	1.493	40.311	4.183.866,00
SC	1.452	39.204		411	11.097	1.152.559,80
PR	120	3.240	29,50	0	0	0,00
RS	6.914	186.678		823	22.221	2.322.162,00
SC	364	9.828		58	1.566	165.996,00
Total	**25.204**	**680.508**	**-**	**2.987**	**80.649**	**8.329.624,20**

Fonte: Suope/Geope

A Conab ainda adquiriu, por meio do exercício dos Contratos de Opção de Venda, 214.380 toneladas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Para 2012, em função das dificuldades enfrentadas pelos rizicultores e triticultores, a Conab prevê a necessidade de dar continuidade nas intervenções nesses mercados por meio de AGFs e de concessão de subvenção para escoamento da produção. Para tanto, necessita de aportes orçamentários de grande vulto constantes nas ações orçamentárias Formação de Estoques Públicos e Garantia e Sustentação de Preços, além da necessidade de ampliação da capacidade estática credenciada.

3.2.3 – Subvenções do Governo Federal

a) Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar

Subvenção econômica concedida de acordo com a Lei n.º 12.249/10, alterada em setembro de 2011, pela Lei n.º 12.490, aos produtores independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas ou suas cooperativas, para repasse aos seus cooperados, cuja produção tenha sido cultivada e beneficiada em terras e em unidades industriais da Região Nordeste, que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol e que possuam cadastro junto à Secretaria de Produção e Agroenergia-SPAE/MAPA.

A alteração na redação da Lei se deu para inclusão de um novo público como beneficiário da subvenção. A partir desta, os canavieiros que venderam sua produção às destilarias, e não somente às usinas, passaram a ter direito ao recebimento da subvenção.

Foram beneficiados nesta operação 2.819 agricultores, totalizando R$8.973.306,53.

Quadro XXIV – Demonstrativo de Pagamento de Subvenções

UF	N.º de Beneficiários	Valor Pago (R$)
AL	1.267	5.806.777,72
BA	7	81.966,40
PB	100	350.160,95
PE	1.427	2.636.951,87
PI	1	25.796,05
RN	17	71.653,54
Total	**2.819**	**8.973.306,53**

Fonte: Sugof

b) Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção econômica concedida diretamente aos extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf, ou, ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

Em meados de 2011 houve entrave na assinatura da Portaria Interministerial que libera os recursos, sendo assinada somente em 23 de dezembro. Tal situação impossibilitou a operacionalização do Programa no segundo semestre, devendo influenciar negativamente os primeiros meses de 2012.

No período foram pagos R$1.895.090,76, referentes a 2.663 toneladas de borracha, amêndoa de babaçu, fibra de piaçava e pequi a 5.753 produtores.

Quadro XXV – Demonstrativo de Pagamento de Subvenção da PGPMBio

UF	N.º Extrativistas	Quant. (Kg)	Valor (R$)
Borracha			
AC	381	104.896	142.102,08
AM	952	450.884	435.524,60
PA	121	153.966	200.843,60
RO	148	57.866	69.494,95
Subtotal	**1.602**	**767.612**	**847.965,23**
Amêndoa de Babaçu			
CE	16	11.625	5.347,00
MA	3.639	815.402	410.398,52
PI	12	2.779	1.000,26
Subtotal	**3.667**	**829.806**	**416.745,78**
Fibra de Piaçava			
BA	473	1.048.467	627.717,25
Subtotal	**473**	**1.048.467**	**627.717,25**
Pequi			
MG	11	17.750	2.662,50
Subtotal	**11**	**17.750**	**2.662,50**
Total Geral	**5.753**	**2.663.635**	**1.895.090,76**

Fonte: Sugof

3.2.4 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção

Os prêmios PEP e PEPRO que também auxiliam na sustentação de Renda estão detalhados no capítulo 4 – Promoção do Abastecimento.

3.3 – Principais indicadores de desempenho

Os indicadores propostos e que estão em fase de análise pelas diversas áreas estão detalhados no item 4.3

4 – Promoção do Abastecimento

4.1 - Atuação da Companhia

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam, o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizado pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Em 2011 foram divulgadas as seguintes portarias:

- Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 – PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 e 2011, até R$200,0 milhões para o primeiro e até R$50,0 milhões para o segundo;

- Portaria Interministerial n.º 408, de 12 de agosto de 2011 – PEP para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzido nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, até o valor de R$20,0 milhões.

- Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 – PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária "Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos", do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos

como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,

- Ação orçamentária "Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres", do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

4.2 - Ações desenvolvidas

4.2.1 - Alienação dos Estoques da PGPM

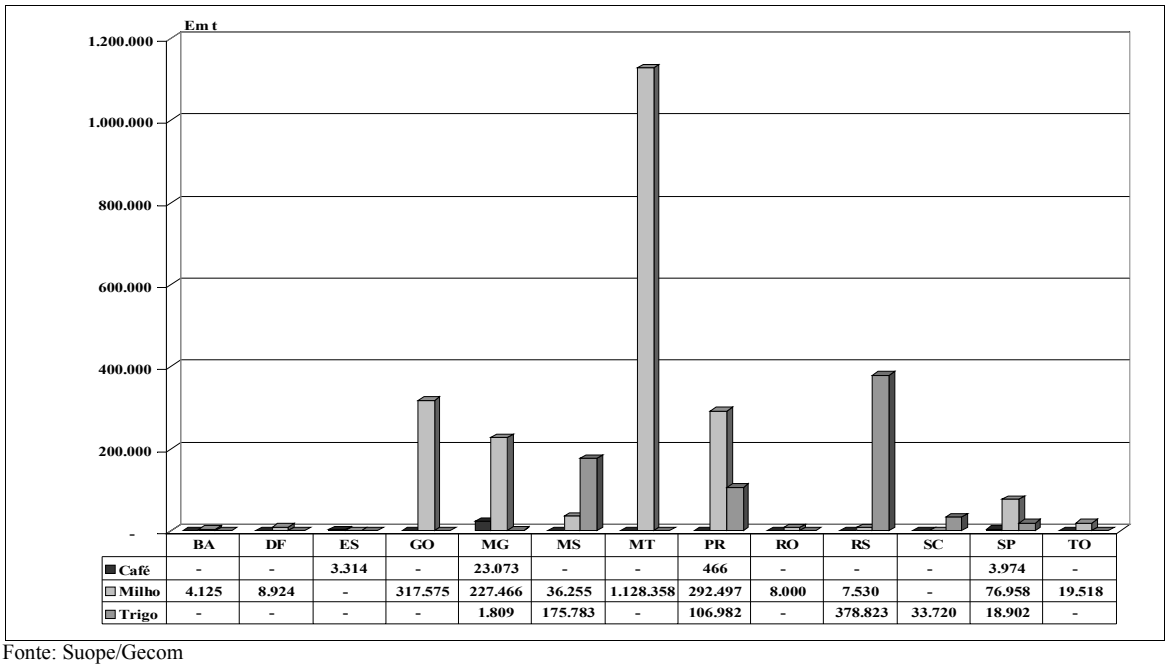
a) Vendas em Leilões Públicos

As elevadas vendas dos estoques públicos em 2011 foram realizadas para amenizar as elevações dos preços internos ocasionados, principalmente, por fatores críticos relacionados às atipicidades climáticas, tais como as secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais no Brasil e no mundo. Esta situação inflou as cotações internacionais puxando, consequentemente, os preços internos dos grãos, principalmente, do trigo, do café e do milho.

Entre os meses de abril a setembro foi realizada a venda de mais de 570 mil toneladas de trigo em decorrência da seca, principalmente nos principais países produtores, que puxaram os preços mundiais do cereal, tendo reflexos no mercado interno. Pelo mesmo fator, mas durante o último trimestre, foram disponibilizadas ao mercado nacional algo em torno de 30 mil toneladas de café em grãos, para aproveitar o momento em que as cotações estavam elevadas, em razão da oferta mundial apertada, comparada à demanda, influenciando, assim, os preços internos do grão.

Em função do seu grau de importância no cenário mundial, a queda da produção da safra norte-americana de milho e o aumento no consumo mundial geraram uma relação estoque/consumo extremamente ajustada. Dessa forma, no início do ano as exportações de milho foram muito elevadas. Fatores climáticos também atingiram o País, o que ocasionou o atraso na colheita e a necessidade de venda, para suprimento ao mercado interno, de mais de 800 mil toneladas de milho. As vendas efetivadas por meio de leilões públicos foram realizadas durante todo o ano de 2011, utilizando-se, para tanto, os estoques públicos existentes nos estados da Bahia, do Distrito Federal, de Goiás, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Rondônia e do Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins.

Figura XXII - Vendas em Leilões Públicos

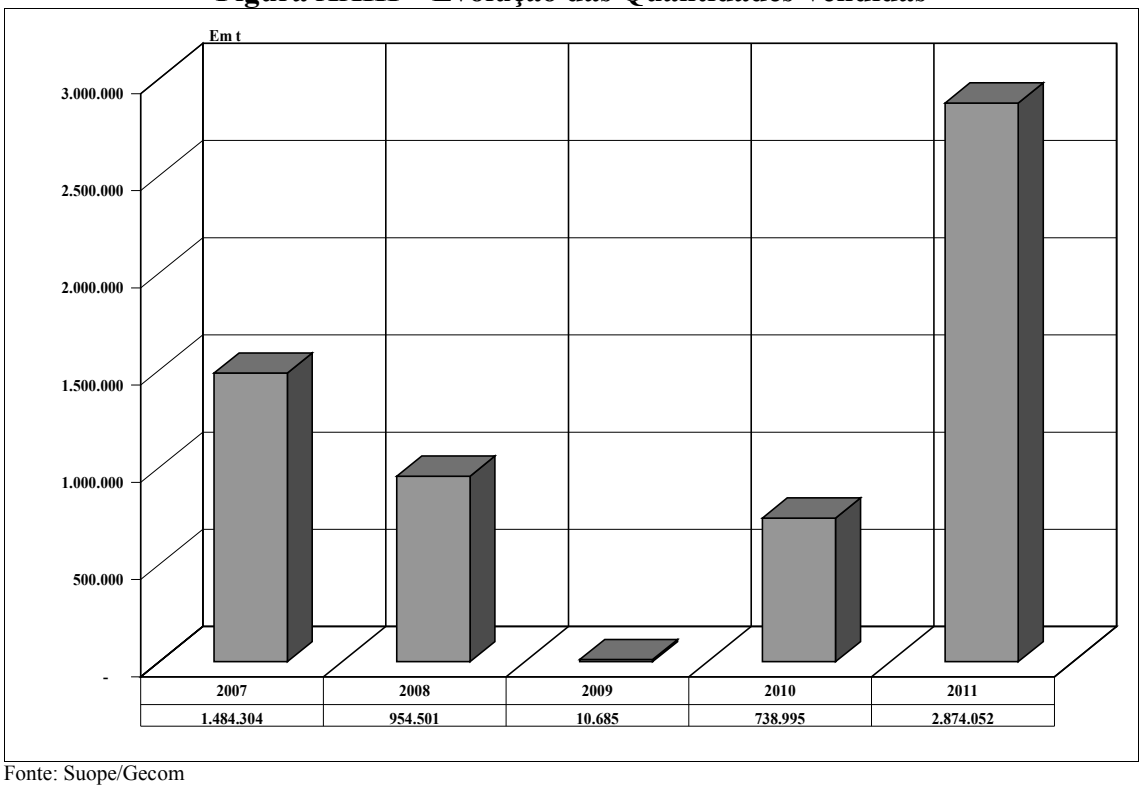


	BA	DF	ES	GO	MG	MS	MT	PR	RO	RS	SC	SP	TO
Café	-	-	3.314	-	23.073	-	-	466	-	-	-	3.974	-
Milho	4.125	8.924	-	317.575	227.466	36.255	1.128.358	292.497	8.000	7.530	-	76.958	19.518
Trigo	-	-	-	-	1.809	175.783	-	106.982	-	378.823	33.720	18.902	-

Fonte: Suope/Gecom

Foi diferente a atuação da Companhia em comparação aos dois exercícios anteriores. Naqueles anos, as cotações das principais *commodities* atingiram patamares inferiores aos preços mínimos causando perda de renda dos produtores rurais, levando a Companhia a intervir no mercado no sentido de reduzir a oferta, por meio de aquisições (AGFs e Contrato Público de Opção de Venda) e pela concessão de subvenções, objetivando o escoamento da produção das zonas produtoras para áreas desabastecidas ou para exportação. As vendas, em 2009 e 2010, alcançaram 4 mil e 738 mil toneladas respectivamente, envolvendo algodão em pluma, arroz, feijão, milho e sorgo.

Figura XXIII – Evolução das Quantidades Vendidas



2007	2008	2009	2010	2011
1.484.304	954.501	10.685	738.995	2.874.052

Fonte: Suope/Gecom

b) Vendas em Leilão Público, com Subvenção

Esta modalidade de venda é realizada por meio do instrumento denominado Valor de Escoamento do Produto-VEP em que é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão.

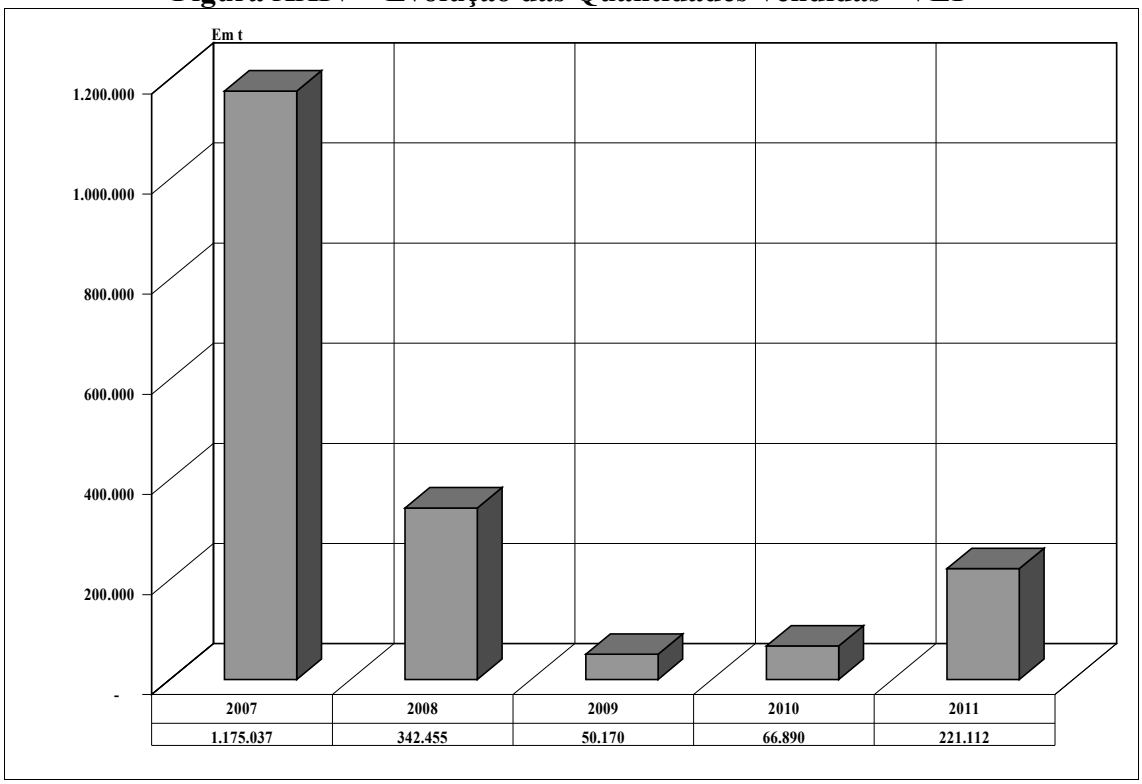
Em 2011, pelo motivo já citado, foram realizadas vendas de 221.112 toneladas de milho armazenados nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com escoamento para estados da Região Nordeste. Em relação ao exercício anterior verificou-se incremento de 230,56% nas quantidades vendidas.

Quadro XXVI – Demonstrativo de Comercialização pelo VEP

UF de Origem	Quantidade (t)		Valor da Operação (R$)		Valor do Prêmio (R$)	UF de Destino	Quantidade (t)		Valor do Prêmio (R$)	
	Ofertada	Negociada	Sem ICMS e com Prêmio	Com ICMS e sem Prêmio			Vendida	Comprovada	Previsto	Pago
GO	10.038	9.706	4.213.518,51	3.666.434,56	878.407,93	AL	150	112	13.575,00	10.181,25
						CE	1.520	1.520	137.605,25	137.605,25
						PE	7.417	1.417	671.220,40	670.947,09
						PI	38	37	3.393,75	3.393,75
						RN	581	581	52.613,53	52.613,53
Subtotal	**10.038**	**9.706**	**4.213.518,51**	**3.666.434,56**	**878.407,93**	**-**	**9.706**	**3.667**	**878.407,93**	**874.740,87**
MG	10.000	10.000	4.942.000,00	3.434.333,00	1.713.000,00	AL	1.012	1.012	173.304,21	173.304,21
						BA	1.271	1.271	217.722,30	217.722,30
						CE	300	300	51.390,00	51.390,00
						PB	637	637	109.203,75	109.203,75
						PE	4.652	4.652	796.887,60	796.817,35
						RN	635	635	108.775,50	108.775,50
						SE	1.493	0	255.716,64	0,00
Subtotal	**10.000**	**10.000**	**4.942.000,00**	**3.434.333,00**	**1.713.000,00**	**-**	**10.000**	**8.507**	**1.713.000,00**	**1.457.213,11**
MS	200.750	138.472	54.345.652,44	41.114.133,47	14.125.214,29	AL	2.241	2.241	258.116,37	258.116,37
						BA	11.229	11.199	1.368.627,65	1.368.582,60
						CE	23.088	23.088	2.760.178,75	2.760.178,75
						ES	17.321	16.777	31.177,80	30.199,19
						PB	17.992	16.790	2.140.094,62	2.002.924,62
						PE	56.122	56.122	6.646.943,10	6.646.931,85
						PI	2.215	2.215	269.920,80	269.920,80
						RJ	2.789	2.789	5.020,20	5.020,20
						RN	3.375	2.925	405.525,00	349.275,00
						SE	2.100	2.100	239.610,00	239.610,00
Subtotal	**200.750**	**138.472**	**54.345.652,44**	**41.114.133,47**	**14.125.214,29**	**-**	**138.472**	**136.246**	**14.125.214,29**	**13.930.759,38**
MT	511.882	62.934	17.829.421,58	16.589.261,51	2.631.082,51	AL	1.375	1.375	34.940,55	34.940,55
						BA	3.981	3.870	217.611,10	207.832,00
						CE	24.375	24.373	1.151.370,05	1.151.370,05
						MA	76	76	5.593,60	5.593,60
						PB	7.999	6.999	350.891,00	321.791,00
						PE	21.747	20.546	743.024,01	712.064,01
						PI	414	414	21.230,40	21.230,40
						RN	1.773	1.462	74.918,85	69.418,15
						SE	1.194	1.194	31.326,75	31.326,75
Subtotal	**511.882**	**62.934**	**17.829.421,58**	**16.589.261,51**	**2.631.082,51**	**-**	**62.934**	**60.309**	**2.630.906,31**	**2.555.566,51**
Total Geral	**732.670**	**221.112**	**81.330.592,53**	**64.804.162,54**	**19.347.704,73**	**-**	**221.112**	**208.729**	**19.347.528,53**	**18.818.279,87**

Fonte: Suope/Gecom

Figura XXIV – Evolução das Quantidades Vendidas - VEP



Fonte: Suope/Gecom

c) Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.° daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: "III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura"; e, "X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família".

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a "especial, exclusiva e excepcional" permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.° 182, de 25/08/1994, que assim descreve: "Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas "de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria".

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o

acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);
- feijão – 3 toneladas;
- farinha de mandioca – 2 toneladas;
- farinha de trigo – 600 kg
- leite em pó – 600 kg,
- sorgo – 10 toneladas;
- açúcar – 2 toneladas;
- arroz beneficiado – 5 toneladas;
- castanha do brasil – 10 toneladas

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação "Acompanhamento Semanal de Preços", editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na "Tabela de Acompanhamento Semanal", são adotados os valores constantes na "Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO";
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a "Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado";

➢o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 21 estados mais o Distrito Federal, totalizando 227.569 toneladas de produtos, sendo: 227.322 toneladas de milho em grãos, 207 toneladas de farelo, 28 toneladas de arroz em casca e 12 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 79.070 atendimentos.

Quadro XXVII – Demonstrativo de Vendas em Balcão

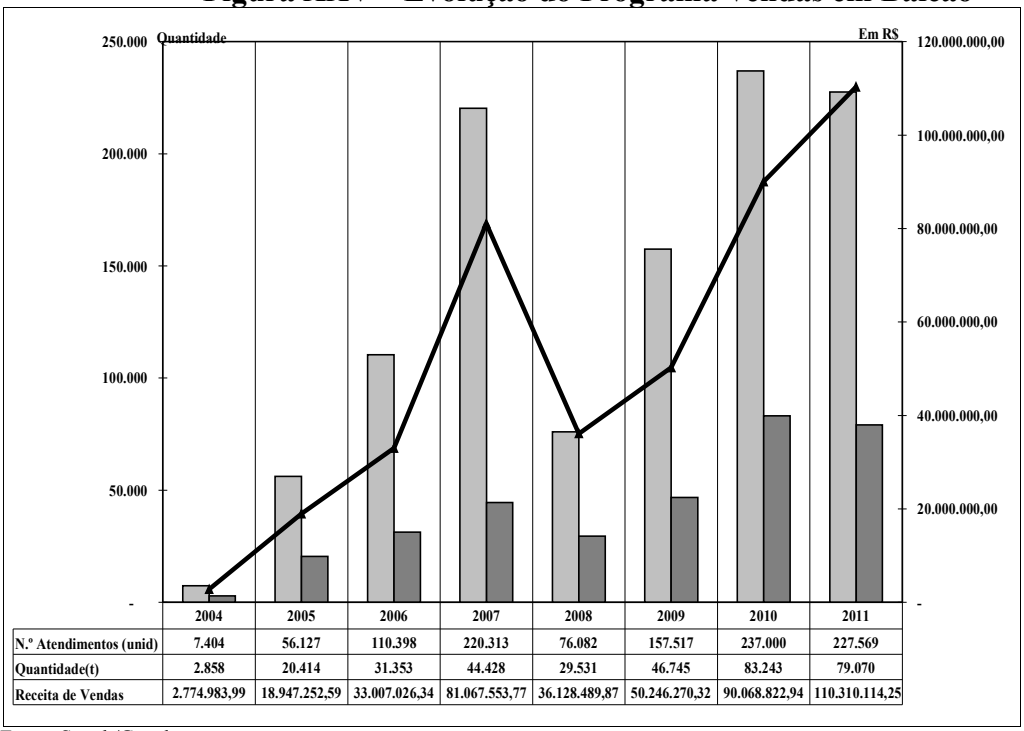
UF	Quantidade Vendida (Em t)	Receita de Venda (Em R$)	Nº de Atendimentos
ARROZ			
TO	28	5.550,00	160
Subtotal	**28**	**5.550,00**	**160**
CASTANHA DE CAJU			
PI	12	17.707,39	3
Subtotal	**12**	**17.707,39**	**3**
FARELO			
TO	207	61.995,00	378
Subtotal	**207**	**61.995,00**	**378**
MILHO			
AC	524	267.032,50	970
AL	1.901	1.083.766,20	583
AM	3.813	2.090.264,83	1.740
BA/SE	912	515.578,76	487
CE	35.849	20.737.162,25	12.948
ES	7.026	3.915.236,14	5.916
GO/DF	7.193	2.998.909,34	3.086
MA	2.912	1.439.395,25	1.317
MG	5.635	2.796.247,12	2.594
PA	1.178	637.734,89	124
PB	18.094	10.032.430,78	7.425
PE	2.484	1.334.548,18	626
PI	12.061	6.225.868,59	7.597
PR	12.266	4.870.296,17	1.200
RN	21.897	12.385.994,76	13.538
RO	2.604	1.140.773,43	2.356
RR	6.397	3.693.438,66	6.037
RS	20.444	8.808.587,53	1.868
SC	63.303	24.848.523,48	6.622
TO	829	403.073,00	1.495
Subtotal	**227.322**	**110.224.861,86**	**78.529**
Total Geral	**227.569**	**110.310.114,25**	**79.070**

Fonte: Supab/Gepab

Em função do aumento dos preços de milho em grãos ocorrido durante o ano de 2007, as vendas superaram as do ano anterior em 99,6%, reduzindo de forma substancial os estoques públicos e, em consequência, gerando menor comercialização em 2008. Em 2009, devido à queda dos preços nos mercados nacional e internacional e ao aumento da produção na Região Centro-Oeste, principalmente no Estado do Mato Grosso, a Conab atuou de forma intensiva absorvendo grande parte do excedente e agregando mais de 4,1 milhões de toneladas de milho aos estoques

públicos, permitindo que o Programa Vendas em Balcão ampliasse o atendimento aos compradores de pequeno porte, reduzindo os efeitos do contínuo aumento dos preços e da escassez do produto, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste.

Figura XXV – Evolução do Programa Vendas em Balcão



	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
N.º Atendimentos (unid)	7.404	56.127	110.398	220.313	76.082	157.517	237.000	227.569
Quantidade(t)	2.858	20.414	31.353	44.428	29.531	46.745	83.243	79.070
Receita de Vendas	2.774.983,99	18.947.252,59	33.007.026,34	81.067.553,77	36.128.489,87	50.246.270,32	90.068.822,94	110.310.114,25

Fonte: Supab/Gepab

d) Comercialização por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap

Em 2009, a Conab passou a disponibilizar parte dos estoques públicos adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA para comercialização por meio da Refap, beneficiando as populações de baixa renda clientes dos pequenos mercados nas periferias das grandes cidades e integrantes de Centrais de Negócios. Em 2011, foram comercializadas 2.087 toneladas nas Centrais de Negócios já formadas.

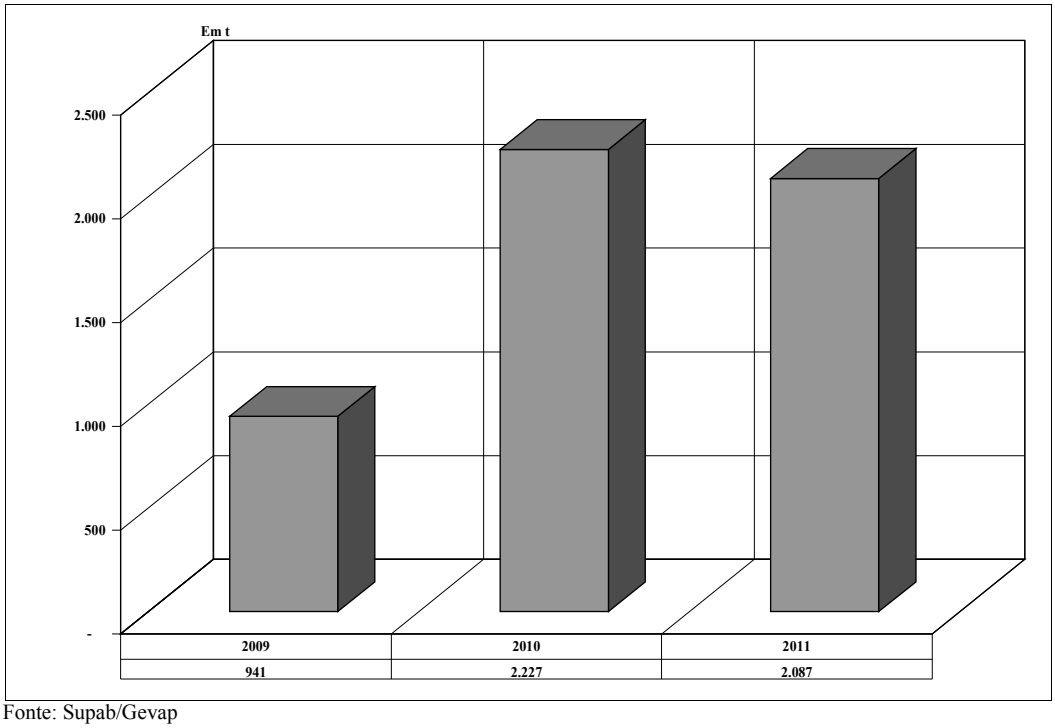
Quadro XXVIII – Demonstrativo de Vendas pela REFAP

Sureg	Quantidade (t)					Total	Valor (Em R$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
	Açúcar	Arroz Beneficiado	Farinha Mandioca	Leite em pó	Pêssego em calda				
AM	-	3,8	-	-	-	3,8	4.158,00	9	630
BA	53,8	29,2	-	9,1	-	92,1	168.631,70	102	40.875
CE	39,6	59,4	-	5,6	-	104,6	158.182,80	373	35.324
MA	37,7	38,8	-	10,1	-	86,6	163.579,40	198	35.435
PB	31,9	49,1	-	5,3	-	86,3	146.029,50	207	29.400
PE	1.305,5	112,5	42,6	79,0	-	1.539,6	2.368.733,26	1.760	730.603
PI	49,4	74,9	-	49,8	0,3	174,5	509.062,32	706	78.147
Total	**1.517,9**	**363,8**		**159,0**	**0,3**	**2.087,4**	**3.518.376,98**	**3.355**	**950.414**

Fonte: Supab/Gevap

A quantidade de produtos disponibilizada pela Conab para comercialização nas Centrais de Negócios depende do volume de estoques disponíveis. Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de 6,3% nas quantidades vendidas.

Figura XXVI – Evolução da Comercialização de Estoques Públicos pela Refap



Fonte: Supab/Gevap

4.2.2 Apoio à Comercialização com Subvenção

Em cumprimento às determinações contidas nas portarias interministeriais anteriormente citadas e com recursos financeiros descentralizados pelo Ministério da Fazenda, a Conab realizou leilões públicos de concessão de subvenção econômica objetivando o escoamento do excedente da produção agrícola das zonas de produção para áreas desabastecidas, reduzindo-se, assim, a ocorrência de pressões de alta nos preços nestas áreas e de baixa nas zonas de produção e minimizando, ainda, os prejuízos causados pela ação de atravessadores.

Em 2011 foram realizados leilões de PEP e de PEPRO, atendendo essa finalidade.

a) Prêmio de Escoamento de Produto-PEP

O PEP é um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirirem produtos diretamente do produtor e/ou sua cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de que procedam o escoamento do excedente da safra para a região de consumo, evitando assim a aquisição desses excedentes por parte do governo federal.

Durante o exercício foram realizados 57 leilões (18 para arroz, 32 para sisal e 7 para trigo), sendo negociadas um total de 2.481.468 toneladas, cerca de 68,2% da quantidade oferecida, com subvenção prevista de R$279.472.268,87.

Até o fim do exercício havia sido comprovado o escoamento de 788.920 toneladas, com subvenção paga de R$84.611.642,24. Os prazos de comprovação variam de acordo com a data de realização dos leilões, estendendo-se até 28/02/2012 para o arroz, 15/08/2012 para o sisal e até 30/05/2012 para o trigo.

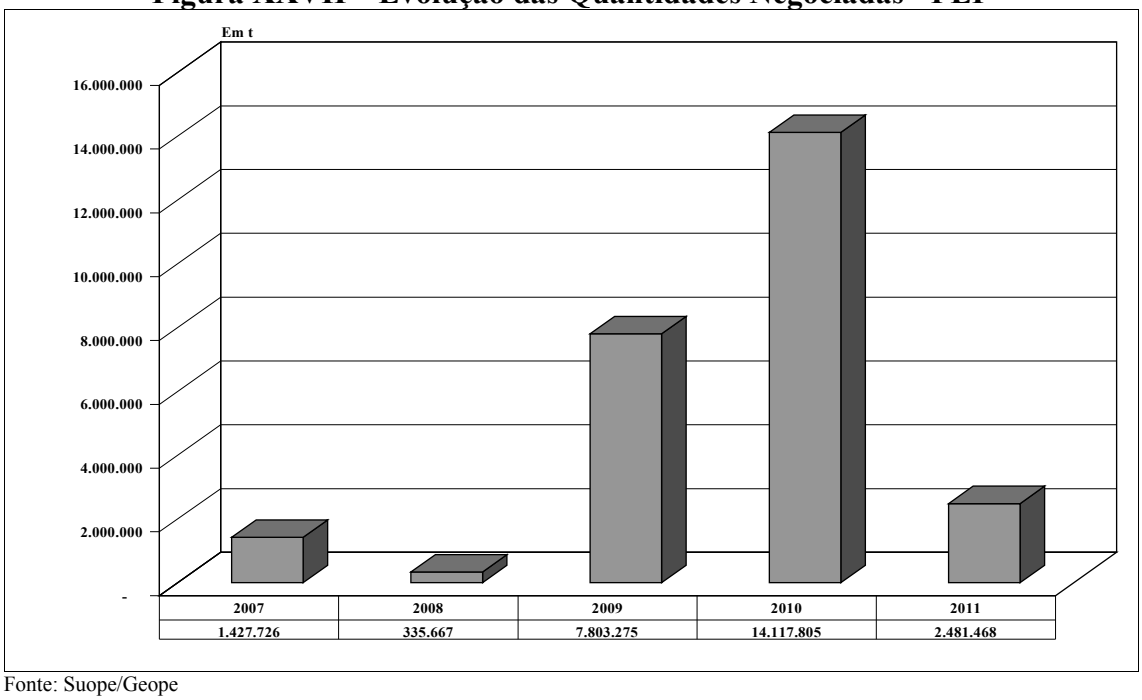
Quadro XXIX – Demonstrativo de Comercialização pelo PEP

Produto	UF de Origem	Quantidades (t)		Valor Previsto da Subvenção (R$)	UF de Destino	Quantidade Comprovada (t)	Valor Pago (R$)
		Ofertada	Negociada				
Arroz	MS	142.500	5.600	897.590,00	MS	1.500	245.820,00
	PR	132.500	0	,00	-	-	-
	RS	1.725.000	1.417.759	175.265.993,40	RS	479.901	57.510.551,09
	SC	238.000	114.844	14.421.400,80	RS	498	73.664,63
					SC	44.388	5.639.669,88
Subtotal		**2.238.000**	**1.538.203**	**190.584.984,20**	**-**	**526.287**	**63.469.705,60**
Sisal	BA	105.700	91.039	29.723.856,53	BA	38.521	14.154.703,66
	PB	5.840	2.550	843.600,00	BA	133	41.330,75
					PB	840	319.200,00
	RN	820	30	11.400,00	-	-	-
Subtotal		**112.360**	**93.619**	**30.578.856,53**	**-**	**39.494**	**14.515.234,41**
Trigo	MS	30.000	3.486	599.592,00	MS	3.486	599.592,00
	PR	620.000	362.952	26.608.041,94	CE	16.542	459.108,00
					PE	1.000	45.000,00
					PI	903	42.447,58
					PR	36.343	1.609.726,34
	RS	520.000	413.412	26.218.626,20	RS	144.371	2.252.193,07
	SC	95.000	56.796	3.652.068,00	SC	10.494	608.635,24
	SP	25.000	13.000	1.230.100,00	SP	10.000	1.010.000,00
Subtotal		**1.290.000**	**849.646**	**58.308.428,14**	**-**	**223.139**	**6.626.702,23**
Total		**3.640.360**	**2.481.468**	**279.472.268,87**	**-**	**788.920**	**84.611.642,24**

Fonte: Suope/Geope

Em função dos preços do milho terem permanecido em patamares acima do preço mínimo fixado, não necessitando, portanto, de intervenções visando ao escoamento do produto, a quantidade negociada em 2011 foi 82,4% inferior à de 2010.

Figura XXVII – Evolução das Quantidades Negociadas - PEP



Fonte: Suope/Geope

b) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO

O Pepro é uma subvenção econômica concedida ao produtor rural,e/ou sua cooperativa, que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo governo federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão público, obedecida a

legislação vigente em cada estado da federação. O Pepro é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do valor de referência.

Em 2011, foram realizados 11 leilões (8 para arroz e 3 para trigo) sendo negociadas 117.074 toneladas, cerca de 28,4% do total ofertado, com subvenção prevista de R$10.469.004,70.

Até o fim do exercício não havia sido comprovado o escoamento dos produtos pois os prazos de comprovação variam de acordo com a data de realização dos leilões, estendendo-se até 28/02/2012 para o arroz, e até 30/05/2012 para o trigo.

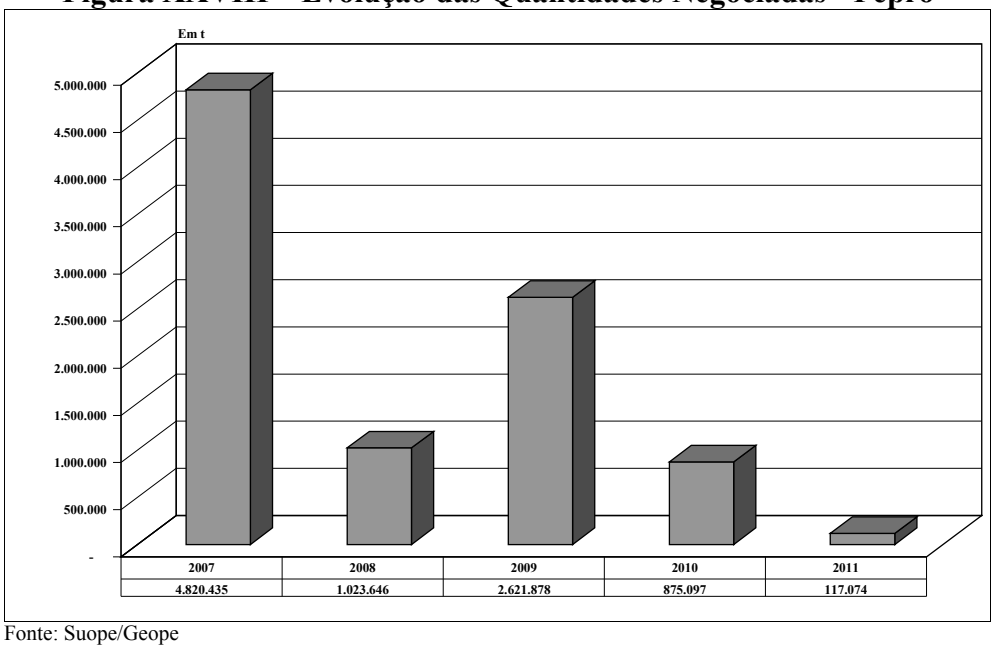
Quadro XXX – Demonstrativo de Comercialização pelo Pepro

Produto	UF de Origem	Quantidades (t)		Valor Previsto da Subvenção (R$)
		Ofertada	Negociada	
Arroz	RS	250.000	64.347	7.799.741,00
	SC	57.000	0	,00
Subtotal		**307.000**	**64.347**	**7.799.741,00**
Trigo	PR	50.000	20.500	999.500,00
	RS	30.000	20.227	859.963,70
	SC	15.000	2.000	102.800,00
	SP	10.000	10.000	707.000,00
Subtotal		**105.000**	**52.727**	**2.669.263,70**
Total		**412.000**	**117.074**	**10.469.004,70**

Fonte: Suope/Geope

Pelo motivo já exposto, a quantidade negociada em 2011 foi 86,6% inferior à de 2010.

Figura XXVIII – Evolução das Quantidades Negociadas - Pepro



Fonte: Suope/Geope

4.2.3 - Doação de Produtos Alimentícios

a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional-MDS

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado ser necessário a continuidade da ação de atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidas por barragens (MAB), pescadoras artesanais e/ou outras em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

Por meio do Termo de Cooperação celebrado em 2010, o Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS repassou à Conab recursos orçamentários/financeiros no valor final de R$61.847.808,64, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

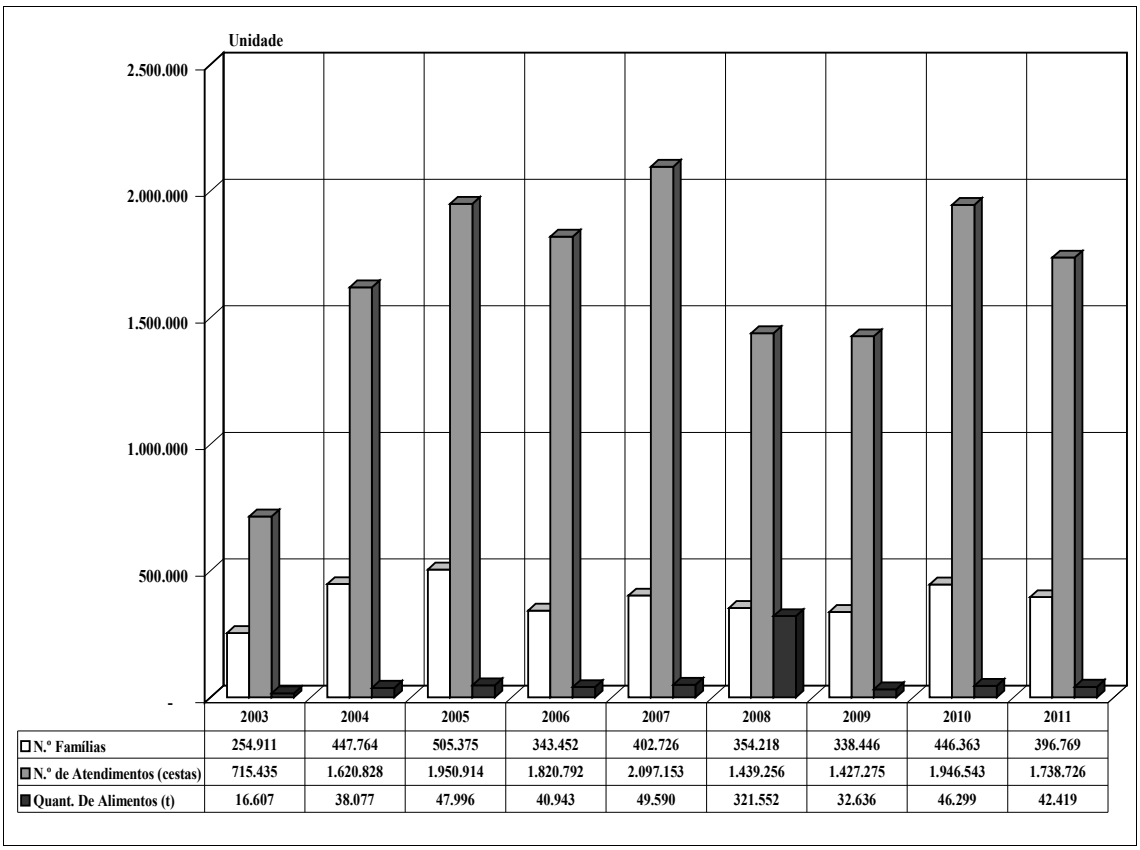
A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR, MAB e MPA.

Em 2010, foram realizados 1.738.726 atendimentos a 396.769 famílias, com distribuição de 42.419 toneladas de alimentos em 26 estados e no Distrito Federal.

Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de 11,1% no número de famílias atendidas, de 10,7% na quantidade de atendimentos e de 8,4% na quantidade de produtos distribuídos, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura XXIX – Evolução do Número de Atendimentos-MDS



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
N.° Famílias	254.911	447.764	505.375	343.452	402.726	354.218	338.446	446.363	396.769
N.° de Atendimentos (cestas)	715.435	1.620.828	1.950.914	1.820.792	2.097.153	1.439.256	1.427.275	1.946.543	1.738.726
Quant. De Alimentos (t)	16.607	38.077	47.996	40.943	49.590	321.552	32.636	46.299	42.419

Fonte: Supab/Gepab

O quadro a seguir detalha as quantidades de atendimentos realizados em 2011, por beneficiário e UG

Quadro XXXI – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - MDS

UF	Atendimentos Efetuados																					Total Geral		
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atendimentos Especiais			MAB			Indígenas			Pescadores Artesanais					
	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (Kg)
AC	602	3.651	87	-	-	-	100	600	14	-	-	-	-	-	-	681	4.086	96	-	-	-	1.383	8.337	197
AL	13.050	39.200	1.071	1.250	3.950	108	200	400	11	1.000	1.000	20	-	-	-	1.610	4.720	128	-	-	-	17.110	49.270	1.338
AM	-	-	-	241	1.446	40	-	-	-	-	-	0	-	-	-	6.463	39.713	937	-	-	-	6.704	41.159	977
AP	-	-	-	490	2.450	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	490	2.450	50
BA	51.759	229.263	5.676	6.515	25.371	632	1.850	14.250	335	1.000	2.150	56	400	1.400	36	7.497	23.564	537	1.000	3.998	90	70.021	299.996	7.362
CE	2.777	18.831	444	817	5.635	133	100	600	14	-	-	-	1.622	8.110	190	2.000	12.599	295	600	3.600	86	7.916	49.375	1.162
DF	5.900	38.650	935	100	100	2	300	900	22	40	120	3	-	-	-	60	188	4	-	-	-	6.400	39.958	966
ES	1.263	7.286	181	934	5.488	136	300	2.100	53	-	-	-	-	-	-	390	3.120	77	-	-	-	2.887	17.994	447
GO	7.629	21.395	550	2.275	11.985	295	500	3.600	88	300	300	8	2.290	16.530	392	-	-	-	-	-	-	12.994	53.810	1.333
MA	8.492	26.996	667	4.125	20.347	509	1.000	4.000	100	-	-	9	-	-	-	2.950	7.412	185	1.100	3.300	80	17.667	62.055	1.550
MG	10.300	46.115	1.087	2.879	11.027	272	1.600	6.400	163	1.385	1.585	69	1.505	6.680	155	3.195	16.877	402	-	-	-	20.864	88.684	2.148
MS	4.500	16.480	384	180	1.620	64	100	900	36	-	-	57	-	-	-	14.862	88.069	2.035	-	-	-	19.642	107.069	2.576
MT	9.767	66.369	1.554	1.077	7.539	177	100	700	17	-	-	-	500	3.500	82	1.161	9.330	216	-	-	-	12.605	87.438	2.046
PA	20.576	82.476	1.797	2.335	15.729	337	1.100	7.850	175	200	1.568	41	2.410	14.460	304	1.261	6.230	134	800	1.772	34	28.682	130.085	2.822
PB	4.000	17.799	421	896	5.565	133	400	2.846	68	200	600	14	1.050	5.404	129	2.148	10.740	258	700	4.200	99	9.394	47.154	1.122
PE	31.754	145.386	3.285	4.713	22.614	503	1.300	6.500	142	14.000	14.740	310	-	-	-	5.865	27.525	615	600	5.385	125	58.232	222.150	4.980
PI	2.919	11.703	313	1.020	6.162	163	500	3.000	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	700	3.700	97	5.139	24.565	653
PR	7.500	36.188	938	120	743	19	100	400	10	800	4.000	93	610	2.314	60	1.900	10.574	361	-	-	-	11.030	54.219	1.481
RJ	1.805	5.901	143	582	3.508	81	1.850	9.445	215	16.600	17.400	600	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.837	36.254	1.039
RN	3.448	5.735	126	815	2.304	57	100	300	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.363	8.339	190
RO	2.214	13.911	330	-	-	-	100	600	14	200	1.200	29	1.527	9.162	215	1.502	8.809	206	-	-	-	5.543	33.682	794
RR	798	4.044	117	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	798	4.044	117
RS	2.200	11.278	322	701	4.436	117	1.100	6.315	169	1.000	4.000	106	2.024	9.147	279	7.082	29.981	781	-	-	-	14.107	65.157	1.774
SC	2.041	10.205	303	60	270	8	-	-	-	200	600	21	1.276	4.643	193	2.412	8.031	312	-	-	-	5.989	23.749	837
SE	10.251	42.237	1.121	1.112	5.690	140	200	1.200	32	-	-	-	-	-	-	110	330	9	-	-	-	11.673	49.457	1.302
SP	9.830	68.517	1.614	1.393	11.144	281	1.300	9.800	246	2.000	9.000	198	1.200	2.400	56	955	5.320	152	-	-	-	16.678	106.181	2.547
TO	1.500	7.500	177	480	1.785	42	-	-	-	616	816	15	1.094	5.470	130	1.531	8.124	191	2.400	2.400	54	7.621	26.095	609
Total	**216.875**	**977.116**	**23.643**	**35.110**	**176.908**	**4.299**	**14.200**	**82.706**	**2.011**	**39.541**	**59.079**	**1.649**	**17.508**	**89.220**	**2.221**	**65.635**	**325.342**	**7.931**	**7.900**	**28.355**	**665**	**396.769**	**1.738.726**	**42.419**

Fonte: Supab/Gepab

b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza-MI

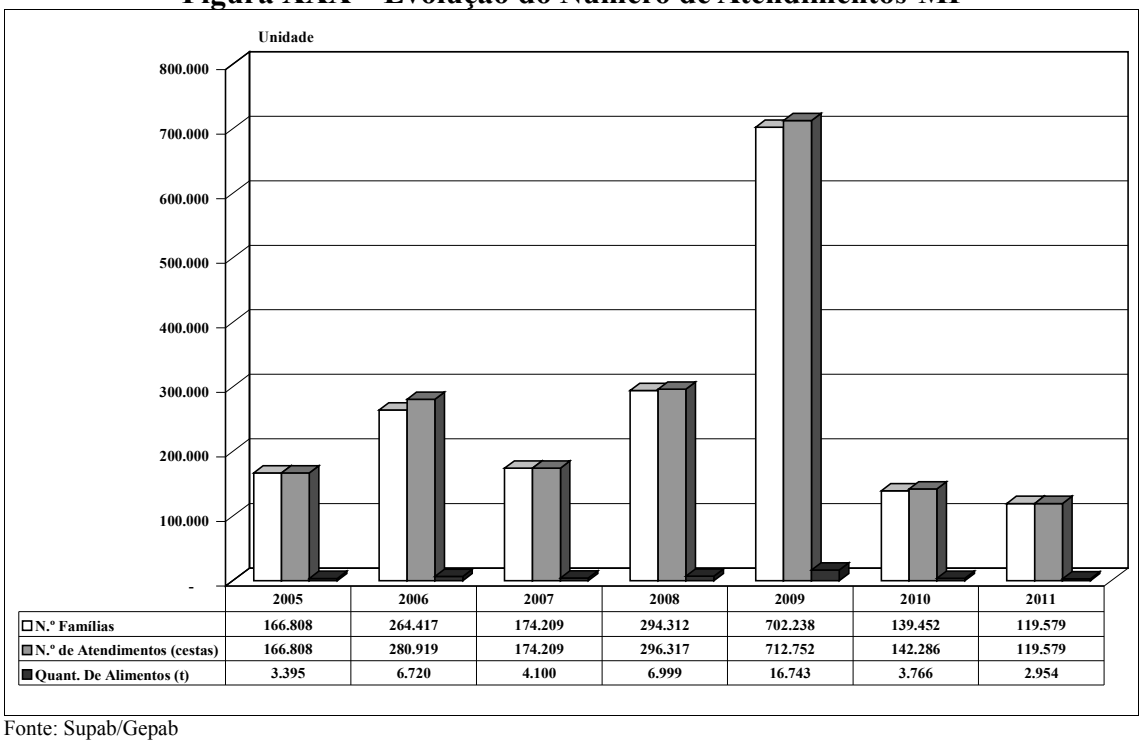
Em 2011 a Conab, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional distribuiu 119.579 cestas de alimentos a igual número de famílias correspondendo a 2.954 toneladas de alimentos.

Quadro XXXII - Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MI

UF	Atendimentos Efetuados												Total Geral		
	Emergência/Defesa Civil			Acampados			Quilombola			Atendimentos Especiais					
	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)	N.º Fam.	N.º Atend.	Alim. Entregue (t)
AL	5.900	5.900	132	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.900	5.900	132
AM	5.000	5.000	138	-	-	-	-	-	-	-	-	51	5.000	5.000	189
AP	1.460	1.460	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.460	1.460	34
BA	1.500	1.500	35	-	-	-	-	-	-	4.500	4.500	83	6.000	6.000	118
CE	2.000	2.000	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	50
ES	3.000	3.000	73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	3.000	73
MA	2.000	2.000	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	49
MG	1.630	1.630	40	-	-	-	-	-	-	-	-	17	1.630	1.630	57
MS	2.000	2.000	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	49
PA	3.540	3.540	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.540	3.540	87
PB	11.000	11.000	267	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.000	11.000	267
PE	11.300	11.300	264	12.642	12.642	274	210	210	5	2.148	2.148	98	26.300	26.300	641
PI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	0	0	8
PR	510	510	10	-	-	-	-	-	-	-	-	3	510	510	13
RJ	7.149	7.149	121	-	-	-	-	-	-	-	-	6	7.149	7.149	127
RN	1.000	1.000	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	24
RR	10.000	10.000	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	10.000	200
RS	7.085	7.085	171	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.085	7.085	171
SC	21.005	21.005	588	-	-	-	-	-	-	-	-	5	21.005	21.005	593
SE	2.000	2.000	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	49
TO	1.000	1.000	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	23
Total	**100.079**	**100.079**	**2.404**	**12.642**	**12.642**	**274**	**210**	**210**	**5**	**6.648**	**6.648**	**271**	**119.579**	**119.579**	**2.954**

Fonte: Dupab/Gepab

Figura XXX – Evolução do Número de Atendimentos-MI



Fonte: Supab/Gepab

c) Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, para atendimento às demandas geradas pela populações em situação de insegurança alimentar, até 70,0 mil toneladas de feijão dos estoques públicos.

Durante o exercício foram distribuídas 21.211 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXIII – Demonstrativo da Distribuição de Feijão

UF	Quantidade (t)	Participação (%)
AL	639	3,01
AM	147	0,69
CE	2.526	11,91
DF	891	4,20
ES	2.201	10,38
GO	4.777	22,52
MA	87	0,41
MG	4.920	23,19
MS	17	0,08
MT	198	0,93
PA	886	4,18
PR	100	0,47
RJ	122	0,58
RN	564	2,66
RO	2	0,01
RR	634	2,99
RS	20	0,09
SP	2.444	11,52
TO	37	0,17
Total	**21.212**	**100,00**

Fonte: Supab/Gepri

d) Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outra instituições de interesse público, a Conab, em 2011, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar, doou 14.177 toneladas de produtos alimentícios.

Quadro XXXIV – Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios

UF	N. de Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																										Total
		Açúcar		Arroz		Biscoitos e Rosquinhas	Conservas	Doce de Frutas	Farinha			Feijão	Flocos de Milho	Fubá de Milho	Iogurte	Leite		Macarrão	Mel	Milho	Óleo de Soja	Polpa de Frutas	Polvilho	Sementes	Suco de Fruta	Trigo em Grãos	
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Em casca				de Mandioca	de Milho	de Trigo					Em pó	Integral										
AL	13	2	-	-	-	-	-	-	1.665	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**1.667**
AM	1	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**12**
BA	138	-	-	43	-	-	-	-	-	-	-	880	-	-	-	6	-	-	-	-	-	451	-	2.601	-	-	**3.981**
CE	32	-	-	-	-	-	-	9	74	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	**92**
ES	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**14**
GO	3	1	-	39	6	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**48**
MA	4	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	27	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	**56**
MG	64	-	-	-	-	-	-	46	1	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	13	19	155	-	-	-	**240**
MS	7	-	-	11	-	-	-	-	250	-	-	50	-	32	-	12	-	6	-	-	19	-	-	-	-	-	**380**
MT	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**1**
PE	14	-	-	15	-	-	-	-	265	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**280**
PI	20	-	-	-	-	-	-	15	163	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**208**
PR	37	-	90	149	-	-	-	3	52	1	-	714	-	25	-	9	-	2	-	-	-	-	-	21	-	-	**1.066**
RJ	7	13	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	214	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**230**
RN	17	-	-	179	-	-	-	-	36	-	-	-	-	-	-	21	-	-	45	-	-	-	-	-	-	-	**281**
RS	36	-	5	532	-	-	3	139	-	42	28	847	-	-	12	1.142	44	37	-	-	-	-	-	-	37	-	**2.868**
SC	5	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	399	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**420**
SP	57	-	-	-	-	-	-	44	50	-	-	521	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	251	**866**
TO	75	1	-	1.460	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	3	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	**1.467**
Total	**532**	**17**	**101**	**2.428**	**13**	**10**	**3**	**258**	**2.562**	**43**	**28**	**3.443**	**9**	**57**	**12**	**1.248**	**273**	**45**	**45**	**13**	**33**	**471**	**155**	**2.622**	**37**	**251**	**14.177**

Fonte: Supab/Gepri

e) Ajuda Humanitária Internacional

Além do atendimento à população brasileira, o governo tem empreendido esforços para ampliar sua assistência humanitária internacional com o objetivo de assistir países ou populações que se encontrem em situações de emergência, calamidade pública, convulsões sociais, catástrofes naturais ou causadas pelo homem, conflitos armados, insegurança alimentar aguda, risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários, aliando ações preventivas, emergenciais e estruturantes.

Com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), pelo Decreto Presidencial de 21 de junho de 2006, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e integrado, ainda, por outros 12 ministérios e pelas Casa Civil, Secretaria-Geral e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foi aprimorada a capacidade de resposta brasileira a situações de calamidades socionaturais por meio da estruturação de uma política externa humanitária, caracterizada pela coordenação interministerial, pela participação da sociedade civil, pela atenção permanente a uma gama muito mais diversificada de calamidades naturais e antropogênicas e pelo foco em desenvolvimento sustentável, que contempla também aspectos de prevenção e reconstrução.

A fim de agilizar ainda mais o envio de assistência humanitária, a Conab montou na Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, o Armazém Humanitário Internacional, onde ficam previamente estocadas 14 toneladas de alimentos prontos para consumo humano. Com a criação do Armazém o Governo brasileiro pretende atender, com a máxima urgência possível, às demandas humanitárias da comunidade internacional.

O envio de produtos aos países amigos teve início em 2004 tendo sido doadas, até 2011, 134.307 toneladas de diversos produtos alimentícios e 68.596 latas de sardinha, fiambre e óleo de soja. Os produtos doados podem ser adquiridos pela Conab no mercado, por meio de leilões públicos, ou adquiridos de agricultores familiares no âmbito do PAA.

Em 2011, foram doadas 86.793 toneladas de produtos alimentícios a 14 países e mais 2.172.500 unidades de sacaria para acondicionamento dos produtos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXV – Demonstrativo da Ajuda Humanitária

País	Produto (Em t)			Total	Participação %	Sacaria (unidade)
	Arroz	Feijão	Milho			
Chade	997	-	-	997	1,15	-
Coreia do Norte	-	-	16.470	16.470	18,98	282.000
El Salvador	790	300	-	1.090	1,26	15.500
Equador	280	-	-	280	0,32	-
Etiópia	14.596	500	-	15.096	17,39	296.000
Guatemala	-	1.785	-	1.785	2,06	28.000
Haiti	15.000	9.543	-	24.543	28,28	366.000
Honduras	594	-	-	594	0,68	22.000
Moçambique	4.050	297	-	4.347	5,01	2.000
Nicaraguá	789	1.009	-	1.798	2,07	20.500
Somália	-	13.419	-	13.419	15,46	871.000
Sri Lanka	-	800	-	800	0,92	16.000
Sudão	-	3.537	-	3.537	4,08	22.500
Zimbábue	-	2.037	-	2.037	2,35	13.000
Quênia	-	-	-	-	-	218.000
Total	**37.096**	**33.227**	**16.470**	**86.793**	**100,00**	**2.172.500**

Fonte: Supab

Quadro XXXVI – Ajuda Humanitária Internacional – Países Beneficiados (Período: 2004-2011)

Produto	País (Em kg)																							Total
	Bolívia	Chade	Coreia do Norte	Cuba	El Salvador	Equador	Etiópia	Faixa de Gaza	Guatemala	Guiana	Haiti	Honduras	Jamaica	Moçambique	Nicarágua	Paquistão	Paraguai	Peru	Somália	Sri Lanka	Sudão	Tailândia	Zâmbia	Zinbábue	
Arroz	19.510	997.000	-	19.612.180	790.900	286.620	14.595.800	-	1.800	7.090	30.290.360	10.594.300	205.400	4.049.600	789.000	8.700	12.180	26.100	-	-	-	5.000	-	-	82.291.540
Feijão	7.910	-	-	3.600	300.000	2.493	500.000	-	1.785.000	3.545	9.558.476	-	1.080	300.500	1.009.000	-	3.654	7.824	13.419.400	800.000	3.536.700	-	3.500	2.037.000	33.279.682
Fubá de milho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.220
Flocos de milho	1.305	-	-	-	-	960	-	3.500	-	709	2.220	-	-	-	-	900	-	-	-	-	-	-	-	-	9.594
Farinha de mandioca	2.010	-	-	2.550	100	-	-	-	200	1.418	15.540	-	720	2.500	-	-	2.436	5.230	-	-	-	-	-	-	32.704
Farinha de trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-		1.500	-	-	-	-	-	-	-	-	24.000	-	-	-	-	25.500
Açúcar	6.570	-	-	2.550	7.180	2.332	-	700	600	1.418	29.590	-	720	-	-	1.650	2.436	5.250	-	-	-	1.000	-	-	61.996
Macarrão	1.300	-	-	2.620	-	2.322	-	-	-	709	12.072	-	720	-	-	800	2.436	5.224	-	-	-	1.000	-	-	29.203
Leite em pó	1.300	-	-	707.530	5.460	2.161	-	700	800	709	726.232	300.000	300.720	-	-	1.050	2.436	5.224	-	42.000	-		-	-	2.096.322
Sal	1.020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.020
Milho em grãos	-	-	16.469.800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	-	16.472.800
Biscoito de água e sal	-	-	-	-	-	-	-	1.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.400
Biscoito maisena	-	-	-	-	-	-	-	700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	700
Macarrão instantâneo	-	-	-	-	-	-	-	595	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	595
Semente de hortaliças	-	-	-	930	-	-	-	150	-	-	350	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	1.430
Total (em kg)	**40.925**	**997.000**	**16.469.800**	**20.331.960**	**1.103.640**	**296.888**	**15.095.800**	**7.745**	**1.788.400**	**15.598**	**40.638.560**	**10.894.300**	**509.360**	**4.352.600**	**1.798.000**	**13.100**	**25.578**	**54.852**	**13.419.400**	**866.000**	**3.536.700**	**7.000**	**6.500**	**2.037.000**	**134.306.706**
Sardinha em lata	-	-	-	-	559	-	-	228	-	-	7.672	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.459
Fiambre em lata	-	-	-	-	1.376	-	-	560	-	-	18.885	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.821
Óleo de soja	4.600	-	-	2.540	400	322	-	-	600	1.418	18.460	-	720	-	-	1.600	2.436	5.220	-	-	-	1.000	-	-	39.316
Total (em lata)	**4.600**	**0**	**0**	**2.540**	**2.335**	**322**	**0**	**788**	**600**	**1.418**	**45.017**	**0**	**720**	**0**	**0**	**1.600**	**2.436**	**5.220**	**0**	**0**	**0**	**1.000**	**0**	**0**	**68.596**

Fonte: Supab/Gepab

4.3 – Principais Indicadores de Desempenho

Os indicadores a seguir foram definidos em 2011 e estão em fase de análise pelas áreas envolvidas, devendo entrar em fase de apuração e análise em 2012.

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Pep=Prêmio para Escoamento de Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, p				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEPRO demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Pepro=Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção VEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; VEP=Valor para Escoamento do Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, pr				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Evolução da quantidade de produtos oriundos do PAA comercializados pelas Centrais de Negócios				
Objetivo do Indicador: Verificar a participação da Refap como canal de escoamento da produção do PAA				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Quantidade de produtos comercializados. Unidades varejistas são aquelas filiadas junto às Centrais de Negócios apoiadas pela Refap. Centrais de Negócios são associações que reúnem grupos de varejistas com o objetivo				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
não determinada				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Preços praticados pelas Unidades Varejistas filiadas em relação aos praticados pelas grandes redes				
Objetivo do Indicador: Verificar o impacto do programa sobre os preços praticados pelas redes filiadas à Refap				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: VPCx=(PVx/PGRx)-1*100 onde, VPCx=Variação do preço da cesta X para o consumidor, Pvx=Preço da cesta X nos varejistas filiados e PGRx=Preço da cesta X nas grandes redes. Unidades varejistas são aquelas filiadas jun				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Famílias Consumidoras atendidas pelas Unidades de Serviço Móvel Fluvial				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o alcance do atendimento ao público alvo				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: FCa(%)=(FCa/FCp)*100, onde FCa(%)=Percentual de Famílias consumidoras atendidas, FCa=Número de Famílias Consumidoras atendidas, Fcp=Número de Famílias Consumidoras previstas. Famílias Consumidoras são as famílias qu				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Famílias produtoras atendidas pelas Unidades de Serviço Móvel Fluvial				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o alcance do atendimento ao público alvo				
Tipo: Eficácia				
Area Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: Fpa(%)=(FPa/FPp)*100, onde FPa(%)=Percentual de Famílias Produtoras atendidas, FPa=Número de fanílias Produtoras atendidas, FPp=Número de Famílias Produtoras previstas. Famílias Produtoras são as famílias que vendem				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Efetividade das Intervenções no Mercado
Objetivo do Indicador: Acompanhar o efeito das intervenções governamentais, executados pela Conab, nos preços do arroz.
Tipo: Efetividade
Área Responsável: Sugof/Gerab
Fórmula de cálculo e método de medição: O cálculo é feito em duas etapas: 1ª - Para unificar os valores das intervenções, deve-se somar os volumes exercidos com PROP, COV, AGF, PEP e PEPRO em cada mês e subtraí-los do volume de Vendas do mês correspondente [(PROP+COV+AGF+PEP+PEPRO)-Vendas]=y. 2ª - Calcular o coeficiente de correlação do momento do produto Pearson (r), com a fórmula matemática abaixo, onde: x i= Preço de mercado em cada mês, x = Média de preço dos 12 meses do ano, y i= Volume utilizado (compra e venda) no mês, y = Média do volume utilizado (compra e venda) nos 12 meses do ano, r=coeficiente de correlação de Pearson. Associação linear entre as variáveis. Sinal: indica o sentido da variação. Positivo (x e y variam no mesmo sentido); Negativo (x e y variam em sentido oposto). Intervalo de variação: $-1 \leq r \leq 1$ indica a intensidade da relação entre as variáveis. r=-1, r =1:perfeita /forte; $0,10 \leq r \leq 0,3$:fraca; $0,40 \leq r \leq 0,6$: moderada; $0,70 \leq r \leq 1$: forte. Valores de "r" estão apresentados em módulo. $r = (\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y}) / \sqrt{\sum (x_i - \bar{x})^2 \sum (y_i - \bar{y})^2})$ * - COHEN, Jacob. (1988), *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Hillsdale, NJ, Erlbaum. - DANCEY, Christine & REIDY, John. (2006), *Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows*. Porto Alegre, Artmed.
Fonte dos dados: Sugof/Suinf
Evolução dos resultados do Indicador:

Nome do Indicador: Alcance da Política de Preços Mínimos para o Extrativista (PGPM Bio)				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do alcance da PGPM Bio				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof				
Fórmula de cálculo e método de medição: (Ea/Ep)*100 onde Ea=Número de Extrativistas alcançados; Ep= Nº de Extrativistas previsto. A PGPM Bio é uma política com o objetivo de manter o extrativista na floresta, com sua atividade e consequentemente evitando				
Fonte dos dados: Sugof/Gebio				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Recomendações Técnicas da Conab para operacionalização de VEP atendidas em portaria interministerial				
Objetivo do Indicador: Verificar a relação entre a quantidade de produto indicada pela Conab e a quantidade indicada em portaria.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof/Geole				
Fórmula de cálculo e método de medição: Qnt/Qp)x100 onde, Qnt= Quantidade de produtos em Nota Técnica e Qp=Quantidade de produtos indicada em Portaria interministerial. O resultado indica a consonância entre o trabalho técnico e as diretrizes do governo.				
Fonte dos dados: Sugof/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

5 – Articulação e Organização do Abastecimento

Além das ações concretas materializadas por meio de remoções dos estoques públicos para comercialização em áreas carentes, das vendas realizadas por meio de leilões, com ou sem subvenção, das vendas em balcão e da concessão de subsídios para o escoamento da produção, a Conab desenvolve ações objetivando a melhoria e organização do abastecimento.

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte dos mercados passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irreais, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA n.º 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort.

Além deste, e na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, foi criada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, ainda em fase de estruturação. A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2011, para o Estado do Amazonas.

5.1 – Programas em Desenvolvimento

5.1.1 - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro

Por demanda de representações do setor, a Conab iniciou um amplo debate sobre o tema, visando estruturar ações que contribuíssem para a melhoria dos processos de produção, guarda/conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros. Em decorrência, surgiu a proposta de criação do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort.

O Programa, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

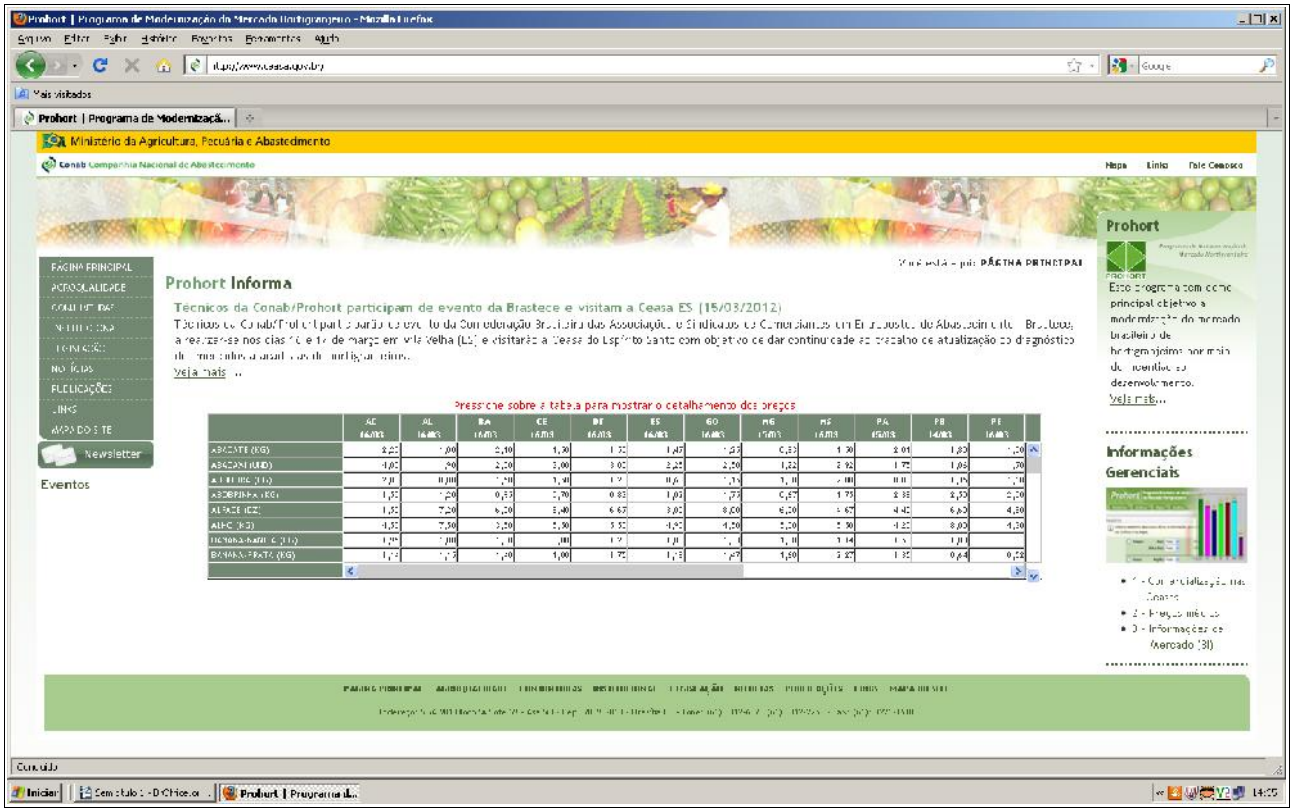
O mercado de produtos hortigranjeiros, no conjunto dos segmentos econômicos, é de significativa relevância em termos físicos e financeiros. É um dos setores da agricultura com maior tendência de crescimento. Apesar da sua pujança, de expressiva dimensão geográfica e econômica, envolvendo inúmeros agentes públicos e privados, é um mercado desprovido de capacidade de articulação – em face da quebra da sua unidade sistêmica – ainda que alguns mercados encontrem-se filiados à Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento-Abracen.

A coordenação do Programa pela Conab é exercida em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, a partir de um modelo sistêmico que contempla o conjunto dos interesses do setor, da produção à comercialização. O desenvolvimento desta Ação se dá por meio de atividades coordenadas pela Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-GEHOR, na Matriz.

O Programa abrange 22 estados da federação e no período realizou ações de apoio para a estruturação física e operacional de 54 mercados atacadistas, contemplando reuniões técnicas, visitas para avaliação operacional e orientação técnica, atualização de diagnósticos dos mercados atacadistas de hortigranjeiros, formalização de Termos de Cooperação Técnica, treinamento para operação da base de dados do Prohort e assessoramento técnico.

Criado pela Conab, o portal *www.ceasa.gov.br* disponibiliza informações sobre o Prohort, trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola e informações diárias sobre preços e quantidades dos principais produtos comercializados nas Ceasas etc.

Figura XXXI – Tela Principal do Sítio Ceasa

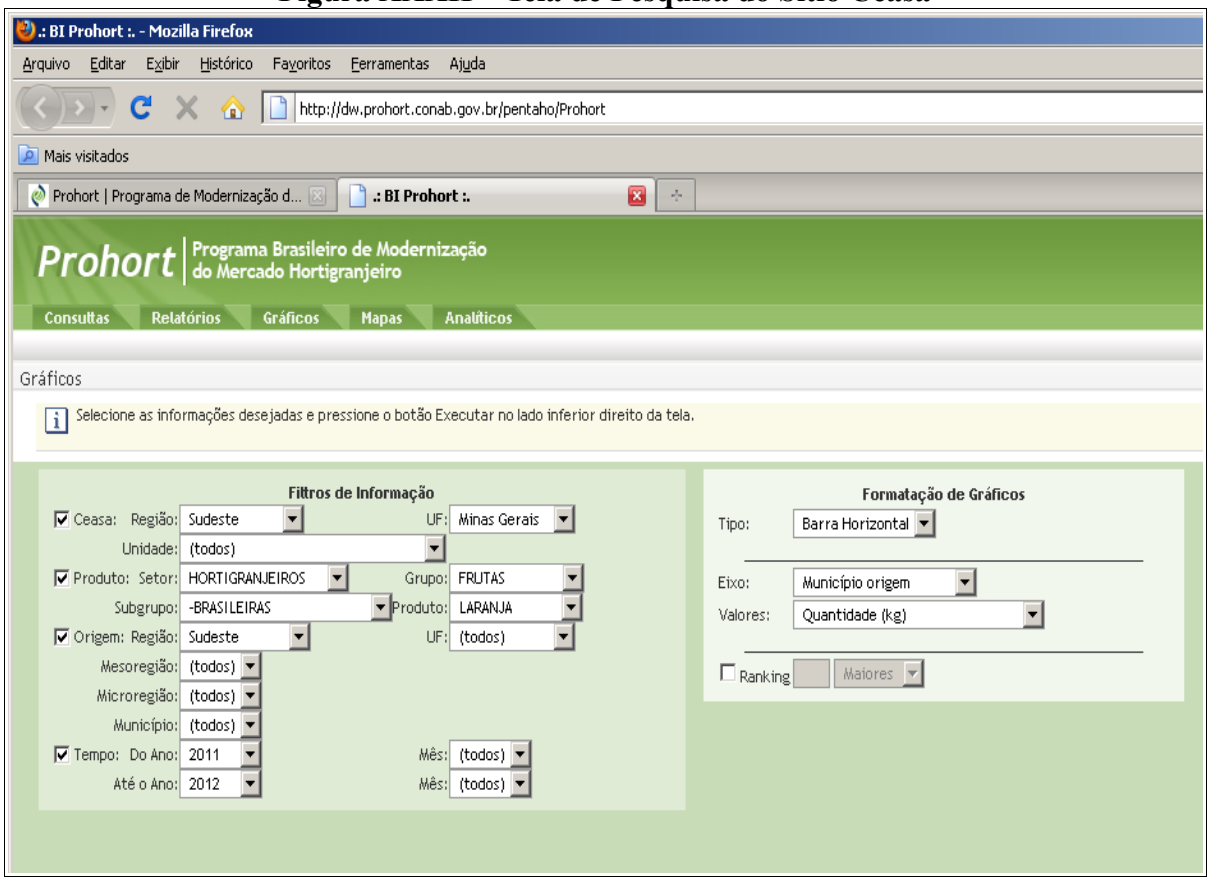


Disponíveis informações sobre: Últimos 30 preços mais comuns no atacado (Ceasa) de referência no estado pesquisado, Últimos 30 preços médios no atacado (Ceasa) de referência no estado pesquisado; Últimos 30 preços médios por região no atacado (Ceasa) do estado pesquisado, Últimos 30 preços médios no acatado (Ceasa) da região pesquisada e Últimos 30 preços mais

comuns no atacado em todas as Ceasas.

Além destas o interessado por elaborar sua própria pesquisa utilizado-se dos parâmetros disponíveis inclusive com a geração de gráficos.

Figura XXXII – Tela de Pesquisa do Sítio Ceasa



5.1.2 – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP

A Refap foi concebida com a função básica de ser indutora de ações que promovam, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de, por meio do associativismo, fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela.

É uma associação voluntária, sem alinhamentos jurídicos ou fiscais, que fomenta, sob o estímulo e apoio do agente público, ações de modernização e fortalecimento dos empreendimentos comerciais filiados.

Para a formalização das centrais de negócios cabe à Conab:

- definição das áreas de atuação, considerando a necessidade de apoio institucional ao segmento varejista de pequeno porte e a perspectiva de implantação de uma Central de Negócios,
- identificação do interesse das unidades varejistas em integrar os propósitos da rede, com elaboração de um cadastro técnico;
- formalização do termo de adesão da unidade varejista à rede, pactuando compromissos;
- identificação e alinhamento, em termos de prioridade, das deficiências apresentadas pelas unidades varejistas, para que seja articulado o apoio técnico

requerido,

- gerenciamento do apoio técnico, diretamente pela Conab e/ou em articulação com entidades parceiras, abrangendo: pontos de venda, legislação, procedimentos comerciais, processos operacionais e gerenciais, fontes de suprimento e linhas de crédito,
- formação das Centrais de Negócios, contemplando: definição das unidades varejistas parceiras, esclarecimentos e convencimento dos potenciais participantes, integração dos participantes, nivelamento profissional e processo de formalização da entidade,
- articulação institucional entre as Centrais de Negócios constituídas, fomentando a sua expansão, potencializando estratégias empresariais, elevando o associativismo e preservando os compromissos para com as comunidades circunvizinhas.

Os resultados esperados são:

- para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local;
- para os varejistas: qualificação e expansão de seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto em condições favoráveis às indústrias fornecedoras, e
- para os fornecedores: expansão qualitativa das vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

Desde a criação da Refap recebeu a adesão de 978 varejistas tendo sido consolidada a formação de 8 centrais de negócios e estado 9 em formação, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXVII – Demonstrativo de Varejistas Filiados à REFAP

UF	Varejistas Filiados		Centrais de Negócios	
	Adesões em 2011	Total	Formadas	Em formação
AM	15	47	0	1
BA	3	96	1	0
CE	9	270	1	1
MA	0	93	0	1
PB	4	148	5	0
PE	47	197	1	3
PI	74	127	0	3
Total	**152**	**978**	**8**	**9**

Fonte: Supag/Gevap

Em 2011, foi realizado o III Encontro Nacional da Refap, com o objetivo de nivelar e capacitar as equipes técnicas da Conab que atuam diretamente com a Rede. Durante o evento foram proferidas palestras com os seguintes temas: O Associativismo e o Pequeno Varejo Alimentar no Brasil, Tendências de Mercado no Associativismo, Desafios e Oportunidades de Centrais de Negócios, Casos de Sucesso em Centrais de Negócios e Superação de Dificuldades na Formação de Centrais de Negócios. Na oportunidade, foram realizadas 'salas de situações' quando foram discutidas, analisadas e apresentadas sugestões objetivando o aprimoramento da metodologia de formação das redes e a necessidade de padronização das informações dos relatórios operacionais/gerenciais.

Também foi realizada apresentação ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS dos projetos para expansão da Refap e da implantação de Unidade de

Serviço Móvel Fluvial que tem como objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar, do extrativismo e pescado, bem como, o abastecimento social das populações ribeirinhas da Amazônia Legal, por meio de embarcações, tipo chata, atuando nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira e duas Unidades Armazenadoras Frigorificadas.

5.2 – Principais Indicadores de Desempenho

Percentual de Mercados Integrados na Base de Dados				
Descrição: Percentual de mercados atacadistas integrados em relação aos existentes no Brasil				
Objetivo: Acompanhar a evolução do processo de integração dos mercados atacadistas, conforme meta prevista				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% dos mercados existentes				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = número de mercados integrados e Y = número de mercados existentes				
Fonte: X e Y = Supab/Gehor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Periodicidade: Gerente da Gehor				
Resultados:				
2008				**32,81**
2009				**53,13**
2010				**71,88**
2011	**Meta:**		**Realizado**	**84,38**
Análise: Desde quando foi instituído o Programa tinha como meta integrar 64 mercados até o fim de 2011, sendo integrados no período 54 Ceasas/mercados. A meta não foi integralmente atingida devido a necessidade de investimentos, de organização e de capacitação de pessoal nas Ceasas e mercados atacadistas. Os 10 mercados restantes passaram a ser meta para 2012.				

O indicador a seguir encontra-se em fase de análise pela Gerência de Apoio ao Varejo de Pequeno Porte-Gevep.

Nome do Indicador: Evolução do número de Varejistas Cadastrados				
Objetivo do Indicador: Número de varejistas cadastrados em Centrais de Negócios				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: ICV=[NCV(t)-NCV(t-1)/NCV(t-1)]*100 onde, ICV=Indicador de cadastros de varejistas, NCV(t)=Número de cadastros de varejistas no trimestre atual, NCV(t-1)=Número de cadastros de varejistas no trimestre anterior. Centr				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
840				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

6 – Prestação de Serviços

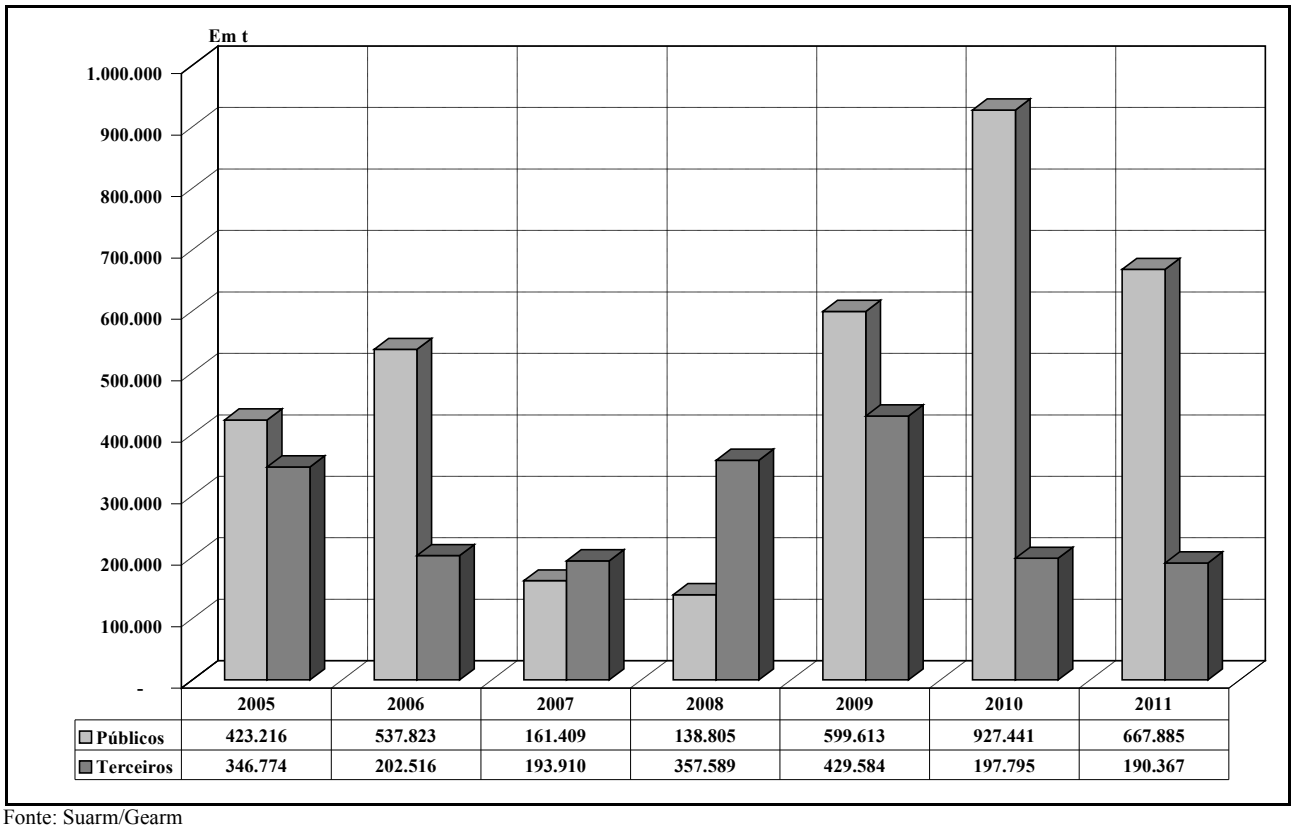
6.1 – Serviços de Armazenagem a Terceiros

a) - Estoques de Terceiros

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

A figura a seguir apresenta a evolução do estoque médio anual armazenado nas unidades próprias. Verifica-se que, à exceção dos exercícios de 2007 e de 2008, os estoques públicos superam os de terceiros.

Figura XXXIII – Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade



	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Públicos	423.216	537.823	161.409	138.805	599.613	927.441	667.885
Terceiros	346.774	202.516	193.910	357.589	429.584	197.795	190.367

Fonte: Suarm/Gearm

No fim do exercício estavam estocados nas unidades próprias 118.789 toneladas de produtos de terceiros (quadro detalhado no Anexo 01).

Quadro XXXVIII – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias

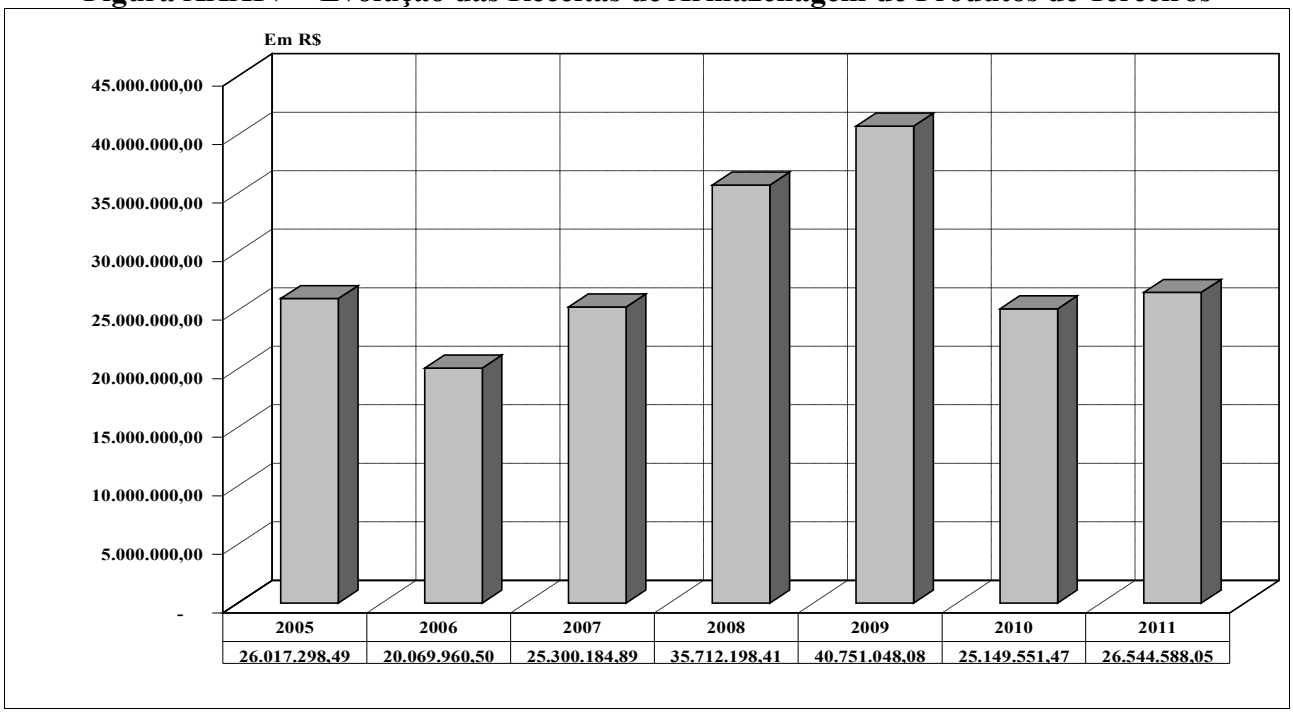
UF	Quantidade (kg)	Valor (R$)
AM	19.188	400.768,00
BA	544.900	726.127,20
CE	325.314	1.584.786,50
DF	23.660.166	29.203.291,29
ES	255.193	1.344.861,40
GO	7.557.662	6.933.351,44
MA	7.900.131	5.393.319,90
MG	14.784.626	27.746.466,79
MS	2.285.947	1.054.418,92
MT	773.720	421.538,47
PA	232.573	1.388.431,84
PB	5.176	26.719,80
PI	70.472	1.575.788,00
PR	15.373.993	20.205.342,70
RJ	9.109.231	6.787.612,40
RO	245.280	149.072,50
RS	4.529.690	26.011.114,63
SC	2.160.000	10.000,00
SP	28.955.714	40.922.001,56
Total	**118.788.976**	**171.885.013,34**

Fonte: Suarm/Gearm

b) – Receita de Armazenagem de Produto de Terceiros

Em 2011, o faturamento total com serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados, foi de R$26.544.588,05, com incremento de 5,5% sobre a do exercício anterior, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura XXXIV – Evolução das Receitas de Armazenagem de Produtos de Terceiros



Fonte: Demostrativo de Resultado do Exercício-DRE

c) – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem

Para efeito de contabilização a atividade de armazenagem é agrupada no Subórgão 2231-Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

Durante o exercício de 2011 o faturamento com os serviços de armazenagem de estoques de terceiros foi de R$25.544.588,05, contribuindo para o resultado positivo de R$46.581.842,38 apurado no fim do exercício.

Quadro XXXIX – Demonstrativo do Resultado do Exercício

Discriminação	Conab	Total
Receita de Vendas e Serviços	**26.547.933,05**	**26.547.933,05**
Receita de Vendas	**3.345,00**	**3.345,00**
Recebimento de Vendas em Balcão	103.627.518,93	103.627.518,93
Repasse de Vendas em Balcão	-102.280.339,88	-102.280.339,88
Recebimento da Agricultura Familiar	23.639.684,90	23.639.684,90
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-23.639.684,90	-23.639.684,90
Vendas Abastecimento Social	3.345,00	3.345,00
Recebimento de Vendas do Funcafé	115.444.904,18	115.444.904,18
Repasse de Vendas do Funcafé	-115.444.904,18	-115.444.904,18
Vendas PGPM	7.568.243,64	7.568.243,64
Repasse de Vendas da PGPM	-8.915.422,69	-8.915.422,69
Receita de Serviços	**26.544.588,05**	**26.544.588,05**
-Deduções das Receitas de Vendas e Serivços	3.164.555,99	3.164.555,99
=receita líquida de vendas e serviços	**23.383.436,81**	**23.383.436,81**
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-12,31	-12,31
=lucro bruto operacional	**23.383.449,12**	**23.383.449,12**
-Despesas Operacionais	**1.070.814.494,39**	**1.070.814.494,39**
Despesas de Pessoal	411.784.705,29	411.784.705,29
Despesas Financeiras	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	659.029.789,10	659.029.789,10
Receitas Operacionais Diversas	**1.072.837.610,52**	**1.072.837.610,52**
Resultado Não Operacional	**21.175.277,13**	**21.175.277,13**
Resultado	**46.581.842,38**	**46.581.842,38**

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício

6.2 – Serviços de Leilões de Terceiros

Em 2011 foram realizados 17 leilões de produtos de terceiros sendo recebida comissão no valor total de R$53.949,51, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XL – Demonstrativo de Arrecadação com Leilões de Terceiros

Ofertante	Produto	Quantidades (Em kg)		Valor da Operação (Em R$)		
		Ofertada	Negociada	Operação	Comissão	% de Serviço
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA	Arroz	318.894,00	318.894,00	139.866,91	909,13	0,65
Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Gestão-MDS	Arroz	1.667.491,00	1.667.491,00	486.240,38	1.458,72	0,3
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente-IBAMA	Madeira	1.392,00	0,00	0,00	0,00	0
Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Gestão-MDS	Material lenhoso	3.130,00	0,00	0,00	0,00	0
Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio-MDIC	Direito de impotação de coco seco sem casca	31.941,00	30.026,00	17.050.768,00	51.152,31	0,3
Bosa de Mercadorias e Cereais de Sinop	Milho em grãos	6.852.000,00	450.000,00	143.016,00	429,05	0,3
Total		**8.874.848,00**	**2.466.411,00**	**17.819.891,29**	**53.949,21**	**-**

Fonte: Suope/Gerop

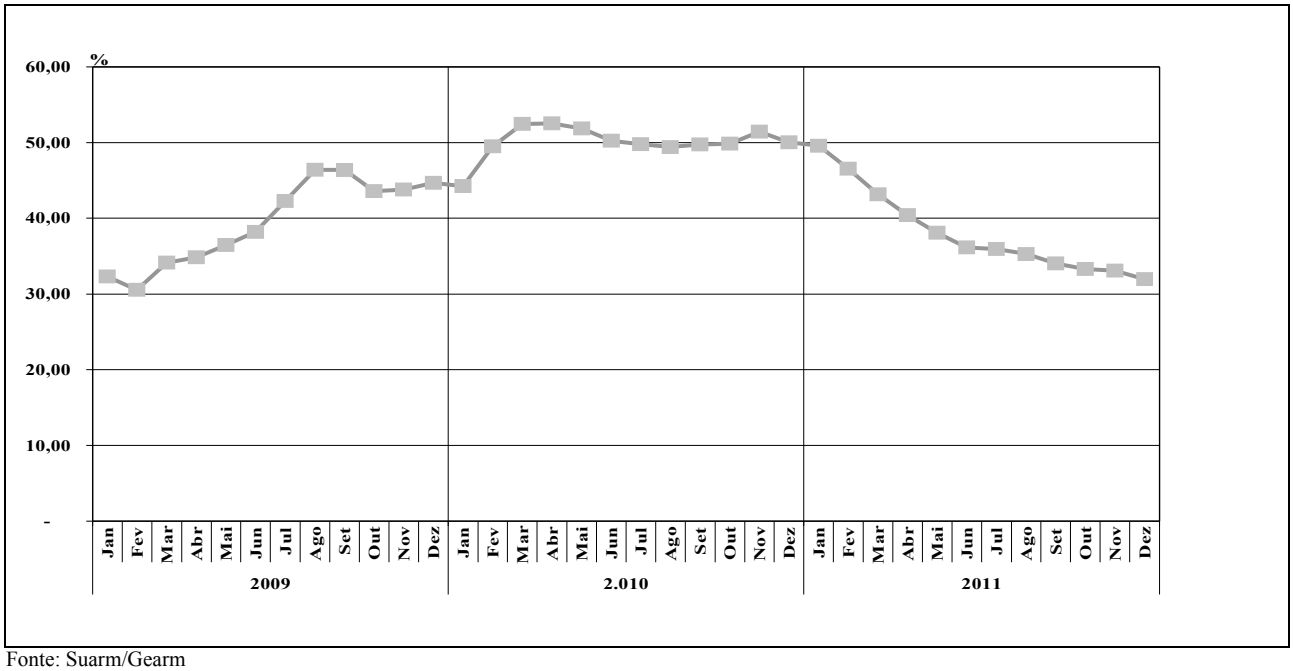
6.3 – Serviços de Classificação de Produtos de Terceiros

Os serviços de classificação de produtos de terceiros são realizados apenas pela Superintendência Regional do Espírito Santo, devido a existência de classificadores especializados e com experiência nessa atividade. Em 2011, foram classificados estoques de café e feijão, com receita total de R$2.698,60.

6.4 – Principais Indicadores de Desempenho

A figura a seguir apresenta a evolução do Índice de Ocupação da rede própria da Conab. Em relação ao ano anterior verifica-se redução dos índices mensais em função da diminuição dos estoques públicos ocasionada, principalmente, pelo aumento das vendas de milho e, também, pela redução das aquisições.

Figura XXXV – Evolução do Índice de Ocupação



Fonte: Suarm/Gearm

7 – Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação

7.1 – Armazenagem

7.1.1 - Rede Armazenadora Própria

A Rede Armazenadora Própria é composta por 176 armazéns, agrupados em 97 unidades armazenadoras distribuídas em 25 estados da Federação e no Distrito Federal. A capacidade estática total é de 2.267.759 toneladas, com predominância da modalidade granel, que representa 55,8% da oferta total.

Quadro XLI – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

UF	N.º Unidades	N.º de Armazéns	Capacidade (Em t)			Total
			Convencional	Granel	Frigorificada	
AC	1	1	807	0	0	807
AL	2	2	5.935	0	0	5.935
AM	1	2	4.724	0	0	4.724
BA	5	10	31.868	0	0	31.868
CE	8	11	56.058	0	0	56.058
DF	1	5	37.798	25.800	0	63.598
ES	2	3	83.579	0	0	83.579
GO	9	14	47.303	145.000	0	192.303
MA	3	8	11.496	52.000	0	63.496
MG	10	17	132.389	266.122	2.400	400.911
MS	8	16	17.288	169.700	0	186.988
MT	6	22	69.989	134.200	0	204.189
PA	3	5	26.060	0	0	26.060
PB	4	4	22.228	0	0	22.228
PE	2	4	28.445	0	0	28.445
PI	4	6	23.890	0	0	23.890
PR	5	12	103.747	439.260	5.000	548.007
RJ	1	2	26.578	0	0	26.578
RN	6	6	27.887	0	0	27.887
RO	3	5	19.995	0	0	19.995
RR	1	4	9.225	0	0	9.225
RS	3	4	13.383	0	14.100	27.483
SC	2	4	6.602	5.000	0	11.602
SE	1	1	3.221	0	0	3.221
SP	4	5	165.483	0	0	165.483
TO	2	3	5.199	28.000	0	33.199
Total	**97**	**176**	**981.177**	**1.265.082**	**21.500**	**2.267.759**

Fonte: Suarm/Gecad

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e e mecânicas).

Referente às obras e serviços necessários à adequação da infraestrutura física das unidades e dos custos estimados dessas intervenções, visando à certificação dessas unidades, foi realizado um levantamento detalhado das necessidades, com base na Instrução Normativa n.º 12, de 08 de maio de 2009, com estimativa de custos totais de **R$63.088.000,00,** a qual foi atualizada para **R$49.558.000,00,** conforme quadros demonstrativos, tendo em vista as aquisições de equipamentos e obras realizadas nos exercícios de 2010 e 2011 e a publicação da Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011.

No exercício de 2011 foram investidos recursos da ordem de R$503.777,46 (R$250.594,84 em despesas correntes e R$253.182,62 em despesas de capital) e inscritos em Restos a Pagar não Processados R$697.406,65 referentes a investimentos que serão realizados no decorrer de 2012, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLII – Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria

Em R$

Sureg	Unidade	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Totais		Total Geral
		Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital	
AC	Sede-Sureg	168,70	0,00	1.900,00	0,00	2.068,70	0,00	2.068,70
	168,70	**0,00**	**1.900,00**	**0,00**	**2.068,70**	**0,00**	**2.068,70**
AL	Maceió	0,00	1.415,93	0,00	0,00	0,00	1.415,93	1.415,93
	Palmeira dos Índios	0,00	3.602,90	0,00	0,00	0,00	3.602,90	3.602,90
	Subtotal	**0,00**	**5.018,83**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.018,83**	**5.018,83**
BA	Santa Maria da Vitória	0,00	0,00	0,00	4.294,91	0,00	4.294,91	4.294,91
	Irece	4.004,92	0,00	0,00	0,00	4.004,92	0,00	4.004,92
	Subtotal	**4.004,92**	**0,00**	**0,00**	**4.294,91**	**4.004,92**	**4.294,91**	**8.299,83**
CE	Russas	0,00	9.130,00	0,00	0,00	0,00	9.130,00	9.130,00
	Maracanaú	0,00	64.700,20	0,00	0,00	0,00	64.700,20	64.700,20
	Juazeiro do Norte	0,00	4.845,00	0,00	0,00	0,00	4.845,00	4.845,00
	Iguatu	0,00	4.285,00	0,00	0,00	0,00	4.285,00	4.285,00
	Senador Pompeu	0,00	4.845,00	0,00	0,00	0,00	4.845,00	4.845,00
	Crateus	0,00	9.130,00	0,00	0,00	0,00	9.130,00	9.130,00
	Subtotal	**0,00**	**96.935,20**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**96.935,20**	**96.935,20**
DF	Matriz	0,00	1.550,00	1.104.000,00	0,00	1.104.000,00	1.550,00	1.105.550,00
	Subtotal	**0,00**	**1.550,00**	**1.104.000,00**	**0,00**	**1.104.000,00**	**1.550,00**	**1.105.550,00**
GO	Brasília	0,00	37.838,59	0,00	0,00	0,00	37.838,59	37.838,59
	Palmeiras de Goiás	2.235,00	0,00	0,00	0,00	2.235,00	0,00	2.235,00
	Goiânia	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	200,00
	Subtotal	**2.435,00**	**37.838,59**	**0,00**	**0,00**	**2.435,00**	**37.838,59**	**40.273,59**
MA	São Luis	14.731,84	0,00	0,00	0,00	14.731,84	0,00	14.731,84
	Itaqui	43.185,40	0,00	10.582,46	292.726,33	53.767,86	292.726,33	346.494,19
	Subtotal	**57.917,24**	**0,00**	**10.582,46**	**292.726,33**	**68.499,70**	**292.726,33**	**361.226,03**
MG	Uberlândia	2.338,00	0,00	0,00	0,00	2.338,00	0,00	2.338,00
	Varginha	0,00	5.350,00	0,00	0,00	0,00	5.350,00	5.350,00
	Subtotal	**2.338,00**	**5.350,00**	**0,00**	**0,00**	**2.338,00**	**5.350,00**	**7.688,00**
MS	Cassilândia	4.576,39	1.685,00	0,00	0,00	4.576,39	1.685,00	6.261,39
	Dourados	0,00	1.141,85	0,00	0,00	0,00	1.141,85	1.141,85
	Rio Brilhante	0,00	1.141,85	0,00	0,00	0,00	1.141,85	1.141,85
	Chapadão do Sul	7.952,78	7.876,00	0,00	0,00	7.952,78	7.876,00	15.828,78
	Campo Grande	3.410,39	0,00	0,00	0,00	3.410,39	0,00	3.410,39
	Maracaju	3.570,39	0,00	0,00	0,00	3.570,39	0,00	3.570,39
	São Gabriel D'Oeste	3.520,39	0,00	0,00	0,00	3.520,39	0,00	3.520,39
	Sidrolândia	3.570,39	0,00	0,00	0,00	3.570,39	0,00	3.570,39
	Subtotal	**26.600,73**	**11.844,70**	**0,00**	**0,00**	**26.600,73**	**11.844,70**	**38.445,43**
MT	Rondonópolis	11.785,72	0,00	29.164,00	78.029,43	40.949,72	78.029,43	118.979,15
	Sede-Sureg	1.846,00	0,00	0,00	0,00	1.846,00	0,00	1.846,00
	Diamantino	1.034,40	0,00	0,00	0,00	1.034,40	0,00	1.034,40
	Sorriso	26.383,00	0,00	4.964,52	0,00	31.347,52	0,00	31.347,52
	Alta Floresta	2.650,00	0,00	0,00	0,00	2.650,00	0,00	2.650,00
	Subtotal	**43.699,12**	**0,00**	**34.128,52**	**78.029,43**	**77.827,64**	**78.029,43**	**155.857,07**
PE	Recife	0,00	0,00	0,00	103.499,00	0,00	103.499,00	103.499,00
	Subtotal	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**103.499,00**	**0,00**	**103.499,00**	**103.499,00**
PI	Sede-Sureg	0,00	0,00	4.959,02	0,00	4.959,02	0,00	4.959,02
	Subtotal	**0,00**	**0,00**	**4.959,02**	**0,00**	**4.959,02**	**0,00**	**4.959,02**
PR	AF-Curitiba	12.500,00	1.198,00	0,00	0,00	12.500,00	1.198,00	13.698,00
	Cambé	8.200,00	0,00	27.441,18	0,00	35.641,18	0,00	35.641,18
	Ponta Grossa	0,00	0,00	3.990,00	0,00	3.990,00	0,00	3.990,00
	Apucarana	3.120,00	0,00	0,00	0,00	3.120,00	0,00	3.120,00
	Rolândia	6.210,00	3.915,90	0,00	0,00	6.210,00	3.915,90	10.125,90
	Subtotal	**30.030,00**	**5.113,90**	**31.431,18**	**0,00**	**61.461,18**	**5.113,90**	**66.575,08**
RN	Caicó	0,00	952,54	0,00	0,00	0,00	952,54	952,54
	Currais Novos	0,00	1.316,29	0,00	0,00	0,00	1.316,29	1.316,29
	Subtotal	**0,00**	**2.268,83**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.268,83**	**2.268,83**
RO	Cacoal	32.552,61	2.268,83	19.318,00	0,00	51.870,61	2.268,83	54.139,44
	Porto Velho	0,00	1.590,93	0,00	0,00	0,00	1.590,93	1.590,93
	Vilhena	0,00	5.119,64	0,00	0,00	0,00	5.119,64	5.119,64
	Subtotal	**32.552,61**	**8.979,40**	**19.318,00**	**0,00**	**51.870,61**	**8.979,40**	**60.850,01**
RR	Boa Vista	0,00	16.804,54	0,00	0,00	0,00	16.804,54	16.804,54
	Subtotal	**0,00**	**16.804,54**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16.804,54**	**16.804,54**
RS	AF-CAAL(Canoas)	48.053,84	18.176,92	99.395,60	0,00	147.449,44	18.176,92	165.626,36
	UA-Porto Alegre	0,00	9.130,00	0,00	0,00	0,00	9.130,00	9.130,00
	AF-Porto Alegre	0,00	2.399,96	0,00	0,00	0,00	2.399,96	2.399,96
	Subtotal	**48.053,84**	**29.706,88**	**99.395,60**	**0,00**	**147.449,44**	**29.706,88**	**177.156,32**
SC	São José	0,00	0,00	8.755,20	0,00	8.755,20	0,00	8.755,20
	Subtotal	**0,00**	**0,00**	**8.755,20**	**0,00**	**8.755,20**	**0,00**	**8.755,20**
SP	Bauru	2.794,68	5.170,00	0,00	0,00	2.794,68	5.170,00	7.964,68
	Carapicuíba	0,00	2.585,00	0,00	0,00	0,00	2.585,00	2.585,00
	Garça	0,00	5.170,00	0,00	0,00	0,00	5.170,00	5.170,00
	Bernardino de Campos	0,00	10.660,00	8.387,00	0,00	8.387,00	10.660,00	19.047,00
	Subtotal	**2.794,68**	**23.585,00**	**8.387,00**	**0,00**	**11.181,68**	**23.585,00**	**34.766,68**
TO	Rio Formoso	0,00	3.341,75	0,00	0,00	0,00	3.341,75	3.341,75
	Araguaína	0,00	4.845,00	0,00	0,00	0,00	4.845,00	4.845,00
	Subtotal	**0,00**	**8.186,75**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.186,75**	**8.186,75**
Total Geral		**250.594,84**	**253.182,62**	**1.322.856,98**	**478.549,67**	**1.573.451,82**	**731.732,29**	**2.305.184,11**

Fonte: Siafi

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades, conforme detalhado no quadro a seguir e anexo 2.

Quadro XLIII – Cronograma de Investimentos para Certificação das Unidades Armazenadoras

Obras/Serviços/Equipamentos	Exercício												Total
	2012			2013			2014			2015			
	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R$)	N.º de Unidades	Capacidade (Em t)	Valor (R$)	
Aeração			200.000,00			275.000,00			200.000,00			0,00	675.000,00
Cerca e Portão			0,00			0,00			120.000,00			0,00	120.000,00
Local para guarda de agrotóxico			70.000,00			210.000,00			770.000,00			1.015.000,00	2.065.000,00
Pavimentação			0,00			3.180.000,00			12.405.000,00			1.050.000,00	16.635.000,00
Recinto de análise			0,00			0,00			530.000,00			1.095.000,00	1.625.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	5	774.700	180.000,00	14	402.100	630.000,00	32	493.400	1.440.000,00	40	522.400	1.800.000,00	4.050.000,00
Sinalização de trânsito			15.000,00			42.000,00			96.000,00			110.000,00	263.000,00
Captação de material particulado (secador)			505.000,00			3.080.000,00			4.415.000,00			255.000,00	8.255.000,00
Sistema de combate a incêndio			0,00			2.815.000,00			5.500.000,00			5.660.000,00	13.975.000,00
Sistema de Movimentação de Produto			20.000,00			190.000,00			180.000,00			420.000,00	810.000,00
Ventilação ambientes confinados/semiconfinados			95.000,00			130.000,00			145.000,00			10.000,00	380.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m³)			30.000,00			255.000,00			405.000,00			15.000,00	705.000,00
Total	**5**	**774.700**	**1.115.000,00**	**14**	**402.100**	**10.807.000,00**	**32**	**493.400**	**26.206.000,00**	**40**	**522.400**	**11.430.000,00**	**49.558.000,00**

Fonte: Suarm/Gearm

7.1.2 - Estoques Públicos Depositados nas Unidades Próprias

No fim do exercício, o estoque públicos de produtos agropecuários somava 4,4 milhões de toneladas, sendo que, 608,3 mil toneladas estavam armazenados em unidades próprias, conforme detalhado no próximo quadro. A composição por produto e UF dos estoques encontra-se detalhada no Anexo03 e 04.

Quadro XLIV – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

UF	Produtos Agrícolas		Outros Produtos	
	Peso (Em kg)	Valor (Em R$)	Quantidade (Em unidade)	Valor (Em R$)
AC	350.700	250.645,29	9.663	14.645,13
AL	4.061.979	4.534.251,95	46.893	44.437,92
AM	1.274.967	1.546.512,83	147.683	145.135,08
BA	11.015.516	16.875.230,73	194.415	189.825,52
CE	26158049	22.122.712,21	374.803	534.290,30
DF	3.383.054	3.584.980,20	-	-
ES	3.464.687	8.075.310,43	200.078	221.770,97
GO	85.568.267	45.655.983,54	16.714	162.436,36
MA	10.651.758	8.659.897,84	135.870	213.088,42
MG	88.935.211	447.379.808,44	122.211	86.569,00
MS	9.238.678	6.821.891,20	21.294	64.235,91
MT	53.528.813	19.878.190,27	5.844	12.711,57
PA	3.326.670	5.281.813,05	41.497	103.917,78
PB	5.093.714	5.197.001,34	306.670	428.223,69
PE	2.637.466	4.424.763,32	141.664	168.020,71
PI	5.823.736	4.767.697,40	200.308	259.279,43
PR	237.112.918	162.836.217,73	71.059	69.268,13
RJ	345.672	551.571,32	217.618	5.483.410,87
RN	15.232.118	12.724.639,10	177.224	136.599,00
RO	2.624.353	1.948.295,71	68.090	137.500,30
RR	41.874	22.410,13	66.222	102.630,99
RS	2.840.299	5.171.532,12	15.214	82.687,92
SC	406.323	546.585,01	134.802	241.116,59
SE	5318621	8.799.453,47	24.224	71.066,09
SP	22.931.522	71.532.665,37	15.644	370.777,39
TO	6.938.681	4.300.777,73	11.798	21.332,17
Total	**608.305.646**	**873.490.837,73**	**2.767.502**	**9.364.977,24**

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

7.1.3 - Estoques Públicos Depositados nas Unidades de Terceiros

No mesmo período, a Conab mantinha 3,8 milhões de toneladas de produtos agropecuários armazenados em unidades de terceiros, conforme detalhamento no quadro a seguir. O Anexo 05 apresenta a posição desse estoque por produto e UF.

Quadro XLV – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos armazenados em Unidades de Terceiros

UF	Produtos Agrícolas		Outros Produtos	
	Peso (Em kg)	Valor (Em R$)	Quantidade (Em unidade)	Valor (Em R$)
BA	24.490.916	37.741.333,16	-	-
GO	279.592.230	130.734.926,95	-	-
MG	20.457.127	11.061.833,48	-	-
MS	17.675.617	9.424.802,36	-	-
MT	1.186.061.802	508.778.367,61	766.933	672.832,69
PR	369.157.733	263.260.850,09	1.055	570,28
RS	1.770.050.816	1.251.514.967,51	1.313.383	1.295.875,00
SC	69.380.458	38.036.892,69	760.826	1.015.672,08
SP	84.893.233	59.862.968,78	-	-
Total Geral	**3.821.759.932**	**2.310.416.942,63**	**2.842.197**	**2.984.950,05**

Fonte: Suope/Gefoc

7.1.4 - Cadastramento de Unidades Armazenadoras

O Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e a qualificação, ou seja, os equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

No fim do exercício estavam cadastrados 17.627 armazéns com capacidade estática total para 145.191.511 toneladas, e destas apenas 1.527 armazéns (20.428.920 toneladas) estavam credenciadas para trabalharem com os estoques públicos, conforme detalhado no próximo quadro.

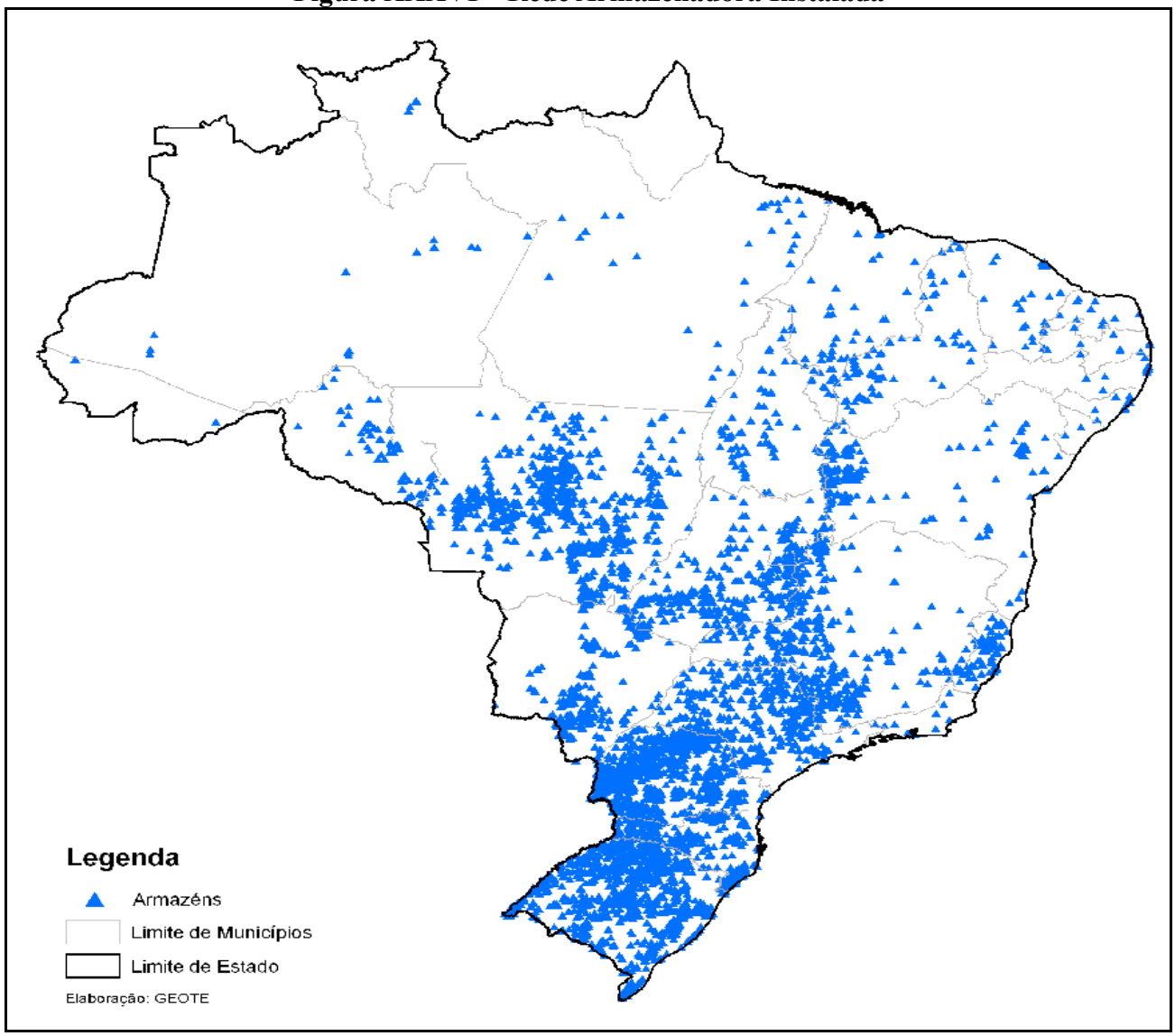
Quadro XLVI – Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem

UF	N.º de Armazéns	Capacidade Estática (Em t)						
		Cadastrada			Credenciada		Impedida/Descredenciada/Sem Contrato de Depósito	
		Convencional	Granel	Total	N.º de Armazéns	Capacidade	N.º de Armazéns	Capacidade
AC	14	28.486	0	28.486	1	807	13	27.679
AL	73	201.796	348.856	550.652	2	5.935	71	544.717
AM	40	61.395	314.884	376.279	2	4.724	38	371.555
AP	1	816	0	816	0	0	1	816
BA	627	886.933	3.131.633	4.018.566	34	67.885	593	3.950.681
CE	102	216.233	130.540	346.773	3	56.058	99	290.715
DF	90	150.671	313.575	464.246	5	63.598	85	400.648
ES	234	568.178	815.451	1.383.629	3	83.579	231	1.300.050
GO	897	1.325.615	10.591.229	11.916.844	81	1.847.094	816	10.069.750
MA	148	135.261	1.650.221	1.785.482	8	63.496	140	1.721.986
MG	1.191	2.887.783	5.315.801	8.203.584	51	887.477	1.140	7.316.107
MS	817	628.360	6.545.200	7.173.560	61	1.060.780	756	6.112.780
MT	2.120	2.316.750	25.176.930	27.493.680	178	3.079.435	1.942	24.414.245
PA	131	208.284	373.014	581.298	5	26.060	126	555.238
PB	25	52.297	41.330	93.627	4	22.228	21	71.399
PE	107	423.001	582.647	1.005.648	4	28.445	103	977.203
PI	139	94.770	858.075	952.845	6	23.890	133	928.955
PR	3.579	5.489.181	22.407.800	27.896.981	537	6.559.708	3.042	21.337.273
RJ	27	103.498	79.050	182.548	2	26.578	25	155.970
RN	20	52.417	5.287	57.704	6	27.887	14	29.817
RO	115	197.337	372.147	569.484	6	33.824	109	535.660
RR	27	35.931	112.069	148.000	4	9.225	23	138.775
RS	4.562	2.624.798	28.154.740	30.779.538	383	4.634.156	4.179	26.145.382
SC	961	728.549	4.243.428	4.971.977	79	731.102	882	4.240.875
SE	1	3.221	0	3.221	1	3.221	0	0
SP	1.456	5.747.884	7.288.895	13.036.779	58	1.048.529	1.398	11.988.250
TO	123	358.776	810.488	1.169.264	3	33.199	120	1.136.065
Total	**17.627**	**25.528.221**	**119.663.290**	**145.191.511**	**1.527**	**20.428.920**	**16.100**	**124.762.591**

Fonte: Suarm/Gecad

A figura a seguir apresenta a forte concentração de armazéns nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste. A primeira com cerca de 43,84% da capacidade estática instalada, enquanto as demais possuem 32,40% e 15,71%, respectivamente.

Figura XXXVI – Rede Armazenadora Instalada



Fonte: Suarm/Gecad

Quanto à localização das unidades armazenadoras, verifica-se o predomínio daquelas instaladas em áreas urbanas, que representam 45,24% da capacidade estática total, enquanto as instaladas em fazendas representam apenas 13,24%. A guarda dos produtos nos locais de produção é prática de suma importância, tanto como complemento da rede armazenadora urbana quanto para minimizar perdas quantitativas e qualitativas a que estão sujeitas os produtos colhidos, além disso possibilita economia na remoção de produtos, com deslocamento em períodos de entre-safra quando o valor dos fretes são menores. Não poder estocar em casa, em regra, traduz-se em perda de competitividade. A baixa capacidade de armazenagem nas fazendas é função de fatores econômicos, pouca difusão da tecnologia empregada, dos benefícios gerados e a falta de planejamento global do setor armazenador.

Em países com maior capacidade de armazenagem em nível de fazenda o processo de armazenagem segue uma lógica, com início nas fazendas, evoluindo para os sistemas coletor, intermediário e terminal. No Brasil, a maior parte da produção sai das fazendas direto para os centros consumidores, e as quantidades retidas nas propriedades rurais destinam-se, quase que exclusivamente, à subsistência, sendo armazenados, principalmente, em paióis ou depósitos precários, sujeitos a todo tipo de deterioração.

Quadro XLVII – Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Localização

UF	Localização				Total
	Fazenda	Portuário	Zona Urbana	Zona Rural	
AC	-	-	28.486	-	28486
AL	890	189.492	95.547	264.723	550652
AM	2.250	-	38.595	335.434	376279
AP	-	-	816	-	816
BA	1.767.186	11.580	1.033.753	1.206.047	4.018.566
CE	-	144.042	194.291	8.440	346.773
DF	86.842	-	160.943	216.461	464.246
ES	38.346	759.000	465.321	120.962	1.383.629
GO	1.227.247	110.827	3.855.269	6.723.501	11.916.844
MA	644.639	211.249	297.026	632.568	1.785.482
MG	1.225.962	-	4.667.034	2.310.588	8.203.584
MS	1.410.787	-	1.951.720	3.811.053	7.173.560
MT	7.904.331	19.954	9.655.922	9.913.473	27.493.680
PA	30.117	82.325	159.960	308.896	581.298
PB	3.150	-	89.685	792	93.627
PE	28.200	439.094	393.344	145.010	1.005.648
PI	220.993	-	59.608	672.244	952.845
PR	1.272.840	2.662.201	15.550.667	8.411.273	27.896.981
RJ	11.005	49.640	110.211	11.692	182.548
RN	-	-	40.852	16.852	57.704
RO	101.370	59.595	303.309	105.210	569.484
RR	-	-	129.575	18.425	148.000
RS	1.604.461	1.646.155	16.782.801	10.746.121	30.779.538
SC	162.996	576.882	2.872.378	1.359.721	4.971.977
SE	-	-	3.221	-	3.221
SP	1.214.098	1.829.264	6.471.887	3.521.530	13.036.779
TO	259.729	-	269.512	640.023	1.169.264
Total	**19.217.439**	**8.791.300**	**65.681.733**	**51.501.039**	**145.191.511**

Fonte: Suarm/Gecad

O atendimento aos produtores rurais se torna mais restrito quanto se observa a propriedade do armazém e a possibilidade de acesso à capacidade estática. Cerca de 19% da capacidade estática instalada é de propriedade de cooperativas, restrita aos cooperados. Os governos federal, estaduais e municipais possuem apenas 4,0% e o restante é de propriedade privada. Quanto à possibilidade de acesso, verifica-se que apenas 41,7% da capacidade estática é de uso público, enquanto 58,3% é de uso exclusivo dos proprietários.

Quadro XLVIII – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Armazenadora, Quanto à Entidade

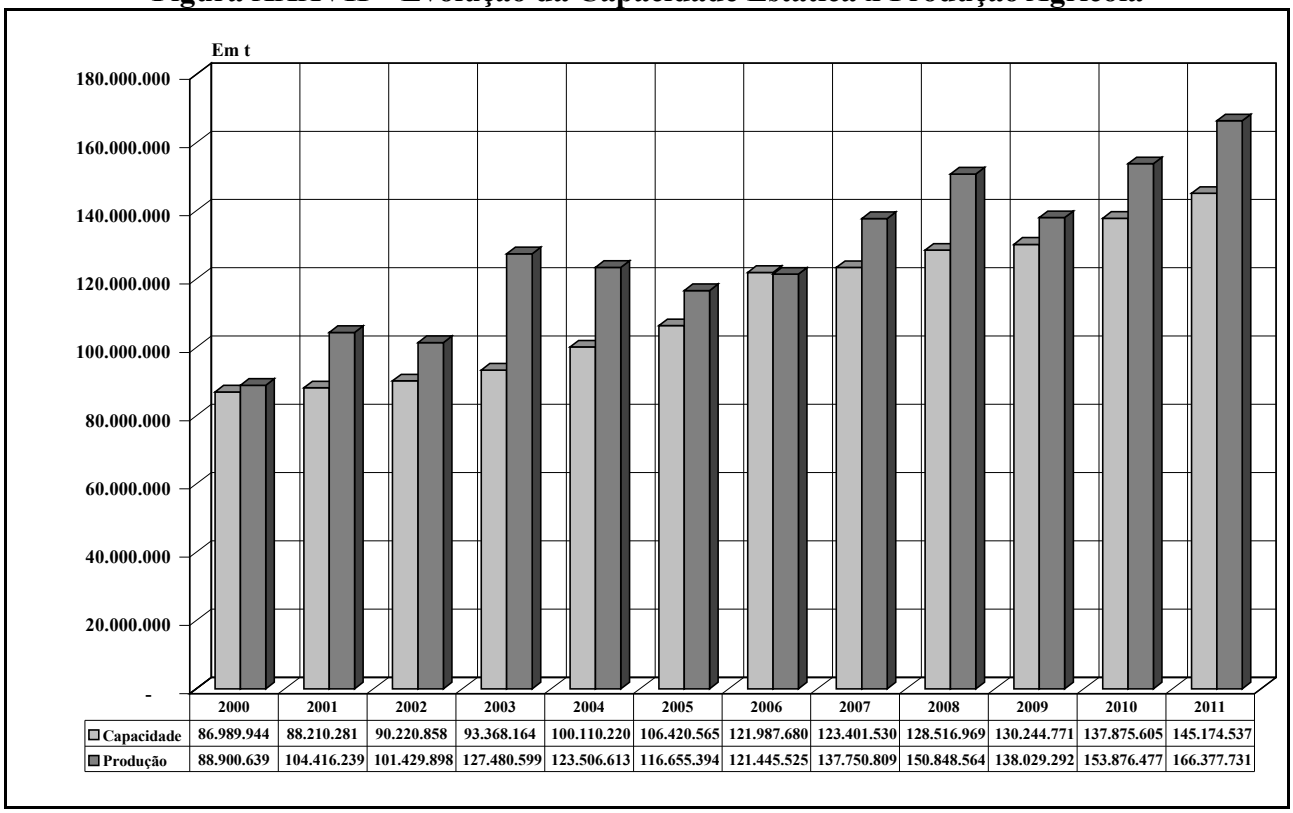
Em t

UF	Entidade			Utilização	
	Cooperativa	Oficial	Privado	Pública	Privada
AC	-	28.486	-	28.486	-
AL	117.245	54.897	378.510	54.897	495.755
AM	7.726	16.376	352.177	119.764	256.515
AP	-	816	-	-	816
BA	139.556	31.868	3.847.142	429.391	3.589.175
CE	26.735	144.182	175.856	124.291	222.482
DF	67.439	63.598	333.209	115.385	348.861
ES	32.351	155.414	1.195.864	354.281	1.029.348
GO	1.266.758	195.862	10.454.224	6.998.014	4.918.830
MA	-	63.496	1.721.986	288.379	1.497.103
MG	1.658.984	936.022	5.608.578	4.408.306	3.795.278
MS	1.282.192	186.988	5.704.380	2.400.204	4.773.356
MT	900.588	213.523	26.379.569	13.138.782	14.354.898
PA	35.010	107.983	438.305	120.658	460.640
PB	11.323	28.308	53.996	19.606	74.021
PE	1.320	136.826	867.502	219.664	785.984
PI	15.752	23.890	913.203	23.890	928.955
PR	11.784.953	1.202.351	14.909.677	8.952.766	18.944.215
RJ	-	44.714	137.834	77.090	105.458
RN	7.948	27.887	21.869	30.625	27.079
RO	59.833	25.575	484.076	299.673	269.811
RR	-	9.225	138.775	9.225	138.775
RS	6.924.690	634.385	23.220.463	12.365.328	18.414.210
SC	1.919.336	127.961	2.924.680	2.075.902	2.896.075
SE	-	3.221	-	3.221	-
SP	2.362.322	1.397.494	9.276.963	7.217.851	5.818.928
TO	215.608	33.199	920.457	639.368	529.896
Total	**28.837.669**	**5.894.547**	**110.459.295**	**60.515.047**	**84.676.464**

Fonte: Suarm/Gecad

No Brasil, a capacidade estática de armazenagem é inferior à produção, 145,2 milhões de toneladas estáticas ante uma produção de 166,4 milhões de toneladas de grãos e fibras produzidas em 2011. Considerando-se a recomendação da FAO para que a capacidade estática de armazenagem de um país seja igual a 1,2 vezes sua produção agrícola anual, o nível indicado para o Brasil seria de cerca de 200,0 milhões de toneladas.

Figura XXXVII – Evolução da Capacidade Estática x Produção Agrícola



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Capacidade	86.989.944	88.210.281	90.220.858	93.368.164	100.110.220	106.420.565	121.987.680	123.401.530	128.516.969	130.244.771	137.875.605	145.174.537
Produção	88.900.639	104.416.239	101.429.898	127.480.599	123.506.613	116.655.394	121.445.525	137.750.809	150.848.564	138.029.292	153.876.477	166.377.731

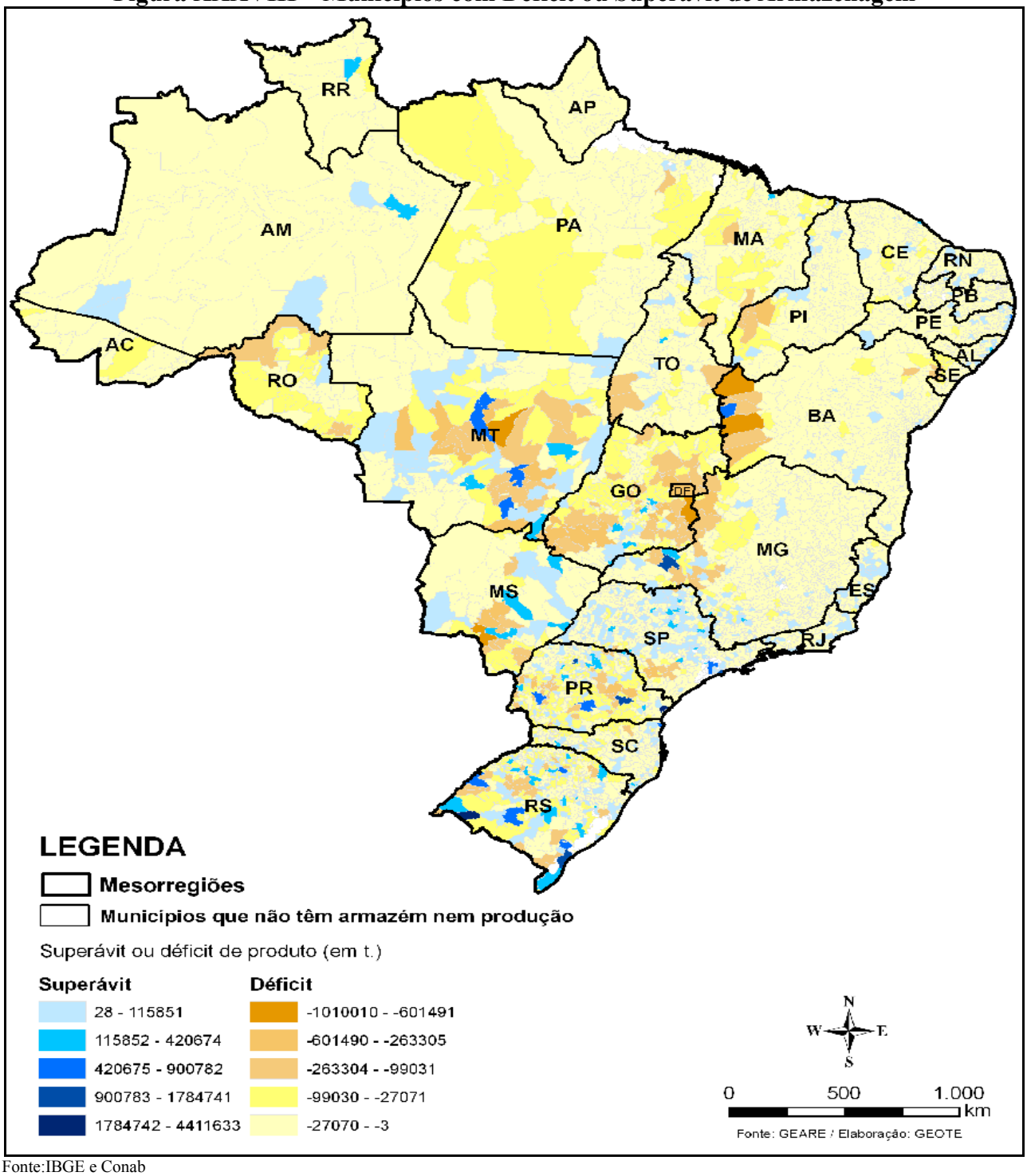
Fonte: Suarm/Gecad

A figura a seguir apresenta a ocorrência de déficit ou superávit em nível municipal. Para o resultado apresentado foram utilizadas tão somente a capacidade estática instalada e a produção agrícola de 2011 (algodão – herbáceo e arbóreo-, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca – 25% do total de raiz produzida-, milho, rami, soja, sorgo, trigo, triticale, cacau, café, castanha de caju, guaraná e sisal).

Apesar da ocorrência de déficit de armazenagem em quase todos os municípios brasileiros esta situação não tem criado problemas aos produtores rurais, exceto nos estados das regiões Centro-Oeste e Sul, onde a agricultura é praticada de forma mais intensa, com a ocorrência de várias safras e em maior escala; existe grande quantidade de indústrias que tem como matéria prima produtos recebidos diretamente dos produtores e com forte concentração de armazéns com uso privado, reduzindo-se a oferta de espaço de uso público.

Em decorrência do pequeno número de armazéns credenciados na Região Sul, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a Conab desenvolveu as operações de Repasse e Revenda dos Contratos de Opção de Venda de arroz, objetivando minimizar a formação de estoques públicos, por não dispor de espaço disponível para o recebimento e manutenção de grande quantidade deste produto.

Figura XXXVIII – Municípios com Déficit ou Superávit de Armazenagem



Fonte:IBGE e Conab

Dos 5.564 municípios incluídos na pesquisa foram registrados superávits de armazenagem em apenas 608 em decorrência da maior produção agrícola ou de se caracterizarem como pólos de atração dos fluxos de produtos devido a ocorrência de agroindústrias ou em apoio às exportações. De acordo com a metodologia utilizada (produção agrícola x capacidade estática) os maiores superávits registrados nos municípios de Quaraí-RS (4.411.633 t), Paranaguá-PR (2.859.193 t), Santos-SP (1.784.741 t), Ponta Grossa-PR (1.690.127 t), Maringá (1.316.451 t), Rio Grande-RS (1.209.556 t), Uberlândia-MG (1.109.826 t), Pelotas-RS (900.782 t), Rondonópolis-MT (853.784 t), Primavera do Leste-MT (812.375 t), Sinop-MT (790.801 t) e São Paulo-SP (705.139 t). Por outro lado, os maiores déficits foram registrados em áreas de grande produção, tais como: São

Desidério-BA (1.010.010 t), Formosa do Rio Preto-BA (974.768 t), Cristalina-GO (912.138 t), Nova Ubiratã-MT (692.751 t), Ponta Porã-MT (601.491 t), Diamantino-MT (479.280 t)

7.2 - Fiscalização

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais na Matriz é de 22 empregados que atuam na coordenação das diversas etapas e, também, na fiscalização dos armazéns, enquanto que as Regionais detêm 108 fiscais treinados e aptos para a execução da atividade.

Em 2011 foram realizadas 6.030 fiscalizações, sendo 4.209 relacionadas aos estoques públicos e 1.821 às operações de garantia e sustentação de preços.

a) Fiscalização dos Estoques Públicos

Nas operações realizadas em 2011 foram fiscalizados de forma acumulada, e por fiscais da Matriz e das Regionais, 4.209 armazéns e 24,0 milhões de toneladas de produtos vinculados à PGPM, ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a estratégia Fome Zero, aos estoques próprios e de terceiros armazenados em unidades próprias.

Quadro XLIX – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	11.179.316	11.122.438	8.356.235	8.337.937
Contrato de Opção	28.385.799	28.223.790	15.019.955	14.967.502
Agricultura Familiar	538.814	538.262	436.550	428.762
Fome Zero	141.307	141.219	36.863	36.863
Estoque Próprio	6.077	6.077	5.575	5.526
Varreduras	816	816	109.101	109.104
Terceiros	147.323	147.323	147.750	147.746
Total	**40.399.452**	**40.179.925**	**24.112.029**	**24.033.440**

Fonte: Sufis/Gefis

Em relação ao exercício anterior verifica-se queda de 40,2% no volume fiscalizado, em função da redução dos estoques públicos e redução nas aquisições governamentais.

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas – produto abaixo do padrão (835 toneladas) e desclassificados (1.851 toneladas) e perdas quantitativas – desvio (53.572 toneladas) e perdas em armazenagem (27.243 toneladas). As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento são procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

Quadro L – Demonstrativo de Perdas Qualitativas e Quantitativas dos Estoques Públicos

Sureg	Produto	Perdas (Em t)				Total	
		Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas			
		AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	P. Qualitativas	P. Quantitativas
BA/SE	Milho	-	-	-	1	-	1
CE	Milho	-	-	-	41	-	41
	Feijão	-	11	-	-	11	-
GO-DF	Feijão	-	-	-	4	-	4
	Milho	-	-	6.512	5.263	-	11.775
MA	Arroz	-	-	-	16	-	16
	Milho	-	-	-	121	-	121
MG	Feijão	-	-	-	33	-	33
	Feijão	-	-	-	69	-	69
	Milho	-	-	-	1.416	-	1.416
	Trigo	351	-	-	-	351	-
MS	Milho	-	-	-	3.353	-	3.353
	Trigo	-	-	-	68	-	68
MT	Milho	-	-	31.734	14.868	-	46.602
PA	Milho	-	-	-	2	-	2
	Feijão	58	1.377	-	-	1.435	-
PE	Milho	-	-	-	48	-	48
PR	Feijão	352	463	-	28	815	28
	Milho	-	-	-	1.380	-	1.380
	Café	-	-	-	7	-	7
RN	Milho	-	-	-	39	-	17
RO	Milho	-	-	-	6	-	6
RS	Arroz	-	-	2.940	57	-	2.997
	Milho	-	-	-	215	-	215
	Trigo	-	-	12.386	151	-	12.537
SC	Feijão	74	-	-	-	74	-
	Milho	-	-	-	55	-	55
TO	Milho	-	-	-	2	-	2
Total		**835**	**1.851**	**53.572**	**27.243**	**2.686**	**80.793**

Fonte: Sufis/Gefis

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2011 foi constatada a ocorrência de 2.665 irregularidades nos armazéns vistoriados, destacando-se o Estado do Rio Grande do Sul com participação de 35,5% no total, conforme detalhado no quadro a seguir e no quadro do anexo 07.

Quadro LI – Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras

Estado	Total
Acre	2
Alagoas	1
Amazonas	11
Bahia	322
Ceará	47
Distrito Federal	19
Espírito Santo	2
Goiás	158
Maranhão	19
Mato Grosso	241
Mato Grosso do Sul	47
Minas Gerais	145
Pará	29
Paraíba	9
Paraná	387
Pernambuco	18
Piauí	49
Rio de janeiro	0
Rio Grande do Norte	44
Rio Grande do Sul	946
Rondônia	11
Roraima	16
Santa Catarina	79
São Paulo	36
Sergipe	21
Tocantins	6
Total Geral	**2.665**

Fonte: Gefis/Sufis

b) – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

Em 2011 foi realizada por fiscais da Matriz e das Regionais, a fiscalização de 3.481 operações de comercialização (PEPRO, PEP, VEP, Vendas em Balcão, Subvenção aos extrativistas) e de apólices de seguro rural, esta em atendimento à solicitação do MAPA.

7.2.1 – Cobranças por Desvio ou Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos

Durante o exercício, a Conab emitiu cobranças no valor de R$27.114.396,12 referentes a Desvio ou Perdas em Armazenagem de 75.393 toneladas de produtos vinculados aos estoques governamentais. Das cobranças realizadas em 2011 ou em anos anteriores, foram recuperados R$6.967.511,33 e 13.635 toneladas de produtos. Até o fim do período, haviam 4.533 processos ajuizados, 5 processos encaminhados para ajuizamento e 3 em andamento, no valor total de R$1.661.739.111,82.

7.3 - Movimentação de Estoques

Atividade de fundamental importância e apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab a movimentação de estoques pode ocorrer nos seguintes casos:

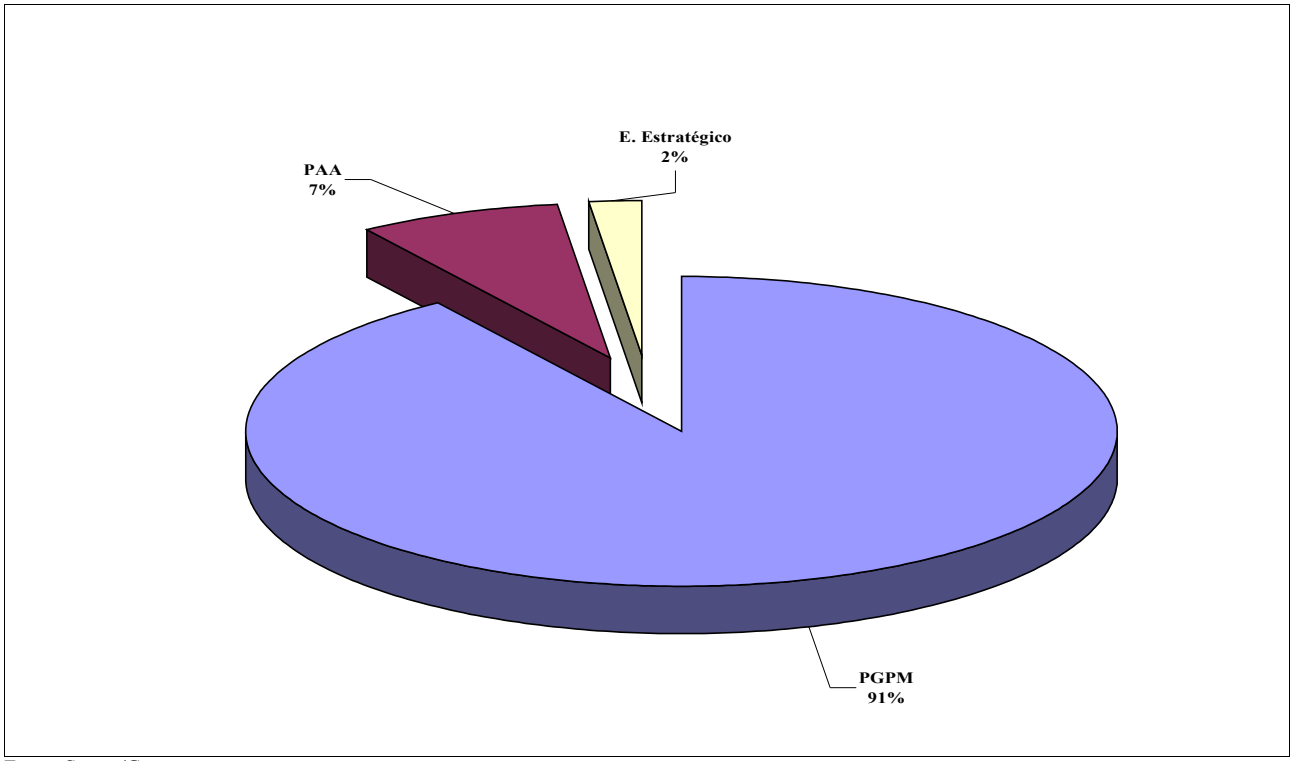
- para liberação de espaço visando acolhimento da safra;
- atendimento de determinação judicial;
- rescisão do Contrato de Depósito;

- atendimento de cláusula contratual, a pedido do depositário;
- risco iminente de perda quantiqualitativa do produto, constatado pela fiscalização da Conab, tais como: danos nos equipamentos do armazém necessários à segurança e/ou conservação do produto, estrutura física do armazém comprometida, inundação, incêndio, abandono do produto pelo depositário, ameaça de pilhagem e outros motivos de impedimento técnico do armazém;
- constatação de desvio parcial do produto;
- realização de operações de compra com remoção simultânea em regiões com deficiência de armazenagem;
- descredenciamento do armazém;
- pendência financeira do depositário, com recomendação de remoção pela área de cobrança da Conab;
- atendimento ao Programa Vendas em Balcão ou outro envolvendo estoques públicos administrados pela Conab de produtos e embalagens.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do Manual de Operações da Conab-MOC, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab.

Em 2011 foram realizados 44 leilões e uma contratação por meio de Carta Convite quando foi contratada a remoção de 404.404 toneladas de diversos produtos vinculados à PGPM, ao PAA, aos estoques estratégicos (MDS e Defesa Civil) para distribuição à famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional. O custo total das contratações foi de R$81.125.244,02.

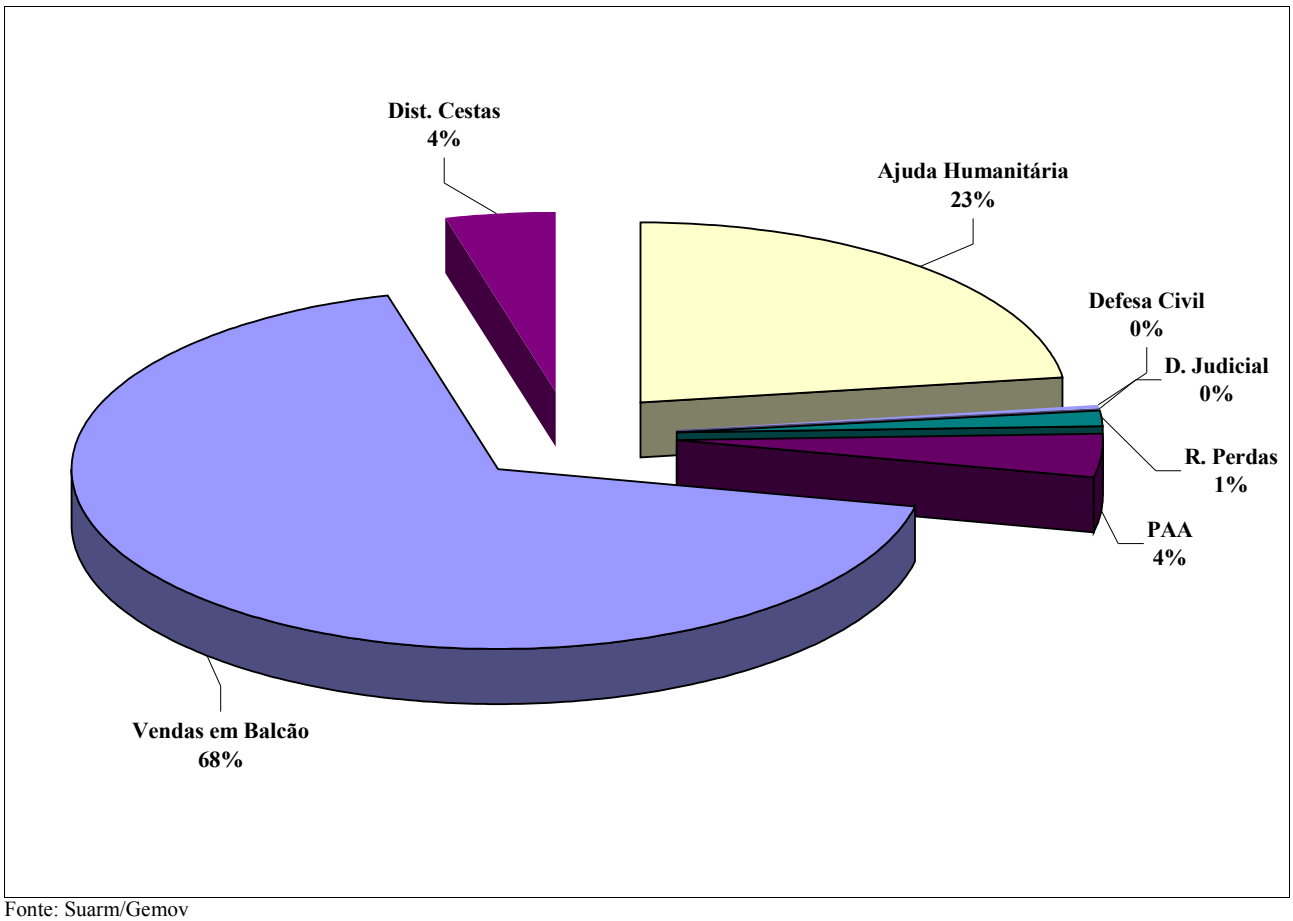
Figura XXXVIII – Remoções, por Vínculo do Produto



Fonte: Suarm/Gemov

Como motivo gerador das remoções destacou-se o atendimento ao Programa Vendas em Balcão com participação de 68% da quantidade contratada, seguido da remoção de produtos para doação aos países amigos a título de Ajuda Humanitária Internacional, com 23%. As demais foram para atendimento às solicitações do MDS e da Defesa Civil, para atendimento a decisões judiciais, a retirada de produtos da agricultura familiar dos postos de compra, e, também, a retirada de produtos de unidades armazenadoras onde foram constatados pela fiscalização a ocorrência de risco de perdas qualitativas e/ou quantitativas de produtos.

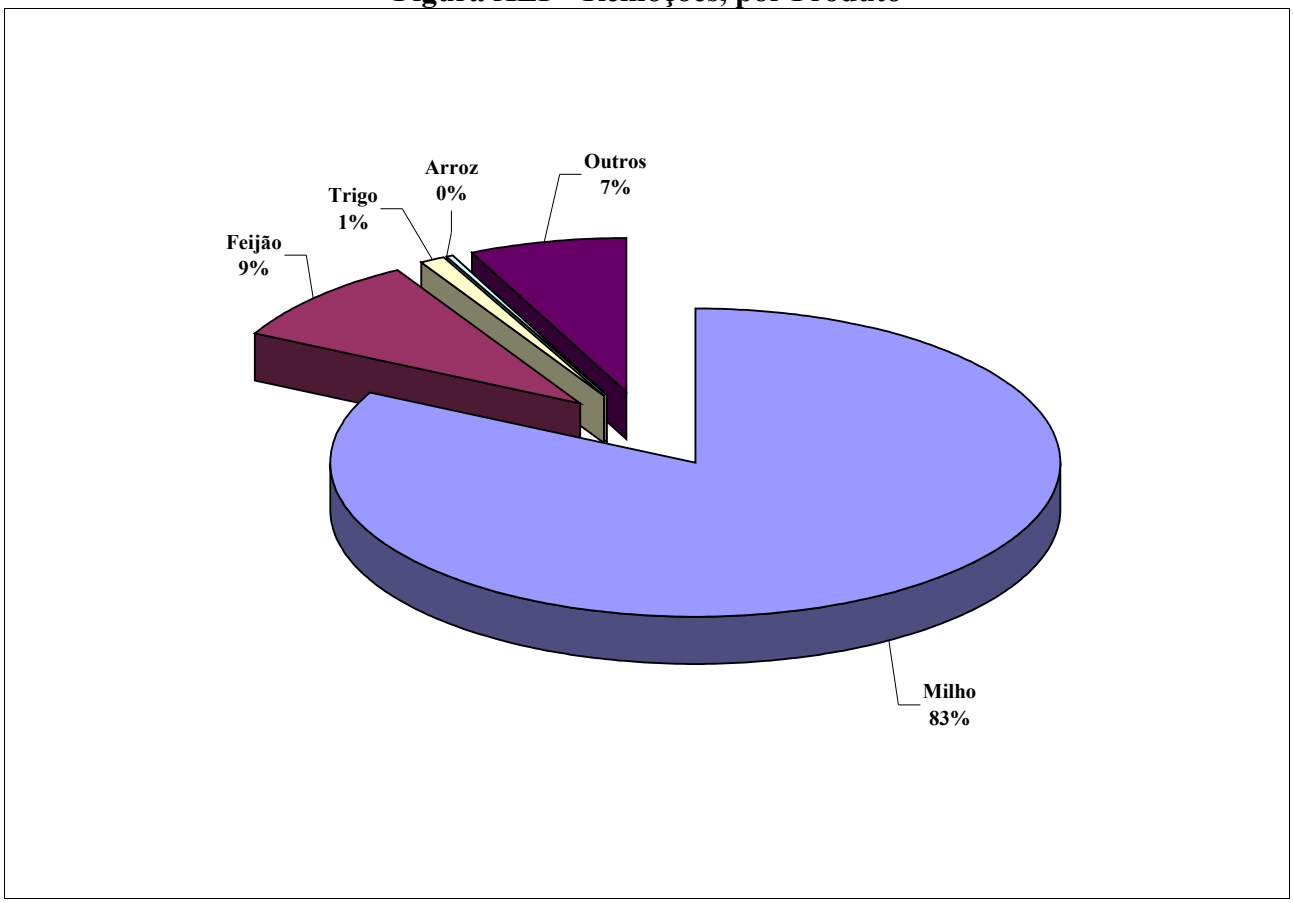
Figura XL – Remoções, Motivo Gerador



Fonte: Suarm/Gemov

Destacou-se o milho com participação de 83% da quantidade contratada para atendimento à demanda do Vendas em Balcão e para Ajuda Humanitária Internacional, seguido pelo feijão (9%) também para envio aos países amigos, para doação a entidades públicas ou as de interesse social, em cumprimento á determinação da Lei n.º 12.058/2009. O Grupo Outros agrega diversos produtos alimentícios utilizados na formação de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Figura XLI – Remoções, por Produto



Fonte: Suarm/Gemov

a) Remoção de Produtos Vinculados à PGPM

Dos produtos vinculados à PGPM (AGFs e Contratos de Opção de Venda) foi contratada a remoção de 366.157 toneladas, representando cerca de 91,1% do total contratado. Destas, 272.438 toneladas foram destinadas ao abastecimento interno por meio do Programa Vendas em Balcão, 87.452 toneladas para doação como Ajuda Humanitária Internacional e o restante, 876 toneladas, foram contratadas devido a risco de perdas do produto e em cumprimento a decisões judiciais.

Durante o exercício foram efetivamente removidas 247.067 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LII – Demonstrativo das Remoções Contratadas

UF		Produto	Motivo	Valores (Em R$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditivada	A Remover
GO	AL	Milho	Vendas em balcão	346.970,00	227.782,90	1.000.000	213.120	-	-	-
	DF	Milho	Vendas em balcão	203.580,00	191.834,64	3.000.000	3.000.000	-	-	-
	GO	Milho	Vendas em balcão	202.560,00	190.871,16	4.000.000	4.000.000	-	-	-
	RS	Milho	Vendas em balcão	435.041,00	285.609,28	1.893.376	846.390	-	-	-
	SC	Milho	Ajuda humanitária	5.195.640,00	4.671.956,40	22.559.260	9.749.480	-	-	-
	TO	Milho	Vendas em balcão	247.900,00	162.733,17	1.250.000	-	-	-	-
Subtotal				6.631.691,00	5.730.787,55	33.702.636	17.808.990	-	-	-
MT	AC	Milho	Vendas em balcão	184.635,50	159.335,00	700.000	700.000	-	-	-
	AL	Milho	Vendas em balcão	914.800,00	685.620,00	2.000.000	2.000.000	-	-	-
	AM	Milho(1)	Vendas em balcão	1.086.780,00	755.960,80	3.000.000	1.499.150	1.502.150	-	-
	BA	Milho	Vendas em balcão	41.344,50	30.990,00	150.000	150.000	-	-	-
	CE	Milho	Vendas em balcão	16.107.150,00	11.554.655,31	32.500.000	32.500.000	-	-	-
	ES	Milho	Vendas em balcão	3.737.064,00	2.639.514,15	12.000.000	5.630.900	-	-	-
	MA	Milho	Vendas em balcão	1.580.265,93	1.171.128,35	3.908.834	3.908.834	-	-	-
	MG	Milho	Vendas em balcão	1.972.420,00	1.483.395,56	7.000.000	7.000.000	-	-	-
	PA	Milho	Vendas em balcão	632.385,00	475.572,84	1.500.000	1.500.000	-	-	-
	PB	Milho	Vendas em balcão	8.742.298,62	5.856.231,74	17.500.000	11.857.261	-	-	-
	PE	Milho	Vendas em balcão	96.340,00	62.388,00	200.000	200.000	-	-	-
	PI	Milho	Vendas em balcão	9.387.340,02	6.584.816,84	21.000.000	11.300.620	-	-	-
	RN	Milho	Vendas em balcão	7.981.220,00	5.247.064,05	16.446.020	16.446.020	-	-	-
	RO	Milho	Vendas em balcão	622.085,00	573.885,00	4.000.000	1.977.120	-	-	-
	RR	Milho	Vendas em balcão	1.588.820,00	1.384.883,00	4.000.000	2.523.840	-	-	-
	RS	Milho	Vendas em balcão	14.799.833,71	10.264.845,75	51.074.761	15.697.440	-	-	-
Subtotal				69.474.782,28	48.930.286,39	176.979.615,00	114.891.185,00	1.502.150,00	-	-
PR	PR	Milho	Ajuda humanitária	4.006.623,71	4.006.623,71	28.176.800	28.176.800	-	-	-
		Trigo (2)	Risco de perda	158.663,47	158.663,47	5.396.547		5.396.547	-	-
	RS	Milho	Vendas em balcão	813.270,61	633.500,02	9.031.863,00		-	-	-
	SC	Feijão	Ajuda humanitária	998151,57	986.248,53	5.270.590,00	5.270.590	-	-	-
		Milho	Ajuda humanitária	1.558.731,14	1.401.685,80	9.667.220	5.266.840	-	-	-
		Milho (3)	Vendas em balcão	5.532.345,69	4.601.983,99	74.533.000	52.253.830	22.279.170	-	-
Subtotal				13.067.786,19	11.788.705,52	132.076.020,00	90.968.060,00	27.675.717,00	-	-
RS	RS	Arroz	Decisão Judicial	12.532,19	12.532,19	501.745	501.745	-	-	-
Subtotal				12.532,19	12.532,19	501.745,00	501.745,00	-	-	-
SC	SC	Feijão	Ajuda humanitária	5.182.250,36	4.264.508,99	21.777.776	21.777.776	-	-	-
Subtotal				5.182.250,36	4.264.508,99	21.777.776,00	21.777.776,00	-	-	-
SP	SP	Milho	Decisão Judicial	5.739,33	5.739,33	369.326	369.326	-	-	-
Subtotal				5.739,33	5.739,33	369.326,00	369.326,00	-	-	-
TO	TO	Milho	Vendas em balcão	65.050,00	61.294,20	750.000	750.000	-	-	-
Subtotal				65.050,00	61.294,20	750.000,00	750.000,00	-	-	-
Total Geral				**94.439.831,35**	**70.793.854,17**	**366.157.118,00**	**247.067.082**	**29.177.867**	-	-

Fonte: Suarm/Gemov

Notas: (1) Cancelamento por falta de espaço na UA-Manaus

(2) Remoção cancelada devido a venda do produto.

(3) Cancelamento devido ao não cumprimento pela transportadora dos fluxos de transporte, ficando inadimplente.

As remoções para os estados das Regiões Norte e Nordeste, norte do Estado de Minas Gerais e os estados do Espírito Santo e Santa Catarina foram justificadas por meio da Nota Técnica Supab n.º 03/2011, anexa ao Voto Dirab n.º 8/2011 e aprovada na 991.º Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Conab, em 13 de abril de 2011, conforme detalhado a seguir.

•Acre - para atendimento aos 560 produtores de Rio Branco e mais 12 municípios circunvizinhos cadastrados no Programa de Vendas em Balcão, a Sureg-AC solicitou a remoção de 700 toneladas de milho em grãos, em duas etapas. O pleito foi atendido com a remoção de milho do Estado de Mato Grosso.

•Alagoas - a Sureg-AL tinha cadastrados 64 criadores e uma fábrica de ração como clientes habituais da UA-Maceió; esta quantidade tende a aumentar devido a reabertura da UA-Palmeira dos Índios. Para suprir a necessidade dos clientes foi solicitada a remoção de 3.000 toneladas de milho em grãos, devidamente atendida pela contratação

de remoção de 1.000 toneladas oriunda do Estado de Mato Grosso e 2.000 toneladas de Goiás.

•Amazonas - também é caracterizado como estado importador de milho para suprir a demanda interna não atendida por uma produção incipiente e com característica de agricultura de subsistência. Por entender que o Programa Vendas em Balcão é de extrema importância para a produção de ovos e carnes, sobretudo de aves, e também para a geração de empregos na região, a Sureg-AM solicitou a remoção de 3.000 toneladas deste produto para atendimento aos clientes cadastrados. A remoção com origem no Estado do Mato Grosso foi contratada pela Matriz e durante o exercício de 2010 foram removidas 1.499 toneladas, o restante foi cancelado pois não havia espaço suficiente nos armazéns para o recebimento do produto.

• Bahia – com base no histórico de comercialização do Programa Vendas em Balcão de exercícios anteriores, os estoques armazenados nas UAs de Itabaiana e Entre Rios, localizadas no Estado da Bahia, foram considerados suficientes para a venda prevista para todo o exercício de 2011, sendo necessária apenas a remoção de 150 toneladas para a UA-Santa Maria da Vitória. O pleito foi atendido com a contratação de frete de milho armazenado em unidade de terceiros em Lucas do Rio Verde-MT.

•Ceará - no Estado do Ceará o Programa Vendas em Balcão foi reinicializado em 2004, não sofrendo interrupções graças às remoções de milho realizadas para atendimento das necessidades dos pequenos criadores rurais e agroindústrias de pequeno porte. Devido a baixa produção cearense as vendas realizadas pela Conab atendem a clientes de todo o Estado e tem apresentado contínuo crescimento. Os estoques existentes no início do exercício eram insuficientes para atendimento à demanda anual levando a Sureg-CE a demandar a remoção de 34.000 mil toneladas de milho, sendo 10.000 t para a unidade de Maracanaú e 3.000 t para as unidades de Russas, Sobral, Senador Pompeu, Juazeiro do Norte, Iguatu, Icó, Crateús e Tauá. Tendo como origem os estoques existentes em armazéns nos municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso, Ipiranga do Norte e Sapezal, todos no Estado do Mato Grosso, as remoções foram contratadas pela Matriz; apenas a UA-Sobral teve atendimento parcial, sendo contratada a remoção de 1.500 toneladas.

•Distrito Federal - para atendimento a 200 produtores de Brasília e entorno cadastrados no Programa, a Sureg-GO solicitou a remoção de 3.000 toneladas de milho estocados em armazéns de terceiros no município de Montividiu/GO, para a recomposição dos estoques existentes na UA-Brasília, pois estes garantiam o abastecimento somente até o mês de maio.

•Espírito Santo - em 2011 a Sureg-ES tinha cadastrado cerca de 2.800 criadores rurais da agricultura familiar com demanda prevista de aquisição de 15.000 toneladas de milho em grãos para a UA-Colatina e também de 10.000 toneladas em virtude das negociações para abertura de uma unidade armazenadora no município de Cachoeiro do Itapemirim, o que não foi concretizado até o fim do exercício. Durante o ano foi contratada a remoção de 12.000 toneladas de milho estocadas no Estado do Mato Grosso.

•Maranhão - objetivando a continuidade de atendimento a pequenos produtores a Sureg-MA solicitou a remoção de 5.500 toneladas de milho, tendo sido contratada a remoção de 3.909 toneladas oriundas do Estado do Mato Grosso, totalmente removidas durante o exercício.

•Pará - para atendimento dos 50 clientes inscritos no Programa Vendas em Balcão (33 avicultores, 4 bovinocultores, 5 suinocultores, 3 ovinocultores, 2 caprinocultores e 3 pequenas indústrias) a Sureg-PA solicitou a remoção de 1.500 toneladas de milho para a UA-Ananindeua. A contratação foi realizada durante o 1.º semestre de 2011, com produtos retirados de unidades localizadas no município de Lucas do Rio Verde-MT.

•Paraíba - objetivando o atendimento aos 2.247 clientes cadastrados no início de 2011, e considerando que o Programa Vendas em Balcão tem boa aceitabilidade, credibilidade e tem oferecido para venda milho com preços competitivos aos praticados nos mercados atacadistas e, também, pelo aumento dos pontos de venda e pela reativação de duas unidades armazenadoras (Monteiro e Patos), a Sureg-PB solicitou a remoção de 17.500 toneladas de milho em grãos. As remoções foram contratadas a partir dos estoques disponíveis em Ipiranga do Norte, Nova Ubiratã, Santa Rita Trivelato, Sinop e Sorriso, todos no Estado do Mato Grosso.

•Pernambuco - considerando a existência de estoques remanescentes de 2010 e a baixa demanda existente, a Sureg-PE solicitou a remoção de apenas 200 toneladas de milho destinadas à UA-Arcoverde. A solicitação foi atendida com a contratação e remoção de produtos oriundos do Estado de Mato Grosso.

•Piauí - no Estado do Piauí o Programa Vendas em Balcão tem se consolidado como instrumento de garantia da atividade dos pequenos e médios criadores, em função da distância entre as áreas de produção e consumo e pelo fato de a produção não ser suficiente para suprir a demanda. Em decorrência, a Sureg-PI solicitou a remoção de 21.000 toneladas para a recomposição dos estoques destinados à comercialização pelo Programa. As remoções foram contratadas a partir dos estoques disponíveis no Estado do Mato Grosso e, até o fim do exercício, foram removidas 11.301 toneladas.

•Rio Grande do Norte - o Programa Vendas em Balcão também tem alta importância no Estado do Rio Grande do Norte, pois a produção de milho é insuficiente para o atendimento à demanda interna, principalmente do segmento de pecuária leiteira, composto, em sua maioria, por pequenos produtores alijados das oportunidades de negócio junto ao mercado interno. Em decorrência das secas prolongadas a produção de milho em 2010 foi de apenas 9.185 toneladas, redução de 79% em relação ao ano anterior, representando apenas 6,12% do consumo estimado. Objetivando a manutenção do fluxo de vendas a Sureg-RN inicialmente solicitou a remoção de 15.500 toneladas de milho em grãos e, posteriormente, um incremento de 1.500 toneladas destinadas à UA-Caicó que, somadas ao estoques remanescentes de 2010, seria suficiente para o atendimento da demanda estimada em 22.500 toneladas. A partir desta demanda foi contratada a remoção de 16.446 toneladas oriundas do Estado de Mato Grosso.

•Rondônia - para atendimento aos 1.335 clientes cadastrados, principalmente de pequenos produtores do setor suinocultor, a Sureg-RO solicitou a remoção de 4.000 toneladas de milho destinadas às UAs de Porto Velho, Cacoal e Vilhena. A partir dos estoques disponíveis em armazéns localizados nos municípios de Lucas do Rio Verde e Campos Novos de Parecis, a Conab contratou a remoção do quantitativo solicitado, com remoção efetiva, até o fim do exercício, de 1.977 toneladas.

•Roraima – neste Estado, o governo estadual implantou programas de incentivo à avicultura (Programa Frango Caipira), à ovinocultura (Programa de Enfrentamento da Fome na Agricultura Familiar) e mais recentemente um programa de desenvolvimento da piscicultura, todos altamente dependentes de rações à base de milho. Em 2011 o número de clientes cadastrados no Programa Vendas em Balcão atingiu 750 produtores, um incremento de aproximadamente 200% em relação aos existentes em 2010 e 2009. A comercialização de milho pela Conab, além de reduzir a ação de intermediários, tem garantido a manutenção da atividade de pequenos criadores, contribuindo para a manutenção de emprego no campo e a redução do êxodo rural. Para a manutenção do fluxo de vendas a Sureg-RR solicitou a remoção de 4.000 toneladas de milho em grãos, em duas etapas, para comercialização em 2011. As remoções foram contratadas a partir de estoques públicos disponíveis no Estado do Mato Grosso.

•Santa Catarina - o milho é cultivado em praticamente todo o Estado, com uma produção, em 2010, de aproximadamente 3,7 milhões de toneladas. Entretanto apresenta um déficit de abastecimento de cerca de 1,7 milhão de toneladas, afetando principalmente aos pequenos suinocultores independentes. Para a continuidade do Programa a Sureg-SC solicitou a remoção, em três etapas, de 135.000 toneladas. Considerando os estoques disponíveis foi contratada em 2011 a remoção de 74.533 toneladas do Estado do Paraná. Deste total foram efetivamente removidas 52.254 toneladas e 22.279 toneladas foram canceladas em função do não cumprimento do fluxo de remoção pela contratada, ficando esta inadimplente com a Conab por um período de 2 anos. A quantidade cancelada deverá ser objeto de nova contratação no início de 2012.

•Tocantins - para atendimento dos 900 pequenos e médios criadores cadastrados no Programa Vendas em Balcão a Sureg-TO solicitou a remoção de 2.000 toneladas de milho em grãos, incluindo os estoques armazenados em unidades de terceiros, no município de Dianópolis, e mais 2.250 toneladas de outros estados. A solicitação se justifica por ser a produção tocantinense inferior à demanda e o Programa atender a produtores e criadores com pequena escala comercial, e sem possibilidade de acesso aos estoques públicos por meio de aquisições em leilões públicos. A UA-Araguaína atende a clientes instalados no próprio município, nos municípios circunvizinhos e até produtores do sul do Estado do Pará. As remoções foram contratadas a partir de estoques disponíveis em Dianópolis (500 toneladas), Formoso do Araguaia (250 toneladas) e em Jataí/GO (1.250 toneladas).

•Goiás – as remoções atenderam a solicitação da Sureg-GO no sentido de reposicionar estoques depositados em armazéns de terceiros localizados no município de Montividiu para o armazém próprio em Itapuranga. Foi contratada a remoção de 4.000 toneladas de milho, integralmente removidas durante o exercício.

•Rio Grande do Sul – Apesar do crescimento na produção de milho a demanda interna deste cereal é maior que a oferta. A Conab providenciou a contratação de frete para remoção de 62.000 toneladas armazenadas nos estados de Mato Grosso e do Paraná, com remoção efetiva em 2011 de 16.544 toneladas.

As remoções de estoques públicos de feijão e milho atenderam ao contido na Lei n.º 12.429, de 20 de junho de 2011, que autorizava o Poder Executivo a doar produtos alimentícios para assistência humanitária internacional.

b) Remoção de Produtos da Defesa Civil

Durante o mês de maio de 2011 foi contratada a remoção de 35 toneladas de arroz beneficiado, feijão, óleo de soja, açúcar, macarrão, leite em pó, sardinha em lata e farinha armazenadas na UA-Ananindeua-PA para a cidade de Macapá, objetivando a formação de cestas de alimentos para distribuição em atendimento à solicitação da Defesa Civil, objetivando a montagem de cestas de alimentos para distribuição gratuita a famílias daquele Estado.

Quadro LIII – Demonstrativo de Remoção de Produtos da Defesa Civil

UF		Produto	Motivo	Valores (R$)		Quantidades (t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
PA	AP	Arroz beneficiado	Cesta de alimentos	6.057,20	6.057,20	15	15	0	0	0
		Açúcar	Cesta de alimentos	1.211,55	1.211,55	3	3	0	0	0
		Farinha	Cesta de alimentos	1.211,55	1.211,55	3	3	0	0	0
		Feijão	Cesta de alimentos	1.817,26	1.817,26	4	4	0	0	0
		Leite em pó	Cesta de alimentos	1.211,55	1.211,55	3	3	0	0	0
		Macarrão	Cesta de alimentos	1.211,55	1.211,55	3	3	0	0	0
		Óleo de soja	Cesta de alimentos	1.211,55	1.211,55	3	3	0	0	0
		Sardinha	Cesta de alimentos	302,92	302,92	1	1	0	0	0
Total				**14.235,13**	**14.235,13**	**35**	**35**	**-**	**-**	**-**

Fonte: Suarm/Gemov

c) Remoção de Produtos do MDA

Em 2011 foi contratada a remoção de 214 toneladas de leite em pó do Estado do Paraná para o do Rio de Janeiro, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LIV – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDA

UF		Valores (R$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
PR	RJ	48.693,90	48.693,90	213.840	213.840	-	-	-
Total		**48.693,90**	**48.693,90**	**213.840**	**213.840**	**-**	**-**	**-**

Fonte: Suarm/Gemov

d) Remoção de Produtos do MPA

Em 2011 foi contratada a remoção de 64 kits para comercialização de peixe (3 kits peixe vivo, 61 kits peixe fresco), 22 tendas e 3 tanques extras, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LV – Demonstrativo de Remoção de Kits para Comercialização de Peixe

UF		Valores (R$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
SP	AM	45.209,08	45.209,08	80	-	-	-	80
	MG	2.286,20	2.286,20	6	-	-	-	
	MT	3.356,22	3.356,22	3	-	-	-	
Total		**50.851,50**	**50.851,50**	**89**	**-**	**-**	**-**	**89**

Fonte: Suarm/Gemov

e) Remoção de Produtos do MDS

Em atendimento às solicitações do MDS foi contratada a remoção de 38.475 toneladas de cestas de alimentos, ou de produtos alimentícios, para a formação de cestas ou para retirada de estoques dos polos de compra, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LVI – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS

UF		Valores (R$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
AL	CE	7.027,23	7.027,23	46.590	-	-	-	46.590
	DF	13.135,21	13.135,21	52.050	-	-	-	52.050
	GO	15.284,69	15.284,69	55.700	-	-	-	55.700
	MS	25.562,79	25.562,79	73.020	-	-	-	73.020
	MT	26.255,94	26.255,94	75.000	-	-	-	75.000
	PA	38.411,55	38.411,55	156.720	-	-	-	156.720
	PB	4.793,66	4.793,66	62.010	-	-	-	62.010
	PE	16.487,07	16.487,07	268.020	-	-	-	268.020
	PI	3.937,44	3.937,44	24.810	-	-	-	24.810
	SE	4.112,58	4.112,58	73.680	-	-	-	73.680
	SP	23.923,05	23.923,05	80.880	-	-	-	80.880
	TO	6.403,72	6.403,72	29.370	-	-	-	29.370
Subtotal		**185.334,93**	**185.334,93**	**997.850**	**-**	**-**	**-**	**997.850**
AM	RR	8.316,00	8.316,00	29.700	29.700	-	-	-
Subtotal		**8.316,00**	**8.316,00**	**29.700**	**29.700**	**-**	**-**	**-**
BA	BA	195.309,10	195.309,10	2.420.795	755.195	25.600		1.640.000
	PE	92.638,10	92.638,10	570.180	685.876	31.504	122.000	(25.200)
	SE	22.367,19	22.367,19	200.000	-	-	-	200.000
Subtotal		**310.314,39**	**310.314,39**	**3.190.975**	**1.441.071**	**57.104**	**122.000**	**1.814.800**
MG	MG	53.048,58	52.050,94	544.200	544.200	-	-	-
Subtotal		**53.048,58**	**52.050,94**	**544.200**	**544.200**	**-**	**-**	**-**
MS	MS	119.614,20	119.614,20	1.993.730	1.993.730	-	-	-
	PR	6.999,24	6.999,24	60.000	60.000	-	-	-
	RJ	41.714,40	41.714,40	220.000	220.000	-	-	-
	RS	14.450,75	14.450,75	79.200	79.200	-	-	-
	TO	1.234,34	1.234,34	19.067	19.067	-	-	-
Subtotal		**184.012,93**	**184.012,93**	**2.371.997**	**2.371.997**	**-**	**-**	**-**
MT	GO	12.751,85	12.751,85	147.000	147.000	-	-	-
	MT	6.293,67	6.293,67	70.000	70.000	-	-	-
Subtotal		**19.045,52**	**19.045,52**	**217.000**	**217.000**	**-**	**-**	**-**
PA	AP	8.486,25	8.486,25	27.930	27.930	-	-	-
	PA	257.745,36	257.745,36	931.263	931.263	-	-	-
Subtotal		**266.231,61**	**266.231,61**	**959.193**	**959.193**	**-**	**-**	**-**
PE	PE	4.480,65	4.480,65	80.166	80.166	-	-	-
Subtotal		**4.480,65**	**4.480,65**	**80.166**	**80.166**	**-**	**-**	**-**
PR	AL	51.039,23	51.039,23	147.000	-	-	-	147.000
	AM	192.605,38	192.605,38	436.860	208.710	-	-	228.150
	CE	29.032,08	29.032,08	70.000	-	-	-	70.000
	DF	76.433,33	76.433,33	537.930	307.920	-	-	230.010
	ES	14.397,02	14.397,02	82.860	-	-	-	82.860
	MA	54.508,02	54.508,02	155.000	-	-	-	155.000
	MG	121.865,86	121.865,86	866.640	704.370	-	-	162.270
	MS	12.623,53	12.623,53	150.960	-	-	-	150.960
	MT	74.738,57	74.738,57	487.820	-	-	-	487.820
	PB	136.062,37	136.062,37	373.820	281.820	-	-	92.000
	PE	142.575,84	142.575,84	402.000	-	-	-	402.000
	PI	17.824,26	17.824,26	38.000	-	-	-	38.000
	PR	29.435,04	29.435,04	507.374	507.374	-	-	-
	RJ	14.191,79	14.191,79	114.660	-	-	-	114.660
	RN	19.243,47	19.243,47	44.000	-	-	-	44.000
	RO	147.072,64	147.072,64	484.010	220.230	-	-	263.780
	SP	23.103,77	23.103,77	404.340	-	-	-	404.340
	TO	13.099,13	13.099,13	45.000	-	-	-	45.000
Subtotal		**1.169.851,33**	**1.169.851,33**	**5.348.274**	**2.230.424**	**-**	**-**	**3.117.850**
RO	AC	9.224,88	9.224,88	99.576	99.576	-	-	-
Subtotal		**9.224,88**	**9.224,88**	**99.576**	**99.576**	**-**	**-**	**-**
RS	AL	456.407,60	456.407,60	1.077.500	613.340	-	-	464.160
	AM	79.523,00	79.523,00	111.000	84.000	-	-	27.000
	BA	1.774.866,23	1.774.866,23	4.813.320	1.697.460	-	-	3.115.860
	CE	293.950,91	293.950,91	591.400	356.200	-	-	235.200
	DF	26.601,59	26.601,59	64.000	46.000	-	-	18.000
	ES	37.250,56	37.250,56	112.610	71.740	-	-	40.870
	GO	163.810,15	163.810,15	683.320	252.060	-	-	431.260
	MA	530.439,91	530.439,91	1.200.660	449.240	-	-	751.420
	MG	170.728,38	170.728,38	593.100	107.000	-	-	486.100
	MS	179.969,58	179.969,58	959.390	496.840	-	-	462.550
	MT	113.052,59	113.052,59	452.850	287.900	-	-	164.950
	PA	804.979,35	804.979,35	1.846.850	685.500	-	-	1.161.350
	PB	93.790,90	93.790,90	175.000	175.000	-	-	-
	PE	1.364.956,57	1.364.956,57	3.086.420	1.810.760	-	-	1.275.660
	PI	195.995,06	195.995,06	436.110	303.740	-	-	132.370
	PR	7.760,40	7.760,40	34.000	34.000	-	-	-
	RJ	41.344,17	41.344,17	186.740	170.740	-	-	16.000
	RN	179.084,68	179.084,68	321.330	110.280	-	-	211.050
	RO	33.479,66	33.479,66	47.000	22.000	-	-	25.000
	RS	13.635,88	13.635,88	180.158	180.158	-	-	-
	SC	15.942,11	15.942,11	195.120	130.080	-	-	65.040
	SE	183.546,96	183.546,96	431.190	386.190	-	-	45.000
	SP	94.734,10	94.734,10	552.400	356.600	-	-	195.800
	TO	19.103,60	19.103,60	30.000	15.000	-	-	15.000
Subtotal		**6.874.953,94**	**6.874.953,94**	**18.181.468**	**8.841.828**	**-**	**-**	**9.339.640**
SC	RS	2.671,50	2.671,50	35.952	36.177	-	225	-
	SC	1.147.019,22	1.100.096,47	5.522.558	5.523.163	-	605	-
Subtotal		**1.149.690,72**	**1.102.767,97**	**5.558.510**	**5.559.340**	**-**	**830**	**-**
SP	SP	44.227,80	44.227,80	563.262	563.262	-	-	-
Subtotal		**44.227,80**	**44.227,80**	**563.262**	**563.262**	**-**	**-**	**-**
TO	MA	984,95	984,95	12.880	12.880	-	-	-
	TO	31.633,38	31.633,38	319.983	319.983	-	-	-
Subtotal		**32.618,33**	**32.618,33**	**332.863**	**332.863**	**-**	**-**	**-**
Tota Geral		**10.311.351,61**	**10.263.431,22**	**38.475.034**	**23.270.620**	**57.104,00**	**122.830,00**	**15.270.140,00**

Fonte: Suarm/Gemov

7.3.1 – Descredenciamento de Armazéns

Em 2011, foram descredenciados 711 armazéns em todo o território nacional por desvio de produtos dos estoques públicos.

7.4 – Principais Indicadores de Desempenho

Os indicadores a seguir foram definidos em 2011 e estão em fase de análise pelas áreas responsáveis devendo entrar em operação em 2012.

Nome do Indicador: Custo de Cadastramento de Unidade Armazenadora				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo com cadastramento por UF				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: C/AC, onde: C=Custo de Cadastramento; AC=Armazéns Cadastrados. Variáveis consideradas no Custo: diárias, passagens, despesas com locomoção e material de consumo. A unidade de medida é R$ por Armazém cadastrado com p				
Fonte dos dados: Siafi e Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Número de Armazéns Cadastrados por Equipe				
Objetivo do Indicador: Avaliar o Desempenho da Equipe de Cadastramento				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: AC/TE, onde: AC=Armazéns cadastrados e TE=Total de equipe. A equipe é composta por duas pessoas. A periodicidade é anual, com base geográfica por UF e Brasil.				
Fonte dos dados: Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Valor em R$ milhões. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Trimestral e anual.				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
não definida				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: (Rt/Rt-1)*100 onde: Rt=Receita no ano atual e Rt-1=Receita no ano anterior. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil Perio				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Participação de produtos do governo no estoque, em Unidades Armazenadoras Próprias				
Objetivo do Indicador: Avaliar a composição dos estoques em Unidades Armazenadoras Próprias				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: (Pg/E)*100 onde Pg=Produtos do governo e E=Estoque. Os produtos do governo incluem grãos e produtos processados. Estoque inclui grãos e produtos processados, de governo e de terceiros. Base geográfica: UF e Brasil				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
a definir				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Deságio em leilões de frete				
Objetivo do Indicador: Verificar o deságio em cada operação de frete, uma vez que o sistema é voz (-), ou seja, lances menores.				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da GEMOV				
Fórmula de cálculo e método de medição: [(PF/PA)-1]x100, sendo: PF=Preço de fechamento, PA=Preço de abertura. No leilão de frete a Conab estipula um preço de abertura baseado na mediana entre a planilha de frete da Conab, a planilha de frete da NTC e na p				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
(PA-PF) máxima				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Relação entre quantidades contratada e removida				
Objetivo do Indicador: Analisar a eficiência das remoções				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da GEMOV				
Fórmula de cálculo e método de medição: (QR/QC)x100, sendo QR=Quantidade Removida; QC=Quantidade Contratada O indicador reflete as condições em que as Unidade armazenadoras de origem guardam os produtos do Governo Federal, bem como as condições de receb				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Quantidade de Unidades Armazenadoras Fiscalizadas				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade de unidades armazenadoras fiscalizadas/ Fiscal/ Etapa				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: UAf/F onde: Uaf=Nº de Unidades Armazenadoras fiscalizadas e F=nº de fiscais; Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual.				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Quantidade de produtos fiscalizados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade do estoque fiscalizado ao longo do ano				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: (Pf/Ec) x100 onde: Pf=quantidade de Produtos Fiscalizados e Ec=total do Estoque contábil Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/Anual				
Fonte dos dados: X=Sufis/Gefis Y= XFac				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Índice de desvios de produtos armazenados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: (DA/Ef) x100 onde DA=total de Desvios Apurados (ton) e Ef=total de Estoque fiscalizado (ton) Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Evolução do Custo da Fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução dos custos da fiscalização em relação ao ano anterior				
Tipo: Economia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: [(Dt/Dt-1)-1] x 100 onde: Dt=Despesas no ano corrente (R$) e Dt-1=Despesas no ano anterior. O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Custo médio do estoque fiscalizado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo médio da Fiscalização				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: Df/Qf, onde: Df=Despesas da fiscalização (R$) e Qf=Quantidade fiscalizada (ton) O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros). Base g				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		**Resultado nos anos anteriores**		
Prevista	**Realizada**	**2010**	**2009**	**2008**
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

8 – Gestão Tecnológica

8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação

Quadro LVII – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	**Servidores: 38** **Terceirizados: 30**				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		X			
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	**Bens: 0%** **Serviços: 40%**				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Quesitos respondidos pelos gestores da Sutin: Superintendente, Assistente e Gerentes de Área.					
LEGENDA **Níveis de avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua **minoria.** **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.** **(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

No exercício de 2011, a exemplo de anos anteriores, várias soluções de TI entraram em

produção. Dois projetos concluídos em 2011, pela importância estratégica e institucional, merecem destaque: o desenvolvimento e implantação do sistema emissor de Notas Fiscais Eletrônicas e a disponibilização, na Internet, do Portal da Transparência da Gestão dos Estoques Públicos.

O primeiro, que veio a substituir solução proprietária contratada por meio de processo licitatório, garantiu à Conab independência de terceiros e agilidade no suporte técnico e manutenção, relacionados a um sistema extremamente crítico, uma vez que dele depende toda a atividade de faturamento da Companhia.

O segundo, nascido da determinação firme da Conab em dar transparência às suas ações na gestão dos estoques públicos, disponibilizou, via Internet, um Portal que permite, a qualquer cidadão, de forma simples e rápida, o acesso a informações atualizadas, inerentes à posição, aquisição, remoção, venda e doação dos estoques públicos, bem como eventuais perdas quantiqualitativas e desvios em armazenagem.

8.1.1 – Planejamento da Área

O Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin e principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico "Prover a Companhia de infraestrutura de TI atualizada" do Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte dos outros objetivos estratégicos, quais sejam: "Melhorar a geração de informação e conhecimento", "Facilitar o acesso as informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação", "Atuar proativamente na formação dos estoques públicos", "Fortalecer atuação no segmento da Agricultura Familiar", "Prover a articulação do mercado de hortigranjeiro" e "Criar ambiente interno participativo, integrado e motivado".

O PMTI tem, portanto, impacto em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso para a execução de sua estratégia organizacional.

Como um planejamento estratégico de TI de médio prazo, a execução do PMTI norteia as atividades da Sutin, desde sua concepção em 2004 até a presente data. Para tanto, suas ações e programas são priorizados e desmembrados ano a ano, de acordo com o desenvolvimento dessas ações em curso e com as necessidades da Companhia e as disponibilidades orçamentária e financeira.

Outro instrumento que merece destaque nesse contexto é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, aprovado para o quinquênio 2007 – 2011, que se propôs ao atendimento das soluções de TI, abrangendo as seguintes áreas: Definição das diretrizes de tecnologia; Arquitetura da rede corporativa; Diretrizes de contingência e segurança da informação; Diagrama de integração dos sistemas priorizados; Organização da função de TI; e Plano de implementação e acompanhamento.

Em 2011 foi iniciada a elaboração do novo PDTI para o próximo quinquênio, a partir da revisão e atualização do anterior, com vistas à sua aprovação pela Diretoria da Conab, porém, diante da exiguidade da equipe técnica, somente deverá concluída ao final do primeiro semestre de 2012.

Por meio da Portaria n.º 1.117, de 18/10/2011, foi instituído pelo Presidente da Conab o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI, com caráter deliberativo, objetivando o estabelecimento de políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação no âmbito da Companhia, que vai ao encontro das determinações contidas nos Acórdãos n.ºs 1.603/2008 e 2.308/2010 do TCU – Plenário.

8.1.2 – Perfil dos Recursos Humanos Envolvidos

A Sutin ressente-se de um quadro próprio de TI para a execução de suas atribuições regimentais, conforme demonstra o quadro abaixo: quase metade dos técnicos alocados na área são terceirizados (40%), via acordo de Cooperação técnica PNUD/ABC. Este percentual de terceirização diminuiu em relação ao ano de 2010, que era de 50%, porém, não em função de aumento do quadro próprio de empregados, mas sim, pelo cumprimento de decisão do Conselho de Administração da Conab – Conad, que limitou a 30 o número de contratações de consultores para aquele exercício, decisão esta que prejudicou o avanço de diversas soluções tecnológicas.

O quantitativo de técnicos do quadro próprio é aquém do mínimo necessário, conforme já se registrava em avaliação realizada por consultoria quando da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, aprovado na 806.ª reunião da Diretoria Colegiada, em 15 de junho de 2007. Estudos feitos para subsidiar a proposta de realização de concurso público, já encaminhada e reiterada, junto à área de Recursos Humanos, dão notícia de que o déficit entre o quantitativo existente (efetivos da área de TI) e o quantitativo necessário é de 86 (oitenta e seis) técnicos, dentre os diversos perfis para as gerências das áreas de desenvolvimento e suporte técnico da Sutin. No âmbito das Superintendências Regionais e respectivas unidades armazenadoras vinculadas, identificou-se a necessidade de uma recomposição de 50 (cinquenta) profissionais ao todo, na área de suporte técnico.

A importância da recomposição do quadro de pessoal próprio específico para a área de TI, em seus diversos perfis, já foi manifestada em vários expedientes da Sutin, da Auditoria Interna, em seu "Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão n.º 10, de 09/06/2009" e da Auditoria Independente BDO Trevisan no "Relatório de Recomendações para Melhoria dos Controles Internos e Procedimentos relativos ao Ambiente de Processamento Eletrônico de Dados".

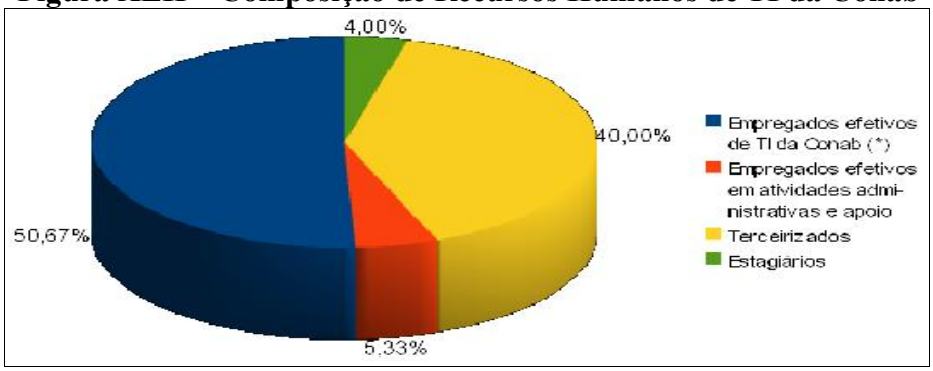
Convém ainda informar, que a grande maioria do quadro próprio encontra-se defasada tecnologicamente e dificilmente consegue assimilar as novas tecnologias em razão da elevada faixa etária. Assevera-se que com a necessidade crescente de trabalhar com os conceitos de governança e cumprir todas com as exigências normativas o quantitativo de novas contratações, citado anteriormente, pode ser insuficiente.

Quadro LVIII – Técnicos da Sutin por tipo de Vínculo

Tipo de vínculo	Quantidade
Empregados efetivos de TI da Conab (*)	38
Empregados efetivos em atividades administrativas e apoio	04
Terceirizados	30
Estagiários	03
Total	**75**

Fonte: Sutin
(*) inclui técnicos e gestores

Figura XLII – Composição de Recursos Humanos de TI da Conab



Fonte: Sutin

Quadro LIX - Técnicos da Sutin por Área

Área	Quadro Atual			Total
	Próprio	Terceirizado	Estagiário	
Gesin	07	02	-	12
Gesof	11	25	01	47
Geasi	06	03	-	10
Gesut	12	-	02	14
Sutin	02	-	-	2
Total	**38**	**30**	**03**	**71**

Fonte: Sutin
Obs.: Não foram computados nesta tabela os 04 empregados que desempenham funções administrativas e de apoio.

8.1.3 – Segurança da Informação

a) - Segurança Lógica

A segurança da informação tem sido objeto de preocupação constante da Sutin. Rotineiramente são executadas ações que possibilitam a identificação e minimização das vulnerabilidades e a redução dos riscos de ocorrência de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas na rede corporativa da Companhia. Ao longo do ano de 2011, a exemplo de exercícios anteriores, foram realizadas diversas ações neste sentido, dentre as quais, cabe destacar:

a) aplicação de correções de segurança nos servidores de rede;

b) atualização de sistemas operacionais e serviços dos servidores de rede;

c) administração de VPNs;

d) análises de vulnerabilidades lógicas interna e externa;

e) monitoramento dos serviços críticos de TI;

f) implementação do WSUS para atualização automática dos sistemas operacionais Windows;

g) atualização de versão do serviço de rede SAMBA, integrado ao serviço de diretório LDAP, de modo a permitir a compatibilidade de estações de trabalho baseadas no sistema operacional Windows 7;

h) implantação de rede wireless e aplicação de políticas de segurança;

i) implantação de interface de gerenciamento de filtros de conteúdo sobre o Dansguardian;

j) treinamento à Proge, Audin e Coger em práticas forenses, legislação vigente, normas e padrões técnicos e elaboração de minuta de norma para discussão;

k) implantação de nova rotina de backup utilizando o software livre bacula;

Em função do reduzido quadro de técnicos que compõem a equipe da Sutin, o projeto de Politica de Segurança da Informação avançou muito pouco, pois toda a força de trabalho vem sendo consumida pelas atividades cotidianas de administração e monitoramento da rede e dos mecanismos de segurança e suporte técnico aos usuários. É intenção da Sutin elaborar, até 2013, termo de referência para contratação dos serviços que compõem o projeto de segurança da informação, entretanto, cumpre-nos registrar que a área padece das mesmas dificuldades de pessoal já reportadas inúmeras vezes, sendo que nenhuma providência efetiva foi tomada, e que novas exigências e necessidades podem inviabilizar sua conclusão. Além disso, os softwares fornecidos para a gestão da segurança da informação são proprietários e seus licenciamentos têm alto custo, o que impõe à questão a necessidade de análise e tratamento especiais.

b) - Segurança Física

A área de Tecnologia da Informação da Conab, com todos os servidores e principais ativos de rede, continua instalada em área improvisada no subsolo do edifício Sede, local apontado como extremamente inadequado para acomodar tanto os equipamentos (CPD Central) quanto as equipes técnicas. Desta forma, a área segue convivendo com o risco às vidas dos colaboradores em função da ausência de rotas alternativas de fuga em caso de desastres, como incêndio ou desabamentos. Também, continuam as ocorrências de invasões de águas pluviais na área onde está instalada a Sutin.

No exercício de 2011, importante passo foi dado para a melhoria da segurança física, com a instalação da sala-cofre, que já se encontra em operação. Com ela, ficaram protegidos de desastres os equipamentos ativos, servidores de rede e, principalmente, as informações geradas ao longo de toda a história da Conab e das empresas que lhe deram origem.

8.1.4 – Desenvolvimento e produção de sistemas

Em relação ao desenvolvimento e produção de sistemas, o ano de 2011 foi marcado por importantes entregas, cabendo destaque, conforme citado anteriormente, ao desenvolvimento e implantação do sistema emissor de Notas Fiscais Eletrônicas e a disponibilização, na Internet, do Portal da Transparência da Gestão dos Estoques Públicos.

Quadro LX – Relação de sistemas entregues em 2011

Sistema	Descrição
SIAGRO - Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento	Desenvolvimento nova metodologia para cálculo do Custo de Produção no sistema SIAGRO
Sítio Intranet	Desenvolvimento de questionário eletrônico para levantamento das necessidades de hardware e software junto às Superintendências Regionais e Matriz, nos termos da recomendação do Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão n.º 10/2011
SIGPAA - Sistema de Gestão do Programa de Gestão de Alimentos	Desenvolvimento do módulo de entregas do PAA.
SIFISC – Sistema de Fiscalização de Estoques	Desenvolvimento do caso de uso Gerar Dados para TVN.
SISMAT -Sistema de Controle de Material	Desenvolvimento de todos os módulos do sistema.
XFacWeb - Sistema de	Implantação de vários módulos de consulta pública, via Intranet e sítio da Conab, entre

Sistema	Descrição
Faturamento e Controle de Estoques Públicos	eles: Vendas em Balcão, Outras Doações Realizadas, Prazo de Validade de Produtos, Estoques Sub-júdice, Perdas Quantiqualitativas, Desvios e Sinistros em Armazenagem, Remoções Realizadas e Cargas em Trânsito, Aquisições, Agentes – Operações Realizadas,
ETL x Fac / xFacWeb	Desenvolvimento da rotina automática de emissão do relatório: Proximidade de vencimento, validade produtos e alimentícios beneficiados. Desenvolvimento da versão de alta disponibilidade das consultas públicas.
XFac	Desenvolvimento da aplicação de geração dos arquivos DIEF. Implantação da Versão 2.0 da Nota Fiscal Eletrônica em âmbito nacional
Nota Fiscal Eletrônica-NFe	Desenvolvimento e implantação, em âmbito nacional, do sistema emissor de NF-e Conab, responsável pelo tratamentos de todos os arquivos enviados e recebidos entre Conab e Secretarias de Fazenda Estaduais. O sistema está preparado para emissão de NF-e em modo de contingência (SCAN, DPEC, FS, FS-DA)
Portal NFe	Desenvolvimento do Portal NF-e Conab, que permite a visualização e download dos arquivos de NF-e emitidos pela Companhia.
Leilão Eletrônico	Disponibilização de aplicativo e tutorial para inicialização e finalização do servidor do Leilão Eletrônico. Desenvolvimento de rotina ETL do sistema de leilão eletrônico para uso no sistema xFacPostgres – Merge horário.
SAFRAS – Módulo Café	Desenvolvimento do módulo de acesso de usuários externos
SICARM	Desenvolvimento da rotina automática que inclui o impedimento SIRCOI

Fonte: Sutin

Quadro LXI – Relação de sistemas manutenidos em 2011

Sistema/Módulo	Descrição
SICARM	Disponibilização das versões contemplando manutenções corretivas e evolutivas: 5.3, 5.4, 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4.
SIGPAA	Manutenção dos Casos de uso: Manter Programação Orçamentária do PAA; Manter Proposta CPR-Estoque; Manter Proposta CPR-Doação; Homologar e Ratificar Proposta de Participação no PAA; Formalizar CPR do PAA; Manter Plano de Execução CPR-Estoque; Manter Entrega de Produtos CPR-Estoque; Manter Entrega de Produtos CPR-Doação. Funcionalidades alteradas: Remoção de funcionalidade remoção para o novo perfil "GERENTE PAA", ajustando o valor da programação financeira e também do saldo de cada fornecedor da proposta; Possibilidade de imprimir a proposta na situação Formalizada; Inclusão da Quantidade Total da Proposta (Kg) na tela resumo da Homologação e Ratificação de uma proposta, assim como nos Termos de Homologação e Ratificação; Ajuste do número de consumidores apresentação na tela resumo da Homologação e Ratificação de uma proposta, assim como nos Termos de Homologação e Ratificação, para que sejam apresentados a quantidade de pessoas ao invés de quantidade de entidades consumidores; Alteração do nome do campo “Preço de Referência” para “Preço p/ Análise (R$/Kg) na Ratificação de uma proposta; Inclusão da coluna “Preço p/ Análise (R$/PLU)” onde PLU é o Peso Líquido Unitário do produto, na Ratificação de uma proposta; Alteração do cálculo do Preço para Análise para apresentar o preço por Kg; Retirada da coluna “Preço de Referência” da tela de Homologação; Ajuste do nome das colunas de preço do Termo de Homologação e Ratificação de acordo com as alterações realizadas; Ordenação da lista de produtos na homologação e ratificação em ordem alfabética.
SISTEMA GP	Disponibilização da versão 1.0.0.58 do sistema GP contemplando: criação de criticas para o cadastramento de boletos no lote. Disponibilização versão 1.0.0.59 do sistema GP, contemplando: correção nas rotinas de

Sistema/Módulo	Descrição
	validação de CPF e CNPJ. Disponibilização da versão 1.0.0.60 do sistema GP, contemplando: correção do numero de série para as operações de Recompra/Repasse, alteração da regra de calculo do IPI Disponibilização da versão 1.0.0.61 do sistema GP contemplando: alteração na regra de calculo de equilíbrio fiscal X equilíbrio financeiro, alteração no título do documento de comprovação da operação de troca. De "Autorização de Venda e Compra" (AVC) para "Comunicado de Venda e Compra"(CVC). - Criação de nova modalidade de leilão - Troca % com sublotes. Disponibilização da versão 1.0.0.62 do sistema GP, contemplando: alteração na rotina de calculo do IPI, acerto na rotina de geração do numero de série (opção - recompra/repasse); Disponibilização da versão 1.0.0.62 do sistema GP, contemplando: alteração no Documento de Arremate em Pregão - DAP (opção - recompra/repasse). Disponibilização da versão 1.0.0.64 do sistema GP, que contempla correção na rotina de validação da quantidade negociada para os leilões da modalidade opção - recompra/repasse. Disponibilização da versão 1.0.0.65 do sistema GP, contemplando: correção no layout do documento de comunicado de compra e venda (CVC) para a exibição correta do numero do aviso e correção da rotina de importação e exibição de clientes das operações de recompra/repasse. Disponibilização da versão 1.0.0.66 do sistema GP, contemplando: alteração na estrutura da base de dados para atendimento às operações de recompra e repasse. Disponibilização da versão 1.0.0.67 do sistema GP, contemplando: criação dos atributos Ano da Série e Aviso da Série; alteração na rotina de backup de arquivos de leilão; alteração na rotina de backup de arquivos de negocio; alteração na rotina de restauração de arquivos de leilão; alteração no cadastro de lotes dos leilões de recompra/repasse; alteração no cadastro de boletos dos leilões de recompra/repasse; alteração no documento de capa de leilão para a modalidade de opção; alteração no Documento de Arremate de Pregão;
SIAGRO	Atualização dos relatórios PGPAF para atendimento às resoluções 3.885 de 22 de Julho de 2010, Disponibilização das versões contemplando manutenções corretivas e evolutivas: 5.3, 5.4, 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4.
BCANET	Disponibilização da versão 1.3.
SIGPAA	Disponibilização da versão 6.3 do sistema SIGPAA contemplando: inclusão do número de pessoas atendidas dos consumidores no Plano de Execução para atender às possíveis mudanças de consumidores durante a execução do projeto; pesquisa de produtos sem necessidade de acentuação;
FINANCEIRO	Disponibilização da versão 1.0.0.35 do sistema Financeiro contemplando: inclusão dos atributos ValorAbertura e ValorFechamento na exportação dos dados no formato planilha eletrônica. Disponibilização da versão 1.0.0.36 do sistema Financeiro contemplando: manutenção corretiva no layout dos relatórios do sistema, com o objetivo de compatibilizá-los com alguns modelos de impressora. Disponibilização da versão 1.0.0.37 do sistema Financeiro contemplando:alteração na regra de calculo de equilíbrio fiscal - Equilíbrio Financeiro., alteração no título do documento de comprovação da operação de troca. De "Autorização de Venda e Compra" (AVC) para "Comunicado de Venda e Compra"(CVC), criação de nova modalidade de leilão - Troca % com sub-lotes, inclusão dos dados da ordem bancária (OB) no relatório de acompanhamento por clientes. Disponibilização da versão 1.0.0.38 do sistema Financeiro, contemplando: correção do somatório de quantidade e valor da operação no relatório de acompanhamento de operação por cliente, inclusão do nome da corretora nos documentos de comprovação da operação. Disponibilização da versão 1.0.0.39 do sistema Financeiro, contemplando: alteração na

Sistema/Módulo	Descrição
	rotina de calculo do IPI, acerto na rotina de geração do numero de série (opção - recompra/repasse); Disponibilização da versão 1.0.0.40 do sistema Financeiro, contemplando: alteração no Documento de Arremate em Pregão - DAP (opção - recompra/repasse). Disponibilização da versão 1.0.0.40 do sistema Financeiro, contemplando: alteração na rotina de importação de boletos, enviados pelas bolsas de mercadorias.
PAANET	Disponibilização da versão 2.4, contendo: ordenação da lista de Produtos, Fornecedores e Consumidores (ordem alfabética), verificação do local de instalação do JAVA na máquina, verificação da versão do Java instalado na máquina (32 bits ou 64 bits).
XFACWeb	Atualização dos relatórios do xFACWeb: "Extrato de Movimentação" e "Vendas em Leilão Faturadas", Posição de Estoques (Analítico e Consolidado) e Movimentação de Estoques,

Fonte: Sutin

8.1.5 – Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2011, que teve como orientação geral o PMTI, e em total obediência à legislação pertinente e aos procedimentos legais.

Quadro LXII – Aquisição de Equipamentos

Processo	Descrição	Qtde	Observações
2347/2011	Servidores de Rede	06	
2723/2011	Aquisição de Autoloader LTO 5	01	Processo sob análise da Proge.
2550/2011	Aquisição de Storage	01	
0101/2011	Servidores Torre	99	
2878/2011	Microcomputadores	920	Processo sob análise da Proge.
2899/2011	Projetores interativos	10	Processo em fase de elaboração de contrato
2900/2011	Projetores multimídia	59	Processo sob análise da Proge.
1192/2010	Placas de recuperação	1.000	
0102/2011	Sistema de Armazenamento de dados	36	
	Unidade externa portátil para HD SATA	40	
	Discos rígidos SATA de 1 TB	120	

Fonte: Sutin

Contratação de Serviços de TI

Dentre as contratações de serviços de TI realizadas e em andamento, merecem destaque:

- Firmado contrato com a empresa Startware Informática Ltda., cujo objeto é a aquisição de uma "Solução de Controle de Processos Judiciais e Gestão Jurídica", juntamente com os serviços de treinamento, customização, instalação, conversão de dados e suporte técnico, para atender á área Jurídica, baseada em plataforma livre (banco de dados e sistema operacional). Seguindo as etapas de execução do contrato, previstas no Termo de Referência, encontra-se em andamento a customização do software e a migração dos dados. (Processo n.º 21200.000418/2010-11);

- Contratação da empresa Elosoft Informática Ltda para o fornecimento de licenças de uso de solução para acesso remoto a aplicações. (Processo n.º 21200.002296/2009-63);

- Contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro para fornecimento de acesso on-line aos sistemas desenvolvidos na plataforma computacional de grande porte, disponibilizados através da Rede Serpro. (Processo n.º

21200.001379/2010-79);

- Contratada a empresa Cia. Mineira de Informática Ltda para o fornecimento de licenças do SGBD SQL Server 2008 e licenças de clientes para acesso simultâneo: 05 licenças do SQLSvrStd 2008 SNGL 1Proc., 02 licenças SQLSvrStd 2008 SNGL e 20 licenças SQLCAL 2008 SNGL UsrCAL. (Processo n.º 21200.002297/2009-16).

- Renovação de vários contratos importantes para a execução das atividades da Companhia, entre eles destacam-se:

- KM&M Engenharia de Sistemas LTDA: atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva e evolutiva do Sistema de Administração Quantitativa e Qualitativa de Armazenagem de Grãos–SAAGRA, operado por toda a rede de Unidades Armazenadoras da Conab e que automatiza as atividades dos armazéns.

- Sênior Sistemas S/A: para prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva, legal e evolutiva do sistema de gestão de recursos humanos utilizado pela Conab. (Processo n.º 00000.001332/2009-00);

- Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro: acesso corporativo à Internet, via Infovia;

- Preâmbulo Informática Ltda.: prestação de serviços de suporte técnico do Sistema de Gestão Jurídica – CPJ – 3C;

- RTM - Rede de Telecomunicações para o Mercado: acesso à rede da CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

8.1.6 – Conclusão

Por fim, e em respeito aos princípio da publicidade que deve nortear a administração pública, informamos que maiores detalhes sobre os documentos e ações realizadas, citadas ao longo do presente texto, podem ser obtidos no Portal da Companhia, nos seguintes endereços:

a) Portfólio de Soluções e serviços de TI: *http://www.conab.gov.br/conabweb/Portifolio* SUTIN

b) Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI: *http://www.conab.gov.br/conabweb/PDTI/*

9 – Gestão Estratégica

O planejamento Estratégico da Conab foi interrompido em 2007 e em 2011 foram tomadas as primeiras medidas para sua reimplantação.

10 – Geração e Difusão de Informações

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimentos do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café, cana de açúcar e laranja); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos e Preços de Referência para a Agricultura Familiar; Preços de Insumos Agropecuários, Índices Econômicos, Impostos de Importação e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como: aquisições-AGF e Contratos Públicos de Opção de Venda, vendas, Vendas em Balcão etc.

10.1 – Levantamento de Safras

a) Levantamento da Safra de Grãos

A Conab realiza 12 pesquisas anuais, sendo 6 de campo e as demais por outros meios de busca de informações, sendo os trabalhos programados e coordenados pela Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras-Geasa.

Em atenção às demandas dos usuários de informação de safra, os levantamentos têm sido realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, consolidando o processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Durante o exercício foram elaboradas pesquisas para acompanhamento e fechamento da safra 2010/11 e estimativas de plantio da safra 2011/12, cujos resultados são detalhados a seguir.

Quadro LXIII - Demonstrativo da Área e da Produção Agrícola – Safras 2010/11 e 2011/12

UF	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2010/11(a)	2011/12(b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11(a)	2011/12(b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão (caroço)	1.400,3	1.405,3	0,36	5	3.228,6	3.284,9	1,74	56,3
Amendoim - Total	**84,7**	**89,7**	**5,90**	**5**	**226,5**	**251,4**	**10,99**	**24,9**
Amendoim 1ª Safra	66,0	70,8	7,27	4,8	199,2	223,1	12,00	23,9
Amendoim 2ª Safra	18,7	18,9	1,07	0,2	27,3	28,3	3,66	1
Arroz	2.820,3	2.553,0	(9,48)	-267,3	13.613,1	11.462,1	(15,80)	-2151
Aveia	153,8	153,0	(0,52)	-0,8	379,0	353,5	(6,73)	-25,5
Canola	46,3	42,4	(8,42)	-3,9	69,7	52,0	(25,39)	-17,7
Centeio	2,4	2,3	(4,17)	-0,1	3,2	3,5	9,38	0,3
Cevada	87,9	88,4	0,57	0,5	283,9	305,1	7,47	21,2
Feijão - Total	**4.009,2**	**3.861,3**	**(3,69)**	**-147,9**	**3.787,1**	**3.500,4**	**(7,57)**	**-286,7**
Feijão 1ª Safra	1.419,9	1.272,0	(10,42)	-147,9	1.680,3	1.371,3	(18,39)	-309
Feijão 2ª Safra	1.823,8	1.823,8	-	0	1.398,1	1.330,0	(4,87)	-68,1
Feijão 3ª Safra	765,5	765,5	-	0	708,7	799,1	12,76	90,4
Girassol	61,0	62,0	1,64	1	76,7	75,7	(1,30)	-1
Mamona	219,3	211,8	(3,42)	-7,5	141,1	131,9	(6,52)	-9,2
Milho - Total	**13.838,7**	**14.556,8**	**5,19**	**718,1**	**57.514,2**	**59.210,3**	**2,95**	**1696,1**
Milho 1ª Safra	7.916,3	8.634,4	9,07	718,1	35.925,9	37.922,1	5,56	1996,2
Milho 2ª Safra	5.922,4	5.922,4	-	0	21.588,3	21.288,2	(1,39)	-300,1
Soja	24.181,0	24.634,7	1,88	453,7	75.324,3	71.751,3	(4,74)	-3573
Sorgo	817,4	788,4	(3,55)	-29	2.314,0	2.161,6	(6,59)	-152,4
Trigo	2.149,8	2.166,2	0,76	16,4	5.881,6	5.788,6	(1,58)	-93
Triticale	46,9	46,0	(1,92)	-0,9	114,9	114,2	(0,61)	-0,7
Total	**49.919,0**	**50.661,3**	**1,49**	**742,30**	**162.957,9**	**158.446,5**	**(2,77)**	**(4.511,40)**

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

A safra 2010/11 fechou com área cultivada em 49,9 milhões de hectares e produção de 162,9 milhões de toneladas.

Para a safra 2011/12, a área cultivada com grãos (algodão, amendoim, arroz, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticale), estimada em 50,66 milhões de hectares, é 1,5% superior à cultivada na safra 2010/11. Em termos absolutos, corresponde a uma expansão de 742,3 mil hectares.

Neste levantamento, dentre as principais culturas de verão primeira safra, o milho e a soja apresentam acréscimos na área de cultivo, enquanto que as de arroz e feijão apresentam decréscimos, confirmando as expectativas dos levantamentos anteriores. O algodão que apresentava redução na área de plantio passou a apresentar crescimento de 0,4%. Em termos percentuais, o milho apresenta o maior acréscimo (9,1%) representando um adicional de 718,1 mil hectares, totalizando uma área recorde de plantio de 8,63 milhões de hectares. A segunda cultura em destaque é a de soja, com ganho de 453,7 mil hectares, 1,9% superior à safra passada, motivada pela boa rentabilidade e pelos preços atrativos. As culturas de arroz e feijão apresentam redução na área. O feijão em função das dificuldades na comercialização e aos preços deprimidos e o arroz pela diminuição de água nos mananciais.

A produção estimada é de 158,45 milhões de toneladas, 2,8 % inferior à obtida na safra 2010/11, quando atingiu 162,96 milhões de toneladas. Esse resultado representa uma redução de 4,51 milhões de toneladas. A maior redução é observada na soja (3,57 milhões de toneladas), e no arroz (2,15 milhões de toneladas). Para o milho primeira safra a previsão indica crescimento de 5,6%, equivalente a 2,0 milhões de toneladas.

No mês de dezembro/11, as condições climáticas não foram favoráveis afetando, principalmente as culturas de milho e de soja, sobretudo nos estados da região Sul, parte da Sudeste e no sudoeste de Mato Grosso do Sul. A gravidade climática afeta principalmente as lavouras de milho no Rio Grande do Sul uma vez que se encontram predominantemente nas fases críticas de floração e frutificação. A soja, em sua maioria se encontra na fase final de desenvolvimento vegetativo, causando preocupação, pois para as fases seguintes, floração e frutificação, a normalidade climática é fundamental.

A seguir, breve comentário sobre o comportamento das principais culturas na safra 2011/12:

- Algodão: o levantamento indica que serão cultivados 1.405,3 mil hectares com algodão no País, sendo 0,4% superior aos 1.400,3 mil hectares cultivados na safra anterior. O estado do Mato Grosso que lidera o volume produzido, mantem nesta safra a mesma área cultivada na safra anterior. As perspectivas para a safra são boas até o momento, quando analisados os aspectos agronômicos e climáticos.

- Arroz: a redução da área está confirmada e as causas da redução são: a dificuldade de comercialização, preços pouco atrativos, aumento no custo de produção e falta de água nos reservatórios (corpos d'água, açudes e barragens). O arroz de sequeiro cuja área no Brasil equivale ao irrigado, vem diminuindo safra a safra e só não diminui a produção porque o arroz irrigado vem num constante crescimento de produtividade, com lançamento de novas variedades altamente produtivas.

- Feijão: A estimativa da área cultivada com feijão nesta safra sinaliza diminuição de área na maioria dos estados produtores. As lavouras estabelecidas tiveram bom desenvolvimento inicial em todos os estados que cultivam o feijão primeira safra. Como o feijão tem ciclo produtivo bastante curto, é possível encontrar lavouras em todos os estágios produtivos em um mesmo estado. A lavoura semeada mais cedo teve colheita próxima do normal. Do meio do ciclo produtivo em diante, começaram os problemas

climáticos adversos e significativos e os estados mais prejudicados foram: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

➢Milho: O desenvolvimento geral da lavoura nos principais estados produtores é considerado satisfatório. O clima foi favorável durante a semeadura, o que proporcionou adiantamento significativo na implantação da lavoura quando comparado a mesma etapa da safra anterior.

➢Soja: Na Região Sul, especificamente no Estado do Rio Grande do Sul, as condições climáticas desfavoráveis, como chuvas escassas e temperaturas elevadas, prejudicam o desenvolvimento da cultura, diminuindo o porte das plantas, isto justifica a redução de 15,6% na produtividade prevista em relação à safra anterior. Para o Estado do Paraná estima-se quebra de 10,7% e de 7,7% em Santa Catarina.

➢Trigo: Na maioria dos estados produtores houve redução da área semeada e a concorrência com o milho segunda safra no Centro-Oeste e no Paraná teve colaboração significativa para o resultado. Apenas o Rio Grande do Sul apresentou um aumento mais significativo na área. Em Santa Catarina a semeadura foi bastante lenta devido às condições climáticas, onde o excesso de chuvas atrapalhou o estabelecimento da lavoura.

O quadro a seguir detalha a situação do abastecimento dos principais produtos solicitados pelo mercado até o fim de 2011 e uma estimativa para 2012.

Quadro LXIV - Balanço de Oferta e Demanda

Produto	Em mil toneladas							
	Safra	Estoque Inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque Final
Algodão em pluma	2009/10	394,2	1.194,1	39,2	1.627,5	1.039,0	512,5	76,0
	2010/11	76,0	1.959,8	145,0	2.180,8	930,0	758,3	492,5
	2011/12	492,5	1.992,6	35,0	2.520,1	970,0	830,0	720,1
Arroz em casca	2009/10	2.107,5	11.660,9	1.044,8	14.803,2	12.500,0	627,4	1.685,8
	2010/11	1.685,8	13.613,1	850,0	16.148,9	12.500,0	1.850,0	1.798,9
	2011/12	1.798,9	11.462,1	1.200,0	14.461,0	12.500,0	700,0	1.261,0
Feijão	2009/10	317,7	3.322,5	181,2	3.821,4	3.450,0	4,5	366,9
	2010/11	366,9	3.787,1	207,1	4.361,1	3.600,0	20,5	740,6
	2011/12	740,6	3.500,4	100,0	4.341,0	3.700,0	4,0	637,0
Milho	2009/10	10.322,7	56.018,1	459,4	66.800,2	46.927,4	10.792,6	9.080,2
	2010/11	9.080,2	57.514,1	634,5	67.228,8	48.411,5	9.255,0	9.562,3
	2011/12	9.562,3	59.210,3	500,0	69.272,6	50.000,0	8.500,0	10.772,6
Soja em grãos	2009/10	674,4	68.688,2	117,8	69.480,4	37.800,0	29.073,2	2.607,2
	2010/11	2.607,2	75.324,3	50,0	77.981,5	41.650,0	32.400,0	3.931,5
	2011/12	3.931,5	71.751,3	50,0	75.732,8	41.200,0	32.400,0	2.132,8
Trigo	2009/10	2.706,7	5.026,2	5.922,2	13.655,1	9.614,2	1.170,4	2.870,5
	2010/11	2.870,5	5.881,6	5.771,9	14.524,0	10.242,0	2.515,9	1.766,1
	2011/12	1.766,1	5.788,6	5.600,0	13.154,7	10.439,0	1.500,0	1.215,7

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

b) Levantamento da Safra Brasileira de Café

No período novembro a dezembro de 2011, empregados da Conab e das instituições com as quais esta mantém parceria (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural-INCAPER; Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A-EBDA; Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná-SEAB; Departamento de Economia Rural-DERAL; Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia-EMATER/RO, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE), visitaram os municípios dos principais estados produtores de café (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná e Rondônia)

para a realização de pesquisas e aplicação de questionários junto aos informantes previamente selecionados, objetivando a realização da quarta estimativa da produção da safra de café de 2011.

A boa florada, associada ao clima favorável e aos tratos culturais implementados durante a safra 2011, garantiram a boa qualidade dos grãos. As chuvas registradas na última semana de setembro/10 embora abaixo da média, possibilitaram a abertura da primeira florada nas regiões Sul e Zona da Mata de Minas Gerais e na maioria das áreas cafeeiras de São Paulo e Paraná.

A área plantada com café no País totaliza 2.278.103 hectares, cultivada com as espécies arábica e conilon. O resultado mostra uma redução de 0,85% sobre a área de 2.289.193 hectares, existentes na safra 2010, ou seja, foram reduzidos 11.090 hectares. No Estado de Minas Gerais está concentrada a maior área com 1,0 milhão de hectares em produção, predominando a espécie arábica com 98,5% da área do estado. O total da área estadual representa 48,7% da área cultivada com café no País, e consequentemente o primeiro do ranking nacional.

Estimada em 43,48 milhões de sacas beneficiadas, a produção brasileira de café (arábica e conilon), é 9,6% ou 4,61 milhões de sacas inferior ao volume de 48,09 milhões de sacas produzidas na safra anterior. Esta redução se deve principalmente ao ano de baixa bienalidade e da irregularidade nas precipitações pluviométricas no segundo semestre do ano passado e no início deste ano, que prejudicaram as lavouras que se encontravam na fase de enchimento dos grãos, sobretudo nos estados de Minas Gerais (regiões Sul de Minas e Cerrado Mineiro), na Bahia e em Rondônia. Para o café arábica, observa-se um decréscimo na produção de 12,6% (4,64 milhões de sacas). Para a produção do conilon (robusta), a previsão aponta um crescimento de 0,2%, correspondendo a 25,0 mil sacas. A produção do café arábica representa 74,0% (32,19 milhões de sacas) da produção do País, e tem como maior produtor o Estado de Minas Gerais, com 68,0% (21,88 milhões de sacas) de café beneficiado. O conilon participa na produção nacional com 26,0% de café beneficiado. O Estado do Espírito Santo se destaca como o maior produtor dessa espécie, com 75,2% (8,49 milhões de sacas) de café beneficiado.

c) Levantamento da Safra Brasileira de Cana de açúcar

No âmbito de um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, foi realizado entre os dias 28 de outubro e 12 de novembro de 2011, o terceiro levantamento da safra 2011/12 de cana de açúcar. Nesta etapa, foram visitadas todas as unidades de produção sucroalcooleira com produção efetiva, situadas nos vários estados produtores.

A lavoura de cana de açúcar apresentou nesta safra um desenvolvimento aquém do ideal e inferior ao da safra passada, levando a uma produtividade menor que a estimada inicialmente pelos produtores. As causas foram diversas, mas, o clima foi o principal causador da queda da produção, em conseqüência das adversidades ocorridas a partir do mês de abril até outubro de 2010, com chuvas escassas em toda a região Centro-Oeste e Sudeste. Este comportamento do clima prejudicou a brotação e o desenvolvimento da cana, tanto nas áreas colhidas, como nas áreas de renovação e expansão, mas, favoreceu a colheita da safra passada, encurtando o período da safra.

A área cultivada com cana de açúcar que será colhida e destinada à atividade sucroalcooleira está estimada em 8.368,4 mil hectares, distribuídos em todos estados produtores. O Estado de São Paulo continua sendo o maior produtor com 52,2% (4.370 mil hectares), seguido por Minas Gerais com 8,87% (742,65 mil hectares), Goiás com 8,1% (678,42 mil hectares), Paraná com 7,3% (611,44 mil hectares) Mato Grosso do Sul com 5,70% (480,86 mil hectares), Alagoas com 5,45% (463,65 mil hectares), e Pernambuco com 3,89% (326,11 mil hectares). Nos demais as áreas são menores, mas, com bons índices de produtividade.

A previsão do total de cana moída na safra 2011/12 é de 571.471,0 milhões de toneladas, com queda de 8,4% em relação à safra 2010/11, que foi de 623,905 milhões de toneladas, que significa que a quantidade que será moída deve ser 52 milhões de toneladas a menos que a

moagem da safra anterior. A produção de cana da região Centro-Sul ficou em 501.380,4 milhões de toneladas, 10,6% menor que a produção da safra anterior.

A previsão de esmagamento de cana para a produção de açúcar é de 283,9 milhões de toneladas, correspondendo a 47,3% da previsão de moagem de 571.471,0 mil toneladas. Para a produção de etanol serão esmagadas 287,6 milhões de toneladas de cana para a produção de 22.857,6 bilhões de litros de etanol, 17,2% menor que a produção da safra 2010/11. Deste total, 9.069,3 bilhões de litros serão de etanol anidro e 13.788,3 bilhões de litros serão de etanol hidratado.

d) Estimativa da Safra Agrícola de Laranja

O resultado da estimativa de safra de laranja, no Estado de São Paulo, é produto de parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – SAA, Instituto de Economia Agrícola – IEA e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI.

A área plantada com laranja no Estado de São Paulo vem sofrendo reduções consecutivas e mudando o perfil do produtor. Os pomares com dimensões menores estão perdendo espaço e acabam absorvidos geralmente pelo cultivo da cana de açúcar. Este fato decorre da falta de condições do pequeno produtor para adotar as práticas culturais adequadas e usar os insumos necessários para o bom desempenho da cultura. A queda decrescente da produtividade o torna pouco competitivo no mercado, principalmente quando sua atividade é exclusivamente a produção de laranja.

Quando se compara com a safra anterior, o comportamento é de diminuição de área, passando de 608.600 ha para os atuais 569.641 ha, com variação de menos 6,4%. A causa da diminuição é a erradicação dos pomares improdutivos.

Quadro LXV – Estimativa Preliminar da Safra Agrícola de Laranja 2011/12

Variável	Unidade	Estimativa	Limite Inferior	Limite Superior	Variação (%)
Área total de laranja	Hectare	569.641	541.466	597.814	4,9
Produção esperada (2011/12)	**Cx de 40,8 kg**	**760.613.190**	**718.743.341**	**802.483.039**	**5,5**
Produção Comercial	Cx de 40,8 kg	375.743.282	361.465.037	390.021.527	3,8
Produção esperada p/ Indústria	Cx de 40,8 kg	334.411.521	316.353.299	352.469.743	5,4
Produção esperada p/ mesa	Cx de 40,8 kg	41.331.761	33.313.399,0	49.350.123	19,4
Produção não comercial e perdas	Cx de 40,8 kg	9.126.626	7.611.606,0	10.641.646,0	16,6

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Os resultados extraídos pela aplicação dos questionários validados em campo nas mesorregiões de Frutal, Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia no Triangulo Mineiro foram aplicadas técnicas de imputação para dar consistência aos estimadores dos resultados finais. A estimativa de safra é de 21,1 mil hectares de área total com plantio de laranja com 98% da área em produção. A produtividade média nesta safra é de 711 caixas de 40,8 kg por hectares, ou seja, 14,7 milhões de caixas produzidas em 20,7 mil hectares.

e) Levantamento de Safra das Culturas do Dendê e Pinhão Manso

Em atendimento à solicitação da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPAE/MAPA, a Conab elaborou Plano de Trabalho objetivando levantamento da safra de dendê nos Estados do Amazonas, Bahia, Pará e Roraima, e de pinhão manso nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Bahia, Goiás e Tocantins, com o objetivo de ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.

e.1) Dendê

O Dendê é considerado uma das matrizes de maior potencialidade para produção de biodiesel na Região Norte e parte do nordeste brasileiro, não só pela sua boa adaptação nesses lugares, mas também pela alta produção de óleo por hectare e tecnologia de produção bem definida. Esse potencial vem ao encontro da necessidade do País em diversificar a matriz desse biocombustível, que atualmente tem como principal matéria prima (acima de 80%) o resíduo da produção de farelo e óleo de soja.

A área plantada no país é de aproximadamente 70 mil hectares, com produção acima de 500 mil toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXVI - Demonstrativo da Safra 2010

UF	Área (Em ha.)	Produção (Em T)	Produtividade (Em kg/ha)
AM	350	3.000,0	8.571
BA	53.517	205.553,0	3.841
PA	19.000	298.900,0	15.732
RR	-	-	-
Total	**72.867**	**507.453,0**	**6.964**

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

e.2) Pinhão Manso

Nos estados onde foram localizados plantio ou vestígios de cultivo do pinhão manso, foi possível estimar as áreas plantadas, remanescentes ou abandonadas. As informações obtidas no levantamento indicam que o processo de produção e comercialização se encontra efetivamente implantado no estado do Pará, cuja produção é exportada para a Espanha.

Nos demais estados pode-se continuar com o acompanhamento das possíveis colheitas esperadas e dos experimentos que vem sendo realizados. Essa situação se observa nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Rio de Janeiro e Tocantins. No caso de São Paulo a tendência é de extinção da cultura, mas é necessário o acompanhamento das ações dos produtores.

Quadro LXVII - Levantamento de situação do Pinhão Manso

UF	Nº de municípios	Área plantada (ha)	Área remanecente (ha)	Idade do plantio	Situação geral	Produtividade (Kg/ha)	Produção (t)	Destino
BA	11	940,0	940,0	da implantação à produção	Boas condições	150	18,5	Semente e indústria
GO	11	87,3	87,3	1 a 3 anos	Regulares condições	-	-	-
ES	1	840,0	840,0	Sem informação	Plantio novo – Boas condições	-	-	-
MA	7	12,0	12,0	-	-	-	-	-
MT	7	3.617,0	1.136,0	1 a 2 anos	Regulares condições	-	-	Usina
MG	20	1.609,9	1.081,0	0 a 3 anos	Regulares condições	-	-	-
PA	1	30.000,0	15.000,0	1 a 3 anos	Abandono 50% Produção 50%	6.500	97,53	Exportação
RJ	10	664,5	692,5	1 a 3 anos	Boas condições	p/sementes	-	-
SP	4	35,0	35,0		Erradicado	-	-	-
TO	1	3.292,6	3.207,6	2 a 3 anos	3.000ha em semiabandono	-	-	-

Fonte: Suinf/Geasa

Durante o período, a Conab recebeu repasse orçamentário no valor de R$116.210,68 e financeiro no valor de R$24.850,03. No levantamento das safras foram gastos 100,0% dos recursos financeiros recebidos. No fim do exercício a Conab devolveu à SPAE dotação orçamentária de R$88.074,78.

10.2 – Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos

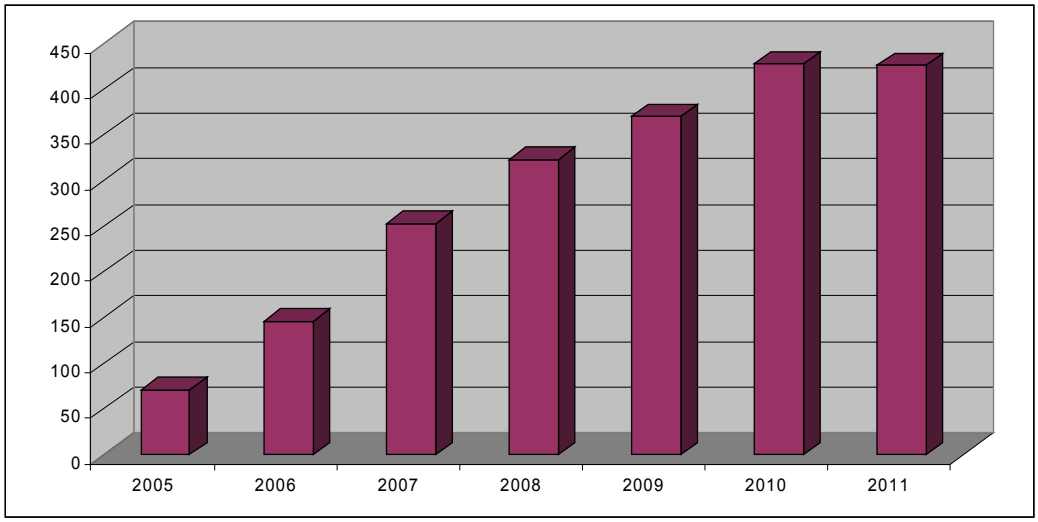
Os custos de produção elaborados pela Conab têm resultados práticos para a sociedade e oferecem informações substanciais para a definição e implementação de políticas públicas, além de

proporcionar conhecimento aos diversos segmentos que estão direta ou indiretamente ligados ao processo produtivo.

A Conab mantém atualizados 426 custos de produção de culturas temporárias (grãos e fibras), semiperenes (cana de açúcar) e permanentes (café, citrus, pêssego, maçã e uva), assim como para as atividades: leiteira, de caprinos e ovinos, de aves e suínos e da sociobiodiversidade.

Os custos de produção são direcionados principalmente à Política de Garatia de Preços Mínimos – PGPM e ao Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar – PGPAF, tendo como principais demandantes os Ministérios da Agricultura – MAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Figura XLIII – Crescimento do Número de Custos Elaborados e Utilizados



Fonte: Dipai/Sufis

10.3 – GEOSAFRAS

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2011, foram executadas atividades relacionadas ao mapeamento da safra 2010/2011, da área plantada de arroz no Rio Grande do Sul e de soja, milho (2ª safra) e trigo no Paraná.

Foram atualizados o mapeamento do café (safra 2011) no estado do Paraná, da cana de açúcar (safra 2010/11 e 2011/12) nos estados produtores do Norte e Nordeste (safra 2010/11), de Goiás para a safra 2010/11. Para os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, foram atualizados os mapeamentos da cana de açúcar para as safras 2010/11 e 2011/12 e do milho (1ª safra) e soja. Destaca-se também a confecção de mapas temáticos relacionados com a produção agrícola, o georeferenciamento das usinas de cana de açúcar e de armazéns cadastrados junto à Conab.

Análises da expansão do cultivo e da substituição de culturas nos estados do Centro Oeste e no Paraná; estudos de uso e ocupação do solo nos principais estados produtores e o monitoramento do avanço das pastagens em municípios no estado do Pará são atividades que fizeram parte do apoio aos estudos geoespaciais desenvolvidas pela Companhia.

10.4 – SIGABRASIL

Este projeto, denominado Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira

-SIGABrasil, integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

Os principais produtos gerados, para atendimento às demandas internas e externas à Conab, durante o ano de 2011 foram:

- Atualização dos mapas de produção agrícola das principais culturas cultivadas no Brasil;
- Atualização do georreferenciamento das Usinas de cana de açúcar e dos Armazéns cadastrados junto à Conab;
- Análise da expansão dos cultivos e da substituição de culturas em estados do Centro-Oeste e no Paraná;
- Estudos de uso e ocupação do solo nos principais estados produtores.

11 – Gestão de Pessoas

11.1 – Alocação de Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e/ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.^{os} 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiando mais 75 empregados. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados no exercício em tela 121 remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas da Matriz.

Reduzido o fluxo de entrada de anistiados a Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-Gecav elaborou a Nota Técnica n.º 02/2011 onde expôs a necessidade de dimensionamento da força de trabalho, no sentido de identificar o número e a qualificação dos empregados para a execução das atividades da Companhia. Para tanto, foi autuado processo interno visando a contratação de empresa de consultoria, visando a realização do redimensionamento do quadro de pessoal, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras.

11.2 – Comunicação Interna.

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet - este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões,

licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

11.3 – Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação-Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões; e
- Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

11.4 – Capacitação de Pessoal

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções n.^{os} 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteada pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas-Digep), no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da

Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz, Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R$124,78.

a) Quanto ao número de treinandos

O quadro a seguir apresenta o comparativo entre os resultados alcançados nos exercícios de 2010 e 2011.

Quadro LXVIII – Treinamento, por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos		Homens/hora Treinados		Média de carga/horária por participante	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Administrativa	357	314	3.990	2.593	11,18	8,26
Auditoria	70	46	1.536	670	21,94	14,57
Comunicação Social	10	1	481	16	48,1	16
Educação e Desenvolvimento	587	230	8.863	2.968	15,1	12,9
Financeira	117	12	2.038	660	17,42	55
Gerencial	51	4	295	82	5,78	20,5
Informática	121	59	2.120	2.232	17,52	37,83
Jurídica	15	46	1.026	110	68,4	2,39
Operacional	58	57	1.844	398	31,79	6,98
Planejamento	195	128	3.925	3.902	20,13	30,48
Qualidade	-	2	-	4	-	-
Total	**1.581**	**899**	**26.118**	**13.634**	**16,52**	**15,17**

Fonte:Sumoc/Gecap

Em 2011 foram realizados 899 treinamentos com decréscimo de aproximadamente 43,1% sobre a quantidade do ano anterior, em função da diminuição do número de treinandos em quase todas as áreas, destacando-se a de Educação e Desenvolvimento. A redução só não foi maior devido à participação de grande número de empregados em palestras relativas à disseminação de conhecimentos pelos empregados participantes dos cursos de pós-graduação. Em função do curto tempo de duração destes eventos verificou-se, em consequência, redução de 47,8% nas horas de estudo e de 8,2% na carga horária por participante.

b) Resultados Alcançados

Os resultados a seguir detalhados envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia e que a metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, estendendo-se a partir de 2012 para as Regionais.

Dentro do contexto organizacional relacionado à implementação dos treinamentos previstos no PEC-2011 foi proposto, para o monitoramento do referido Plano, os indicadores de desempenho classificados e integrados de acordo com o tipo (produto ou processo) e amplitude (estratégico, gerencial e operacional) conforme quadro abaixo, permitindo avaliar e propor melhorias no modelo de gestão educacional da Companhia.

Quadro LXIX – Indicadores de Capacitação

Amplitude / Tipo	Indicador	Descrição	Meta	Resultado
Estratégico Produto	Impacto do Treinamento no Trabalho (Implantar processo de Avaliação do Retorno do Investimento ROI)	Percentual de impacto do treinamento no trabalho (alcance dos objetivos específicos do treinamento e aumento do desempenho do treinando) bem como justificar o retorno do investimento	Maior ou igual a 40% dos cursos avaliados, com grande impacto (cursos fechados)	Não foi possível a implantação do ROI, uma vez que dependemos de outro órgão.
Gerencial Processo	Implantação do PEC 2011	Percentual de Ações Educacionais constantes do PEC que foram implementadas no corrente ano	900,00%	60% implementadas
Operacional Produto	Satisfação do Treinando com os Treinamentos	Satisfação dos treinandos com o desempenho do instrutor, a qualidade institucional, o ambiente da ação educacional e a coordenação	Maior ou igual a 80%	Da amostra pesquisada foi alcançado um resultado de 85%.
Gerencial Processo	Investimento de Horas em Educação	Média de horas que cada colaborador dedica a ações educacionais	12 horas anuais	Ultrapassou a meta, alcançando a média de 15h20 ano, por treinando
Gerencial Produto	Incremento de Conhecimento	Percentual de acréscimo de conhecimento final (incremento de aprendizagem)	Acréscimo de até 50%	Alcançou 63%

Fonte: Sumoc/Gecap

As ações educacionais que integram o PEC 2011 sofreram corte na realização dos eventos, tendo em vista o contingenciamento orçamentário, que limitou a realização de atividades de treinamento e desenvolvimento fora da área de lotação dos empregados.

No entanto, a tabulação das avaliações de reação aplicadas aos treinandos após a participação dos empregados nos cursos/eventos realizados pela Matriz e Regionais, por amostragem, demonstra que a Companhia conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2011, conforme demonstrado a seguir.

1 – Palestras

Foram tabuladas 38 palestras, totalizando a participação de 799 empregados da Matriz e Regionais, que responderam sobre as seguintes questões:

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Domínio do tema pelo palestrante	-	0,88%	5,22%	33,77%	60,11%
Metodologia apresentada	-	1,22%	8,00%	41,77%	49,00%
Atendimento da expectativa	0,55%	1,44%	14,11%	38,22%	45,55%
Conceito geral do evento	-	1,44%	9,88%	38,00%	50,65%

Fonte: Sumoc/Gecap

Constata-se, pelos dados acima que na maioria das Palestras realizadas conseguiu-se atingir a expectativa dos participantes, totalizando cerca de 83,77% entre os conceitos “Bom” e “Ótimo”.

2 – Treinamentos

Foram tabulados, por amostragem, cerca de 179 treinamentos, totalizando a participação de 1.486 empregados, que responderam aos questionários de avaliações, sobre as seguintes questões.

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Coordenação/Organização	-	0,32%	5,00%	44,76%	48,50%
Aplicabilidade do assunto	0,35%	1,18%	11.25%	25,33%	61,93%
Conceito final do instrutor	6,25%	-	2,44%	32,43%	58,88%
Conceito geral do treinamento	-	-	13,38%	42,18%	44,42%

Fonte: Sumoc/Gecap

A análise dos dados obtidos permite concluir que a maioria dos treinamentos realizados alcançaram bons resultados, concentrando, em todos os quesitos, mais de 85% nos conceitos "Bom" e "Ótimo", destacando-se o item Coordenação/organização com 93,26% entre esse conceitos.

3 – Da aprendizagem obtida

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Conhecimento -Antes	2,66%	12,72%	55,19%	29,39%	-
Conhecimentos - Após	-	-	7,24%	50,02%	42,73%

Fonte: Sumoc/Gecap

Infere-se que antes da realização dos eventos o grau de conhecimento dos empregados encontrava-se cerca de 70% entre os níveis "Insuficiente" a "Regular", enquanto os níveis "Bom" e "Ótimo" estavam em torno de 30%; Após os eventos, a graduação de "Insuficiente" a "Regular" foi reduzida para 7%, ao passo que o somatório dos intervalos "Bom" e "Ótimo" passou para 93%, caracterizando com isso a ocorrência de um acréscimo de aprendizagem em torno de 63% nas atividades de treinamento promovidas pela Companhia. Portanto, a meta de incremento de aprendizagem foi superada.

11.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

No fim do exercício, a Matriz contava com 1.061 empregados.

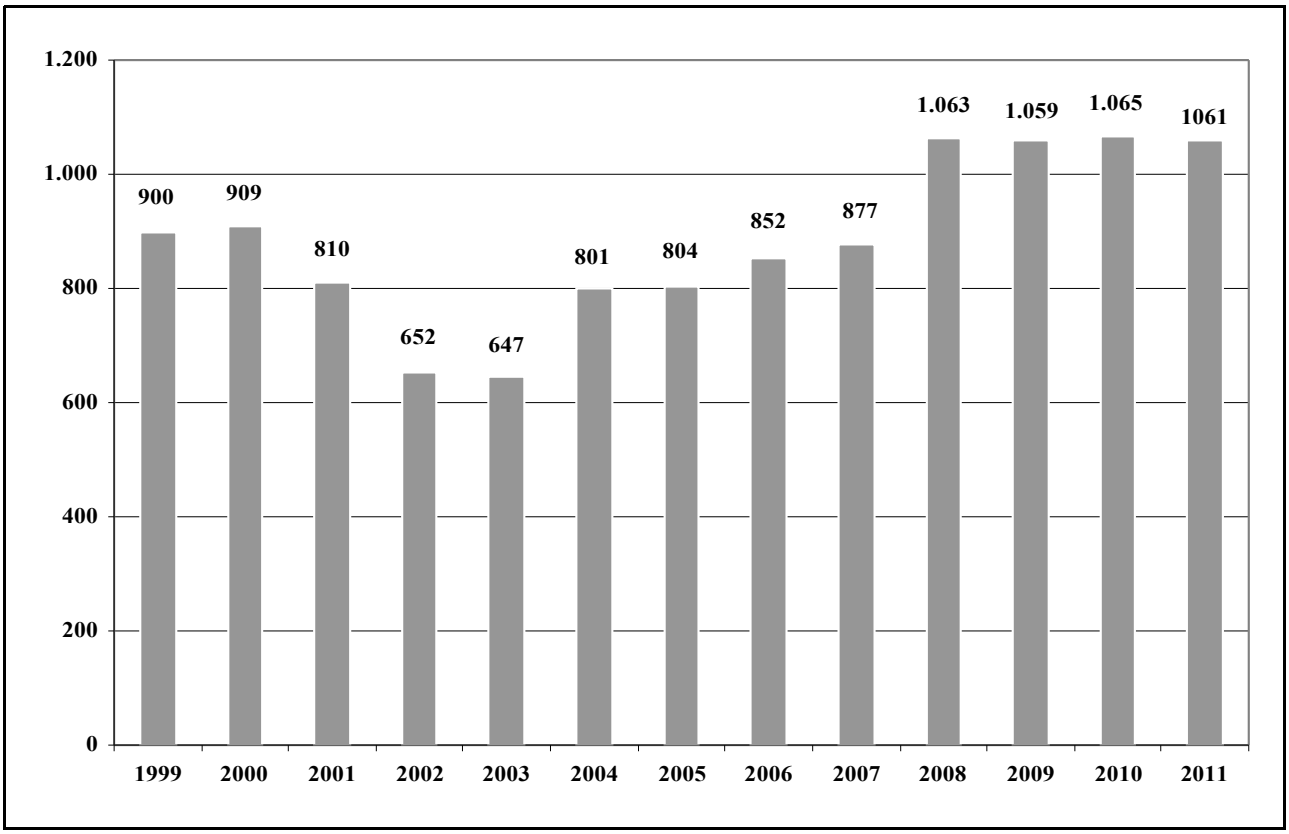
Quadro LXX – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Matriz		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	699	708	9
Assessores (contrato especial)	37	38	1
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	5	5	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	8	9	1
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	11	12	1
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	125	118	(7)
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	167	157	(10)
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	1	1
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	2	1	(1)
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	1	1	-
Assessores (Contrato Especial) Requisitado	2	3	1
Licença para cargo eletivo com vencimentos	1	1	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	0	1	1
Contrato suspenso / licença particular	7	6	(1)
Pensão Vitalícia	0	0	-
Total	**1.065**	**1.061**	**(4)**

Fonte: Dirad/Sureh

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados, no qual se verifica redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição, atingindo em 2011, crescimento de 63,99% em relação àquele ano, em consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público, pelo retorno de empregados por decisão judicial e de anistiados pela Lei n.º 8.878/94.

Figura XLIV – Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro de empregados, 355 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 33,46% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

Quadro LXXI - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2011

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Matriz		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	711	706	(5)
Reintegrado (Transitado)	27	26	(1)
Reintegrado Liminar	-	-	-
Anistiado (Transitado)	2	2	-
Anistiado (Liminar)	4	4	-
Anistiado (Lei 8878/94)	321	323	2
Total	**1.065**	**1.061**	**(4)**

Fonte: Sutin/Gesof

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 41,56% do total da força de trabalho e apresentou redução de 1,12% sobre o de 2010 (446) enquanto os de nível médio tiveram crescimento de 1,12%, passando de 306 para 310 empregados.

Quadro LXXII – Demonstrativo por Nível de Enquadramento

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxíliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	107	209	349	41	706
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	7	8	11	0	26
Reintegração judicial (liminar)	0	0	0	0	0
Readmissão-Anistia (Transitado em julgado)	2	0	0	0	2
Readmissão-Anistia (liminar)	1	2	1	0	4
Anistiado (Lei 8.878/94)	193	91	39	0	323
Total	**310**	**310**	**400**	**41**	**1.061**

Fonte: Sutin/Gesof

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 550 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional de parte desses empregados.

Quadro LXXIII – Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
1. Provimento de cargo efetivo	**0**	**4**	**101**	**75**	**280**	**269**	**111**	**26**	**1**	**0**	**867**
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
1.2 Servidores de Carreira	0	4	58	39	190	198	90	17	1	0	**597**
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	43	36	90	71	21	9	0	0	**270**
2. Provimento de cargo em Comissão	**0**	**0**	**1**	**4**	**46**	**85**	**47**	**10**	**1**	**0**	**194**
2.1 Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	7	29	5	1	0	0	**42**
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
2.3 Funções Gratificadas	0	0	1	4	39	56	42	9	1	0	**152**
3. Total	**0**	**4**	**102**	**79**	**326**	**354**	**158**	**36**	**2**	**0**	**1.061**

LEGENDA: **Nível de Escolaridade** 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro total, cerca de 28,1% encontrava-se em situação de redução da força de

trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXIV– Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**276**
1.1 A disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	118
1.2 A disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	157
1.3 A disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	1
2. Licença Remunerada (2.1+2.2)	**3**
2.1 Licença Maternidade	2
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	1
3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)	**19**
3.1 Licenciado INSS/Acidente de Trabalho	12
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	1
3.3 Interesses particulares	6
4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro	**298**

Fonte: Dipai/Sutin

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos, respectivamente. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo verifica-se a existência de 530 empregados (50% do número do quadro de pessoal) que reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa. No início do exercício havia 336 empregados aposentados que mantinham contrato de trabalho com a Conab.

Quadro LXXV – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa										Participação (%)
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	> 40	Total	
20 a 25	1	0	0	0	0	0	0	0	0	**1**	0,09
26 a 30	12	4	0	0	0	0	0	0	0	**16**	1,51
31 a 35	29	18	0	0	0	0	0	0	0	**47**	4,43
36 a 40	25	15	0	0	0	0	0	0	0	**40**	3,77
41 a 45	17	6	0	0	4	2	0	0	0	**29**	2,73
46 a 50	46	31	0	0	12	43	9	0	0	**141**	13,29
51 a 55	49	38	2	0	3	48	108	9	0	**257**	24,22
56 a 60	53	33	1	0	8	35	125	42	1	**298**	28,09
61 a 65	32	34	1	0	2	13	39	40	5	**166**	15,65
66 a 70	21	10	0	0	0	6	7	5	0	**49**	4,62
Mais de 70	11	3	0	0	0	1	0	2	0	**17**	1,60
Total	**296**	**192**	**4**	**0**	**29**	**148**	**288**	**98**	**6**	**1.061**	**-**

Fonte: Dipai/Sutin

11.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício ocorreram 51 admissões e 49 demissões, a maioria de empregados sem cargo de carreira, ocupando funções de livre provimento (42 e 38 respectivamente). Além desses foram recebidos em transferências de diversas Regionais 7 empregados (RJ-1, RR-1, GO-3, PI-1 e PR-1) e aprovada a transferência de 14 empregados para as Regionais de Goiás (6), Piauí (1), Minas Gerais (2),Rio de Janeiro (1), Ceará (1), Maranhão (1) e Paraíba (2).

11.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

11.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal

Está prevista para 2012 a realização de concurso público para preenchimento de 155 vagas de analistas de nível superior, na Matriz, e a criação de cadastro reserva para reposição futura quando da abertura de novas vagas. Dessa quantidade, 60 vagas estão reservadas para a área de informática, em substituição à mão de obra até então contratada via PNUD.

11.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados, a Matriz contava com 57 estagiários de nível superior e 26 de nível médio, com custo anual de R$594.001,89 (salário e auxílio transporte)**.**

Quadro LXXVI – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre			
Nível Superior	**49**	**52**	**53**	**57**			
Área Fim	20	25	22	23			
Área Meio	29	27	31	34	100	83	594.001,89
Nível Médio	**24**	**27**	**27**	**26**			
Área Fim	6	6	6	6			
Área Meio	18	21	21	20			
Total	**73**	**79**	**80**	**83**	**100**	**83**	**594.001,89**

Fonte: Sureh/Gepes

11.5.5 – Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Matriz foi de R$135.345.333,01, com participação de 32,86% na despesa total da Conab (R$411.854.346,20) e com crescimento de 2,64% sobre o valor de 2010.

Quadro LXXVII - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

Em R$

Detalhamento da Despesa	Exercício		
	2009	2010	2011
Vencimentos e vantagens fixas	**76.025.949,30**	**90.824.957,75**	**93.549.604,88**
Vencimentos e salários	42.031.519,94	50.131.528,09	51.350.209,87
Incorporações	694.960,53	762.224,56	828.885,12
Adicional noturno	116,74	4,02	0,00
Adicional de periculosidade	0,00	0,00	3.253,35
Adicional de insalubridade	30.178,50	24.907,87	43.216,97
Gratificação por exercício de cargos	1.029.000,00	2.000,00	0,00
Gratificação por exercício de funções	6.129.555,08	6.897.842,98	8.766.179,29
Gratificação por tempo de serviço	9.184.552,68	10.157.231,22	11.375.932,84
Férias vencidas e proporcionais		5.038,13	73.330,65
13.º salário	7.594.260,17	8.944.639,56	8.839.267,03
Férias – abono pecuniário	1.477.406,91	1.676.924,47	1.850.316,62
Férias – abono constitucional	1.783.235,60	2.093.651,45	2.263.065,87
Férias – pagamento antecipado	2.703.856,07	3.085.433,91	3.468.559,38
Licença-prêmio	960.605,25	4.916.348,81	3.028.381,67
Remuneração de diretores	1.691.509,22	1.877.705,64	1.937.315,03
Remuneração por participação em órgãos de deliberação	227.389,82	236.366,55	238.710,43
Complemento salarial	2.288,16	2.288,16	2.288,16
Créditos para acerto financeiro com ex-servidores	2.572.820,85	2.450.148,93	2.717.457,49
(-) Créditos para acerto financeiro com ex-servidores	-3.013.358,30	-3.575.796,22	-3.692.791,72
Provisão para 13.º salário	5.370.631,41	6.244.088,26	6.463.600,73
(-) Provisão para 13.º salário	-5.370.631,41	-6.244.649,71	-6.463.600,73
Provisão para férias	8.207.204,20	10.852.317,35	11.220.833,14
(-) Provisão para férias	-7.274.343,62	-9.599.733,91	-10.458.337,05
Adiantamentos concedidos – não financeiros	5.303.367,76	5.866.977,37	6.583.060,93
(-) adiantamentos concedidos	-5.557.366,03	-6.152.551,26	-6.852.707,79
Créditos por cessão de pessoal	1.754.522,25	1.830.599,31	1.849.702,95
(-) Créditos por cessão de pessoal	-1.507.332,48	-1.660.577,79	-1.886.525,35
Obrigações patronais	**27.204.080,87**	**33.047.675,30**	**35.550.416,61**
F.G.T.S.	6.188.726,61	7.269.362,61	7.717.008,18
Contribuição de salário educação	1.753.878,13	2.180.861,18	2.395.771,16
Encargos sociais sobre provisões	3.942.022,97	6.258.541,99	6.498.508,19
(-) Encargos sociais sobre provisões	-3.617.387,53	-5.591.969,30	-6.215.317,18
Contribuições previdenciárias – INSS	18.173.067,80	20.599.911,98	22.019.958,17
Seguros de acidentes de trabalho	763.772,89	2.330.966,84	3.134.488,09
Outras despesas variáveis – pessoal civil	**3.745.960,98**	**4.876.548,87**	**5.587.721,82**
Indenizações e restituições trabalhístas – Ativo civil	157.797,04	575.670,80	1.117.996,36
Pessoal requisitado de outros órgãos	160.277,35	233.066,20	78.724,31
Substituições	328.541,80	388.047,71	415.667,98
Pensões indenizatórias	3.407,76	465,00	1.153,88
Auxílio-doença	0,00	0,00	8.421,50
Indenizações trabalhistas – ativo civil	22.887,77	86.802,98	131.397,10
Despesas de exercícios anteriores – ativo civil	4.435,91	10.167,49	5.777,58
Serviços extraordinários	946.642,32	1.315.976,94	1.531.289,68
Indenização auxílio-transporte	1.331.265,59	1.380.114,74	1.411.276,37
Auxílio funeral – ativo civil	140.700,00	107.955,50	163.614,00
Auxílio escola – acordo coletivo	108.240,00	162.540,00	146.216,65
Auxílio deficiente – acordo coletivo	234.316,75	341.576,71	374.096,61
Auxílio creche	307.448,69	274.164,80	202.089,80
Sentenças judiciárias e depósitos compulsórios	**1.905.010,04**	**3.108.990,29**	**657.589,70**
Sentenças judiciais transitadas em julgado	1.742.945,72	3.013.791,47	633.441,84
Depósitos para recursos	839.460,75	802.343,49	1.876.232,13
Rercursos vinculados	162.059,00	102.564,25	83.676,06
(-) Depósitos realizáveis vinculados	-839.455,43	-809.708,92	-1.935.760,33
Total Geral	**108.881.001,19**	**131.858.172,21**	**135.345.333,01**

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DRE

11.5.6 – Mão de Obra Terceirizada

O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2011.

Quadro LXXVIII – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135100 – 22211													CNPJ: 26.461.699/0001-80		
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2008	V	O	051/2008	04.559.666/0001-35	18/07/10	22/03/12	-	10	-	11	-	1	A	-	22
2010	L	O	047/2010	04.944.460/0001-29	13/10/10	12/10/12	-	32	-	29	-	-	A	-	61
Observação:															
Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Fonte: Supad

11.5.7 – Principais Indicadores Gerenciais

Em 2011, foram propostos alguns indicadores que ainda estão em análise nas diversas superintendências da Matriz, a fim de verificar se atendem aos requisitos de qualidade e de aplicabilidade. Aqueles selecionados deverão entrar em fase de apuração e análise. A seguir estão relacionados os indicadores propostos.

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total				
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: [(Ad+De)/2]/(QLm)*100 onde Ad=Admissões De=Demissões e QLm=Quadro de Lotação médio no período. Abrangência: UF e Brasil. Periodocidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 5%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Taxa de Integração de concursados				
Objetivo do Indicador: Conhecer e acompanhar a eficácia do processo de integração dos novos empregados, influenciado por fatores como: receptividade da equipe, apreço demonstrado pela chefia, espírito de equipe, valores e políticas da empresa, processo de				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: (Dc/Ac)*100 onde De=Nº de demissões de concursados e AD=Nº de Admissões de concursados. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 1%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO.				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: (ASOem/QLex)*100 , onde: ASOem= nº de Atestados de Saúde Ocupacional emitidos e QLex=Quadro de lotação em exercício. ASO emitido é o Atestado emitido pelo médico após o funcionário realizar os exames. Abrangência:				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Percentual de ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: Nº de AT+DO onde, AT=Acidente de Trabalho e DO=Doenças ocupacionais. Abrangência: UF e Brasil, Periodocidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
próximo a zero				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

11.6 – Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS.

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, são realizados no âmbito da Matriz (UG 135100).

a) Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Quadro LXXVIII - Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes - 2011

Sureg	Total da Folha dos Participantes (Em R$)	Participação %
AC	338.389,85	0,45%
AL	2.817.401,73	1,41%
AM	3.337.753,12	1,67%
BA	3.168.641,35	1,58%
CE	11.097.868,29	5,54%
ES	5.046.461,74	2,52%
GO	13.089.021,90	6,53%
MA	3.899.887,67	1,95%
MG	10.576.848,73	5,28%
MS	6.435.596,64	3,21%
MT	4.845.074,69	2,42%
PA	3.074.782,84	1,53%
PB	5.149.997,22	2,57%
PE	10.252.183,73	5,12%
PI	3.123.317,03	1,56%
PR	9.238.016,84	4,61%
RJ	5.186.661,27	2,59%
RN	4.519.497,50	2,26%
RO	2.747.444,64	1,37%
RR	265.909,87	0,13%
RS	5.739.172,59	2,87%
SC	3.642.232,07	1,82%
SP	5.222.969,21	2,61%
TO	2.306.496,51	1,15%
Matriz	75.198.166,10	37,54%
Total	**200.319.793,13**	**-**

Fonte: Conab/Sureh

b) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2011

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor da Contribuição	Participação %
AC	3	33.078,19	0,25%
AL	37	171.586,85	1,31%
AM	34	226.887,40	1,73%
AP	0	0,00	0,00%
BA/SE	33	209.351,89	1,60%
CE	127	696.774,56	5,32%
ES	43	332.613,21	2,54%
GO	112	878.113,49	6,70%
MA	45	234.943,06	1,79%
MG	79	665.942,68	5,08%
MS	59	412.157,09	3,15%
MT	46	321.067,25	2,45%
PA	27	199.869,25	1,53%
PB	44	318.676,99	2,43%
PE	112	681.796,33	5,20%
PI	28	205.875,41	1,57%
PR	81	588.172,80	4,49%
RJ	47	357.880,40	2,73%
RN	39	291.790,68	2,23%
RO	21	173.827,00	1,33%
RR	1	17.618,87	0,13%
RS	55	374.691,70	2,86%
SC	30	252.696,10	1,93%
SP	39	363.103,14	2,77%
TO	14	153.755,31	1,17%
Matriz	441	4.939.240,39	37,70%
Total	**1.597**	**13.101.510,04**	**-**

Fonte:Conab/Sureh

c) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora Conab - 2011

c.1 – Patronal/Paritária – R$ 13.104.263,22

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições	Participação %
AC	3	33.077,56	13,10%
AL	37	171.597,69	67,94%
AM	34	226.885,84	89,83%
AP	0	0,00	-%
BA/SE	33	209.350,62	82,88%
CE	127	696.440,45	275,73%
ES	43	332.777,62	131,75%
GO	112	878.000,93	347,61%
MA	45	234.941,81	93,02%
MG	79	665.948,90	263,66%
MS	59	411.515,20	162,92%
MT	46	321.294,68	127,20%
PA	27	199.869,42	79,13%
PB	44	318.676,72	126,17%
PE	112	682.600,96	270,25%
PI	28	205.839,91	81,49%
PR	81	587.419,78	232,57%
RJ	47	359.646,55	142,39%
RN	39	291.834,94	115,54%
RO	21	173.827,17	68,82%
RR	1	17.619,64	6,98%
RS	55	373.624,69	147,92%
SC	30	252.580,60	100,00%
SP	39	363.105,99	143,76%
TO	14	153.755,22	60,87%
Matriz	441	4.942.030,33	1956,62%
Total	**1.597**	**13.104.263,22**	**-**

Fonte: Diafi/Sucon/Gecon, DRE e Siafi

c.2 – Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R$ 13.939.943,78

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do Cibrius, realizado na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

c.3 – Total Contribuições – R$ 27.044.207,00*

*OBS: Adicionalmente, houve amortização complementar no valor de R$ 1.946.648,03, concernente a valores inscritos em Restos a Pagar no exercício de 2010.

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos

Participantes informada pela Conab/Superintendência de Recursos Humanos, decorre de diferenças relacionadas a acertos outros (Rescisões de Contratos, Sentenças Trabalhistas etc).

c.4 - Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

c.5 - Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

d) Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo Cibrius

FOLHA DE PAGAMENTO (BRUTA) 2011	
TIPOS DE BENEFÍCIOS	**TOTAL**
RENDA VITALÍCIA	**19.642.758,94**
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	14.989.799,85
Aposentadoria por Idade	821.289,91
Aposentadoria por Invalidez	1.319.609,32
Benefício Proporcional Diferido c/Risco	112.616,46
Benefício Proporcional Diferido s/Risco	49.717,84
Aposentadoria Especial	195.262,00
Pensão por Morte	2.120.366,91
Benefício Suspenso	38.038,35
Recuperação de Benefício	-3.941,70
RENDA TEMPORÁRIA	**114.933,81**
Auxílio Doença	129.378,96
Benefício Anterior	347,28
Recuperação de Benefício	-14.792,43
ABONO ANUAL	**7.180,99**
Abono Anual	9.308,79
Recuperação de Abono Anual	-2.127,80
RENDA ÚNICA	**281.811,30**
Pecúlio por Morte	281.811,30
Reserva de Poupança	0,00
TOTAL GERAL	**20.046.685,04**

Fonte: Cibrius

e) Resultado Financeiro do Cibrius

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2011	TR+6% aa JAN A DEZ 2011	RESULTADO
RENDA FIXA	9,15%	7,28%	1,74%
RENDA VARIÁVEL	0,60%		-6,23%
IMÓVEIS	71,19%		59,57%
INVEST.ESTRUTURADOS	8,69%		1,31%
EMPRÉSTIMOS	16,19%		8,31%
CARTEIRA GERAL	10,74%		3,23%
CARTEIRA	**RENTABILIDADE JAN A DEZ 2011**	**INPC+6% aa JAN A DEZ 2011**	**RESULTADO**
RENDA FIXA	9,15%	12,46%	-2,94%
RENDA VARIÁVEL	0,60%		-10,55%
IMÓVEIS	71,19% ????		52,22%
INVEST.ESTRUTURADOS	8,69%		-3,35%
EMPRÉSTIMOS	16,19%		3,32%
CARTEIRA GERAL	10,74%		-1,53%
CARTEIRA	**RENTABILIDADE JAN A DEZ 2011**	**60% CDI + 40% IMA-B JAN A DEZ 2011**	**RESULTADO**
RENDA FIXA	9,15%	13,00%	-3,41%
CARTEIRA GERAL	**RENTABILIDADE JAN A DEZ 2011**	**JAN A DEZ 2011**	**RESULTADO**
Resultado Geral	10,74%	TR+6% aa 7,28%	3,23%
Resultado Geral	10,74%	INPC+6% aa 12,46%	-1,53%

Fonte: Cibrius

Os resultados alcançaram 3,23% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1%, portanto muito longe de refletir um índice que represente a inflação do período. Quando comparados com INPC+6% os resultados são NEGATIVOS (-1,53%).

Por outro lado, as operações de empréstimos aos participantes apresentaram um resultado mínimo de 3,32% em relação aos Benchmark, se revestindo no único segmento com resultado satisfatório, mesmo com a aplicação de apenas 2,50% dos Recursos Garantidores, volume inferior ao exercício de 2010, cuja aplicação alcançou 2,65% dos Recursos Garantidores, enquanto a Resolução do Conselho Monetário Nacional-CMN permite até 15%.

Isto indica que a entidade não observou recomendação consignada no relatório de gestão de 2010 quanto a revisão das taxas de empréstimos de forma a torná-las mais atrativas aos participantes, bem como não alocou maior volume de recursos buscando cumprir o estatuto da entidade quanto a sua função de promover o bem-estar social dos seus destinatários.

f) Demonstrativo da posição das aplicações do Cibrius

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS X ENQUADRAMENTO

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD

	ESPÉCIE TIPO	DEZEMBRO/2011				
		QUANTIDADE	VALOR (R$)	% ENQUADRAMENTO ATUAL	P.I.	Res. 3.792
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT			**558.712.727,19**	**100**		
SEGMENTO RENDA FIXA			**482.161.670,19**	**86,30**	**70 a 100**	**0 a 100**
NOTAS DO TESOURO NACIONAL			**300.179.988,68**	**53,73**		
STN - NTN-B 760199 - 26/07/2007 a 15/08/2012	NTN-B	30.680	65.685.911,38	11,76		
STN - NTN-B 760199 - 30/01/2008 a 15/05/2013	NTN-B	5.550	11.539.097,77	2,07		
STN - NTN-B 760199 - 09/04/2008 a 15/05/2013	NTN-B	6.200	12.834.079,01	2,30		
STN - NTN-B 760199 - 27/08/2008 a 15/05/2013	NTN-B	3.000	6.179.167,97	1,11		
STN - NTN-B 760199 - 14/01/2009 a 15/08/2014	NTN-B	2.350	4.868.504,20	0,87		
STN - NTN-B 760199 - 18/03/2009 a 15/08/2014	NTN-B	2.550	5.601.997,83	1,00		
STN - NTN-B 760199 - 27/05/2009 a 15/08/2020	NTN-B	19.500	43.235.218,18	7,74		
STN - NTN-B 760199 - 10/02/2011 a 15/08/2014	NTN-B	6.410	13.628.286,89	2,44		
STN - NTN-B 760199 - 16/03/2011 a 15/08/2014	NTN-B	11.050	23.423.912,65	4,19		
STN - NTN-B 760199 - 25/05/2011 a 15/08/2014	NTN-B	29.350	62.011.741,45	11,10		
STN - NTN-B 760199 - 25/05/2011 a 15/08/2016	NTN-B	19.550	41.111.421,99	7,36		
STN - NTN-B 760199 - 29/06/2011 a 15/08/2016	NTN-B	4.800	10.060.649,36	1,80		
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS			**181.981.681,51**	**32,57**		
QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINA			**36.575.331,17**	**6,55**		
Banco do Brasil S/A - Institucional Federal	FI	7.048.738,693750	14.475.194,61	2,59		
Banco Itaú S/A - Institucional Active Fix IB	FI	24.875,813160	10.244.285,31	1,83		
BCSUL - VERAX 5SE	FIDC	928,788440	11.700.315,87	2,09		
COMANCHE CLEAN	FIDC	49,673920	155.535,38	0,03		
DEPÓSITO A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL			**144.726.090,43**	**25,90**		
Banco Schahin S/A - 07/05/2009 a 02/04/2014	DPGE	4.000	5.476.427,17	0,98		
Banco Sofisa S/A - 19/05/2009 a 18/05/2012	DPGE	6.000	7.987.923,89	1,43		
Banco Schahin S/A - 19/05/2009 a 18/05/2012	DPGE	6.000	8.010.401,42	1,43		
Banco Bonsucesso S/A - 21/05/2009 a 18/05/2012	DPGE	6.000	8.001.428,47	1,43		
Banco Cruzeiro do Sul S/A - 10/06/2009 a 10/06/2012	DPGE	4.000	5.517.192,29	0,99		
Banco Cruzeiro do Sul S/A - 17/07/2009 a 17/07/2012	DPGE	5.000	6.766.251,78	1,21		
Banco BMG S/A - 11/09/2009 a 11/09/2014	DPGE	8.000	10.739.046,46	1,92		
Banco Cruzeiro do Sul S/A - 11/09/2009 a 11/09/2013	DPGE	4.000	5.352.329,92	0,96		
Banco Sofisa S/A - 23/09/2009 a 23/09/2014	DPGE	8.000	10.658.596,18	1,91		
Banco BMG S/A - 23/09/2009 a 23/09/2014	DPGE	6.000	8.019.270,15	1,44		
OMNIS/A Crédito Financ. e Invest. - 19/10/2009 a 19/10/2014	DPGE	10.000	13.321.309,37	2,38		
Banco Máxima S/A - 19/11/2009 a 19/11/2014	DPGE	9.000	11.880.456,72	2,13		
Banco Schahin S/A - 21/01/2010 a 21/01/2015	DPGE	4.000	5.126.133,54	0,92		
Banco Máxima S/A - 22/01/2010 a 22/01/2015	DPGE	4.000	5.142.425,71	0,92		
PORTOCRED Financeira - 12/05/2010 a 12/05/2015	DPGE	8.000	9.848.299,20	1,76		
BARIGUI FINANCEIRA S/A - 18/11/2010 a 18/11/2015	DPGE	6.000	6.995.967,52	1,25		
BANCO BRJ S/A - 28/12/2010 a 28/12/2015	DPGE	5.000	5.727.138,33	1,03		
DACASA FINANCEIRA - 17/11/2011 a 17/11/2016	DPGE	10.000	10.155.492,31	1,82		
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS			**680.259,91**	**0,12**		
Debêntures HOPI HARI	DEB	1.200	680.259,91	0,12		
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL			**29.666.952,67**	**5,31**	**5 a 13,3**	**0 a 70**
AÇÕES			**26.951.190,19**	**4,82**		
COMPANHIAS ABERTAS			**26.951.190,19**	**4,82**		
Aes Tiete - GETI4	PN	20.000	537.600,00	0,10		
Ambev - AMBV4	PN	30.000	2.019.000,00	0,36		
América Latina Logística - ALLL3	ON	30.000	279.000,00	0,05		
BMFBovespa - BVMF3	ON	30.000	294.000,00	0,05		
Bradesco - BBDC4	PN	96.800	2.976.600,00	0,53		
Brasil Foods - BRFS3	ON	26.000	946.920,00	0,17		
Cia Energética de Minas Gerais - CMIG3	ON	92.289	2.519.489,70	0,45		
CESP - Cia Energética de São Paulo - CESP6	PNB	20.000	661.000,00	0,12		
Cia Paranaense de Energia - CPLE6	PNB	10.600	412.340,00	0,07		
Cia Siderurgica Nacional - CSNA3	ON	46.000	689.080,00	0,12		
Contax - CTAX3	ON	2.400	51.600,00	0,01		
Contax - CTAX4	PN	5.400	112.860,00	0,02		
Eletrobrás - ELET6	PNB	50.000	1.342.500,00	0,24		
Embratel Participações - EBTP3	ON	29.123	262,11	0,00		
Embratel Participações - EBTP4	PN	58.246	530,04	0,00		
Energisa - ENGI11	UNT	157.214	1.833.115,24	0,33		
Fibria - FIBR3	ON	2.730	37.865,10	0,01		
Gerdau - GGBR4	PN	28.000	406.000,00	0,07		
Itausa - ITSA4	PN	69.300	781.704,00	0,14		
ItauUnibanco - ITUB4	PN	49.700	1.689.303,00	0,30		
Lojas Americanas - LAME4	PN	20.384	291.491,20	0,05		
Minasfer S/A - MNCO5	PNA	500.000	65.905,00	0,01		
MRV Engenharia e participações - MRVE3	ON	8.000	85.600,00	0,02		
Petrobrás - PETR4	PN	200.000	4.298.000,00	0,77		
Sabesp - SBSP3	ON	15.000	780.450,00	0,14		
Telefônica Brasil - VIVT4	PN	7.092	368.074,80	0,07		
Usiminas - USIM5	PNA	44.000	446.600,00	0,08		
Vale - VALE5	PNA	75.000	2.836.500,00	0,51		
Weg - WEGE3	ON	10.000	187.800,00	0,03		
QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES			**2.715.762,48**	**0,49**		
Bradesco IBX-ATIVO	FIA	265.155,667430	2.684.644,65	0,48		
Fator Institucional	FIA	2,096290	31.117,83	0,01		
SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			**6.016.694,50**	**1,08**	**0 a 3**	**0 a 20**
Fundo Hermes	FII	3.028	2.575.088,88	0,46		
Memorial Office	FII	35.649	3.441.605,62	0,62		
SEGMENTO DE IMÓVEIS			**26.191.737,32**	**4,69**	**0 a 4**	**0 a 8**
EDIFICAÇÃO PARA USO PRÓPRIO	**IMOV**		**2.495.254,46**	**0,45**		
SHCGN CR Q.706/7 BL. D Nº42 SALAS 101 A 302 - DF	IMOV	1	2.495.254,46	0,45		
EDIFICAÇÕES PARA ALUGUEL E RENDA			**16.187.857,86**	**2,90**		
SHN Q.02 Lojas 142 e 150 Garvey Park - DF	IMOV	1	180.636,46	0,03		
CENT.COM. Lt 24/25 Quadra 4c SIA - DF	IMOV	1	1.913.489,60	0,34		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 - DF	IMOV	1	332.918,31	0,06		
SHCGN CR Q.706/7 BL. D Nº42 TÉRREO E SUBSOLO - DF	IMOV	1	4.939.651,07	0,88		
Centro Século XXI - Curitiba - PR	IMOV	1	8.821.162,42	1,58		
SHOPPING CENTER			**7.508.625,00**	**1,34**		
Conjunto Nacional de Brasília - DF	IMOV	1	7.508.625,00	1,34		
SEGMENTO OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			**13.969.132,07**	**2,50**	**0 a 10**	**0 a 15**
EMPRÉSTIMOS			**13.969.132,07**	**2,50**		
Emergência	EMP		26.509,04	0,00		
Simples	EMP		13.942.623,03	2,50		
DISPONIVEL			**706.540,44**	**0,13**	**0**	**0**
BD			706.540,44	0,13		

Fonte: Cibrius

Posição do Agente Custodiante – ITAÚ CUSTÓDIA E CLEARING SERVICES - em 31/12/2011

Fonte: Cibrius

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar-EFPC e revoga a 3456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.^{os} 108 e 109/2001.

A Política de Investimentos de 2011 - 2015, aprovada em 16/12/2010 e alterada em 17/02/2011 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os mandamentos da Resolução CMN nº 3792/2009.

A sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros da Resolução do CMN, apontando variações em relação ao parâmetros fixados pelo Conselho Deliberativo da entidade quanto ao segmento IMÓVEIS 4,69% em relação aos 0 a 4% fixados.

Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/Nº 012, de 03/02/2012, a PREVIC, antiga SPC/MPS somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2011, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2012, conforme calendário de obrigações. Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o Cibrius tenha solicitado formalmente. Por outro lado, a PREVIC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 20 PARTE C do Anexo II - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU nº. 108/2010, como segue:

a) Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001;

b) Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.

c) Informações quanto as providências adotadas para o encerramento da SPC, em especial os termos de transferência de patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, conforme Acórdão TCU 1.912/2010 – Plenário.

Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

"Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais por plano de benefício, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do CIBRIUS - Instituto Conab de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de

Previdência Complementar - PREVIC.

Ênfases

Incerteza em relação à mensuração das provisões contingenciais

Chamamos a atenção para a nota explicativa n° 11, considerando que em 31 de dezembro de 2011, o Instituto possui registrado no exigível contingencial o montante de R$249.420 mil, dos quais R$234.613 mil referem-se ao contingenciamento dos riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do plano de benefícios de TR para INPC. Em virtude das incertezas relacionadas a esse terra, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer sobre as demonstrações financeiras referidas acima. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incerteza em relação à continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa n°. 12, o Instituto possui registrado em 31 de dezembro de 2011 como provisão matemática a constituir o montante de R$715.158 mil, que representa o desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo deficit atuarial, tendo em vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela TR + 6% ao ano, existe a necessidade de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE). Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto a Patrocinadora Conab, entretanto, no exercício de 2011, a ação de cobrança movida contra a Conab referente à cobertura do custo do serviço passado foi julgada improcedente em 2° estancia, que levou o CIBRIUS a recorrer da decisão e aguardar decisão de última instancia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) substituiu pela Resolução CNPC n° 8 em 31 de outubro de 2011, a demonstração das mutações do ativo líquido consolidada pela demonstração das mutações do patrimônio social, que alterou a forma de apresentação dos saldos de fundos administrativos e fundos de investimentos.

Como parte dos nossos exames das demonstrações financeiras de 2011, examinamos também as variações sobre os saldos de fundos administrativos e fundos de investimentos na demonstração das mutações do patrimônio social relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme descrito na Nota Explicativa n° 2.2. Em nossa opinião tais variações estão apropriadas e foram corretamente efetuadas.

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório, sem modificação, datado em 17 de marco de 2011, com as mesmas ênfases mencionadas nesse relatório.

Brasília-DF, 09 de marco de 2012

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/0-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira

Contador CRC RJ-077911/0-2 S-DF"

Cabe informar adicionalmente, que a Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no transcorrer do exercício de 2011, as seguintes Auditorias Especiais de Gestão no Instituto Conab de Seguridade Social-CIBRIUS, inclusive de exercícios anteriores em cumprimento de Determinação do TCU, Acordão 1ª Câmara nº 2.887/2008:

- **Auditorias Especial de Gestão- Audin Nº 03/2011- relativa ao Exercício de 2000;**
- **Auditorias Especial de Gestão- Audin Nº 02/2011- relativa ao Exercício de 2001;**
- **Auditorias Especial de Gestão- Audin Nº 01/2011- relativa ao Exercício de 2009;**
- **Auditorias Especial de Gestão- Audin Nº 04/2011- relativa ao Exercício de 2010;**
- **Auditorias Especial Extraordinária - Audin Nº 01/2011- sobre investimentos em CCI-Carta de Crédito Imobiliário-M Brasil (Barenboim S/A);**

g – Análise das Conclusões do parecer atuarial anual do CIBRIUS

"PARECER ATUARIAL ANUAL 2011

A avaliação atuarial anual do Plano Conab do CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social foi realizada para dimensionar o valor das provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial anual de 2011, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

a. Parecer para o grupo de custeio:

1.	**Quanto aos custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior:**

Comparativamente ao ano anterior, o custo normal do plano reduziu de 18,54% para 17,47% do total da folha de Salários de Participação dos Participantes, calculado sobre a folha salarial futura. O custo a amortizar de serviço passado, passou de 210,43% para 255,54%, calculado sobre a mesma base, totalizando em 2011 um custo de 273,01%.

O aumento do custo foi motivado pela não contratação das insuficiências financeiras.

2.	**Quanto a variação das provisões matemáticas no exercício encerrado, em relação aos valores da avaliação anterior, atualizados:**

Conforme disposto na IN PREVIC nº 9 de 14/12/2010, as provisões matemáticas foram

atualizadas de 2010 para 2011 com a **TR acrescido da taxa de juros do plano**, **de 6% ao ano**, e correspondem a R$ 997.974.619,85, enquanto que em 2011 o valor da reserva matemática calculada corresponde a R$ 1.010.690.916,53, cuja variação foi de R$ 12.716.296,68.

Para variação das provisões matemáticas de 2011 em relação a 2010, destacamos que apesar do índice do plano ser a TR, **o índice que prevalece nas negociações de reajuste dos salários dos participantes ativos, tem sido o IPCA e INPC**, gerando **descompasso do crescimento das provisões de benefícios a conceder e benefícios concedidos ou em relação à meta atuarial**.

E, ainda cabe destaque para as **sentenças judiciais favoráveis** a 49 assistidos que determinaram a **mudança do índice de reajuste de benefícios da TR para o INPC ou IPC**, e contribuíram para aumento dos encargos dos benefícios concedidos, em R$ 7.682.956,19.

Além disso, consideramos que a variação está dentro da normalidade.

3.	**Os principais riscos atuariais a que considera que o grupo de custeio está exposto, apresentando possíveis medidas para sua mitigação:**

1- Risco de sobrevivência e retorno de investimentos (taxa de juros);

2- Riscos de crescimento real de salário;

3- Oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição;

4- Risco de redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e consequente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos;

5- Considerando os atuais 719 iminentes como se estivessem aposentado, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 288% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio;

6- Além dos riscos devido a fatos estruturais do plano, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar;

7- Risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas de Benefícios concedidos e para os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 10,35% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.

Consideramos que as hipóteses atuariais aplicadas estão aderente à massa de participantes conforme verificado em estudos de aderências de hipóteses, portanto em principio não representam risco para o plano.

Quanto a reserva a amortizar **há necessidade de equacionamento** através da contratação dos valores de insuficiências que por consequência impede o ingresso de novos participantes, envelhecimento da massa e redução do grupo de participantes.

4.	**Soluções para restabelecer a suficiência de cobertura dos grupos de custeio nos quais for constatada sua insuficiência:**

Recomendamos que o resultado da atual situação de insuficiências a contratar seja equacionado, pois caso não equacionado, o plano enfrenta risco de redução do grupo e ainda haverá necessidade de garantias extras pela não renovação da massa de participantes.

b. Parecer para o plano de benefícios:

1.	**Quanto a qualidade da base cadastral utilizada:**

Os dados cadastrais dos Participantes fornecidos pela Entidade foram comparados aos parâmetros mínimos e máximos aceitáveis nesta data, sendo após sua consistência, considerados suficientes e completos.

Eventuais incorreções do banco de dados quando da comparação dos dados a estes parâmetros, em virtude da margem de variação admitida, podem não ter sido identificados, no entanto, permanece sob a responsabilidade da Entidade a manutenção do cadastro fidedigno dos participantes e assistidos.

2.	**Quanto a variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando causas mais prováveis:**

Fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre 2010 e 2011, que influenciaram nos resultados.

a) Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos e insuficiências:

De maneira geral, a variação ocorrida no custo normal do plano está dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo;

A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação de 2010, no valor de R$ 608.551.465,15, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalente a 210,43% do total da folha de salários de participação naquela data, **não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio do ano anterior**, em função da não efetivação da **contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora Conab**, referente ao custo do serviço passado a contratar;

O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), equivale a R$ 32.695.379,26, **não atingiu o grau exigido de rentabilidade devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo**, por estar abaixo da inflação efetiva. E, consequentemente a amortização mensal **não está no compasso das necessidades do plano**;

Sentenças judiciais favoráveis a assistidos que determinaram a mudança do índice de reajuste de benefícios da TR para o INPC ou IPC, contribuíram para aumento dos encargos dos benefícios concedidos;

A redução da Folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, devido a massa de participantes ativos não estar se renovando.

b) Motivos de redução do custo normal e custo nominal do compromisso passado:

De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já Concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR – taxa referencial);

O estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 2,57% ao ano, enquanto que no ano anterior era de 3,09%;

Não há incremento de crescimento real de salários para os participantes iminentes, além do aumento de participantes com salário acima do limite de três tetos do INSS;

A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no exercício de 2011, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de

retorno, resultou em percentual de 10,14%, descontando-se a inflação TR (Taxa referencial) acumulada no período, de 1,21%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resulta em uma rentabilidade real de 2,66%;

3.	**Quanto a natureza conjuntural ou estrutural do resultado superavitário ou deficitário acumulado:**

Apesar da crise econômica global que no ano de 2011 atingiu os grandes investidores de longo prazo, o resultado da aplicação dos investimentos do plano foi positivo e superou a meta atuarial, considerando a variação da inflação pela TR.

4.	**Quanto a soluções para o equacionamento de déficit técnico:**

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional nº 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a realidade da inflação.

Julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

Recomendamos **agilizar as negociações para contratação da dívida**, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de dez anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, em tal ponto que, **poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples**. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para Patrocinadora, poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, a **gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais anteriores**, bem como é de conhecimento dos órgãos de fiscalização e controle da Entidade e da Patrocinadora.

5.	**Quanto a adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso de regime financeiro de capitalização:**

O método de Crédito Unitário projetado (PUC) aplicado no plano tem perspectiva de evolução crescente das taxas de custeio normal do plano.

O **nivelamento do custo ao longo do tempo depende do constante ingresso de participantes** no plano.

A partir do equacionamento das insuficiências de Serviço Passado, caso não se tenha perspectiva de novos ingressos, sugerimos rever o atual Método de Financiamento utilizado.

6.	**Outros fatos relevantes:**

Foram mantidas as hipóteses de taxa de juros de 6% ao ano e tábuas biométricas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua "AT-2000 – media (male, female)" para mortalidade e sobrevivência de válidos, "Light Média" para Entrada em Invalidez e "Winklevoss" sobrevivência dos inválidos, de crescimento real de salários de 2,57% ao ano, de acordo com resultados de estudos aprovados pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

O Plano de Benefícios Conab do CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal. Contudo, **a cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência**.

Portanto, é necessário destacar os fatos históricos e motivos que levaram a intervenção do plano no período entre 2000 a 2007, conforme já mencionado nas avaliações anteriores.

A contratação das **insuficiências e a mudança de índice já foi reconhecida pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI Nº 006/03, de 24/06/2003**, referendada pela Diretoria Colegiada da Conab (61ª reunião) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003.

Tais **aprovações foram referendadas pelo MAPA** – Ministério da Agricultura, através dos Ofícios nº 693/MAPA/SE de 26/09/2003 e nº 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da Conab, consubstanciada no Ofício Conab/PRESI/Nº 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Através do **Ofício nº 1.911 DEFIS/CGRE de 28/09/2004 a Secretaria de Previdência Complementar** reitera o entendimento, em se atribuir ao serviço passado o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade, que **solicitou providências no âmbito do DEST, para imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a Conab**.

A Patrocinadora Conab encaminhou ao Ministério da Agricultura OFÍCIO PRESI Nº 412 de 30 de junho de 2006, acerca da contratação das insuficiências, bem como a alteração do indexador do plano, da TR para o INPC-IBGE, e foi atendido pelo Ofício nº 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, Conab/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

A Secretaria de Previdência Complementar enviou o Ofício Nº 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao Ministério da Agricultura, no qual, o Secretário **determina levantamento da intervenção na entidade, e sob a responsabilidade da patrocinadora contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador**.

O encerramento da intervenção ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE Nº2791 de 31/07/2006.

Em 2011 a ação de cobrança das insuficiências atuariais, objeto do processo judicial movido pelo CIBRIUS contra a Conab foi julgada improcedente em 2ª instância, cujo julgamento ocorreu em 07 de junho de 2011, que levou o CIBRIUS a recorrer desta decisão e assim impetrou os instrumentos jurídicos cabíveis e aguarda decisão de última instância.

Em 2011, avançam as negociações entre o DEST – Departamento de Controle e Governança da

Empresas Estatais, a STN – Secretaria do Tesouro Nacional, a Conab e o CIBRIUS e acompanhamento pela própria PREVIC. **Várias reuniões entre estes entes ocorreram no segundo semestre de 2011, que de acordo com perspectivas da Entidade estão próximas de uma solução definitiva da contratação das insuficiências**.

Quanto ao disposto no §3º do artigo 1º da Resolução CGPC n.º 04, de 30 de janeiro de 2002, relativamente à necessidade de liquidez, pertinente aos títulos mantidos até o vencimento, no valor atual de R$ 396.749.122,61, confirmamos pelo fluxo das obrigações que o perfil patrimonial de liquidez está adequado e atende a necessidade de pagamento das despesas previdenciárias previstas.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2012.

Rita Pasqual Anzolin

Atuária - Miba 822

ACTUARIAL – Assessoria e Consultoria Atuarial"

Análise das Conclusões do Parecer Atuarial

Depreende-se do parecer Atuarial supra:

•que em decorrência da **NÃO** contratação das insuficiências o custo total do plano **AUMENTOU,** no ano de 2011, de 228,97% para **273,01**% da "folha de salários de participação" dos Participantes;

•que a atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta **descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste (crescimento)** dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram no mínimo a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;

•Tal descompasso é potencializado pelas SENTENÇAS JUDICIAIS que determinam a mudança do índice de reajuste dos benefícios de TR para INPC ou IPC, concernentes aos assistidos que buscam o judiciário para recompor o poder aquisitivo do seus benefícios (perdas que alcançam até 70%);

•A jurisprudência da nossa Corte Especial já se firmou no sentido de que as parcelas da previdência privada devam ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda (Súmula STJ nº 289);

•que o grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (**risco de sobrevivência e retorno dos investimento, crescimento real de salário, redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes, grau de capitalização com cobertura dos benefícios a conceder de apenas 10,35%, etc…**) passíveis de mitigação por meio do equacionamento das reservas a amortizar mediante a contratação das insuficiências que impossibilitam o ingresso de novos participantes, somando-se ao envelhecimento da massa e consequente redução do grupo de participantes, exigirá maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos, além de garantias extras;

•que a contratação das insuficiências e a mudança de índice, reiteradamente consignadas nas avaliações atuariais desde 2000, já foram reconhecidas pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI Nº 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da Conab e pelo Conselho de Administração da mesma e pelo MAPA – Ministério da Agricultura, através dos Ofícios nº 693/MAPA/SE de 26/09/2003 e nº 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao MPOG e MPAS, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da Conab, consubstanciada no Ofício Conab/B/PRESI/Nº 498 de 06/08/2003. A Secretaria de Previdência Complementar reiterou o entendimento, em se atribuir ao serviço passado o déficit

remanescente no plano de benefícios da Entidade, que solicitou providências no âmbito do DEST, para imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a Conab.

•O Ofício nº 409 de 30/06/2006 da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA/SE) determinou: "– contratação das insuficiências atuariais de serviço passado; e – alteração do indexador do plano de benefícios, da TR para o INPC/IBGE." Assim, com esta "Determinação" a Secretaria de Previdência Complementar toma providências para levantamento da intervenção.

A Secretaria de Previdência Complementar enviou o Ofício N.º 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao Ministério da Agricultura, no qual, o Secretário determina levantamento da intervenção na entidade, **e sob a responsabilidade da patrocinadora contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador.**

O encerramento da intervenção ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE Nº2791 de 31/07/2006.

Portanto, decorridos 11 anos e 4 meses, sendo 7 anos sob intervenção da SPC/MPAS e 4 anos e 4 meses de gestão pelos órgãos estatutários, **percebe-se claramente** que a Patrocinadora Conab, como de certa forma a Entidade de Previdência complementar (CIBRIUS) e também a própria SPC, buscaram de todas as formas equalizar as insuficiências do plano de benefícios que tiveram origens na manipulação de hipóteses atuariais que geraram equilíbrio artificial do plano, mascarando, até então, a situação financeira-econômica e atuarial da entidade.

A postura do DEST, de oferecer obstáculos e sempre novas exigências, condicionantes e limitações de valores sem requisitos técnicos, **são injustificáveis**, pois trata-se de reservas destinadas ao pagamento de benefícios/alimentos, não havendo o que se regatear sem que resulte em prejuízo ao participante. De certo, tais imposições levaram a entidade à situação de insolvência atual, com cobertura de apenas 10,35% dos benefícios a conceder.

Assim, neste momento em que a PREVIC vem compelindo a Conab no sentido de que seja equacionado de imediato o déficit técnico do CIBRIUS, sob pena de nova intervenção ou liquidação, há que se ponderar que a **contratação imediata das insuficiências é perfeitamente factível**, superando-se a intransponibilidade do DEST mantida ao longo desses mais de 11 anos.

É oportuno que os órgãos de Auditoria Interna e Externa, voltem seus olhos à atuação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-DEST, examinem a questão fática e determinem/recomendem as medidas saneadoras cabíveis, inclusive punitivas, em razão das improbidades administrativas decorrentes dos atos omissivos e comissivos praticados.

12 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

12.1 – Planejamento e Execução Orçamentária

Quadro LXXX - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO	UGO com Despesas Liquidadas em 2011
Companhia Nacional de Abastecimento	22211	135100	135100
Unidade Estoque Estratégico/DF			135167
Núcleo Estoque Regulador-PGPM			135168
Núcleo do Estoque Estratégico - sede			135347
Núcleo Estoque Regulador - sede			135348
MO/Distrito Federal			135428
Unidade Mercado de Opções - sede			135595

Fonte: Supor/Geare

12.1.1 – Programação Orçamentária

Quadro LXXXI – Programação das Despesas Correntes

Em R$

Origem dos Créditos Orçamentários			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes	
Exercícios			2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		385.387.649,00	349.756.091,00	-	-	208.843.584,00	144.687.000,00
	PLOA		319.264.669,00	333.815.533,00	-	-	135.217.179,00	148.653.747,00
	LOA		319.264.669,00	333.815.533,00	-	-	135.217.179,00	143.653.747,00
Créditos	Suplementares		85.297.407,00	100.961.376,00	-	-	35.382.006,00	9.296.246,00
	Especiais	Abertos		-	-	-		-
		Reabertos	-	-	-	-		-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-		-
		Reabertos	-	-	-	-		-
	Créditos Cancelados		-		-	-	5.630.839,00	1.600.000,00
Outras Operações			-	-	-	-		-
Total			-		-	-	-	

Fonte: Supor/Gepor

Quadro LXXXII – Programação das Despesas de Capital

Em R$

Origem dos Créditos Orçamentários			4 - Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Outras Despesas de Capital	
Exercícios			2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		68.783.562,00	144.687.000,00	2.300.000.000,00	2.300.000.000,00	-	-
	PLOA		53.222.832,00	55.465.000,00	2.300.000.000,00	2.300.000.000,00	-	-
	LOA		53.228.832,00	55.465.000,00	2.300.000.000,00	2.300.000.000,00	-	-
Créditos	Suplementares		5.630.839,00	-		-	-	-
	Especiais	Abertos		-		130.250.000,00	-	-
		Reabertos		-		-	-	-
	Extraordinários	Abertos		-		-	-	-
		Reabertos		-		-	-	-
	Créditos Cancelados		11.630.839,00	3.000.000,00		130.250.000,00	-	-
Outras Operações				-		-	-	-
Total			-				-	-

Fonte: Supor/Gepor

Quadro LXXXIII – Resumo da Programação das Despesas

Em R$

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
Exercícios			2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		597.231.233,00	494.443.091,00	2.368.783.562,00	2.444.687.000,00	-	-
	PLOA		454.481.848,00	482.469.280,00	2.353.222.832,00	2.355.465.000,00	-	-
	LOA		454.481.848,00	477.469.280,00	2.353.222.832,00	2.355.465.000,00	-	5.000.000,00
Créditos	Suplementares		120.679.413,00	110.257.622,00	5.630.839,00	-	-	-
	Especiais	Abertos		-		130.250.000,00	-	-
		Reabertos		-		-	-	-
	Extraordinários	Abertos		-		-	-	-
		Reabertos		-		-	-	-
	Créditos Cancelados		5.630.839,00	1.600.000,00	11.630.939,00	133.250.000,00	-	-
Outras Operações				-		-	-	-
Total			-	-		-	-	-

Fonte: Supor/Gepor

12.1.3 – Movimentação Orçamentária

Os créditos orçamentários são originalmente recebidos pela Matriz – UG 135100 – e descentralizados para execução nas diversas UJ da Conab, conforme demonstrado no quadro constante no Anexo 08.

12.1.4 – Despesas por Modalidade de Contratação

a) Créditos Originários da UJ

Em R$

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	0,00	630,00	0,00	630,00
Tomada de Preços	23.270,00	0,00	23.270,00	0,00
Concorrência	10.388.607,00	326.075,84	10.388.607,00	326.075,84
Pregão	29.011.759,56	26.769.766,64	20.652.131,96	26.769.766,64
Concurso	0,00	145.600,00	0,00	145.600,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	117.701.459,64	103.207.318,83	108.652.443,02	103.207.318,83
Inexigibilidade	16.098.857,96	13.605.145,72	9.777.515,21	13.605.145,72
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	18.413,23	18.493,60	18.413,23	18.493,60
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	284.382.253,44	355.172.040,49	284.382.253,44	335.172.040,49
Diárias	2.030.707,59	1.318.863,19	2.030.707,59	1.318.863,19
Não se Aplica	0,00	1.164.738,13	0,00	1.164.738,13

Fonte: Siafi

Quanto à modalidade de licitação, destacaram-se em 2011 as despesas empenhadas e liquidadas nas seguintes modalidades:

➢.Dispensa – no valor total R$103.207.318,83, sobressaindo-se os custos com a manutenção dos estoques públicos, no âmbito da Ação Formação dos Estoques Públicos, cujas despesas totalizaram R$100.550.339,55, incluindo o pagamento pelos serviços de armazenagem em depósitos de terceiros no valor de R$100.445.347,61, representando cerca de 99,9% das despesas realizadas nessa Ação e 97,43% do valor liquidado nesta

modalidade.

➢Pregão – no valor total de R$26.769.766,64, com destaque para as despesas de seguro sobre os estoques públicos que representou cerca de 41,03% das despesas totais nesta modalidade, seguidas pelas despesas com serviços de telecomunicações e com o Programa de Alimentação do Trabalhador, com participação de 12,69% e 13,62%, respectivamente.

➢Inexigibilidades no valor total de R$13.605.145,72, com destaque para os pagamentos referentes a assistência médica e odontológicas aos empregados e dependentes e aquelas referentes à realização dos exames médicos periódicos obrigatórios. Em 2011, estas despesas representaram 35,86% do total empenhado nesta modalidade.

b) Créditos Recebidos por Movimentação

Em R$

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	1.817.467,36	1.100.034,41	1.755.575,06	1.100.034,41
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	93.595,56	44.474,30	62.013,06	44.474,30
Inexigibilidade	811.354,14	1.003.752,03	797.526,16	1.003.752,03
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	309.406,50	194.451,00	309.406,50	194.451,00
Não se Aplica	0,00	18.420,33	0,00	18.420,33

Fonte: Siafi

Nos créditos orçamentários recebidos por movimentação destacam-se os repasses realizado pelo MDS e pelo MDA para operacionalização dos Programa de Aquisição de Alimentos e para a distribuição de cestas de alimentos a famílias e/ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Na execução orçamentária destacam-se as despesas realizadas na modalidade Pregão, no valor total de R$1.100.034,41, agregando entre outras os custos com a aquisição de gêneros alimentícios e com a operacionalização da distribuição e cestas de alimentos, cujo valor global no fim do exercício foi de R$733.404,70 (55,67% do total empenhado e liquidado).

12.1.5 – Execução das Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro LXXXIV - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ

Em R$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	**314.877.343,19**	**335.172.040,49**	**312.930.695,16**	**335.172.040,52**	**1.946.648,03**	**0,00**	**303.567.720,04**	**324.858.512,25**
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	26.722.028,00	27.042.603,85	24.775.379,97	27.042.603,85	1.946.648,03	0,00	22.700.177,43	24.845.702,18
Outros Benefícios Assistenciais	556.242,20	743.710,55	556.242,20	743.710,55	0,00	0,00	556.242,20	743.710,55
Vencimentos e Vantagens Fixas	246.529.149,19	263.859.515,90	246.529.149,19	263.859.515,90	0,00	0,00	242.156.311,17	258.973.497,22
Obrigações Patronais	32.381.102,61	35.561.288,71	32.381.102,61	35.561.288,71	0,00	0,00	29.467.468,05	32.330.680,82
Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	3.963.884,44	4.033.602,91	3.963.884,44	4.033.602,91	0,00	0,00	3.963.884,44	4.033.602,91
Depósitos Compulsórios	802.343,49	1.876.232,13	802.343,49	1.876.232,16	0,00	0,00	801.043,49	1.876.232,13
Sentenças Judiciais	3.013.791,47	633.441,84	3.013.791,47	633.441,84	0,00	0,00	3.013.791,47	633.441,84
Despesas de Exercícios Anteriores	13.261,81	93.526,83	13.261,81	93.526,83	0,00	0,00	13.261,81	93.526,83
Indenizações e Restituições Trabalhistas	662.473,78	1.249.393,46	662.473,78	1.249.393,46	0,00	0,00	662.473,78	1.249.393,46
Ressarcimento de Desp. De Pessoal Requisitado	233.066,20	78.724,31	233.066,20	78.724,31	0,00	0,00	233.066,20	78.724,31
2 – Juros e Encargos da Dívida	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3 – Outras Despesas Correntes	**43.521.961,53**	**40.974.275,74**	**39.479.660,43**	**37.806.011,22**	**4.042.301,10**	**3.168.264,52**	**38.625.688,14**	**37.409.655,25**
Pensões	26.131,56	26.776,56	26.131,56	26.776,56	0,00	0,00	26.131,56	26.776,56
Outros Benefícios Assistenciais	3.500.111,36	3.325.277,67	3.500.111,36	3.325.277,67	0,00	0,00	3.500.111,36	3.325.277,67
Diárias	1.955.424,96	1.318.863,19	1.955.424,96	1.318.863,19	0,00	0,00	1.955.424,96	1.318.750,69
Material de Consumo	2.466.150,82	656.046,63	575.793,35	582.675,12	1.890.357,47	73.371,51	573.482,44	581.796,23
Passagens e Despesas com Locomoção	738.234,20	402.148,31	738.234,20	402.148,31	0,00	0,00	736.495,08	401.605,74
Serviços de Consultoria	15.900,00	0,00	15.900,00	0,00	0,00	0,00	15.900,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	32.800,60	298,56	32.800,60	298,56	0,00	0,00	32.800,60	298,56
Locação de Mão-de-Obra	732.656,88	760.613,88	732.656,88	760.613,88	0,00	0,00	732.656,88	760.613,88
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	25.652.250,79	25.219.686,47	23.500.307,16	22.124.793,46	2.151.943,63	3.094.893,01	22.650.384,90	21.729.971,45
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	409.038,32	703.001,82	409.038,32	703.001,82	0,00	0,00	409.038,32	703.001,82
Auxílio-Transporte	5.928.195,25	6.336.010,09	5.928.195,25	6.336.010,09	0,00	0,00	5.928.195,25	6.336.010,09
Sentenças Judiciais	265.550,18	213.102,08	265.550,18	213.102,08	0,00	0,00	265.550,18	213.102,08
Indenizações e Restituições	1.799.516,61	2.012.450,48	1.799.516,61	2.012.450,48	0,00	0,00	1.799.516,61	2.012.450,48
4 – Investimentos	**20.813.872,59**	**2.703.038,61**	**11.045.489,03**	**140.497,87**	**9.768.383,56**	**2.562.540,74**	**11.045.489,03**	**140.497,87**
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica-Op. Intra-Orçamentárias	340.000,00	128.656,98	32.000,00	60.656,98	308.000,00	68.000,00	32.000,00	60.656,98
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	10.394.758,02	0,00	10.394.758,02	0,00	0,00	0,00	10.394.758,02	0,00
Equiipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	10.079.114,57	2.574.381,63	618.731,01	79.840,89	9.460.383,56	2.494.540,74	618.731,01	79.840,89
5 – Inversões Financeira	**123.675.170,06**	**114.425.366,59**	**123.675.170,06**	**114.425.366,59**	**0,00**	**0,00**	**114.609.840,04**	**105.925.366,59**
Aquisição de Produtos para Revenda	123.675.170,06	114.425.366,59	123.675.170,06	114.425.366,59	0,00	0,00	114.609.840,04	105.925.366,59
6 – Amortização da Dívida	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total	**502.888.347,37**	**493.274.721,43**	**487.131.014,68**	**487.543.916,20**	**15.757.332,69**	**5.730.805,26**	**467.848.737,25**	**468.334.031,96**

Fonte: Siafi

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Matriz, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada de forma centralizada. No valor total de R$335.172.040,49 estão incluídas despesas referentes a salários e benefícios .concedidos a todos os empregados da Conab, não englobando porém, as despesas com encargos sociais, pagamento de sentenças judiciais e indenizações e restituições que são liquidadas nas diversas regionais. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 6,45%, decorrente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio e outras variações.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica aos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos (escola, creche, transporte e portadores de necessidades especiais) aos empregados e outras. O valor total empenhado neste Grupo foi de R$40.974.275,74, com redução de 5,85% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência da menor aplicação de recursos na aquisição de passagens e nas despesas com diárias, e, também devido ao contingenciamento de 28% nas despesas correntes, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, parte dos serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de aproximadamente 87,01% nas despesas empenhadas.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros, realizadas no âmbito da PGPM. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram redução de 7,48%, caindo de R$123.675.170,06 para R$114.425.366,59. Em 2011 destacaram-se as despesas liquidadas com o pagamento de despesas com armazenagem dos estoques públicos, cuja participação no Grupo foi de 87,78%, e o pagamento de seguros em geral, com participação de 9,6% no total dos empenhos liquidados.

Quadro LXXXV - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Recebidos por Movimentação

Em R$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2 – Juros e Encargos da Dívida	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3 – Outras Despesas Correntes	**6.951.003,06**	**2.361.132,07**	**4.669.912,67**	**52.915.760,49**	**2.281.090,39**	**20.616,53**	**4.653.184,39**	**2.340.515,48**
Diárias	309.406,50	194.451,00	309.406,50	194.451,00	0,00	0,00	309.406,50	194.451,00
Material de Consumo	12.730,60	22.781,84	12.730,60	22.781,84	0,00	0,00	12.730,60	22.781,84
Material, Bem sou Serviço para Distribuição Gratuíta	1.070.774,92	510.861,05	1.070.774,92	51.086.106,00	0,00	0,00	1.070.774,92	510.861,05
Passagens e Despesas com Locomoção	379.434,92	115.585,96	379.434,92	115.585,96	0,00	0,00	379.351,80	115.585,90
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	5.176.782,09	1.510.109,46	2.895.691,70	1.489.492,93	2.281.090,39	20.616,53	2.879.046,54	1.489.492,93
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	1.874,03	7.342,76	1.874,03	7.342,76	0,00	0,00	1.874,03	7.342,76
4 – Investimentos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5 – Inversões Financeira	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6 – Amortização da Dívida	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Siafi

As despesas realizadas a partir dos recursos orçamentários recebidos de outros órgãos públicos referem-se à operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos, basicamente à supervisão das operações, da distribuição de cestas de alimentos às famílias e/ou grupos em situação de risco alimentar e nutricional, aos levantamentos de safra de cana de açúcar, laranja e café e ao pagamento de comissões de bolsa pela comercialização de estoques públicos de café.

12.1.6 – Análise da Execução Orçamentária

Quadro LXXXVI – Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R$)	Dotação Realizada (R$)
20	301	0352	2204	A	4	Pessoa beneficiada	3.419	3.326	3.346	6.248.292,00	6.247.054,41
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	991	838	1.055	453.040,00	452.931,02
20	365	0352	2010	A	4	Criança atendida	929	1.101	903	3.467.027,00	3.316.856,17
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	1.001	1.012	1.013	3.396.764,00	3.398.966,07
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	782	996	910	6.518.122,00	6.461.488,93
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	-	-	-	80.000,00	-
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	1.334	899	1.180	630.000,00	117.843,68
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-	38.048,00	26.776,56
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	2.531.376,00	2.034.434,85
20	605	0352	10HG	P	4	Estudo realizado	1	-	-	2.000.000,00	35.499,97
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	0	-	-	2.695.300,00	449.975,88
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	0	-	-	514.760.000,00	114.425.366,59
20	122	0352	2272	A	4	-	0	-	-	349.376.826,00	323.139.730,39
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponibilizada	8.000	7.845	11.000	225.000,00	220.669,43
20	605	0352	8566	A	4	Mercado integrado	16	8	-	149.000,00	50.301,58
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	-	-	-	23.821.000,00	1.550,00
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	-	-	-	150.000,00	95.254,03
20	692	0352	4710	A	4	Unidade organizada	-	-	-	90.000,00	30.382,94
20	122	0352	0110	OP	4	-	-	-	-	27.042.603,85	27.042.603,85
20	605	0351	20GI	A	4	Produto adquirido	228.300	0	535.000	130.250,00	-

Fonte: Difin/Supor/Geare

12.1.7 – Detalhamento das Ações

a) – (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

A Ação é caracterizada pela avalização médica de saúde ocupacional dos empregados da Companhia, de caráter obrigatório, com frequência de realização mínima de uma vez ao ano.

Quadro LXXXVII - Demonstrativo da Execução Física e Financeira – Exames Periódicos

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	453.040,00	
Suplementação/Cancelamento	2.488,00	-	51,81
Dotação Final	**757.228,00**	**453.040,00**	
Execução Orçamentária	753.997,08	452.931,02	60,07
Índice	**99,57**	**99,98**	**-**
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	991	23,63
Execução Física	2.488	838	33,68
Índice	**59,34**	**84,56**	**-**

Fonte: Geare e Gebem

A meta prevista na LOA/2011 de beneficiar 4.193 funcionários não cobre o total de empregados, que atualmente é de 4.474. Na Matriz, a meta ficou estabelecida em 991 beneficiados para 1.061 empregados existentes. Mesmo assim, o não atingimento da meta física é resultado, principalmente, do desinteresse de alguns empregados em realizarem os exames.

Já a execução orçamentária atingiu 99,98% da dotação. É necessário esclarecer que a SOF/MP não autorizou a suplementação orçamentária solicitada pela Conab para suprir os gastos

com a Ação, assim, parte das despesas foi liquidada na Ação 2004-Assistência Médica Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

Em relação ao exercício anterior verifica-se aumento de 87,10% na execução orçamentária e 90,89% no número de beneficiários, considerando acréscimo nas metas de 87,13% e 100,61%, respectivamente.

A seguir os indicadores de eficácia utilizados na análise da execução orçamentária e física desta Ação.

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010				88,87
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**84,56**
Análise: A execução física atingiu 84,56% da meta estabelecida em função da falta de interesse de alguns empregados e da não conclusão dos exames iniciados no mês de dezembro				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010				99,99
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**99,98**
Análise: A execução orçamentária atingiu o índice esperado para o exercício				

b) – (2004)Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.

Quadro LXXXVIII - Demonstrativo da Execução Física e Financeira – SAS

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	6.248.292,00	
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	25,73
Dotação Final	**24.605.292,00**	**6.248.292,00**	
Execução Orçamentária	24.534.231,29	6.247.054,41	25,46
Índice	**99,71**	**99,98**	**-**
Meta Física	14.849	3.419	23,03
Execução Física	14.880	3.326	22,35
Índice	**100,21**	**97,28**	**-**

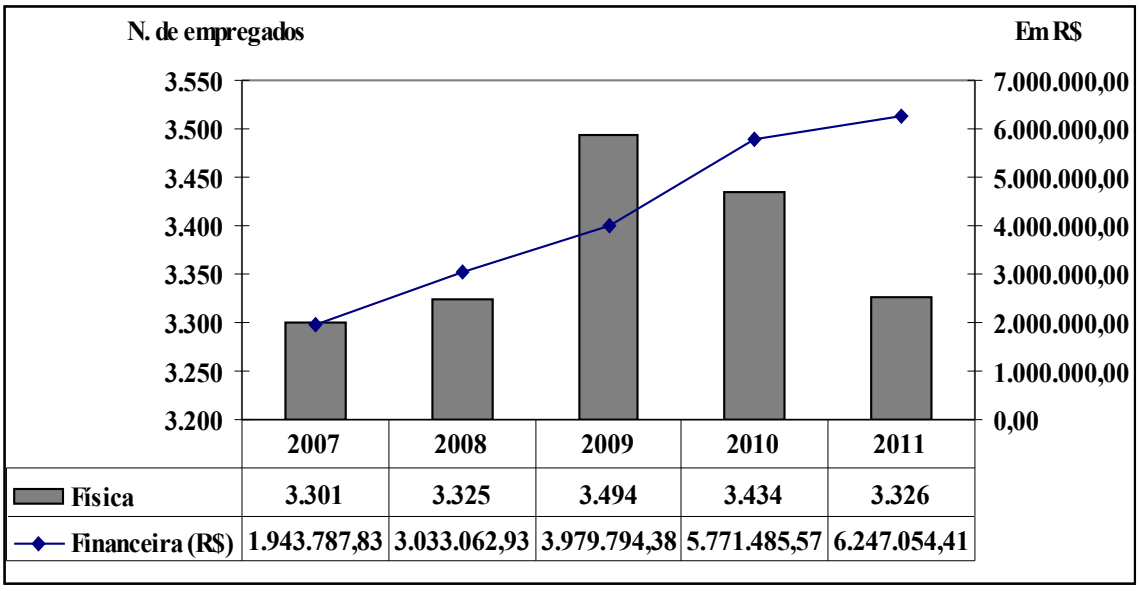
Fonte: Siafi, Supor e Dirad/Sureh/Gesas

Considerando a ampliação dos procedimentos e o reajuste nos preços praticados pelos prestadores de serviços foram solicitadas e recebidas suplementações orçamentárias no valor de R$5.086.246,00.

O Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor se dá de acordo com a faixa salarial e a utilização dos serviços disponibilizados.

Observa-se pela figura a seguir que a despesas com a assistência médica apresenta contínuo crescimento devido principalmente à elevação da faixa etária dos empregados e, também do aumento dos preços praticados por médicos e clínicas credenciadas.

Figura XLV – Evolução da Execução do SAS



Fonte: Siafi e Dirad/Sureh/Gebem

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				64,57
2008				61,95
2009				111,77
2010				100,44
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**97,28**
Análise: O indicador apresentou resultado esperado				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				99,94
2008				99,91
2009				99,98
2010				99,99
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**99,98**
Análise: O indicador apresentou resultado esperado				

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				588,85
2008				912,20
2009				1.139,04
2010				1.680,69
2011	**Meta:**	**Não determinada**	**Realizado**	**1.878,25**
Análise: O valor per capta apresentou crescimento de 11,75% decorrente do aumento no valor dos serviços praticados pela rede credenciada e pela demanda de serviços com maior custo				

c) – (2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

É a concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar.

São beneficiários desta Ação:

- Auxílio a Educação Infantil: aos filhos e dependentes legais, na faixa etária compreendida a partir do 4.º mês de nascimento até o final do ano em que completar 6 anos de idade;
- Auxílio Escola: aos filhos/dependentes legais, a partir do primeiro mês após o final do ano letivo em que completar 6 anos de idade até o final do ano letivo em que completar 15 anos de idade, desde que esteja cursando o ensino fundamental em estabelecimento não gratuito; e
- Auxílio aos Portadores de Necessidades Especiais: aos dependentes com necessidades especiais, decorrentes de deficiências que comprometam consideravelmente o desenvolvimento das atividades da vida diária, tornando-os dependentes de terceiros, e aos empregados e dependentes portadores de diabetes crônica tipo I.

Quadro LXXXIX - Demonstrativo da Execução da Ação Assistência Pré-Escolar

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	3.467.027,00	752.027,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	**3.467.027,00**	**752.027,00**	**21,69**
Execução Orçamentária	3.316.856,17	722.403,06	21,78
Índice	**95,67**	**96,06**	
Meta Física	929	198	21,31
Execução Física	1.101	225	20,44
Índice	**118,51**	**113,64**	

Fonte: Siafi, Dirad/Sureh/Gebem e Difin/Supor

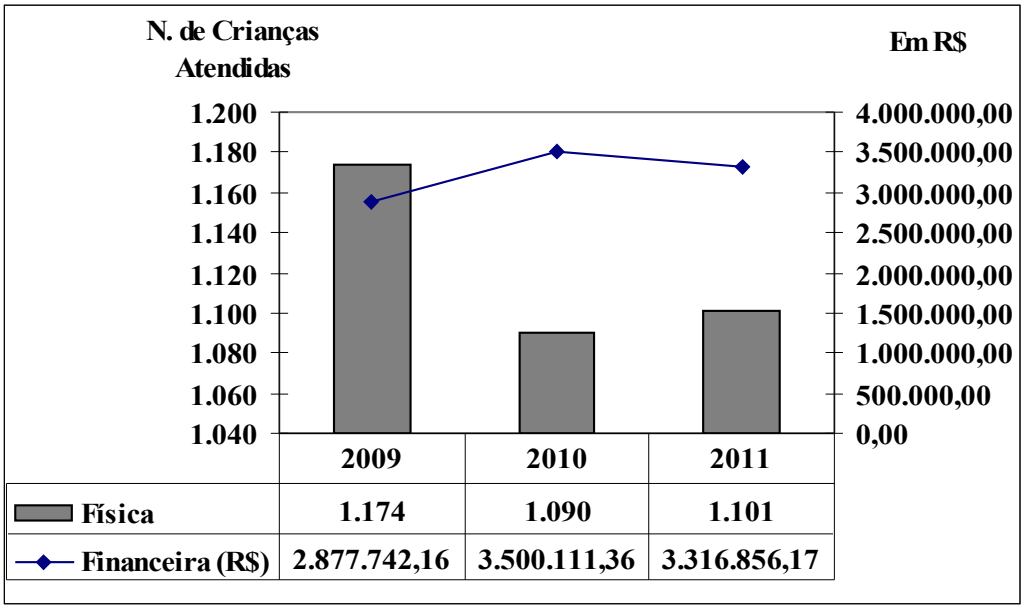
O pagamento do benefício se realiza por meio da folha de pagamentos elaborada pela Matriz, portanto a execução orçamentária desta Ação é toda na UG 135100, sendo em seguida apropriada a despesa para as demais unidades gestoras. Á execução orçamentária foi de R$3.316.856,17, sendo R$722.403,06 referente aos auxílios aos dependentes de empregados lotados na Matriz e o restante aos lotados nas demais UJs No quadro a seguir estão detalhados os valores e a quantidade de beneficiários por Sureg.

Quadro XC - Demonstrativo da Execução Física e Orçamentária, por Sureg

UF	Execução Física					(%)	Execução Orçamentária (Em R$)					(%)
	Meta	Executado					Dotação	Executado				
		Auxílio Escola	Auxílio Creche	Aux Port Nec Esp	Total			Auxílio Escola	Auxílio Creche	Aux Port Nec Esp	Total	
AC	7	3	5	1	9	128,57	30.000,00	3.500,00	16.472,40	7.925,40	27.897,80	92,99
AL	17	9	9	4	22	129,41	80.000,00	10.800,00	30.147,60	31.041,15	71.988,75	89,99
AM	27	17	12	3	32	118,52	90.000,00	18.700,00	43.822,80	23.776,20	86.299,00	95,89
AP	1	-	1	-	1	100,00	10.000,00	-	6.837,60	-	6.837,60	68,38
BA	40	21	19	7	47	117,50	150.000,00	28.000,00	56.565,60	62.593,75	147.159,35	98,11
CE	60	39	15	19	73	121,67	260.000,00	44.000,00	55.633,20	154.226,11	253.859,31	97,64
ES	22	17	5	5	27	122,73	80.000,00	19.700,00	16.161,60	39.627,00	75.488,60	94,36
GO	90	57	22	26	105	116,67	370.000,00	52.000,00	76.456,80	234.328,15	362.784,95	98,05
MA	40	26	13	8	47	117,50	150.000,00	31.000,00	44.133,60	70.990,95	146.124,55	97,42
MG	40	24	13	8	45	112,50	120.000,00	27.500,00	33.859,20	53.579,65	114.938,85	95,78
MS	11	5	6	5	16	145,45	60.000,00	6.100,00	17.094,00	33.682,95	56.876,95	94,79
MT	34	20	13	7	40	117,65	120.000,00	21.300,00	42.890,40	55.477,80	119.668,20	99,72
PA	15	7	12	1	20	133,33	60.000,00	8.600,00	41.647,20	7.925,40	58.172,60	96,95
PB	50	33	23	2	58	116,00	150.000,00	38.360,00	79.914,80	28.204,40	146.479,20	97,65
PE	75	57	20	12	89	118,67	230.000,00	66.068,00	71.173,20	83.839,90	221.081,10	96,12
PI	43	29	16	5	50	116,28	140.000,00	33.800,00	58.741,20	42.854,75	135.395,95	96,71
PR	24	10	12	6	28	116,67	100.000,00	12.000,00	44.755,20	40.287,45	97.042,65	97,04
RJ	48	40	9	7	56	116,67	120.000,00	44.700,00	27.350,40	42.268,80	114.319,20	95,27
RN	30	15	13	8	36	120,00	130.000,00	15.500,00	43.201,20	60.761,40	119.462,60	91,89
RO	10	5	7	2	14	140,00	50.000,00	6.000,00	27.039,60	15.850,80	48.890,40	97,78
RR	4	-	6	-	6	150,00	15.000,00	-	11.188,80	-	11.188,80	74,59
RS	9	-	8	3	11	122,22	70.000,00	6.900,00	28.904,40	25.673,70	61.478,10	87,83
SC	14	14	3	1	18	128,57	50.000,00	16.800,00	9.013,20	20.985,40	46.798,60	93,60
SP	6	6	2	1	9	150,00	30.000,00	7.200,00	6.837,60	7.925,40	21.963,00	73,21
TO	14	9	7	1	17	121,43	50.000,00	10.400,00	23.931,60	7.925,40	42.257,00	84,51
Matriz	198	128	58	39	225	113,64	752.027,00	146.216,65	202.089,80	374.096,61	722.403,06	96,06
Total	**929**	**591**	**329**	**181**	**1.101**	**118,51**	**3.467.027,00**	**675.144,65**	**1.115.863,00**	**1.525.848,52**	**3.316.856,17**	**95,67**

Fonte: DRE e Dirad/Sureh/Gebem

Figura XLVI – Comparativo dos Exercícios 2009 à 2011



Fonte: Siafi e Dirad/Sureh/Gebem

Os indicadores utilizados na avaliação desta ação apresentaram valores superiores aos esperados, exceção apenas para o indicador de execução orçamentária.

Nome Percentual de Atendimento na Assistência Pré-Escolar				
Descrição Percentual de atendimento Pré-Escolar aos dependentes legais dos empregados, na faixa etária de quatro meses até o final do ano letivo em que completar 7 anos de idade, ou aos filhos portadores de necessidades especiais, sem limite de idade				
Objetivo Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				**78,00**
2008				**86,91**
2009				**228,40**
2010				**186,01**
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**118,51**
Análise: Os resultados apurados a partir do exercício de 2009 indicam execução superior à meta, necessitando portanto de melhor ajuste nas propostas orçamentárias				

Nome: Percentual de Execução Financeira da Assistência Pré-Escolar				
Descrição: Percentual de gastos com atendimento Pré-Escolar aos dependentes legais dos empregados, na faixa etária de quatro meses até o final do ano letivo em que completar 7 anos de idade, ou aos filhos portadores de necessidades especiais, sem limite de idade				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				**100,00**
2008				**99,45**
2009				**100,00**
2010				**99,44**
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**95,67**
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado				

Nome: Custo por Atendimento na Assistência Pré-Escolar				
Descrição: Custo unitário do benefício Pré-Escolar				
Objetivo: Acompanhar a variação dos custos de atendimento do benefício Pré-Escolar aos dependentes legais dos empregados, na faixa etária de quatro meses até o final do ano letivo em que completar 7 anos de idade, ou aos filhos portadores de necessidades especiais, sem limite de idade				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R$) por beneficiário				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiários				
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				**4.428,90**
2008				**5.291,91**
2009				**2.451,23**
2010				**3.211,11**
2011	**Meta:**	**Não determinada**	**Realizado**	**3.012,59**
Análise: O valor *per capta* apurado em 2011 apresentou redução de 6,18% em relação ao anterior				

d) – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

O auxílio alimentação é concedido por meio de créditos em cartão magnético nas modalidade de alimentação e refeição, de acordo com as normas estabelecidas no Acordo Coletivo de Trabalho.

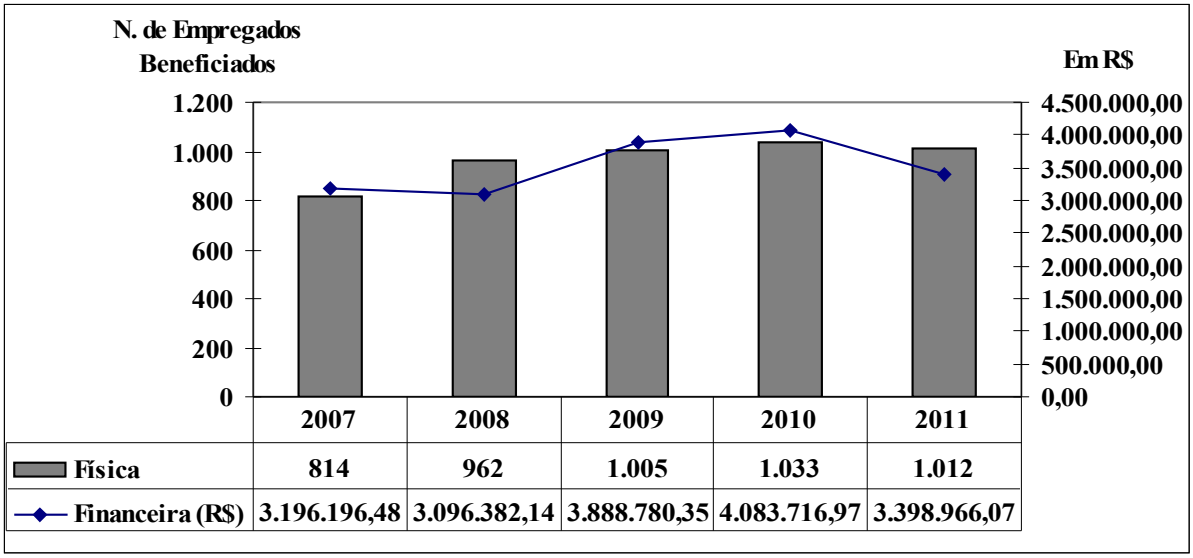
Quadro XCI - Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Alimentação

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	3.396.764,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	
Dotação Final	**22.246.764,00**	**3.396.764,00**	**15,27**
Execução Orçamentária	21.662.047,14	3.396.866,07	15,68
Índice	**97,37**	**100,00**	**-**
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	1.001	23,87
Execução Física	4.334	1.012	23,35
Índice	**103,36**	**101,10**	**-**

Fonte: Siafi, Dirad/Sureh/Gebem e Difin/Supor

Para toda a Conab, a dotação final foi de R$22.246.764,00. Na Matriz, a execução orçamentária foi 100% da dotação, com atendimento de 1.012 empregados, superando a meta física em 1,1%.

Figura XLVII - Evolução da Ação Auxílio-Alimentação



	2007	2008	2009	2010	2011
Física	814	962	1.005	1.033	1.012
Financeira (R$)	3.196.196,48	3.096.382,14	3.888.780,35	4.083.716,97	3.398.966,07

Fonte: Siafi, Dirad/Sureh/Gebem e Difin/Supor

Os indicadores utilizados na análise da execução desta Ação são:

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Geralompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				95,54
2008				107,01
2009				108,18
2010				108,74
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**101,10**
Análise: O resultado apurado superou a meta prevista em 1,1% em função do aumento do número de empregados				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Geralompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				99,98
2008				99,43
2009				99,99
2010				99,90
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**100,00**
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado				

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxilio-Alimentação				
Objetivo: Geralompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				3.926,53
2008				3.218,69
2009				3.869,43
2010				3.953,26
2011	**Meta:**	**Não determinada**	**Realizado**	**3.356,59**
Análise: O valor per capta apresentou redução de 15,09% em relação ao exercício anterior				

e) – (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte aos empregados, de acordo com os dias trabalhados e a opção escolhida, ou seja: em pecúnia, créditos em cartão magnético ou concessão de vale-transporte.

Quadro XCII - Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Transporte

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	6.518.122,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	-	87,60
Dotação Final	7.441.122,00	**6.518.122,00**	
Execução Orçamentária	**7.352.073,59**	**6.461.488,93**	**87,89**
Valor Liquidado pelas Suregs	0,00	4.925.539,52	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	1.535.949,41	23,77
Índice	**98,8**	**-**	
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	782	23,83
Execução Física	4.286	996	23,24
Índice	**130,59**	**127,37**	

Fonte: Siafi, Dirad/Sureh/Gebem e Difin/Supor

A execução física superou a meta na Conab em 30,59% e na Matriz em 27,37%, devido a meta física aprovada na LOA/2011 ser inferior ao número total de empregados.

Em relação ao exercício anterior verifica-se crescimento de 13,66% no número de empregados atendidos e de 5,31% no valor liquidado, decorrentes do aumento do número de empregados e do aumento das tarifas praticadas.

Quadro XCIII - Metas e Resultados do Auxílio-Transporte – 2008 a 2011

Anos	Prevista		Realizada		% Execução	
	Física	Financeira (R$)	Física	Financeira (R$)	Física	Financeira
2008	3.161	5.656.353,00	3.535	5.589.901,76	111,83	98,83
2009	3.270	6.522.827,00	4.111	6.482.238,08	125,72	99,38
2010	3.897	7.085.326,00	3.771	6.981.555,76	96,77	98,54
2011	3.282	7.441.122,00	4.286	7.352.073,59	130,59	98,8

Fonte: Siafi e Dirad/Sureh/Gebem

A execução orçamentária desta Ação se dá por meio da folha de pagamento elaborada na Matriz ou pela concessão de vale-transporte ou ainda por meio de créditos em cartão magnético, dependendo da escolha do empregado, neste caso a execução se processa na Sureg. Em 2011, a execução orçamentária realizada na UG 135100 foi de R$6.461.488,93 incluindo os empregados lotados na Matriz e aqueles com opção de recebimento do auxílio em pecúnia.

Quadro XCIV - Resultados do Auxílio-Transporte por Superintendência Regional

Sureg	Auxílio-Transporte							
	Execução Física			Execução Financeira (R$)				
	Meta	Executado	(%)	Dotação	Executado			(%)
					Suregs	Matriz	Total	
AC	18	22	122,22	0,00	0,00	0,00	0,00	-
AL	49	59	120,41	0,00	0,00	0,00	0,00	-
AM	82	105	128,05	0,00	0,00	0,00	0,00	-
AP	4	4	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
BA/SE	111	153	137,84	45.000,00	41.678,50	0,00	41.678,50	92,62
CE	187	250	133,69	70.000,00	68.238,00	0,00	68.238,00	97,48
ES	103	131	127,18	90.000,00	88.467,70	0,00	88.467,70	98,30
GO	273	443	162,27	220.000,00	217.550,30	0,00	217.550,30	98,89
MA	91	122	134,07	60.000,00	58.458,80	0,00	58.458,80	97,43
MG	188	235	125,00	8.000,00	7.200,00	0,00	7.200,00	90,00
MS	77	150	194,81	13.000,00	12.655,40	0,00	12.655,40	97,35
MT	97	119	122,68	12.000,00	11.245,20	0,00	11.245,20	93,71
PA	55	66	120,00	18.000,00	16.483,85	0,00	16.483,85	91,58
PB	144	194	134,72	16.000,00	14.864,17	0,00	14.864,17	92,90
PE	249	274	110,04	25.000,00	23.512,74	0,00	23.512,74	94,05
PI	136	179	131,62	55.000,00	50.102,00	170,60	50.272,60	91,40
PR	94	105	111,70	0,00	0,00	0,00	0,00	-
RJ	168	223	132,74	165.000,00	161.141,05	0,00	161.141,05	97,66
RN	88	117	132,95	17.000,00	15.391,20	0,00	15.391,20	90,54
RO	39	50	128,21	0,00	0,00	0,00	0,00	-
RR	13	13	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
RS	94	101	107,45	45.000,00	44.396,06	0,00	44.396,06	98,66
SC	43	51	118,60	9.000,00	8.525,62	0,00	8.525,62	94,73
SP	59	76	128,81	50.000,00	45.802,07	0,00	45.802,07	91,60
TO	38	48	126,32	5.000,00	4.701,40	0,00	4.701,40	94,03
Matriz	782	996	127,37	6.518.122,00	125.478,84	6.336.010,09	6.461.488,93	99,13
Total	**3.282**	**4.286**	**130,59**	**7.441.122,00**	**1.015.892,90**	**6.336.180,69**	**7.352.073,59**	**98,80**

Fonte: Siafi e Dirad/Sureh/Gebem

Os indicadores utilizados na avaliação desta ação apresentaram comportamento esperado, destacando apenas a execução física cujo resultado superou em 27,37% a meta estabelecida.

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				**92,37**
2008				**117,41**
2009				**121,33**
2010				**96,17**
2011	**Meta:**	**100**	**Realizado**	**127,37**
Análise: O resultado apurado ficou 27,37% acima da meta estabelecida, em função, principalmente, do número de empregados.				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				**82,98**
2008				**99,23**
2009				**99,84**
2010				**99,05**
2011	**Meta:**	**100**	**Realizado**	**99,13**
Análise: O resultado apurado fincou dentro do parâmetro esperado				

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxilio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxilio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				**4.240,92**
2008				**4.807,69**
2009				**5.524,33**
2010				**6.536,55**
2011	**Meta:**	**6.536,55**	**Realizado**	**6.487,44**
Análise: O valor per capta apurado em 2011 foi 0,75% inferior ao do exercício anterior				

f) – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Visa formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.

Quadro XCV - Demonstrativo da Execução da Ação Cadastro Nacional

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	80.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
Dotação Final	**500.000,00**	**80.000,00**	**16,00**
Execução Orçamentária	60.970,43	-	0,00
Índice	**12,19**	**0,00**	**-**
Meta Física – Unidade cadastrada	4.500	-	0,00
Execução Física	1.889	-	0,00
Índice	**41,98**	**-**	**-**

Fonte: Siafi, Dirab/Suarm/Gecad e Difin/Supor

Para 2011 a programação estabelecida pela área responsável previa a realização do censo de armazenagem nos estados do Paraná e São Paulo. Não foi possível a realização em decorrência das restrições orçamentárias para despesas de diárias e passagens. Durante o exercício foram realizadas apenas cadastramentos especiais para aumento da capacidade estática credenciada, sem a participação de empregados da Matriz. A execução dos censos previstos foi postergada para o exercício de 2012.

g) – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Quadro XCVI - Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Servidores Públicos

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	630.000,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	39,06
Dotação Final	**1.530.000,00**	**630.000,00**	
Execução Orçamentária	372.576,40	116.173,50	31,18
Índice	**24,35**	**18,44**	
Meta Física	4.300	1.334	31,02
Execução Física	3.165	899	28,40
Índice	**73,60**	**67,39**	

Fonte: Siafi e Difin/Supor

A execução desta Ação foi prejudicada devido ao contingenciamento das despesas correntes, principalmente com diárias e passagens. A execução física apresentou melhor desenvolvimento devido às articulações promovidas com outros órgãos (Escola Nacional e Administração Pública-ENAP, TCU, STN) possibilitando a participação de empregados em atividades com baixo ou nenhum custo para a Companhia.

No período foram capacitados 899 funcionários na Matriz, alcançando 67,39% da meta que previa a capacitação de 1.334 pessoas. Nesse total, não estão incluídos os participantes nos programas educacionais de idiomas e curso supletivo, tampouco os convidados. Destacaram-se as atividades relacionadas aos assuntos administrativos, educação e desenvolvimento e planejamento, conforme detalhado no quadro a seguir.

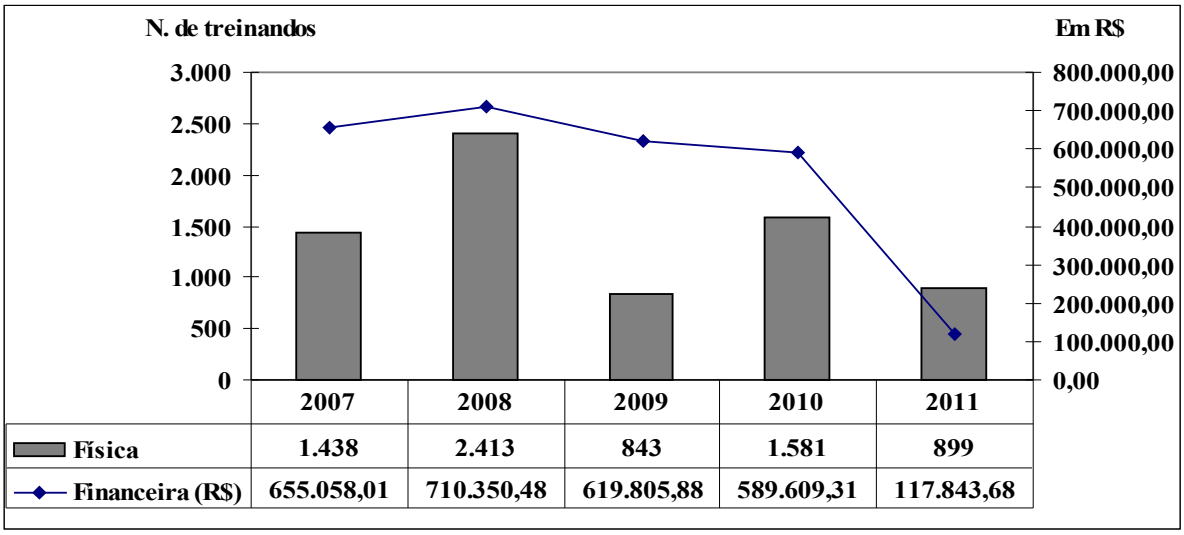
Quadro XCVII - Demonstrativo de Treinamento por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	314	2.593	8,26
Auditoria	46	670	14,57
Comunicação Social	1	16	16
Educação e Desenvolvimento	230	2.968	12,9
Financeira	12	660	55
Gerencial	4	82	20,5
Informática	59	2.232	37,83
Jurídica	46	110	2,39
Operacional	57	398	6,98
Planejamento	128	3.902	30,48
Qualidade	2	4	2
Total	**899**	**13.635**	**15,17**

Fonte: Dirad/Sumoc/Gecap

A figura a seguir apresenta a evolução da execução física e orçamentárias desta Ação, com destaque para a forte redução nos resultados do exercício de 2011.

Figura XLVIII – Evolução da Execução da Ação Capacitação de Servidores



Fonte: Siafi e Dirad/Sumoc/Gecap

No Programa Valorização do Servidor, a Matriz proporcionou cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado a 5 empregados. No Projeto Graduar, possibilitou o retorno aos estudos e conclusão do Ensino Médio e Fundamental a 18 funcionários e prestadores de serviços. Também concedeu incentivo financeiro para 13 empregados frequentarem cursos de Língua Estrangeira.

A seguir, os indicadores criados para o acompanhamento da execução física e orçamentária e do atendimento às solicitações de capacitação das diferentes áreas orgânicas da Companhia.

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				**133,15**
2008				**72,88**
2009				**141,44**
2010				**93,22**
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**67,39**
Análise: A execução física ficou abaixo da meta prevista em função do contingenciamento orçamentário das despesas correntes, principalmente daquelas relacionadas a diárias e passagens.				

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siaf e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				**99,10**
2008				**99,63**
2009				**97,02**
2010				**90,85**
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**18,44**
Análise: A execução orçamentária ficou bem abaixo da dotação prevista em decorrência de restrições orçamentárias e da participação de empregados em atividades promovidas por outros órgãos públicos com baixo ou nenhum custo para a Conab				

Nome: Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				**455,53**
2008				**294,38**
2009				**740,05**
2010				**372,93**
2011	**Meta:**	**372,93**	**Realizado**	**129,23**
Análise: o custo per capta apresentou redução de 65,34% em função da realização de maior número de palestras com participação de maior número de empregados				

h) – (0110) Contribuição à Previdência Privada

Objetiva assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, possam contribuir como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada.

Quadro XCVIII - Demonstrativo da Execução da Ação Contribuição à Previdência Privada

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	25.244.207,00	18.881.974,11	
Suplementação/Cancelamento	1.800.000,00	-	51,81
Dotação Final	**27.044.207,00**	**18.881.974,11**	
Execução Orçamentária	27.044.207,00	18.881.974,11	69,82
Índice	**100,00**	**100,00**	**-**

Fonte: Siafi e Difin/Supor

A participação se dá por meio da folha de pagamento elaborada pela Matriz, portanto a execução orçamentária desta Ação é toda na UG 135100, sendo em seguida apropriada a despesa para as demais unidades gestoras.

No quadro a seguir estão detalhados os valores e a quantidade de participantes por Sureg.

Quadro XCIX - Demonstrativo de Execução Física e Financeira

Sureg	N.° de Empregados	N.° Participantes			Dotação Financeira (Em R$)	Execução Financeira (Em R$)			Execução (%)
						Elemento de Despesa		Total	
		Ativos	Assistidos	Total		Contribuição Patronal	Complemento de Previdência		
AC	24	3	3	6	33.077,56	33.077,56	0,00	33.077,56	100,00
AL	66	37	12	49	171.597,69	171.597,69	0,00	171.597,69	100,00
AM	110	35	14	49	226.885,84	226.885,84	0,00	226.885,84	100,00
AP	5	0	1	1	0,00	0,00	0,00	0,00	-
BA	157	30	21	51	209.350,62	209.350,62	0,00	209.350,62	100,00
CE	253	127	138	265	696.440,45	696.440,45	0,00	696.440,45	100,00
ES	140	43	16	59	332.777,62	332.777,62	0,00	332.777,62	100,00
GO	375	112	89	201	878.000,93	878.000,93	0,00	878.000,93	100,00
MA	126	45	19	64	234.941,81	234.941,81	0,00	234.941,81	100,00
MG	259	79	78	157	665.948,90	665.948,90	0,00	665.948,90	100,00
MS	104	59	36	95	411.515,20	411.515,20	0,00	411.515,20	100,00
MT	131	46	26	72	321.294,68	321.294,68	0,00	321.294,68	100,00
PA	74	27	29	56	199.869,42	199.869,42	0,00	199.869,42	100,00
PB	197	44	40	84	318.676,72	318.676,72	0,00	318.676,72	100,00
PE	340	112	83	195	682.600,96	682.600,96	0,00	682.600,96	100,00
PI	180	28	18	46	205.839,91	205.839,91	0,00	205.839,91	100,00
PR	134	81	57	138	587.419,78	587.419,78	0,00	587.419,78	100,00
RJ	231	47	125	172	359.646,55	359.646,55	0,00	359.646,55	100,00
RN	122	39	34	73	291.834,94	291.834,94	0,00	291.834,94	100,00
RO	53	21	9	30	173.827,17	173.827,17	0,00	173.827,17	100,00
RR	17	0	1	1	17.619,64	17.619,64	0,00	17.619,64	100,00
RS	124	55	87	142	373.624,69	373.624,69	0,00	373.624,69	100,00
SC	60	30	21	51	252.580,60	252.580,60	0,00	252.580,60	100,00
SE	-	3	4	7	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SP	81	39	67	106	363.105,99	363.105,99	0,00	363.105,99	100,00
TO	50	14	2	16	153.755,22	153.755,22	0,00	153.755,22	100,00
Matriz	1.061	441	283	724	18.881.974,11	4.942.030,33	13.939.943,78	18.881.974,11	100,00
Total	**4.474**	**1.597**	**1.313**	**2.910**	**27.044.207,00**	**13.104.263,22**	**13.939.943,78**	**27.044.207,00**	**100,00**

Fonte: Difin/Sucon/Gecon, Dre e Cibrius

A seguir, os indicadores utilizados para o acompanhamento da execução orçamentária e avaliação da filiação dos empregados ao Cibrius.

Nome: Percentual de Execução Financeira com a Contribuição à Previdência Privada				
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA				
Objetivo: Acompanhar a execução financeira/orçamentária com a contribuição à Previdência Privada				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X= Siafi e Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumoc				
Resultados:				
2008				**100,00**
2009				**100,00**
2010				**100,00**
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**100,00**
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado				

Nome: Custo Patronal por Participante Ativo no Plano de Previdência Privada				
Descrição: Custo Unitário por empregado ativo				
Objetivo: Identificar o valor despendido pela patrocinadora com cada participante ativo				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R$) por empregado ativo				
Meta: Redução de custo em relação ao previsto				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X= valor executado e Y – quantidade de empregados ativos				
Fonte: X= Siafi e Cibrius				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sumoc				
Resultados:				
2008				**8.583,53**
2009				**8.817,09**
2010				**10.602,99**
2011	**Meta:**	**100**	**Realizado**	**11.200,42**
Análise: O custo patronal apresentou variação, a maior, de 6,64% em decorrência do aumento salarial e demais aumentos (promoções, gratificação de tempo de serviço)				

Nome: Percentual de Empregados Atendidos com o Benefício da Previdência Privada				
Descrição: Percentual de participantes ativos no Cibrius em relação ao total de empregados da patrocinadora (Conab)				
Objetivo: Acompanhar a evolução da participação dos empregados no Plano de Benefícios da Previdência Privada patrocinado pela Conab				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% dos empregados				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X= número de participantes ativos e Y= total de empregados				
Fonte: X= Cibrius e Y = Sureh/Gedes				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Sumoc				
Resultados:				
2008				**43,09**
2009				**42,87**
2010				**41,88**
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**35,70**
Análise: Verifica-se que no fim do exercício de 2011 apenas 35,7% dos empregados estavam inscritos no plano de previdência complementar. A baixa motivação é decorrente de: demora na solução do déficit atuarial e a elevada idade dos empregados da Companhia que, para a adesão terão que pagar a título de joia o serviço passado				

i) – (002F) Cumprimento de Débitos Judiciais Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

Refere-se a pagamentos de condenações pecuniárias vincendas, a cargo de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadram como precatórios ou sentenças de pequeno valor.

Quadro C - Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Débitos

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	60.048,00	38.048,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	56,63
Dotação Final	**60.048,00**	**38.048,00**	
Execução Orçamentária	45.114,06	26.776,56	59,35
Índice	**75,13**	**70,38**	

Fonte: Siafi e Difin/Supor e Sumaj

A execução orçamentária realizada pela Matriz refere-se ao pagamento de indenizações vitalícias realizadas por meio da folha de pagamentos, referentes a acidentes ocorridos com terceiros especificamente nos estados de Mato Grosso e do Espírito Santo.

A seguir, o indicador utilizado no acompanhamento da execução orçamentária da Ação.

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Débitos Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
Resultados:				
2007				95,18
2008				64,91
2009				-
2010				83,88
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**70,38**
Análise: O indicador apresentou o resultado abaixo do esperado. Tradicionalmente, esta Ação apresenta execução abaixo da dotação prevista.				

j) – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.

Quadro CI - Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Sentenças

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	2.531.376,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	-	
Dotação Final	**18.661.376,00**	**2.531.376,00**	**13,56**
Execução Orçamentária	17.353.314,98	2.034.434,85	11,72
Índice	**92,99**	**80,37**	

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Sumaj

Quadro CII - Demonstrativo de Execução da Despesa

Exercício	Elemento de Despesa (R$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	98.543,33	1.364.246,50	-	-	1.462.789,83
2008	232.525,74	3.321.834,82	-	670.113,65	4.224.474,21
2009	839.460,75	1.736.563,10	14.696,56	-	2.590.720,41
2010	802.343,49	2.970.718,26	-	265.550,18	4.038.611,93
2011	1.187.890,93	633.441,84	-	213.102,08	2.034.434,85

Fonte: Siafi

A seguir, o indicador utilizado no acompanhamento da execução orçamentária da Ação.

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
Resultados:				
2007				**91,42**
2008				**79,83**
2009				**92,19**
2010				**99,61**
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**80,37**
Análise: O indicador apresentou o resultado esperado.				

k) – (10HG) Estudos das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos

Tem por finalidade identificar as perdas quantitativas e qualitativas no armazenamento e no transporte dos principais produtos agrícolas nas mais importantes regiões produtoras brasileiras. A determinação dos índices de perda é uma importante ferramenta na regulamentação do setor, visando evitar prejuízos aos produtores, empresas armazenadoras e ao próprio governo.

Quadro CIII - Demonstrativo da Execução da Ação Estudo das Perdas

Controle: SIAFI – PTRES 001.693 – Programa de Trabalho 20.128.0352.10HG.00001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária Inicial	2.000.000,00	
Dotação Orçamentária Final	**2.000.000,00**	1,77
Execução Orçamentária	35.499,97	
Meta Física – Estudo Realizado	**1**	-
Execução Física	-	

Fonte: Difin/Supor

Em reunião com técnicos da Conab e Embrapa, foram sugeridos ajustes no Termo de Cooperação Técnica, incluindo a disponibilização de bolsas para estudantes que participarem do projeto. A Conab deverá interagir com órgãos de pesquisa como CNPQ e CAPES, o que demanda um prazo mais alongado para que os pesquisadores façam as devidas readequações das atividades e posterior assinatura do Termo de Cooperação.

l) – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

Quadro CIV - Demonstrativo da Execução da Ação Fiscalização dos Estoques Públicos

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	4.200.000,00	2.695.300,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	**4.200.000,00**	**2.695.300,00**	**64,17**
Execução Orçamentária	1.623.125,34	449.975,88	27,72
Índice	**38,65**	**-**	
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	0	-
Execução Física	6.030	0	-
Índice	**109,64**	**-**	

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Dirab/Sufis/Gefis

Foram realizadas nove etapas previstas no programa de fiscalização e mais doze especiais, incluindo os instrumentos de incentivo à comercialização, como PEP, VEP, PEPRO, e ainda, operações de venda em balcão, pagamento de subvenção aos extrativistas e apólices de seguro rural, dos produtos depositados em armazéns próprios ou de terceiros. Foram fiscalizadas cumulativamente 24,03 milhões toneladas de produtos vinculados às AGFs, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao PAA, ao Fome Zero e demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,6% dos estoques contábeis existentes nos períodos de fiscalização. Esses estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

Nas operações realizadas no período, foram registradas perdas qualitativas – produto abaixo do padrão (835 toneladas) e desclassificados (1.851 toneladas) e perdas quantitativas – desvio (53.572 toneladas) e perdas em armazenagem (2.686 toneladas). As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento foram procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), à Superintendência de armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

A equipe de fiscalização lotada na Matriz participou de várias ações, seja na execução da atividade ou na coordenação das etapas previstas, o que justifica maior despesa com passagens e

diárias.

Quadro CV - Demonstrativo das Despesas Realizadas de 2007 a 2011

Exercício	Elemento de Despesa (Em R$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2007	288.562,24	42.795,50	97.922,93	5,00	6.219,59	0,00	97.491,01	0,00	**532.996,27**
2008	399.925,00	44.471,79	133.053,88	0,00	1.611,37	0,00	70.320,00	290,00	**649.672,04**
2009	538.528,50	54.333,36	101.251,75	80,00	3.207,30	0,00	55.780,00	25,00	**753.205,91**
2010	542.597,99	63.274,18	86.386,28	2.107,55	0,00	0,00	21.336,00	407,00	**716.109,00**
2011	375.503,00	20.575,03	44.750,20	9.147,65	0,00	0,00	0,00	0,00	**449.975,88**

Fonte: Siafi

m) – (2130) Formação de Estoques Públicos

Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.

Quadro CVI - Demonstrativo da Execução da Ação Formação de Estoques Públicos

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	514.760.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	**2.169.760.000,00**	**514.760.000,00**	**23,72**
Execução Orçamentária	918.235.408,22	114.425.366,59	12,46
Índice	**42,32**	**22,23**	**-**
Meta Física	4.031.000	0	0,00
Execução Física	811.250	0	0,00
Índice	**20,13**	**-**	**-**

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Dirab/Suope

Com base na previsão de compra de produtos agrícolas elaborada pelas Regionais e da necessidade de recursos para manutenção e remoção dos estoques públicos, a Matriz realiza reuniões mensais com a Secretaria do Tesouro Nacional-STN, Secretaria de Acompanhamento Econômico-SEAE, Secretaria de Política Agrícola-SPA e Banco do Brasil solicitando a liberação de recursos orçamentários/financeiros.

Durante o exercício foram adquiridas 811.249 toneladas de arroz, feijão, milho e trigo ao custo de R$465.857.863,51 e 3.719.056 unidades de sacaria no valor de 3.906.519,89, incluindo Aquisições do Governo Federal (AGF) e Contrato de Opção.

Quadro CVII - Demonstrativo das Despesas Realizadas

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R$)		
	Conab	Matriz	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	0,00	0,00
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	78.040,80	0,02
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	0,00	0,00
Embalagens	5.342.883,52	866,59	0,02
COFINS	12.541,21	12.541,21	100,00
PASEP	2.647,92	2.647,92	100,00
Armazenagem	335.944.484,68	100.445.347,61	29,90
Seguros em geral	10.983.147,15	10.983.147,15	100,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	2.552.295,75	20,62
ICMS	47.485.159,88	29.603,49	0,06
ISS	14.877,26	14.877,26	100,00
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	1.857,14	3,06
Encargos financeiros	65,71	65,71	100,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	499,44	0,03
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	0,00	0,00
Taxas e pedágios	29.016,97	14.780,11	50,94
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	193.171,11	0,36
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças Diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	95.625,30	99,98
Total	**918.235.408,22**	**114.425.366,59**	**12,46**

Fonte: Siafi

n) – (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Objetiva subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.

Quadro CVIII - Demonstrativo da Execução da Ação Geração e Difusão de Informações

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	**315.000,00**	**225.000,00**	71,43
Execução Orçamentária	294.066,15	220.669,43	
Índice	93,35	98,08	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	**8.000**	**8.000**	100,00
Execução Física	7.845	7.845	
Índice	98,06	98,06	

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Dipai/Suinf

Para o desenvolvimento da Ação, a área responsável está cadastrando novas séries estatísticas, tanto dos preços pagos, quanto dos recebidos pelos produtores para o apoio ao Programa de Garantia de Preços Mínimos para Agricultura Familiar – PGPAF, e a elaboração dos cálculos de custos de produção e análise de mercado, que servem de apoio na avaliação da necessidade de intervenção governamental para garantir o Abastecimento Agroalimentar.

Apesar de alcançar a meta proposta, a Ação enfrenta dificuldades diversas na coleta de preços, entre elas, a falta de recursos humanos com qualificação, bem como a necessidade de fortalecimento da rede de informantes.

As despesas liquidadas na Matriz referem-se ao deslocamento de técnicos para a coleta de preços e repasse ao PNUD para aprimoramento do sistema de divulgação de informações.

Quadro CIX - Demonstrativo da Execução da Despesa

Ano	Elemento de Despesa (R$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terceiros – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	-	-	-	168.000,00	-	168.000,00
2009	13.933,90	67,00	10.107,32	0,00	10,00	24.118,22
2010	2.700,00	-	4.525,51	-	-	7.225,51
2011	5.737,50	-	4.931,93	210.000,00	-	220.669,43

Fonte: Siafi

o) – (2272) Gestão e Administração do Programa

Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Quadro CX- Demonstrativo da Execução da Ação Gestão e Administração do Programa

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	**390.916.326,00**	**-**	**-**
Dotação Orçamentária Final	**488.416.326,00**	**350.508.826,00**	**71,76**
Pessoal	391.071.326,00	309.858.326,00	79,23
Custeio	77.070.000,00	20.796.000,00	26,98
Investimentos	20.275.000,00	19.854.500,00	97,93
Execução Orçamentária	**461.250.028,94**	**323.139.730,39**	**70,06**
Pessoal	387.327.794,86	306.308.103,87	79,08
Custeio	73.477.389,40	16.692.678,65	22,72
Investimentos	444.844,68	138.947,87	31,24
Índice	**94,44**	**92,19**	**-**

Fonte: Siafi e Difin/Supor

As despesas liquidadas em 2011 somaram R$323.139.730,39, com incremento de 6,7%.

Nesta Ação estão incluídas as despesas de pessoal, o custeio da Companhia e os investimentos realizados na Matriz. No Grupo Pessoal estão incluídas as despesas executadas por meio da folha de pagamento de todos os empregados da Companhia e apresentou incremento de 7,71% enquanto os demais grupos apresentaram redução de 6,27% e 78,78%, respectivamente, em decorrência do contingenciamento orçamentários das despesas correntes e de capital.

O quadro a seguir detalha a execução orçamentária desta Ação em 2011.

Quadro CXI - Demonstrativo de Execução da Despesa

Discriminação	Matriz				
	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	**214.602.968,73**	**235.760.587,45**	**231.972.770,77**	**284.382.253,44**	**306.308.103,87**
Outros benefícios assistenciais	370.315,45	408.219,80	565.931,10	556.242,20	743.710,55
Vencimentos e Vantagens Fixas	160.014.445,83	186.268.120,04	200.922.453,43	246.529.149,19	263.859.515,90
Obrigação patronais	50.679.933,32	45.510.150,98	26.880.015,43	32.381.102,61	35.561.288,71
Outras despesas variáveis	2.923.967,23	2.773.107,99	3.248.434,61	3.963.884,44	4.033.602,91
Depósitos compulsórios	0,00	5.357,25	0,00	0,00	688.341,20
Sentenças judiciais	0,00	372.152,89	6.382,62	43.073,21	0,00
Despesas de exercícios anteriores	2.344,30	2.150,99	8.591,42	13.261,81	93.526,83
Indenizações e restituições trabalhistas	260.857,14	203.988,82	180.684,81	662.473,78	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	351.105,46	217.338,69	160.277,35	233.066,20	78.724,31
Obrigação patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	1.249.393,46
Custeio	**18.008.481,19**	**16.941.316,03**	**15.570.701,28**	**17.810.253,84**	**16.692.678,65**
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	8.421,50
Pensões	0,00	0,00	0,00	2.138,88	0,00
Outros benefícios assistenciais	360.108,54	74.782,12	10.093,16	0,00	0,00
Diárias	973.064,38	808.335,85	1.124.965,69	1.126.810,05	812.186,50
Material de consumo	889.051,07	851.394,56	561.878,25	495.486,24	0,00
Passagens e Despesas com locomoção	727.662,02	1.006.811,49	692.343,48	514.686,56	264.807,13
Serviços de Consultoria	0,00	139.020,00	31.000,00	15.900,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	15.420,00	18.317,00	0,00	0,00	298,56
Locação de mão-de-obra	1.388.319,65	496.813,97	617.250,75	732.656,88	760.613,88
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	12.270.609,92	11.726.434,69	10.485.698,93	0,00	13.958.170,97
Obrigações tributárias e contributivas	251.321,28	0,00	0,00	407.338,32	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	5.031,31	0,00	119.978,12	0,00	0,00
Indenizações e restituições	1.127.893,02	1.362.482,99	1.498.011,46	1.783.197,31	185.571,83
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	12.732.039,60	0,00
Obrig tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	456.923,36	429.481,44	0,00	702.608,28
Investimentos	**2.307.104,70**	**2.926.488,37**	**2.551.321,82**	**654.933,03**	**138.947,87**
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	32.000,00	60.656,98
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	78.833,95	86.740,00	1.734.593,27	25.538,02	0,00
Equip e material permanente – Operações intra-orçamentárias	2.228.270,75	2.839.748,37	816.728,55	597.395,01	78.290,89
Total	**234.918.554,62**	**255.628.391,85**	**250.094.793,87**	**302.847.440,31**	**323.139.730,39**

Fonte: Siafi

p) – (8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

Visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição.

Quadro CXII - Demonstrativo da Execução do Prohort

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	**150.000,00**	**149.000,00**	
Execução Orçamentária	50.559,58	50.301,58	**99,33**
Índice	33,71	33,76	
Meta Física – unidade organizada	**16**	**-**	
Execução Física	**8**	-	**0,00**
Índice	50,00	-	

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Dirab/Supab/Gehor

A coordenação do Programa é exercida em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, com a implementação de um banco de dados integrados e ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico, operacional e administrativa. O desenvolvimento desta Ação se dá por meio de atividades coordenadas pela Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Gehor, na Matriz.

Durante o exercício foram integrados os seguintes mercados: Mercado do Produtor de Juazeiro/BA, Central de Abastecimento do Ceará, as Ceasas de Campina Grande e Patos/PB, Ceasa do Piauí, Ceasa Santa Catarina, Ceasa Noroeste e Ceasa de Cachoeira do Itapemirim/ES.

As execuções, tanto física quanto orçamentária, ficaram prejudicadas com a restrição de limites para diárias, como também a falta de pessoal qualificado e inexistência de metodologia padronizada para a coleta das informações.

q) – (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap foi concebida com a função básica de ser indutora de ações que promovam, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de, por meio do associativismo voluntário, fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela.

Quadro CXIII - Demonstrativo da Execução da Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	**200.000,00**	**90.000,00**	**45,00**
Execução Orçamentária	128.741,18	30.382,94	23,60
Índice	64,37	33,76	-
Meta Física – unidade organizada	**1.000,00**	**-**	**0,00**
Execução Física	152,00	-	**0,00**
Índice	15,20	-	-

Fonte: Siafi e Difin/Supor

No exercício foram cadastradas 152 unidades varejistas nos estados do Amazonas (15), Bahia (3), Ceará (9), Paraíba (4), Pernambuco (47) e Piauí (74). A baixa execução é devido à restrição orçamentária com viagens, à falta de pessoal qualificado nas Suregs, o que dificultou a realização das atividades programadas.

As despesas da Matriz se concentram em visitas técnicas de campo, estimulando e apoiando o pequeno varejista.

r) – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.

Quadro CXIV - Demonstrativo da Execução da Ação Pesquisa de Safras

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	**1.000.000,00**	**150.000,00**	15,00
Execução Orçamentária	794.110,27	95.254,03	12,00
Índice	79,41	63,50	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	**12**	**-**	0,00
Execução Física	12	-	0,00
Índice	100,00	-	-

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Dipai/Suinf/Geasa

Da despesa realizada na Matriz, 84,26% corresponde a gastos com diárias, passagens e despesas com locomoção, referente a visitas de técnicos da Matriz ao campo, para fechamento da safra 2010/11 e estimativas de plantio da safra 2011/12.

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				**98,79**
2008				**79,29**
2009				**58,37**
2010				**92,64**
2011	**Meta:**	**100,00**	**Realizado**	**63,50**
Análise: A execução orçamentária aconteceu em rítmo inferior à dotação prevista em função do contingenciamento de despesas com diárias e passagens, além da previsão de levantamentos extras no caso de ocorrências de grandes perdas na safra				

s) – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.

Quadro CXV - Demonstrativo da Execução da Ação Recuperação e Modernização da Rede

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	**39.000.000,00**	**26.787.598,12**	**-**
Dotação Orçamentária Final	**36.000.000,00**	**23.787598,12**	**0,00**
Despesas Correntes	5.000.000,00	2.549.000,00	50,98
Despesas de Capital	34.000.000,00	24.238.598,12	71,29
Execução Orçamentária	**503.777,46**	**1.550,00**	**0,31**
Despesas Correntes	250.594,84	-	0,00
Despesas de Capital	253.182,62	1.550,00	0,61
Índice	**1,40**	**#DIV/0!**	**-**
Meta Física – unidade modernizada	**70**	**-**	0,00
Execução Física	57	-	0,00
Índice	**81,43**	**-**	-

Fonte: Siafi e Difin/Supor

A execução orçamentária desta Ação foi prejudicada pelos seguintes motivos:

- aprovação tardia (somente em julho) da Programação da Alocação de Recursos para a Rede Armazenadora Própria com a previsão das obras e serviços necessários à Certificação.
- contingenciamento na emissão de empenho na ordem de 65% das Despesas de Capital e 28% das Despesas Correntes, e baixo limite de pagamento.
- insuficiência do quadro de engenheiros e técnicos para elaborarão e analise dos editais de licitação, incluindo as especificações técnicas e estimativas de custo elaboradas pelas Superintendências Regionais, e, ainda, para exercerem o acompanhamento e a fiscalização da execução das obras.

A dotação orçamentária prevista para a Matriz refere-se aos valores contingenciados e

não incluídos na dotação orçamentária das Superintendências Regionais.

12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar

12.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro CXVI – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Em R$1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2011	38.430.751,59	85.586,13	19.213.514,05	19.217.237,54
2010	40.850.289,61	574,41	21.551.189,43	19.299.100,18
2009	38.381.207,33	17.101.899,09	16.829.349,02	21.551.858,31
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2011	21.869.497,08	2.630.635,72	14.888.114,03	6.981.383,05
2010	37.346.561,80	774.130,92	18.597.850,79	18.748.711,01
2009	21.697.377,41	330.476,98	1.674.045,70	20.023.331,71
Observações:				

Fonte: Difin/Sucon/Gerac

12.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período

12.3.1 – Transferências Recebidas

Em 2011 foram recebidas transferências orçamentárias/financeiras no valor total de R$499.075.296,91, objetivando a execução do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a distribuição de cestas de alimentos a grupos e/ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, realização de leilões para aquisição dos direitos de importação de coco seco ou para a venda de café dos estoques públicos, entre outros. Também, foram concedidas transferências para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD para o desenvolvimento do Programa de Revitalização da Conab, no valor de R$3.849.241,14, conforme detalhado a seguir.

a) Realização de Leilões de Direito de Importação de Coco Seco

Cedente: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior CGOF/MDIC.

CNPJ: 00.394.478/0001-43

UG: 280102

Gestão: 00001

Tipo: Termo de Cooperação

Processo: 52008.000196/2010-46

Objeto: Realização de leilões para aquisição dos direitos de importar o produto "cocos secos, sem casca, mesmo ralados", enquadrados no sibitem 0801.11.10 da NCM, no limite das cotas de importação referentes ao período de 1.º de setembro de 2009 a 31 de agosto de 2010.

Valor repassado: R$76.999,66

b) Fiscalização das Operações do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

Cedente: Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- SPA/MAPA

UG: 420012

Gestão: 00001

Tipo: Plano de Trabalho

Processo: 21000.004638/2010-70

Objeto: Realização de fiscalização das operações de seguro rural

Valor repassado: R$406.457,46

c) Levantamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar

Cedente: Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SPAE/MAPA

UG: 280106

Gestão: 00001

Tipo: Plano de Trabalho

Objeto: Levantamento da safra brasileira de cana de açúcar

Valor repassado: R$125.088,76

d) Venda dos Estoques Públicos de Café

Cedente: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento FUNCAFÉ/SPAE/MAPA

UG: 130137

Gestão: 00001

Tipo: Plano de Trabalho

Objeto: Realização de leilões públicos para comercialização de café dos estoques do Funcafé

Valor repassado: R$555.624,63

f) Levantamento da safra, dos custos de produção e dos estoques privados de café

Cedente: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento FUNCAFÉ/SPAE/MAPA

UG: 130137

Gestão: 00001

Tipo: Plano de Trabalho

Objeto: Levantamento de safra, dos custos de produção e dos estoques de café

Valor repassado: R$917.897,38

g) Operacionalização do PAA/MDS

Cedente: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome SEAN/MDS

UG: 550008

Gestão: 00001

Tipo: Plano de Trabalho

Objeto: Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Valor repassado: R$397.962.403,63 + R$3.987,60

h) Distribuição de Cestas de Alimentos

Cedente: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome SEAN/MDS

UG: 550008

Gestão: 00001

Tipo: Plano de Trabalho

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e operacionalização da distribuição de cestas de alimentos a famílias e/ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional

Valor repassado: R$61.847.808,64

i) Distribuição de Cestas de Alimentos e Ajuda Humanitária Internacional

Cedente: Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário SAF/MDA

UG: 490002

Gestão: 00001

Tipo: Plano de Trabalho

Objeto: Aquisição de produtos agropecuários de produtores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Valor repassado: R$36.976.746,27

j) Distribuição Emergencial e Gratuita de Gêneros Alimentícios às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Operacionalização da Ajuda Humanitária

Cedente: Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional

UG: 530012

Gestão: 00001

Tipo: Plano de Trabalho

Objeto: Distribuição de cestas de alimentos a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional e operacionalização da Ajuda Humanitária Internacional

Valor repassado: R$202.282,58

12.3.2 - Transferências Concedidas

UG: 135100

UG Favorecida: 135577

Gestão: 22211

Objeto: Desenvolvimento do Programa de Revitalização da Conab

Valor repassado: R$3.849.241,14

12.4 – Transferências mediante convênios

A Conab não realizou transferências durante o exercício de 2011.

12.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

Quadro CXVII - BALANÇO PATRIMONIAL - Exercício findo em 31/12/2011

A T I V O	2011	2010
CIRCULANTE	**4.735.555.770,99**	**5.212.315.145,43**
DISPONÍVEL	**1.060.620,29**	**972.426,41**
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	**1.049.032.903,78**	**702.486.519,56**
CRÉDITOS A RECEBER	**751.495.446,69**	**578.264.288,00**
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	**292.645.279,10**	**119.415.257,35**
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	**4.892.177,99**	**4.806.974,21**
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	**0,00**	**0,00**
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	**0,00**	**0,00**
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	**3.685.418.718,01**	**4.508.832.121,49**
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	**43.528,91**	**24.077,97**
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**573.912.136,02**	**567.647.970,33**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**317.083.667,52**	**307.205.272,55**
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	**131.473.814,53**	**120.748.569,96**
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96

CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	**185.609.852,99**	**186.456.702,59**
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	**80.222.308,20**	**80.262.840,30**
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	**176.527.368,99**	**180.147.857,48**
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	**78.791,31**	**32.000,00**
TOTAL	**5.309.467.907,01**	**5.779.963.115,76**
P A S S I V O	**2011**	**2010**
CIRCULANTE	**4.952.025.232,72**	**5.446.379.747,49**
DEPÓSITOS	**117.196.011,03**	**30.625.802,58**
CONSIGNAÇÕES	**2.085.251,58**	**1.858.851,68**
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	**17.168.338,92**	**17.077.860,98**
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	**97.942.420,53**	**11.689.089,92**
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	**4.834.829.221,69**	**5.415.753.944,91**
OBRIGAÇÕES A PAGAR	**177.842.494,99**	**59.009.233,29**
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	**242.630.604,68**	**243.404.292,41**
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	**617.049.103,45**	**549.222.334,34**
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**3.790.672.956,65**	**4.548.342.382,92**
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	**6.606.203,92**	**15.754.080,72**
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	**3.899,48**	**2.652,71**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**23.958,52**	**18.968,52**
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	**18.228.235,37**	**15.360.005,51**

DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	**69.420,00**	**69.420,00**
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	**18.158.815,37**	**15.290.585,51**
OBRIGAÇÕES A PAGAR	**18.158.815,37**	**15.290.585,51**
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**339.214.438,92**	**318.223.362,76**
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	**92.323.612,21**	**50.501.495,63**
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	**23.710.327,86**	**44.541.368,28**
TOTAL	**5.309.467.907,01**	**5.779.963.115,76**

Quadro CXVIII - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercício findo em 31/12/2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	**35.142.943,63**	**18.246.566,50**
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	**(16.445.192,33)**	**(68.690.715,84)**
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**18.697.751,30**	**(50.444.149,34)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(13.134.264,83)**	**(20.878.361,53)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(5.475.292,59)**	**3.036.040,38**

FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	**88.193,88**	**(68.286.470,49)**
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	**88.193,88**	**(68.286.470,49)**
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

Quadro CXIX - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO-Exercício findo em 31/12/2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	**223.180.498,85**	**25.373.084,13**	**443.496,71**	**728.138,20**	**11.872.793,86**	**11.570.455,95**	**29.159.753,94**	**302.328.221,64**
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	**223.180.498,85**	**25.373.084,13**	**443.496,71**	**728.138,20**	**12.386.320,64**	**11.570.455,95**	**44.541.368,28**	**318.223.362,76**
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	**223.180.498,85**	**25.373.084,13**	**443.496,71**	**728.138,20**	**13.961.869,27**	**51.817.023,90**	**23.710.327,86**	**339.214.438,92**

Quadro CXX - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31/12/2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	**1.520.987.917,36**	**244,72**	**394.013.198,77**	**78,22**
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**1.412.640.897,96**	**227,29**	**412.356.496,76**	**81,86**
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**108.347.019,40**	**17,43**	**(18.343.297,99)**	**-3,64**
4.RETENÇÕES	**17.050.037,05**	**2,74**	**15.207.353,03**	**3,02**
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	**91.296.982,35**	**14,69**	**(33.550.651,02)**	**-6,66**
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**530.230.886,20**	**85,31**	**537.301.132,03**	**106,66**
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	**621.527.868,55**	**100,00**	**503.750.481,01**	**100,00**
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**621.527.868,55**	**100,00**	**503.750.481,01**	**100,00**
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - **Resultado Antes do IR e CSLL**	**35.142.943,63**	**5,65**	**18.246.566,50**	**3,62**
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - **Resultado Líquido do Exercício**	**31.510.972,51**	**5,07**	**10.270.535,61**	**2,04**
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - **Lucros Retidos**	**22.451.567,91**	**3,61**	**7.317.756,62**	**1,45**

Composição do Capital Social

O Capital Social da Conab, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 005969/0-5

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
1	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de "*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*".

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por

Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3 ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*".

NOTA 4 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos**,** sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até

31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos ("impairment"): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte "B" do LALUR.

NOTA 5 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
ICMS a Compensar	241.699	285.410
IRRF a Compensar	36	33
Contribuições Outros Impostos	105	93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840	285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6 LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7 RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8 DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9 CONTAS A RECEBER

O total de R$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n,º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	**2010**
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	**197.502**	**176.675**

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	**2010**
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	**364.922**	**347.784**

NOTA 10 DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	**292.646**	**119.415**

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	**18.010**	**15.348**

NOTA 11 RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R$131.474 mil.

NOTA 12 BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	**3.685.419**	**4.508.832**

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R$554.555 mil.

NOTA 13 ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R$4.952.026 mil.

NOTA 14 DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15 CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- ***Trabalhistas:*** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

- ***Tributárias*:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

- ***Cíveis:*** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	**422.825**	**106.211**	**579.507**	**139.609**

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- ***Cíveis:*** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

- ***Trabalhistas****:* São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	**342.333**	**317523**	**351.646**	**369167**

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

Trabalhista: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Tributária: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n,º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	**422.826**	**311.635**	**579.870**	**793.009**

NOTA 16 OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R$3.790.673 mil.

NOTA 17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R$980 mil e R$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R$1.575 mil e R$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é

de R$31.511 mil.

NOTA 18 DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica "**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**", o saldo do grupo aumentou para R$34.997 mil.

Em R$ mil

Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

NOTA 19 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

19.1 - Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R$40.407 mil e R$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela

Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R$12.165 mil.

NOTA 20 REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra "e", da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Em R$ mil

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31

Em R$ mil

Salários Médios	Exercício	
	2011	2010
Dirigentes	23.884,29	23.884,29
Empregados	2.642,62	2.559,69

NOTA 21 CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto

BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Em R$ mil

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasse – Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
Total de Repasses	**3.218**	**3.579**

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos "Termos de Cooperação Técnica" mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n,º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R$451.036 mil no ano de 2011.

12.6 – Composição dos Investimentos da Empresa

Quadro CXXI - Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	**Quantidade**	**Obs.**	**31/12/2009 (R$)**	**31/12/2010 (R$)**	**31/12/2011 (R$)**
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepostos do Acre	232.798	**BNDES**	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	**BNDES**	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	**BNDES**	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	**BNDES**	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	**BNDES**	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	**BNDES**	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	**BNDES**	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	**BNDES**	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	**11.246.571.800**	=====	**24.283.767,98**	**24.283.767,98**	**24.283.767,98**

Ações Preferenciais - %					
Investida	**Quantidade**	**Obs.**	**31/12/2009 (R$)**	**31/12/2010 (R$)**	**31/12/2011 (R$)**
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	**BNDES**	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	**BNDES**	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	**BNDES**	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	**BNDES**	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	**BNDES**	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	**BNDES**	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	**BNDES**	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	**BNDES**	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	**BNDES**	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	**BNDES**	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	**BNDES**	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	**BNDES**	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	**BNDES**	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	**BNDES**	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	**1.967.220.957**	**=====**	**11.580.527,29**	**11.580.527,29**	**11.575.984,63**

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB
(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste
(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei n.º 9.491, de 09/09/1997 e Decreto n.º 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a Provisão para Perdas Prováveis, no total de R$8.056.461,73, assim discriminados:

Quadro CXXII – Demonstrativo da Provisão para Perdas

CNPJ	Investida	Quantidade	31/12/2011 (R$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepostos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1395,27
28137800000178	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
TOTAL			**8.056.461,73**

Fonte: Sucon

12.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029 de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro "A.11.1 - Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União".

No fim do exercício de 2010, a Conab mantinha 6 imóveis locados de terceiros, descritos no quadro a seguir.

Quadro CXXIII - Distribuição

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ		Observação
	2011	2010	
Acre	1	1	
Rio Branco	1	1	
Alagoas	4	4	Imóveis destinados a venda: Um prédio em Maceió e o armazém de União dos Palmares (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Maceió	2	2	
Palmeira dos Índios	1	1	
União dos Palmares	1	1	
Amazonas	4	4	Imóveis destinados a venda: Humaitá e Careiro (Conad-conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Humaitá	1	1	
Careiro	1	1	
Manaus	1	1	
Manicoré	1	1	
Bahia	8	8	Um imóvel em salvador alienado à empresa Bellintane Empreendimentos Ltda, por R$ 3.702.050,00, aguardando a escrituração para baixa contábil e o de Ilhéus em processo de devolução à SPU - Secretaria do Patrimônio da União.
Salvador	1	1	
Entre Rios	1	1	
Ribeira do Pombal	1	1	
Itaberaba	1	1	
Santa Maria da Vitória	1	1	
Irecê	1	1	
Teixeira de Freitas	1	1	
Ilhéus	1	1	
Ceará	19	19	Um armazém em Fortaleza foi doado à SPU, aguardando processo de baixa contábil. Um Prédio em processo de doação à Prefeitura Municipal de Sobral e outro prédio foi desapropriado pelo Governo do Estado. Atualmente funciona no local a Universidade Vale do Acaraú. Aguardando decisão judicial da Ação de Desapropriação e os imóveis de Tianguá e Uruburetama estão destinado a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010)
Fortaleza	3	3	
Iguatu	1	1	
Senador Pompeu	1	1	
Russas	1	1	
Brejo Santo	2	2	
Icó	1	1	
Sobral	3	3	
Tianguá	1	1	
Tauá	1	1	
Maracanaú	1	1	
Juazeiro do Norte	1	1	
Uruburetama	1	1	
Crateús	2	2	
Distrito Federal	8	8	Um dos imóveis está cedido à DFA/DF
Brasília	8	8	
Espírito Santo	4	4	Um dos imóveis de Vitória está cedido à SEAP/PR por tempo indeterminado
Vitória	3	3	
Colatina	1	1	
Goiás	16	16	Armazém convencional de Itauçu destinado a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Itauçu	1	1	
Pontalina	4	4	
Rio Verde	2	2	
Santa Helena	2	2	
Palmeira de Goiás	1	1	
São Luís dos Montes Belos	2	2	
Paraúna	1	1	
Goiânia	1	1	

Itapuranga	1	1	
Goiatuba	1	1	
Maranhão	15	15	O armazém de Rosário está cedido à FUNASA, o Entreposto de Pesca e um terreno localizados em São Luís estão destinados a venda, também destinados a venda um imóvel em Pindaré-Mirim, São Félix do Balsas, Balsas, Presidente Dutra, Zé Doca, Bacabal e Fortaleza dos Nogueiras (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010)
Rosário	1	1	
São Luís	4	4	
Pindaré-Mirim	2	2	
Imperatriz	2	2	
São Félix das Balsas	1	1	
Balsas	1	1	
Presidente Dutra	1	1	
Zé Doca	1	1	
Bacabal	1	1	
Fortaleza dos Nogueira	1	1	
Mato Grosso	35	35	O armazém localizado em Jaciara e os terrenos em Santo Antônio do Leverger estão destinados a venda (Conad-Ata da 202.ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010)
Cuiabá	4	4	
Jaciara	1	1	
Alta Floresta	1	1	
Diamantino	1	1	
Sorriso	1	1	
Rondonópolis	1	1	
Sinop	5	5	
Juara	1	1	
Santo Antonio do Leverger	20	20	
Mato Grosso do Sul	14	14	Duas casas localizadas em Campo Grande, os armazéns de Glória de Dourados e Pedro Gomes e um galpão em Chapadão do Sul estão destinados a venda (Conad-Ata da 202.ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010)
Campo Grande	4	4	
Sidrolândia	1	1	
Dourados	1	1	
Glória de Dourados	1	1	
Maracaju	1	1	
Rio Brilhante	1	1	
Cassilândia	1	1	
Pedro Gomes	1	1	
São Gabriel D'Oeste	1	1	
Chapadão do Sul	2	2	
Minas Gerais	7	7	O imóvel em Juiz de Fora está cedido à empresa Monte Sinai Comércio Atacadista Ltda, pelo prazo de 240 meses, contando a partir de 23/09/2010
Belo Horizonte	1	1	
Uberlândia	2	2	
Uberaba	1	1	
Juiz de Fora	1	1	
Passa Quatro	1	1	
Montes Claros	1	1	
Pará	10	10	Os armazéns de Alenquer, Anapu e Brasil Novo, os prédios em Santaré e Nova Marabá e um galpão em Marabá estão destinados a venda (Conad-Ata da 202.ª Reunião Ordinária , realizada em 24/02/2010)
Alenquer	1	1	
Ananindeua	1	1	
Anapu	1	1	
Belém	1	1	
Brasil Novo	1	1	
Santarém	2	2	
Marabá	2	2	
Nova Marabá	1	1	
Paraíba	11	11	Um prédio localizado em Campina Grande está cedido ao município, o armazém frigorífico e um terreno localizados em Esperança e o prédio localizado em Sousa, estão destinados a venda (Conad-Ata da 202.ª
Campina Grande	3	3	
Monteiro	2	2	

Esperança	2	2	Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010). Uma fazenda localizada em Alhandra está com ação de desapropriação tramitando na Justiça Federal
João Pessoa	1	1	
Alhandra	1	1	
Sousa	1	1	
Patos	1	1	
Paraná	8	8	Os armazéns de Francisco Beltão e Ponta Grossa (Cará-Cara) estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Curitiba	2	2	
Francisco Beltrão	1	1	
Cambé	1	1	
Ponta Grossa	3	3	
Rolândia	1	1	
Pernambuco	12	12	Entreposto de Pesca de Recife está em processo de cessão ao Governo do Estado de Pernambuco, e um pavimento, um terreno e dois prédio, localizados em Recife, um prédio localizado em Arcoverde e outro em Goiana estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Recife	8	8	
Arcoverde	2	2	
Bom Jardim	1	1	
Goiana	1	1	
Piauí	9	9	Dois prédios localizados em Teresina estão destinados avenda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010) e um armazém, também em Teresina, está em processo de transferência para a RFFSA
Teresina	6	6	
Parnaíba	1	1	
Floriano	1	1	
Picos	1	1	
Rio de Janeiro	18	18	Dos imóveis localizados na cidade do Rio de Janeiro 2 estão destinados a alienação imediata, estando um deles em negociação para venda direta ao Governo do Estado doRio de janeiro; 2 estão em atividades (UA Lira Tavares); dois hortomercados são administrados pela Conab; 2 hortomercados estão cedidos à Prefeitura Municipal do Rio de Janerio e 1 cedido ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com opção de venda.
Rio de Janeiro	10	10	
Vassouras	1	1	
Pati de Alferes	1	1	
Nov Friburgo	1	1	
São José do Ubá	1	1	
Campos dos Goytacazes	1	1	Os imóveis denominados Mercado do Produtor/Centro de Abastecimento, localizados nos municípios de Vassouras, Pati de Alferes, Nova Friburgo, São José do Ubá, Campos dos Goytacazes e Macaé, estão em análise com vista a devolução à Ceasa/RJ
Macaé	1	1	
Silva Jardim	1	1	
Barra do Piauí	1	1	Os imóveis localizados em Silva Jardim e Barra do Piraí estão cedidos a CASERJ e o imóvel de Irajá é de propriedade da Ceasa/RJ, tendo a Conab direito a posse permanente, a título gratuito e por tempo indeterminado.
Rio Grande do Norte	12	12	Entreposto de Pesca de Natal está cedido ao município
João Câmara	2	2	
Natal	4	4	
Umarizal	1	1	
Currais Novos	2	2	
Caicó	1	1	
Mossoró	1	1	
Assu	1	1	
Rio Grande do Sul	17	17	O armazém localizado em São Borja e os terrenos em Vacaria estão destinado a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Canoas	2	2	
Porto Alegre	3	3	
Caxias do Sul	1	1	
São Borja	1	1	
Entre-Ijus	1	1	
Guarani das MIssões	1	1	
São Paulo das Missões	1	1	
Vacaria	7	7	
Rondônia	18	18	Os armazém localizados em Guajará-Mirim, Colorado do Oeste e Jaru e, também o terreno localizado em Presidente Médice estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em
Guajará-Mirim	1	1	
Porto Velho	3	3	

Colorado do Oeste	1	1	24/02/2010)
Cacoal	1	1	
Rolim de Moura	1	1	
Pimenta Bueno	1	1	
Alvorada do Oeste	1	1	
Presidente Médici	1	1	
Vilhena	1	1	
Ouro Preto d'Oeste	2	2	
Nova União	1	1	
Theobroma	1	1	
Jaru	1	1	
Ariquemes	1	1	
Alto Paraíso	1	1	
Roraima	3	3	O armazém de Alto Alegre e um prédio em Boa Vista estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Alto Alegre	1	1	
Boa Vista	2	2	
Santa Catarina	5	5	Terreno e armazém localizados em Chapecó estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
São José	1	1	
Chapecó	2	2	
Herval d'Oeste	2	2	
São Paulo	7	7	Uma casa em São Paulo e os armazéns de Araraquara e Rio Claro estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010) e os imóveis de Cananéia e Santos estão cedidos ao Ministério da Pesca
São Paulo	3	3	
Araraquara	1	1	
Rio Claro	1	1	
Cananéia	1	1	
Santos	1	1	
Sergipe	3	3	Firmado contrato de Cessão com opção de compra e venda, com o Município de Nossa Senhora da Gloria/SE, pelo prazo de 20(vinte) anos a partir de 09/12/2005, data da assinatura do contrato, com termino em 08/12/2025.
Itabaiana	2	2	
Nossa Senhora da Glória	1	1	
Tocantins	3	3	
Araguaína	1	1	
Formoso do Araguaia	1	1	
Palmas	1	1	
Total	271	271	

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais de Imóveis

Quadro CXXIV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localiação Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício de 2011	Ezxercício de 2010
Brasil	**Bahia**	**1**	**1**
	Salvador	1	1
	Amapá	**1**	**1**
	Macapá	**1**	**1**
	Maranhão	**2**	**2**
	São Luís	2	2
	Minas Gerais	**1**	**1**
	Belo Horizonte	1	1
	Mato Grosso do Sul	**1**	**1**
	Campo Grande	1	1
	Mato Grosso	**1**	**1**
	Cuiabá	1	1
	Tocantins	**1**	**1**
	Palmas	1	1
Total		**8**	**8**

Fonte: Supa/Gepas
Obs.: A Conab não possui imóveis no exterior

Quadro CXXV - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício (Em R$)		
				Valor Histórico (Em R$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (Em R$)	Imóvel	Instalações	Total
135465 UA-Colatina	16	-	3	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
135481 UA-Camburi	16	-	3	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
135492 UA-Campos Altos	16	-	4	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
135475 UA-Conceição do Rio Verde	16	-	4	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
135482 UA-Juiz de Fora	16	-	4	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
135491 UA-Perdões	16	-	4	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
135474 UA-São Sebastião do Paraíso	16	-	4	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
135483 UA-VArginha	16	-	4	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
135271 UA-Apucarana	16	-	3	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
135331 UA-Bauru	16	-	3	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
135486 UA-Carapicuíba	16	-	3	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
135531 UA-Bernardino de Campos	16	-	3	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
135487 UA-Garça	16	-	3	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
135476 Sede Sureg Paraíba	4	-	2	53.000,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Total							**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Supad/Gepas

Portaria SPU n.º 9 – Superintendência em Alagoas, de 25 de abril de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado à Sede da Sureg de Alagoas pelo prazo de 10 anos, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, a critério daquela Secretarial
Portaria SPU n.º 84 – Superintendência em Minas Gerais, de 28 de junho de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado às instalações da Unidade Armazenadora de Conceição do Rio Verde pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogada por igual período.
Portaria SPU n.º 85 – Superintendência em Minas Gerais, de 28 de junho de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado às instalações da Unidade Armazenadora de São Sebastião do Paraíso pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogada por igual período.
Portaria SPU n.º 86 – Superintendência em Minas Gerais, de 28 de junho de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado às instalações da Unidade Armazenadora de Perdões pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogada por igual período.
Portaria SPU n.º 87 – Superintendência em Minas Gerais, de 28 de junho de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado às instalações da Unidade Armazenadora de Manhumirim pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogada por igual período.
Portaria SPU n.º 88 – Superintendência em Minas Gerais, de 28 de junho de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado às instalações da Unidade Armazenadora de Juiz de Fora pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogada por igual período.
Portaria SPU n.º 89 – Superintendência em Minas Gerais, de 28 de junho de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado às instalações da Unidade Armazenadora de Campos Altos pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogada por igual período.

12.8 – Parecer da Auditoria Independente

MOORE STEPHENS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobe as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditoria do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.

Moore Stephens Vector Auditores S/S
CRC-DF 000896/O-1
CVM n º. 12.327

Fabson Vogel
Contador CRC-DF 012038/O-0
Sócio

Edson Souza Sobrinho
C ontador CRC-DF 010198/O-4
Sócio

13 – Governança e Controles

13.1 – Informações sobre o Controle Interno

Quadro CXXVI – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas		X			

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	**X**				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	**X**				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	**X**				

Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações-Dipai, Diretoria Financeira-Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral-Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-Codag e Gabinete da Presidência-Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

13.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

13.2.1 – Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	**002114**

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	028.765/2011	----	único	DE	OFÍCIO Nº 3666/2011-TCU/SECEX-MA.
02	018.696/2007	2974/2009-TCU –PL	9.5	DE	OFICIO Nº 97/2010–TCU SECEX-8
03	018.696/2007	1835/2009-TCU–PL	9.4.1/ 9.4.2	DE	OFICIO Nº 97/2010–TCU SECEX-8.
04	001.457/2010	2481/2010-TCU-PL	9.1/9.2/9.3	DE	OFICIO Nº 1622/2010-TCU/SECEX-RS.
05	018.696/2007	3124/2010-TCU-PL	9.1/9.2	DE	OFICIO Nº 959/2010 – CU/SECEX-8
06	028.400/2010	611/2011-TCU-PL	1.6.1	DE	OFÍCIO Nº 32/2010 –TCU/SEFTI
07	014.020/2003	541/2011-TCU-PL	4.1.1.2	DE	OFÍCIO Nº 115/2011–CU/SECEX-8.
08	018.696/2007	541/2011-TCU-PL	9.1/9.2	DE	OFÍCIO Nº 204/2011–TCU/SECEX-8
09	014.600/2002	1244/2011-TCU- 2ª C	9.5	DE	OFÍCIO Nº 450/2011–TCU/SECEX-8.
10	004.643/2009	1244/2011-TCU-2ª C	1.5	DE	OFÍCIO Nº 186/2006–TCU/SECEX-SC
11	018.696/2007	1835/2009-TCU-PL	9.1.1/9.2.2	DE	OFÍCIO Nº 674/2011–TCU/SECEX-8
12	023.627/2007	2132/2010-TCU-PL	9.1.1.1	DE	AVISO Nº 1387- SESES – TCU-PL
13	009.789/2009	123/2010-TCU-PL	9.1/9.2/9.3/9.4	DE	OFÍCIO Nº 010/2010 - SEPROG

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:	Código SIORG
01 - Presidência, CPL.	002114
02 - Presidência, Diretoria de Operações a Abastecimento.	002114
03 - Presidência, Diretoria de Operações a Abastecimento.	002114
04 – Superintendência Regional do Rio Grande do Sul.	002114
05 – Diretoria de Operações a Abastecimento.	002114
06 – Diretoria de Política Agrícola e Informações.	002114
07- Auditoria Interna e Diretoria Financeira.	002114
08- Presidência, Diretoria de Operações a Abastecimento e Diretoria Financeira.	002114
09- Diretoria Administrativa.	002114
10- Diretoria Administrativa, Diretoria Financeira, Procuradoria Geral e Sureg/BA	002114
11- Diretoria de Operações a Abastecimento.	002114
12- Presidência, Diretoria de Administrativa.	002114
13- Presidência, Diretoria de Política Agrícola e Informações, Diretoria de Abastecimento, Diretoria Financeira e Procuradoria Geral.	002114

Descrição da Deliberação:

01 - Diz respeito à solicitação de informações a serem ofertadas no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência deste expediente, com relação à Concorrência CONAB nº 001/2011;

a) informações a respeito da pontuação atribuída em edital à titulação de profissionais integrantes dos quadros da contratada, esclarecendo a necessidades dos critérios adotados, em especial no tocante à relação como o objeto licitado.

b) demonstração da adequação das estimativas da Concorrência CONAB nº 001/2011, rente ao custo de mercado dos serviços de cada profissional, bem como em relação à natureza e à quantidade de ações a serem acompanhadas pelo escritório a ser contratado, encaminhando os documentos que serviram de fundamento para a definição dessas estimativas.

02 – Trata-se de Embargos de Declaração interpostos pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé, contra o Acórdão n.º 2472/2009 - Plenário que, por unanimidade dos Ministros não houve conhecimento, tendo determinado à 8.ª Secex que analise as informações constantes da petição, em especial o anexo 8 dos autos, nos termos do subitem 9.5 do Acórdão 1835/2009 - Plenário.

03 - Trata-se de Audiência, com prazo de 15 dias com o objetivo de serem apresentadas as justificativas pelo descumprimento dos itens 9.4.1 e 9.4.2 do Acórdão n.º 1835/2009 - Plenário explicitando:

a) quanto ao item 9.4.1: ausência de fiscalização e apuração de burlas aos leilões n.ºs 362/2007 e 407/2007, tendo em vista a grande quantidade de irregularidades encontradas no documento disponibilizado pela entidade ao Tribunal (anexo 9 destes autos) tais como:

a.1. a participação de produtores rurais em quantidade superior ao limite estabelecido de 18.000kg de café em grãos;

a.2. a indicação da própria cooperativa ou de outra pessoa jurídica como adquirente, práticas vedadas pelos itens 1.3 dos avisos de ambos os leilões; e

a.3. a diversidade de casos em que o adquirente é descrito pelo nome de uma pessoa seguida a expressão "e outros", ocultando quais realmente foram os adquirentes e dando margem à burla do limite máximo de participação;

b) quanto ao item 9.4.2: as informações relativas aos produtores rurais não foram disponibilizadas no sítio oficial da Conab na Internet e o documento disponibilizado (anexo 9 destes autos) não indica o leilão a que se refere, relaciona apenas as informações dos adquirentes, agrupados por cooperativa, e não relaciona os dados dos demais produtores, de forma que se possa totalizar o total leiloado e dar mais transparência aos dados."

04 - Em face de representação formulada por Guilherme Schmitt Menezes, tendo em vista os termos do Edital de Concorrência n.º 01/2009, da Sureg/RS, assunto esse que preferencialmente foi objeto de deliberação da Corte de Contas, *in* Acórdão n.º 1452/2010 – TCU – Plenário, inclusive concedendo medida cautelar para sobrestar o andamento da licitação.

Presentemente, e com as providências adotadas pela Regional, o TCU deliberou por:

- 9.1. revogar a medida cautelar concedida às fls. 103/106 dos presentes autos, uma vez cumprida a condição estabelecida no subitem 9.3 do Acórdão nº 1.452/2010 – TCU – Plenário;

- 9.2. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao representante e à Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul – CONAB – SUREG/RS;

- 9.3. arquivar os presentes autos".

05 - Diz respeito a mais uma deliberação da Corte de Contas em face da representação interposta pelo Cecafé que deliberou:

- "ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator":

9.1 nos termos do art. 250, §1º, do Regimento Interno do Tribunal, acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Wagner Gonçalves Rossi, ex-Presidente da Conab;

9.2 com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, assinar o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab:

9.2.1 dê efetivo cumprimento à determinação expressa no subitem 9.4.1 do Acórdão 1835/2009-Plenário, aplicando aos responsáveis pela ocorrência de burla aos limites fixados nas regras do Pepro-Café-2007, as penalidades administrativas cabíveis, informando a este Tribunal, no prazo fixado, sobre as medidas adotadas e respectivo resultado;

9.2.2 dê adequado cumprimento à determinação descrita no subitem 9.4.2 do Acórdão 1835/2009-Plenário, incluindo no sítio da Conab na Internet a identificação dos produtores rurais não associados a cooperativas, além das demais informações já disponibilizadas, informando a este Tribunal, no prazo fixado, sobre as providências adotadas;

9.3 com base no art. 3º do Regimento Interno deste Tribunal, determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa - que informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ciência, sobre o resultado dos estudos noticiados pela Nota de Acompanhamento NA/AECI/GM 021/2009, de 17/11/2009,

decorrentes da recomendação inserta no subitem 9.3.3 do Acórdão 1835/2009-Plenário, relativa à regionalização dos leilões para repasse de subvenções econômicas para a comercialização das safras de café;

9.4 nos termos do art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal:

9.4.1 ratificar, junto à Conab e ao Mapa, a recomendação expressa no subitem 9.3.1 do Acórdão 1835/2009-Plenário, para que, nos leilões do Pepro/Café, sejam creditados os prêmios diretamente às contas dos respectivos produtores rurais cooperados, no caso de cooperativas arrematantes, à semelhança do que se faz em leilões de outras culturas agrícolas;

9.4.2 esclarecer à Conab e ao Mapa que, embora as recomendações do Tribunal não sejam impositivas, em respeito ao poder discricionário da Administração, elas têm por objetivo melhorar a eficiência e a efetividade da ação governamental, e, no caso em tela, esta Corte de Contas entende que as subvenções econômicas aos cooperados atingem maior grau de eficiência e de efetividade quando se garante o crédito dos recursos diretamente às contas dos produtores cooperados, dessa maneira o seu eventual descumprimento injustificado poderia ensejar a responsabilização futura do gestor;

9.5 determinar à 8ª Secex que monitore, nos presentes autos, a implementação das determinações expedidas e da recomendação ratificada neste Acórdão;

9.6 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab -, ao Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé -, ao Procurador-Geral da República, em complemento ao Ofício Conab Presi 255, de 25/6/2010, e ao Sr. Wagner Gonçalves Rossi".

06 - Trata-se de diligência, com prazo de resposta para até 4.2.2011, e inerente à aplicação de questionário com questões atinentes ao "Sistema de gestão das empresas estatais".

07 - Diz respeito ao julgamento da Prestação de Contas – Exercício 2002, com ressalvas, dando-se quitação aos responsáveis arrolados, além de: - "Determinar à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab que informe, em item específico, no relatório de gestão a ser apresentado a esta Corte de Contas, referente ao exercício de 2010, o resultado do processo de sindicância relativo ao contrato firmado entre a Conab e a Companhia Norberto Odebrecht (item 4.1.1.2. "e" do Relatório de Auditoria nº 117287 da SFC), considerando que foi informado à CGU, por meio da Nota Técnica AO 020/03, que o processo seria devolvido à Comissão Sindicante para que se aprofundasse nas apurações e identificasse os responsáveis, declarando que o trabalho realizado restava incompleto."

08 - Trata-se de Embargos de Declaração (em representação) sendo recorrente a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. – Cooxupé, com a seguinte deliberação:

"9. Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, interpostos pela Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. - Cooxupé, contra o Acórdão 3.124/2010 -Plenário, relativo a monitoramento de determinações expedidas no Acórdão 1.835/2009-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 com fulcro no art. 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2 esclarecer à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab - e à Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. - Cooxupé -, que a determinação contida no subitem 9.2.1 do Acórdão 3.124/2010-Plenário não se traduz em ordem para que a Conab aplique as penalidades administrativas previstas no Regulamento do Pepro/Café nº 02/07 aos produtores rurais que participaram dos leilões por intermédio de suas cooperativas;

9.3 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab - e à Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. - Cooxupé, entidade recorrente".

09 -Informa que o responsável multado pelo Tribunal (TC 014.600/2002-1 – Acórdão n.º 763/2010 – TCU – Plenário) não comprovou o recolhimento da multa imposta, ratifica a alternativa do pagamento em 24 parcelas via folha de pagamento, e requer que a Conab comunique à 8.ª Secex as medidas adotadas, comprovando mensalmente os valores recolhidos.

10- Representação cujo interessado é a Justiça Federal de 1.º Grau no Estado da Bahia – Subseção Judiciária de Guanambi/BA de cuja deliberação o TCU houve por: - "Determinar à Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB que atente quanto à necessidade de tempestiva atuação visando à devolução da mercadoria ou reparação do dano por parte do depositário, seja no âmbito administrativo, abertura de Tomada de Contas Especial, seja no judicial, nos casos de constatação da falta de mercadorias entregues à guarda de terceiros, sob pena de responsabilidade solidária de que tiver dado causa à inação".

11-Diz respeito a diligência com o objetivo de sanear o processo de Representação do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), demandando, com prazo de 15 (quinze) dias, a remessa de comprovantes de que foram aplicadas às cooperativas as sanções por terem excedido o limite estabelecido nos avisos e repassaram aos cooperados volume superior ao permitido; a informação do endereço eletrônico em que se encontra a identificação dos produtores rurais não associados a cooperativas, indicando o caminho a ser percorrido a partir da página principal da Conab na internet; informações relativas ao cumprimento da providência quanto à regionalização do programa; e o envio de documentos que comprovem que os prêmios estão sendo diretamente creditados nas contas dos produtores rurais cooperados.

12 - Encaminhamento ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de cópia do Acórdão n.º 2132/2010-TCU-Plenário, que repassado à Conab, por e-mail, de 8.9.2010, do Assessor Especial de Controle Interno, com as seguintes determinações:

- "9.1. com fundamento no art. 45 da Lei nº 8.443/1992, c/c art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, que:

9.1.1. expeça orientação formal às empresas estatais a fim de que:

9.1.1.1. no prazo de 6 (seis) meses, efetuem levantamento no intuito de identificar e regulamentar, em todos os níveis de negócio, mediante análise criteriosa de suas rotinas e procedimentos, as atividades passíveis de terceirização, de modo a separá-las de acordo com sua natureza (v.g. conservação, limpeza, segurança, informática, assessoramento, consultoria, e outras), em consonância com as disposições do Decreto nº 2.271/1997 e da Súmula TST nº 331;

9.1.1.2. no prazo de 2 (dois) meses, contado a partir do cumprimento da medida descrita no subitem anterior, confrontem os objetos de todos os contratos de prestação de serviços terceirizados em andamento com as atividades identificadas a partir do levantamento acima, e identifiquem o número de trabalhadores terceirizados que se enquadrem em alguma das seguintes situações irregulares: ocupação de atividades inerentes às categorias funcionais previstas no plano de cargos da empresa; exercício de atividade-meio e presença de relação de subordinação direta e pessoalidade; e exercício de atividade-fim; e

9.1.1.3. no prazo de 4 (meses), contado a partir do cumprimento da medida descrita no subitem anterior, remetam ao DEST plano detalhado para substituição, num prazo de 5 (cinco) anos, de todos os trabalhadores que se enquadrem nas situações relatadas no subitem acima por empregados concursados, em atenção ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal, o qual deverá contemplar cronograma informativo sobre o número e o percentual de substituições previstas em cada ano;

9.1.2. consolide os planos apresentados pelas empresas estatais em decorrência da medida indicada no subitem 9.1.1.3 retro e encaminhe o resultado desse trabalho a este Tribunal, para apreciação, à semelhança do ocorrido no Acórdão nº 1.520/2006-Plenário - relativo à terceirização no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional;

9.2. remeter cópia do relatório de auditoria do BNDES à 5ª Secex, para que o examine em conjunto e confronto com as próximas contas do Banco, bem como avalie a conveniência e oportunidade de promover audiências dos gestores em razão da irregularidade concernente ao provimento de funções de confiança a agentes estranhos aos quadros da estatal, sem vínculo com órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, em desacordo com o art. 37, inciso V, da Constituição Federal, e com os itens 3.1.2 e 3.1.4 do Regulamento Geral de Pessoal do Plano Estratégico de Cargos e Salários - PECS;

9.3. determinar à Controladoria-Geral da União, em atenção ao art. 74, incisos II e IV, da Constituição Federal, que faça constar das prestações de contas anuais das empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como de suas subsidiárias e controladas, observações sobre o cumprimento do cronograma para substituição de trabalhadores terceirizados por servidores concursados a que se refere o subitem 9.1.3 retro;

9.4. com fundamento no art. 243 do Regimento Interno do TCU, determinar à Segecex que adote as medidas necessárias ao monitoramento do cumprimento das determinações contidas no subitem 9.1;

9.5. dar ciência deste acórdão, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; aos Ministros de Estado; ao Procurador-Geral da República; ao Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho; ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; ao Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST; e ao Controlador-Geral da União;

9.6. arquivar o presente processo."

13 - Diz respeito à auditoria operacional lavada a efeito com o objetivo de avaliar o processo de gestão de estoques públicos, redundando nas determinações e recomendações a seguir:

"9.1. determinar à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab que":

9.1.1. passe a exigir a garantia de depósito, conforme art. 8º do Decreto

nº 3.855/2001, em todos os contratos de depósito efetuado junto a terceiros para armazenamento de produtos públicos;

9.1.2. aperfeiçoe os controles internos de estoques públicos de maneira a identificar e corrigir, tempestivamente, as diferenças de estoques entre a Matriz e as Superintendências Regionais, inclusive quanto à contabilização negativa de produtos;

9.1.3. altere a programação das fiscalizações de estoques públicos, de modo que as fiscalizações de um ano não repitam os mesmos estados nos mesmos meses e que haja fiscalizações não-programadas constantes, especialmente nos armazéns que contém maiores quantidades de estoques e nos que já deram causa a perda ou desvio de produtos;

9.1.4. não permita a participação de gerentes ou encarregados de operações em fiscalizações realizadas no estado de sua lotação, para que haja adequada segregação de funções;

9.1.5. revise os processos internos de recuperação de débitos oriundos de perdas ou desvios de estoques públicos, tornando-os mais céleres e que possam ser concluídos dentro de 90 dias, conforme prazo prescricional considerado pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como para que atenda ao prazo máximo de 30 dias para instrução dos procedimentos administrativos de cobrança/reparação dos débitos, conforme Comunicação Interna da Presidência da Conab nº 56/2008;

9.1.6. analise a situação das empresas que estão armazenando estoques públicos e que possuem débitos não quitados oriundos de perdas ou desvios de produtos e, se comprovado que esses armazenadores não poderiam estar contratando com a Administração Federal, por força da Lei nº 10.522/2002, ou por não estarem amparadas por liminar judicial, providencie a remoção dos produtos ali existentes, além de verificar falhas de controle interno que possam dar causa à ocorrência dessa irregularidade, a fim de evitar que empresas impedidas legalmente de contratar com o Governo Federal armazenem estoques públicos, atentando inclusive para disposto no item 8.4.8 do Acórdão TCU nº 313/2002 da Segunda Câmara.

9.2. recomendar à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab que:

9.2.1. proporcione melhores condições estruturais para a realização da fiscalização de estoques públicos, com o adequado provimento de computadores, impressoras, equipamentos para medição de estoques para a realização das fiscalizações de estoques públicos, bem como promova a capacitação periódica dos servidores que trabalham com fiscalização;

9.2.2. incorpore aos regulamentos e orientações referentes à atividade de fiscalização de estoques públicos, detalhamento sobre: procedimentos de vistoria da infra-estrutura física do armazém para o adequado armazenamento de grãos; prazo de envio do Termo de Verificação e Notificação - TVN; utilização do grau de repouso dos grãos; e utilização do peso específico adequado dos produtos por região produtora;

9.2.3. desenvolva software para ser utilizado na atividade de fiscalização de estoques, que realize os cálculos e desenhos das medições de estoques realizadas, e que seja integrado com os sistemas de gestão de estoques e o de cadastro de unidades armazenadoras, a fim de agilizar a atividade de fiscalização de estoques públicos, bem como de proporcionar maior fidedignidade ao processo;

9.2.4. realize estudos para determinação do peso específico para cada produto, segundo a região produtora, para que o cálculo da quantidade de grãos armazenados seja mais fidedigno;

9.2.5. realize análise do custo-benefício de se manter os estoques públicos em armazéns privados em detrimento à sua remoção para armazém próprio, com capacidade estática ociosa, instalado no mesmo município, ou município adjacente;

9.2.6. promova a adequação e/ou reforma da estrutura física de seus armazéns para que todos estejam plenamente operacionais, disponíveis para recepção de estoques públicos, elaborando um plano de reestruturação de suas Unidades Armazenadoras às normas de habilitação técnica e de certificação, visando à garantia do atendimento às Instruções Normativas nº 32/04 e 12/09 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

9.3. com fulcro no art. 250, inciso III, do RI/TCU, determinar à Companhia Nacional de Abastecimento que remeta ao Tribunal, no prazo de 90 dias, plano de ação contendo o cronograma de adoção das medidas necessárias ao atendimento das determinações e recomendações deste Tribunal, com o nome dos responsáveis por cada medida;

9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, aos Presidentes da Câmara dos Deputados e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural daquela Casa, e aos Presidentes do Senado Federal e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária daquela Casa."

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação:	**Código SIORG**

01 - Presidência, CPL.	002114
02 - Presidência, Diretoria de Operações a Abastecimento.	002114
03 - Presidência, Diretoria de Operações a Abastecimento.	002114
04 – Superintendência Regional do Rio Grande do Sul.	002114
05 – Diretoria de Operações a Abastecimento.	002114
06 – Diretoria de Política Agrícola e Informações.	002114
07- Auditoria Interna e Diretoria Financeira.	002114
08- Presidência, Diretoria de Operações a Abastecimento e Diretoria Financeira.	002114
09- Diretoria Administrativa.	002114
10- Diretoria Administrativa, Diretoria Financeira, Procuradoria Geral e Sureg/BA.	002114
11- Diretoria de Operações a Abastecimento.	002114
12 - Presidência, Diretoria de Administrativa.	002114
13- Presidência, Diretoria de Política Agrícola e Informações, Diretoria de Abastecimento, Diretoria Financeira e Procuradoria Geral	002114

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

01 - Resposta ofertada a SECEX-MA, por intermédio do Ofício PRESI n.º 734 de 01.12.2011.

O documento informa em síntese os critérios utilizados para o perfil do profissional a ser contratado, o grau de complexidade das demandas em suas diversas aéreas do direito e a defesa do patrimônio e recursos públicos.

02 - Aguardando pelo resultado da analisa da 8ª Secex.

Obs. Veja na sequência, o requerido por intermédio do Ofício n.º 97/2010 – TCU/Secex-8, de 1º.03.2010.

03 - Por intermédio do Ofício PRESI n.º 096, de 18.03.2010, foi requerida a dilação do prazo para 30.03.2010, deferido consoante o OFÍCIO n.º 156/2010-TCU/SECEX-8, de 22.03.2010.

As justificativas foram objeto do Ofício PRESI n.º 110, de 29.03.2010.

No que diz respeito à questão da burla e, conforme informado no Ofício acima citado, pelo Ofício PRESI n.º 275, de 06.07.2010, a Conab noticiou ao Ministério Público Federal sobre tal ocorrência. VIDE, NA SEQUÊNCIA, O ACÓRDÃO n.º 3124/2010 – TCU – PLENÁRIO.

04 - Dar prosseguimento ao certame licitatório.

A licitação está em andamento. No DOU, de 7.12.2010, Seção 3 - pág. 5, foi publicado o resultado de habilitação, estando essa na fase de recursos contra a habilitação, conforme registrado na CI SUREG/RS n.º 13482, de 21.12.2010.

A Sureg/RS (Fax n.º 2685, de 5.4.2011), em resposta ao Fax AUDIN/GEDOP n.º 006, de 10.3.2011, informou '[...] que a licitação CONCORRÊNCIA 01/2009, cujo objeto é a contratação de serviços de advocacia, está na fase de análise das propostas técnicas".

Consoante aviso publicado no DOU de 18.5.2011, Seção 3 – pág. 7, ocorreu alteração do resultado de julgamento.

Em 1.º.6.2011, DOU – Seção 3 – pág. 28, foi publicado o RESULTADO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

Em 10.6.2011, DOU – Seção 3 – pág. 6, foi publicado o RESULTADO DE PROPOSTA TÉCNICA, que, no dia 13.6.2011, DOU – Seção 3 – pág. 6, foi publicada retificação para dizer que onde se lê: Resultado de Proposta Técnica – Concorrência n.º 1/2009, leia-se: Resultado de Julgamento – Concorrência n.º 1/2009.

Em 12.8.2011, DOU – Seção 3 – pág. 8, foi publicado o Aviso de Homologação e Adjudicação, sendo declarada vencedora a licitante ADVOCACIA MARCO SOMMER SANTOS. O extrato do contrato foi publicado no DOU – Seção 3 – pág. 8, de 1.º.9.2011**.**

05 - Por e-mail de 8.12.2010, a Presi, o Gabin, a Proge, Dipai e Dirab foram cientificadas dos termos do Acórdão, cabendo à Dirab adotar as providências necessárias, inclusive contatando com as áreas possivelmente envolvidas nas questões, em face dos misteres de que tratam as determinações, além de observar que o prazo de 60 (sessenta) dias conta a partir da ciência da autoridade competente, na segunda via do expediente que promover a remessa do Acórdão para a Conab.

Ao receber a cópia do OFÍCIO N.º 959/2010-SECES-8, de 1.º.12.2010, a AUDIN/GEDOP expediu para a Dirab, a CI n.º 489, de 15.12.2010, para dizer que o prazo de 60 (sessenta) dias vencerá em 11.2.2011.

O setor responsável, na data de 29.12.2010, expediu fax para todas as bolsas que participaram dos pregões notificando-as em face das cooperativas arrematantes que excederam o limite de 18.000kg por cooperado ativo/CPF/Aviso, atribuindo o prazo de 5 (cinco) dias úteis, do recebimento do fax, para que apresente as justificativas sobre a ocorrência, sem a qual ou apresentada inconsistente, acarretará na aplicação das penalidades

previstas nos subitens 15.1 e 15.3 do Aviso. O prazo de 60 (sessenta) dias estabelecido para a resposta terá seu vencimento em 11.2.2011.

Pelo Ofício PRESI N.º 099, de 10.2.2011, foram informadas para a Corte de Contas as providências levadas a efeito pela Conab.

Veja na sequência o posicionamento constante do subitem 9.2 do Acórdão n.º 541/2011 – TCU – Plenário (OFÍCIO N.º 204/2011-TCU/SECEX-8, de 10.3.2011.

06 - Por meio eletrônico o questionário foi enviado no dia 27.1.2011, com ratificação do envio pelo Ofício PRESI N.º 068, de 1.º.2.2011.

07 - A Audin elaborou a NOTA TÉCNICA N.º 006/2011, de 24.2.2011, contendo os esclarecimentos quanto à determinação do TCU, e encaminhou (CI AUDIN/GEDOP n.º 110, de 25.2.2011) para a Difin/Supor, a quem compete consolidar o relatório de gestão.

Em face de solicitação constante do Ofício N.º 115/2011-SECEX-8, de 15.2.2011) a Audin (CI N.º 127, de 10.3.2011) requereu da Dirad que cientificasse aos responsáveis arrolados da decisão prolatada, o quê foi atendido consoante dossiê enviado à Audin, em 23.3.2011, contendo cópia das correspondências expedidas

08 - Em face do quê explicitado no subitem 9.2, a Diretoria Colegiada na Reunião Extraordinária n.º 205, realizada em 16.3.2011, deliberou por determinar à Suope o cumprimento pela não aplicação de penalidades aos produtores rurais que participaram dos leilões por intermédio de suas cooperativas.

A respeito do assunto foi expedido o Ofício PRESI n.º 265, de 26.4.2011, para a Secex-8, encaminhando cópia de dossiê capeado pela CI SUOPE/GEOPE N.º 1979, de 7.4.2011, que contém as providências adotadas no sentido de salvaguardar, quanto à aplicação de penalidade, os produtores rurais que participaram dos leilões por intermédio de suas cooperativas.

09 - A Audin/Gedop (CI n.º 208, de 31.5.2011) encaminhou à Dirad cópia do dossiê capeado pelo Ofício n.º 450/2011, com o propósito da adoção das medidas pertinentes ao caso, além de solicitar para que a Auditoria Interna seja informada das providências levadas a efeito.

Em 9.6.2011, por Despacho, a Sureh fez retornar a Audin a CI n.º 208, oportunidade em que juntou ao dossiê cópia da GRU inerente ao recolhimento do valor de R$9.000,00. Em 13.6.2011, o dossiê foi reenviado à Sureh uma vez que o recolhimento citado não contemplou a atualização do valor consoante a decisão da Egrégia Corte de Contas.

Em 10.6.2011, OFÍCIO N.º 505/2011-TCU/SECEX-8, a Conab foi informada que o empregado procedeu ao recolhimento da multa aduzindo ter ficado prejudicada a solicitação constante do OFÍCIO N.º 450/2011-TCU/SECEX-8, de 19.5.2011, fato esse informado à Dirad/Sureh

10- A Sureg/BA pela CI n.º 1311, de 22.3.2011, em posicionamento em face da CI PRESI n.º 131, de 9.3.2011, apresentou esclarecimento além de registrar: - "Destarte, verifica-se que, afora as providências pertinentes à fiel observância do quanto recomendado, rotineiramente adotadas no âmbito desta Regional, o mencionado processo alcançou o seu termo, inclusive com determinação de arquivamento após a cientificação do teor da deliberação".

A Proge, pelo seu Procurador Geral Substituto determinou à Secretaria o encaminhamento de cópia do Acórdão n.º 1244/2011 à Dirab, Difin e todas as Suregs, para conhecimento e adoção das providências administrativas necessárias a implementar celeridade aos procedimentos destinados à apuração de perda de produto, conforme já salientado na Comunicação Interna Circular PRESI n.º 056, de 30.1.2008**.**

Em face do assunto, registramos a existência da RESOLUÇÃO N.º 001, de 13.1.2011, que, por determinação do TCU (Acórdão n.º 123/2010), passou a contemplar procedimentos mais céleres quanto as providências no sentido de se recuperar as perdas/desvios de mercadorias.

11- A resposta à diligência de que se trata foi objeto do Ofício PRESI n.º 545, de 1.º.9.2011.

12 – Em face do e-mail do Assessor Especial de Controle Interno, a Audin/Gedop emitiu a CI n.º 361, de 10.9.2010, à Presi repassando cópia do Aviso e do Acórdão além de explicitar que a determinação do TCU foi dirigida ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG/Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST que, deverá demandar da Conab as providências que lhe foram determinadas.

Pelo Ofício Circular n.º 703/DEST-MP, de 24.9.2010, a Conab foi cientificada das providências a serem levadas a efeito, inclusive com o estabelecimento de cronograma conforme a seguir:

para a recomendação objeto do subitem 9.1.1.1, até 1.º.4.2011; para a do subitem 9.1.1.2, até 1.º.6.2011, e para a do subitem 9.1.1.3, até 1.º.10.2011.

O supracitado ofício foi encaminhado, em 30.9.2010, à Audin para "conhecimento e providências pertinentes, observando-se as cautelas legais e de estilo". Em razão disso, o assunto está em análise para demandar da área competente as providências cabíveis.

A Audin/Gedop expediu a CI n.º 410, de 4.10.2010, para a Dirad, com o objetivo de serem adotadas as providências necessárias em face do quê requerido.

Em resposta à CI AUDIN/GEDOP n.º 484, de 8.12.2010, a Dirad/Sumoc, por Despacho de 16.12.2010, entre outras

considerações indicou que: - “Sobre esse tema, foi realizado um Seminário no dia 02/12/2010, [...] com o objetivo de dar ciência às empresas estatais da determinação do TCU visando posterior apresentação ao DEST de “plano de ação”, em decorrência das medidas estabelecidas pelo TCU. O primeiro passo será efetuar levantamento dos cargos passíveis de terceirização separando-os por natureza de atividades. Esse levantamento deverá ser informado ao DEST até 01/04/2011 para que possam ser tomadas as demais providências em relação ao caso. Informamos que a medida acima já está em estudo e que a informação solicitada pelo DEST será fornecida dentro do prazo estabelecido. [...]”.

O levantamento levado a efeito constitui os autos do Processo n.º 0996/2011, com carga na PRESI em 31.3.2011.

Através do Ofício PRESI n.º 237, de 11.4.2011, foi encaminhado para o Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, a Nota Técnica GECAV n.º 001/2011, que registra o número de empregados terceirizados no âmbito da Conab, exercício 2011, separados de acordo com sua natureza, consoante a alínea “a” do item 6 do Ofício Circular n.º 703/DEST-MP, de 24.9.2010.

Com o propósito de se obter as informações inerentes ao subitem 9.1.1.2, foi emitida a CI DIRAD N.º 049, de 3.6.2011, endereçada para a PRESI, DIFIN, DIPAI e DIRAB**.**

Em resposta à CI AUDIN/GEDOP n.º 316, de 6.9.2011, a Sumoc, por Despacho de 26.9.2011, voltou a dizer da expedição do Ofício PRESI n.º 237, de 11.4.2011, aduzindo que o estabelecido na alínea “b” foi cumprido, uma vez que ao fazer o levantamento exigido na aliena “a”, foi cumprido o que demanda naquela e, que em relação à alínea “c” está em fase final a elaboração da resposta que, tão logo pronta será enviada ao DEST, no prazo estabelecido.

A SUMOC, após ser instada a prestar informações, CI-AUDIN/GEDOP Nº 013, DE 05/01/2012, encaminhou o processo a Auditoria informando que as respostas foram ofertadas por intermédio do Ofício Presi nº 642. fls. 100/103 do processo (21200.000996/2011-38).

13- A resposta à Corte de Contas restou consolidada no OFÍCIO PRESI N.º 111, de 29/3/2010 que, além de esclarecimentos, promoveu a remessa do Plano de Ação requerido o qual recebe atualizações trimestrais.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 1.º Trimestre de 2011, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 09/2011 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 268, de 27.4.2011. Para o 2.º Trimestre de 2011, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 014/2011 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 416, de 11.7.2011. Em relação ao 3.º Trimestre de 2011, foi expedida a NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 021/2011 e enviada para ao TCU por intermédio do Ofício PRESI n.º 651, de 18.10.2011. Em relação ao 4.º Trimestre de 2011, a informação seguiu junto com a NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 4/2012, Ofício PRESI n.º 059, de 31.01.2012.

Síntese dos resultados obtidos:

01- Aprimoramento dos termos do edital com foco na contratação de serviços terceirizados de advocacia.

02- Arquivamento dos Embargos em fase de não conhecimento.

03- No momento não há como dizer sobre resultados, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de punibilidade às cooperativas que burlaram a operação. Foi noticiado o Ministério Público.

04- Aprimoramento dos termos do edital com foco na contratação de serviços terceirizados de advocacia.

05- Aprimoramento na tramitação de documentos.

06 - Aprimoramento no sistema de gestão.

07- Aprimoramento no processo de prestação de contas.

08- Aprimoramento no regulamento do Pepro/Café.

09- Aprimoramento nos procedimentos de controle.

10- Aprimoramento com maior celeridade nos procedimento destinados à apuração de perda de produto.

11- Aprimoramento e melhoramento do sítio da Companhia.

12- Aprimoramento no sistema de gestão.

13- Aprimoramento nos sistema de gestão, processos e procedimentos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Em uma visão de grande espectro o principal fator positivo está atrelado à postura da administração, em 2011, empenhada em atender e solucionar na medida das possibilidades, as questões objeto das recomendações oriundas do órgão de controle externo. A carência de mão de obra especializada tem causado solução de continuidade no desenvolvimento de ações que, em alguns casos, demanda mais tempo para consolidação.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa:	**Código SIORG**
Companhia Nacional de Abastecimento	002114

Deliberações doTCU

Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	009.176/2005-06	1459/2008 TCU 2.º Câmara	1	DE	

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Companhia Nacional de Abastecimento	002114

Descrição da Deliberação:

O Tribunal conheceu da representação e, no mérito, considerou-a parcialmente procedente e determinou: 1. à **Sureg/RS** que:

1.1. promova, sempre que for identificado prejuízo à empresa, para o qual tenha concorrido algum funcionário, a imediata apuração dos fatos e identificação dos responsáveis com vistas a recuperação do dano, além da aplicação das penalidades administrativas cabíveis, instaurando a competente Tomada de Contas Especial, se for o caso.

1.2.providencie, com relação às perdas de armazenagem de responsabilidade da Cooperativa Vinícola Tamandaré Ltda, a instauração de processo(s) de administrativo(s) destinado(s) à:

1.2.1.identificação dos responsáveis pela inércia administrativa no período que decorreu de 1985 até 18/11/2004 (data da remessa dos processos ao escritório de advocacia), além da eventual omissão em relação ao adequado acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo escritório de advocacia e aplicação das penalidades previstas em contrato, com aplicação das penalidades administrativas cabíveis aos funcionários envolvidos;

1.2.2.inércia do escritório de advocacia no período de 18/11/2004 até hoje, com vistas à aplicação das penalidades previstas em contrato, devendo ser acionada, inclusive, a OAB, caso constatado desvio ou negligência na conduta profissional;

1.3.providencie, no prazo de 90 dias, a instauração de Tomada de Contas Especial, na forma definida pela IN/TCU n.º 35/2000, com vistas ao julgamento das contas dos responsáveis e reparação dos prejuízos causados à empresa em razão de desvios de produtos de terceiros no Armazém Frigorífico de Porto Alegre, conforme apurado no processo n.º 06.220/2001, [...] ;

1.4.realize estudos com vistas a dimensionar adequadamente a força de trabalho designada para o Armazém Frigorífico Coronel Augusto Álvaro Leitão - AFCAAL, [...] .

E,

2. ao **TCU**:

2.1.apensar este processo às contas da Superintendência da CONAB no Rio Grande do Sul relativas ao próximo exercício, com vistas a acompanhar a adoção das providências ora determinadas;

2.2.expedir comunicação à Delegada da Polícia Federal Sônia Dellagnese Fenoy acerca da deliberação deste Tribunal.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coger/Sureg-RS/Comissão apuradora	002114

Justificativa para o seu não cumprimento

Para o **subitem 1.2.1** foi instaurado o Processo Administrativo Conab/RS nº 21206.000186/2008-26, resultando na constituição, por meio da Portaria PRESI nº 015, de 03/02/2009, de Comissão Interna de Apuração. A Comissão remeteu o Relatório Preliminar à Corregedoria Geral – Coger no ano de 2011. Aguarda deliberação daquele órgão.

Para o **subitem 1.2.2**, os fatos foram objeto de apuração por meio do Processo Administrativo Conab/RS nº 21206.000187/2008-71. Por decisão da Superintendência Regional, datada de 08/02/2011, com fundamento em Parecer Jurídico da PRORE/RS, opinou-se pelo arquivamento dos autos, sem aplicação de penalidades previstas nos contratos de prestação de serviços e na Lei nº 8.666/1993, uma vez que a constatação de atos omissivos praticados não tiveram repercussão decisiva ao desfecho dos processos judiciais de interesse da CONAB. No dia 08/04/2011, foi encaminhado o Ofício/SUREG/RS nº 2862 ao TCU com o resultado das apurações, assim como foi enviada a Comunicação Interna SUREG/RS nº 2885 à AUDIN com o mesmo teor.

Para o **subitem 1.3,** esclarecemos que conforme Ofício nº 783/2010-TCU/SECEX-RS, de 05/05/2010, esta Sureg/RS tomou ciência de que o TCU havia fixado prazo de 90 (noventa) dias, no item 1.6.7 do Acórdão nº 2749/2009-TCU-1ª Câmara (TC 021.277/2008-4), para comprovação do encaminhamento ao Controle Interno da tomada de contas especial referente aos fatos apurados no processo nº 06.0220/2001. Naquela oportunidade, por meio do Ofício/Sureg/RS nº 6089, de 24/06/2010, demos ciência àquela Corte de Contas de que foi expedida correspondência à Audin (CI/Sureg/RS nº 6088, de 24/06/2010), para que reexaminasse a questão, uma vez que no entender desta Superintendência Regional, previamente comunicado ao Tribunal de Contas da União (Ofício Sureg/RS nº 4566, de 09/07/2009), o caso encontrava-se encerrado. O encaminhamento à Audin deu-se em estrita observância ao

Regimento Interno desta Companhia, visto que aquele órgão tem por atribuições, dentre outros, coordenar as ações necessárias, objetivando prestar informações, esclarecimentos e oferecer razões de justificativa aos órgãos de controle interno e externo, bem assim examinar e emitir parecer sobre Tomada de Contas Especial, no que se refere ao cumprimento dos normativos a que se sujeita, emanados do órgão de controle externo (Norma da Organização-NOC nº 10.104, art. 18, X e XI). Destarte, como resultado do encaminhamento da questão à Audin, foi exarado parecer Audin/Gedop, datado de 12/07/2010, complementado pela Informação da Procuradoria-Geral da Conab (Proge) nº JR-64/2010, de 06/09/2010, ambos submetidos à ciência da Presidência da Companhia. Pelo teor da análise procedida por nossa Auditoria Interna, restou ratificado o posicionamento adotado por esta Superintendência Regional, considerando a fragilidade (inexistência) de base fática a sustentar (re)abertura de apurações e eventual responsabilização, por supostos desvios efetuados, do ex-Gerente do Armazém. Sr. Paulo Seferin. Com efeito, do parecer Audin/Gedop extrai-se que as possíveis responsabilizações por negligência ou por imprudência restam prejudicadas por não mais pertencer, o Sr. Paulo Seferin, ao quadro de empregados da Conab e porque realizado, à época, inventário de passagens de responsabilidade de mercadorias e bens patrimoniais no Armazém, e nada se constatou que pudesse ensejar responsabilização funcional. Desse modo, houve encaminhamento do Ofício/Sureg/RS nº 11672, de 01/11/2010, instruído de documentos, ao TCU, como reiteração para fins de análise e deliberação acerca do efetivo cumprimento do citado item 1.6.7 do Acórdão nº 2749/2009 2749/2009-TCU-1ª Câmara (TC 021.277/2008-4). Não houve até a presente data qualquer manifestação do TCU nos autos da TC nº 021.277/2008-4, após o protocolo, em 17-11-2010, do Ofício/Sureg/RS nº 11.672/2010 naquela Corte. O expediente em referência (TC nº 021.277/2008-4), permanece no âmbito da Secretaria de Controle Externo (SECEX-RS), desde 13-04-2011, aguardando providências internas de parte daquele órgão. Tão logo esta Sureg/RS tome ciência da alteração da situação atual do processo, comunicará a Audin, na forma regimental.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Fator positivo: as providências administrativas já vinham sendo adotadas e prontamente comunicadas aos órgãos de controle internos e externos. Fator negativo: o longo tempo necessário para o trâmite e julgamento das questões.

13.2.2 – Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em relatórios de auditoria do órgão da CGU.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB			**002114**
Deliberações do OCI - CGU			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RAE**	**Comunicação Expedida**
01	**RELATÓRIO DE AUDITORIA ESPECIAL N. º 00190.021911/2011-41-A.**	**9.1**	**Ofício n.º 35291/2011/SE/CGU-PR, de 24.11.2011**
02		**9.2**	
03		**9.3**	
04		**9.4**	
05		**9.5**	
06		**9.6**	
Órgão/entidade objeto da recomendação:			**Código SIORG**
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab			**002114**
Descrição da Recomendação:			
01 – Item do RAE: 9.1 - DEFICIÊNCIAS ESTRUTURAIS DA CONAB 1. Relativamente à condução estratégica das políticas de públicas a cargo da Conab, recomenda-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que, em articulação com a Companhia Nacional de Abastecimento, adote as			

seguintes providências:

a) Proceder à avaliação da situação atual das diretivas internas que orientam as atividades da Companhia nos níveis estratégico, tático e operacional, com vistas à formulação e institucionalização do Planejamento Estratégico da Conab, em virtude dos seguintes fatos:

a1) O longo período, cerca de 4 (quatro) anos, transcorrido desde a descontinuidade da implementação do Plano Estratégico, elaborado no contexto da Revitalização da Conab;

a2) A incorporação de outras atividades finalísticas;

a3) O diagnóstico atual sobre a situação precária em termos administrativos e operacionais das unidades próprias de armazéns;

a4) As iniciativas de investimentos em unidades armazenadoras graneleiras, diante das prioridades levadas a efeito nos últimos anos sobre a equalização de preços e subvenção econômica;

a5) As iniciativas de alienação de imóveis na ausência de embasamento técnico consistente;

a6) a composição do quadro de pessoal da Conab, em especial pela elevada quantidade de empregados anistiados, reintegrados, faixa etária e grau de escolaridade;

b) Proceder à imediata reavaliação da estrutura e composição do quadro de pessoal da Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – CODAG, conferindo a esta característica que permitam maior participação de integrantes do quadro de pessoal da Companhia, com vistas a conferir caráter institucional à unidade e garantir continuidade e efetividade plena às ações de competência regimental, extinguindo-se os excessivos cargos de assessoria.

c) Reavaliar a pertinência de manutenção, na estrutura organizacional da Companhia, das competências a cargo da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias - Coamo, haja vista que a competência regimental desta é o gerenciamento do Plano Plurianual – PPA da Conab, atividade alinhada com as competências da Superintendência de Orçamento e Avaliação – Supor.

d) Proceder ao levantamento das carências de pessoal para áreas estratégicas da Companhia, tanto na Matriz como nas Superintendências Regionais, destacando-se as necessidades para o desempenho das atividades operacionais e administrativas, tais como: engenharia; tecnologia da informação; economia; contabilidade; e também para o quadro da Procuradoria, apresentando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, proposta para realização de concurso público;

e) Proceder ao levantamento da totalidade dos bens imóveis de propriedade da Conab, bem assim do seu estado de conservação, frente às reais necessidades operacionais e administrativas atuais, alinhando sua utilização com as diretrizes a serem formuladas no âmbito do Planejamento Estratégico, diante da crescente ampliação das atividades operacionais da Companhia. Nesse sentido, é recomendado, ainda, suspender os procedimentos administrativos em tramitação para a alienação de imóveis até que as novas diretrizes e avaliações sejam formuladas.

2. Diante das fragilidades registradas no presente relatório de auditoria, relativamente à defesa judicial conduzida pelos escritórios de advocacia terceirizados, bem assim ao acompanhamento e supervisão da Procuradoria Jurídica da Conab, faz-se necessária a adoção de providências urgentes, de natureza pontual e estrutural, para a melhoria da defesa do patrimônio da Conab, com destaque para as que seguem:

2.1 – Pela Companhia Nacional de Abastecimentos - CONAB:

a) Elaborar um plano de ação para orientar o levantamento da situação atual, no âmbito da Matriz e das Superintendências Regionais, das ações judiciais em tramitação – cíveis e trabalhistas.

a1) O referido plano deverá classificar os processos judiciais, a partir dos respectivos andamentos processuais e segundo os riscos de perda envolvidos, agrupando-os, entre outros aspectos, pela fase processual, por assunto, valores envolvidos e tipos;

a2) Após o referido diagnóstico, avaliar as ações judiciais que reclamam providências imediatas da Companhia para mitigação dos riscos de perdas financeiras;

a3) Orientar e uniformizar, a partir da formulação de teses específicas, a defesa judicial da Companhia;

b) Adotar providências com vistas ao retorno, ao quadro de pessoal da Procuradoria, dos procuradores lotados em outros setores da Companhia, eliminado os desvios de função, e promover imediata avaliação das motivações ensejadoras dos atos de cessão, buscando, também, o retorno destes ao quadro da Procuradoria da Conab(unidades central e/ou regionais);

c) Exercitar de forma efetiva o acompanhamento e a supervisão da defesa judicial da Companhia, desenvolvida pelos escritórios de advocacia contratados, enquanto não houver a total absorção da defesa judicial pela própria Procuradoria da Conab;

2.2 – Pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

a) Articular-se com a Advocacia Geral da União, com vistas a buscar apoio para as medidas recomendadas no item 2.1 – a, supra;

b) Adotar medidas para que, em articulação com a Conab, seja revisto o Estatuto Social da Companhia, avaliando a oportunidade da:

b1) Elevação do nível hierárquico da Procuradoria, em face da natureza e relevância das atividades desempenhadas, inclusive as relacionadas à expedição de orientações consultivas que dão suporte à atuação de toda a estrutura hierárquica da organização;

b2) Previsão para que os cargos de Procurador-Geral e de Subprocuradores, sejam ocupados por integrante do quadro CONAB e também da Advocacia-Geral da União.

c) Adotar providências visando o fortalecimento da Procuradoria, de forma a viabilizar a substituição gradual dos escritórios de advocacia terceirizados;

d) Reavaliar a alteração havida no Regimento Interno da Companhia, que resultou no remanejamento de atividades de cálculos judiciais para a Superintendência de Contabilidade, com vistas a correção da disfunção relatada quanto à falta de estrutura gerencial e operacional, bem como de aprovação do Conselho de Administração.

02 – Item do RAE: 9.2 - AÇÕES JUDICIAIS

1. Recomenda-se à Companhia Nacional de Abastecimento adoção das seguintes providências:

a) Encaminhar representação à Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB ao qual estejam inscritos os advogados que atuaram em nome da CONAB, nos processos referidos no tópico 3, para apuração de suas responsabilidades profissionais, inclusive quanto ao indício de tipicidade por atuação de advogado nos dois pólos das lides, conforme indicado no subitem 3.1.

b) Adotar providências com vistas à apuração dos fatos apresentados e responsabilização dos escritórios terceirizados e seus sócios responsáveis pelas falhas apontadas neste Relatório;

c) Proceder à detalhada análise das contas contábeis representativas dos depósitos judiciais e recursais, visando subsidiar as urgentes ações da Companhia para reclamar em juízo o levantamento dos recursos que já estejam à disposição da Conab. A referida providência requer trabalho conjunto envolvendo a Procuradoria-Geral, a Superintendência de Finanças e a Superintendência de Contabilidade, no âmbito da Matriz e nas Superintendências Regionais; o trabalho deve envolver também as Procuradorias Regionais, e áreas financeira e contábil, apresentando cronograma com prazo para conclusão.

d) Quando da elaboração dos cálculos atinentes à ação da empresa Caramuru, atentar para a data de emissão das notas complementares, de maneira que o período de cálculo não considere que estas retroajam à data de emissão da nota original.

03 – Item do RAE: 9.3 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

1. Recomenda-se à Companhia Nacional de Abastecimento a adoção das seguintes providências:

a). Proceder à elaboração de novos laudos de avaliação dos imóveis relacionados neste Relatório, com vistas à quantificação do prejuízo causado à Administração.

b) Quando da alienação de futuros imóveis, implementar procedimentos e rotinas com vistas à análise e aprovação, por parte da área técnica competente, dos laudos de avaliação.

c) Adotar providências junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG) com vistas à homologação dos laudos de avaliação dos imóveis da Conab.

d) Suspender a alienação da Unidade Frigorífica de Curitiba/PR, tendo em vista a manifestação contrária da área técnica, considerando as condições de mercado e as avaliações técnicas de viabilidade.

e) Providenciar, junto à sua Procuradoria, estudo acerca da viabilidade jurídica para revisão e ou desfazimento das alienações dos imóveis já efetivadas, adotando, quando cabíveis, as respectivas ações.

04 – Item do RAE: 9.4 - SUBVENÇÃO ECONÔMICA

1. Recomenda-se à Companhia Nacional de Abastecimento as seguintes providências:

a) Adotar imediatas providências com vistas ao ressarcimento do valor pago indevidamente a título de Prêmio de R$ R$ 690.115,11, à empresa Villagio, em decorrência de extrapolação de limites constantes nos Avisos PEP de Milho nº 152/2010, 163/2010 e 170/2010 e R$ 419.989,24 pagos indevidamente à empresa Exporta, decorrente do descumprimento de pagar o preço mínimo nas aquisições de milho realizadas junto aos produtores rurais entrevistados, nas operações de PEP objeto dos Avisos nº 105 e 187/2010;

b) Analisar as comprovações das operações PEP executadas pela empresa Villagio, com vistas a aferir a prática de situações análogas às indicadas no item "1" precedente;

c) Aplicar as penalidades previstas nos respectivos Avisos de PEP, quando confirmadas as irregularidades;

d) Comunicar os fatos ao Ministério Público Federal;

e) Agilizar as providências no sentido de concluir as apurações e respectiva imputação de penalidades aos arrematantes que não estão pagando o preço mínimo previsto nos leilões;

f) Tendo em vista a ausência de providências efetivas para apuração dos fatos apontados na fiscalização da Conab que indicaram a cobrança de deságio pelo arrematante no que tange à qualidade do trigo ofertada pelo produtor, adotar medidas urgentes para apuração das irregularidades e responsabilidades pelo pagamento a produtor beneficiado com o PEP trigo – Aviso 357/2009, considerando que mesmo após tal constatação foi efetivado o pagamento do prêmio ao arrematante;

g) Considerando que a fiscalização apontou indícios de fraude na comprovação da operação de PEPRO – milho, objeto do DCO nº 00.210.2031-0, conforme Aviso nº 415/2007, adotar providências visando obter o ressarcimento dos recursos pagos indevidamente, sem prejuízo de apuração de responsabilidade, haja vista o pagamento a arrematante já falecido.

2. Recomenda-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que, em articulação com a CONAB, adote as seguintes providências:

a) Crie mecanismos de controle/fiscalização de forma a aferir, durante a execução das operações, se a finalidade da ação governamental, ou seja, conferir aos produtores rurais a recepção do preço mínimo, garantido pelo Estado, está sendo alcançada.

b) Apurar responsabilidade pelos pagamentos de prêmios mesmo após as fiscalizações de a própria Companhia evidenciarem a exigência de deságio, e a respectiva falta de remuneração pelo preço mínimo, o que ensejou, nas operações de PEP de Milho em 2010 e computando somente a diferença devolvida pelos produtores (sem considerar o valor total da subvenção patrocinada pelo Governo Federal), o deságio de R$ 20,5 milhões, num total de 331.211 toneladas de milho irregularmente subvencionadas pelo Governo Federal.

c) Considerando-se que os valores apurados no item "b", supra, resultam de fiscalização amostral, proceder aos levantamentos documentais e inspeções sobre a totalidade dos Avisos, de modo a ampliar tanto o número de Avisos como de produtores e arrematantes fiscalizados.

3. Recomenda-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que:

a) Apure as responsabilidades pela alteração do Aviso nº 175/2010 de PEP de milho sem a devida motivação, o que ensejou a mudança brusca das regras a dois dias da abertura da licitação, mediante a exclusão dos limites de compra de cada produtor, o que beneficiou grandes empresas produtoras.

b) Proceda à revisão das normas aplicáveis ao PEP, visando otimizar a efetividade social da política de subvenção e garantir maior isonomia na aplicação dos recursos federais.

c) Atue junto ao Ministério Público do Trabalho, visando a obtenção das apurações em curso naquele órgão, tendo em vista que há indícios de que a Conab está concedendo subvenção a empresa investigada pela prática de irregularidades trabalhistas.

d) Atue junto à Conab, para reavaliar de imediato o sistema de comercialização adotado, tendo em vista a fragilidade constatada nos dados registrados em planilhas eletrônicas e o grande volume de informações, com vistas a cessar a omissão da Companhia quanto ao dever de transparência nas operações de subvenção com recursos do Governo Federal.

e) Em articulação com o Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, providencie a implantação, com urgência, de cadastros unificados de propriedades rurais, produtoras, cooperativas e cooperados. A implantação dos citados cadastros centralizados viabilizará a necessária transparência com a publicação dos dados na internet e permitirá a integração com o Sistema Eletrônico de Comercialização, visando executar rotinas de identificação de operações que, de outra maneira, não se habilitariam a subvenção pelo Governo Federal.

f) Até a solução definitiva recomendada, faça alterar a previsão nos Avisos de modo que as planilhas sejam encaminhadas diretamente à Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab, que manterá a guarda dos originais recebidos, com cópia para a Superintendência de Operações Comerciais da Conab.

05 – Item do RAE: 9.5 - PAGAMENTO DE FRETE – ESCOAMENTO DE ESTOQUE PÚBLICO

1. Recomenda-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com a CONAB, adotar as seguintes providências:

a) Reavaliar a sistemática atual de remoção de estoques públicos, com vistas a ampliar a competitividade na contratação de empresas transportadoras;

b) Realizar planejamento mais adequado das remoções, reduzindo o tempo entre as demandas e a operacionalização, levando em conta as épocas de safra e respectiva quantidade, visando redução dos custos de transporte;

c) Verificar previamente a estrutura e as condições do armazém de destino que recepcionará os produtos, evitando a

falta de embalagens ou de balanças e equipamentos, bem assim o atraso no procedimento por situações previsíveis;

d) Verificar antecipadamente a disponibilidade financeira, de forma a evitar atrasos nos pagamentos aos prestadores de serviços, que por sua vez podem resultar em atrasos na operacionalização, bem como em eventuais ações judiciais pela mora;

e) Rever a metodologia de regressão, visando obter a curva que melhor se ajuste à cotação de mercado, atualizando a regressão periodicamente por meio da realimentação com dados provenientes de sistema reconhecido de cotação de frete de commodities junto ao mercado, a exemplo do Sistema de Informações de Fretes - SIFRECA, mantido pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP;

f) Atualizar os estudos sobre o valor do frete em estradas de terra, com o objetivo de calcular um novo acréscimo em quilômetros e em percentual para o transporte em trechos em terra, incorporando toda e qualquer inovação tecnológica;

g) Manter registradas no processo todas as memórias dos cálculos realizadas, principalmente as que dizem respeito às transformações de custo fixo total em custo fixo por km e custo total por km em custo por tonelada;

h) Atualizar o mapa de produção fixando, de forma inequívoca e principalmente baseada em estudos e pesquisas, a quilometragem média mensal rodada e os respectivos números de viagens por mês, tendo em vista o impacto dessa definição no custo final;

i) Utilizar – para o cálculo de distâncias e para definição se o trecho é pavimentado ou não – parâmetros de formação dos referenciais de distâncias que reduzam as vulnerabilidades referentes à desatualização das informações e à obtenção de dados de modo empírico;

j) Atualizar os coeficientes, utilizando como parâmetro de caminhões pesados, também o bitrem, incorporando nos cálculos os prováveis ganhos de eficiência que podem ser obtidos com as inovações tecnológicas, principalmente na capacidade de carga;

k) Manter registros das pesquisas realizadas sobre os preços de veículos, pneus, salários de motoristas e outros preços que possam impactar os custos, anexando a comprovação da sua realização aos processos;

l) Apurar responsabilidades e quantificação dos prejuízos advindos das superestimativas evidenciadas nos custos dos fretes.

06 – Item do RAE: 9.6 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRAÇAGEM

1. Recomenda-se à Diretoria Colegiada da CONAB:

a) A reavaliação dos termos da Comunicação Interna - CI Nº 061, de 7/7/2011, e por consequência, da decisão do Voto DIRAD n.º 51/2011, de 3/5/2011, tendo em vista que as orientações emanadas carecem de amparo legal.

b) Que, quando da contratação de prestação de serviços de movimentação de mercadorias:

b1) Instrua o processo com os elementos constitutivos da escolha pela modalidade de trabalhador avulso ou terceirização de mão-de-obra, circunstanciando as condições específicas que justificam a modalidade de prestação de serviços a ser contratada.

b2) Atente que, na contratação direta de serviços de braçagem por trabalhadores avulsos, a intermediação deve ser realizada por Sindicato da categoria da base territorial de execução dos serviços, e deve ser formalizada por meio de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, com fiel observância aos dispositivos que tratam da matéria, na Constituição Federal e na CLT, assim como às prescrições específicas da Lei n.º 12.023/2009.

b3) Atente que, para contratação de empresas prestadoras de serviços de movimentação de mercadorias com alocação de mão-de-obra, deve ser realizado o devido processo licitatório em consonância às disposições da Lei n.º 8.666/1993.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
01 – Item do RAE: 9.1: Recomendação 1.a) - (a.1, a.2, a.3, a.4, a.5 e a.6) Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP; Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI e Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – CODAG. Recomendação 1.b) Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP; Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI e Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – CODAG. Recomendação 1.c)	002114

Presidência – PRESI e Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias – COAMO. Recomendação 1.d) Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP e Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC. Recomendação 1.e) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração - SUPAD e Superintendências Regionais – Sureg's. Recomendação 2.1.a) - (a.1, a.2 e a.3) Procuradoria Geral – PROGE. Recomendação 2.1.b) Presidência – PRESI e Procuradoria Geral – PROGE. Recomendação 2.1.c) Procuradoria Geral – PROGE e Procuradorias Regionais – PRORE's. Recomendação 2.2.a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Recomendação 2.2.b) – (b.1 e b.2) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Recomendação 2.2.c) Presidência – PRESI e Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP. Recomendação 2.2.d) Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP e Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC. **02 – Item do RAE: 9.2:** Recomendação 1.a) Procuradoria Geral – PROGE. Recomendação 1.b) Procuradoria Geral – PROGE e Procuradoria Regional Goiás – PRORE/GO. Recomendação 1.c) Procuradoria Geral – PROGE. Procuradorias Regionais – PRORE's, Superintendência de Contabilidade – SUCON, Superintendência Financeira – SUFIN e Gerências Financeiras Administrativas – GEFAD's. Recomendação 1.d) Superintendência de Contabilidade – SUCON. **03 – Item do RAE: 9.3:** Recomendação 1.a) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração – SUPAD. Recomendação 1.b) Superintendência de Administração – SUPAD e Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC. Recomendação 1.c) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração – SUPAD. Recomendação 1.d) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração – SUPAD. Recomendação 1.e) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração – SUPAD.	

04 – Item do RAE: 9.4: Recomendação 1.a) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE. Recomendação 1.b) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendências Regionais de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais – SUREG/MT, SUREG/GO e SUREG/MG. Recomendação 1.c) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE. Recomendação 1.d) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE. Recomendação 1.e) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendência de Fiscalização – SUFIS. Recomendação 1.f) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – SUREG/RS. Recomendação 1.g) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendência Regional de Mato Grosso – SUREG/MT. Recomendação 2.a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI). Recomendação 2.b) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Recomendação 2.c) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI, Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Fiscalização – SUFIS. Recomendação 3.a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Recomendação 3.b) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Recomendação 3.c) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE). Recomendação 3.d) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Recomendação 3.e) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Ministério da Fazenda – MF, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Recomendação 3.f) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação - SUTIN). **05 – Item do RAE: 9.5:** Recomendação 1.a) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.b)	

Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.c) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.d) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.e) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.f) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.g) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.h) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.i) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.j) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.k) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.l) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. 06 – Item do RAE: 9.6: Recomendação 1.a) e 1.b) (b.1, b.2 e b.3) Diretoria Colegiada da CONAB.	

Síntese da providência adotada:

As providências a seguir foram objeto do Plano de Providências Permanente em face do Relatório de Auditoria Especial n. º 00190.021911/2011-41-A, e encaminhado para a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU-PR, mediante o Ofício PRESI n. º 104, de 07.03.2012, respectivamente.

01 – Item do RAE: 9.1:

Recomendação 1.a) - (a.1, a.2, a.3, a.4, a.5 e a.6)

Em 08/03/2012 foi instalado o referido Grupo de Trabalho, mediante portaria de nº 278, 07/03/2012, para realizar a ação proposta. A partir desta data iniciaram os encontros para discussão de decisões a serem tomadas. Uma das reuniões contou com a presença do supervisor do GT, o Diretor (DIAFI) que determinou ao grupo retomar o planejamento existente de forma a atualiza-lo revalidando os objetivos, indicadores e iniciativas estratégicas.

Acatando a decisão do diretor, o grupo buscou material existente, imprimiu e levou para apresentação no Fórum dos Superintendentes. Após discussão ficou estabelecido que cada superintendente receberia por e-mail os seus indicadores, analisaria junto à sua equipe e depois receberia a visita dos membros do GT para revalidação.

Essas ações serão contempladas com a implementação do plano de trabalho e a validação dos objetivos, indicadores de desempenho e respectivas iniciativas por parte dos superintendentes.

No início de abril, de posse das informações coletadas o GT esbarrou num problema técnico-operacional para atualizar os indicadores no software. A técnica responsável pelo gerenciamento da ferramenta que a Conab dispõe,

explicou toda a operacionalização do sistema e sinalizou que seria necessária a migração dos dados "antigos" e a inserção dos atuais para um novo banco denominado "Versão 2012", contudo é imprescindível suporte técnico da empresa que vendeu o programa para a Conab à época.

Em face desse entrave foi feita uma visita ao MAPA, para tentar encontrar algumas soluções técnicas junto aos gestores da Assessoria Estratégica. Durante a reunião a responsável pelas informações mostrou que o Mapa utiliza uma versão atualizada -Versão 9.0 e que já estão migrando para a Versão 11.0

A Conab ainda está na Versão 4.01, portanto, de acordo com a técnica responsável será necessário elaborar um novo mapa – Versão 2012 para atualizar os nossos indicadores além de contratar suporte técnico para atualização tecnológica da ferramenta.

No momento está sendo feito contato com Oracle, fabricante do software, solicitando proposta técnica de preço de serviço. De antemão sabe-se que após a proposta deverá ser feita licitação para contratação do serviço proposto.

Para os meses de abril e maio pretende-se "alimentar" o atual banco de dados com as informações já coletadas, até a contratação da empresa que fará a atualização e suporte técnico. Em seguida (meados de junho) está previsto atendimento individual pela técnica de informática aos usuários que ficarão responsáveis pela manutenção dos indicadores.

Ressalta-se que a execução dos trabalhos e do referido cronograma só obterá êxito se o sistema operacional da Conab não apresentar nenhuma falha e/ou problema técnico/operacional. Além disso, espera-se que todo processo licitatório e de contratação sejam autorizados e realizados a contento para que no segundo semestre de 2012 o Planejamento Estratégico da Conab esteja totalmente atualizado e em operação como almejam toda a Diretoria da empresa e os membros do GT.

Recomendação 1.b)

Por tratar-se de adequação de regimento interno, não é permitido ao Planejamento Estratégico fazer alteração.

O Presidente solicitou a Gemor que estudasse o assunto e apresentasse o resultado em Redir, oportunamente.

Recomendação 1.c)

O assunto foi discutido pela Diretoria Colegiada, porém não se segou a consenso, sendo adiado para o mês de fevereiro/2012.

Recomendação 1.d)

O processo referente a contratação de entidade que irá realizar o certame encontra-se em andamento a fim de adequá-lo as normas e legislações pertinentes para que se cumpram seus ritos legais, sendo que atualmente encontra-se nesta SUMOC para proceder ajustes recomendados pela GECOT.

Esta SUMOC tentou realizar, ainda em 2011, a contratação de entidade técnica capacitada para realizar o levantamento geral da força de trabalho, bem como a elaboração de quadro de pessoal da Companhia (lotaciograma), conforme consta no Processo n.º 2616/2011. Em virtude de restrições orçamentárias e financeiras não foi possível realizar esta contratação. Como não temos em nosso quadro pessoal com qualificação específica para realizarem estes trabalhos, estamos partindo para a capacitação dos nossos técnicos a fim de que adquiram expertise e com isto possamos realizá-lo. Assim, tal opção nos demandará um tempo maior para atingirmos este objetivo.

Recomendação 1.e)

Encaminhada a CI Supad n.º 079, de 28.2.2012 às Superintendências Regionais, solicitando reavaliação circunstanciada sobre a situação de cada imóvel.

Os Trabalhos encontram-se sob análise, consolidação dos dados e emissão de relatório circunstanciado pela Supad/Gepas.

Recomendação 2.1.a) - (a.1, a.2 e a.3)

a.1 O plano de ações quanto ao número de ações é acompanhado pela Proge desde 2006, mensalmente.

Em 2011, foi reforçada a solicitação de estatística local às Procuradorias Regionais referentes às demandas cíveis e trabalhistas da Conab (CI n.º 447/2011), visando o conhecimento do n.º e objeto das ações.

O prazo para cumprimento era de 30 dias, sendo dever das regionais e matriz a prestação da informação mensalmente por intermédio do relatório qualiquantitativo.

a3. a adoção de teses específicas são recomendadas por intermédio de CI´s e arquivada no banco de teses da pasta em rede da PROGE – JURIDNET.

A PROGE, mediante as CI`s n.º 107/12, 109/12 e 110/12 (anexadas), reiterou os termos de expedientes anteriores, inclusive com fixação de prazos para o fiel cumprimento, no sentido de determinar ao contencioso da Matriz e as Prores, a atualização do SIAJUR (Sistema de Atividades Jurídicas), do CPJ, bem como informar da existência de ações rescisórias ajuizadas pela CONAB e as eventuais intervenções em processo especiais; assim considerados, os que envolvem valores significativos.

As respostas decorrentes das CI`s em comento estão sendo organizadas com vistas à ulterior compilação, confecção dos correlatos relatórios e demais providências pertinentes.

Importante sublinhar que foi contratada pela CONAB e encontra-se na fase de aceitação do produto, a ferramenta de informática denominado Processo (em substituição ao CPJ), que se trata de um sistema de controle de processos judiciais, que dispõe de inúmeros recursos com vistas ao melhor aparelhamento da PROGE e aprimoramento no controle de suas atividades regimentais.

Recomendação 2.1.b)

No âmbito da Matriz não retornaram os procuradores lotados na GECOT e DIRAD.

MAPA: dos 4 procuradores apenas um se apresentou para retorno.

DPU: informou pelo Ofício 3161/2011/GAB/DPU a impossibilidade de devolução das 2 empregadas.

Nas SUREG´s GO, RS e RJ os superintendentes são procuradores.

Em relação aos procuradores com atuação na Matriz, remanesce apenas o lotado na Gecot que não retornou à PROGE.

Recomendação 2.1.c)

De 1996 a out/2001, contratação de terceirizados em alguns Estados, por intermédio de "pré-qualificação". De nov/2001 a jan/2002, contratação de terceirizados em alguns Estados. Entre fev/2002 e abril/2003, como 2 terceirizados. De maio/2003 até a presente data, um escritório em cada Sureg, e a partir de 1º de fevereiro de 2012, iniciou-se o processo de assunção do contencioso na Matriz.

Recomendação 2.2.a)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

Recomendação 2.2.b) – (b.1 e .b2)

A presente recomendação será apreciada quando da reunião da Diretoria Colegiada para tratar acerca do novo Acordo de Gestão a ser firmado entre a Conab e o MAPA.

Recomendação 2.2.c)

No âmbito da Matriz não retornaram os procuradores lotados na Gecot e Dirad.

Recomendação 2.2.d)

Para apresentação de uma nova estrutura de inspetoria com a finalidade de executar cálculos judiciais e acompanhar as ações relacionadas aos processos internos de apuração, sendo necessário que seja indicado:

(a) em qual estrutura orgânica será criada a nova área e, reunir mais elementos a respeito do assunto, quais sejam:

(b) descritivo do processo atual e elenco dos documentos utilizados pelas áreas envolvidas.

Ainda, é indispensável:

(c) interação, comprometimento e participação das áreas de Contabilidade, Recursos Humanos, Corregedoria e Jurídica para implantação da nova área.

02 – Item do RAE: 9.2:

Recomendação 1.a)

Foram orientadas as aberturas do processo de apuração da condução do processo pelo escritório terceirizadas empresa CARAMURU CI PROGE N.º 415/2011 e dos demais em curso no Distrito Federal. A notificação à OAB ainda não foi realizada tendo em vista o levantamento que está sendo feito de quais profissionais atuaram nos processos, pois em face da terceirização, mais de um escritório pode ter conduzido a demanda. Quanto ao processo da SPAM a minuta a ser encaminhada está sendo elaborada.

Foi expedido Ofício Proge n.º 026/2012, encaminhado ao Presidente do Conselho Federal da OAB, em 13.3.2012, rogando providências quanto apuração de responsabilidade dos advogados que atuaram nos processos SPAM, Renascença e Caramuru.

A Supes em resposta a CI PROGE nº 114/12, informou, mediante DESPACHO nº 237/2012, a relação dos advogados que atuaram nos processos em referência. Tal expediente será remetido a Audin, com vistas à OAB.

Recomendação 1.b)

Foi expedida a CI PROGE 164/2006 E 845/2009 em atenção à recomendação.

Recomendação 1.c)

Periodicamente os dados são levantados e recuperados os créditos, informando a Difin e SUCON para as respectivas baixas conforme CI´s PROGE n.º 163/2010, 519/2010, 533/2010 e CI conjunta Difin/Proge 168-378/2010.

Em resposta a CI PROGE n.º 115/12, a Supes informou mediante o Despacho n.º 286/12, quanto aos procedimentos relacionados ao Grupo de Trabalho criado pela Portaria n.º 64, de 06/06/2007.

A Audin está acompanhando o andamento dos trabalhos e avaliando os resultados nos seus trabalhos de auditoria.

Recomendação 1.d)

Os cálculos foram elaborados e encaminhados ao Gabin/Proge em 25.10.2011

03 – Item do RAE: 9.3:

Recomendação 1.a)

Em relação ao processo de licitação, mesmo com ampla divulgação, as duas primeiras foram desertas e a última contou com apenas um participante. Tal fato, não condiz com a possibilidade de o preço mínimo ter sido subestimado.

Recomendação 1.b)

Relativamente a essa recomendação, é de todo oportuno, registrar, mais uma vez, que, além de engenheiros da própria Companhia, o Tribunal de Contas da União – TCU, conforme determinação consubstanciada no Acórdão n.º 456/2005, a avaliação de imóveis deve ser feita, preferencialmente, pela CEF ou Banco do Brasil.

Sendo uma entidade que detém a especialização para executar avaliações de imóveis, sua condição de entidade pública, e ainda a determinação do TCU contido no Acórdão n.º 456/2005, a avaliação e aprovação da área técnica da Companhia não coloca o trabalho executado pela entidade como passível de suspeição e/ou falhas? Mencione-se, ainda, que a Companhia possui um único engenheiro habilitado perante o CREA para executar avaliação de imóveis, e o mesmo exerce atualmente a função de Superintendente Regional, o que o impede de exercer esse mister.

Em andamento estudos para adaptação da norma de Alienação de Bens Imóveis as novas orientações da Controladoria Geral da União – CGU.

Informamos que foi encaminhada CI Gemor nº 006 em 15/03/2012 a Supad/Gepas com a finalidade de adequar a Norma Alienação de Bens Imóveis – 60.208 aos apontamentos citados.

Recomendação 1.c)

Foi encaminhado o Ofício Diafi n.º 043, de 23.3.2012 à SPU, consultando acerca da possibilidade de execução dos serviços objeto da recomendação emanada pela CGU, na medida em que os laudos de avaliação dos imóveis forem apresentados àquela Secretaria.

Foi recepcionado o Ofício n.º 207/2012-DECAP/SPU/MP com resposta ao Ofício Diafi n.º 43, de 23.3.2012, com a seguinte redação:

…"Portanto, do acima exposto informamos a esta Companhia Nacional de Abastecimento a impossibilidade do atendimento à execução dos serviços solicitados, posto nos dizeres do Órgão consultado "…se o imóvel é de propriedade de ente da Administração Indireta, a única possibilidade que vislumbramos para atuação da SPU na avaliação seria a União tivesse interesse na aquisição"…

Recomendação 1.d)

Foi registrada que as atividades da Unidade Frigorífica de Curitiba caracteriza-se como eminentemente empresarial daí a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, desconsiderando, inclusive, os ingressos oriundos do Tesouro para cobertura de parte dos dispêndios (sendo uma atividade empresarial, o repasse de recursos dessa natureza constitui-se em mero subsídio). Por outro lado, é preciso considerar que a unidade, em face do longo espaço temporal decorrido desde a sua construção, apresenta-se atualmente como obsoleta como também os equipamentos existentes.

Assim, considerando a recomendação da CGU, a área competente deverá elaborar estudo detalhado de viabilidade econômico-financeira, envolvendo avaliação prospectiva do mercado em potencial e a perspectiva futura, concorrência, projeções de receita e despesas (valores correntes e constantes), retorno do investimento, entre outras variáveis que devem ser, obrigatoriamente, consideradas em uma iniciativa dessa natureza.

A área competente da Conab, conforme registrado no relatório da CGU, asseverou que a unidade deverá funcionar por mais um tempo, para que seja feito o estudo de viabilidade. Ora, esta assertiva foge completamente ao conceito de estudo de viabilidade econômico-financeira, porquanto é óbvio que nenhum estudo de viabilidade é realizado somente após o projeto implantado.

Recomendação 1.e)

Referente a presente recomendação, os processos de alienação de imóveis relacionados pela CGU se traduziram em atos perfeitos e acabados, pelos seguintes motivos fáticos:

a) os processos licitatórios respeitaram os dispositivos da Lei n.º 8.666/1993 (artigo 17, inciso I);

b) foram elaborados os laudos de avaliação (art. 17, inciso I da Lei n.º 8.666/1993) através de uma entidade pública – no caso a CEF -, indicada, inclusive, pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão n.º 425/2005), como também pela SPU;

c) as alienações obedeceram as Normas Internas da Organização - Conab;

d) todas as alienações mereceram a análise prévia da área jurídica da Conab e foram devidamente aprovadas pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração.

Em caso de alguma anomalia no processo licitatório por erros nos laudos de avaliação – que não vislumbramos -, e que possam ter causado comprovadamente prejuízo patrimonial à Conab, a iniciativa seria a impetração de ação regressiva contra a Caixa Econômica Federal – CEF.

04 – Item do RAE: 9.4:

Recomendação 1.a)

A Procuradoria Geral procedeu à análise acerca do assunto e, em seguida, o encaminhou ao Ministério Público, para providências.

Recomendação 1.b)

A Sureg/MG, responsável pela conferência, informou por meio do fax 1322, de 15/3, a regularidade de todas as operações. O processo foi encaminhado à Procuradoria Geral para análise.

Recomendação 1.c)

Documentação encaminhada ao Ministério Público, para providências.

Recomendação 1.d)

Documentação encaminhada ao Ministério Público, para providências.

Recomendação 1.e)

Documentação encaminhada ao Ministério Público, para providências.

Recomendação 1.f)

Após aplicação de penalidade ao arrematante, foi iniciado processo de cobrança, bem como expedido ofício à Secretaria de Direito Econômico.

Recomendação 1.g)

Processo administrativo encaminha para submeter à análise e emissão parecer por parte da Procuradoria Regional em Mato Grosso.

Recomendação 2.a)

Foram encaminhados ofícios Presi n.ºs 104 e 105, a CGU e ao MAPA respectivamente, ambos de 7.3.2012, com sugestões técnicas no intuito de aperfeiçoar mecanismos de controle/fiscalização nas operações de subvenção.

Recomendação 2.b)

Pelo setor de fiscalização da CONAB, constatou se a ocorrência de práticas entre o arrematante e o produtor que inviabiliza o recebimento do preço mínimo, porém, a documentação apresentada para comprovar a operação não permite detectar o fato relatado. Assim não há como apurar a responsabilidade.

Recomendação 2.c)

Com a futura ampliação do quadro de pessoal, em especial os de Fiscais, estabelecerá novo procedimento acerca do assunto.

Recomendação 3.a)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

Recomendação 3.b)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

Recomendação 3.c)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

Recomendação 3.d)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

Recomendação 3.e)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

Recomendação 3.f)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

05 – Item do RAE: 9.5:

Recomendação 1.a)

A presente recomendação originou a Nota Técnica conjunta SUPAB/SUARM/SUOPE/SUGOF N.º 05 de 06.02.2012.

Recomendação 1.b)

A recomendação originou minuta que foi aprovada pelas áreas finalísticas e seguirá para análise e manifestação da

Proge que, alfim, submeterá à aprovação pela Diretoria Colegiada.

Recomendação 1.c)

A recomendação ensejou providências pelas Superintendências Regionais, no sentido de elaboração de Nota Técnica com os dados solicitados e as justificativas técnicas e sociais para recebimento do milho do programa Venda Balcão. Os avisos de fretes seguem as orientações contidas na referida Nota Técnica.

Recomendação 1.d)

As recomendações estão sendo seguidas e em especial, quanto aos encaminhamentos a STN, SAE, com a justificativa da remoção e com planilha estimada dês despesas. A execução do leilão de fretes ocorre somente após a chegada da resposta oficial.

Recomendação 1.e)

Foi criado Grupo de Trabalho, o qual já iniciou as atividades a fim de revisar e atualizar o Manual de Custos Operacionais de Transporte.

Recomendação 1.f)

O Grupo de Trabalho oficiou órgãos ligados ao transporte rodoviário de cargas para em busca de trabalhos atuais acerca de acréscimos aos valores do frete em trecho de terra. As respostas serão utilizadas nos estudos referentes aos percentuais a serem aplicados nos trechos de terra, quando da atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários.

Recomendação 1.g)

A providência será adotada quando da revisão do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários e sempre que houver a atualização das Planilhas de fretes e suas respectivas Tabelas de fretes.

Recomendação 1.h)

A recomendação será incluída no manual de Custos Operacionais Rodoviários.

Recomendação 1.i)

O Grupo de Trabalho oficiou aos órgãos de transporte em busca de subsídio tais como novas ferramentas eletrônicas, para adequação do manual interno.

Recomendação 1.j)

A mesma informação da recomendação -1.h

Recomendação 1.k)

A recomendação passou a ser exigência e com aplicação imediata pela SUARM/GEMOV em todos os processo de contratação de frete.

Recomendação 1.l)

A Diretoria de Operações e Abastecimento por intermédio da CI DIRAB n.º 247 de 27.03.12 solicitou a COGER a instauração de Comissão de Investigação Preliminar, a qual foi instaurada conforme Portaria PRESI N.º 594, de 07.05.2012.

06 – Item do RAE: 9.6:

Recomendação 1.a) e 1.b) (b.1, b.2 e b.3)

As Diretorias iniciarão estudos para revisão do Voto objeto da recomendação.

Síntese dos resultados obtidos:

01 – Item do RAE: 9.1:

Recomendação 1.a) - (a.1, a.2, a.3, a.4, a.5 e a.6)

Grupo de Trabalho designado para acompanhamento e execução do item em comento. Definição acerca da necessidade de atualização do programa de informática, para inserção e atualização do banco de dados.

Recomendação 1.b)

Providência no sentido de que a gerência competente elabore e apresente projeto para modificação no regimento interno.

Recomendação 1.c)

O assunto está em debate junto à Diretoria Colegiada, com expectativa de conclusão para fevereiro/2012.

Recomendação 1.d)

A recomendação ensejou providência, pelo setor responsável, no sentido de instruir quanto a serem observados a legislação pertinente.

Recomendação 1.e)

A recomendação ensejou a providência e aguarda-se o setor responsável consolidar os dados colhidos junto as Superintendências Regionais.

Recomendação 2.1.a) - (a.1, a.2 e a.3)

A recomendação ensejou providências, pelo setor responsável, com instrução às Regionais para alimentar o sistema CPJ, bem como, encaminha à Procuradoria Geral, estatística acerca do quantitativo de demandas. Ainda, foi recomendada a adoção de teses uniformes.

Recomendação 2.1.b)

A recomendação ensejou providências no sentido de retornar os profissionais as unidades de lotação, devendo ser concluída em breve.

Recomendação 2.1.c)

A recomendação ensejou providências no sentido de retomar os serviços pelo quadro de carreira.

Recomendação 2.2.a)

Providência a cargo do Ministério.

Recomendação 2.2.b) – (b.1 e .b2)

As recomendações estão em fase de estudos para adequação.

Recomendação 2.2.c)

A recomendação ensejou providências no sentido de retornar os profissionais as unidades de lotação, devendo ser concluída em breve.

Recomendação 2.2.d)

A recomendação ensejou providências no sentido de iniciar estudos para adequação do organograma institucional, para apresentação futura de projeto.

02 – Item do RAE: 9.2:

Recomendação 1.a)

A recomendação ensejou em diligências e expedição de ofícios e documentos, inclusive com elaboração de minuta para ingresso em juízo.

Recomendação 1.b)

A recomendação ensejou providências no sentido de retornar os profissionais as unidades de lotação, devendo ser concluída em breve.

Recomendação 1.c)

A recomendação ensejou providências no sentido de designar Grupo de Trabalho para acompanhamento. Periodicamente os dados são revistos.

Recomendação 1.d)

A recomendação foi concluída com elaboração dos cálculos.

03 – Item do RAE: 9.3:

Recomendação 1.a)

Ensejou em estudos para melhoria nos editais.

Recomendação 1.b)

Ensejou providências no sentido de adequar a norma de alienação de imóveis. Minuta deverá ser apresentada em breve.

Recomendação 1.c)

Ensejou em encaminhamento junto a SPU, no sentido de que sejam homologados futuros laudos de avaliação. SPU afirma poderá fazer se houver interesse pela União na aquisição do imóvel.

Recomendação 1.d)

Com a providência adotada o que se espera como resultado é um melhor ajustamento de informações em prol de maior efetividade dos controles.

Recomendação 1.e)

Em razão dos esclarecimentos constantes do tópico “Síntese da providência adotada” não há o quê dizer sobre resultados.

04 – Item do RAE: 9.4:
Recomendação 1.a)
Ensejou providências no sentido de encaminhamento ao Ministério Público para conhecimento.
Recomendação 1.b)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.
Recomendação 1.c)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência
Recomendação 1.d)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência
Recomendação 1.e)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.
Recomendação 1.f)
A recomendação ensejou providências, pelo setor responsável, de instruir quanto a serem observados os ditames da legislação pertinente.
Recomendação 1.g)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.
Recomendação 2.a)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.
Recomendação 2.b)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.
Recomendação 2.c)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

Recomendação 3.a)
Recomendação sob responsabilidade do MAPA.
Recomendação 3.b)
Recomendação sob responsabilidade do MAPA.
Recomendação 3.c)
Recomendação sob responsabilidade do MAPA.
Recomendação 3.d)
Recomendação sob responsabilidade do MAPA.
Recomendação 3.e)
Recomendação sob responsabilidade do MAPA.
Recomendação 3.f)
Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

05 – Item do RAE: 9.5:
Recomendação 1.a)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.
Recomendação 1.b)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.
Recomendação 1.c)
A recomendação ensejou providências, pelo setor responsável, de instruir quanto a serem observados os ditames.
Recomendação 1.d)
A recomendação ensejou providências, pelo setor responsável, de instruir quanto a serem observados os ditames.
Recomendação 1.e)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.
Recomendação 1.f)

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.
Recomendação 1.g)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.
Recomendação 1.h)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.
Recomendação 1.i)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência,
Recomendação 1.j)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.
Recomendação 1.k)
Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.
Recomendação 1.l)
Com a providência adotada o que se espera como resultado é um melhor ajustamento de informações em prol de maior efetividade dos controles.

06 – Item do RAE: 9.6:
Recomendação 1.a) e 1.b) (b.1, b.2 e b.3)
Para essas recomendações, no momento, não há como dizer sobre resultados.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Em uma visão de grande espectro o principal fator positivo está atrelado à postura da administração sempre empenhada em atender e solucionar as questões objeto das recomendações recebidas do órgão de controle interno. Pelo lado negativo, a carência de mão de obra especializada (engenheiros, arquiteto, analista de sistema, etc.), tem causado solução de continuidade no desenvolvimento de algumas ações que, em alguns casos, o tempo de consolidação delas deveria ocorrer em um lapso temporal menor.

13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

Relatório de Auditoria

Constatação:

945 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava o saldo contábil de R$26.596,55 registrado na UG 135100 – Companhia Nacional de Abastecimento/Matriz. Após análise, constatou-se impropriedade nos saldos relacionados na tabela a seguir: a) as faturas do item 1 apresentam pendência desde dez/2009 e tratam-se da utilização do ponto de conexão ao Sistema Eletrônico de Comercialização - SEC da Conab; e b) as faturas do item 2 apresentam pendência desde set/2010 e referem-se à água e energia elétrica.

Recomendação:

945.1 - Recomendamos à Sufin/Gecob, informar as providências de cobrança adotadas para a regularização dos débitos mencionados.

Tratamento das Recomendações

de goiazires.borges em 30/05/2011 como Pendente
A recomendação foi dirigida a SUFIN/GECOB.
de em 10/06/2011 como Pendente
BCMCO - Bolsa de Cereais e Merc. do Centro Oeste - R$ 14.507,50 - após diversas tentativas p/recebimento do débito foi solicitado parcelamento do débito. Foi pago a 1ª parcela, está atrasada a 2ª. Estamos aguardando a devolução do Termo de Confissão de Dívida assinado e reconhecido firma. FEIJAO E BACON - R$ 4.925,80 - Ainda em processo de cobrança. Foi efetuada a inclusão da empresa e dos sócios no CADIN.
de joao.filho em 06/07/2011 como Solucionado
Consoante resposta da Sufin/Gecob das providências adotadas, e a pendência não ser de imediata solução, vamos

considerar o item como solucionado/baixado.

Constatação:

946 - Em 31/12/2010 a rubrica apresentava o saldo de R$1.158,17 registrado na UG 135100 – Companhia Nacional de Abastecimento/Matriz. Esta conta "registra os valores relativos à contribuições sociais, tais como Cofins, CSL, Pasep e outras recolhidas a maior ou a compensar com contribuições devidas da mesma espécie". Após análise dos controles, observou-se que a última compensação ocorreu em junho de 2007.

Recomendação:

946.1 - Recomendamos à Sucon/Gefit informar à Audin, o motivo de não ter ocorrido a compensação do valor em tela, e as providências adotadas para a solução.

Tratamento das Recomendações:

de joao.filho em 06/07/2011 como Pendente

Solicitamos manifestação da Sucon/Gefit sobre o item pendente.

Constatação:

947 - Em 31/12/2010 as rubricas apresentavam os saldos de R$13.153,83 e R$57.415,11 registrados na UG 135100 – Companhia Nacional de Abastecimento/Matriz. Trata-se de valores e ou contribuições (Pis/Pasep/Cofins) a compensar, retidas nos pagamentos efetuados por pessoa jurídica. Após análise dos controles, observou-se que as últimas compensações ocorreram em julho de 2007.

Recomendação:

947.1 - Recomendamos à Sucon/Gefit informar à Audin, o motivo da não compensação para os saldos elencados e as providências adotadas para a regularização.

Tratamento das Recomendações:

de joao.filho em 06/07/2011 como Pendente

Solicitamos manifestação da Sucon/Gefit sobre o item pendente.

de eugenia.oliveira em 03/02/2012 como Pendente

Face tempo decorrido, solicitamos a manifestação dessa Unidade sobre o assunto tratato neste item.

Constatação:

948 - Em 31.12.2010 a conta apresentava o saldo de R$706.183,74, registrado na UG 135100 – Matriz, conforme tabela a seguir: Secretaria de Estado de Governo do DF - constatou-se criação de um Grupo de Trabalho para identificar o responsável pelo débito, concluindo-se que a cobrança do montante é direcionada à Secretaria de Obras. Até o momento, o Processo não foi enviado para a Gecob para cobrança. Rede Ferroviária Federal S.A – RJ – considerando que a empresa foi extinta - (Lei n.º 11.483, de 31.5.2007), foi submetida à Diafi, proposta de baixa do débito, haja vista a União ser sucessora dos direitos e obrigações da RFFSA. No entanto, segundo o referido documento o débito só será solucionado após resposta do OF. Diafi n.º 072, de 18.5.2007, encaminhado à Secretaria do Patrimônio da União, solicitando a transferência para a Conab de dois armazéns da RFFSA, utilizados pela Companhia nos Estados do Maranhão e Piauí. Em 25.7.2008, por meio do OF. Diafi n.º 121 foi reiterado o OF. n.º 072.

Recomendação:

948.1 - Recomendamos à Sufin/Gecob, manter a Audin informada com relação às pendências citadas.

Tratamento das Recomendações:

de veralice.oliveira em 10/06/2011 como Pendente

Secretaria do Governo do Distrito Federal - R$ 107.242,67 - até a presente data o processo não veio a SUFIN/GECOB para cobrança, após o Grupo de Trabalho ter concluido que deve ser cobrado o valor da Secretaria de Obras do GDF. Rede Ferroviaria Federal - R$ 353.304,54 - Foi encaminhado em 16/05/2011 o Ofício PRESI nº 303 ao Inventariante cobrando solução da pendência.

de zilda.silva em 07/07/2011 como Baixado

R$ 107.242,67 (Grupo de Trabalho) - manter acompanhamento; R$ 353.304,54 (OF.Presi n.º 303, de 16/5/2011) - manter acompanhamento.

Constatação:

949 - Em 31.12.2010, a conta apresentava o saldo de R$1.125,00, registrado na UG 135347 – Núcleo do Estoque Estratégico – Sede. O saldo refere-se a transferência de saldo contábil, por a falta de prestação de contas de viagem a serviço (ADVs n.ºs 278 e 673/10), conforme as 2010NL2496 e 2497.

Recomendação:

949.1 - Recomendamos à Diafi/Sufin informar quanto a regularização das pendências visando o cumprimento da Norma de Viagem a Serviço, código 50.201, Capítulo VII.

Tratamento das Recomendações:

de telma.andrade em 28/07/2011 como Pendente

Saldo regularizado conforme prestações de contas apresentadas pelos empregados.

de zilda.silva em 01/08/2011 como Solucionado

Solucionado.

Constatação:

950 - Em 31.12.2010, as contas apresentavam os saldos de R$66.398,76 e R$233.713,59 respectivamente, contabilizados na UG 135100 – Matriz. Na transferência do Longo para o Curto Prazo do valor das parcelas vincendas – exercício 2011, de imóvel vendido, relativo ao Processo nº 1052/2005, verificou-se que o saldo de dez/2010 no valor de R$ 66.398,76 foi apropriado em 9 parcelas x R$ 7.377,64. Deste saldo ocorreu a baixa de R$6.881,69 por meio da 2010NL9811 (histórico: relativo a 2010NL9811).

Recomendação:

950.1 - Recomendamos à Sucon esclarecer à Audin, o motivo pelo qual a apropriação foi efetuada a menor.

Tratamento das Recomendações:

de em 25/05/2011 como Pendente

Item 950.1 - Informamos que a 2010NL012746 foi reclassificada por meio da 2011NL004050, para alteração do ano da NL009811. O registro refere-se a baixa de parte da apropriação efetuada a maior, por meio da 2009NL009811 referente atualização monetária do saldo devedor, do imóvel vendido a Fernando Colangelo Viegas, constatada no mês de dezembro/2010, ocasião em que foi efetuada a conciliação do saldo contábil com a planilha de débito elaborada pela SUFIN/GECOB.

de zilda.silva em 07/07/2011 como Solucionado

Solucionado.

Constatação:

951 - Em 31/12/2010 a rubrica apresentava o saldo de R$180.588,80, registrado na UG 135347 – Núcleo do Estoque Estratégico - Sede, distribuídos em três contas correntes. De acordo com a descrição do Conconta (Siafi), a conta tem a seguinte função: “Registra os recursos a receber provenientes de pagamentos de despesas de terceiros decorrentes de cláusulas contratuais, tais como: água, luz, telefone, instalações, transporte, aluguéis, etc”. Na consulta ao SiscobNet, não conseguimos identificar a situação desses débitos, visto que para alguns devedores existem vários processos ajuizados. Listamos os saldos pendentes na tabela a seguir: a) o valor do item 1 refere-se à devolução em duplicidade ao adquirente; b) os valores dos itens 2 e 3, referem-se a pagamentos indevidos de prêmios referentes ao Aviso n.º 189/06.

Recomendação:

951.1 - Recomendamos à Sufin/Gecob informar, à Audin, as providências adotadas para o recebimento dos débitos mencionados.

Tratamento das Recomendações:

de veralice.oliveira em 13/05/2011 como Pendente

- Orlando Carlos F. Tejada - ajuizado desde 2004 - ação nº 2004.71.10.003024-3; - Seara - aluizados desde 2008 - ação nº 2008.70.01.006364-0

de veralice.oliveira em 10/06/2011 como Pendente

- Orlando Carlos F. Tejada - ajuizado desde 2004 - ação nº 2004.71.10.003024-3; - Seara - ajuizados desde 2008 - ação nº 2008.70.01.006364-0

de joao.filho em 06/07/2011 como Solucionado

Consoante resposta, os débitos estão todos ajuizados.

Recomendação:

951.2 - Recomendamos à Sucon transferir os saldos pendentes para o Ativo Realizável a Longo Prazo, por se tratar de pendências de longa data.

Tratamento das Recomendações:

de goiazires.borges em 27/05/2011 como Pendente

Os valores foram transferidos para a conta 122190000, por meio das 2011NL000407/407 UG 135347.

de joao.filho em 06/07/2011 como SolucionadoItem solucionado.

Constatação:

952 - Em 31.12.2010, as contas apresentavam os saldos de R$4.248.669,43 e R$233.713,59 respectivamente, registrados na UG 135100 – Matriz. O saldo contábil de R$4.248.669,43 era composto por R$5.936,39 (que está explicitado abaixo) e R$4.242.733,04 (R$4.241.599,63 + R$1.133,41), relativos às despesas com S.A.S, que comparados ao controle extracontábil / S.A.S. (R$4.068.614,62) caracteriza uma diferença de R$174.118,42 (dados extraídos da conciliação contábil), que deverá ser objeto de avaliação por parte da Sureh/Gesas (os valores estão demonstrados no quadro a seguir). No curto prazo verificou-se, ainda, as seguintes pendências: a) o valor de R$325,00 refere-se a falta de PCVS-ADVS n.º 343/2010 da Dirab, conforme a 2010NL12368; b) o valor de R$125,25 refere-se a falta de prestação de contas do adiantamento de suprimento de fundos, conforme a 2010NL12373; c) o valor de R$345,19 refere-se a saldo de SAS de out/2010 do ex-empregado Jonas Ferreira Cavalcante, demitido em 28.7.2010, conforme a CI.Gefop/Sureh n.º 716, de 2.8.2010 e 2010NL10564; e d) o valor R$741,67 refere-se às despesas com S.A.S/2010, do ex-empregado José Edilson Leão, que se encontra aposentado por invalidez. Verificou-se que no CPF deste empregado consta o registro do valor de R$741,67 e do valor de R$1.133,41, citado acima. Na análise considerou-se não pendentes os valores especificados no balancete contábil de 31.12.2010, que somaram R$4.399,28. Constatou-se também, na Gesas, que em decorrência de vários lançamentos no Siape, desde dez/2009, o Sistema apresenta divergência de valores, no que concerne à participação no SAS, entre o contido na Folha de Pagamento do Siape e na Folha de Pagamento elaborada pela Conab (Sênior). Por esse motivo a Gesas está realizando levantamento desses valores para os acertos devidos (a exemplo: CI.Sucon n.º 2, de 4.1.2010). No Longo Prazo constavam os seguintes débitos pendentes de pagamentos, conforme tabela a seguir.

Recomendação:

952.1 - Recomendamos à Sucon avaliar e informar com relação ao lançamento da 2011NL1008 (2001RA35), relativo ao desconto da 2ª parcela do débito de José Edilson Leão. E avaliar também o histórico da 2011NL1009 (2001RA598).

Tratamento das Recomendações:

de adineide.rodrigues em 13/05/2011 como Pendente

O histórico das 2011NL001008 e 1009, foi corrigido por meio das 2011NL003219 e 2011NL003221.

de em 10/06/2011 como Pendente

O débito vem sendo pago mensalmente no valor de R$ 101,65, já recebido o valor total de R$ 711,55.

de zilda.silva em 07/07/2011 como Solucionado

Solucionado.

Recomendação:

952.2 - Recomendamos à Sufin/Gecob informar o saldo restante referente ao Processo n.° 21200.002018/2008-25, relativo ao débito de R$1.863,56 de José Edilson Leão.

Tratamento das Recomendações:

de veralice.oliveira em 13/05/2011 como Pendente

- O débito vem sendo pago em parcelas mensais de R$ 101,65. Já foram pagas 6, a última em 03/05/2011, também já baixadas no SIAFI.

de zilda.silva em 07/07/2011 como Solucionado

Solucionado.

Constatação:

953 - Trata-se dos direitos a receber em decorrência da aplicação de multas por descumprimento de obrigações acessórias (vinculadas aos créditos tributários), pela quebra de cláusulas contratuais e, ainda, pela ocorrência de autos de infração. Em 31.12.2010 a conta apresentava saldo de R$4.968.319,44, registrado na UG 135100 – Matriz, composto por 120 correntistas. A análise levada a efeito, evidenciou a existência de: débitos não ajuizados; não registrados no sistema de cobrança (SISCOBnet) e com cobrança em análise, dentre outros. No quadro a seguir apresenta-se, em destaque, os devedores com valores mais significativos.

Recomendação:

953.1 - Recomendamos que a Sufin, em conjunto com a Sucon, identifiquem todos os débitos contabilizados no sistema Siafi e que não tenham registro correspondente no sistema SISCOBnet, adotando as medidas de inserção no sistema e de cobrança, cabíveis. Para os débitos, cujas cobranças administrativas não tenham logrado êxito, recomendamos interagir com a Proge com vista ao ajuizamento dos referidos débitos.

Tratamento das Recomendações:

de joao.filho em 06/07/2011 como Pendente

Solicitamos manifestação sobre o item pendente.

de em 27/07/2011 como Pendente

Isso já vem sendo feito, no final de cada exercicio é encaminhado à SUCON, relatórios de todas as dívidas registradas no SISCOB, para que seja feita a confrontação dos dados. Quanto aos débitos que não logram êxito com a cobrança administrativa, são encaminhados a PROGE para a cobrança judicial.

de joao.filho em 08/08/2011 como Solucionado

Consoante resposta da Sufin, as providências recomendadas já estão sendo feitas. Item solucionado.

Constatação:

955 - Em 31.12.2010, as contas apresentavam os saldos de R$8.310,17, R$32.791,82 e R$29.989,82, respectivamente, registrados na UG 135100 – Matriz. Sobre o assunto, cabe observar que a conta 33.390.39.01 registra as despesas realizadas com a assinatura de periódicos (jornais, revistas, entre outros) e anuidades, com característica de despesa antecipada, cujo bem ou serviço será entregue posteriormente (mensal, trimestral, etc). Tais registros devem ser reconhecidos no ativo, como direito a receber na conta 11.411.04.00 – Assinaturas e Anuidades a Apropriar em contrapartida à conta 6.1.3.1.4.02.00 – Despesas Antecipadas. Pelos saldos consignados nas contas em referência constata-se que esse procedimento não está sendo observado.

Recomendação:

955.1 - Recomendamos à Sucon que analise os saldos das contas, efetuando as correções necessárias.

Tratamento das Recomendações:

de goiazires.borges em 30/05/2011 como Pendente

Resposta efetuada pela GECON.

de em 30/05/2011 como Pendente

Item 955.1 - A diferença existente entre os saldos das contas 33390.39.01, 61314.02.00, 11411.04.00, 52317.09.01 e 61339.01.00, é de R$50,00, referente reclassificação de ADV (2010CD000246), que será regularizada no mês de maio/2011. Vale salientar que no total da conta 33390.39.01 consta registrado despesa de Restos a Pagar, no total de R$2.752,00 - Despesa paga no exercício de 2011.Nesse caso só é registrada nas contas 11411.04.00 e 61314.02.00, na data do efetivo pagamento. - Reclassificação de ADV (2010CD000246),no valor de R$50,00,que está sendo analisada pela Sucon.

de zilda.silva em 20/06/2011 como Pendente

R$3.132,00: c/33390.39.01 e 61314.02.00 - Solucionado; c/61314.02.00 - 2011NL3224; estorno: 2011NL3227 (sendo analisada pela Sucon).

de zilda.silva em 28/06/2011 como Solucionado

Solucionado.

de adineide.rodrigues em 28/06/2011 como Pendente

Item 955.1 - O valor de R$50,00, registrado na conta 33390.39.01 - Assinaturas de Periódicos e Anuidades, trata-se de valor adiantado por meio da ADV 070/2010, (Despesa Eventual), contabilizado incorretamente nessa conta, não sendo possível efetuar a reclassificação, por tratar-se de registro de despesa do exercício de 2010.

Recomendação:

955.2 - Recomendamos à Sucon que interaja com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no sentido de incluir no roteiro contábil do evento de liquidação da despesa 33.390.39.01- Assinaturas de Periódicos e Anuidades, o registro automático na conta 11.411.04.00 – Assinaturas e Anuidades a Apropriar e 61.314.02.00 – Despesas Antecipadas.

Tratamento das Recomendações:

de adineide.rodrigues em 30/05/2011 como Pendente

Item 955.2 - Sobre a inclusão das contas 11411.04.00 e 61314.02.00, no roteiro da situação de liquidação da despesa, informamos que já existe a situação CPR "O79", que contempla os registros nas contas citadas, não sendo necessário registro complementar por NL. Nesse sentido, enviamos a mensagem 20110762741, recomendando as SUREG's e SUFIN a utilizarem a situação CPR citada, nas contabilizações futuras.

de goiazires.borges em 30/05/2011 como Pendente

Resposta efetuada pela GECON.

de zilda.silva em 28/06/2011 como Solucionado

Solucionado.

Constatação:

956 - Em 31/12/2010, a conta apresentava saldo de R$ 71.490.429,94, registrado na UG 135100 – Matriz e nominalmente distribuídos por CNPJ / CPF, entre 33 correntistas demonstrados no quadro a seguir. Constatamos que dos 35 depósitos judiciais pendentes no Razão Contábil, em dezembro de 2009, objeto do Relatório de Auditoria Avaliação da Gestão n.° 3, de 27.4.2010, apenas três itens foram baixados. O Grupo de Trabalho criado pela Portaria Presi n.° 064, de 06.06.2007, para tratar do assunto, pouco avançou na solução das pendências. A Secretaria Federal de Controle Interno - SFC/ CGU/PR, em seu Relatório de Auditoria Anual de Contas n.° 246697/2010, emitiu algumas recomendações ensejando providências que deverão ser explicitadas sobre o que fora proposto e ofereça parâmetros para permanência, baixa ou resgates desses depósitos da conta. E ainda, estabeleceu "que realize novos testes de aderência aos controles internos buscando verificar se as medidas implementadas foram suficientes para sanar as deficiências apuradas". O Grupo de Trabalho criado pela Portaria Presi n.° 064/2007, é presidido por um empregado da Área Jurídica e tem como objetivo o atendimento às áreas contábil/financeira na coleta do comprovante que deverá ser anexado à Conformidade Contábil visando dar consistência às respectivas baixas contábeis. Nos testes de aderência, por meio da Solicitação de Auditoria n.° 009/11, para a Proge, foram solicitados os comprovantes do dossiê Formulário de Pedidos Gerais - FPG n.° 0086/10, de 13/10/2010, visando verificar sobre a provável inconsistência na documentação contábil referente ao Processo Judicial n.° 00782-2004-009-10-00-1 movido por JPR - Justiça do Trabalho 9ª Vara/DF. A composição desse documento evidenciou o controle das informações trocadas entre a área jurídica e a contábil/financeira. O FPG n.° 0086/10, revelou a existência, no processo judicial, de valores não resgatados e/ou a serem registrados no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira como segue: Por meio do Pedido de Recurso Financeiro - PRF n.° 113, de 28-10-2004, objetivando interpor Recurso Ordinário, foi depositado o valor de R$ 4.401,76, mais custas de R$ 200,00, por meio da Ordem Bancária n.° 2004OB908875 – UG-135100, em 29-10-2004. Não houve interposição do aludido recurso, pelo Escritório Terceirizado nem o valor foi resgatado; Nova solicitação, por meio do PRF n.° 037, de 25-07-2006, desta feita, no valor bruto de R$ 122.933,10, incluindo: Custas, FGTS, INSS, IRPF, Salário Educação e Leiloeiro, no valor liquido de R$59.528,20, recolhido por meio da OB n.° 2006OB904373 - UG 135100, foi depositado, em favor de JPR, na Conta Judicial n° 1.516.946-0 - Ag. 3920 -CEF, para liquidação da sentença evitando o leilão de bens. Os demais encargos foram pagos separadamente por meio da OB n.° 2006NS019021, de 31-07-2006. Os comprovantes de pagamento foram entregues ao Escritório Terceirizado. Há informação no dossiê que os referidos depósitos não fazem parte do processo judicial para liquidação da sentença, e não houve interposição de Recurso Ordinário e Recurso de Revista ou outra medida visando a modificação da decisão. O valor do depósito judicial não foi resgatado ; O PRF n.° 037/2006, no valor de R$59.528,20, mais encargos permanecem pendentes por não terem sido pagos ao exequente JPR e, tampouco, informado para as áreas contábil/financeira procederem os registros, visto que não houve a liquidação da sentença e, O PRF n.° 176, de 08-09-2009, referente a terceira solicitação de recursos, O.B n.° 2009OB805584, desta feita, no valor de R$ 291.805,04, esse pagamento não finalizou a questão, havendo uma quarta solicitação de recursos, PRF-002/2011, por meio da O.B n.° 2011OB800136, de 13-01-2011, no valor de R$ 107.407,01, referente a correção de cálculos processuais, pagos por meio do Processo Judicial n° 01836-2009-016-10-00, na 16ª Vara do Trabalho. A comprovação documental referente a valores de depósitos judiciais, tidos com encerrados, e a constatação dos alvarás não requisitados, existentes nos processos judiciais, reforça a necessidade da manutenção de controles permanentes.

Recomendação:

956.1 - Recomendamos à Sucon informar quando foi registrado o valor de R$59.528,20, mais correção, objeto do dossiê FPG n.° 0086/10, de 13-10-2010. Outrossim, informar o porquê da permanência dos 33 depósitos judiciais elencados anteriormente.

Tratamento das Recomendações:

de em 27/05/2011 como Pendente

O valor R$ 59.528,20 foi registrado no mês de abril/2011, por meio da 2011NL003194 UG 135100. Após análise da conta 12122000 foram constatados que 21 valores referiam-se a Depósitos Recursais, os quais foram reclassificados para a conta 121230000. O valor pendente no conta corrente 06230717972 foi baixado pela 2011NL002462, face o lançamento indevido pela 2005NL012295 (2005GF900027). Os valores que constavam no CNPJ 00360305000104-CEF, foram reclassificados para os CNPJ das SUREG's SP, PA, RJ, CE E ES, por se tratar de depósitos relativos a Dívida Ativa das Superintendências em comento, cujos processos estão em andamento. Os demais Processos que permanceram na conta 121220000, estão sendo levantados junto a justiça federal, pela PROGE, que após análise serão encaminhados para as devidas regularizações.

Recomendação:

1056.2 - Recomendamos à Dipai/Matriz interagir com a Dirad/Matriz no sentido da adoção da ABNT NBR 9050 que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos em atendimento ao Decreto n.º 5.296/2004 que regulamenta as Leis n.ºs 10.048/2000 e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, inclusive para novos empregados que deverão transitar por todas as dependências da Companhia.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 20/10/2011 como Pendente

Face tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.

Constatação:

957 - Em 31.12.2010, a conta apresentava o saldo contábil de R$6.936.465,84, registrado na UG 135100 – Matriz, distribuído por 483 correntistas. Ao verificar as conciliações contábeis encontrou-se 46 nomes oriundos de demandas judiciais (ações trabalhistas), de empregados e ex-empregados identificados com códigos genéricos, quando deveriam estar preenchidas com a identificação do litigante por CPF, conforme a orientação objeto da CI / DIAFI n.° 190/2005, de 22/11//2005, endereçada à Proge e às Suregs. No quadro a seguir constam nove dos 46 correntistas, ainda, não identificados. Na realização de novos testes de aderência, objeto da solicitação da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU, verificamos que, com relação à identificação do CPF, as pendências continuam e que não houve evolução em relação às orientações contidas na CI n° 190/2005 e nos relatórios de auditorias anteriores. O assunto é objeto de recomendações do Conselho Fiscal - Confis à Audin, com vistas a acompanhar e informar o resultado, bem como as providências adotadas com relação a valores objeto de demandas trabalhistas, referente aos depósitos para recursos judiciais. Algumas iniciativas adotadas requerem tempo para novas avaliações, no entanto, podemos afirmar que foram criados Grupos de Trabalho no final do exercício de 2010, com a finalidade de resolver essas questões. Novas avaliações e testes deverão ser objeto das próximas auditorias no decorrer do exercício de 2011.

Recomendação:

957.1 - Recomendamos à Difin/Sucon, empenho no sentido de cumprir o que orienta a CI/Diafi/190/2005 e providenciar a identificação, por meio do CPF, dos valores depositados.

Tratamento das Recomendações:

de goiazires.borges em 27/05/2011 como Pendente

Dos 46 correntistas não identificados, restaram apenas 05, que estão sendo levantados juntos à CEF, uma vez que não conseguimos localizar os seus respectivos CPF's, considerando ainda que alguns sobrenomes estão abreviados.

Constatação:

958 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava o saldo contábil de R$5.336.630,12 distribuído em seis contas correntes, registradas na UG 135100 – Companhia Nacional de Abastecimento/Matriz, conforme tabela a seguir. Na análise das contas, constatou-se que todos os débitos já estavam ajuizados. À exceção do débito citado no item 2, pendente desde junho de 1992, que não se encontra registrado no Sistema da Gerência de Cobrança - Gecob. Razão pela qual emitiu-se

a Solicitação de Auditoria - SA n.º 007 de 14.3.2011 à Proge, solicitando informações complementares sobre o referido débito, com a posição atual e o número do processo judicial. Em resposta, a Proge remeteu à Audin a posição de dois processos judiciais de autoria da Conab contra a Associação dos Servidores da Cobal – Asbal n.º(s) 1998.34.00.006144-6 e 94.00.02885-7, sendo que o primeiro segue trâmite normal, e o segundo processo já foi arquivado pela justiça. Não foi possível confirmar se os processos referem-se ao débito em comento.

Recomendação:

958.1 - Recomendamos à Sufin/Gecob, informar em qual processo está ocorrendo a cobrança dos R$107.332,14. Informar também a que valores referem-se os Processos 1998.34.00.006144-6 e 94.00.02885-7.

Tratamento das Recomendações:

de veralice.oliveira em 10/06/2011 como Pendente

ASBAL - R$ 107.332,14 - NÃO TEMOS NENHUM REGISTRO DESSA PENDENCIA. SOLICITAMOS DIRECIONAR A SUCON PARA INFORMAR QUAL É O PROCESSO ADMINISTRATIVO REGISTRADO NA NL PARA QUE POSSAMOS PROCURAR NO ARQUIVO. QUANTO AOS PROCESSOS JUDICIAIS 1998.34.00.006144-6 E 94.00.02885-7, FIZEMOS UMA CONSULTA NO SISCOBnet PELOS NºS INFORMADOS E NÃO ENCONTRAMOS NENHUM REGISTRO. ASSIM, SOLICITAMOS REDIRECIONAR O ASSUNTO A PROGE.

de joao.filho em 07/07/2011 como Pendente

Recomendamos a essa Sufin/Gecob, interagir com as áreas envolvidas (Sucon/Proge), para que o débito em questão, cuja gestão é de responsabilidade dessa Unidade, passe a figurar nos registros de cobrança da Companhia ou a baixa contábil, por meio de documentação comprobatória, se for o caso.

de em 08/09/2011 como Pendente

Encaminhamos a SUCON o processo administrativo que trata de débito da ASBAL (processos judiciais 1998.34.00.006144-6 e 94.00.02885-7), para verificação se refere ao valor R$ 107.332,14, uma vez que nas ações os valores estão em outras moedas.

de joao.filho em 09/09/2011 como Pendente

Vamos aguardar o posicionameno da Sucon sobre o processo.

de veralice.oliveira em 21/11/2011 como Pendente

DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DA SUCON AS FLS. 199 DO PROCESSO 1676/07, O OBJETO DA AÇÃO JUDICIAL 94.00.02885-7 É A COBRANÇA DO VALOR DE R$ 107.332,14 PENDENTE NA CONTA 122490200. ASSIM, ESTAREMOS PROVIDENCIANDO O REGISTRO DA REFERIDA DIVIDA NO SISTEMA DE COBRANÇA. Veralice

de joao.filho em 15/12/2011 como Solucionado

Resposta acatada. Solucionado

Constatação:

959 - Em 31.12.2010, a conta possuía saldo de R$1.410,41 na UG 135100 – Matriz e refere-se ao valor em apuração em decorrência de salário de um empregado, creditado indevidamente na conta de outro correntista do Banco do Brasil. O assunto foi tratado no item 655 do Relatório n.º 3/2010 e continua sem solução até a presente data. Em resposta ao mencionado item, a Sucon informou que a Sufin, com o objetivo de solucionar a pendência, interagiu com o Banco do Brasil no intuito de reaver a importância, sem sucesso. Em face disso, a Sufin encaminhou o assunto para a Sureh/Gepes e atualmente a pendência está sendo tratada no Processo n.º 2.553/2010.

Recomendação:

959.1 - Diante do exposto, recomenda-se que a Sureh informe quais as providências adotadas para recuperação do valor aos cofres da Companhia.

Tratamento das Recomendações:

de em 29/07/2011 como Pendente

A Sureh não respondeu nem manifestou o andamento do processo n.º 2553/2010, cnforme a recomendação.

Constatação:

960 - Em 31.12.2010 a conta apresentava o saldo de R$11.516,51, registrado na UG 135100 – Matriz. Refere-se a pagamento de multas e juros em atraso de DIVS, inscrição de PGFN, IRPJ e diferencial de ICMS. A matéria foi

comentada no Relatório de Auditoria de Balanço do exercício anterior. Conforme a nomenclatura da CONCONTA, "REGISTRA OS VALORES REFERENTES AS MULTAS E JUROS PAGOS PELO ÓRGAO, PORÉM DE RESPONSABILIDADE DE SERVIDORES E QUE ESTEJAM EM FASE DE APURAÇÃO", demonstramos no quadro a seguir:

Recomendação:

960.1 - Recomenda-se que a Sucon analise os registros que não dizem respeito à natureza da conta sob comento, procedendo as devidas regularizações.

Tratamento das Recomendações:

de em 27/05/2011 como Pendente

Os valores em questão referem-se a Juros e Multas decorrentes de recolhimentos de encargos em atraso e que os mesmos foram registrados na conta 199131000 - Multas e Juros até a apuração dos processos. Do valor registrado no conta corrente 05 135100, foi baixado R$ 2.477,91 pela 2011NL003979.

de paulo.hayakawa em 29/07/2011 como Pendente

Com relação aos valores de R$1.141,98 de 2008, R$5.815,58 de 2009 e R$1.038,58 de 2010, manter acompanhamento, - Não Solucionado

Constatação:

961 - Em 31/12/2010 a rubrica apresentava o saldo de R$12.880.804,07 registrado na UG 135100 – Companhia Nacional de Abastecimento/Matriz. De acordo com o Siafi a conta tem a seguinte função: "Registra a garantia de valores por seguros recebidos no país". Após análise dos controles, constatou-se que existem Apólices de Seguro/Cartas Fianças, de longa data, registradas na conta contábil, conforme quadro a seguir.

Recomendação:

961.1 - Recomendamos à Sufin/Gefin interagir com a área responsável pelas Apólices de Seguro, para que as apólices vencidas ou já resgatadas, sejam encaminhadas para procedimento de baixa contábil, principalmente as apólices mais antigas.

Tratamento das Recomendações:

de em 28/07/2011 como Pendente

A maioria dos registros que estavam vencidos foram baixados e as apólices devolvidas às empresas. Os demais referem-se a apólices de contrados que estão em andametno. Com exceção dos registros em nome das empresas Giom Representações, Enterpa Engenharia que estão vencidos, estamos no aguardo de um posicionamento da Supad e Suarm.

de em 08/08/2011 como Pendente

Vamos aguardar o posicioanamento da Supad e da Suarm. Por enquanto, o item continuará pendente.

Constatação:

962 - Em 31/12/2010 a conta apresentava o saldo de R$2.473.237,82, no Subórgão 2224, relativo a parcelas de convênios firmados pendentes de aprovação. Os lançamentos verificados por amostragem refletem saldos de exercícios anteriores a 2010 sendo o maior deles o da conta 5.2.2.0.9.30.01, no valor de R$1.782.589,20.

Recomendação:

962.1 - Recomendamos à Difin/Sucon que efetue uma análise dos saldos existentes e informem as providências tomadas para a regularização destes.

Tratamento das Recomendações:

de mara.costa em 14/06/2011 como Pendente

Encaminhamos aos Órgãos Concedentes: FNDE, MDS e MI/Defesa Civil as CT/Sucon nºs. 561, 562 e 563/2011, solicitando os registros contábeis de aprovação.

de osvaldo.pateiro em 09/09/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação da Sucon/Matriz indica que as providências para a regularização da recomendação encontra-se em curso, consideramos o item solucionado. Verificar em auditoria posterior quanto a conclusão.

Constatação:

963 - Em 31.12.2010 as contas apresentavam os saldos de R$11.827,91 e R$47.219.892,54 respectivamente, registrados na UG 135100 – Matriz, conforme tabela a seguir: Na compatibilização dos saldos contábeis com os extracontábeis verificou-se: Cíbrius (Processo n.º 3.538/92) - o saldo de R$40.406.971,10 refere-se ao convênio firmado Conab x Cíbrius (JÓIA). Não há registro do contrato no Relatório emitido pela Gerência de Contratos - Gecot; Ita. Ind. Com. de Carimbos Ltda. – o saldo de R$6.696,73 (dez/10 e fev/11), refere-se a confecção de carimbos conforme contrato n.º 34/2010. Não localizou-se registro do contrato no Relatório emitido pela Gecot; José Alberto Silva Bezerra – o saldo de R$6.675,30 (dez/2010 e fev/2011) refere-se a serviços de lavanderia, OS n.º 47/2008. No Relatório de Contratos consta o contrato n.º 39, com vigência até 13.8.2008 (Parte B) e no Relatório de Vencimentos consta o vencimento para 14.8.2011; Malinski Krzyuy & Cia Ltda – o saldo de R$162.193,15 refere-se ao Processo n.º 2.170/2007. Não localizou-se o registro do contrato no Relatório de Contratos emitido pela Gecot; José Livino Neto – o saldo de R$17.739,40 refere-se ao contrato n.º 58/2009, Processos n.ºs 3.534 e 3.112/2009, OC 36/10, relativa a fornecimento de jornais e revistas. Não localizou-se o registro do contrato no Relatório de Contratos emitido pela Gecot; Patrimonial Segurança Integrada Ltda. (saldo contábil R$394.285,44) - no Relatório de Vencimentos de 2.3.2011, consta a vigência contratual de 17.7.2011, enquanto que no Relatório de Contratos elaborado pela mesma gerência, a data de vigência diverge da data constante no Relatório de Vencimentos, dando margem a incorreção do saldo contábil; Rover Administração e Serviços Ltda. (saldo de dez/2010: R$830.109,86) - vigência do contrato até 12.10.2011. O saldo existente em 31.12.2010 é incompatível com as parcelas que se encontram pendentes de pagamento; Infocons – Consultoria em Informática – o saldo contábil de R$490,00 (dez/10 e fev/11), refere-se a serviços de leitura do D.O.U, sendo o último pagamento relativo a dez/2009. Não localizou-se o registro do contrato no Relatório de Contratos; Editora Gráfica Daliana Ltda. – saldo de R$248.750,00 (dez/10 e fev/11), refere-se a serviços gráficos, sendo que o único pagamento ocorreu em 13.8.2010, conforme a NF n.º 8552 e a 2010NS51696; Solaterra Import e Com. de Equip. Sistema de Energia - Alternativa Ltda. – o saldo de R$34.100,00 registrado em out/2010, refere-se a aquisição de estação meteorológica, conforme Processo n.º 2.233/2008. Consta o mesmo saldo em dez/10 e fev/11; E. Sales Soluções de Integração Ltda. – observou-se que falta o pagamento de 7 parcelas de R$2.103,60 e restará o saldo de R$23,47, que deverá ser avaliado pela Sucon; Porto – Dist. de Informática e Papelaria – não localizou-se o registro do contrato no Relatório de Contratos. Trata-se de aquisição de cartuchos HP, conforme Processo n.º 2181/2010 e NF n.º 12294, de out/2010; Athus Brasil Assistência e Adm. Ltda – não localizou-se o registro do contrato no Relatório de Contratos. Resta pendente o saldo de R$65.070,00 (dez/10 e fev/11), sendo que o último pagamento ocorreu em out/2009, conforme NF n.º 17; Banco Central do Brasil – constatou-se que o último pagamento ocorreu em mai/2010. Resta pendente o saldo de R$1.687,00 (dez/10 e fev/11); Liga Engenharia Ind. e Com. Ltda. – o contrato foi encerrado. Resta pendente o saldo de R$262,36 (dez/10 e fev/11). O último pagamento no valor de R$861,81, ocorreu em maio/2010. Enquanto que o valor de cada parcela é de R$1.124,17; Eletec Sistemas de Divulgação Ltda. (Contrato n.º 08/2009) – não localizou-se o registro do contrato no Relatório de Contratos emitido pela Gecot, o saldo em dez/10 era de R$2.351,51; Positive Idiomas Ltda. – não localizou-se o registro do contrato no Relatório da Contratos emitido pela Gecot. O saldo em dez/2010 era R$19.600,00; Elesoft Informática Ltda. – Trata-se da aquisição de licença de uso de software, Processo n.º 2.296/2009, Contrato n.º 25/2010, com vigência até 29.7.2011. Faltou a conciliação contábil. O saldo permanece inalterado até fev/2011; Thyssenkrupp Elevadores S/A – falta atualizar a vigência de 12.9.2010 a 11.9.2011 do Contrato n.º 20/2007 no Relatório de Contratos; Fundação Nacional de Saúde/DF – não localizou-se o registro do contrato no Relatório de Contratos. Trata-se de locação de bem móvel, com vigência até 8.4.2011, Contrato n.º 12/2003, conforme apropriação da 2010NS2555 (R$64.976,00D). As despesas com os serviços de armazenagem foram baixadas conforme as NFs diversas citadas a seguir, restando um saldo de R$6.743,63, em mar/2011(em aberto): a) 2010NS46499, R$4.551,69, NFs n.ºs 41419, 000018 e 000066; b) 2010NS46501, R$23.206,83, NFs n.ºs 40816, 41 (007, 037, 052, 089, 135, 176, 216, 256, 308, 349, 382), 97, 132, 171 e 209; c) 2010NS46547, R$19.625,86 NFs n.ºs 39 (396, 608, 807) e 40 (005, 172, 407, 608, 670); d) 2010NS46887, R$2.917,06 NFs n.ºs 249 e 290; e) 2010NS52359, R$2.846,65, NFs n.ºs 0336 e 0386; f) 2011NS2001, R$2.643,67, NFs n.ºs 429 e 468; g) 2011NS7242, R$2.440,61, NFs n.ºs 512 e 563. De acordo com a Resolução n.º 13, de 22.12.2010, observou-se que estão sendo lançados no Siscot contratos de diversas naturezas (Suarm/Sutin, etc). No Relatório de Contratos Administrativos e Cessões de Uso de Bens Imóveis – posição 25.2.2011, constam 88 contratos registrados, enquanto que na Contabilidade estão registrados 54 contratos e, no Relatório de Vencimentos 133. Na análise do Relatório de Vencimentos - Supad/Gecot (Posição: 2.3.2011) verificou-se os seguintes contratos: Alertamos para observar o contrato da Money Turismo Ltda (vigência: 22.3.10 a 21.3.2011, valor R$1.197.468,00) - com saldo em dez/2010 de R$631.745,19, referente ao Processo n.º 21200.003764/2009-17 que se encontra na CPL para licitação (item 85 do Relatório de Vencimentos); CTIS – Informática Ltda. - observou-se falta de atualização no Siscot, dos processos relativos aos serviços reprográficos e da Empresa de Correios e Telégrafos - ECT. O extrato do Termo Aditivo do primeiro foi publicado no D.O.U, em 15.3.2011 – Seção 3, Processo n.º 21200.002312/2007-56, com prorrogação da vigência do contrato original por mais 12 meses (7.3.2011 a 6.3.2012). O contrato da EBCT foi assinado, e publicado no D.O.U, em 9.3.2011, sendo retificada a vigência: 8.3.2011 a 7.3.2012, em 15.3.2011, Seção 3, Processo n.º 21200.003271/2009-87. A atualização está sendo providenciada pela Gecot e Gepot (referem-se aos itens 87 e 88 do Relatório de Vencimentos); Item 89) Centro de Integ. Esc. CIEE (vencido há 13 dias) – o contrato foi

renovado com vigência de 18.2.2011 a 17.2.2012. Restava um saldo de R$2.207,00, em fev/2011; Itens 90 e 91) Banco do Brasil S.A (vencido há 38 dias) e CEF (vencido há 60 dias) – os processos foram encaminhados para a Proge visando análise e chancela do novo contrato. Não localizou-se o registro do primeiro contrato, na contabilidade; Item 92) Senior – Sistema Ltda. (vencido há 64 dias) – o contrato foi renovado com vigência de 29.12.2010 a 28.12.2011. O último pagamento refere-se a out/2010; Item 93) Feijão e Bacon Refeições Ltda. (vencido há 67 dias) - o contrato foi encerrado e está em processo de nova licitação; Item 94) Fenixlici Prestação de Serviços Ltda. (vencido há 72 dias) – o processo encontra-se na Proge. O saldo de R$52,38 (dez/10 e fev/11), refere-se a serviço de leitura do Diário da Justiça, Processo n.º 1.288/2006, com vigência até 20.12.2010. Verificou-se que falta o complemento do pagamento do valor referente à NF n.º 2211, de nov/2010; Item 95) Seguradora Brasileira Rural S/A. (vencido há 92 dias) – o contrato foi renovado com vigência de 1.º.12.2010 a 30.11.2011; Item 96) Viegas Almeida Consultoria Empresarial (vencido há 97 dias) – Processo n.º 1.598/2010, o contrato foi encerrado em 25.11.2010 e foi feito o distrato. Restou o saldo, em dez/2010, de R$293.616,33, relativo aos Processos n.º 1.598/2010 acima citado e o n.º 1.274/2009; item 97) Conab – Sureg/MT (vencido há 107 dias) – relativo à cessão de uso das salas da Matriz. Está em negociação com a Asnab para assinatura de novo contrato; Item 98) GMC Locadora de Veículos Ltda. - o contrato foi encerrado; Itens 99 e 133) Daldegan Serviços e Segurança Ltda. (vencidos há 119 e 669 dias) – Processo n.º 21200.001493/2008-84, contrato n.º 72, encerrado em nov/2010. Consta o último pagamento em ago/2010 (2010NS52592). Falta a baixa de 2 parcelas de R$2.163,66. Consta o mesmo saldo em dez/10 e fev/11; Item 100) Polo Clima Distribuições e Manutenção de Ar Condicionado Ltda. (vencido há 122 dias) – o contrato foi encerrado. O saldo de R$411,00 (dez/2010 e fev/2011) refere-se à OS n.º 37/10, Processo n.º 1.182/2010; Itens 101 e 113) Serv. Fed. Process. Dados – Serpro (vencido há 131 e 238 dias) – verificou-se a falta da composição do saldo de dez/2010 no valor de R$ 239.007,85, Processo n.º 1.152/2008, Contrato n.º 60. O contrato foi renovado com vigência de 23.10.2010 a 22.10.2011. O Contrato n.º 018 foi encerrado. Assinado novo Contrato (n.º 32) com vigência de 31.8.2010 a 30.8.2011 (Processo n.º 1.379/2010); Item 102) Minagua Com. e Dist. de Bebidas Ltda. (vencido há 132 dias) – o contrato foi encerrado e está sendo providenciada nova licitação; Item 103) Coputer Star Informática Ltda. (vencido há 134 dias) – o contrato foi encerrado; Item 104) Visual – Locação, Serviço Construção Civil e Mineração Ltda. (vencido há 140 dias) – o saldo de R$359.990,84 refere-se a serviços de limpeza, conservação, office boy, jardinagem, etc. Constatou-se que o contrato foi encerrado e o saldo em fev/2011 permanece o mesmo; Item 105) Ministério da Justiça (vencido há 158 dias) – o contrato foi renovado com vigência de 26.9.2010 a 25.9.2014. Item 106) Chubb do Brasil Cia de Seguro (vencido há 183 dias) – o contrato foi renovado com vigência de 1º.9.2010 a 31.8.2011; Item 107) Transreal Transporte Coletivo Escolar e Executivo Ltda. (vencido há 187 dias) - o saldo de R$5.128,49 (dez/10 e fev/11), refere-se a contratação de micro ônibus para transporte de empregados, em treinamento, Processo n.º 1.006/2009. Constatou-se que o contrato foi encerrado; Item 108) Josihel de Andrade Silva Junior (vencido há 201 dias) – o contrato foi encerrado. O último lançamento refere-se ao pagamento da NF n.º 580, em ago/2010, restando o saldo de R$870,08 (dez/10 e fev/11), Processo n.º 564/2009. Item 109) Brasal Combustíveis Ltda. (vencido há 204 dias) – o contrato foi encerrado. Foi realizada nova licitação, tendo como vencedora a própria Brasal Combustíveis Ltda. (Processo n.º 21200.001459/2010-24); Item 110) Mapfre Vera Cruz Segurança S/A (vencido há 212 dias) – o contrato foi encerrado em 2.8.2010. Constatou-se a apropriação de R$398.080,00, em 30.9.2009, porém no Relatório de Contratos consta o valor de R$397.920,00. O saldo de R$160,00 em (dez/2010 e fev/2011), refere-se a diferença entre o valor apropriado e o registrado no Relatório de Contratos. Item 111) Unisis – Adm. Patrimonial e Informática Ltda. (vencido há 218 dias) - o contrato foi renovado com vigência de 28.7.2010 a 27.7.2011. Faltou a conciliação contábil; Item 112) Associação Software Livre Org. (vencido há 221 dias) – o contrato teve origem na Sutin, e trata da participação no 11º Fórum de Software Livre. De acordo com o registro no Sistema CPP, encontra-se na Supad, desde 22.11.2010; item 114) Simpro Publicações e Processamento Ltda. (vencido há 244 dias) – o contrato foi encerrado. Foi feito novo contrato com a mesma empresa (vigência: 29.12.2010 a 28.12.2011), Processo n.º 21200.000756/2010-52; Item 115) Preâmbulo Informática Ltda. (vencido há 257 dias) – o contrato foi encerrado. Foi feito novo contrato com vencimento para 13.12.2011, Processo n.º 1.536/2010; Item 116) Rádio Táxi Shahom Ltda. (vencido há 259 dias) – o contrato foi encerrado; Item 117) Sérgio Machado Reis (vencido há 262 dias), Processo n.º 297/2005 - o contrato foi encerrado. Observou-se falta do complemento de R$130,00, relativo ao pagamento da NF n.º 2514, conforme a 2010NS50379, de jun/2010; Item 118) Chubb do Brasil – Cia de Seguro (vencido há 270 dias) – o contrato foi renovado com vigência de 5.6.2010 a 5.6.2011; Item 119) RTM – Rede Telec. para Mercado Ltda. (vencido há 288 dias) – o contrato foi encerrado. Feito novo contrato com vencimento para 22.8.2011, conforme o Processo n.º 1.252/2010; Item 120) Contal Segurança Ltda./UA Brasília (vencido há 293 dias). O processo encontra-se na Proge. Feito contrato emergencial com a empresa Coral (vigência: 1.º.12.2010 a 1.º.7.2011). Realizado novo certame em que a Life Defense foi a vencedora, devendo assumir a partir de 1.º.4.2011 (Processo n.º 21209.008962/2010-62); Itens 121 e 128) EBCT – Processos n.ºs 21200.002365/2005-00 (vencido há 307 dias) e 21200.002317/2005-00 (vencido há 426 dias) – os contratos encontram-se encerrados; Item 122) Liga – Engenharia Ind. e Com. Ltda. (vencido há 313 dias) – o contrato foi encerrado. Feita nova licitação, sendo a empresa MKS vencedora (Processo n.º 21200.00.1006/2010-6); Item 123) Ronelito da Costa Pinto (vencido há 343 dias) – o contrato foi encerrado. Resta o saldo de R$5.770,47 (dez/10 e fev/11), sendo o último pagamento registrado em abr/2010, NF n.º 1101; Item 124) NCT Informática Ltda. (vencido há 389 dias) – o contrato foi renovado, com vigência de 6.2.2010 a 5.2.2011; Item 125) ACE Seguradora S.A. (vencido há 392 dias) – o contrato foi encerrado em 3.2.2010; Item 126) Multhtec Assistência e Com. de Máquinas

Ltda. (vencido há 397 dias) – o Contrato n.º 44, foi renovado com vigência de 31.5.2010 a 30.5.2011; Item 127) Loja das Cortinas Brasília Ltda. (vencido há 426 dias) – o contrato foi encerrado; Item 129) Gravomatic – Com e Serviços Ltda. (vencido há 449 dias) – o contrato foi encerrado; Item 130) Global Telecom. Com. e Serviços Ltda. (vencido há 484 dias) – falta avaliar e regularizar no Siscot, pois o Contrato n.º 5 refere-se a empresa Vivo S/A, Processo n.º 21200.001862/2006-00. O saldo de R$313,07, refere-se ao mesmo contrato, relativo a telefonia móvel celular, com vigência: 11.9.2010 a 10.9.2011 (Relatório de Contrato - Parte B). Verificou-se a falta da conciliação contábil e no Siafi, em jan/2011, consta saldo zero; Item 131) Sermatec Assistência Técnica Ltda. (vencido há 511 dias) – o contrato foi encerrado; Item 132) Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (vencido há 616 dias) – o contrato foi renovado com vigência de 30.12.2009 a 30.12.2014;

Recomendação:

963.1 - Recomendamos à Sucon em conjunto com a Supad/Gecot avaliar e informar à Audin sobre as situações apresentadas.

Tratamento das Recomendações:

de goiazires.borges em 31/05/2011 como Pendente

Efetuamos as conciliações entre os registros contábeis com o relatório da GECOT, os valores que não constavam no referido relatório foi informado à SUPAD, por meio da CI/SUCON 554/11.

de zilda.silva em 20/06/2011 como Solucionado

Solucionado (CI/SUCON 554/11).

Recomendação:

963.2 - Recomendamos à Sucon avaliar e informar à Audin com relação à situação do saldo, de dez/2010, relativo às empresas Athus Brasil Assistência e Adm. Ltda., Banco Central do Brasil, Daldegan Serviços e Segurança Ltda., Elesoft Informática Ltda., E. Sales Soluções de Integração Ltda., Infocons – Consultoria em Informática, Liga Engenharia Ind. e Com. Ltda., Mapfre Vera Cruz Segurança S/A, Sérgio Machado Reis, Manutenção de Ar condicionado Ltda., Transreal Transporte Coletivo Escolar e Executivo Ltda., Patrimonial Segurança Integrada Ltda., Polo Clima Distribuições, Serv. Fed. Process. Dados – SERPRO, Viegas Almeida Consultoria Empresarial, Visual – Locação, Serviço Construção Civil e Mineração Ltda. e Vivo SA, etc. Avaliar também os saldos dos contratos encerrados.

Tratamento das Recomendações:

de em 31/05/2011 como Pendente

Athus o contrato foi encerrado baixado pela 2011NL004176. Banco Central do Brasil, contrato vigente até 2012. Daldegan contrato vencido, baixado pela 2011NL004204. Elesoft (Não foi apropriado por falta de limite orçamentário/financeiro). E.Sales contrato prorrogado até 09/07/2011. Infocons contrato encerrado, baixado pela 2011NL004166. Liga contrato encerrado baixado 2011NL004193. Maphre contrato encerrado baixado 2011NL004205. Sergio Machado contrato prorrogado até 08/09/2011.Transreal contrato encerrado baixado 2011NL004206.Patrimonial contrato prorrogado até jul/2011.Polo Clima contrato encerrado baixado 2011NL004207. SERPRO contrato prorrogado até 08/2011.Viegas contrato prorrogado até 11/2011.Visual contrato encerrado, baixado pela 2011NL004201. Vivo S/A contrato prorrogado para 09/2011.

de zilda.silva em 20/06/2011 como Solucionado

Solucionado.

Recomendação:

963.3 - Visando facilitar a análise dessa rubrica, recomendamos à Sucon avaliar a composição do saldo da conciliação dessa conta, deixando somente os valores pendentes (exemplo: c/c 00893372000194 e 03341541000171). E que sejam também elaboradas as conciliações faltantes.

Tratamento das Recomendações:

de goiazires.borges em 31/05/2011 como Pendente

A conta está sendo analisada e todas as conciliações estão sendo compostas em fichas de análises.

de zilda.silva em 20/06/2011 como Solucionado

Baixada.

Recomendação:

963.4 - De acordo com a Resolução Presi n.º 13, de 22.12.2010, recomendamos aos gestores dos contratos, a atualização e/ou inclusão de dados no Sistema de Gestão de Contratos - Siscot.

Tratamento das Recomendações:

de goiazires.borges em 31/05/2011 como Pendente

Enviamos a CI/SUCON 554/2011 e nela solicitamos providências da SUPAD, no sentido de orientar todos os gestores de contratos para inserção dos mesmos no relatório de contratos Administrativos.

de zilda.silva em 20/06/2011 como Solucionado

Solucionado (CI/SUCON 554/2011).

Constatação:

964 - Em 31.12.2010, a conta apresentava o saldo de R$299.610,00 registrado na UG 135100 – Matriz. 1) Plugnet Com e Repres. - o saldo refere-se a aquisição de 225 microcomputadores Desktop tipo 1, 70 monitores LCD 19 polegadas, conforme o Processo Conab n.º 3.757/2009, Contrato n.º 76/2009 (R$820.790,00). Observou-se a baixa, relativa ao pagamento de parte dessa aquisição, conforme a NF n.º 1444, de 23.2.2010, 2010NS25130 (R$92.250,00) e a NF n.º 1456, de 1º.3.2010 e 2010NS49643 (R$29.890,00). Também o pagamento de aquisição de 295 unidades de processamento de dados, relativo ao mesmo contrato, conforme a NF n.º 1542 e 2010NS50752 (R$341.400,00 e R$92.250,00); 2) Josihel de Andrade Silva Júnior – o saldo de R$5.500,00 refere-se a aquisição de carimbos diversos, para o período de 13.8.2009 a 12.7.2010, conforme o Processo n.º 564/2009, Contrato n.º 20/2009 e 2009NL11847. Observou-se o pagamento da aquisição de parte dos carimbos, conforme a NF n.º 493, de 1º.10.2009 e 2009NS22560 (R$500,00); 3) Simar Coml Ltda – o saldo de R$27.560,00 refere-se a aquisição de 520 sondas para monitoramento de insetos, Processo n.º 21200002505/2007-15, conforme diversas NFs e a 2010NL8306.

Recomendação:

964.1 - Recomendamos à Sucon avaliar e informar a Audin, sobre as providências adotadas para a regularização das pendências acima descritas.

Tratamento das Recomendações:

de goiazires.borges em 30/05/2011 como Pendente

Os valores pendentes foram regularizados pelas 2011nl004164/004167/004171 UG 135100.

de goiazires.borges em 30/05/2011 como Pendente

Retificando a resposta acima, os valores foram regularizados pelas 2011NL004164/004167/004174.

de zilda.silva em 20/06/2011 como Solucionado

Solucionado.

Constatação:

965 - Em 31.12.2010 a conta apresentava saldo de R$100.683,59 e R$2.493.059,34 registrados na UG 135595 – Unidade Mercado de Opções Sede e UG 135348 – Núcleo Estoque Regulador Sede, respectivamente. Os registros nesta rubrica referem-se aos valores das obrigações exigíveis no curso do exercício seguinte, contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculadas a contratos ou convenções, para a garantia de operações específicas. Constatou-se, entretanto, a existência de registros de outras naturezas, tais como: valores a identificar, receitas não identificadas, valores a classificar, dentre outros, conforme dados constantes no quadro a seguir.

Recomendação:

965.1 - Recomendamos à Sucon analisar os registros que não dizem respeito à natureza da referida conta, procedendo as devidas regularizações.

Tratamento das Recomendações:

de mara.costa em 14/06/2011 como Pendente

Regularizados pela SUFIN nos meses de maio e junho/2011.

de joao.filho em 09/08/2011 como Solucionado

Consoante resposta da Sucon, o item está regularizado.

Constatação:

966 - Em 31.12.2010 a conta apresentava o saldo de R$9.024.788,16 registrado na UG 135100 – Matriz. O saldo refere-se a provisão para INSS, referente a Notificação relativa ao Processo n.º 351873554 (R$8.369.416,29 C), de acordo com a 2003NL12917 e o abono proveniente de ACT, objeto da NFLD n.º 35722571-6 e parte da 35722573-2 (R$2.698.645,30), conforme a 2006NL15760. Efetuou-se a baixa relativa ao Abono Pecuniário e Licença Prêmio, em face da decisão favorável à Conab, em sentença proferida nos embargos à execução do Processo n.º 2003.34.00.031908-2, NFLD 35187355-4, conforme a 2006NL15757.

Recomendação:

966.1 - Recomendamos à Sucon interagir com a Proge informando à Audin, sobre o andamento da Ação Judicial.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 02/08/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de eugenia.oliveira em 03/02/2012 como Pendente

Face tempo decorrido, solicitamos a manifestação dessa Unidade sobre o assunto tratato neste item.

Constatação:

967 - Em 31/12/2010 a conta apresentava o saldo de R$ 1.711.000.200,47 na UG 135348 e R$ 2.837.342.182,45, na UG 135595. Os valores são representativos das obrigações pelos estoques públicos complementadas pelas contas de ICMS diferido e Créditos por Infração Legal e Contratual (perdas em armazenagem e/ou desvios). O saldo da conta mencionada deve guardar equilíbrio com as contas representadas pelos estoques públicos.

Recomendação:

967.1 - Recomendamos à Difin/Sucon informar se efetua a análise dessas contas e se mantém o controle permanente dos saldos e do equilíbrio entre o passivo e o ativo.

Tratamento das Recomendações:

de mara.costa em 14/06/2011 como Pendente

Informamos que a conta em questão é conciliada com os extratos enviados pela Secretaria do Tesouro Nacional . Acompanhamos regularmente as contas do Ativo que representam os valores recebidos da STN, registrados na conta 212340100.

de joao.filho em 09/08/2011 como Solucionado

Consoante resposta da Sureg, a conta é conciliada/controlada regularmente.

Constatação:

968 - Em 31/12/2010 a rubrica apresentava os saldos de R$365.315,73 e R$15.113.187,45 registrados nas UG(s) 135348 – Núcleo Estoque Regulador – Sede e 135595 – Unidade Mercado de Opções – Sede, respectivamente. De acordo com o Siafi, é função da conta: “Registra os valores exigíveis em até 12 meses, decorrentes de parcelas recebidas antecipadamente à produção de bens ou execução de serviços de clientes que contrataram tais bens ou serviços”. Após análise dos controles, constatou-se que existem saldos pendentes de longa data, registrados na conta contábil, os quais referem-se à vendas de mercadorias por meio de leilão. Listamos no quadro a seguir, os saldos que apresentaram impropriedades. Constatou-se, que o CNPJ 11.109.813/0001-30 da Empresa FRC Comércio de Cereais e Algodão, citada no item 5 do quadro acima, apresentou mudança na razão social em 2011, passando a: Queiroza Administradora de Bens Ltda., conforme espelho do Siafi/2011.

Recomendação:

968.1 - Recomendamos à Sufin/Gefog informar à Audin, as providências adotadas para regularização dos saldos, principalmente, aqueles que datam de 1994 e 2004.

Tratamento das Recomendações:

de germana.martins em 09/05/2011 como Pendente

Em resposta informamos que os saldos de 2004, R$ 3.616,72, R$ 405,49 e R$ 4.036,00, foram regularizados atraves da 2011NL001631. Quanto ao saldo de 1994, no valor de R$ 23.200,64, pertencente a cerealista medeiros, processo 3644/94, relativo a AVE 33.461.296-5, ainda encontra-se subjudice e pendente de regularização devido a ação que tramita junto a 1ª vara de seção judiciária do estado do MAto Grosso, sem desfecho até o presente momento.

de em 07/07/2011 como Solucionado

Consoante resposta da Sufin/Gefog, o item está solucionado.

Recomendação:

968.2 - Recomendamos à Sufin/Gefog promover os acertos dos pequenos saldos residuais, em aberto na conta.

Tratamento das Recomendações:

de germana.martins em 09/05/2011 como Pendente

Os saldo residuais foram regularizados através da 2011nl0001622 (UG 135348) e 2011NL0005073 (UG 135595), o saldo de R$ 7.680,00, foi baixado pela SUREG/GO em 28/03/11, através da 2011NL000479.

de joao.filho em 07/07/2011 como Solucionado

Consoante resposta da Sufin/Gefog, o item está solucionado.

Recomendação:

968.3 - Recomendamos à Sufin/Gefog informar, à Audin, se não houve equívoco na mudança ocorrida na razão social da empresa.

Tratamento das Recomendações:

de germana.martins em 09/05/2011 como Pendente

Em relação a razao social da empresa FCR COMERCIO DE CEREAIS DE ALGODAO LTDA, houve realmente uma mudança de razão social da empresa, permanecente o mesmo CNPJ, conforme pesquisa efetuada jundo ao site da Receita FEdera, passando a ser denominada QUEIROZA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.

de joao.filho em 13/05/2011 como Baixado

Item respondido. Será baixado.

Constatação:

996 - Em 31/12/2010 a rubrica apresentava o saldo de R$1.300,00, registrado na UG 135100 – Companhia Nacional de Abastecimento/Matriz. Após análise, constatou-se que o débito refere-se a Depósito Recursal Trabalhista, no TST, para Interposição de Recurso Extraordinário, feito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, por meio da 2010OB808696, a qual foi devolvida para regularização.

Recomendação:

969.1 - Recomendamos à Sufin/Gefin informar à Audin, as providências adotadas para a regularização do débito.

Tratamento das Recomendações:

de joao.filho em 07/07/2011 como Pendente

Solicitamos manifestação sobre o item pendente.

de telma.andrade em 28/07/2011 como Pendente

Saldo regularizado por meio da 2011NL006142, na conta 212920000.

de joao.filho em 09/08/2011 como Solucionado

Consoante resposta da Sufin/Gefin a pendência está regularizada.

Constatação:

970 - Analisou-se, por amostragem, a conformidade diária relativa aos pagamentos de despesas de diversas origens e verificou-se as impropriedades a seguir discriminadas: CONTRATOS Constatou-se que a Companhia não possui contrato de prestação de serviços de administração de estagiários. Conforme determina o inciso I, do Art. n.º 9, da Lei n.º 11.788/08: é necessário a celebração de termo de compromisso entre as partes para a validação do processo, incorrendo a Conab em disfunção que poderá resultar em passivo trabalhista como detalhamos: [….] Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações: I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento; II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural; III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou

experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente; IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso; V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho; VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio; VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário. Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino. …..... Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. § 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente. § 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade. [….] Foi apresentada a cópia de contrato de convênio celebrado com o Centro Integrado Empresa Escola no Distrito Federal o qual, no nosso entendimento, não é aplicável ao caso, por não se tratar de convênio e sim de contrato. Quanto as impropriedades apresentadas, o Tribunal de Contas da União proferiu as seguinte ementas: - Assunto: ESTÁGIO. DOU de 18.11.2008, S. 1, p. 73. Ementa:determinação à SFA/RS para que estude a conveniência de efetuar procedimento licitatório para a contratação de agente de integração, com o objetivo de executar o programa de estágio, rescindindo, tão logo concluído o certame, o convênio firmado com o CIEE, de modo a obter a proposta mais vantajosa ao erário, uma vez que não se trata de uma relação de convênio, mas, sim, de contrato (alínea “u”, item 1.5,TC-022.942/2007-3, Acórdão nº 4.127/2008-1ª Câmara); - Assunto: ESTÁGIO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 166. Ementa: determinação à Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas para que se abstenha de utilizar os serviços dos estagiários na execução de tarefas de responsabilidade de servidores (item 9.7.12, TC-012.733/2005-3, Acórdão nº 90/2011-Plenário). - Assuntos: ESTÁGIO e SEGURO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 214. Ementa: alerta ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas para que exija do ente convenente na realização do Programa de Estágio da Unidade que providencie a contratação de seguro contra acidentes pessoais dos estagiários (item 9.9.5, TC-006.801/2005-0, Acórdão nº 329/2011-1ª Câmara). Entende-se relevar ainda, o cuidado que a Dirad/Sumoc deverá observar quando da contratação de estagiários que possuam vínculos familiares com empregados da companhia no sentido de atender ao julgado: - Assuntos: ESTÁGIO e NEPOTISMO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 214. Ementa: determinação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas para que se abstenha de admitir estagiário que mantenha vínculo de parentesco com servidores do Núcleo, ainda que cedidos a outros entes, por infringir os princípios da moralidade e da impessoalidade, dispostos no art. 37 da Constituição Federal (item 9.8.6, TC-006.801/2005-0, Acórdão nº 329/2011-1ª Câmara). REGULARIDADE FISCAL Constatou-se a ausência de comprovação da regularidade fiscal em vários pagamentos efetuados, notadamente naqueles derivados de “Dispensa” ou “Inexibilidade” de Licitação. Quanto ao fato, o Tribunal de Contas da União, emitiu várias ementas, entre as quais destacamos as seguintes: - Assunto: CONTRATOS. DOU de 20.04.2007, S. 1, p. 118. Ementa: o TCU determinou ao SENAI/RJ que passasse a exigir a comprovação de regularidade fiscal em todas as modalidades de licitação, inclusive por dispensa ou inexigibilidade, observando que a condição de regularidade fiscal deveria ser mantida durante toda a execução dos contratos e comprovada a cada pagamento efetuado, conforme previsto no art. 195, § 3º, da CF/1988 (item 1.1.8, TC-014.462/2006-6, Acórdão nº 956/2007-TCU-1ª Câmara).(Grifo nosso). Fonte: EMENTÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA - Inscreva-se gratuitamente no sítio Web http://groups.google.com.br/group/prgg. - Assuntos: CADIN e PAGAMENTO. DOU de 17.10.2008, S. 1, p. 82. Ementa: promoção de audiência de ex-Coordenador-Geral de Recursos Logísticos do MCT para a apresentação de justificativas quanto à efetivação de pagamento sem a verificação da regularidade fiscal do fornecedor perante a Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, em desobediência ao inc. III, art. 29 c/c inc. XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993, e sem a comprovação da consulta prévia ao Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Governo Federal (CADIN), em desacordo com o inc. III, art. 6º da Lei nº 10.522, de 19.07.2002 (item 9.3.2.4, TC-021.647/2006-0, Acórdão nº 2.267/2008-Plenário).(Grifos nossos). Na mesma linha de conduta verificou-se que a Conab/Matriz, encontrava-se com a sua regularidade fiscal vencida, e o Sicaf "Habilitação Parcial" com registros desatualizados, o que contraria, como fornecedores de bens e serviços ao poder público, e a Egrégia Corte de Contas. GUIAS DE PAGAMENTOS Constatou-se que nas guias de pagamento emitidas pela Gerência de Serviço de Assistência à Saúde houve supressão de parte da declaração constante do campo 7 (autenticação). Em que pese que a guia preenche os demais requisitos para pagamento, entende-se que o documento deverá observar todos os campos de forma completa, notadamente aquele em que consta a declaração de autenticação de pagamento. Notou-se que, a exemplo da GP 254, que os carimbos identificadores, dos empregados que elaboram, atestam e autorizam os pagamentos, identificam apenas o nome e o setor, faltando o cargo/função e assim não permite a verificação da regularidade do procedimento de alçada e a segregação de funções. Constatou-se a duplicidade de responsabilidade, a exemplo das GPs n.ºs 09 e 10 da Procuradoria Geral, onde o atesto do gerente e superintendente é feito pelo mesmo empregado e não se verifica a regular segregação de funções para esses pagamentos. Verificou-se, por meio das notas de lançamento n.ºs 2010NL010841, no valor de R$90.804,64, 2010NL010842, no valor de

R$269.950,00 e 2010NL010843 no valor de R$136.685,00, todas emitidas em 1º/12/2010, relativas a registros de cartas de fiança de diversos responsáveis em garantia de obrigações contratuais referentes ao Aviso de Frete n.º 224/2010. As apólices relativas a essas garantias foram remetidas pela Suarm/Matriz por meio das Comunicações Internas n.ºs 00968, 00970, 00971 à Sufin/Matriz em 16/11/2010. No mesmo expediente a Suarm/Matriz solicita a restituição dos depósitos efetuados em numerário pelos contratados na data de 21/10/2010. Não foi possível verificar na execução dos trabalhos de campo, se a Suarm/Matriz ou a Sufin/Matriz se preocuparam em verificar se as instituições que forneceram as cartas de fiança, estão devidamente autorizadas a fazê-lo, como se depreende da determinação da Corte de Contas, a saber: - Assunto: GARANTIA. DOU de 17.03.2011, S. 1, p. 127. Ementa: alerta à Direção do Hospital Federal de Bonsucesso sobre a necessidade de se efetuar pesquisa junto a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), no caso de seguro-garantia, e junto ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de fiança bancária a ser apresentada em contrato, em atendimento ao disposto no art. 56, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993, objetivando verificar se a instituição prestadora da respectiva garantia está devidamente autorizada a fazê-lo (item 1.4.2, TC-023.536/2010-1, Acórdão nº 498/2011-Plenário) (grifos do relator).

Recomendação:

970.1 - Recomendamos à Dirad/Sumoc que promova a licitação, preferencialmente na modalidade pregão eletrônico, para a contratação de instituição gestora de provimento de estagiários.

Tratamento das Recomendações:

de thiago.lima em 01/06/2011 como Pendente

Informamos que foi aberto o processo 1527/2011 que trata dos procedimento licitatórios visando a contratação do agente de integração. O referido processo se encontra na fase de alocação de recursos, após será enviado a CPL para demais prosseguimentos.

de osvaldo.pateiro em 13/06/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sumoc.Matrz, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

970.2 - Recomendamos à Dirad/Sumoc que verifique se o convenente atende a determinação da contratação do seguro de acidentes pessoais dos estagiários e solicite cópia da apólice quitada para apresentação aos órgãos de controle, quando solicitado.

Tratamento das Recomendações:

de thiago.lima em 01/06/2011 como Pendente

Segundo informações do convenente a apólice encontra-se disponibilizada na página da internet. Quando solicitado a Conab poderá imprimir tanto a apólice individual quanto a coletiva. Procedimento testado pela Sumoc.

de osvaldo.pateiro em 13/06/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sumoc/Matriz, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

970.3 - Recomendamos à Dirad/Sumoc que verifique, nas contratações de estagiários efetuadas, a possibilidade de vínculo familiar com empregados jurisdicionados à Matriz e efetive a determinação da Corte de Contas.

Tratamento das Recomendações:

de thiago.lima em 01/06/2011 como Pendente

Informamos que nas novas contratações adotaremos os procedimentos recomendados pela corte de contas.

de osvaldo.pateiro em 13/06/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sumoc/Matriz, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

970.4 - Recomendamos à Sufin/Matriz consultar o Sicaf (Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores) para verificação da regularidade fiscal em todos os pagamentos que efetuar, apensando a consulta ao processo e/ou pagamento, independentemente da modalidade de contratação, seguindo a determinação do Tribunal de Contas da União.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 03/08/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de manoel.sa em 19/08/2011 como Pendente

Informamos que é rotina desta Gerência, verificar a regularidade fiscal de todos os processos de pagamento , podendo ter ocorrido não junção de algum espelho do SICAF. Entretanto tomaremos medidas junto aos nossos técnios no sentdio de evitar tais fatos.

de osvaldo.pateiro em 22/08/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sufin/Matriz consideramos o item solucionado.

Recomendação:

970.5 - Recomendamos à Dirad/Sureh orientar a Gesas/Matriz para que adote o formulário padrão para o encaminhamento das Guias para Pagamento - GPs de terceiros.

Tratamento das Recomendações:

de em 04/05/2011 como Pendente

Em conformidade com a "Recomendação/AUDIN" em tela, a demanda foi encaminhada à área técnica da SUTIN, que prontamente nos atendeu, cujos ajustes já se encontram implementados no Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos - Sênior/Módulo BS.

de osvaldo.pateiro em 09/05/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Gesas/Matriz, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

970.6 - Recomendamos à Difin/Sufin orientar os setores da Companhia responsáveis por emissão das GPs que utilizem carimbos identificadores dos empregados contendo, no mínimo, nome, matrícula e função.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 03/08/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 19/08/2011 como Pendente

Informamos que a DIFIN através de CI/DIFIN Nº 079, de 05/05/11, orienta a todas a Unidades da Matriz, no sentido de atender a presente recomendação AUDIN.

de osvaldo.pateiro em 22/08/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Difin/Sufin consideramos o item solucionado.

Recomendação:

970.7 - Recomendamos à Difin/Sufin orientar os setores da Companhia responsáveis por emissão de GPs que atentem para o disposto na IN SFC/CGU n.º 01 de 6 de abril de 2001, Segregação de Funções.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 03/08/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de manoel.sa em 19/08/2011 como Pendente

A presente recomendação, já foi repassada a todas as Unidades da Matriz, através de CI/DIFIN Nº 079, de 05/05/11.

de osvaldo.pateiro em 22/08/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

970.8 - Recomendamos à Difin/Sufin que informe à Audin quanto à verificação da autorização mencionada junto aos órgãos fiscalizadores, anteriormente à devolução da garantia depositada pelos contratados.

Tratamento das Recomendações:

de em 28/07/2011 como Pendente

Esclarecemos que cabe a Sufin somente a guarda e contabilização das Cartas de Fiança Bancárias. Quanto a conferência da documentação, entendemos que é função da área contratante, inclusive a verificação da autenticidade das cartas de fiança bancária, neste caso a Suarm. Constatando-se qualquer irregularidade na documentação, o contrato não seria finalizado. No entanto, fizemos uma consulta ao Banco Central e estamos encaminhando a resposta.

de osvaldo.pateiro em 09/09/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sufin/Matriz, consideramos o item solucionado. Nas próximas auditorias direcionar a recomendação à Suarm/Matriz

Constatação:

971 - São constituídos pelas mercadorias adquiridas com recursos do Tesouro Nacional para a formação dos estoques reguladores e estratégicos; pelos produtos adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA e pelos produtos adquiridos especificamente para doação. Em 31.12.2010 os estoques públicos totalizavam R$4.138.198.154,24 e estavam distribuídos conforme tabela a seguir: Com o intuito de verificar a exatidão dos registros contábeis e seus reflexos nas demonstrações contábeis, relativamente a eventos que alterem o patrimônio e influenciem no resultado da Companhia, procedeu-se a análise das contas representativas dos estoques públicos em confronto com os respectivos Mapas de Inventários de Mercadorias - MIMs, examinando, também, a fidedignidade da documentação pertinente. Registre-se que os exames foram feitos por amostragem, observando-se o critério de materialidade e criticidade. Como resultado dessa análise, constatou-se a existência de registros contábeis sem amparo documental ou inconsistentes, que resultaram na compatibilização dos saldos financeiros dos estoques com os inventários de mercadorias, tendo como contrapartida as contas de resultado (receita ou despesa). Referidos ajustes estão demonstrados na tabela a seguir: Os lançamentos feitos com o evento 540091- Apropriação do Custo das Mercadorias Vendidas resultaram no decréscimo do estoque no montante de R$13.534.093,51, tendo como contrapartida a conta de resultado 51313.01.05 – Custo de Bens e Serviços – Baixa. Referido evento, quando utilizado, deve traduzir a baixa dos estoques (pelo custo efetivo do produto) por ocasião das vendas de mercadorias. Ademais, essa operação tem reflexos diretos na equalização de preços, quando refere-se aos estoques reguladores ou estratégico, este último oriundo das operações de Contratos de Opção. O lançamento feito com o evento 540482 – Baixa de Estoque de Produtos Por Doação causaram um decréscimo no estoque no valor de R$459.412,81, tendo como contrapartida a conta 52312.02.04 – Doação. Este evento, quando, utilizado, deve representar uma baixa de estoque em razão da doação da mercadoria. Referida operação, quando ocorre no âmbito dos estoques reguladores e estratégicos, integra a equalização de preços. Os registros feitos utilizando-se o evento 540086 – Apropriação do Diferencial de Transferência de Material tem como contrapartida a conta 62312.02.07 – Diferencial de Transferência. Como consequência do seu uso, verificou-se um acréscimo do estoque na ordem de R$1.467.862,76 e um decréscimo (pelos estornos) no valor de R$960.329,44. Mencionado evento deve traduzir os ajustes de estoque em decorrência das diferenças de custo (notadamente o ICMS) por ocasião das remoções de mercadorias (transferências) de um armazém depositário para outro. Referida operação, quando realizada nos estoques reguladores e estratégicos, integra a equalização de preços. Instadas a apresentar a documentação de suporte dos lançamentos contábeis, sob comento, as Suregs CE, SP, SC, PR e MG, ofereceram os seguintes esclarecimentos: a) Sureg/CE A respeito do assunto sob comento, foi expedida a Solicitação de Auditoria n.º 02, de 15.2.2011, por ocasião da Auditoria de Balanço realizada naquela Sureg (período de 7.2.2011 a 11.2.2011), na qual solicitou-se a documentação de suporte dos lançamentos contábeis feitos por meio das 2010NLs005895, 005896, 005897, 005898, 005899, 005900, 005901e 005902 da UG 135447 e 2010NL003071, 003090, da UG 135597. Os referidos documentos não foram apresentados, visto que os lançamentos contábeis foram feitos com o intuito de compatibilizar os saldos contábeis com os saldos dos respectivos Inventários de Mercadorias. Concluiu-se que os lançamentos não possuíam amparo documental e, portanto, os registros feitos à conta de Custo das Mercadorias Vendidas afetou diretamente o resultado da Unidade com reflexos na equalização de preços do mês de dezembro de 2010, que foi acrescida em R$1.872.423,97. b) Sureg/SP Foi expedida a Comunicação Interna Audin n.º 111, de 25.2.2011, por meio da qual solicitou-se a documentação referente ao lançamento feito pela 2010NL000178 da UG 135327. Em resposta, aquela Sureg encaminhou o Relatório de Notas Fiscais, período de 01.12.2010 a 31.12.2010, cujo montante das operações de doação foi de R$1.657.288,23. Contudo, o lançamento contábil de baixa foi feito a maior em R$459.412,81, objetivando acertar as operações de aquisição de trigo não concretizadas. Constatou-se o uso inadequado do evento 540482, resultando no registro indevido à conta de doação, com reflexos diretos na equalização de preços do mês de dezembro de 2010, que foi acrescida em R$459.412,81. c) Sureg/SC Foi expedida a Comunicação Interna n.º 109, de 25.2.2011, por meio da qual a Audin solicitou os documentos referentes aos lançamentos feitos pelas 2010NLs001381, 001391, 001385, 001384, 001389, 001875, 001873, 001392, 001393, 001867, 001869, 001870, 001871, 001855, 001858, 001859 e 001860 da UG 135445. Em resposta, a Sureg/SC encaminhou cópias das Fichas Financeiras de Movimentação – FINAMs, de diversos movimentos, para esclarecer que os laçamentos feitos pelas NLs001391, 001389, 001392, 001384, 001385, 001393, 001867, 001869, 001870, 001871, 001873 e 001875 foram motivados pelas divergências entre os saldos contábeis e os saldos dos Mapas de Inventários de Mercadorias – MIMs. Tais diferenças teriam sido geradas pela inclusão, no sistema xFAC, de despesas de frete dissociadas dos registros contábeis e, ainda, por problemas de inconsistências do mesmo sistema, que, em alguns momentos, apresenta saldos negativos nas FINAMs. Tais

lançamentos resultaram em acréscimo no estoque no montante de R$1.317.411,15 e um decréscimo de R$960.329,44. Após análise, constatou-se que esses registros foram feitos para compatibilizar os saldos contábeis com os saldos dos MIMs, com impactos em conta de resultado e reflexos diretos na equalização. Com relação aos lançamentos feitos pelas NLs001855, 001858, 001859 e 001860, a Sureg/SC informou tratar-se de despesas agregadas ao custo do produto, conforme registro das FINAMs enviadas à Audin (seguro, armazenagem e ICMS indenizado). Ocorre, todavia, que as despesas de seguro e armazenagem já tinham sido contabilizadas pela Matriz, por meio das NLs 006593, 006625 e 006870 e as despesas de ICMS foram contabilizadas quando da apropriação das Guias de Pagamento correspondentes. Portanto, houve duplicidade de lançamentos. Assim sendo, a conta de estoque foi acrescida em R$150.451,61, com reflexos diretos na equalização de preços. d) Sureg/PR A Audin solicitou, por meio da CI/Audin n.º 105, de 25.2.2011, os documentos que subsidiaram os lançamentos feitos por meio das 2010NLs 001148, 001151 e 001175 da UG 135437 e 2010NL002577 da UG 135267. Em resposta, a Sureg/PR encaminhou a documentação de suporte e, após análise, entendeu-se pertinentes os registros feitos, à exceção da 2010NL002577 que efetuou a baixa de estoque à conta de custo de mercadorias vendidas, de operações de remoção interna, cuja saída se deu em 9.12.2010 e a entrada só ocorreu em 7.2.2011. O uso inadequado do evento teve reflexos na equalização de preços do mês de dezembro de 2010, que foi acrescida em R$110.249,24. e) Sureg/MG Por meio da CI/Audin n.º 104, de 25.2.2011, solicitou-se, à Sureg/MG, os documentes pertinentes às operações contabilizadas pelas 2010NLs003220, 003221 e 003277 da UG 135431. Em resposta, a Sureg/MG apresentou os seguintes esclarecimentos: e.1) Sobre a 2010NL003220, no valor de R$1.667.701,00, informou tratar-se de baixa de estoque de operações apropriadas em 2009 não concretizadas em 2010, em razão de cancelamentos, devoluções e emissão em duplicidade de notas fiscais e, ainda, registro a maior de despesas de classificação. Após análise constatou-se que o lançamento estava adequado e amparado em documentos fidedignos. e.2) As 2010NLs003221 e 003277 nos valores de R$5.450.227,00 e R$5.952.119,13, respectivamente, foram emitidas com o intuito de corrigir o lançamento indevido de remessa para depósito feito pela NF n.º 502 na FINAM do dia 24.12.2009, no valor de R$2.724.096,88 e o registro de entrada, para acerto, efetivado em 31.12.2010 pela NF n.º 1039, no mesmo valor. Pretendia-se, também, regularizar o lançamento contábil efetuado pela 2010NL000028, com reflexos na conta de estoque no montante de R$3.036.040,38. Registre-se, ainda, que no exercício de 2010 foram emitidas as notas fiscais n.º 1057 (outras saídas), registrada na FINAM do dia 14.1.2010, no valor de R$5.514.434,18 e a NF n.º 1096 (outras entradas) de R$2.724.096,88 registrada na FINAM do dia 19.1.2010. Em face disso, a Sureg/MG emitiu as 2010NLs02368 e 02595. Após análise de todos os registros feitos, tanto no que se refere às notas fiscais emitidas e seus lançamentos na FINAM, como os registros contábeis pertinentes, verificou-se o que segue: 1) A operação sob comento referia-se tão somente à aquisição de café, materializada pela emissão das notas fiscais de entrada n.º 14045 (produto) e 12956 (sacaria), perfazendo um total de R$2.751.837,78, inseridas na movimentação de entrada no dia 24.12.2009. No mesmo dia agregou-se ao custo do produto uma despesa (não especificada) de R$7.837,20. Dessa forma, a FINAM do dia 24.12.2009 totalizou R$2.759.654,08. Ainda naquela data, procedeu-se à remessa para armazenagem com a emissão das NFs 502 e 504, nos valores de R$2.714.096,88 e R$2.759.648,68, respectivamente. Tais lançamentos não afetaram o saldo da FINAM. Observe-se, contudo, que a emissão da NF n.º 502 foi indevida. Os registros contábeis desses eventos foram feitos pela 2009NS02369 (apenas o valor do produto) e pela 2010NL01179 (remessa para depósito). Não se identificou, todavia, os lançamentos contábeis da sacaria e da despesa. 2) No movimento do dia 31.12.2009 emitiu-se a NF de entrada n.º 1039 com o objetivo de corrigir a remessa para depósito indevida. Entretanto, este registro alterou o saldo da FINAM, que passou a ser de R$5.483.777,26. Procedeu-se ao registro dessa operação com o lançamento de retorno de depósito feito pela 2009NL01255. Pelos eventos operacionais e contábeis percebe-se que o exercício de 2009 encerrou-se com uma divergência de R$2.759.680,38 (saldo da FINAM maior que o saldo contábil). Cabe observar que, naquele momento, o saldo contábil expressava corretamente a operação de compra, exceto pela ausência dos registros da sacaria e da despesa, conforme dito no item anterior. 3) Já no exercício de 2010, na FINAM do dia 14.1.2010, foi emitida a Nota Fiscal de saída n.º 1057, no valor de R$5.514.434,18 para anular os lançamentos anteriores. Mais uma vez o registro foi equivocado, visto que a saída realizada em 2009 pela NF nº 502 era simbólica e não havia afetado o saldo financeiro da FINAM. Para contabilizar esse evento, foram emitidas as 2010NL02368 e 02595. 4) Por fim, no dia 19.1.2010, a operação foi corrigida com a emissão da NF de entrada n.º 1096, no valor de R$2.724.096,88. Não houve registro contábil para essa operação. 5) Pelo exposto nos itens 1 a 4, depreende-se que os lançamentos feitos por meio das 2010NLs003220 e 003277 dizem respeito à baixa de estoque pelo custo das mercadorias vendidas, o que pressupõe uma operação de venda de produtos. Contrariamente, os registros feitos nas FINAM dos dias 24 e 31.12.2009, dizem respeito a uma operação de aquisição e a respectiva remessa para depósito. Ademais, os lançamentos contábeis efetivados em 2010 totalizam R$11.402.346,13, portanto não guardam consonância com a mencionada operação de aquisição. Vale registrar que o erro havido naquela data dizia respeito aos registros operacionais (remessa para depósito em duplicidade, sem contudo, afetar o saldo da FINAM e entrada para correção com impacto no saldo da FINAM). Logo, os saldos contábeis estavam condizentes com o evento de compra (valor do produto). Ressalte-se, contudo, que não foram localizados os lançamentos referentes a entrada da sacaria (NF12956), no valor de R$27.720,00 e da despesa lançada na FINAM do dia 24.12.2009, no valor de R$7.837,20. 6) Da mesma forma não se identificou relação com a 2010NL00028, no valor de R$3.036.040,38, emitida para compatibilização de saldo contábil e do Mapa de Inventário de Mercadoria, cuja diferença teria sido gerada pelo reprocessamento do sistema xFAC. Por oportuno, cabe registrar que esse lançamento teve como contrapartida a conta de “Resultado de

Exercício Anterior" e, ao final do exercício de 2010, compõe o saldo da conta de "Lucros a Destinar do Exercício Anterior". Considerando que esse lucro foi auferido nas operações governamentais e não poderiam afetar o resultado da Conab, o valor deverá ser abatido em futuras equalizações. 7) Pelo exposto, entende-se que o estoque sofreu um decréscimo de R$11.402.346,13 com reflexos diretos na equalização de preços que foi majorada no mesmo valor.

Recomendação:

971.1 - Recomendamos à Sucon que interaja com as Superintendências Regionais CE, SC e MG, de modo a se proceder minuciosa análise dos procedimentos contábeis e operacionais adotados que culminaram com os lançamentos contábeis sob comento. Após, deverão ser adotados os procedimentos necessários à correção dos registros contábeis e seus reflexos na equalização de preços.

Tratamento das Recomendações:

de mara.costa em 15/06/2011 como Pendente

ITEM 971 – ESTOQUES PÚBLICOS 971.1 – SUREG CE D a UG 135447 – MERCADO DE OPÇÃO/CE Na UG 135447 – Mercado de Opção/CE, a importância de R$ 1.447.235,27 que refletiu na equalização refere-se as despesas contabilizadas e não agregadas ao custo do produto e contabilização a menor de CMV. A falta da agregação dessas despesas ocasionou: custo do produto menor no sistema; valor equalizado menor. Valor contábil na conta 11.313.03.05 sem agregação ao custo. Exemplo comparativo de Custo Menor no Sistema: UA FINAM VALOR VENDA CUSTO EQUALIZAÇÃO RUSSAS 12/ABR/10 16.056,00 32.945,15 -16.889,15 RUSSAS 01/DEZ/10 55.500,00 37.553,79 17.946,21 IGUATU 06/MAI/10 7.050,00 13.905,00 -6.855,00 IGUATU 15/DEZ/10 65.580,00 45.687,32 19.892,68 A não agregação dessas despesas, mudou totalmente o comportamento do custo, gerando superávit nas operações de vendas dos meses subsequentes. Caso essas despesas tivessem sido agregadas, não ocorreria lucro nas operações, conforme demonstrado no exemplo das UAs Russas e Iguatú, e a equalização seria maior. O resultado da atividade Mercado de Opção/CE, no mês de dezembro foi superavitário em R$ 1.379.968,39. Esse superávit foi deduzido na equalização da atividade PGPM/CE, que foi de R$ 3.464.155,69, quase em sua totalidade proveniente de Doações/PGPM. No final do mês de novembro o estoque estava praticamente zerado, tendo recebido remoção nos meses de novembro e dezembro, recompondo o estoque. Pelo exposto, entendemos que o valor baixado pelas 2010 NL005895,005896,005897,005898,005899,005900,005901, e 005902, incluindo ainda, a 2010NL005903, que é estorno parcial da 2010NL5902, totalizando R$ 1.447.235,27, é parte integrante do custo das mercadorias, uma vez que são despesas que não foram debitadas ao estoque antes de seu encerramento. Na UG 135597-PAA/CE, as 2010NL00371 e 003090, incluímos também a 2010NL003091 , que é estorno parcial da 2010NL003090, perfazem o total de R$ 306.368,00, refere-se a Doações baixadas como custo, conforme comparativo entre o Relatório de Doações do Sistema xFAC e as contabilizações na conta 5.2.3.1.2.02.04 da UG 135597 – PAA/CE, que recebeu o sub-repasse por meio da 2010NL002605. CONCLUSÃO SUREG CE Concluímos que o valor de R$ 1.447.235,27 da UG 135447 é parte integrante do custo das mercadorias vendidas no exercício de 2010, tendo em vista que esse valor refere-se as despesas que deixaram de ser debitadas ao estoque antes do seu encerramento, compondo o valor da equalização. Quanto ao valor de R$ 306.368,00 da UG PAA, foi baixado com evento indevido de CMV, quando deveria ter sido utilizado o evento de baixa por doação, o que não altera o resultado da atividade, considerando que os valores contabilizados nessa UG não são parte integrante do valor da equalização e receberam sub-repasse por meio da 2010NL002605.

de maria.lopes em 07/10/2011 como Pendente

SUREG/CE O assunto foi reavaliado pela equipe de auditores por ocasião da auditoria realizada na Sureg/CE no período de 8 a 25.8.2011. Naquela oportunidade foi emitida a SA n.º 01, de 8.8.2011, por meio da qual foi solicitado informar "quais os ajustes realizados em 2011, frente à incompatibilidade dos valores dos estoques constantes dos inventários posicionados em 31.12.2010". Em resposta a Sureg/CE informou que " diante da inviabilidade de retomarmos tais procedimentos, optamos por deixá-los da forma como foram compatibilizados os saldos, até porque os ajustes foram feitos atendendo orientação da portaria Presi n.º 599, de 08/11/2010, tendo em vista o encerramento do exercício." Cabe registrar que a Portaria Presi n.º 599/2010 estabelece o cronograma de encerramento do balanço de 2010 e, um dos pontos elencados é a compatibilização dos registros com os saldos apurados em inventário. Entretanto, essa orientação não pressupõe a compatibilização de saldos sem o suporte documental. Ainda sobre o assunto, a Sucon informou que a diferença de R$1.447.235,27 é parte integrante do custo de mercadorias, uma vez que são despesas que não foram agregadas aos estoques antes de seu encerramento. Essa afirmativa seria admissível se a Sureg/CE tivesse apresentado os documentos inerentes a tais despesas, o que não ocorreu. Quanto ao valor de R$306.368,00 consideramos que a resposta foi satisfatória. Pelo exposto, consideramos pendente o valor de R$1.447.235,27 e corroboramos com a recomendação exarada na Nota Técnica Audin n.º 020/2011, constante do Processo n.º 21200.001757/2010-14, às folhas 91 e 92, cujo teor reproduzimos: "Recomendação 26 (R-26) – Recomendamos que a Sureg/CE, em interação com a Sucon, apresente o detalhamento das despesas e os respectivos documentos que suportaram a emissão das NLs de ajustes no saldo dos estoques de mercadorias – Mercado de Opção, no valor de R$1.447.235,27." SUREG/SC Avaliamos a resposta oferecida ao item 972.1 e consideramos solucionados os

registros feitos pela 2010NLs 001391, 001385, 001384, 001389, parte da NL001875 (lançamento feito com o evento 545086), 001873, 001392, 001867, 001869, 001870, 001871, 001855, 001858, 001859 e 001860, cuja contrapartida foi a conta 62312.02.07. Todavia, solicitamos maiores esclarecimentos quanto aos lançamentos feitos por meio das 2010Nls 001875 e 001393, cuja contrapartida é a conta de CMV. SUREG/MG Estamos aguardando a conclusão das análises que estão em andamento.

de mara.costa em 07/10/2011 como Pendente

No início da resposta (no Siaudi) há um anexo que contém o detalhamento dos documentos que compõe o valor que não foi agregado ao estoque. Solicitamos à Sureg/CE, cópias dos documentos estamos aguardando, e enviaremos por CI.

de maria.lopes em 10/01/2012 como Pendente

Analisamos os documentos remetidos por meio da CI/Sucon n.º 1013, de 21.11.2011. Consideramos solucionado o valor de R$1.390.452,38. Tal importância diz respeito às despesas de frete e ICMS que não foram inseridas no sistema XFAC para a composição dos custos. Considerando, em face do tempo decorrido, que os produtos já foram vendidos, entendemos pertinente a baixa do estoque tendo como contrapartida o custo das mercadorias vendidas. Quanto ao valor de R$56.782,89, composta a partir de diferenças apontadas na planilha anexa à CI acima mencinada, relativas às NLs 000820, 000837, 002759, 002806, 003029, 003051, 003065, 003177, 003173, 003234, 003290, 004538, 004868, 003578, 004135, 004149, 003575, 004031, 003350, 004125, 003564, 003452, 003351, 003574, 004124, 003405, 003448, 004076, 004159, 002414, 002366, 002407, 002318, 002146 e 002218, observamos que foram remetidos, pela Sucon, os documentos complementares anexos à CI/Sucon n.º 998/2011, que retornou à Audin, em 22/12/011. Assim, o valor de R$.1.447.235,27 foi considerado solucionado.

de maria.lopes em 13/01/2012 como Pendente

SUREG/CE Analisamos os documentos remetidos por meio da CI/Sucon n.º 1013, de 21.11.2011. Consideramos solucionado o valor de R$1.390.452,38. Tal importância diz respeito às despesas de frete e ICMS que não foram inseridas no sistema XFAC para a composição dos custos. Considerando, em face do tempo decorrido, que os produtos já foram vendidos, entendemos pertinente a baixa do estoque tendo como contrapartida o custo das mercadorias vendidas. Quanto ao valor de R$56.782,89, composta a partir de diferenças apontadas na planilha anexa à CI acima mencinada, relativas às NLs 000820, 000837, 002759, 002806, 003029, 003051, 003065, 003177, 003173, 003234, 003290, 004538, 004868, 003578, 004135, 004149, 003575, 004031, 003350, 004125, 003564, 003452, 003351, 003574, 004124, 003405, 003448, 004076, 004159, 002414, 002366, 002407, 002318, 002146 e 002218, observamos que foram remetidos, pela Sucon, os documentos complementares anexos à CI/Sucon n.º 998/2011, que retornou à Audin, em 22/12/011. Assim, o valor de R$.1.447.235,27 foi considerado solucionado SUREG/SC Continuamos aguardando os esclarecimentos quanto aos lançamentos feitos por meio das 2010Nls 001875 e 001393, cuja contrapartida foi a conta de CMV. SUREG/MG A Sucon enviou a CI/Sucon n.º 968, de 25.10.2011. Após análise, permanece pendente o valor de R$2.414.186,62, conforme explicitado na CI Geaud n.º 386, de 11.11.2011, remetida à Sucon.

de em 13/02/2012 como Pendente

SUREG SC Face o tempo decorrido os estoques dos armazens envolvidos foram zerados, ficando a Sureg/SC impossibilitada de efetuar o estorno. Dessa forma, o valor foi equalizado.

de maria.lopes em 13/02/2012 como Solucionado

Em face das medidas adotadas e dos esclarecimentos prestados, consideramos o item solucionado.

de mara.costa em 13/02/2012 como Pendente

O valor de R$ 2.414.186,62 foi regularizado por meio da 2011nl001113 da UG 135431 MO/MG.

Recomendação:

971.2 - Recomendamos à Sucon que interaja com a Sureg/SP, objetivando a correção do lançamento feito por meio da 2010NL000178 da UG 135327, visto que foi utilizado indevidamente o evento 540482 – Baixa de Estoque de Produtos por Doação, para contabilizar o estorno de operação de aquisição de trigo não concretizada.

Tratamento das Recomendações:

de mara.costa em 15/06/2011 como Pendente

TEM 971.2 -SUREG SP Resposta da Sureg SP ao questionamento: "Ref. CI/AUDIN nº 111 de 25/02/11 2010NL000178 ug 135327 de 2.116.701,04 a maior 459.412,81 ao valor das Doações dezembro de 2010 de 1.657.288,23 Fizemos uma analise da diferença apresentada e concluímos tratar-se de valores não agregado aos estoques ao longo dos meses de outubro a dezembro de 2010, esta diferença só apareceu em dezembro por atraso na contabilização de aquisições de trigo por falta de dotação orçamentária, liberações prejudicadas devido a problemas no processo AGF de trigo. Assim encerramos o exercício com o Custo das Mercadorias Vendidas a menor, compensado

com Doações a maior, devido ao uso do evento indevido, mas que felizmente não afetou o resultado da unidade. Em 2011 houve uma maior conscientização da Geope/SP passando a enviar a documentação do X-Fac em tempo hábil para contabilização e analise a fim de evitarmos estes transtornos."

de maria.lopes em 07/10/2011 como Pendente

A Sureg/SP informou que a diferença de R$459.412,81 refere-se a valores não agregados aos estoques ao longo dos meses de outubro a dezembro de 2010, cuja baixa contábil se deu por evento indevido (doação), sem, contudo, afetar o resultado da unidade. Após análise da resposta oferecida pela Sureg/SP, para que possamos solucionar o item, pedimos que a Sucon interaja com aquela Sureg, no sentido de remeter os documentos relativos as despesas contabilizadas e não agregadas ao custo do produto.

de maria.lopes em 10/01/2012 como Pendente

Continua pendente, aguardando os documentos de suporte.

de em 13/02/2012 como Pendente

Considerando a última manifestação da Audin, solicitamos encaminhar os documentos requeridos para que possamos solucionar o item.

Recomendação:

971.3 - Recomendamos à Sucon que interaja com a Sureg/PR, objetivando a correção do lançamento feito por meio da 2010NL002577 da UG 135267, visto que foi utilizado indevidamente o evento 540091 – Apropriação do Custo das Mercadorias Vendidas, para contabilizar uma remoção interna de mercadoria.

Tratamento das Recomendações:

de mara.costa em 15/06/2011 como Pendente

ITEM 971.3-SUREG PR Foi regularizado por meio da 2011NL000859 da UG 135267, o valor da R$ 110.249,24 será excluído do valor a equalizar do mês de junho 2011.

de maria.lopes em 05/09/2011 como Solucionado

Consideramos o item solucionado, conforme 2011Nl000859.

Recomendação:

971.4 - Recomendamos à Sucon que interaja com a Sutin no sentido de realizar testes de consistência nos cálculos de custos no sistema xFAC, para averiguar a sua exatidão.

Tratamento das Recomendações:

de em 15/06/2011 como Pendente

ITEM 971.4 – SUTIN Foi realizada reunião com a Sutin expondo os problemas encontrados.

de maria.lopes em 05/09/2011 como Pendente

O item será mantido na condição de não solucionado, aguardando manifestação da Sutin.

de maria.lopes em 10/01/2012 como Pendente

Item pendente aguardando manifestação da Sutin.

Recomendação:

971.5 - Recomendamos à Sucon que adote os procedimentos necessários, de modo que o valor de R$3.036.040,38, registrado na conta de Lucros a Destinar de Exercício Anterior, seja utilizado para compensar futuras equalizações, em conformidade com o atual modelo utilizado pela área contábil.

Tratamento das Recomendações:

de mara.costa em 15/06/2011 como Pendente

ITEM 971-5 – SUREG/MG O valor de R$ 3.036.040,38 foi compensado na equalização do mês de maio de 2011, conforme lançamento efetuado por meio da 2011NL000764 da UG 135431.

de maria.lopes em 05/09/2011 como Solucionado

Após providências adotadas pela Sucon através do registro constante da 2011NL000764 da UG 135431, consideramos o item solucionado.

Constatação:

972 - A conta registra os valores apurados a título de Equalização de Preços – com a cobertura, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos prejuízos nas operações de venda, perdas e doação de mercadorias pertencentes aos estoques reguladores e estratégicos – conforme prevê a Portaria Interministerial nº 38/2004. Em 31.12.2010 a equalização totalizou R$201.862.370,69, conforme demonstrativos contábeis. Todavia, em face dos eventos relatados no capítulo Estoques Públicos, depreende-se que a equalização sofreu uma majoração na ordem de R$13.485.973,00. Na tabela a seguir, são apresentadas as divergência na equalização, por Superintendência Regional. A coluna "Diferença" da Tabela acima indica a recomposição da equalização das Suregs CE, SP, SC, PR e MG, desconsiderando os ajustes feitos para a compatibilização dos saldos contábeis com os Mapas de Inventários de Mercadorias – MIMs. Constatou-se que as divergências são expressivas, notadamente nas Suregs/CE e MG. A equalização da Suregs/CE foi calculada a maior em 90% e a Sureg/MG teria apresentado superávit de R$746.375,28, ao invés de um prejuízo de R$10.655.970,85. As divergências apontadas representam 18,3% da equalização do mês de dezembro de 2010 e 6,7% da anual.

Recomendação:

972.1 - Recomendamos à Sucon, que a partir dos levantamentos feitos nas operações que envolveram os ajustes de estoque, objeto de item específico deste relatório, proceda a correção dos valores equalizados a maior.

Tratamento das Recomendações:

de mara.costa em 15/06/2011 como Pendente

ITEM 972 – CONTA 6.2.3.1.7.03.04 – AGENTE DEVEDORES – EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS SUREG CE – Conforme demonstrado na resposta ao Item 971.1, os valores baixados como custo na UG Mercado de Opção, são parte integrante da equalização do exercício de 2010.São despesas que deixaram de ser debitadas ao estoque antes do seu encerramento. SUREG SP – Após análise realizada pela Sureg SP, refere-se a custo não agregado ao estoque no sistema xFAC, não havendo alteração no resultado. SUREG SC As Nls 001391,001389,001392,001384,001385,001393,001867,001869,001870,001871,001873,001875,001855,001858,001859 e 001860, questionadas por essa Audin, foram compensadas pelos lançamentos das 2010NL001370,001375,001381,001384,001385,001390,001391,001394,001868,001872,001400,001809,001425,001441,001452,001560,001501,001509,001532,001534,001535,001570,001590,001602,001626,001639,001656,001728,001736,001737,001738,001743,001751,001856,001857, incluindo, ainda, o saldo anterior a dezembro de R$ 1.122,07, que zera os lançamentos de receita da conta 6.2.3.1.2.02.07, onde estão registradas todas as NL questionadas. SUREG PR Regularizado por meio da 2011NL000859 UG 135267. SUREG MG. Devido ao volume de documentos, ainda está sendo analisado.

de maria.lopes em 07/10/2011 como Pendente

A solução desse item depende das providências relativas ao item 971.1 e 971.2

de em 10/01/2012 como Pendente

Depende da resposta complementar da Sureg/SC e da Sureg/MG.

de maria.lopes em 13/02/2012 como Pendente

Consideramos soluciondas as pendências das Suregs SC e MG. Contudo, o item permanecerá pendente aguardando a documentação da Sureg/SP.

Constatação:

973 - A Conab adota a metodologia de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ com base no lucro real trimestral, em conformidade com o disposto na legislação tributária que trata da matéria. Procedeu-se ao exame da metodologia de cálculo da CSLL e IRPJ adotada pela área contábil no exercício de 2010, em face das divergências apontadas, pela auditoria interna, no exercício de 2009, consignada no Relatório de Auditoria n.º 03/2009, item 663, que ainda permanece pendente de solução. Da análise dos dados, constatou-se que em 2010, os procedimentos adotados estavam em consonância com a metodologia de cálculo defendida pela Auditoria Interna, ou seja, as receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência para a composição da base da cálculo do IRPJ e CSLL, procedendo-se as exclusões e adições ao lucro líquido do exercício, em conformidade com o disposto na legislação tributária. Com relação ao montante de R$23.228.351,23, excluído da base de cálculo em 2009, registre-se o que segue: a) Valor de R$ 7.150.000,00 a receber do Tesouro Nacional para ressarcimento das despesas realizadas pela Conab com a manutenção dos estoques públicos - foi oferecido à tributação no 1º trimestre de 2010 pela adição ao lucro líquido do período. b) Valor de R$1.897.780,57, referente ao "Resultado de Créditos a Receber de Ex-Servidores" - foi oferecido à tributação o montante de R$629.032,77 no 1º trimestre de 2010 e R$1.268.747,80 no 4º trimestre de 2010, pela adição ao lucro líquido dos respectivos períodos. c) Valor de R$9.556.735,07 referente ao "Resultado de Recursos Vinculados" - foi oferecido à tributação o valor de R$1.090.382,39 no 1º trimestre de 2010 e R$8.466.352,68 no 4º trimestre de 2010, pela adição ao lucro líquido dos respectivos períodos. d) Valor de R$1.194.810,21 referente ao "Resultado de Títulos e Valores" - foi oferecido à

tributação no 4º trimestre de 2010, pela adição ao lucro líquido do exercício do período. e) Valor de R$3.429.025,38 referente ao "Resultado de Créditos a Receber (multas/atraso contratual)" - no 1º trimestre de 2010 foi excluído o montante de R$1.323.323,48, com a seguinte composição: Importa ressaltar, inicialmente, que as exclusões ao lucro líquido do exercício, para fins de apuração da base de cálculo da CSLL e IRPJ, são admissíveis nos casos de receitas não tributáveis previstas na legislação tributária, seja de forma definitiva ou temporária. Assim, da análise dos dados constantes na Tabela acima verificou-se que o saldo de R$1.323.323,48 foi obtido a partir do confronto entre despesas e receitas das rubricas que compõem os Créditos a Receber. As receitas são reconhecidas quando do registro dos diretos a receber e as despesas pela baixa de direitos quando do efetivo recebimento. O referido saldo tem natureza devedora, logo já produziu uma redução no lucro contábil do período, portanto, não poderia ter sido excluído deste mesmo lucro para fins de composição da base de cálculo da CSLL e IRPJ. Esse procedimento aumentou o saldo da rubrica "Resultado de Créditos a Receber" para R$4.752.348,86 que está registrado na parte B do LALUR e, até o final do exercício de 2010, não foi oferecido à tributação. Procedeu-se a recomposição dos valores da CSLL e IRPJ do 1º trimestre de 2010, desconsiderando a exclusão de R$1.323.323,48, conforme demonstrado na tabela abaixo. No confronto dos dados, verificou-se que houve recolhimento a menor de R$309.393,03.

Recomendação:

973.1 - Por todo o exposto, restou claro que a metodologia adotada pela área contábil para apuração da CSLL e IRPJ, incidentes sobre o lucro auferido em 2009, diferiu a tributação das receitas, no montante de R$23.228.351,23, para o exercício de 2010. Logo, objetivando resguardar a Companhia de futuras autuações fiscais, reitera-se a recomendação exarada no Relatório de Auditoria n.º 03/2010, item 663.1.

Tratamento das Recomendações:

de joao.filho em 06/07/2011 como Pendente

Solicitamos manifestaçaõ sobre o item pendente.

de eugenia.oliveira em 03/02/2012 como Pendente

Face tempo decorrido, solicitamos a manifestação dessa Unidade sobre o assunto tratato neste item.

Recomendação:

973.2 - Recomendamos à Sucon que analise a exclusão feita no 1º trimestre de 2010, no valor de R$1.323.323,48, procedendo as correções necessárias.

Tratamento das Recomendações:

de joao.filho em 06/07/2011 como Pendente

Solicitamos manifestação sobre o item pendente.

de eugenia.oliveira em 03/02/2012 como Pendente

Face tempo decorrido, solicitamos a manifestação dessa Unidade sobre o assunto tratato neste item.

Recomendação:

973.3 - Recomendamos à Sucon que esclareça a permanência do valor de R$4.752.348,86 referente ao Resultado de Créditos a Receber na parte "B" do LALUR.

Tratamento das Recomendações:

de joao.filho em 06/07/2011 como Pendente

Solicitamos manifestação sobre o item pendente.

de eugenia.oliveira em 03/02/2012 como Pendente

Face tempo decorrido, solicitamos a manifestação dessa Unidade sobre o assunto tratato neste item.

Constatação:

974 - No item 663 do Relatório de Auditoria n.º 03/2010, que trata das constatações apuradas pela Auditoria Interna na avaliação das demonstrações contábeis de 2009, ficou consignada a divergência na metodologia de cálculo da Reserva Legal. O assunto foi objeto da recomendação n.º 662.1, cujo teor se reproduz: "Recomendamos à Sucon proceder a revisão do cálculo da Reserva Legal, levando em conta as considerações feitas anteriormente, notadamente no que se refere à recomposição da base de cálculo sem o ajuste de R$21.754.836,58, efetuando os registros contábeis correspondentes." O item sob comento continua na condição de não solucionado o que requer medidas urgentes para sua regularização, observando-se que no exercício de 2010 foi adotada a sistemática de cálculo adequada, em

consonância com metodologia apontada pela Audin.

Recomendação:

974.1 - Recomendamos à Sucon que adote providências no sentido de atender à recomendação exarada no item 662.1 do Relatório de Auditoria n.º 03/2010.

Tratamento das Recomendações:

de joao.filho em 06/07/2011 como Pendente

Solicitamos manifestação sobre o item pendente.

de eugenia.oliveira em 03/02/2012 como Pendente

Face tempo decorrido, solicitamos a manifestação dessa Unidade sobre o assunto tratato neste item.

Relatório de Auditoria

Constatação:

1055 - As organizações têm buscado um uso cada vez mais intenso e amplo da TI, utilizando-a como uma poderosa ferramenta, que altera as bases de competitividade, estratégicas e operacionais das empresas. As organizações passaram a realizar seu planejamento e criar suas estratégias voltadas para o futuro, tendo como uma de suas principais bases a TI, em virtude de seus impactos sociais e empresariais. O ambiente empresarial, em nível mundial e nacional, tem passado por profundas mudanças nos últimos anos, as quais têm sido consideradas diretamente relacionadas com a TI. Essa relação engloba desde o surgimento de novas tecnologias, ou novas aplicações, para atender às necessidades do novo ambiente, até o aparecimento de oportunidades criadas pelas novas tecnologias ou novas formas de sua aplicação. Nesse novo ambiente, empresas de vários setores têm considerado imprescindível realizar significativos investimentos em TI, passando a ter seus produtos, serviços e processos fundamentalmente apoiados nessa tecnologia. Os administradores têm procurado mais conhecimento do valor estratégico de TI e dos aspectos dos projetos dessa tecnologia, considerando suas particularidades e as melhores práticas de seu gerenciamento, constatando que esse conhecimento é essencial, pelo investimento que representa e pela dependência cada vez mais significativa que as organizações têm de TI. O desenvolvimento e a implementação de aplicações de TI em uma organização apresentam suas próprias características as quais devem ser estudadas e planejadas de acordo com o ambiente. Não é possível agir da mesma maneira e executar as mesmas atividades, de forma exatamente igual, de um projeto para outro. Isso negaria o princípio de projeto referente a não-repetitividade e à unicidade de seu produto. É possível, porém, descrever as variáveis e os fatores críticos de sucesso que devem ser considerados e estudados no processo de desenvolvimento e implementação de aplicações de TI ou ainda na elaboração de cenários alternativos no processo de planejamento de TI. Todo projeto deve considerar o seu valor perante a companhia para a qual está sendo executado, para o seu planejamento, aprovação e execução, o que torna a determinação efetiva do valor estratégico de TI imprescindível. Assim como os projetos têm suas características que os diferenciam das operações, a Gerência de Projetos tem características próprias e requer uma competência adequada. A utilização de TI significa uma mudança, muitas vezes profunda, na organização, que deve ser planejada e preparada para que se garanta seu sucesso. A falta de entendimento do processo de intervenção, por parte da alta administração, tem sido considerada uma de suas principais causas de fracassos. Um projeto de TI que não tenha o apoio de um executivo da companhia com poder suficiente para garantir sua continuidade e os recursos necessários terá grande chance de fracasso. Além do apoio em relação ao poder, a administração deve deixar clara sua convicção da importância do projeto para a estratégia do negócio por meio de suas atitudes, o que inclui o aspecto referente a alinhamento estratégico. Entende-se que deve haver um administrador que tenha o papel de patrocinador dos projetos de TI, que, com sua atitude, demonstre a importância do projeto e da própria TI, garanta sua continuidade com a administração superior e resolva os possíveis conflitos advindos da eventual falta de orçamento, pessoal, etc. Ainda nesse diapasão o Tribunal de Contas da União se manifestou conclusivamente acerca do assunto como podemos depreender dos Acórdãos a seguir : Assuntos: SLA e TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. DOU de 07.03.2008, S. 1, p. 98. Ementa: o TCU recomendou à Secretaria-Executiva do MAPA que, em atenção ao princípio da eficiência constante do art. 37, "caput", da Constituição Federal: a) posicionasse hierarquicamente a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) de modo independente dos setores usuários, facilitando a sua atuação e a implementação de políticas de TI no âmbito de todo o Ministério, com base nas orientações contidas no Cobit 4.1, item PO4.1 – Localização organizacional da área de TI; b) compusesse a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) de servidores ocupantes de cargos efetivos em quantitativo suficiente, capacitados e treinados para exercer atividades estratégicas e sensíveis, atentando para o disposto no Decreto nº 5.707/2006, art. 1º, inc. III, e art. 3º, inc. III, bem como às recomendações no Cobit, PO 4.12; c) elaborasse Plano de Cargos e Salários, de forma a abranger profissionais específicos da área de TI, possibilitando processo seletivo de recrutamento de pessoal próprio para a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI); d) publicasse a Metodologia para Desenvolvimento de Sistemas (MDS); e) implantasse estrutura formal de gerência de projetos no âmbito do MAPA com base nas orientações contidas no Cobit 4.1, PO10.2 - Estrutura de gerência de

projetos; f) estabelecesse processo formal de contratação para bens e serviços de TI, promovendo a conformidade, celeridade, economicidade e eficiência do processo com base nas orientações contidas no Cobit 4.1, itens AI5.1 - Controle das aquisições e AI5.3 - Seleção de fornecedores; g) formalizasse o processo de gestão de contratos de bens e serviços de TI que abordasse aspectos legais, financeiros, organizacionais, documentais, de níveis de serviço, de segurança, de propriedade intelectual, de penalidades e sanções, e relativos às responsabilidades das partes envolvidas, promovendo a conformidade, celeridade, economicidade, eficiência e qualidade na elaboração do produto contratado, contendo procedimentos específicos para mudanças e encerramento do contrato, à semelhança das orientações contidas no item AI5.1 e AI5.2 do COBIT 4.1; h) elaborasse, no âmbito da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), procedimentos e padrões para aquisições de bens e serviços de TI, promovendo a eficiência, a celeridade e a conformidade do processo com base nas orientações contidas no Cobit 4.1, item AI5.1- Controle das aquisições; i) elaborasse, no âmbito da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), procedimentos formais de controle de demandas e de mudanças, de acordo com o previsto no item 12.5.1 da NBR ISO/IEC 17799:2005, com base nas orientações contidas no COBIT4.1, processo AI6 - Gerencia mudanças; j) publicasse uma Política de Cópias de Segurança no âmbito da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), em conformidade com as necessidades do negócio e com o Plano de Continuidade de Negócio e com base nas orientações contidas na NBR ISO/IEC 17799:2005, item 10.5 - Cópias de segurança e no Cobit 4.1, item DS11.5 - Backup e restauração (item 1.1, alínea "a", TC-026.151/2007-7, Acórdão nº 463/2008-TCU-1ª Câmara). Assunto: SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO. DOU de 11.06.2007, S. 1, p. 84. Ementa: o TCU determinou à INFRAERO que: a) estabelecesse responsabilidades internas quanto à segurança da informação conforme o estabelecido na NBR ISO/IEC 17799:2005, item 6.1.3; b) elaborasse, aprovasse e divulgasse Política de Segurança da Informação (PSI), conforme o estabelecido na NBR ISO/IEC 17799:2005, item 5.1.1; c) inventariasse os ativos de informação, conforme o estabelecido na NBR ISO/IEC 17799:2005, itens 7.1.1 e7.1.2, e estabelecesse critérios para a classificação desses ativos conforme o estabelecido na NBR ISO/IEC 17799:2005, item 7.2; d) criasse mecanismos para que as políticas e normas de segurança da informação se tornassem conhecidas, acessíveis e observadas por todos os funcionários e colaboradores da Empresa, conforme o estabelecido na NBR ISO/IEC 17799:2005, item 5.1.1; e) definisse e divulgasse Política de Controle de Acesso (PCA), conforme o estabelecido na NBR ISO/IEC 17799:2005, item 11.1.1; f) implantasse a gestão de continuidade do negócio conforme o estabelecido na NBR ISO/IEC 17799:2005, itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, e elaborasse o Plano de Continuidade do Negócio (PCN), conforme o estabelecido na NBR ISO/IEC 17799:2005, itens14.1.4e14.1.5;g)implantasse e divulgasse sua Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (MDS) em toda a Empresa, à semelhança das orientações contidas nos itens PO8.3 e AI 2.7 do COBIT 4.0, ademais, estabelecesse os requisitos mínimos de documentação que todos os sistemas deveriam apresentar, inclusive os sistemas legados, e definisse um prazo para que todos os sistemas fossem adequados à nova MDS (itens 9.1.1 a 9.1.7, TC-003.756/2006-7, Acórdão nº 1.092/2007-TCU-Plenário). Assuntos: RISCO e SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO. DOU de 25.01.2008, S. 1, p. 88. Ementa: o TCU determinou à CHESF que, em atenção ao princípio constitucional da eficiência, e considerando as orientações da NBR ISO/IEC 17799:2005 e do PO9.4 - Avaliação de riscos - COBIT 4.1, adotasse medidas objetivando garantir recursos materiais e financeiros para implantar o processo de gestão de riscos (item 1.4, TC-025.978/2007-0, Acórdão nº 10/2008-TCU-Plenário). Assunto: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. DOU de 28.09.2007, S. 1, p. 145. Ementa: o TCU determinou ao Departamento de Logística do Exército Brasileiro, do Ministério da Defesa, que fossem previstas metodologias de mensuração de serviços prestados que privilegiassem a remuneração da contratada mediante a mensuração de resultados, a exemplo da análise por Pontos de Função (método padronizado largamente utilizado no mercado nos dias de hoje para a mensuração de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, considerando as funcionalidades implementadas, sob o ponto de vista do usuário), buscando eliminar a possibilidade de remunerar a contratada com base na quantidade de horas trabalhadas ou nos postos de trabalho disponibilizados ou, caso tal caminho não se mostrasse comprovadamente viável, restando como única opção a remuneração de serviços por horas trabalhadas, cuidasse para que fossem previamente definidos e especificados os serviços a serem executados e estabelecidos, também de antemão, os valores máximos de horas aceitáveis para cada um desse serviços, assim como explicitada a metodologia a ser utilizada para a identificação desse quantitativo de horas (item 9.2.2.2, TC-019.998/2007-7, Acórdão nº 2.024/2007-TCU-Plenário).

Recomendação:

1055.1 - Recomendamos à Dipai/Matriz a instalação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, conforme preceitua orientação vinculante da Egrégia Corte de Contas (Acórdão n.º 463/2008-TCU - 1ª Câmara), do qual deverão fazer parte; pelo menos 2 diretores, o representante da presidência, o gestor da Sutin/Matriz e os representantes dos usuários internos, respeitando-se os ditames insculpidos no art. 3º, do Decreto n.º 17 de 1/2/1991, que institui vedação aos dirigentes de empresas públicas federais a contratar pessoal a qualquer título e Incisos II e IX, do art. n.º 37 da Constituição Federal de 1988.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 20/10/2011 como Pendente

Face tempo decorrido, solicitamos manifetação quanto a recomendação tratada neste item.

Recomendação:

1055.2 - Recomendamos à Dirad/Sumoc informar o andamento do procedimento de provimento de empregados por meio de concurso público, objeto da demanda consignada na Nota Técnica Sutin n.º 005/2009, de 25/6/2009, que atendeu à recomendação do item 382.1 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão n.º 10 de 9/6/2009, quais sejam: avaliação pela área de recursos humanos, aprovação do órgão controlador e a contratação do organismo responsável pelo certame, notadamente com vistas a suprir as necessidades emergenciais da área de tecnologia da informação, com a avaliação técnica da lotação necessária utilizando-se a ferramenta já recentemente recomendada que é o lotaciograma setorial.

Tratamento das Recomendações:

de thiago.lima em 29/06/2011 como Pendente

Informamos que referente ao assunto Concurso Público foi aberto o processo n.º 21200.001638/2011-42. Informamos também que já elaboramos termo de referência e realizamos pesquisa de preço e estamos na fase de análise das propostas. Após análise enviaremos o processo para demais procedimentos licitatórios.

d**e osvaldo.pateiro em 29/07/2011 como Pendente**

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Dirad/Sumoc consideramos o item solucionado.

de osvaldo.pateiro em 29/07/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Dirad/Sumoc, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1055.3 - Recomendamos à Dirad/Supad conhecer e dar provimento às soluções de segurança registradas na Noc n.º 60.213, de 16/8/2007, Capítulo VI, Normas de Segurança dos Recursos da Rede Corporativa, principalmente os itens IV e V, no que couber.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 20/10/2011 como Pendente

Face tempo decorrido, solicitamos manifetação quanto a recomendação tratada neste item.

Constatação:

1056 - A TI evolui numa velocidade espantosa. Em menos de 30 anos se tornou uma ferramenta indispensável para grandes, médias e pequenas empresas e quiçá para todos independentemente de qual grau de conhecimento possua. Nesse cenário promissor, a área de TI deixou de ser meramente um suporte técnico para as empresas, não se discutindo sobre sua real necessidade, mas sim as transformações porque tem passado e como está caminhando na direção da integração dos setores e o negócio da empresa, ganhando importância na tomada de decisão e no alcance das metas de negócios. A área de TI tem assumido a responsabilidade pela inovação e fica claro que não é mais suficiente o caráter técnico, estando simplesmente à disposição para atender às solicitações feitas pelos colaboradores e na manutenção de "hardware". As empresas têm exigido uma postura mais ousada, com apresentação de soluções, visualização de novos produtos, serviços, tecnologia ou modelos de negócios que possam impactar de maneira positiva os resultados financeiros e no caso da Conab os resultados sociais. Um novo ciclo de inovação e produtividade está nascendo. Devido à existência de uma série de fatores externos e internos, a área de TI está em transformação tão acelerada quanto o próprio mercado de TI. Visto que as prioridades nos negócios e as tendências na sociedade evoluem, a postura e o papel da área de TI precisam acompanhar essa tendência, se adaptando a nova estrutura formada por essa evolução. Nesse sentido, não há como se conviver com estruturas físicas não compatíveis com a importância, tanto dos equipamentos ali investidos como também da inteligência humana necessária ao desenvolvimento hoje tão cobrado dessa importante e imprescindível área da gestão do conhecimento. Ocorre que dentro da companhia, constata-se que as instalações não atendem aos preceitos de segurança e conforto básicos para os empregados lotados naquela Sutin, com invasão de vetores, ratos e roedores, condicionadores com vazamentos, ambiente sem luz natural, excesso de umidade e outros, podendo causar doenças e afastamentos constantes do trabalho advindas dessas condições adversas. Para ilustrar as constatações elencadas anexamos flagrantes de algumas dessas situações:

Recomendação:

1056.1 - Recomendamos a Dipai/Matriz interagir com as demais diretorias e a presidência da Companhia, no sentido de oferecer condições mínimas de conforto térmico, acústico e ergonômico, além da proteção ao trabalho dos empregados lotados na Sutin, viabilizando a possibilidade da transferência daqueles empregados do subsolo do prédio matriz para local que atenda às recomendações de segurança, conforto ergonômico e acessibilidade, previstas nas normas técnicas. É o que acontece com as normas de acessibilidade que passaram a integrar a legislação federal e

estadual. As regulamentações dessas leis, estabelecendo penalidades e a prática da fiscalização de seu cumprimento por parte de órgãos executivos e judiciários, impôs a implantação da acessibilidade em toda a administração pública.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 20/10/2011 como Pendente

Face tempo decorrido, solicitamos manifetação quanto a recomendação tratada neste item.

Recomendação:

1056.2 - Recomendamos à Dipai/Matriz interagir com a Dirad/Matriz no sentido da adoção da ABNT NBR 9050 que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos em atendimento ao Decreto n.º 5.296/2004 que regulamenta as Leis n.ºs 10.048/2000 e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, inclusive para novos empregados que deverão transitar por todas as dependências da Companhia.

Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 20/10/2011 como Pendente

Face tempo decorrido, solicitamos manifetação quanto a recomendação tratada neste item.

Constatação:

1057 - Alinhando-se às boas práticas adotadas no mercado de TI, por outros Órgãos do Governo, a Conab pretende a atualização à razão de 25% ao ano para os equipamentos de uso comum. Para os demais “hardwares” as atualizações devem ser feitas de acordo com suas especificidades, sempre que possível, utilizando como parâmetro a expiração da garantia do equipamento x custo/complexidade de manutenção. As necessidades da Companhia em relação à TI, não se resumem na renovação de seu parque, sendo necessária também, a sua expansão. O parque computacional da Conab, atualmente, conta com um quantitativo superior a 2.500 (dois mil quinhentos) microcomputadores, distribuídos entre a Matriz e as Superintendências Regionais, sendo que parte desses equipamentos possuem 5 ou mais anos de uso. A política de renovação e distribuição dos equipamentos de TI, busca priorizar as áreas mais carentes da Companhia. No exercício de 2010 foram incorporados ao patrimônio da Conab 853 microcomputadores, por meio dos processos n.ºs 917/2009 e 3.757/2009. No ano de 2011 foram recebidos 350 equipamentos, referentes ao processo n.º 1.680/2010, que serão distribuídos tão logo os sistemas da Companhia, sejam adequados ao sistema operacional Microsoft Windows 7 que os acompanha. As aquisições relacionadas aos processos citados, serviram para a renovação e expansão do parque computacional da Conab. No entanto, a Companhia só conseguirá a renovação na sua totalidade, se as aquisições futuras acontecerem semelhantemente às ocorridas no ano de 2010. SOFTWARES UTILIZADOS NA COMPANHIA Os "softwares" utilizados na Companhia deverão ser de versões autorizadas e atualizadas, e os empregados cientificados da importância da não utilização de "softwares" não autorizados. Os sistemas corporativos da Companhia, estão baseados em tecnologias "web" e "softwares" livres. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA AS DESPESAS COM TI (AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS) A programação orçamentária da Conab, para o exercício de 2011, não contempla dotação orçamentária específica para as ações relacionadas à aquisição e manutenção de equipamentos de TI ou "softwares". Tais despesas estão inseridas no montante destinado à Gestão e Administração do Programa – GAP, ação orçamentária destinada às Despesas Correntes e de Capital da Companhia. Esse fator contribui para que as despesas de TI concorram com as demais, o que, certamente, cria uma dependência que poderá resultar em atrasos e lentidão no processo de execução das ações de TI. Por essa razão, considerando que as ações de TI são estratégicas para a Companhia, entende-se como necessário que haja dotação orçamentária específica para execução das mencionadas despesas, possibilitando, assim, maior agilidade no processo. Transcrevemos a seguir os questionamentos encaminhados às Superintendências Regionais/Matriz, juntamente com as respostas sobre as necessidades e/ou sugestões de melhoria. Questões: 1 - Os equipamentos "hardwares": Cpus, Monitores, Impressoras, "Notebooks" dentre outros, atendem aos empregados usuários de TI dessa Sureg, em quantidade e qualidade adequada? 2 - Os programas "softwares": Editores de Texto, Planilhas Eletrônicas, Sistemas Corporativos dentre outros, disponibilizados a essa Sureg, atendem adequadamente aos usuários? 3 - Reportem-nos eventuais dificuldades e/ou sugestões de melhoria. Respostas das Superintendências Regionais e da Matriz: 1 - Superintendência Regional do Acre – Sureg/AC - Há necessidade de 01 “notebook”, para trabalhos de fiscalização, levantamento de safras e outras atividades; - Há necessidade de mais 03 "nobreaks" de 127 V e 600 VA; e - Há uma real necessidade de duplicar a velocidade de acesso, haja vista a grande morosidade atual do sistema como um todo. 2 - Superintendência Regional do Amapá – Sureg/AP - Necessidade de 03 “notebooks”, visando melhoria nos trabalhos da Sureg; - Necessidade de treinamentos no "BrOffice" e plataforma "Linux"; e - Necessidade de aumentar a velocidade da banda larga, pois atualmente é limitada (congestionada), instalação dos sistemas físicos (redes internas) por técnico especializado, orientações operacionais e treinamento para uso de sistemas corporativos. 3 - Superintendência Regional da Bahia – Sureg/BA - Necessidade de aquisição de 19 microcomputadores, 03

“notebooks” e 01 impressora multifuncional colorida que disponha de recursos de copiadora, "scanner" e fax para atender demanda na Sureg. Também há necessidade de aquisição de 6 “nobreaks”, especialmente para atender as Unidades Armazenadoras, onde a queda de energia é frequente; - Necessidade de substituição de 24 computadores obsoletos, em decorrência do seu tempo de uso, por equipamentos mais modernos; - Necessidade de “upgrade” em 12 computadores para melhorar a performance na execução das tarefas; - Necessidade de treinamentos no "BrOffice"; e - Necessidade de substituir o programa Ábacus por um sistema mais atualizado e auxílio na implantação do X-FAC Administrativo/SISMAT. 4 - Superintendência Regional do Espírito Santo – Sureg/ES - Necessidade de equipamentos novos; e - Necessidade de pessoas treinadas na área de TI. 5 - Superintendência Regional do Maranhão – Sureg/MA - Necessidade de aquisição de equipamentos novos ; e - Necessidade de treinamentos em TI (Editores de Texto e Planilhas Eletrônicas). 6 - Superintendência Regional do Mato Grosso – Sureg/MT - Necessidade de microcomputadores e monitores atualizados; - Sistemas corporativos apresentam problemas constantes (x-FAC, Saagra e OOBJ), causando paralisações no processo; e - Necessidade da ampliação da velocidade/capacidade dos circuitos da Sureg/MT e UAs. 7 - Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul – Sureg/MS - Necessidade de 18 microcomputadores para atendimento à Superintendência e a todas as UAs; - Necessidade de substituição de 08 monitores antigos por modelos atualizados na Superintendência Regional; - Necessidade de substituição do programa (Access) para controle de processos administrativos e documentos gerais; e - Necessidade de aumento da velocidade da banda larga. 8 - Superintendência Regional de Minas Gerais – Sureg/MG - Necessidade de aumentar a capacidade da rede elétrica e lógica, para suportar os equipamentos; - Necessidade de 30 novos monitores; e - Renovação dos equipamentos de informática e treinamentos na área de TI. 9 - Superintendência Regional do Paraná – Sureg/PR - Necessidade de atualização dos equipamentos; - Necessidade de adaptação do Saagra às Unidades Frigorificadas; - O sistema OOBJ vem apresentando, frequentemente, falha de comunicação; e - Necessidade de treinamento “in loco”, das pessoas envolvidas com sistemas informatizados. 10 - Superintendência Regional de Pernambuco – Sureg/PE - Necessidade de aquisição de equipamentos novos; - O Calc do BrOffice não atende às necessidades da Sureg, tão bem quanto o "Excel" (Office); - Os sistemas corporativos em uso, vem apresentando falhas eventualmente; - Necessidade de criação de alguns programas corporativos, tipo: Programa de Controle de Processos, Controle de Protocolo e Controle de Estoque do Almoxarifado; e - Necessidade de aumentar a velocidade da Banda Larga. 11 - Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – Sureg/RS - Necessidade de substituição de 30 CPUs e de 05 “notebooks” adquiridos há mais de 05 anos; - Necessidade de aquisição de 05 microcomputadores; - Necessidade de substituição de todos os monitores de vídeo CRT por LCD; - Necessidade de ampliação da capacidade de "backup" dos servidores de 12 GB, para comportar dados na ordem de 200 GB; - Necessidade de implantação de sistema específico de armazenamento e compartilhamento de documentos gerados e em trâmite na Prore; - Necessidade da implantação de sistema de Protocolo para controle de processos e documentos que circulam na Regional; - Necessidade de implantação de um Sistema de Controle de Almoxarifado, que englobe as obrigações contábeis e financeiras; - Necessidade de disponibilizar sistema integrado e atualizado que atenda a área de Recursos Humanos; e - Necessidade de ajuste no sistema Sicarm, para que os dados sejam idênticos aos disponibilizados na internet. 12 - Superintendência Regional de Rondônia – Sureg/RO - Necessidade de "Upgrade" nos equipamentos para melhorar o desempenho; e - Dificuldade com o Mozilla Firefox, em algumas situações, tendo que migrar para o Internet Explorer. 13 - Superintendência Regional de Santa Catarina – Sureg/SC - Necessidade de aquisição de 02 “notebooks” para atender à Prore e à Superintendência; - Necessidade de atualizações de microcomputadores com configuração inadequada, inclusive com memória RAM de apenas 512 MB; - Há necessidade de implantação de programas para facilitar a gestão, controles e administração dos serviços, como: controle do protocolo, movimentação de documentos via sistema eletrônico, por meio de assinatura eletrônica/digital e cadastrar todos os empregados da Conab no Comunicador IntraChat - CIC, que além do escrito, seja utilizado viva-voz, eliminando o custo das ligações telefônicas; - É imprescindível a informatização da gestão do Serviço de Assistência à Saúde - SAS nas regionais; e - Implantação da Troca de Informações Sobre Saúde Suplementar - TISS, por exigência da Agência Nacional de Saúde – ANS. 14 - Superintendência de Finanças – Sufin - Necessidade de substituição de 29 CPUs antigas por equipamentos novos; e - A utilização do "BrOffice" para elaboração de planilhas eletrônicas (Calc) e Banco de Dados (Base) não atendem as demandas da área financeira. Com a impossibilidade da utilização do "Excel" e do "Access", os serviços da área, tanto na Sufin como nas Suregs, ficam comprometidos, face a impossibilidade de elaboração de planilhas com um nível mais elevado de automação, em menos tempo. 15 - Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm - Necessidade de aquisição de 05 “notebooks” e 05 impressoras a laser para uso exclusivo na emissão da NF/Danfe, quando das remoções; - Necessidade de substituição de 25 CPUs com configuração defasada (antiga); - Necessidade de instalação de nova versão do Saagra e a implantação do Sistema Gerencial das Unidades Próprias – SIG; - Informações referentes à posição dos Estoques, nos armazéns, disponibilizada na intranet (Base Saagra), estão desencontradas com aquelas repassadas pelas UAs por meio do Demonstrativo de Estoque e Faturamento; - As planilhas eletrônicas do "BrOffice" não atendem as necessidades do trabalho e não oferecem facilidades como o "Excel"; - A integração do Sicarm com o x-FAC apresenta inconsistência; e - A Suarm sugere que a Sutin realize seminários/treinamentos para divulgação e nivelamento dos sistemas corporativos da Conab, objetivando o conhecimento e divulgação destes. 16 - Superintendência de Recursos Humanos – Sureh - Necessidade de aquisição de 06 microcomputadores para suprir carência de setores (Gecat e Gefop), e a Gebem sugere a compra de suportes para monitores; - Necessidade de substituição dos microcomputadores com configuração defasada, e aquisição de 02

“scanners”; - Necessidade de aquisição de equipamento denominado “Token”, para fins de acesso ao Sistema de Conectividade Social para obtenção e envio de arquivos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS à Caixa Econômica Federal; - Quanto aos "softwares", informo que não atendem, (a exemplo do BrOffice, Open Office) entre outros; - Necessidade de um programa unificado de protocolo; - Adequação do atual sistema de Recursos Humanos (Vetorh/Rubi/BS), particularmente o módulo relacionado à folha de pagamento, desenvolvido pela Senior, ou a implantação de um novo sistema que atenda plenamente as necessidades da área de Recursos Humanos; e - Propõe-se, a aquisição de um "software", contemplando o “Sistema Informatizado de Gestão em Saúde Suplementar”, capaz de atender, na plenitude, as necessidades da Conab.

Recomendação:

1057.1 - Recomendamos à Sutin elaborar levantamento junto às Superintendências Regionais e Matriz, das reais necessidades no que se refere a “hardwares e softwares”, com vista à boa condução dos seus trabalhos, e buscar recursos junto à alta administração, objetivando o atendimento.

Tratamento das Recomendações:

de marcelo.faustino em 26/07/2011 como Pendente

Visando otimizar o processo de levantamento e consolidação dos resultados, foi desenvolvido aplicativo para a disponibilização de questionário eletrônico, cujo preenchimento por todas as Superintendências Regionais e Matriz, inerente às necessidades no que se refere a hardwares e softwares, deverá ocorrer no período de 01 a 31 de agosto de 2011. Conforme esclarecimento constante no texto introdutório disponibilizado no aplicativo, deverá haver apenas um respondente por cada Sureg ou unidade orgânica equivalente da Matriz (Superintendência de Área, Coordenadoria, Procuradoria, Auditoria, etc), que pode ser o próprio titular ou a quem ele indicar. Foi criada, também, caixa postal específica, suporte.lnti@conab.gov.br, para que o usuário possa entrar em contato se eventualmente persistirem dúvidas ou ocorra algum problema na utilização do aplicativo, cujo acesso será disponibilizado, até o final do mês em curso, no seguinte endereço: http://sisdep.conab.gov.br/questionario Na oportunidade, considerando o retorno de algumas áreas quanto aos questionamentos apresentados por essa Auditoria Interna, objeto do Relatório Acompanhamento da Gestão nº 10, mais precisamente aqueles inerentes ao ferramental de automação de escritório, cabe destacar: As necessidades da Conab não são mais exigentes que a maioria dos órgãos públicos ou entidades privadas. Sendo assim, qualquer suíte de escritório se aplica à grande maioria das demandas da Companhia. Tal conhecimento foi comprovado durante o esforço de conversão de mais de 16.000 mil documentos do Microsoft Office para o BrOffice, quando a Sutin mapeou as necessidades de toda a Companhia, ocasião em que enviou expedientes solicitando que todas as áreas, inclusive as Suregs, fornecessem os documentos que deveriam ser objeto da conversão. Naquele momento, ficou claro que menos de 1% dos documentos teriam a conversão dificultada, sendo que boa parte das limitações da época, hoje inexistem, visto que a evolução do BrOffice tem sido extraordinária, contando com dezenas de milhares de colaboradores espalhados por todas regiões do planeta. Observa-se, entretanto, a exemplo de qualquer outra tecnologia nova, resistência de alguns que são retirados de sua zona de conforto nessas ocasiões. Todavia, de qualquer forma, sempre que se atualiza a versão de um software, há dificuldades inerentes às novas implementações. Prova disso é que o próprio Microsoft Office apresenta dificuldade muito maiores do que o OpenOffice, BrOffice ou sua mais recente distribuição, o LibreOffice. Logo, sempre será necessário algum tipo de reciclagem por ocasião de atualização de versão de qualquer tipo de software e a curva de aprendizado do Microsoft Office 2000 (versão existente na Conab) para suas versões mais recentes, Microsoft Office 2007 ou 2010, é maior do que a curva do Microsoft Office 2000 para OpenOffice, BrOffice ou LibreOffice. Sabe-se que o Microsoft Office 2000 não recebe atualizações e suas funcionalidades remontam tempos passados, assim como versões mais antigas do BrOffice. Assim, qualquer comparação deve ser feita com as versões mais atuais de cada um deles e nestas, maioria esmagadora das funcionalidades requeridas pelos usuários da Conab são satisfeitas por qualquer um dos dois aplicativos. Além disso, a Sumoc/Gecap proporcionou amplo programa de treinamento em BrOffice, que atingiu todas as áreas da Companhia que necessitasse e estivesse disposta a participar, programa que ainda está aberto sob demanda. A Sutin também promoveu treinamento virtual a quem quisesse participar, sendo que esse tipo de treinamento amplia as possibilidades para aqueles que por vezes não podem participar em horários preestabelecidos. Cabe lembrar que a Sutin está pronta a estudar todos os casos em que usuários precisem ou aleguem impossibilidade de se fazer determinada operação com este ou aquele software, bastando para isso que o usuário submeta a sua dificuldade à análise da equipe técnica. Finalmente, cumpre à Sutin, a prospecção, padronização, normatização, estudos técnicos, análise de viabilidade técnico comerciais de tecnologias de TI, objetivando o melhor aproveitamento dos recursos, homologando softwares e hardwares que melhor venham atender os usuários de TI da Conab. Neste sentido, o BrOffice apresentou inúmeras vantagens técnicas, ainda que não resolva 100% das aplicabilidades do Microsoft Office, assim como o Microsoft Office também não resolve 100% das aplicações do BrOffice. Mas, uma das grandes preocupações reside no fato da Microsoft não tornar público o padrão de documento, obrigando seus usuários a permanecerem com seus programas por todo o tempo que se precisar abrir o arquivo editável. Essa é a questão que desperta grande atenção, visto que obriga aqueles que fazem uso de determinado software a adquiri-lo para conseguir abrir os documentos por ele gerados agora e no futuro. Pensando nisso, a ABNT adotou o padrão de documento

OpenDocument, e normatizou por meio da norma ABNT NBR ISO/IEC 26.300:2008. Com isso, todas as suítes de escritório que gerarem/lerem documentos neste padrão poderão abrir, em qualquer tempo, os seus documentos, bem como de qualquer outra ferramenta que adote o mesmo padrão, eliminando de vez a possibilidade dos usuários ficarem reféns a essa ou aquela ferramenta de automação de escritório. Algo que permeia essa resistência é o fato de alguns nichos reagirem a tecnologia e desobedecerem as recomendações emanadas pela Sutin, área regimentalmente responsável pela homologação e padronização dos softwares que devem ser utilizados na Companhia. Tal conduta pode causar sérios prejuízos além de extrema desorganização, uma vez que, se cada um resolver utilizar o software e a versão que bem entender, a equipe técnica ficará impossibilitada de dar suporte e as áreas não conseguirão estabelecer comunicação por meio de seus arquivos eletrônicos. Logo, seria de bom alvitre que a Administração reforçasse a exigência de se adotar o padrão ABNT NBR ISO/IEC 26.300:2008, preconizado pelo Protocolo de Brasília, do qual a Conab é signatária.

de marcelo.faustino em 27/07/2011 como Pendente

Segue e-mail encaminhado pela Sutin às Suregs e unidades orgânicas da Matriz, disponibilizando o acesso ao aplicativo do questionário eletrônico e orientações gerais.----- Original Message ----- From: Sutin To: ac.sureg@conab.gov.br ; al.sureg@conab.gov.br ; am.sureg@conab.gov.br ; ap.sureg@conab.gov.br ; ba.sureg@conab.gov.br ; ce.sureg@conab.gov.br ; es.sureg@conab.gov.br ; go.sureg@conab.gov.br ; ma.sureg@conab.gov.br ; mg.sureg@conab.gov.br ; ms.sureg@conab.gov.br ; mt.sureg@conab.gov.br ; pa.sureg@conab.gov.br ; pb.sureg@conab.gov.br ; pe.sureg@conab.gov.br ; pi.sureg@conab.gov.br ; pr.sureg@conab.gov.br ; rj.sureg@conab.gov.br ; rn.sureg@conab.gov.br ; ro.sureg@conab.gov.br ; rr.sureg@conab.gov.br ; rs.sureg@conab.gov.br ; sc.sureg@conab.gov.br ; sp.sureg@conab.gov.br ; to.sureg@conab.gov.br ; ua.brasilia@conab.gov.br ; se.ua-itabaiana@conab.gov.br ; gabin@conab.gov.br ; aspre@conab.gov.br ; audin@conab.gov.br ; coamo@conab.gov.br ; codag@conab.gov.br ; coger@conab.gov.br ; cooac@conab.gov.br ; copri@conab.gov.br ; cpl@conab.gov.br ; proge@conab.gov.br ; pnud.ugp@conab.gov.br ; supab@conab.gov.br ; suope@conab.gov.br ; sufis@conab.gov.br ; suarm@conab.gov.br ; supaf@conab.gov.br ; suinf@conab.gov.br ; sugof@conab.gov.br ; supor@conab.gov.br ; sufin@conab.gov.br ; sucon@conab.gov.br ; sureh@conab.gov.br ; sumoc@conab.gov.br ; supad@conab.gov.br ; filomeno.freitas@conab.gov.br ; elizeu.rego@conab.gov.br ; asdrubal.oliveira@conab.gov.br ; thomaz.silva@conab.gov.br ; rose.ponde@conab.gov.br ; eude.andrade@conab.gov.br ; bricio.junior@conab.gov.br ; euripedes.souza@conab.gov.br ; francisco.farage@conab.gov.br ; ovidio.miranda@conab.gov.br ; antonio.dotta@conab.gov.br ; cleide.laia@conab.gov.br ; jose.viana@conab.gov.br ; angelo.viana@conab.gov.br ; lafaete.jacomel@conab.gov.br ; valdomiro.martins@conab.gov.br ; alysson.pego@conab.gov.br ; ludmila.brandao@conab.gov.br ; francisco.sales@conab.gov.br ; carlos.farias@conab.gov.br ; everaldo.santos@conab.gov.br ; iriseli.buarque@conab.gov.br ; sione.souza@conab.gov.br ; alfredo.coli@conab.gov.br ; vilmondes.macedo@conab.gov.br ; thiago.nascimento@conab.gov.br ; emanuel.silva@conab.gov.br ; getulino.narcizo@conab.gov.br ; arilson.silva@conab.gov.br ; maria.alvarenga@conab.gov.br ; kalinca.assis@conab.gov.br ; romulo.junior@conab.gov.br ; ana.curado@conab.gov.br ; antonio.rebello@conab.gov.br ; matheus.gadelha@conab.gov.br ; regina.reys@conab.gov.br ; kelma.cruz@conab.gov.br ; airton.camargo@conab.gov.br ; carlos.tavares@conab.gov.br ; joao.paulo@conab.gov.br ; josenewton.santos@conab.gov.br ; milton.libardoni@conab.gov.br ; joao.dallacosta@conab.gov.br ; fernando.oliveira@conab.gov.br ; bruno.valenca@conab.gov.br ; thiago.lima@conab.gov.br ; vladimir.garcia@conab.gov.br ; paulo.silveira@conab.gov.br ; rubinaldo.santos@conab.gov.br ; rafael.fontes@conab.gov.br ; jose.vicarone@conab.gov.br ; larissa.araujo@conab.gov.br ; ouvidoria@conab.gov.br Cc: suporte.lnti@conab.gov.br Sent: Wednesday, July 27, 2011 2:08 PM Subject: Levantamento necessidades hardwares e softwares Às Suregs, Superintendências de Área e demais unidades orgânicas equivalentes da Matriz Prezado(a)s, Com vistas ao planejamento de oportuna aquisição e/ou desenvolvimento, foi disponibilizado no endereço http://sisdep.conab.gov.br/questionario, aplicativo com questionário eletrônico, que deverá ser preenchido no período de 01 a 31 de agosto de 2011, objetivando o levantamento das necessidades no que se refere a hardwares e softwares no âmbito de cada Superintendência Regional e unidades orgânicas equivalentes da Matriz (Superintendências de Área, UGP, CPL, órgãos vinculados à Presidência como Gabin, Aspre, Cooac, Audin, Coger, Proge, Coamo, Copri, Codag e Ouvir). Alertamos que só deverá haver um respondente por cada Sureg ou unidade orgânica equivalente da Matriz, que pode ser o próprio titular ou quem ele indicar, cujo nome completo e endereço eletrônico, deverão ser encaminhados, preliminarmente, para a caixa postal suporte.lnti@conab.gov.br no sentido de se obter o login e senha de acesso ao aplicativo. Essa mesma caixa postal estará disponível durante todo o período acima citado para que o respondente destacado possa entrar em contato para dirimir eventuais dúvidas no preenchimento do questionário eletrônico. Às Suregs, pedimos atentar para o fato que irá figurar um primeiro questionário para a sede da Regional e, na sequência do preenchimento, um específico para cada UA vinculada, caso existente. Att Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação - Sutin

de joao.filho em 11/08/2011 como Solucionado

A Sutin desenvolveu aplicativo para que as superintendências (usuários) apresentem as suas dificuldades e ou necessidades de TI. Sendo assim, o item foi considerado solucionado.

Recomendação:
1057.2 - A Conab pretende adotar as boas práticas em vigor no mercado de TI, no que diz respeito à renovação de 25% do parque computacional ao ano. Dessa forma, recomendamos à Dipai/Sutin envidar esforços junto à alta Administração da Companhia, no que concerne à dotação orçamentária.
Tratamento das Recomendações:
de marcelo.faustino em 11/07/2011 como Pendente Recomendação atendida, cujo assunto passou a compor mensagem eletrônica com a Programação Orçamentária de TI para o ano 2012, enviada à Difin/Supor em 30/06/2011, assim como a CI/Sutin/Nº 167/2011, encaminhada formalmente à Dipai, protocolada naquela Diretoria em 11/07/2011, conforme cópia escaneada ora anexada. **de joao.filho em 11/08/2011 como Solucionado** Consoante resposta da Sutin, informando as providências adotadas, consideramos o item solucionado.
Recomendação:
1057.3 - Recomendamos à Dipai interagir com a Difin no sentido de criar dotação orçamentária específica para as despesas correntes e de capital para aquisição e manutenção de equipamentos de TI e "softwares", com base nas estimativas da Sutin, para o exercício de 2012.
Tratamento das Recomendações:
de maria.lopes em 20/10/2011 como Pendente Face tempo decorrido, solicitamos manifetação quanto a recomendação tratada neste item.

14 – Atividades Desenvolvidas pela Sureg-AP

A Decisão Normativa TCU-108/2010 não incluiu a Sureg-AP no rol de regionais que obrigatoriamente deveriam elaborar e entregar o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2011. Por sugestão daquele Tribunal, incluímos neste Relatório os dados referentes às operações executadas por essa Regional.

A Superintendência Regional do Amapá – Sureg-AP está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. Foi criada pela Resolução Conad n.º 05 de 30 de julho de 2008, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, na 182ª Reunião Ordinária realizada em 24/6/2008, no uso da competência conferida pelo art. 16, Inciso IX do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e Art. 3.º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 25/11/2009).

A SUREG-AP tem as seguintes competências regimentais:

- Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio,objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Apesar da criação em 2008, foi somente a partir da nomeação do Superintendente Regional, em maio de 2009, que se deu início à formação e estruturação da Superintendência, situação vigente ainda no fim do exercício de 2011.

Em decorrência da precária estrutura física e funcional as parte das atividades continuam sendo executadas pela Sureg-PA, principalmente o pagamento das diversas despesas.

Para efeito de execução orçamentária e financeira foram criadas as seguintes UGs: 135596 – Conab Sede Sureg Amapá, 135598 – Unidade Conab PAA Amapá, 135599 – Unidade Mercado de Opções Amapá e 135600 – Unidade Estoque Estratégico Amapá.

Em 2011, a Sureg-AP recebeu descentralização orçamentária da Matriz (UG 135100) no valor de R$1.461.545,51 para custeio das despesas das seguintes ações orçamentárias:

- **UG 135596 Conab Sede Sureg Amapá:**
  - Gestão e Administração do Programa
    - Vencimentos e Vantagens Fixas – R$28.876,73
    - Obrigações Patronais – R$237.342,74
    - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica – R$45.740,89
    - Obrigações Tributárias e Contributivas – R$279,36
    - Equipamento e Material Permanente – R$1.296,00
    - Indenizações e Restituições – R$140,00
    - Indenizações Trabalhistas – R$20.501,78
  - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados – R$7.120,80
  - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária – R$1.462,50

- Passagens e Despesas com Locomoção – R$1.341,38

- **UG 135598 – Unidade Conab PAA Amapá**
  - Aquisição de Alimentos provenientes da Agricultura Familiar
    - Material, Bem ou Serviços p/ Distribuição Gratuita – R$1.008.962,18
  - Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar
    - Diárias – R$2.763,00
    - Outros Serviços de Pessoa Jurídica – R$178,00

No fim do exercício foi inscrito em Restos a Pagar não Processados o valor de R$30.044,78.

A N E X O S

ANEXO DO CAPÍTULO 6.1 – Estoque de Terceiros

ANEXO 01

UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R$)
AM	Manaus	Produtos industrializados/Manufaturados	19.188	400.768,00
Subtotal			19.188	400.768,00
BA	Irecê	Mamona	544.900	726.127,20
Subtotal			544.900	726.127,20
CE	Maracanaú	Açúcar	12.127	33.106,71
		Arroz	13.696	33.144,32
		Castanhas/amêndoas	263.328	1.118.438,04
		Laticínios	21.410	314.905,32
		Óleos vegetais	234	1.296,36
		Outros produtos alimentícios	14.510	83.710,88
		Produtos industrializados/Manufaturados	9	184,87
Subtotal			325.314	1.584.786,50
DF	Brasília	Açúcar	2.039.550	2.612.962,09
		Produtos industrializados/Manufaturados	5.762.706	15.982.619,81
		Sorgo	46.190	13.857,00
		Trigo	15.811.720	10.593.852,39
Subtotal			23.660.166	29.203.291,29
ES	Camburi	Bebidas	920	4,30
		Produtos industrializados/Manufaturados	254.273	1.344.857,10
Subtotal			255.193	1.344.861,40
GO	Goiânia	Outros produtos agrícolas	72.135	20.801,16
		Produtos industrializados/Manufaturados	23.887	640.723,00
	Itapuranga	Milho	37.730	15.092,00
	Palmeiras de Goiás	Arroz	63.100	37.229,01
		Feijão	4.010	6.087,88
	Paraúna	Arroz	9.640	5.319,48
		Milho	242.120	101.771,64
		Outros produtos agrícolas	122.260	31.787,60
		Produtos industrializados/Manufaturados	400	1.356,00
		Sorgo	108.990	31.607,10
	Pontalina	Milho	16.398	6.757,62
		Trigo	23.590	13.918,10
	Porteirão	Milho	407.760	158.751,96
		Sorgo	114.190	33.115,10
	Rio Verde	Arroz	142.850	85.710,00
		Milho	2.301.284	921.649,08
	São Luís dos Montes Belos	Arroz	96.860	61.990,40
		Embalagens	934	700,50
		Feijão	1.540	1.694,00
		Milho	56.056	22.422,40
	Santa Helena de Goiás	Feijão	558.928	745.437,41
		Açúcar	3.153.000	3.989.430,00
Subtotal			7.557.662	6.933.351,44
MA	Imperatriz	Milho	612.278	152.941,10

UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R$)
	Itaqui	Arroz	4.207.370	3.463.927,75
		Trigo	3.042.880	1.776.451,05
		Reserva de espaço	37.603	0,00
			7.900.131	5.393.319,90
MG	Campos Altos	Café	1.325.818	6.401.235,71
	Conceição do Rio Verde	Café	966	0,00
	Juiz de Fora	Café	81.440	362.511,40
	Montes Claros	Mamona	803.490	530.381,80
	Perdões	Café	178.333	714.567,98
	São Sebastião do Paraíso	Café	6.570	7.574,43
	Uberaba	Milho	251.610	101.848,32
	Uberlândia	Açúcar	1.463.550	1.852.063,81
		Arroz	2.052.730	1.413.335,03
		Café	4.390	21.428,17
		Embalagens	3.209	18.231,72
		Farelos	19.500	9.468,61
		Farinhas	37.000	62.900,00
		Féculas e amidos	940.595	869.729,57
		Feijão	770	841,12
		Laticínios	5.825	21.885,90
		Milho	5.385.550	2.199.610,78
		Produtos industrializados/Manufaturados	49.771	355.099,52
		Café	2.173.509	12.803.752,92
			14.784.626	27.746.466,79
MS	Dourados	Milho	86.900	32.248,60
		Trigo	1.152.097	612.685,19
	Maracaju	Milho	7.270	2.826,61
		Soja	26.190	17.285,40
	Rio Brilhante	Milho	572.390	226.682,80
	Sidrolândia	Milho	441.100	162.690,32
Subtotal			2.285.947	1.054.418,92
MT	Alta Floresta	Arroz	773.720	421.538,47
Subtotal			773.720	421.538,47
PA	Ananindeua	Café	26.800	58.429,50
		Feijão	8.962	46.062,20
		Frutas e derivados	71.694	325.697,97
		Laticínios	30	374,10
		Outros produtos alimentícios	57.493	526.393,72
		Produtos industrializados/Manufaturados	67.594	431.474,35
Subtotal			232.573	1.388.431,84
PB	João Pessoa	Produtos industrializados/Manufaturados	5.176	26.719,80
Subtotal			5.176	26.719,80
PI	Floriano	Produtos industrializados/Manufaturados	0	231.947,00
	Teresina	Produtos industrializados/Manufaturados	70.472	1.343.841,00
			70.472	1.575.788,00
PR	Apucarana	Arroz	2.220	1.554,00

UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R$)
		Café	109.350	443.189,10
		Produtos industrializados/Manufaturados	85.187	149.025,00
	Cambé	Trigo	2.151.580	850.099,40
	AF-Curitiba	Aves	307.026	1.418.533,38
		Batata	23.200	115.821,72
		Bebidas	9.112	7.290,00
		Carnes	6.960	9.187,36
		Produtos industrializados/Manufaturados	30	100,00
	Ponta Grossa	Cevada	259.508	135.767,50
		Feijão	0	0,00
		Milho	214.214	0,00
		Soja	4.866.547	4.128.466,50
		Trigo	5.647.919	2.838.119,33
	Rolândia	Café	1.648.150	9.889.442,50
		Embalagens	42.450	218.275,00
		Feijão	540	471,91
Subtotal			15.373.993	20.205.342,70
RJ	Lyra Tavares	Açúcar	1.100.000	1.428.870,00
		Alho	499.828	994.299,00
		Arroz	195.156	238.946,00
		Bebidas	4.540	110.267,73
		Castanhas/amêndoas	9.000	38.097,00
		Embalagens	8.176	5.784,00
		Feijão	65.597	91.744,00
		Frutas e derivados	143.747	291.954,00
		Outros produtos alimentícios	137.568	765.513,72
		Produtos industrializados/Manufaturados	244.094	2.822.136,95
		Reserva de espaço	6.701.525	0,00
			9.109.231	6.787.612,40
RO	Cacoal	Café	2.460	7.600,00
	Porto Velho	Arroz	240.720	70.872,50
	Vilhena	Produtos industrializados/Manufaturados	2.100	70.600,00
			245.280	149.072,50
RS	AF-CAAL	Arroz	1.284.338	10.818.002,26
		Batata	121.604	253.637,17
		Bebidas	28.600	28.454,40
		Bovinos	6.730	48.011,98
		Frangos	661.903	3.528.212,50
		Outros produtos frigorificados	192.168	834.207,62
		Suínos	1.389.197	7.098.526,30
	AF-Porto Alegre	Batata	218.815	386.653,93
		Bebidas	49.825	140.506,75
		Bovinos	116.219	810.609,56
		Frangos	185.827	916.105,85
		Frutas e derivados	18.832	35.225,00
		Laticínios	12.468	51.868,08
		Outros produtos frigorificados	1.300	7.204,98
		Pescados	96.807	669.821,03

UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R$)
		Suínos	20.191	95.978,04
	UA-Porto Alegre	Embalagens	12.160	24.168,34
		Farinhas	17.100	36.058,15
		Outros produtos agrícolas	9.850	13.979,12
		Produtos industrializados/Manufaturados	20.996	97.078,54
		Sementes	64.760	116.805,03
Subtotal			4.529.690	26.011.114,63
SC	Herval D'Oestes	Produtos industrializados/Manufaturados	10.000	10.000,00
	São José	Açúcar	13.680	
		Bebidas	20.761	
		Embalagens	5.100	
		Óleos vegetais	660	
		Outros produtos alimentícios	35.782	
		Reserva de espaço	2.074.017	
Subtotal			2.160.000	10.000,00
SP	Bauru	Café	38.640	152.540,00
		Embalagens	1.138	4.095,00
		Produtos industrializados/Manufaturados	9.490.365	4.932.254,24
	Bernardino de Campos	Açúcar	9.371.950	11.317.889,38
		Café	53.469	252.600,00
		Feijão	12.610	19.840,00
	Carapicuíba	Café	856.520	1.891.010,00
		Produtos industrializados/Manufaturados	4.436.750	2.928.040,70
	Garça	Amendoim	1.681.127	3.592.270,44
		Café	2.345.044	15.285.540,00
		Feijão	19.980	26.440,40
		Soja	648.121	519.481,40
Subtotal			28.955.714	40.922.001,56
Total Geral			**118.788.976**	**171.885.013,34**

Fonte: Suarm/Gearm

ANEXO CAPÍTULO 7
ANEXO 02

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2012		
BRASÍLIA – DF		
Capacidade estática: 63.598	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Intermediária**
Obras		**Custos**
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
Sistema de ventilação ambientes confinados/semiconfinados		20.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)		30.000,00
TOTAL		**118.000,00**
UBERLÂNDIA – MG		
Capacidade estática: 264.328	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Intermediária**
Obras		**Custos**
Aeração		200.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		20.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		260.000,00
TOTAL		**528.000,00**
UBERABA – MG		
Capacidade estática: 25.800	**Modalidade: Granel**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		40.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		10.000,00
TOTAL		**88.000,00**
CAMBÉ – PR		
Capacidade estática: 25.800	**Modalidade: Granel**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		205.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		15.000,00
TOTAL		**303.000,00**
PONTA GROSSA – PR		

Capacidade estática: 413.460	Modalidade: Granel	Enquadramento: Intermediária
Obras		**Custos**
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		30.000,00
TOTAL		**78.000,00**
Total 2012		**1.115.000,00**

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2013			
IRECÊ – BA			
Capacidade estática: 23.101	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**	
Obras			**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico			35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			45.000,00
Sinalização de trânsito			3.000,00
Sistema de capatação de material particulado			65.000,00
Sistema de combate a incêndio			255.000,00
Sistema de movimentação de Produto (Transporte/Movimentação)			20.000,00
TOTAL			**423.000,00**
GOIÂNIA – GO			
Capacidade estática: 10.008	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**	
Obras			**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico			35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			45.000,00
Sinalização de trânsito			3.000,00
Sistema de combate a incêndio			170.000,00
TOTAL			**253.000,00**
PORTEIRÃO – GO			
Capacidade estática: 42.000	**Modalidade: Granel**	**Enquadramento: Coletora**	
Obras			**Custos**
Aeração			75.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			45.000,00
Sinalização de trânsito			3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)			295.000,00
Sistema de combate a incêndio			280.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados			20.000,00
TOTAL			**718.000,00**
RIO VERDE – GO			
Capacidade estática: 54.002	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Coletora**	
Obras			**Custos**
Sanitário de Clientes e Deficientes			45.000,00
Sinalização de trânsito			3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)			480.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados			20.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)			60.000,00
TOTAL			**608.000,00**
SÃO LUIS DOS MONTES BELOS – GO			
Capacidade estática: 14.000	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**	
Obras			**Custos**
Pavimentação			110.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			45.000,00
Sinalização de trânsito			3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)			280.000,00
Sistema de combate a incêndio			270.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados			10.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)			60.000,00
TOTAL			**778.000,00**
IMPERATRIZ – MA			
Capacidade estática: 40.997	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Coletora**	
Obras			**Custos**
Aeração			150.000,00
Local para guarda de Agrotóxico			35.000,00

Pavimentação	180.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	10.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)	360.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de combate a incêndio	385.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)	60.000,00
TOTAL	**1.228.000,00**
MONTES CLAROS – MG	
Capacidade estática: 9.898 / **Modalidade: Convencional** / **Enquadramento: Coletora**	
Obras	**Custos**
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de Movimentação de Produto	20.000,00
TOTAL	**68.000,00**
MARACAJU – MS	
Capacidade estática: 19.498 / **Modalidade: Granel/Conv** / **Enquadramento: Coletora**	
Obras	**Custos**
Pavimentação	80.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)	255.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	15.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)	15.000,00
TOTAL	**413.000,00**
SÃO GABRIEL DO OESTE – MS	
Capacidade estática: 15.000 / **Modalidade: Granel/Conv** / **Enquadramento: Coletora**	
Obras	**Custos**
Pavimentação	80.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)	255.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	10.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)	15.000,00
TOTAL	**408.000,00**
RONDONÓPOLIS – MT	
Capacidade estática: 92.097 / Modalidade: Granel/Conv / Enquadramento: Intermediária	
Obras	**Custos**
Aeração	50.000,00
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Pavimentação	1.400.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00

Sistema de captação de material particulado (secador)		790.000,00
Sistema de combate a incêndio		650.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		100.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		20.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)		30.000,00
TOTAL		**3.123.000,00**
SINOP – MT		
Capacidade estática: 27.600	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		300.000,00
Sistema de combate a incêndio		280.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		50.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		5.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)		15.000,00
TOTAL		**733.000,00**
ANANINDEUA – PA		
Capacidade estática: 20.614	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		1.330.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sistema de combate a incêndio		135.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
TOTAL		**1.548.000,00**
SÃO JOSÉ – SC		
Capacidade estática: 4.300	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
TOTAL		**48.000,00**
FORMOSO DO ARAGUAIA – TO		
Capacidade estática: 31.997	**Modalidade: Granel**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		390.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		20.000,00
TOTAL		**458.000,00**
Total 2013		**10.807.000,00**

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2014		
RIO BRANCO – AC		
Capacidade estática: 807	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Cerca e Portão		50.000,00

Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Recinto de Análise	45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de combate a incêndio	120.000,00
Sistema de Movimentação de Produto	20.000,00
TOTAL	**318.000,00**

PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL		
Capacidade estática: 3.135	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		70.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de movimentação do produto (Transporte/Movimentação)		20.000,00
TOTAL		**313.000,00**

MACEIÓ – AL		
Capacidade estática: 2.800	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Cerca e Portão		50.000,00
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		520.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		120.000,00
TOTAL		**818.000,00**

MANAUS – AM		
Capacidade estática: 4.724	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Cerca e Portão		20.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
TOTAL		**68.000,00**

MARACANAÚ – CE		
Capacidade estática: 29.646	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Pavimentação		1.330.000,00
Recinto de Análise		45.000,00

Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de combate a incêndio	390.000,00
Sistema de Movimentação de Produto	20.000,00
TOTAL	**1.833.000,00**

ITAPURANGA – GO		
Capacidade estática: 9.399	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	**Custos**
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de combate a incêndio	170.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	5.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)	60.000,00
TOTAL	**283.000,00**

PALMEIRAS DE GOIÁS – GO		
Capacidade estática: 14.000	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Pavimentação	80.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	5.000,00
Sistema de captação de material particulado	165.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)	60.000,00
TOTAL	**393.000,00**

PARAÚNA – GO		
Capacidade estática: 16.296	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	**Custos**
Aeração	50.000,00
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Pavimentação	80.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de combate a incêndio	170.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	5.000,00
Sistema de captação de material particulado	165.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)	60.000,00
TOTAL	**613.000,00**

PONTALINA – GO		
Capacidade estática: 14.000	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	**Custos**
Aeração	50.000,00

Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Pavimentação	90.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)	225.000,00
Sistema de combate a incêndio	270.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	10.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)	60.000,00
TOTAL	**788.000,00**

SANTA HELENA DE GOIÁS – GO		
Capacidade estática: 18.598	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		60.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
TOTAL		**193.000,00**

ITAQUI – MA		
Capacidade estática: 18.000	**Modalidade: Granel**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Pavimentação		1.030.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		20.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
Sistema de captação de material particulado		165.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
TOTAL		**1.333.000,00**

SÃO LUÍS (TIRIRICAL) – MA		
Capacidade estática: 4.500	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		620.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
TOTAL		**723.000,00**

CAMPO GRANDE – MS		
Capacidade estática: 47.895	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Intermediária**
Obras		**Custos**
Pavimentação		1.330.000,00

Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)	255.000,00
Sistema de combate a incêndio	385.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	20.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m^3)	30.000,00
TOTAL	**2.068.000,00**
CASSILÂNDIA – MS	
Capacidade estática: 12.600 **Modalidade: Granel** **Enquadramento: Coletora**	
Obras	**Custos**
Pavimentação	80.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)	255.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	10.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)	15.000,00
TOTAL	**408.000,00**
CHAPADÃO DO SUL – MS	
Capacidade estática: 50.495 **Modalidade: Granel/Conv** **Enquadramento: Coletora**	
Obras	**Custos**
Pavimentação	180.000,00
Recinto de Análise	50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)	630.000,00
Sistema de combate a incêndio	495.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	15.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)	30.000,00
TOTAL	**1.448.000,00**
DOURADOS – MS	
Capacidade estática: 20.000 **Modalidade: Granel** **Enquadramento: Coletora**	
Obras	**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Pavimentação	80.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)	255.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	15.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)	15.000,00
TOTAL	**448.000,00**
RIO BRILHANTE – MS	

Capacidade estática: 10.000	Modalidade: Granel	Enquadramento: Coletora
Obras		**Custos**
Pavimentação		75.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		255.000,00
Sistema de combate a incêndio		225.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		10.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)		15.000,00
TOTAL		**628.000,00**
ALTA FLORESTA – MT		
Capacidade estática: 6.196	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		205.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		5.000,00
Sistema de combate a incêndio		250.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)		15.000,00
TOTAL		**523.000,00**
DIAMANTINO – MT		
Capacidade estática: 27.600	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Aeração		50.000,00
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		80.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		300.000,00
Sistema de combate a incêndio		250.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		5.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)		15.000,00
TOTAL		**783.000,00**
SORRISO – MT		
Capacidade estática: 45.900	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		3.500,00
Pavimentação		150.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00

Sistema de captação de material particulado (secador)	630.000,00
Sistema de combate a incêndio	400.000,00
Sistema de Movimentação de Produto	50.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	15.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)	30.000,00
TOTAL	**1.358.000,00**

JOÃO PESSOA – PB		
Capacidade estática: 8.999	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		1.325.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		165.000,00
TOTAL		**1.573.000,00**

RECIFE – PE		
Capacidade estática: 26.626	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
TOTAL		**83.000,00**

TERESINA – PI		
Capacidade estática: 12.299	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		1.020.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sistema de combate a incêndio		135.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
TOTAL		**1.288.000,00**

LYRA TAVARES – RJ		
Capacidade estática: 26.578	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		270.000,00
TOTAL		**403.000,00**

NATAL – RN		
Capacidade estática: 5.000	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**

Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de combate a incêndio	170.000,00
TOTAL	**253.000,00**

CAIAPÓS – RN		
Capacidade estática: 8.800	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**

Obras	**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Pavimentação	1.325.000,00
Recinto de Análise	50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de combate a incêndio	170.000,00
Sistema de Movimentação de Produto	20.000,00
TOTAL	**1.648.000,00**

CACOAL – RO		
Capacidade estática: 5.701	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Pavimentação	55.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)	140.000,00
TOTAL	**278.000,00**

PORTO VELHO – RO		
Capacidade estática: 7.097	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Intermediária**

Obras	**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Pavimentação	525.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)	140.000,00
Sistema de combate a incêndio	250.000,00
TOTAL	**998.000,00**

VILHENA – RO		
Capacidade Estática: 7.197	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	**Custos**
Pavimentação	55.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)	170.000,00
Sistema de combate a incêndio	180.000,00

TOTAL		**453.000,00**
BOA VISTA – RR		
Capacidade estática: 9.225	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Intermediária**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		1.225.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		295.000,00
Sistema de combate a incêndio		375.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		10.000,00
TOTAL		**1.988.000,00**
PORTO ALEGRE – RS		
Capacidade estática: 14.483	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		225.000,00
TOTAL		**358.000,00**
HERVAL D'OESTE – SC		
Capacidade estática: 7.302	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Intermediária**
Obras		**Custos**
Aeração		50.000,00
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		1.020.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		220.000,00
Sistema de captação de material particulado (ST)		165.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		5.000,00
TOTAL		**1.543.000,00**
Total - 2014		**2.206.000,00**

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2015		
ENTRE RIOS – BA		
Capacidade estática: 1.620	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Recinto de Análise		45.000,00

Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de combate a incêndio	95.000,00
TOTAL	**223.000,00**

ITABERABA – BA		
Capacidade estática: 2.025	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de movimentação de Produto (Transporte/Movimentação)		20.000,00
TOTAL		**248.000,00**

RIBEIRA DO POMBAL – BA		
Capacidade estática: 3.596	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentaç		70.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
TOTAL		**293.000,00**

SANTA MARIA DA VITÓRIA – BA		
Capacidade estática: 1.596	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de movimentação de Produto (Transporte/Movimentação)		20.000,00
TOTAL		**293.000,00**

CRATÉUS – CE		
Capacidade estática: 3.159	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		**293.000,00**

ICÓ – CE		
Capacidade estática: 3.475	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		**293.000,00**

IGUATU – CE		
Capacidade estática: 3.475	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		**293.000,00**

JUAZEIRO DO NORTE – CE		
Capacidade estática: 4.860	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sinalização de trânsito		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		**243.000,00**

RUSSAS – CE		
Capacidade estática: 3.475	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		**293.000,00**

SENADOR POMPEU – CE		
Capacidade estática: 3.159	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		**243.000,00**

SOBRAL – CE		
Capacidade estática: 4.809	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		45.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		**293.000,00**
CAMBURI – ES		
Capacidade estática: 41.339	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		**67.000,00**
COLATINA – ES		
Capacidade estática: 42.240	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		**67.000,00**
CAMPOS ALTOS – MG		
Capacidade estática: 10.003	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de combate a incêndio		370.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		**472.000,00**
CONCEIÇÃO DO RIO VERDE – MG		
Capacidade estática: 19.202	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de combate a incêndio		425.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		**527.000,00**
JUIZ DE FORA – MG		
Capacidade estática: 24.421	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de combate a incêndio		425.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		**4.527.000,00**
PERDÕES – MG		
Capacidade estática: 10.003	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	Custos
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	2.000,00
Sistema de combate a incêndio	325.000,00
Sistema de Movimentação de Produto	20.000,00
TOTAL	**427.000,00**

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG		
Capacidade estática: 10.297	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	Custos
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	2.000,00
Sistema de Movimentação de Produto	20.000,00
TOTAL	**102.000,00**

VARGINHA – MG		
Capacidade estática: 24.559	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Intermediária**

Obras	Custos
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	2.000,00
Sistema de Movimentação de Produto	20.000,00
TOTAL	**102.000,00**

SIDROLÂNDIA – MS		
Capacidade estática: 11.500	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	Custos
Pavimentação	75.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)	255.000,00
Sistema de combate a incêndio	225.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	10.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)	15.000,00
TOTAL	**628.000,00**

MARABÁ – PA		
Capacidade estática: 3.249	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	Custos
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Recinto de Análise	50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de combate a incêndio	135.000,00
TOTAL	**268.000,00**

SANTARÉM – PA		
Capacidade estática: 2.197	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	Custos
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Pavimentação	50.000,00
Recinto de Análise	50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de Movimentação de Produto	20.000,00
Sistema de combate a incêndio	135.000,00
TOTAL	**338.000,00**

CAMPINA GRANDE – PB		
Capacidade estática: 6.318	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	Custos
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Pavimentação	55.000,00
Recinto de Análise	50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de combate a incêndio	165.000,00
TOTAL	**353.000,00**

MONTEIRO – PB		
Capacidade estática: 3.861	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	Custos
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Pavimentação	50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de combate a incêndio	135.000,00
Sistema de Movimentação de Produto	20.000,00
TOTAL	**288.000,00**

PATOS – PB		
Capacidade estática: 3.150	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	Custos
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00
Pavimentação	50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de combate a incêndio	135.000,00
Sistema de Movimentação de Produto	20.000,00
TOTAL	**288.000,00**

ARCOVERDE – PE		
Capacidade estática: 1.819	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**

Obras	Custos
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00

Pavimentação	50.000,00
Recinto de Análise	50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00
Sinalização de trânsito	3.000,00
Sistema de combate a incêndio	135.000,00
TOTAL	**318.000,00**

FLORIANO – PI		
Capacidade estática: 4.295	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		135.000,00
TOTAL		**318.000,00**

PARNAÍBA – PI		
Capacidade estática: 4.098	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Pavimentação		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		135.000,00
TOTAL		**233.000,00**

PICOS – PI		
Capacidade estática: 3.198	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
TOTAL		**98.000,00**

APUCARANA – PR		
Capacidade estática: 48.447	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de combate a incêndio		425.000,00
TOTAL		**507.000,00**

ROLÂNDIA – PR		
Capacidade estática: 55.300	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00

TOTAL		**83.000,00**
ASSU – RN		
Capacidade estática: 3.198	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		135.000,00
TOTAL		**233.000,00**
CAICÓ – RN		
Capacidade estática: 3.799	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		135.000,00
TOTAL		**283.000,00**
CURRAIS NOVOS – RN		
Capacidade estática: 3.891	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		135.000,00
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00
TOTAL		**338.000,00**
MOSSORÓ – RN		
Capacidade estática: 3.199	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		135.000,00
TOTAL		**233.000,00**
ITABAIANA – SE		
Capacidade estática: 3.221	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		95.000,00
TOTAL		**278.000,00**
BAURU – SP		
Capacidade estática: 76.255	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Intermediária**
Obras		**Custos**
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de combate a incêndio		225.000,00
TOTAL		**272.000,00**
BERNADINO DE CAMPOS – SP		

Capacidade estática: 33.898	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		**Custos**
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de combate a incêndio		225.000,00
TOTAL		**272.000,00**
CARAPICUÍBA – SP		
Capacidade estática: 27.203	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Terminal**
Obras		**Custos**
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
TOTAL		**47.000,00**
GARÇA – SP		
Capacidade estática: 28.127	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		2.000,00
Sistema de combate a incêndio		225.00,00
TOTAL		**272.000,00**
ARAGUAÍNA – TO		
Capacidade estática: 1.202	**Modalidade: Convencional**	**Enquadramento: Coletora**
Obras		**Custos**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		50.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
TOTAL		**183.000,00**
TOTAL - 2015		**11.430.000,00**

ANEXO 03

Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R$)
AC	Próprio	Público	Milho	350.700	250.645,29
Subtotal				**350.700**	**250.645,29**
AL	Próprio	Público	Açúcar	995.601	1.637.112,56
			Arroz	569.510	569.510,00
			Farinha	237.187	236.467,00
			Feijão	3.890	5.679,40
			Flocos de milho	48.700	58.103,97
			Leite	15.950	119.625,00
			Milho	1.474.541	1.015.202,73
			Óleo de soja	97.400	295.511,60
			Outros	48.700	89.544,69
			Arroz	25.000	27.455,00
			Farinha	545.500	480.040,00
Subtotal				**4.061.979**	**4.534.251,95**
AM	Próprio	Público	Açúcar	53.880	124.290,00
			Arroz	278.370	352.798,20
			Farinha	54.000	112.908,60
			Feijão	96.885	132.742,14
			Feijão preto	50.000	91.000,00
			Flocos de milho	27.000	40.643
			Leite	24.990	197.670,90
			Milho	657.842	430.228,79
			Outros	32.000	64.231,10
Subtotal				**1.274.967**	**1.546.512,83**
BA	Próprio	Público	Açúcar	616.124	1.196.910,15
			Arroz	904.104	1.017.032,58
			Café	635.250	3.431.610,82
			Farinha	271.136	292.586,47
			Feijão	3.890.527	5.486.039,52
			Flocos de milho	285.712	338.272,74
			Leite	40.880	316.820,00
			Milho	3.452.876	2.500.480,02
			Óleo de soja	589.266	1.766.307,87
			Outros	311.641	499.103,36
			Sardinha	18.000	30.067,20
Subtotal				**11.015.516**	**16.875.230,73**
CE	Próprio	Público	Açúcar	48.141	99.496,79
			Arroz	193.562	218.775,02
			Farinha	1.146	1.026,93
			Feijão	2.815	4.109,90
			Flocos de milho	23.793	26.107,93
			Leite	45.536	354.546,88
			Milho	25.772.017	21.229.942,11
			Óleo de soja	47.226	143.181,48
			Outros	23.813	45.525,17
Subtotal				**26.158.049**	**22.122.712,21**
DF	Próprio	Público	Feijão	237.365	350.091,49
			Milho	2.991.550	1.597.786,86
			Produtos industrializados/manufaturados	3.290	1.597.957,11
			Milho	150.849	39.144,74
Subtotal				**3.383.054**	**3.584.980,20**
ES	Próprio	Público	Açúcar	18.788	37.876,84
			Arroz	94.000	118.537,60
			Café	1.294.700	6.541.684,72

			Farinha	47.016	61.021,44
			Feijão	30.428	49.478,97
			Milho	1.929.662	1.178.637,37
			Óleo de soja	18.798	51.512,53
			Outros	31.295	36.560,96
Subtotal				**3.464.687**	**8.075.310,43**
GO	Próprio	Público	Açúcar	75.262	151.974,40
			Algodão	9.812	262.013,76
			Arroz	116.808	117.315,67
			Café	168.960	1.107.579,00
			Farinha	134.172	234.019,59
			Feijão	3.077.379	4.552.531,35
			Feijão preto	1.350	1.953,32
			Milho	81.809.132	38.713.758,01
			Óleo de soja	75.252	198.812,82
			Outros	75.843	109.882,00
			Milho	1.974	801,50
			Arroz	9.756	195.850,82
			Embalagens	2.067	6.513,50
			Sorgo	10.500	2.977,80
Subtotal				**85.568.267**	**45.655.983,54**
MA	Próprio	Público	Açúcar	160.977	331.012,25
			Arroz	307.550	344.354,13
			Farinha	49.700	44.625,63
			Feijão	154.150	212.088,64
			Flocos de milho	77.808	99.233,34
			Leite	30.088	239.199,60
			Milho	2.356.342	1.591.787,85
			Óleo de soja	151.480	423.202,58
			Outros	75.810	134.015,02
			Arroz	4.207.370	3.463.927,75
			Trigo	3.042.880	1.776.451,05
			Reserva de espaço	37.603	0,00
				10.651.758	**8.659.897,84**
MG	Próprio	Público	Açúcar	208.248	415.430,13
			Arroz	593.430	759.590,40
			Café	82.513.473	441.329.020,02
			Farinha	376.754	621.933,24
			Feijão	281.565	433.754,65
			Leite	46.310	347.325,00
			Milho	4.091.575	2.203.069,37
			Óleo de soja	180.268	450.174,23
			Outros	255.278	472.904,67
			Trigo	351.577	213.828,83
			Café	36.733	132.777,90
Subtotal				**88.935.211**	**447.379.808,44**
MS	Próprio	Público	Açúcar	146.328	293.466,46
			Arroz	393.140	464.470,40
			Farinha	194.374	147.413,25
			Feijão	1.240.025	1.692.715,06
			Feijão preto	21.990	31.612,82
			Leite	23.926	179.445,00
			Milho	6.078.007	2.248.669,63
			Óleo de soja	123.561	315.182,18
			Outros	280.549	967.798,16
			Trigo	736.778	481.118,24
Subtotal				**9.238.678**	**6.821.891,20**
MT	Próprio	Público	Açúcar	74.964	152.476,78
			Arroz	423.209	502.570,50
			Farinha	185.000	325.230,00

			Milho	52.695.714	18.604.442,10
			Óleo de soja	74.964	192.657,48
			Outros	74.962	100.813,41
Subtotal				**53.528.813**	**19.878.190,27**
PA	Próprio	Público	Açúcar	215.668	494.819,44
			Arroz	286.290	320.644,80
			Farinha	212.669	364.637,72
			Feijão	57.475	108.432,34
			Feijão preto	1.369.766	2.497.756,96
			Flocos de milho	99.665	134.171,91
			Leite	14.574	70.971,67
			Milho	741.652	492.530,96
			Óleo de soja	214.075	597.356,99
			Outros	114.836	200.490,26
Subtotal				**3.326.670**	**5.281.813,05**
PB	Próprio	Público	Açúcar	55.766	95.332,05
			Arroz	345.915	440.459,10
			Flocos de milho	30.574	34.991,95
			Leite	99.577	770.508,50
			Milho	3.755.907	3.061.675,08
			Óleo de soja	61.164	175.647,93
			Outros	30.576	52.272,73
			Milho	714.235	566.114,00
Subtotal				**5.093.714**	**5.197.001,34**
PE	Próprio	Público	Açúcar	266.886	554.989,44
			Arroz	901.970	1.010.206,40
			Farinha	120.264	107.363,83
			Feijão	30.010	44303,76
			Flocos de milho	133.443	177.104,61
			Leite	131.858	1.004.400,00
			Milho	652.717	518.909,70
			Óleo de soja	266.872	779.346,30
			Outros	133.446	228.139,28
Subtotal				**2.637.466**	**4.424.763,32**
PI	Próprio	Público	Açúcar	49.708	92.145,30
			Arroz	237.590	267.102,80
			Frinha	106.345	93.062,25
			Feijão	23.833	32.653,59
			Feijão preto	75.000	136.590,00
			Flocso de milho	15.114	17.860,32
			Leite	7.873	60.166,58
			Milho	5.241.081	3.921.240,91
			Óleo de soja	36.312	100.177,73
			Outros	18.880	28.971,52
			Sardinha em óleo	12.000	17.726,40
Subtotal				**5.823.736**	**4.767.697,40**
PR	Próprio	Público	Açúcar	86.662	197.654,64
			Arroz	578.045	716.922,80
			Café	1.799.350	9.324.578,04
			Farinha de trigo	54.050	71.859,47
			Feijão	23.718.345	32.485.695,74
			Feijão preto	344.875	428.849,81
			Leite	21.513	161.347,50
			Óleo de soja	41.652	110.794,32
			Outros	49.613	66.570,24
			Trigo	210.418.726	119.271.880,10
			Embalagens	87	65,07
Subtotal				**237.112.918**	**162.836.217,73**
RJ	Próprio	Público	Açúcar	26.796	53.980,33
			Arroz	126.550	160.372,60

			Farinha	110.196	189.831,33
			Feijão	28.540	39.108,36
			Óleo de soja	26.802	67.299,12
			Outros	26.788	40.979,58
Subtotal				**345.672**	**551.571,32**
RN	Próprio	Público	Açúcar	41.600	85.795,50
			Arroz	35.020	39.222,40
			Farinha	45.302	54.044,86
			Feijão	32.880	46.612,55
			Flocos de milho	20.806	27.360,11
			Leite	4.298	32.235,00
			Milho	14.982.044	12.277.654,17
			Óleo de soja	41.612	119.677,43
			Outros	28.556	42.037,38
Subtotal				**15.232.118**	**12.724.639,40**
RO	Próprio	Público	Açúcar	42.174	97.204,06
			Arroz	210.780	268.574,40
			Farinha	42.180	71.741,56
			Feijão	5.266	7.214,94
			Flocos de milho	21.090	31.746,84
			Leite	856	6.420,00
			Milho	2.242.886	1.310.576,48
			Óleo de soja	42.180	122.589,01
			Outros	16.941	32.228,42
Subtotal				**2.624.353**	**1.948.295,71**
RR	Próprio	Público	Milho	41.874	22.410,13
Subtotal				**41.874**	**22.410,13**
RS	Próprio	Público	Açúcar	123.786	123.786,00
			Arroz	2.139.083	3.516.970,55
			Farinhade trigo	54.444	54.444,00
			Feijão	164.981	239.493,42
			Feijão preto	8.294	11.359,46
			Leite	86.374	647.805,00
			Óleo de soja	123.494	299.750,10
			Outros	139.843	277.923,59
Subtotal				**2.840.299**	**5.171.532,12**
SC	Próprio	Público	Açúcar	37.962	78.941,98
			Arroz	45.730	51.217,60
			Farinha de milho	13.500	17.324,55
			Farinha de trigo	37.962	44.415,54
			Feijão	2.780	3.707,95
			Leite	23.760	37.778,40
			Milho	141.705	106.137,11
			Óleo de soja	37.962	100.978,92
			Outros	64.962	106.082,96
Subtotal				**406.323**	**546.585,01**
SE	Próprio	Público	Açúcar	75.990	150.512,74
			Arroz	368.340	464.625,89
			Feijão	171.166	234.754,86
			Flocos de milho	36.834	42.734,81
			Milho	527.325	371.975,06
			Óleo de soja	73.668	213.460,40
			Outros	36.834	66.934,74
			Outros	1.990.855	3.555.073,80
			Óleos vegetais	63.060	213.460,39
			Outros produtos alimentícios	1.974.549	3.485.920,78
Subtotal				**5.318.621**	**8.799.453,47**
SP	Próprio	Público	Café	10.494.549	60.322.581,37
			Feijão	3.795.051	5.622.282,57
			Outros	5.195	170.620,94

			Trigo	8.636.727	5.417.180,49
Subtotal				**22.931.522**	**71.532.665,37**
TO	Próprio	Público	Açúcar	29.346	67.695,35
			Arroz	5.504.946	3.369.872,31
			Farinha	30.516	54.401,57
			Feijão	925	1.267,25
			Feijão preto	50.000	91.500,00
			Flocos de milho	14.673	22.087,27
			Milho	143.899	120.001,48
			Óleo de soja	29.346	83.363,18
			Outros	1.135.030	490.589,32
Subtotal				**6.938.681**	**4.300.777,73**
Total Geral				**608.305.646**	**873.490.837,73**

ANEXO 04

Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias - Outros Produtos

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R$)
AC	Próprio	Público	Sacaria	9.663	14.645,13
Subtotal				**9.663**	**14.645,13**
AL	Próprio	Público	Sacaria	35.983	34.782,57
	Próprio-Polo Volante de Operações		Sacaria	10.910	9.655,35
Subtotal				**46.893**	**44437,92**
AM	Próprio	Público	Kit peixe fresco-balança	1	975,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco-estrutura	1	720,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco-puça	1	45,00
	Próprio	Público	Kit peixe vivo-avental	3	56,10
	Próprio	Público	Kit peixe vivo-balança	1	600,00
	Próprio	Público	Kit peixe vivo-bombona	3	164,70
	Próprio	Público	Kit peixe vivo-caixa térmica	1	199,00
	Próprio	Público	Kit peixe vivo-estrutura	1	435,00
	Próprio	Público	Kit peixe vivo-faca	1	28,26
	Próprio	Público	Kit peixe vivo-luvas	6	0,90
	Próprio	Público	Kit peixe vivo-soprador	1	1.460,00
	Próprio	Público	Sacaria	147.663	140.451,12
Subtotal				**147.683**	**145.135,08**
BA	Próprio	Público	Avental de vinil	6	106,20
	Próprio	Público	Balança eletrônica	2	892,00
	Próprio	Público	Balcão desmontável	4	4.786,00
	Próprio	Público	Caixa de papelão	54.350	54.350,00
	Próprio	Público	caixa isotérmica	5	2.119,40
	Próprio	Público	Cartilha Fome Zero	78.650	46.560,80
	Próprio	Público	Faca	4	56,20
	Próprio	Público	Kit peixe fresco-avental	4	74,80
	Próprio	Público	Kit peixe fresco-balança	6	7.020,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco-bombona	6	329,40
	Próprio	Público	Kit peixe fresco-caixa térmica	4	796,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco-estrutura	2	1.240,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco-faca	3	66,50
	Próprio	Público	Kit peixe fresco-luva	12	1,80
	Próprio	Público	Luva de segurança	10	14,90
	Próprio	Público	Manual Mutirão	2.700	4.833,00
	Próprio	Público	Manual Política	100	94,00
	Próprio	Público	Manual Registro de Nascimento	1.000	940,00
	Próprio	Público	Sacaria	57.539	63.930,14
	Próprio	Público	Tambor cilíndrico	6	274,38
	Próprio	Público	Tenda desmontável	2	1.340,00

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R$)
Subtotal				**194.415**	**189.825,52**
CE	Próprio	Público	Balança eletrônica	48	17.551,20
	Próprio	Público	Barraca de feira	60	53.400,00
	Próprio	Público	Sacaria	370.681	452.860,40
	Próprio	Público	Saco plástico	4.000	2.324,00
	Próprio	Público	Tanque desmontável	3	584,70
	Próprio	Público	Tenda desmontável	9	6.030,00
	Próprio	Público	Tenda desmontável	2	1.540,00
Subtotal				**374.803**	**534.290,30**
ES	Próprio	Público	Sacaria	200.078	221.770,97
Subtotal				**200.078**	**221.770,97**
GO	Próprio	Público	Balança eletrônica	16	5.850,40
	Próprio	Público	Barraca de feira	20	17.800,00
	Próprio	Público	Sacaria	16.667	132.366,16
	Próprio	Público	Tanque desmontável	2	389,80
	Próprio	Público	Tenda desmontável	9	6.030,00
Subtotal				**16.714**	**162.436,36**
MA	Próprio	Público	Sacaria	134.870	212.544,92
	Próprio	Público	Saco plástico	1.000	543,50
Subtotal				**135.870**	**213.088,42**
MG	Próprio	Público	Sacaria	122.221	86.569,00
Subtotal				**122.221**	**86.569,00**
MS	Próprio	Público	Sacaria	21.294	64.235,91
Subtotal				**21.294**	**64.235,91**
MT	Próprio	Público	Sacaria	2.077	10.159,80
	Próprio	Público	Saco plástico	3.767	2.551,77
Subtotal				**5.844**	**12.711,57**
PA	Próprio	Público	Balança eletrônica	72	47.300,80
	Próprio	Público	Sacaria	41.425	56.616,98
Subtotal				**41.497**	**103.917,78**
PB	Próprio	Público	Sacaria	301.421	423.332,15
	Próprio	Público	Saco plástico	5.249	4.891,54
Subtotal				**306.670**	**428.223,69**
PE	Próprio	Público	Sacaria	141.664	168.020,71
Subtotal				**141.664**	**168.020,71**
PI	Próprio	Público	Sacaria	200.302	255.259,43
	Próprio	Público	Tenda desmont	6	4.020,00
Subtotal				**200.308**	**259.279,43**
PR	Próprio	Público	Fita para vídeo	80	80,00
	Próprio	Público	Ginseng	1.800	1.800,00
	Próprio	Público	Sacaria	54.549	52.758,13
	Próprio	Público	Tecido	14.630	14.630,00
Subtotal				**71.059**	**69.268,13**
RJ	Próprio	Público	Caixa de papelão	50	25,00
	Próprio	Público	Cartilha da nutrição	2.750	165,00
	Próprio	Público	Cartilha Programa Fome Zero	18.500	10.952,00
	Próprio	Público	Cartilha Turma do Sítio	5.500	297,00
	Próprio	Público	CD-ROM	54.874	3.312.110,00
	Próprio	Público	Fax Modem	28.718	775.386,00
	Próprio	Público	Gabinete torre para computador	205	9.225,00
	Próprio	Público	Mouse para computador	21.091	421.820,00
	Próprio	Público	Peças de metal	11.604	173.480,00
	Próprio	Público	Placa de rede	48.365	619.924,17
	Próprio	Público	Sacaria	11.624	4.621,70
	Próprio	Público	Sistema de áudio	11.930	119.300,00
	Próprio	Público	Teclado para computador	2.407	36.105,00
Subtotal				**217.618**	**5.483.410,87**
RN	Próprio	Público	Balança eletrônica	1.000	
	Próprio	Público	Sacaria	176.224	136.599,00

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R$)
Subtotal				**177.224**	**136.599,00**
RO	Próprio	Público	Balança eletrônica	48	17.551,20
	Próprio	Público	Barraca de feira	59	52.510,00
	Próprio	Público	Sacaria	67.983	67.439,10
Subtotal				**68.090**	**137.500,30**
RR	Próprio	Público	Sacaria	66.222	102.630,99
Subtotal				**66.222**	**102.630,99**
RS	Próprio	Público	Aplicador de filme	1	337,00
	Próprio	Público	Assadeira	1	45,00
	Próprio	Público	Avental de vinil	22	389,40
	Próprio	Público	Balança eletrônica	5	2.441,28
	Próprio	Público	Balcão desmontável	8	9.572,00
	Próprio	Público	Balcão expositor	1	2.052,38
	Próprio	Público	Bandeja plástica	5	46,50
	Próprio	Público	Batedeira industrial	1	900,00
	Próprio	Público	Bordadeira	2	336,00
	Próprio	Público	Caixa isotérmica	8	3.391,04
	Próprio	Público	Caixa plástica	5	148,00
	Próprio	Público	Cartilha Programa Fome Zero	15.000	7.500,00
	Próprio	Público	Cilindro industrial	1	520,00
	Próprio	Público	Clips pacote	2	2,00
	Próprio	Público	Correia CSP	1	711,15
	Próprio	Público	Correia Sthil	4	320,00
	Próprio	Público	Embaladora/seladora	1	61,00
	Próprio	Público	Espremedor de alho	1	29,00
	Próprio	Público	Espremedor de limão	1	65,00
	Próprio	Público	Faca	12	209,40
	Próprio	Público	Faqueiro	1	85,00
	Próprio	Público	Fogão industrial	1	1.136,00
	Próprio	Público	Forno elétrico	1	1.305,00
	Próprio	Público	Freezer	1	1.630,13
	Próprio	Público	Fritadeira industrial	1	190,00
	Próprio	Público	Guia para motoserra	1	171,00
	Próprio	Público	Jogo de utensílios domésticos	1	75,00
	Próprio	Público	Liquidificador industrial	1	380,00
	Próprio	Público	Lixeira	1	480,00
	Próprio	Público	Luva de segurança	22	32,78
	Próprio	Público	Luvas em silicone	1	29,00
	Próprio	Público	Máscara descartável	2	380,00
	Próprio	Público	Mesa inox	4	2.400,00
	Próprio	Público	Moedor de carne	1	1.050,00
	Próprio	Público	Motoserra	6	8.292,00
	Próprio	Público	Panela	9	897,30
	Próprio	Público	Peneira para alimentos	1	22,00
	Próprio	Público	Picador de legumes	1	170,00
	Próprio	Público	Refrigerador doméstico	1	1.417,50
	Próprio	Público	Rolo corrente	1	1.450,00
	Próprio	Público	Seladora de alimentos	1	242,00
	Próprio	Público	Tábua de corte	2	78,00
	Próprio	Público	Tambor cilindro plástico	12	548,76
	Próprio	Público	Tanque desmontável	17	3.313,30
	Próprio	Público	Tenda desmontável	39	27.630,00
	Próprio	Público	Torno de uso doméstico	1	188,00
	Próprio	Público	touca sanfonada	2	19,00
Subtotal				**15.214**	**82.687,92**
SC	Próprio	Público	Balança	10	3.656,50
	Próprio	Público	Balcão desmontável	2	1.214,00
	Próprio	Público	Barraca de feira	14	12.460,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - avental	6	112,32

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R$)
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - balcão	4	3.150,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - bombona	6	329,40
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - caixa térmica	3	597,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - estruturas	2	1.340,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - facas	4	76,48
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - puça	1	45,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - soprador	1	435,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - soprador	1	1.460,00
	Próprio	Público	Lâmpada fluorescente	25.500	37.740,00
	Próprio	Público	puça de aro de aço	12	1.012,80
	Próprio	Público	Sacaria	103.580	120.413,81
	Próprio	Público	Saco plástico	5.560	3.774,68
	Próprio	Público	Soprador	12	14.124,00
	Próprio	Público	Tanque desmontável	44	8.575,60
	Próprio	Público	Tenda desmontável	40	30.600,00
Subtotal				**134.802**	**241.116,59**
	Próprio	Público	Cartaz Fome Zero	400	447,80
	Próprio	Público	Cartilha Programa Fome Zero	15.000	750,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - avental	12	224,40
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - balcão	11	12.105,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - bombona	12	658,80
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - caixa térmica	7	1.393,00
SE	Próprio	Público	Kit peixe fresco - estruturas	4	2.580,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - facas	8	152,96
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - luvas	24	3,60
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - puça	1	45,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - soprador	1	1.460,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco - tanque	1	435,00
	Próprio	Público	Sacaria	7.743	50.039,63
	Próprio	Público	Saco plástico	1.000	770,90
Subtotal				**24.224**	**71.066,09**
	Próprio	Público	Avental de vinil	210	3.717,00
	Próprio	Público	Balança eletrônica	71	31.718,82
	Próprio	Público	Balcão desmontável	136	160.366,00
	Próprio	Público	Banco giratório	20	1.840,00
	Próprio	Público	Base e pia em cuba	1	162,00
	Próprio	Público	caixa isotérmica	141	60.392,68
	Próprio	Público	Caixa plástica	12	355,20
	Próprio	Público	Carrinho de mão	3	534,87
	Próprio	Público	Faca	140	1.967,00
	Próprio	Público	Fogão industrial	1	416,00
	Próprio	Público	Freezer	1	1.630,13
SP	Próprio	Público	Luva de segurança	350	521,50
	Próprio	Público	Mesa inox	8	4.746,00
	Próprio	Público	Panela	4	1.140,00
	Próprio	Público	puça de aro de aço	4	337,60
	Próprio	Público	Sacaria	12.200	11.257,59
	Próprio	Público	Saco plástico	2.000	1.318,00
	Próprio	Público	Seladora de alimentos	1	242,00
	Próprio	Público	Soprador	4	4.708,00
	Próprio	Público	Tábua de corte	10	390,00
	Próprio	Público	Tambor cilindro plástico	210	9.603,30
	Próprio	Público	Tanque desmontável	13	2.533,70
	Próprio	Público	Tenda desmontável	104	70.880,00
Subtotal				**15.644**	**370.777,39**
TO	Próprio	Público	Sacaria	11.798	21.332,17
Subtotal				**11.798**	**21.332,17**
Total Geral				**2.767.502**	**9.364.977,24**

ANEXO 05

Estoques Públicos em Unidades de Terceiros – Produtos Agrícolas

UF	Armazém	Estoque	Produto	Peso (Em kg)	Valor (Em R$)
BA	Terceiros	Público	Sisal	24.490.916	37.741.333,16
Total				**24.490.916**	**37.741.333,16**
GO	Terceiros	Público	Algodão	27.249	349.757,26
GO	Terceiros	Público	Feijão	175.220	278.142,69
GO	Terceiros	Público	Milho	279.389.761	130.107.027,00
Total				**279.592.230**	**130.734.926,95**
MG	Terceiros	Público	Feijão	316.446	497.771,97
MG	Terceiros	Público	Milho	20.140.681	10.564.061,51
Total				**20.457.127**	**11.061.833,48**
MS	Terceiros	Público	Milho	17.675.617	9.424.802,36
Total				**17.675.617**	**9.424.802,36**
MT	Terceiros	Público	Arroz	544.777	380.104,61
MT	Terceiros	Público	Milho	1.185.517.025	508.398.263,00
Total				**1.186.061.802**	**508.778.367,61**
PR	Terceiros	Público	Feijão	40.011.525	58.882.473,49
PR	Terceiros	Público	feijão preto	3.507.676	5.408.299,38
PR	Terceiros	Público	Milho	64.575.113	31.106.117,08
PR	Terceiros	Público	Trigo	261.063.419	167.863.960,14
Total				**369.157.733**	**263.260.850,09**
RS	Terceiros	Público	Arroz	1.457.114.854	1.075.785.382,67
RS	Terceiros	Público	Feijão	104.068	161.336,29
RS	Terceiros	Público	Milho	13.149.813	8.292.698,03
RS	Terceiros	Público	Soja	37.500	44.479,58
RS	Terceiros	Público	Trigo	299.644.581	167.231.070,94
Total				**1.770.050.816**	**1.251.514.967,51**
SC	Terceiros	Público	Arroz	20.542.300	14.283.249,63
SC	Terceiros	Público	Feijão	1.165.906	2.484.185,24
SC	Terceiros	Público	Feijão preto	74.332	111.074,73
SC	Terceiros	Público	Milho	47.597.920	21.158.383,09
Total				**69.380.458**	**38.036.892,69**
SP	Terceiros	Público	Feijão	2.994.559	4.498.888,36
SP	Terceiros	Público	Milho	14.396.506	6.211.829,87
SP	Terceiros	Público	Trigo	67.502.168	49.152.250,55
Total				**84.893.233**	**59.862.968,78**
Total Geral				**3.821.759.932**	**2.310.416.942,63**

ANEXO 06

Estoques Públicos em Unidades de Terceiros - Sacaria

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em unidade)	Valor (Em R$)
MT	T erceiros	Público	Sacaria	766.933	672.832,69
Total				**766.933**	**672.832,69**
PR	terceiros	Público	Sacaria	1.055	570,28
Total				**1.055**	**570,28**
RS	Terceiros	Público	Sacaria	1.313.383	1.295.875,00
Total				**1.313.383**	**1.295.875,00**
SC	terceiros	Público	Sacaria	760.826	1.015.672,08
Total				**760.826**	**1.015.672,08**
Total Geral				**2.842.197**	**2.984.950,05**

ANEXO 07

Irregularidades em Unidades Armazenadoras

Irregularidade	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª	9.ª	Total
Aeração em mau estado/inoperante	1	1	4	2	4	-	1	-	5	18
Afastamento insuficiente entre pilhas	6	0	0	0	0	1	9	0	4	20
Afundamento no pátio de manobras	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Animais mortos (pátio, sobre o produto, dentro do armazém)	3	0	4	1	2	1	1	1	0	13
Animais no pátio e/ou interior do armazém	31	16	26	18	10	3	12	3	22	141
Aquecimento da massa de grãos	0	0	1	0	0	2	0	0	1	4
Armazéns com avaria no teto/piso e paredes	0	1	4	8	1	2	0	1	14	31
Avarias teto/parede	0	1	4	8	0	0	0	1	12	26
Avaria no piso	0	0	0	0	1	1	0	0	2	4
Balança com aferição vencida	10	1	13	2	1	0	4	0	8	39
Balança estragada	0	0	1	3	0	0	0	0	3	7
Balança mal conservada	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
CDA fora padrões sem identificação	11	0	8	1	5	2	13	0	25	65
CDA com numeração errada	0	3	0	1	0	0	0	0	0	4
Chapas dos silos amassadas e/ou perfuradas	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Conservação inadequada de produto estocado	6	3	3	2	1	2	2	0	3	22
Corrimão em más condições	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Crosta sobre produto	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Determinador de umidade afer. vencida	20	1	39	2	39	2	46	1	45	195
Elevador com problema	0	0	0	0	2	0	0	1	0	3
Embalagens vazias sobre as pilhas	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Empilhamento sem estrados	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Empoçamento de água	5	2	14	3	1	0	1	1	7	34
Entulho fora ou dentro do armazém	0	1	0	0	1	1	1	0	0	4
Escadas em más condições ou inadequadas	8	3	5	3	4	1	2	3	3	32
Estoque acima da capacidade	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Estrados inadequados	0	0	0	0	0	0	4	0	4	8
Expurgo feito por mais de 30 dias	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Falta balança rodoviária	0	0	1	0	2	0	5	0	3	11
Falta cobra de areia	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2

Falta de corrimão	0	2	0	1	0	0	0	0	2	5
Falta de determinador	1	0	2	0	1	0	2	0	1	7
Falta ou má conservação do guarda corpo	3	1	3	2	3	0	4	0	5	21
Falta de mapeamento	7	0	6	3	5	1	11	1	18	52
Falta de tela contra pássaros	23	4	25	9	8	2	17	6	15	109
Falta de determinador de umidade	0	0	0	1	0	1	0	1	1	4
Falta escada de acesso	0	0	1	0	2	2	1	1	3	10
Falta de escada no interior dos silos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Falta de estrados	0	0	7	1	5	0	3	0	7	23
Falta gravação do CDA	0	0	6	0	0	0	0	0	1	7
Falta de identificação das pilhas	0	1	0	3	0	0	0	0	0	4
Falta de instalação elétrica	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Falta motores das roscas s/ fim	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Falta de passarela	0	2	0	2	0	1	0	0	0	5
Falta plataforma de descanso	14	2	14	5	8	3	6	3	3	58
Falta de secador	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Fertilizante, agrotóxico e sementes próximos ao produto	2	0	3	5	4	0	3	0	8	25
Fezes de rato no interior do armazém	0	2	0	0	0	1	0	0	0	3
Fezes de rato sobre o produto	8	0	6	0	2	0	0	0	0	16
Fita de expedição inoperante	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
Goteiras	23	9	29	27	16	8	17	9	53	191
Goteiras sobre o produto	13	14	12	8	7	5	10	3	7	79
Má higienização	80	17	73	13	44	8	37	6	41	319
Infiltração nas paredes/piso	6	4	7	6	2	4	2	4	9	44
Insetos vivos	87	50	54	29	37	18	31	8	60	374
Janela danificadas ou com vidros quebrados	1	0	2	0	0	1	0	1	2	7
Má limpeza e conservação	0	0	0	0	0	0	0	0	11	11
Massa aquecida	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Material de escritório no armazém	1	0	1	0	0	0	0	0	1	3
Mistura de produtos	1	1	1	1	2	0	1	0	4	11
Motores de areação com problema	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Movimentação irregular ou sem autorização	8	0	2	0	0	1	1	1	2	15
Oficina dentro do armazém	1	0	1	0	1	0	1	0	0	4
Parte ou piso em chão batido	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2
Passarela com problemas ou má conservada	5	0	5	1	6	0	5	0	2	24
Pilha com topo irregular	6	2	4	3	3	1	4	1	9	33
Pilha desmoronada	1	2	1	2	1	5	1	2	3	18
Pilha inclinada	0	1	0	1	0	2	0	1	1	6
Pilhas/blocos sem identificação	0	1	0	2	0	0	0	0	3	6
Pilhas com ruas estreitas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Pilhas encostadas nas paredes	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Pilhas fora do padrão	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Pilhas sem identificação	9	3	9	1	14	1	8	2	13	60
Piso com avaria/danificado	1	0	4	5	3	0	1	0	0	14
Piso em obra/danificado	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
Portas dos armazéns com defeito ou em más condições	0	0	1	1	0	0	4	0	11	17
Produto estocado sem cadastro	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Produto derramado	11	2	10	3	9	5	10	2	11	63

Produto mal armazenado	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Rachadura nas paredes, piso e taludes	5	0	2	4	3	2	2	0	9	27
Resíduos de conservação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Resto de construção dentro do armazém	2	0	3	0	1	0	0	0	0	6
Restos de produto estragado a céu aberto	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Roedores no armazém	1	0	0	0	0	0	2	2	4	9
Roscas de expedição obstruídas	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Ruas e travessas insuficientes para circulação	5	0	4	1	6	0	3	0	7	26
Ruas e travessas inadequadas ou obstruídas	3	1	1	1	0	0	5	0	4	15
Sacaria danificada ou imprópria para uso	0	0	2	0	2	2	1	0	3	10
Secador desativado	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2
Sem contrato de manutenção da balança	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Sementes/veneno no armazém	1	0	1	0	0	0	1	0	0	3
Silo enferrujado	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Silo lacrado determinação armazenador	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4
Soja sobre produto	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Sublocação de área	0	0	1	0	1	0	1	0	1	4
Sucatas depositadas no armazém	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2
Tampas dos silos soltas	2	1	2	1	0	0	1	0	1	8
Termometria com problemas	48	11	29	7	21	7	21	4	22	170
Teto avariado	2	0	0	0	0	0	2	0	0	4
Túneis de aeração obstruídos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Unidade descredenciada	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	**487**	**171**	**469**	**208**	**296**	**101**	**330**	**72**	**531**	**2.665**

Fonte: Sufis/Gefis

ANEXO 08

Movimentação de Crédito

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135605	20.122.0352.2272.0001	581.748,72	0,00	0,00	0,00
		135100	135605	20.122.0352.2272.0001	0,00	285.299,69	3.849,00	0,00
		135100	135605	20.122.0352.2829.0001	0,00	6.511,79	0,00	0,00
		135100	135605	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.550,00	0,00	0,00
		135100	135605	20.301.0352.2004.0001	0,00	17.201,20	0,00	0,00
		135100	135605	20.301.0352.20CW.0001	0,00	6.605,79	0,00	0,00
		135100	135605	20.306.0352.2012.0001	0,00	132.259,20	0,00	0,00
		135100	135605	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	216.515,02
		135100	135605	20.605.0352.8579.0001	0,00	2.647,68	0,00	0,00
		135100	135605	20.605.0360.4711.0001	0,00	1.734,00	0,00	0,00
		135347	135605	08.244.1049.2792.0001	0,00	19.029,41	0,00	0,00
		135347	135605	08.605.1049.2802.0001	0,00	26.425,00	0,00	0,00
		135347	135605	21.122.0351.2B83.0001	0,00	294,00	0,00	0,00
		135347	135605	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	1.999.500,00
		135347	135605	08.306.1049.2798.0001	0,00	1.452.235,40	0,00	0,00
		135348	135605	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	5.310,00
		135100	135586	08.605.1049.2802.0001	0,00	-225,00	0,00	0,00
		135100	135586	20.122.0352.2272.0001	1.484.889,74	0,00	0,00	0,00
		135100	135586	20.122.0352.2272.0001	0,00	497.753,57	17.326,00	0,00
		135100	135586	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	99,64	0,00
		135100	135586	20.122.1492.2272.0001	0,00	5.105,09	0,00	0,00
		135100	135586	20.125.0352.2137.0001	0,00	5.600,96	0,00	0,00
		135100	135586	20.301.0352.2004.0001	0,00	149.707,26	0,00	0,00
		135100	135586	20.306.0352.2012.0001	0,00	358.226,65	0,00	0,00
		135100	135586	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	1.023.914,68
		135100	135586	20.605.0352.8579.0001	0,00	1.687,50	0,00	0,00
		135100	135586	20.605.0360.4711.0001	0,00	13.965,56	0,00	0,00
		135100	135586	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	-630,00
		135100	135586	28.846.0901.0022.0001	271.191,49	0,00	0,00	0,00
		135100	135294	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.316,29	0,00
		135100	135610	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	3.602,90	0,00
		135347	135601	08.306.1049.2798.0001	0,00	-200.000,00	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135347	135110	08.244.1049.2792.0001	0,00	-50,77	0,00	0,00
		135347	135295	08.244.1049.2792.0001	0,00	-235,45	0,00	0,00
		135347	135586	08.244.1049.2792.0001	0,00	3.467.969,75	0,00	0,00
		135347	135586	08.605.1049.2802.0001	0,00	439.340,30	0,00	0,00
		135347	135586	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	2.080.573,52
		135347	135586	08.306.1049.2798.0001	0,00	9.429.517,79	0,00	0,00
		135348	135586	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	5.310,00
		135100	135045	20.122.0352.2272.0001	2.305.537,85	0,00	0,00	0,00
		135100	135045	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.351.825,20	40.046,88	0,00
		135100	135045	20.122.1492.2272.0001	0,00	432,00	0,00	0,00
		135100	135045	20.125.0352.2137.0001	0,00	2.367,00	0,00	0,00
		135100	135045	20.128.0360.4572.0001	0,00	25.530,50	0,00	0,00
		135100	135045	20.301.0352.2004.0001	0,00	772.083,06	0,00	0,00
		135100	135045	20.306.0352.2012.0001	0,00	593.965,43	0,00	0,00
		135100	135045	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	919.365,32
		135100	135045	20.605.0352.8579.0001	0,00	6.992,52	0,00	0,00
		135100	135045	20.605.0360.4711.0001	0,00	7.355,46	0,00	0,00
		135100	135045	20.692.0352.4710.0001	0,00	18.162,27	0,00	0,00
		135100	135045	28.846.0901.0022.0001	266.947,99	0,00	0,00	0,00
		135100	135246	20.125.0352.2137.0001	0,00	-395,74	0,00	0,00
		135347	135045	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.089.232,26	0,00	0,00
		135347	135045	08.605.1049.2802.0001	0,00	437.812,84	0,00	0,00
		135347	135045	21.122.0351.2B83.0001	0,00	2.850,30	0,00	0,00
		135347	135045	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	617.560,00
		135347	135045	08.306.1049.2798.0001	0,00	7.207.848,95	0,00	0,00
		135347	135045	06.182.1029.22BO.0103	0,00	1.342,89	0,00	0,00
		135347	135553	08.605.1049.2802.0001	0,00	-4.159,38	0,00	0,00
		135347	135553	21.122.0351.2B83.0001	0,00	-217,98	0,00	0,00
		135347	135247	08.244.1049.2792.0001	0,00	-276,82	0,00	0,00
		135100	135045	20.122.0352.2272.0001	2.305.537,85	0,00	0,00	0,00
		135100	135045	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.351.825,20	40.046,88	0,00
		135100	135045	20.122.1492.2272.0001	0,00	432,00	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135045	20.125.0352.2137.0001	0,00	2.367,00	0,00	0,00
		135100	135045	20.128.0360.4572.0001	0,00	25.530,50	0,00	0,00
		135100	135045	20.301.0352.2004.0001	0,00	772.083,06	0,00	0,00
		135100	135045	20.306.0352.2012.0001	0,00	593.965,43	0,00	0,00
		135100	135045	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	919.365,32
		135100	135045	20.605.0352.8579.0001	0,00	6.992,52	0,00	0,00
		135100	135045	20.605.0360.4711.0001	0,00	7.355,46	0,00	0,00
		135100	135045	20.692.0352.4710.0001	0,00	18.162,27	0,00	0,00
		135100	135045	28.846.0901.0022.0001	266.947,99	0,00	0,00	0,00
		135100	135246	20.125.0352.2137.0001		-395,74	0,00	0,00
		135347	135045	08.244.1049.2792.0001		1.089.232,26	0,00	0,00
		135347	135045	08.605.1049.2802.0001	0,00	437.812,84	0,00	0,00
		135347	135045	21.122.0351.2B83.0001	0,00	2.850,30	0,00	0,00
		135347	135045	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	617.560,00
		135347	135045	08.306.1049.2798.0001	0,00	7.207.848,95	0,00	0,00
		135347	135045	06.182.1029.22BO.0103	0,00	1.342,89	0,00	0,00
		135347	135553	08.605.1049.2802.0001	0,00	-4.159,38	0,00	0,00
		135347	135553	21.122.0351.2B83.0001	0,00	-217,98	0,00	0,00
		135347	135247	08.244.1049.2792.0001	0,00	-276,82	0,00	0,00
		135100	135101	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.000,00	0,00	0,00
		135100	135101	20.122.0350.2272.0001	0,00	1.503,60	0,00	0,00
		135100	135101	20.122.0352.2272.0001	3.351.955,28	0,00	0,00	0,00
		135100	135101	20.122.0352.2272.0001	0,00	2.641.188,41	19.610,61	0,00
		135100	135101	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	4.577,91	0,00
		135100	135101	20.122.1492.2272.0001	0,00	9.123,28	0,00	0,00
		135100	135101	20.125.0352.2137.0001	0,00	73.490,41	0,00	0,00
		135100	135101	20.128.0360.4572.0001	0,00	7.137,43	0,00	0,00
		135100	135101	20.301.0352.2004.0001	0,00	971.988,61	0,00	0,00
		135100	135101	20.301.0352.20CW.0001	0,00	69.748,60	0,00	0,00
		135100	135101	20.306.0352.2012.0001	0,00	837.481,00	0,00	0,00
		135100	135101	20.331.0352.2011.0001	0,00	45.725,50	0,00	0,00
		135100	135101	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	4.295.609,58

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135101	20.605.0360.4711.0001	0,00	56.304,70	0,00	0,00
		135100	135101	20.692.0352.4710.0001	0,00	13.088,79	0,00	0,00
		135100	135101	28.846.0901.0022.0001	643.717,29	0,00	0,00	0,00
		135100	135103	20.122.0352.2272.0001	0,00	-717,92	0,00	0,00
		135100	135103	20.122.0352.2829.0001	0,00	14.876,44	0,00	0,00
		135100	135112	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-30.468,54
		135100	135416	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.492,88	0,00
		135100	135416	20.122.0352.2272.0001	0,00	-2,67	0,00	0,00
		135100	135114	20.122.0352.2272.0001	0,00	-1.723,78	0,00	0,00
		135100	135114	20.122.0352.2829.0001	0,00	6.783,00	0,00	0,00
		135100	135558	08.306.1049.2798.0001	0,00	229.707,81	0,00	0,00
		135100	135558	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	197.802,00
		135100	135565	20.122.0352.2829.0001	0,00	12.400,00	0,00	0,00
		135100	135585	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	-283,00	0,00
		135347	135101	08.244.1049.2792.0001	0,00	6.905.508,64	0,00	0,00
		135347	135101	08.605.1049.2802.0001	0,00	2.034.170,76	0,00	0,00
		135347	135101	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	4.964.924,00
		135347	135101	08.306.1049.2798.0001	0,00	36.813.385,21	0,00	0,00
		135347	135101	06.182.1029.22BO.0101	0,00	691,20	0,00	0,00
		135347	135113	08.244.1049.2792.0001	0,00	-883,08	0,00	0,00
		135347	135558	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,48	0,00	0,00
		135100	135115	06.182.1029.22BO.0101	0,00	103.172,00	0,00	0,00
		135100	135115	08.244.1049.2792.0001	0,00	900,67	0,00	0,00
		135100	135115	20.122.0352.2272.0001	6.656.508,64	0,00	0,00	0,00
		135100	135115	20.122.0352.2272.0001	0,00	2.336.218,84	8.220,00	0,00
		135100	135115	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	32.795,00	0,00
		135100	135115	20.122.0360.2272.0001	0,00	1.170,00	0,00	0,00
		135100	135115	20.125.0352.2137.0001	0,00	17.478,04	0,00	0,00
		135100	135115	20.128.0360.4572.0001	0,00	15.391,20	0,00	0,00
		135100	135115	20.301.0352.2004.0001	0,00	1.310.869,03	0,00	0,00
		135100	135115	20.306.0352.2012.0001	0,00	1.361.414,90	0,00	0,00
		135100	135115	20.331.0352.2011.0001	0,00	70.151,20	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135115	20.605.0352.2130.0001	0,00	24.735.101,32	0,00	0,00
		135100	135115	20.605.0360.4711.0001	0,00	14.459,23	0,00	0,00
		135100	135115	28.846.0901.0022.0001	3.462.342,91	1.047,28	0,00	0,00
		135100	135116	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,02	0,00	0,00
		135100	135118	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	66.073,88	0,00
		135100	135118	20.122.0352.2272.0001	0,00	-2.416,75	0,00	0,00
		135100	135118	20.301.0352.2004.0001	0,00	-39,19	0,00	0,00
		135100	135130	20.122.0352.2272.0001	0,00	-838,19	0,00	0,00
		135100	135131	20.122.0352.2272.0001	0,00	-190,00	0,00	0,00
		135100	135131	20.301.0352.2004.0001	0,00	-292,26	0,00	0,00
		135100	135133	20.122.0352.2272.0001	0,00	-389,60	0,00	0,00
		135100	135133	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	4.285,00	0,00
		135100	135329	20.122.0352.2272.0001	0,00	-0,01	0,00	0,00
		135100	135552	20.122.0352.2272.0001	0,00	-263,84	0,00	0,00
		135100	135597	08.306.1049.2798.0001	0,00	-1.882,83	0,00	0,00
		135347	135115	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.043.124,79	0,00	0,00
		135347	135115	08.605.1049.2802.0001	0,00	447.156,62	0,00	0,00
		135347	135115	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	270.000,00
		135347	135115	08.306.1049.2798.0001	0,00	15.040.606,36	0,00	0,00
		135347	135597	08.605.1049.2802.0001	0,00	-77,15	0,00	0,00
		135347	135597	08.306.1049.2798.0001	0,00	-51,02	0,00	0,00
		135348	135115	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	23.600,00
		135100	135458	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.258,00	0,00	0,00
		135100	135458	20.122.0350.2272.0001	0,00	10.844,39	0,00	0,00
		135100	135458	20.122.0352.2272.0001	0,00	3.304.771,24	0,00	0,00
		135100	135458	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.261.881,97	4.622,50	0,00
		135100	135458	20.122.0360.2272.0001	0,00	24.407,15	0,00	0,00
		135100	135458	20.122.1492.2272.0001	0,00	1.906,40	0,00	0,00
		135100	135458	20.125.0352.2137.0001	0,00	13.854,97	0,00	0,00
		135100	135458	20.126.0352.4702.0001	0,00	6.319,00	0,00	0,00
		135100	135458	20.128.0360.4572.0001	0,00	6.536,71	0,00	0,00
		135100	135458	20.301.0352.2004.0001	0,00	931.306,65	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135458	20.306.0352.2012.0001	0,00	732.855,49	0,00	0,00
		135100	135458	20.331.0352.2011.0001	0,00	88.555,70	0,00	0,00
		135100	135458	20.605.0350.2825.0001	0,00	33.623,94	0,00	0,00
		135100	135458	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	3.451.403,30
		135100	135458	20.605.0352.8579.0001	0,00	7.489,27	0,00	0,00
		135100	135458	20.605.0360.4711.0001	0,00	10.098,07	0,00	0,00
		135100	135458	28.846.0901.0022.0001	53.104,21	35.299,49	0,00	0,00
		135100	135465	20.122.0352.2272.0001	0,00	-325,00	0,00	0,00
		135347	135116	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,04	0,00	0,00
		135347	135311	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,01	0,00	0,00
		135347	135458	08.244.1049.2792.0001	0,00	264.222,08	0,00	0,00
		135347	135458	08.605.1049.2802.0001	0,00	248.589,50	0,00	0,00
		135347	135458	08.306.1049.2798.0001	0,00	10.052.030,71	0,00	0,00
		135100	135141	08.306.1049.2798.0001	0,00	280.416,99	0,00	0,00
		135100	135141	08.605.1049.2802.0001	0,00	324,83	0,00	0,00
		135100	135141	20.122.0350.2272.0001	0,00	4.748,50	0,00	0,00
		135100	135141	20.122.0352.2272.0001	9.110.471,93	0,00	0,00	0,00
		135100	135141	20.122.0352.2272.0001	0,00	7.011.306,31	5.500,00	0,00
		135100	135141	20.122.0352.2829.0001	0,00	2.692,00	28.790,94	0,00
		135100	135141	20.122.0360.2272.0001	0,00	14.904,41	0,00	0,00
		135100	135141	20.122.1492.2272.0001	0,00	12.968,90	0,00	0,00
		135100	135141	20.125.0352.2137.0001	0,00	225.944,94	0,00	0,00
		135100	135141	20.126.0352.4702.0001	0,00	6.209,26	0,00	0,00
		135100	135141	20.128.0360.4572.0001	0,00	28.525,58	0,00	0,00
		135100	135141	20.301.0352.2004.0001	0,00	2.127.242,73	0,00	0,00
		135100	135141	20.306.0352.2012.0001	0,00	2.000.231,19	0,00	0,00
		135100	135141	20.331.0352.2011.0001	0,00	219.499,60	0,00	0,00
		135100	135141	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	23.378.896,11
		135100	135141	20.605.0352.8579.0001	0,00	5.910,90	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135153	20.122.0352.2272.0001	0,00	15.632,65	0,00	0,00
		135100	135153	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	9.047,65	0,00
		135100	135153	20.306.0352.2012.0001	0,00	20,00	0,00	0,00
		135100	135142	08.244.1049.2792.0001	0,00	13.464,56	0,00	0,00
		135100	135145	20.122.0352.2829.0001	0,00	2.235,00	0,00	0,00
		135100	135146	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.054,07	0,00
		135100	135149	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.179,25	0,00
		135100	135152	20.122.0352.2272.0001	0,00	2.090,32	0,00	0,00
		135100	135410	20.122.0352.2272.0001	0,00	-207,07	0,00	0,00
		135100	135410	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	4.028,89	0,00
		135167	135153	08.244.1049.2792.0001	0,00	69,90	0,00	0,00
		135167	135153	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.321,47	0,00	0,00
		135167	135141	08.605.1049.2802.0001	0,00	516,80	0,00	0,00
		135167	135141	08.244.1049.2792.0001	0,00	0,02	0,00	0,00
		135347	135141	08.244.1049.2792.0001	0,00	784.900,50	0,00	0,00
		135347	135141	08.605.1049.2802.0001	0,00	416.826,56	0,00	0,00
		135347	135141	21.122.0351.2B83.0001	0,00	1.571,00	0,00	0,00
		135347	135141	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	573.000,00
		135347	135141	08.306.1049.2798.0001	0,00	9.712.739,21	0,00	0,00
		135347	135142	08.244.1049.2792.0001	0,00	-27,57	0,00	0,00
		135347	135153	08.244.1049.2792.0001	0,00	585.138,84	0,00	0,00
		135347	135153	08.605.1049.2802.0001	0,00	87.509,80	0,00	0,00
		135347	135540	08.605.1049.2802.0001	0,00	3.050,41	0,00	0,00
		135348	135141	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	261.134,00
		135168	135153	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	1.969,96
		135428	135153	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	1.733,79
		135100	135170	08.244.1049.2792.0001	0,00	-1.230,00	0,00	0,00
		135100	135170	20.122.0352.2272.0001	3.009.788,09	0,00	0,00	0,00
		135100	135170	20.122.0352.2272.0001	0,00	2.779.241,62	9.777,00	0,00
		135100	135170	20.122.0352.2829.0001	0,00	10.582,46	5.151,63	0,00
		135100	135170	20.122.1492.2272.0001	0,00	7.890,00	0,00	0,00
		135100	135170	20.125.0352.2137.0001	0,00	21.860,91	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135170	20.128.0360.4572.0001	0,00	30.463,74	0,00	0,00
		135100	135170	20.301.0352.2004.0001	0,00	926.624,25	0,00	0,00
		135100	135170	20.306.0352.2012.0001	0,00	665.771,07	0,00	0,00
		135100	135170	20.331.0352.2011.0001	0,00	64.421,90	0,00	0,00
		135100	135170	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	1.563.083,81
		135100	135170	20.605.0352.8579.0001	0,00	6.084,73	0,00	0,00
		135100	135170	20.605.0360.4711.0001	0,00	62.847,31	0,00	0,00
		135100	135170	20.692.0352.4710.0001	0,00	14.658,37	0,00	0,00
		135100	135170	28.846.0901.0022.0001	1.161.623,57	0,00	0,00	0,00
		135100	135173	20.122.0352.2829.0001	0,00	43.185,40	287.574,70	0,00
		135100	135460	20.122.0352.2829.0001	0,00	14.731,84	0,00	0,00
		135100	135460	20.122.0352.2272.0001	0,00	-12,25	0,00	0,00
		135100	135550	08.306.1049.2798.0001	0,00	4.500,00	0,00	0,00
		135347	135550	08.306.1049.2798.0001	0,00	-4.589,40	0,00	0,00
		135347	135170	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.480.988,70	0,00	0,00
		135347	135170	08.605.1049.2802.0001	0,00	800.264,50	0,00	0,00
		135347	135170	08.306.1049.2798.0001	0,00	18.500.000,00	0,00	0,00
		135347	135171	08.244.1049.2792.0001	0,00	-984,98	0,00	0,00
		135348	135170	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	11.033,00
		135100	135182	08.306.1049.2798.0001	0,00	1.000,00	0,00	0,00
		135100	135182	08.605.1049.2802.0001	0,00	-4.239,17	0,00	0,00
		135100	135182	20.122.0350.2272.0001	0,00	76.053,03	0,00	0,00
		135100	135182	20.122.0352.2272.0001	6.946.392,85	0,00	0,00	0,00
		135100	135182	20.122.0352.2272.0001	0,00	3.943.221,67	16.010,00	0,00
		135100	135182	20.122.0352.2829.0001	0,00	-750,00	0,00	0,00
		135100	135182	20.122.0360.2272.0001	0,00	29.341,39	0,00	0,00
		135100	135182	20.122.1492.2272.0001	0,00	18.025,97	0,00	0,00
		135100	135182	20.125.0352.2137.0001	0,00	55.315,81	0,00	0,00
		135100	135182	20.128.0360.4572.0001	0,00	16.856,51	0,00	0,00
		135100	135182	20.301.0352.2004.0001	0,00	830.663,83	0,00	0,00
		135100	135182	20.301.0352.20CW.0001	0,00	70.431,60	0,00	0,00
		135100	135182	20.306.0352.2012.0001	0,00	1.384.618,40	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135182	20.331.0352.2011.0001	0,00	7.200,00	0,00	0,00
		135100	135182	20.605.0350.2825.0001	0,00	298.108,03	0,00	0,00
		135100	135182	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	42.819.736,99
		135100	135182	20.605.0352.8579.0001	0,00	1.942,83	0,00	0,00
		135100	135182	20.605.0360.4711.0001	0,00	106.988,95	0,00	0,00
		135100	135182	28.846.0901.0022.0001	722.287,37	0,00	0,00	0,00
		135100	135183	08.244.1049.2792.0001	0,00	-811,15	0,00	0,00
		135100	135183	20.122.0350.2272.0001	0,00	-277,80	0,00	0,00
		135100	135184	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-11.361,17
		135100	135185	20.122.0352.2272.0001	0,00	-4.141,31	0,00	0,00
		135100	135187	20.122.0352.2272.0001	0,00	-892,62	0,00	0,00
		135100	135431	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-7.480,86
		135100	135474	20.122.0352.2829.0001	0,00	750,00	0,00	0,00
		135100	135483	20.122.0352.2272.0001	0,00	-180,00	0,00	0,00
		135100	135483	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	7.000,00	0,00
		135100	135491	20.122.0352.2272.0001	0,00	-159,75	0,00	0,00
		135100	135492	20.122.0352.2272.0001	0,00	-158,19	0,00	0,00
		135100	135494	20.122.0352.2272.0001	0,00	-2.276,47	0,00	0,00
		135100	135186	20.122.0352.2272.0001	0,00	15.214,04	0,00	0,00
		135100	135186	20.122.0352.2829.0001	0,00	34.242,26	112.056,39	0,00
		135100	135186	20.301.0352.2004.0001	0,00	-0,20	0,00	0,00
		135100	135186	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	31.050,00
		135100	135562	08.306.1049.2798.0001	0,00	-1.551,66	0,00	0,00
		134347	135182	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.544.764,34	0,00	0,00
		134347	135182	08.605.1049.2802.0001	0,00	435.713,80	0,00	0,00
		134347	135182	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	916.442,10
		134347	135182	08.306.1049.2798.0001	0,00	0,00	0,00	41.117.145,16
		134347	135182	06.182.1029.22BO.0103	0,00	1.258,34	0,00	0,00
		134347	135183	08.244.1049.2792.0001	0,00	-1.160,86	0,00	0,00
		135348	135182	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	301.372,00
		135100	135192	20.122.0352.2272.0001	2.987.265,52	0,00	0,00	0,00
		135100	135192	20.122.0352.2272.0001	0,00	3.733.527,52	28.077,80	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135192	20.122.0352.2829.0001	0,00	25.100,73	0,00	0,00
		135100	135192	20.122.0360.2272.0001	0,00	13.853,34	0,00	0,00
		135100	135192	20.122.1492.2272.0001	0,00	7.109,57	0,00	0,00
		135100	135192	20.125.0352.2137.0001	0,00	28.161,72	0,00	0,00
		135100	135192	20.128.0360.4572.0001	0,00	8.939,60	0,00	0,00
		135100	135192	20.301.0352.2004.0001	0,00	549.889,42	0,00	0,00
		135100	135192	20.306.0352.2012.0001	0,00	568.842,29	0,00	0,00
		135100	135192	20.331.0352.2011.0001	0,00	15.652,12	0,00	0,00
		135100	135192	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	4.997.577,36
		135100	135192	20.605.0352.8579.0001	0,00	2.126,39	0,00	0,00
		135100	135192	20.605.0360.4711.0001	0,00	40.399,06	0,00	0,00
		135100	135192	28.846.0901.0022.0001	0,00	244.064,50	0,00	0,00
		135100	135193	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-155.257,25
		135100	135194	20.122.0352.2272.0001	0,00	-109,09	0,00	0,00
		135100	135195	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.141,85	0,00
		135100	135195	20.301.0352.2004.0001	0,00	-0,03	0,00	0,00
		135100	135196	20.122.0352.2829.0001	0,00	900,00	1.685,00	0,00
		135100	135199	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.141,85	0,00
		135100	135397	20.122.0352.2829.0001	0,00	1.200,00	7.876,00	0,00
		135100	135432	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-115.569,79
		135347	135192	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.541.051,28	0,00	0,00
		135347	135192	08.605.1049.2802.0001	0,00	282.943,27	0,00	0,00
		135347	135192	21.122.0351.2B83.0001	0,00	89.179,13	0,00	0,00
		135347	135192	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	792.500,00
		135347	135192	08.306.1049.2798.0001	0,00	8.789.636,02	0,00	0,00
		135347	135551	08.605.1049.2802.0001	0,00	-6.212,94	0,00	0,00
		135347	135551	21.122.0351.2B83.0001	0,00	-20.124,92	0,00	0,00
		135347	135551	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	-21,00
		135347	135551	08.306.1049.2798.0001	0,00	-200.000,00	0,00	0,00
		135347	135402	08.244.1049.2792.0001	0,00	-45.949,04	0,00	0,00
		135347	135402	08.605.1049.2802.0001	0,00	-423,72	0,00	0,00
		135347	135402	08.306.1049.2798.0001	0,00	-8,14	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135348	135192	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	144.963,00
		135100	135043	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-3.268,96
		135100	135209	08.244.1049.2792.0001	0,00	-630,48	0,00	0,00
		135100	135209	08.605.1049.2802.0001	0,00	-1.109,82	0,00	0,00
		135100	135209	20.122.0352.2272.0001	3.194.928,83	0,00	0,00	0,00
		135100	135209	20.122.0352.2272.0001	0,00	3.968.544,69	3.500,00	0,00
		135100	135209	20.122.0352.2829.0001	0,00	4.496,00	76.500,00	0,00
		135100	135209	20.122.0360.2272.0001	0,00	14.450,53	0,00	0,00
		135100	135209	20.122.1492.2272.0001	0,00	5.906,91	0,00	0,00
		135100	135209	20.125.0352.2137.0001	0,00	122.945,53	0,00	0,00
		135100	135209	20.126.0352.4702.0001	0,00	4.378,47	0,00	0,00
		135100	135209	20.128.0360.4572.0001	0,00	2.632,13	0,00	0,00
		135100	135209	20.301.0352.2004.0001	0,00	737.654,20	0,00	0,00
		135100	135209	20.306.0352.2012.0001	0,00	711.584,18	0,00	0,00
		135100	135209	20.331.0352.2011.0001	0,00	11.245,20	0,00	0,00
		135100	135209	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	88.264.547,51
		135100	135209	20.605.0352.8579.0001	0,00	8.588,58	0,00	0,00
		135100	135209	20.605.0360.4711.0001	0,00	50.349,51	0,00	0,00
		135100	135209	28.846.0901.0022.0001	241.055,54	10.237,64	0,00	0,00
		135100	135211	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-262.992,82
		135100	135215	20.122.0352.2829.0001	0,00	1.034,40	0,00	0,00
		135100	135216	20.122.0352.2272.0001	0,00	-169.508,30	0,00	0,00
		135100	135216	20.122.0352.2829.0001	0,00	50.430,64	78.134,43	0,00
		135100	135218	20.122.0352.2829.0001	0,00	31.347,52	0,00	0,00
		135347	135209	08.244.1049.2792.0001	0,00	992.151,61	0,00	0,00
		135347	135209	08.605.1049.2802.0001	0,00	363.447,98	0,00	0,00
		135347	135209	21.122.0351.2B83.0001	0,00	9.336,72	0,00	0,00
		135347	135209	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	1.031.100,00
		135347	135209	08.244.1133.4963.0001	0,00	5.487,60	0,00	0,00
		135347	135209	08.306.1049.2798.0001	0,00	11.367.421,21	0,00	0,00
		135347	135210	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,02	0,00	0,00
		135347	135539	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,21	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135242	08.244.1049.2792.0001	0,00	-6.703,00	0,00	0,00
		135100	135242	08.605.1049.2802.0001	0,00	15,14	0,00	0,00
		135100	135242	20.122.0352.2272.0001	2.106.807,61	0,00	0,00	0,00
		135100	135242	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.461.206,16	2.215,00	0,00
		135100	135242	20.125.0352.2137.0001	0,00	5.612,79	0,00	0,00
		135100	135242	20.126.0352.4702.0001	0,00	1.784,91	0,00	0,00
		135100	135242	20.128.0360.4572.0001	0,00	7.601,80	0,00	0,00
		135100	135242	20.301.0352.2004.0001	0,00	234.245,74	0,00	0,00
		135100	135242	20.301.0352.20CW.0001	0,00	19.107,99	0,00	0,00
		135100	135242	20.306.0352.2012.0001	0,00	424.161,50	0,00	0,00
		135100	135242	20.331.0352.2011.0001	0,00	16.602,95	0,00	0,00
		135100	135242	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	653.919,13
		135100	135242	20.605.0352.8579.0001	0,00	1.839,74	0,00	0,00
		135100	135242	28.846.0901.0022.0001	316.457,90	0,00	0,00	0,00
		135100	135243	06.182.1029.22BO.0101	0,00	-296,05	0,00	0,00
		135100	135244	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-9,52
		135100	135245	20.122.0352.2272.0001	0,00	-13.675,56	0,00	0,00
		135100	135245	20.301.0352.2004.0001	0,00	-2,66	0,00	0,00
		135100	135393	20.122.0352.2272.0001	0,00	-329,55	0,00	0,00
		135100	135434	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-0,02
		135100	135532	20.122.0352.2272.0001	0,00	-1.126,52	0,00	0,00
		135100	135546	08.605.1049.2802.0001	0,00	7,40	0,00	0,00
		135347	135242	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	11.530,63
		135347	135242	08.244.1049.2792.0001	0,00	3.293.514,34	0,00	0,00
		135347	135242	08.605.1049.2802.0001	0,00	764.994,30	0,00	0,00
		135347	135242	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	267.500,00
		135347	135242	08.306.1049.2798.0001	0,00	6.784.803,08	0,00	0,00
		135347	135242	06.182.1029.22BO.0101	0,00	14.235,16	0,00	0,00
		135347	135243	08.244.1049.2792.0001	0,00	-15.088,01	0,00	0,00
		135347	135546	08.605.1049.2802.0001	0,00	-954,80	0,00	0,00
		135347	135546	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	-9,00
		135100	135476	08.306.1049.2798.0001	0,00	-14,40	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135476	08.605.1049.2802.0001	0,00	-17.812,70	0,00	0,00
		135100	135476	20.122.0352.2272.0001	3.971.083,30	0,00	0,00	0,00
		135100	135476	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.077.210,13	3.000,00	0,00
		135100	135476	20.122.1492.2272.0001	0,00	1.346,00	0,00	0,00
		135100	135476	20.125.0352.2137.0001	0,00	46.838,17	0,00	0,00
		135100	135476	20.128.0360.4572.0001	0,00	18.154,89	0,00	0,00
		135100	135476	20.301.0352.2004.0001	0,00	708.332,85	0,00	0,00
		135100	135476	20.301.0352.20CW.0001	0,00	64.963,97	0,00	0,00
		135100	135476	20.306.0352.2012.0001	0,00	1.146.135,06	0,00	0,00
		135100	135476	20.331.0352.2011.0001	0,00	14.943,97	0,00	0,00
		135100	135476	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	7.991.638,44
		135100	135476	20.605.0352.2130.0001	0,00	258,00	0,00	0,00
		135100	135476	20.605.0352.8579.0001	0,00	2.220,39	0,00	0,00
		135100	135476	20.605.0360.4711.0001	0,00	18.582,39	0,00	0,00
		135100	135476	20.692.0352.4710.0001	0,00	21.537,95	0,00	0,00
		135100	135476	28.846.0901.0022.0001	627.774,99	23.345,00	0,00	0,00
		135347	123476	08.306.1049.2798.0001	0,00	8.458.092,70	0,00	0,00
		135347	123476	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.221.401,98	0,00	0,00
		135347	123476	08.605.1049.2802.0001	0,00	443.374,51	0,00	0,00
		135347	123476	21.122.0351.2B83.0001	0,00	16.226,34	0,00	0,00
		135347	123476	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	228.000,00
		135347	135502	08.244.1049.2792.0001	0,00	-338,00	0,00	0,00
		135347	135300	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,01	0,00	0,00
		135348	135476	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	17.700,00
		135100	135282	06.182.1029.22BO.0101	0,00	1.699,00	0,00	0,00
		135100	135282	08.306.1049.2798.0001	0,00	14.110,00	0,00	0,00
		135100	135282	08.605.1049.2802.0001	0,00	3.126,59	0,00	0,00
		135100	135282	20.122.0352.2272.0001	6.964.341,51	0,00	0,00	0,00
		135100	135282	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.600.176,61	29.531,41	0,00
		135100	135282	20.122.0360.2272.0001	0,00	488,82	0,00	0,00
		135100	135282	20.122.1492.2272.0001	0,00	3.265,85	0,00	0,00
		135100	135282	20.125.0352.2137.0001	0,00	17.899,39	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135282	20.128.0360.4572.0001	0,00	16.773,68	0,00	0,00
		135100	135282	20.301.0352.2004.0001	0,00	3.705.532,95	0,00	0,00
		135100	135282	20.306.0352.2012.0001	0,00	1.843.015,45	0,00	0,00
		135100	135282	20.331.0352.2011.0001	0,00	23.567,87	0,00	0,00
		135100	135282	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	655.625,24
		135100	135282	20.605.0352.8579.0001	0,00	1.462,50	0,00	0,00
		135100	135282	20.605.0360.4711.0001	0,00	18.129,04	0,00	0,00
		135100	135282	20.692.0352.4710.0001	0,00	19.912,76	0,00	0,00
		135100	135282	28.846.0901.0022.0001	1.010.986,13	0,00	0,00	0,00
		135100	135304	20.122.0352.2272.0001	0,00	-134,44	0,00	0,00
		135100	135304	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	123.200,00	0,00
		135100	135563	08.306.1049.2798.0001	0,00	90,12	0,00	0,00
		135347	135563	08.306.1049.2798.0001	0,00	-1.500.000,00	0,00	0,00
		135347	135285	08.244.1049.2792.0001	0,00	3.532.834,95	0,00	0,00
		135347	135285	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.196.082,28	0,00	0,00
		135347	135285	08.306.1049.2798.0001	0,00	34.861.353,82	0,00	0,00
		135347	135285	06.182.1029.22BO.0101	0,00	118.756,37	0,00	0,00
		135348	135285	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	14.750,00
		135100	135178	20.122.0352.2272.0001	0,00	-269,81	0,00	0,00
		135100	135345	08.244.1049.2792.0001	0,00	-79,42	0,00	0,00
		135100	135345	08.605.1049.2802.0001	0,00	-1.520,40	0,00	0,00
		135100	135345	20.122.0352.2272.0001	3.760.821,95	0,00	0,00	0,00
		135100	135345	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.145.931,16	11.631,61	0,00
		135100	135345	20.122.0352.2829.0001	0,00	4.959,02	0,00	0,00
		135100	135345	20.122.0360.2272.0001	0,00	14.552,95	0,00	0,00
		135100	135345	20.122.1492.2272.0001	0,00	3.020,34	0,00	0,00
		135100	135345	20.125.0352.2137.0001	0,00	8.274,27	0,00	0,00
		135100	135345	20.128.0360.4572.0001	0,00	3.530,00	0,00	0,00
		135100	135345	20.301.0352.2004.0001	0,00	740.720,87	0,00	0,00
		135100	135345	20.301.0352.20CW.0001	0,00	48.989,34	0,00	0,00
		135100	135345	20.306.0352.2012.0001	0,00	1.062.434,40	0,00	0,00
		135100	135345	20.331.0352.2011.0001	0,00	50.510,70	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135345	20.605.0352.2130.0001	0,00	9.112.164,78	0,00	0,00
		135100	135345	20.605.0352.8579.0001	0,00	3.430,39	0,00	0,00
		135100	135345	20.605.0360.4711.0001	0,00	47.097,10	0,00	0,00
		135100	135345	20.692.0352.4710.0001	0,00	13.083,74	0,00	0,00
		135100	135345	28.846.0901.0022.0001	144.099,29	0,00	0,00	0,00
		135100	135541	08.306.1049.2798.0001	0,00	192.858,40	0,00	0,00
		135347	135180	08.244.1049.2792.0001	0,00	-1.423,03	0,00	0,00
		135347	135345	08.244.1049.2792.0001	0,00	454.444,11	0,00	0,00
		135347	135345	08.605.1049.2802.0001	0,00	368.190,05	0,00	0,00
		135347	135345	21.122.0351.2B83.0001	0,00	2.262,50	0,00	0,00
		135347	135345	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	287.100,00
		135347	135345	08.306.1049.2798.0001	0,00	4.381.703,35	0,00	0,00
		135348	135345	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	14.750,00
		135100	135265	08.306.1049.2798.0001	0,00	271.132,78	0,00	0,00
		135100	135265	08.605.1049.2802.0001	0,00	500,00	0,00	0,00
		135100	135265	20.122.0350.2272.0001	0,00	1.376,45	0,00	0,00
		135100	135265	20.122.0352.2272.0001	4.009.139,45	0,00	0,00	0,00
		135100	135265	20.122.0352.2272.0001	0,00	5.445.541,27	25.804,00	0,00
		135100	135265	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	33.936,65	0,00
		135100	135265	20.122.1492.2272.0001	0,00	7.116,74	0,00	0,00
		135100	135265	20.125.0352.2137.0001	0,00	138.965,17	0,00	0,00
		135100	135265	20.126.0352.4702.0001	0,00	6.374,68	0,00	0,00
		135100	135265	20.128.0360.4572.0001	0,00	33.450,69	0,00	0,00
		135100	135265	20.301.0352.2004.0001	0,00	437.356,64	0,00	0,00
		135100	135265	20.306.0352.2012.0001	0,00	688.064,00	0,00	0,00
		135100	135265	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	83.509.136,29
		135100	135265	20.605.0352.8579.0001	0,00	3.485,22	0,00	0,00
		135100	135265	20.605.0360.4711.0001	0,00	51.290,57	0,00	0,00
		135100	135265	28.846.0901.0022.0001	1.145.644,35	6.906,06	0,00	0,00
		135100	135267	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-284.717,69
		135100	135437	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-5.117,47
		135100	135544	20.122.0352.2272.0001	0,00	-33.583,54	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135544	20.122.0352.2829.0001	0,00	37.543,00	1.334,00	0,00
		135100	135544	20.301.0352.2004.0001	0,00	-54,00	0,00	0,00
		135100	135270	20.122.0352.2272.0001	0,00	0,00	-26.683,45	0,00
		135100	135270	20.122.0352.2829.0001	0,00	12.340,00	0,00	0,00
		135100	135270	20.301.0352.2004.0001	0,00	-42,23	0,00	0,00
		135100	135268	20.122.0352.2272.0001	0,00	-6,08	0,00	0,00
		135100	135268	20.122.0352.2829.0001	0,00	35.641,18	0,00	0,00
		135100	135271	20.122.0352.2272.0001	0,00	-4.937,35	0,00	0,00
		135100	135271	20.122.0352.2829.0001	0,00	3.696,00	0,00	0,00
		135100	135396	20.122.0352.2829.0001	0,00	6.210,00	0,00	0,00
		135347	135266	08.244.1049.2792.0001	0,00	-3.613,27	0,00	0,00
		135347	135266	08.605.1049.2802.0001	0,00	-2.591,32	0,00	0,00
		135347	135266	08.306.1049.2798.0001	0,00	-1.568,31	0,00	0,00
		135347	135265	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.081.437,48	0,00	0,00
		135347	135265	08.605.1049.2802.0001	0,00	520.327,31	0,00	0,00
		135347	135265	21.122.0351.2B83.0001	0,00	696.656,22	0,00	0,00
		135347	135265	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	4.247.743,58
		135347	135265	08.306.1049.2798.0001	0,00	28.438.110,01	0,00	0,00
		135347	135545	08.605.1049.2802.0001	0,00	-14.986,51	0,00	0,00
		135347	135545	21.122.0351.2B83.0001	0,00	-4.116,45	0,00	0,00
		135347	135545	08.306.1049.2798.0001	0,00	-1.123,10	0,00	0,00
		135348	135265	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	354.000,00
		135100	135305	20.122.0350.2272.0001	0,00	1.544,38	0,00	0,00
		135100	135305	20.122.0352.0110.0001	1.603,15	0,00	0,00	0,00
		135100	135305	20.122.0352.2272.0001	4.786.549,01	0,00	0,00	0,00
		135100	135305	20.122.0352.2272.0001	0,00	4.258.258,18	132.638,29	0,00
		135100	135305	20.122.1492.2272.0001	0,00	1.772,00	0,00	0,00
		135100	135305	20.125.0352.2137.0001	0,00	14.616,71	0,00	0,00
		135100	135305	20.128.0360.4572.0001	0,00	14.107,96	0,00	0,00
		135100	135305	20.301.0352.2004.0001	0,00	1.102.157,42	0,00	0,00
		135100	135305	20.306.0352.2012.0001	0,00	1.220.407,60	0,00	0,00
		135100	135305	20.331.0352.2011.0001	0,00	162.229,40	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135305	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	708,00
		135100	135305	20.605.0352.8579.0001	0,00	7.410,86	0,00	0,00
		135100	135305	20.605.0360.4711.0001	0,00	9.094,00	0,00	0,00
		135100	135305	28.846.0901.0022.0001	276.761,42	0,00	0,00	0,00
		135100	135561	20.122.0352.2272.0001	0,00	-4.766,04	0,00	0,00
		135100	135308	20.122.0352.2272.0001	0,00	-2.101,15	0,00	0,00
		135347	135305	08.244.1049.2792.0001	0,00	449.905,36	0,00	0,00
		135347	135305	08.605.1049.2802.0001	0,00	125.699,33	0,00	0,00
		135347	135305	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	130.500,00
		135347	135305	08.306.1049.2798.0001	0,00	5.568.129,64	0,00	0,00
		135347	135561	08.306.1049.2798.0001	0,00	50,00	0,00	0,00
		135347	135561	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,19	0,00	0,00
		135100	135138	20.122.0352.2272.0001	0,00	-250,00	0,00	0,00
		135100	135457	20.122.0352.2272.0001	3.137.220,79	0,00	0,00	0,00
		135100	135457	20.122.0352.2272.0001	0,00	2.147.417,79	34.000,00	0,00
		135100	135457	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	2.268,83	0,00
		135100	135457	20.122.0360.2272.0001	0,00	34.936,63	0,00	0,00
		135100	135457	20.122.1492.2272.0001	0,00	263,08	0,00	0,00
		135100	135457	20.125.0352.2137.0001	0,00	15.215,00	0,00	0,00
		135100	135457	20.128.0360.4572.0001	0,00	11.019,53	0,00	0,00
		135100	135457	20.301.0352.2004.0001	0,00	389.270,53	0,00	0,00
		135100	135457	20.306.0352.2012.0001	0,00	650.449,20	0,00	0,00
		135100	135457	20.331.0352.2011.0001	0,00	15.391,20	0,00	0,00
		135100	135457	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	6.383.091,95
		135100	135457	20.605.0360.4711.0001	0,00	6.607,00	0,00	0,00
		135100	135457	20.605.0352.8579.0001	0,00	5.720,39	0,00	0,00
		135100	135457	28.846.0901.0022.0001	1.075.048,62	0,00	0,00	0,00
		135100	135568	20.122.0352.2272.0001	0,00	-8,40	0,00	0,00
		135347	135139	08.244.1049.2792.0001	0,00	-411,33	0,00	0,00
		135347	135533	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,01	0,00	0,00
		135347	135533	08.605.1049.2802.0001	0,00	-362,79	0,00	0,00
		135347	135533	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	-6.515,20

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135347	135533	08.306.1049.2798.0001	0,00	-4.050,40	0,00	0,00
		135347	135457	08.244.1049.2792.0001	0,00	425.528,52	0,00	0,00
		135347	135457	08.605.1049.2802.0001	0,00	255.594,78	0,00	0,00
		135347	135457	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	800.500,00
		135347	135457	08.306.1049.2798.0001	0,00	17.612.428,83	0,00	0,00
		135348	135457	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	6.490,00
		135100	135136	20.122.0352.2829.0001	0,00	51.870,61	0,00	0,00
		135100	135219	20.301.0352.2004.0001	0,00	-72,88	0,00	0,00
		135100	135228	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-5.064,14
		135100	135433	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-1.387,36
		135100	135461	20.122.0350.2272.0001	0,00	2.068,00	0,00	0,00
		135100	135461	20.122.0352.2272.0001	1.581.912,70	0,00	0,00	0,00
		135100	135461	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.141.874,73	2.181,44	0,00
		135100	135461	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	8.979,40	0,00
		135100	135461	20.122.0360.2272.0001	0,00	1.918,50	0,00	0,00
		135100	135461	20.122.1492.2272.0001	0,00	710,14	0,00	0,00
		135100	135461	20.125.0352.2137.0001	0,00	6.257,37	0,00	0,00
		135100	135461	20.128.0360.4572.0001	0,00	6.231,63	0,00	0,00
		135100	135461	20.301.0352.2004.0001	0,00	217.615,68	0,00	0,00
		135100	135461	20.301.0352.20CW.0001	0,00	17.048,88	0,00	0,00
		135100	135461	20.306.0352.2012.0001	0,00	286.942,84	0,00	0,00
		135100	135461	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	819.922,11
		135100	135461	20.605.0352.8579.0001	0,00	2.205,15	0,00	0,00
		135100	135461	20.605.0360.4711.0001	0,00	9.185,19	0,00	0,00
		135100	135461	28.846.0901.0022.0001	47.730,73	957,69	0,00	0,00
		135100	135548	08.244.1049.2792.0001	0,00	-145,87	0,00	0,00
		135100	135548	08.605.1049.2802.0001	0,00	-309,87	0,00	0,00
		135347	135227	08.244.1049.2792.0001	0,00	-13,90	0,00	0,00
		135347	135227	08.605.1049.2802.0001	0,00	-145,00	0,00	0,00
		135347	135461	08.244.1049.2792.0001	0,00	811.465,18	0,00	0,00
		135347	135461	08.605.1049.2802.0001	0,00	343.873,79	0,00	0,00
		135347	135461	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	1.031.457,76

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135347	135461	08.306.1049.2798.0001	0,00	5.774.938,25	0,00	0,00
		135347	135548	08.605.1049.2802.0001	0,00	-97,06	0,00	0,00
		135347	135548	08.306.1049.2798.0001	0,00	-23,53	0,00	0,00
		135100	135436	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-1.465,71
		135100	135557	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	16.804,54	0,00
		135100	135587	20.122.0352.2272.0001	463.679,15	0,00	0,00	0,00
		135100	135587	20.122.0352.2272.0001	0,00	256.145,64	1.000,00	0,00
		135100	135587	20.128.0360.4572.0001	0,00	7.133,57	0,00	0,00
		135100	135587	20.301.0352.2004.0001	0,00	4.989,62	0,00	0,00
		135100	135587	20.301.0352.20CW.0001	0,00	4.600,44	0,00	0,00
		135100	135587	20.306.0352.2012.0001	0,00	99.720,65	0,00	0,00
		135100	135587	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	2.056.642,44
		135100	135587	20.605.0352.8579.0001	0,00	3.171,60	0,00	0,00
		135347	135570	08.244.1049.2792.0001	0,00	-110,88	0,00	0,00
		135347	135587	08.244.1049.2792.0001	0,00	23.036,19	0,00	0,00
		135347	135587	08.605.1049.2802.0001	0,00	36.155,12	0,00	0,00
		135347	135587	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	209.000,00
		135347	135587	08.306.1049.2798.0001	0,00	1.720.106,00	0,00	0,00
		135348	135587	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	5.900,00
		135100	135315	08.306.1049.2798.0001	0,00	318,88	0,00	0,00
		135100	135315	08.605.1049.2802.0001	0,00	15.060,00	0,00	0,00
		135100	135315	20.122.0352.2272.0001	3.643.375,82	0,00	0,00	0,00
		135100	135315	20.122.0352.2272.0001	0,00	7.984.676,42	13.441,58	0,00
		135100	135315	20.122.0352.2829.0001	0,00	3.635,00	0,00	0,00
		135100	135315	20.122.0360.2272.0001	0,00	46.866,00	0,00	0,00
		135100	135315	20.122.1492.2272.0001	0,00	2.687,09	0,00	0,00
		135100	135315	20.125.0352.2137.0001	0,00	285.764,03	0,00	0,00
		135100	135315	20.126.0352.4702.0001	0,00	39.318,69	0,00	0,00
		135100	135315	20.128.0360.4572.0001	0,00	10.742,14	0,00	0,00
		135100	135315	20.301.0352.2004.0001	0,00	692.352,12	0,00	0,00
		135100	135315	20.306.0352.2012.0001	0,00	654.205,05	0,00	0,00
		135100	135315	20.331.0352.2011.0001	0,00	45.423,36	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135315	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	801.173.751,12
		135100	135315	20.605.0352.8579.0001	0,00	2.976,80	0,00	0,00
		135100	135315	20.605.0360.4711.0001	0,00	15.801,84	0,00	0,00
		135100	135315	28.846.0901.0022.0001	684.150,21	490.669,82	0,00	0,00
		135100	135315	28.846.0901.002F.0001	0,00	16.980,00	0,00	0,00
		135100	135317	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-1.973.962,23
		135100	135318	20.122.0352.2272.0001	0,00	-71.677,64	0,00	0,00
		135100	135318	20.122.0352.2829.0001	0,00	144.379,28	20.668,00	0,00
		135100	135319	20.122.0352.2272.0001	0,00	-22.610,73	0,00	0,00
		135100	135319	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	3.687,20	0,00
		135100	135322	20.122.0352.2272.0001	0,00	-30.380,34	0,00	0,00
		135100	135322	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	9.130,00	0,00
		135100	135432	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-10.120,81
		135100	135556	08.306.1049.2798.0001	0,00	-25.044,57	0,00	0,00
		135100	135556	08.605.1049.2802.0001	0,00	-15.100,00	0,00	0,00
		135100	135556	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	-148.172,25
		135347	135315	08.244.1049.2792.0001	0,00	26.839.687,25	0,00	0,00
		135347	135315	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.330.664,95	0,00	0,00
		135347	135315	21.122.0351.2B83.0001	0,00	2.379.757,62	0,00	0,00
		135347	135315	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	9.931.221,01
		135347	135315	08.306.1049.2798.0001	0,00	23.289.981,68	0,00	0,00
		135347	135315	06.182.1029.22BO.0101	0,00	183,75	0,00	0,00
		135347	135556	21.122.0351.2B83.0001	0,00	-31.735,98	0,00	0,00
		135100	135279	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-257,01
		135100	135284	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.582,45	0,00	0,00
		135100	135284	20.122.0350.2272.0001	0,00	377,60	0,00	0,00
		135100	135284	20.122.0352.2272.0001	2.074.089,76	0,00	0,00	0,00
		135100	135284	20.122.0352.2272.0001	0,00	965.819,91	17.675,31	0,00
		135100	135284	20.122.0352.2829.0001	0,00	-122,40	0,00	0,00
		135100	135284	20.122.0360.2272.0001	0,00	16.948,48	0,00	0,00
		135100	135284	20.122.1492.2272.0001	0,00	3.572,00	0,00	0,00
		135100	135284	20.125.0352.2137.0001	0,00	61.783,86	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135284	20.126.0352.4702.0001	0,00	11.650,00	0,00	0,00
		135100	135284	20.128.0360.4572.0001	0,00	5.231,40	0,00	0,00
		135100	135284	20.301.0352.2004.0001	0,00	251.125,74	0,00	0,00
		135100	135284	20.306.0352.2012.0001	0,00	374.002,70	0,00	0,00
		135100	135284	20.331.0352.2011.0001	0,00	8.525,62	0,00	0,00
		135100	135284	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	48.319.814,33
		135100	135284	20.605.0352.8579.0001	0,00	1.462,50	0,00	0,00
		135100	135284	20.605.0360.4711.0001	0,00	34.701,46	0,00	0,00
		135100	135284	28.846.0901.0022.0001	496.208,40	6.260,35	0,00	0,00
		135100	135549	08.306.1049.2798.0001	0,00	-14.110,00	0,00	0,00
		135100	138011	20.122.0352.2829.0001	0,00	8.877,60	0,00	0,00
		135100	135276	20.122.0352.2272.0001	0,00	-160,00	0,00	0,00
		135347	135284	08.244.1049.2792.0001	0,00	516.320,82	0,00	0,00
		135347	135284	08.605.1049.2802.0001	0,00	670.192,73	0,00	0,00
		135347	135284	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	1.428.082,00
		135347	135284	08.306.1049.2798.0001	0,00	32.392.610,57	0,00	0,00
		135347	135284	06.182.1029.22BO.0101	0,00	3.116,19	0,00	0,00
		135347	135549	08.244.1049.2792.0001	0,00	-991,72	0,00	0,00
		135347	135549	08.306.1049.2798.0001	0,00	-10.000,00	0,00	0,00
		135100	135325	20.122.0350.2272.0001	0,00	60.239,50	0,00	0,00
		135100	135325	20.122.0352.2272.0001	2.808.927,23	0,00	0,00	0,00
		135100	135325	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.993.670,96	3.527,35	0,00
		135100	135325	20.122.0352.2829.0001	0,00	15.555,00	18.188,31	0,00
		135100	135325	20.122.0360.2272.0001	0,00	84.843,50	0,00	0,00
		135100	135325	20.122.1409.2272.0001	0,00	17.573,71	0,00	0,00
		135100	135325	20.125.0352.2137.0001	0,00	82.091,11	0,00	0,00
		135100	135325	20.126.0352.4702.0001	0,00	458,10	0,00	0,00
		135100	135325	20.128.0360.4572.0001	0,00	15.866,51	0,00	0,00
		135100	135325	20.301.0352.2004.0001	0,00	719.500,82	0,00	0,00
		135100	135325	20.306.0352.2012.0001	0,00	435.008,53	0,00	0,00
		135100	135325	20.331.0352.2011.0001	0,00	46.232,59	0,00	0,00
		135100	135325	20.605.0350.2825..0001	0,00	199.620,61	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135325	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	8.528.156,81
		135100	135325	20.605.0352.8579.0001	0,00	2.027,20	0,00	0,00
		135100	135325	20.605.0360.4711.0001	0,00	84.987,95	0,00	0,00
		135100	135325	28.846.0901.0022.0001	242.242,74	33.400,00	0,00	0,00
		135100	135326	08.244.1049.2792.0001	0,00	-1.787.857,98	0,00	0,00
		135100	135326	20.122.0350.2272.0001	0,00	-1.585,41	0,00	0,00
		135100	135327	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-67.419,42
		135100	135331	20.122.0352.2272.0001	0,00	-1.037,50	0,00	0,00
		135100	135331	20.122.0352.2829.0001	0,00	5,32	0,00	0,00
		135100	135487	20.122.0352.2272.0001	0,00	-101,86	0,00	0,00
		135100	135531	20.122.0352.2272.0001	0,00	-533,75	0,00	0,00
		135100	135531	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	5.490,00	0,00
		135347	135325	08.244.1049.2792.0001	0,00	3.310.330,66	0,00	0,00
		135347	135325	08.605.1049.2802.0001	0,00	248.138,35	0,00	0,00
		135347	135325	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	4.851.089,27
		135347	135325	08.306.1049.2798.0001	0,00	47.005.303,37	0,00	0,00
		135347	135326	08.244.1049.2792.0001	0,00	-398,54	0,00	0,00
		134347	135555	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.787.713,44	0,00	0,00
		134347	135555	08.306.1049.2798.0001	0,00	-67.500,00	0,00	0,00
		135100	135337	20.122.0352.2272.0001	1.738.622,21	0,00	0,00	0,00
		135100	135337	20.122.0352.2272.0001	0,00	2.709.838,19	2.494.322,18	0,00
		135100	135337	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	3.754,25	0,00
		135100	135337	20.122.1492.2272.0001	0,00	5.996,00	0,00	0,00
		135100	135337	20.125.0352.2137.0001	0,00	15.123,00	0,00	0,00
		135100	135337	20.128.0360.4572.0001	0,00	2.744,30	0,00	0,00
		135100	135337	20.301.0352.2004.0001	0,00	236.632,95	0,00	0,00
		135100	135337	20.306.0352.2012.0001	0,00	266.642,50	0,00	0,00
		135100	135337	20.331.0352.2011.0001	0,00	4.701,40	0,00	0,00
		135100	135337	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	780.868,49
		135100	135337	20.605.0352.8579.0001	0,00	2.150,59	0,00	0,00
		135100	135337	20.605.0360.4711.0001	0,00	36.893,40	0,00	0,00
		135100	135340	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	4.845,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Enviado	135100	135417	20.122.0352.2272.0001	0,00	-12.090,00	0,00	0,00
		135347	135337	08.244.1049.2792.0001	0,00	483.733,05	0,00	0,00
		135347	135337	08.605.1049.2802.0001	0,00	228.580,06	0,00	0,00
		135347	135337	08.306.1049.2798.0001	0,00	2.743.044,39	0,00	0,00
		135347	135560	08.244.1049.2792.0001	0,00	-0,02	0,00	0,00
	Recebido	135605	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	3.375,00
		135605	135100	20.122.0352.2272.0001	18.647,38	0,00	0,00	0,00
		135605	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	2.322,80	0,00	0,00
		135605	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	29.157,03	10,00	0,00
		135605	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	4.443,09	0,00	0,00
		135605	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.550,00	0,00	0,00
		135605	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	1.734,00	0,00	0,00
		135605	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	146,74	0,00	0,00
		135605	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	3.635,97	0,00	0,00
		135605	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	196,85	0,00	0,00
		135605	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	8.820,48	0,00	0,00
		135605	135347	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	1,50
		135605	135347	08.306.1049.2798.0001	0,00	599.500,25	0,00	0,00
		135605	135348	20.605.0352.2130.0001	0,00	5.329,84	0,00	0,00
		135586	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.309,78	0,00	0,00
		135586	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	8.962,02	80,00	0,00
		135586	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	15,01	0,00	0,00
		135586	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	402,13	0,00	0,00
		135586	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	2.318,40	0,00	0,00
		135586	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	32,41	0,00	0,00
		135045	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	21.074,60	0,00	0,00
		135045	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	90.539,35	2.145,98	0,00
		135045	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	1.489,00	0,00	0,00
		135045	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.881,00	0,00	0,00
		135045	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	142.817,80	0,00	0,00
		135045	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	1.519,80	0,00	0,00
		135045	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	464.348,37

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Recebido	135045	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	3.844,05	0,00	0,00
		135045	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	663,43	0,00	0,00
		135045	135100	21.122.0351.2B83.0001	0,00	308,55	0,00	0,00
		135045	135100	28.846.0901.0022.0001	2.348,19	0,00	0,00	0,00
		135045	135347	20.306.0352.2012.0001	0,00	62,80	0,00	0,00
		135045	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	36.989,78	0,00	0,00
		135045	135347	20.122.0352.2272.0001	0,00	500,28	0,00	0,00
		135045	135100	20.122.0352.2272.0001		21.074,60	0,00	0,00
		135045	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	90.539,35	2.145,98	0,00
		135045	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	1.489,00	0,00	0,00
		135045	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.881,00	0,00	0,00
		135045	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	142.817,80	0,00	0,00
		135045	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	1.519,80	0,00	0,00
		135045	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	464.348,37
		135045	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	3.844,05	0,00	0,00
		135045	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	663,43	0,00	0,00
		135045	135100	21.122.0351.2B83.0001	0,00	308,55	0,00	0,00
		135045	135100	28.846.0901.0022.0001	2.348,19	0,00	0,00	0,00
		135101	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	24.972,06	0,00	0,00
		135101	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	39.965,77	0,00	0,00
		135101	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	12.905,84	0,00	0,00
		135101	135100	20.122.0350.2272.0001	0,00	800,95	0,00	0,00
		135101	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	77.890,11	4.558,00	0,00
		135101	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	4.972,96	0,00	0,00
		135101	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	400,00	0,00	0,00
		135101	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	89,14	0,00	0,00
		135101	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	7.192,89	0,00	0,00
		135101	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	4.047,00	0,00	0,00
		135101	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	4.199,75
		135101	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	1.202,72	0,00	0,00
		135101	135100	20.692.0352.4710.0001	0,00	1.143,35	0,00	0,00
		135101	135100	21.605.0351.2B81.0001	0,00	1.002.560,50	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Recebido	135101	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	8.000,00	0,00	0,00
		135101	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	17.208,17	0,00	0,00
		135103	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	234,70	0,00	0,00
		135103	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	14.876,44	0,00	0,00
		135113	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.564,78	0,00	0,00
		135114	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	132,00	0,00	0,00
		135114	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	2.778,08	0,00	0,00
		135558	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.517,99	0,00	0,00
		135558	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	522.236,31	0,00	0,00
		135558	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	22.833,33	0,00	0,00
		135558	135100	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	288.970,60
		135558	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	183.300,82	0,00	0,00
		135558	135347	08.306.1049.2798.0001	0,00	100,00	0,00	0,00
		135564	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	699,85	0,00	0,00
		135565	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	15,53	0,00	0,00
		135565	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	12.400,00	0,00	0,00
		135416	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.492,88	0,00
		135572	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	0,02	0,00	0,00
		135572	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	2.959,52	0,00	0,00
		135572	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	208.148,70	0,00	0,00
		135572	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	1,04	0,00	0,00
		135572	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	26.479,98	0,00	0,00
		135115	135100	06.182.1029.22BO.0101	0,00	64.991,20	0,00	0,00
		135115	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.689,50	0,00	0,00
		135115	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	9.842,89	0,00	0,00
		135115	135100	20.122.0352.2272.0001	476.298,35	0,00	0,00	0,00
		135115	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	134.528,93	900,00	0,00
		135115	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	6.218,68	0,00
		135115	135100	20.122.0360.2272.0001	0,00	1.170,00	0,00	0,00
		135115	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	240,05	0,00	0,00
		135115	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	391,53	0,00	0,00
		135115	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	21.908,88	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Recebido	135115	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	1.386,80	0,00	0,00
		135115	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	8.715.267,04
		135115	135100	28.846.0901.0022.0001	30.467,56	0,00	0,00	0,00
		135117	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	14.982,42
		135447	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	247.740,33
		135597	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	910,00	0,00	0,00
		135598	135101	08.605.1049.2802.0001	0,00	8.417,34	0,00	0,00
		135115	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	380.000,00	0,00	0,00
		135115	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	266,59	0,00	0,00
		135597	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	910,00	0,00	0,00
		135597	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	8.417,34	0,00	0,00
		135458	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	208,00	0,00	0,00
		135458	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	10.747,04	0,00	0,00
		135458	135100	20.122.0350.2272.0001	0,00	2.922,13	0,00	0,00
		135458	135100	20.122.0352.2272.0001	2.628,91	0,00	0,00	0,00
		135458	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	36.853,62	577,51	0,00
		135458	135100	20.122.0360.2272.0001	0,00	6.228,26	0,00	0,00
		135458	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	5,05	0,00	0,00
		135458	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	3.640,55	0,00	0,00
		135458	135100	20.126.0352.4702.0001	0,00	1.799,67	0,00	0,00
		135458	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	980,65	0,00	0,00
		135458	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	37.124,76	0,00	0,00
		135458	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	6.029,37	0,00	0,00
		135458	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	88,00	0,00	0,00
		135458	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	1.032,76
		135458	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	455,14	0,00	0,00
		135458	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	2.903,13	0,00	0,00
		135559	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	719,85	0,00	0,00
		135559	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	14.948,02	0,00	0,00
		135311	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	26,73	0,00	0,00
		135312	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	233.042,22
		135458	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	0,03	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Recebido	135559	135347	08.306.1049.2798.0001	0,00	1.287,66	0,00	0,00
		135141	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	449,90	0,00	0,00
		135141	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	280.416,99	0,00	0,00
		135141	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	46.816,54	0,00	0,00
		135141	135100	20.122.0350.2272.0001	0,00	3,47	0,00	0,00
		135141	135100	20.122.0352.2272.0001	242.198,54	0,00	0,00	0,00
		135141	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	529.884,57	770,00	0,00
		135141	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	2.492,00	0,00	0,00
		135141	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	616,36	0,00	0,00
		135141	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	353,03	0,00	0,00
		135141	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.795,00	0,00	0,00
		135141	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	10.296,35	0,00	0,00
		135141	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	2.647,60	0,00	0,00
		135141	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	1.929,30	0,00	0,00
		135141	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	210.654,50
		135141	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	46,23	0,00	0,00
		135141	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	15,09	0,00	0,00
		135141	135100	21.122.0351.2B83.0001	0,00	358,90	0,00	0,00
		135141	135100	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	228,64
		135141	135100	28.846.0901.0022.0001	35.852,41	0,00	0,00	0,00
		135141	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	4.142,44	0,00	0,00
		135141	135347	08.306.1049.2798.0001	0,00	22.075,70	0,00	0,00
		135141	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	24.956,98	0,00	0,00
		135142	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	13.487,95	0,00	0,00
		135142	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	659,41	0,00	0,00
		135143	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	389.634,31
		135145	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	770,50	0,00	0,00
		135146	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.054,07	0,00
		135148	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.943,02	0,00	0,00
		135149	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.179,25	0,00
		135152	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	3.249,00	0,00	0,00
		135153	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	20,00	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Recebido	135153	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	45.364,41	0,00	0,00
		135153	135167	08.244.1049.2792.0001	0,00	553.242,60	0,00	0,00
		135153	135167	08.605.1049.2802.0001	0,00	88.329,03	0,00	0,00
		135153	135168	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	94.569,84
		135153	135428	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	213.413,34
		135410	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	4.028,89	0,00
		135427	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	8.100,13
		135170	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	10.662,93	0,00	0,00
		135170	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	25.045,74	0,00	0,00
		135170	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	56.105,32	0,00	0,00
		135170	135100	20.122.0352.2272.0001	31.828,10	0,00	0,00	0,00
		135170	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	134.548,45	2.521,78	0,00
		135170	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	2.934,00	0,00	0,00
		135170	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	4.412,67	0,00	0,00
		135170	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	22.003,74	0,00	0,00
		135170	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	2.601,77	0,00	0,00
		135170	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	1.150,00	0,00	0,00
		135170	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	5.963,10	0,00	0,00
		135170	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	1.433,24
		135170	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	1.057,44	0,00	0,00
		135170	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	14.542,02	0,00	0,00
		135170	135100	28.846.0901.0022.0001	0,00	6.036,86	0,00	0,00
		135171	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	2.452,62	0,00	0,00
		135171	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	0,01	0,00	0,00
		135172	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	3.350,90
		135429	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	196,70
		135182	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	887,63	0,00	0,00
		135182	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	0,02	0,00	0,00
		135182	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	33.246,45	0,00	0,00
		135182	135100	20.122.0352.2272.0001	31.450,00	0,00	0,00	0,00
		135182	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	44.167,31	1.752,00	0,00
		135182	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.650,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
vimentação Inte	Recebido	135182	135100	20.122.0360.2272.0001	0,00	136,40	0,00	0,00
		135182	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	730,39	0,00	0,00
		135182	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	614,00	0,00	0,00
		135182	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	2.705,26	0,00	0,00
		135182	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	460,00	0,00	0,00
		135182	135100	20.605.0350.2825.0001	0,00	1.067,38	0,00	0,00
		135182	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	37.277,27
		135182	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	11.923,67	0,00	0,00
		135182	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	870,15	0,00	0,00
		135186	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	19.135,68	0,00	0,00
		135186	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	109.718,39	34.242,26	0,00
		135192	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	22,00	0,00	0,00
		135192	135100	20.122.0352.2272.0001	28.070,00	0,00	0,00	0,00
		135192	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	294.280,13	0,00	0,00
		135192	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	600,00	0,00	0,00
		135192	135100	20.122.0360.2272.0001	0,00	754,79	0,00	0,00
		135192	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	239,96	0,00	0,00
		135192	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	2.028,47	0,00	0,00
		135192	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.486,82	0,00	0,00
		135192	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	385,33	0,00	0,00
		135192	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	30.155,85	0,00	0,00
		135192	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	2.996,72	0,00	0,00
		135192	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	77.099,90
		135192	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	9,67	0,00	0,00
		135192	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	7.763,15	0,00	0,00
		135043	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	2.628.303,66
		135209	135100	08.244.1133.4963.0001	0,00	1.500,00	0,00	0,00
		135209	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	9.096,09	0,00	0,00
		135209	135100	20.122.0352.2272.0001	70.134,61	0,00	0,00	0,00
		135209	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	352.133,79	800,00	0,00
		135209	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	76.500,00	0,00
		135209	135100	20.122.0360.2272.0001	0,00	566,71	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Recebido	135209	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	160,98	0,00	0,00
		135209	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	7.631,54	0,00	0,00
		135209	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	100,00	0,00	0,00
		135209	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	24.580,46	0,00	0,00
		135209	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	4.489,33	0,00	0,00
		135209	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	6.580,12	0,00	0,00
		135210	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	350,70	0,00	0,00
		135211	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	5.243.241,46
		135215	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	961,94	0,00	0,00
		135216	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	53.488,67	0,00	0,00
		135216	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	9.480,92	105,00	0,00
		135216	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	524,35	0,00	0,00
		135224	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	2.396,70	0,00	0,00
		135224	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	10,79	0,00	0,00
		135446	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.054,71	0,00	0,00
		135539	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	104,74	0,00	0,00
		135539	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	9.418,62	0,00	0,00
		135539	135100	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	864,00
		135209	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	300,18	0,00	0,00
		135209	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	-554,91	0,00	0,00
		135209	135347	21.122.0351.2B83.0001	0,00	298,97	0,00	0,00
		135539	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	54,85	0,00	0,00
		135539	135347	08.306.1049.2798.0001	0,00	308,20	0,00	0,00
		135242	135100	20.122.0352.2272.0001	75.482,79	0,00	0,00	0,00
		135242	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	14.711,10	0,00	0,00
		135242	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	452,00	0,00	0,00
		135242	135100	20.126.0352.4702.0001	0,00	370,01	0,00	0,00
		135242	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	40,00	0,00	0,00
		135242	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	288,17	0,00	0,00
		135242	135100	20.301.0352.20CW.0001	0,00	430,55	0,00	0,00
		135242	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	5.924,36	0,00	0,00
		135242	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	119,10	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Recebido	135242	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	32.014,59
		135242	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	32,96	0,00	0,00
		135242	135100	28.846.0901.0022.0001	0,00	13.432,72	0,00	0,00
		135245	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	507,00	0,00	0,00
		135393	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	0,40	0,00	0,00
		135243	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	23,07	0,00	0,00
		135476	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	0,01	0,00	0,00
		135476	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	4.411,07	0,00	0,00
		135476	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	5.368,02	0,00	0,00
		135476	135100	20.122.0352.2272.0001	66.409,68	0,00	0,00	0,00
		135476	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	51.740,43	0,00	0,00
		135476	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	16,17	0,00	0,00
		135476	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	1.170,14	0,00	0,00
		135476	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	568,22	0,00	0,00
		135476	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	12.244,67	0,00	0,00
		135476	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	1.833,20	0,00	0,00
		135476	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	79,80	0,00	0,00
		135476	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	12.941,51
		135476	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	71,09	0,00	0,00
		135476	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	1.478,28	0,00	0,00
		135476	135100	20.692.0352.4710.0001	0,00	295,67	0,00	0,00
		135476	135100	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	204,00
		135476	135100	28.846.0901.0022.0001	57.547,09	10.765,00	0,00	0,00
		135285	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	0,01	0,00	0,00
		135285	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	22.073,41	0,00	0,00
		135285	135100	20.122.0352.2272.0001	463.087,71	0,00	0,00	0,00
		135285	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	30.603,55	7.777,74	0,00
		135285	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	19.701,00	0,00
		135285	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	147,76	0,00	0,00
		135285	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	382,31	0,00	0,00
		135285	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	8.625,10	0,00	0,00
		135285	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	55,13	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Recebido	135285	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	79.122,36
		135285	135100	20.605.0352.2130.0001	9.501,89	0,00	0,00	0,00
		135285	135347	06.182.1029.22BO.0101	0,00	2.785,00	0,00	0,00
		135286	135100	06.182.1029.22BO.0101	0,00	11.263,31	0,00	0,00
		135286	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	929,08	0,00	0,00
		135287	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	73.159,47
		135304	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	3.714,22	0,00	0,00
		135438	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	3.100,00
		135563	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	40.041,96	0,00	0,00
		135181	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	891.318,08
		135345	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	46.702,37	2.565,94	0,00
		135345	135100	20.122.0360.2272.0001	0,00	324,99	0,00	0,00
		135345	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	11,18	0,00	0,00
		135345	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	28.660,00	0,00	0,00
		135345	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	82.045,60	0,00	0,00
		135345	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	238,10	0,00	0,00
		135345	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	233,07	0,00	0,00
		135345	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	205,97	0,00	0,00
		135345	135100	20.692.0352.4710.0001	0,00	646,62	0,00	0,00
		135463	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	40.194,38
		135265	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	175,19	0,00	0,00
		135265	135100	20.122.0352.2272.0001	64.610,10	0,00	0,00	0,00
		135265	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	190.060,89	6.262,00	0,00
		135265	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	676,00	586,79	0,00
		135265	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	5.872,78	0,00	0,00
		135265	135100	20.126.0352.4702.0001	0,00	103,00	0,00	0,00
		135265	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	131,21	0,00	0,00
		135265	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	12.125,19	0,00	0,00
		135265	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	5.929,63	0,00	0,00
		135265	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	1.111,16	0,00	0,00
		135265	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	1.194,52	0,00	0,00
		135266	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	0,02	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Recebido	135266	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	1.647,23	0,00	0,00
		135267	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	4.265.874,51
		135270	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	600,74	0,00	0,00
		135270	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	8.250,00	0,00	0,00
		135271	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.621,77	0,00	0,00
		135271	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	29.569,96	0,00
		135271	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	202,16	0,00	0,00
		135437	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	22.991,70
		135544	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	11.303,42	0,00	0,00
		135544	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	25.043,00	0,00	0,00
		135545	135347	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	1.564.062,64
		135305	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	20,02	0,00	0,00
		135305	135100	20.122.0350.2272.0001	0,00	50,00	0,00	0,00
		135305	135100	20.122.0352.2272.0001	70.361,58	0,00	0,00	0,00
		135305	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	698.951,91	584,75	0,00
		135305	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	808,37	0,00	0,00
		135305	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	5.443,38	0,00	0,00
		135305	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.844,35	0,00	0,00
		135305	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	13.628,67	0,00	0,00
		135305	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	1.088,35	0,00	0,00
		135305	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	259,91	0,00	0,00
		135305	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	1.780,26	0,00	0,00
		135305	135100	28.846.0901.0022.0001	0,00	0,00	5.890,52	0,00
		135305	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	19.096,25	0,00	0,00
		135306	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	7,51	0,00	0,00
		135561	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	0,99	0,00	0,00
		135457	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	100,00	0,00	0,00
		135457	135100	20.122.0352.2272.0001	183.890,58	0,00	0,00	0,00
		135457	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	10.173,96	197,05	0,00
		135457	135100	20.122.0360.2272.0001	0,00	1.176,68	0,00	0,00
		135457	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	1.962,60	0,00	0,00
		135457	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.450,90	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Recebido	135457	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	12.256,01	0,00	0,00
		135457	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	7.543,63	0,00	0,00
		135457	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	2.028,65	0,00	0,00
		135457	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	418,90	0,00	0,00
		135457	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	1.128,49	0,00	0,00
		135457	135100	28.846.0901.0022.0001	9.303,29	0,00	0,00	0,00
		135533	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	48,00	0,00	0,00
		135533	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	200,00	0,00	0,00
		135533	135347	08.306.1049.2798.0001	0,00	7.919,00	0,00	0,00
		135567	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	43.819,70	0,00	0,00
		135461	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	78,00	0,00	0,00
		135461	135100	20.122.0352.2272.0001	95.990,72	0,00	0,00	0,00
		135461	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	76.738,19	31,44	0,00
		135461	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.530,00	0,00	0,00
		135461	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	0,76	0,00	0,00
		135461	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	1.051,98	0,00	0,00
		135461	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	6.086,20	0,00	0,00
		135461	135347	08.306.1049.2798.0001	0,00	9.582,91	0,00	0,00
		135461	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	6.265,70	0,00	0,00
		135461	135347	21.605.0351.2B81.0001	0,00	7,78	0,00	0,00
		135436	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	18.244,29
		135554	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	9.000,00	0,00	0,00
		135557	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	142,12	0,00	0,00
		135587	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	196.562,50	0,00	0,00
		135587	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	13.140,33	0,00	0,00
		135587	135100	20.122.0352.2272.0001	30.083,86	0,00	0,00	0,00
		135587	135100	20.122.0352.2272.0001	5.015,18	100,00	0,00	0,00
		135587	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	425,17
		135587	135100	21.605.0351.2B81.0001	0,00	17.949,98	0,00	0,00
		135587	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	154.702,04
		135315	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.957,12	0,00	0,00
		135315	135100	20.122.0352.2272.0001	255.988,12	0,00	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Recebido	135315	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	351.919,73	511,01	0,00
		135315	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	564,84	3.778,32	0,00
		135315	135100	20.122.0360.2272.0001	0,00	1.115,91	0,00	0,00
		135315	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	3.031,00	0,00	0,00
		135315	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	200,00	0,00	0,00
		135315	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	24.918,30	0,00	0,00
		135315	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	3,00	0,00	0,00
		135315	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	1.027,30	0,00	0,00
		135315	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	17.866.366,26
		135315	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	51,05	0,00	0,00
		135315	135100	28.846.0901.0022.0001	0,18	0,00	0,00	0,00
		135315	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	3.887,74	0,00	0,00
		135315	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	26.850,94	0,00	0,00
		135315	135347	21.122.0351.2B83.0001	0,00	77.657,46	0,00	0,00
		135318	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	9.790,62	0,00	0,00
		135276	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	67,27	0,00	0,00
		135278	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	40,33	0,00	0,00
		135279	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	2.209.756,18
		135284	135100	06.182.1029.22BO.0001	0,00	501,50	0,00	0,00
		135284	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	0,02	0,00	0,00
		135284	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	1.637,80	0,00	0,00
		135284	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	1.003,21	0,00	0,00
		135284	135100	20.122.0352.2272.0001	18.870,00	0,00	0,00	0,00
		135284	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	53.223,28	3.750,95	0,00
		135284	135100	20.122.0360.2272.0001	0,00	531,24	0,00	0,00
		135284	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	1.687,65	0,00	0,00
		135284	135100	20.126.0352.4702.0001	0,00	11.650,00	0,00	0,00
		135284	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	700,00	0,00	0,00
		135284	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	21.023,00	0,00	0,00
		135284	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	27.343,20	0,00	0,00
		135284	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	140.595,07
		135284	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	6.867,11	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Recebido	135284	135100	28.846.0901.0022.0001	191.810,19	0,00	0,00	0,00
		135445	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	64.347,94
		135549	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	7.708,74	0,00	0,00
		135549	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	807,22	0,00	0,00
		135549	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	869,49	0,00	0,00
		135325	135100	20.122.0352.2272.0001	27.422,12	0,00	0,00	0,00
		135325	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	81.655,43	1.015,36	0,00
		135325	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	4.368,00	93,31	0,00
		135325	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	518,01	0,00	0,00
		135325	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	2.675,63	0,00	0,00
		135325	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	15.597,64	0,00	0,00
		135325	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	536,00	0,00	0,00
		135325	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	430,52	0,00	0,00
		135325	135100	20.605.0350.2825.0001	0,00	1,00	0,00	0,00
		135325	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	27,00	0,00	0,00
		135325	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	49,33	0,00	0,00
		135325	135100	28.846.0901.0022.0001	12.580,00	0,00	0,00	0,00
		135325	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	5.137,40	0,00	0,00
		135325	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	17.624,06	0,00	0,00
		135326	135100	20.122.0350.2272.0001	0,00	56.192,79	0,00	0,00
		135326	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	340,39	0,00	0,00
		135327	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	310.402,94
		135331	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	3.075,00	0,00	0,00
		135331	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	10,64	0,00	0,00
		135443	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	321.794,01
		135486	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	3.045,50	0,00	0,00
		135531	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	295,00	0,00	0,00
		135555	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	15,11	0,00	0,00
		135555	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	807,71	0,00	0,00
		135337	135100	08.306.1049.2798.0001	0,00	31,24	0,00	0,00
		135337	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	72.466,88	0,00	0,00
		135337	135100	20.122.0352.2272.0001	23,92	0,00	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Recebido	135337	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	40.766,79	424,01	0,00
		135337	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	412,50	0,00
		135337	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	764,62	0,00	0,00
		135337	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	1.466,22	0,00	0,00
		135337	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	247,80	0,00	0,00
		135337	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	52.254,23	0,00	0,00
		135337	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	93.385,95
		135337	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	238,20	0,00	0,00
		135337	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	6.503,43	0,00	0,00
Movimentação Externa	Recebido	110008	135100	20.602.1342.7618.0001	0,00	212.460,00	0,00	0,00
		130137	135100	20.122.0350.2272.0001	0,00	1.153.443,40	0,00	0,00
		130137	135100	20.605.0350.2825.0001	0,00	650.000,00	0,00	0,00
		280102	135100	23.122.0412.2272.0001	0,00	80.150,85	0,00	0,00
		280106	135100	20.122.1409.2272.0001	0,00	181.089,58	0,00	0,00
		420012	135100	20.122.0360.2272.0001	0,00	581.000,00	0,00	0,00
		490002	135100	21.122.0351.2B83.0001	0,00	4.380.000,00	0,00	0,00
		490002	135100	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	34.000.000,00
		530012	135100	06.182.1029.22B0.0101	0,00	2.235.000,00	0,00	0,00
		530012	135100	06.182.1029.22BO.0103	0,00	2.637.082,52	0,00	0,00
		550008	135100	08.244.1049.2792.0001	0,00	69.300.000,00	0,00	0,00
		550008	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	18.085.000,00	0,00	0,00
		550008	135100	08.244.1133.4963.0001	0,00	600.000,00	0,00	0,00
		550008	135100	08.306.1049.7980.0001	0,00	385.915.000,00	0,00	0,00
	Enviakdo	135100	110008	20.602.1342.7618.0001	0,00	212.460,00	0,00	0,00
		135100	130137	20.122.0350.2272.0001	0,00	235.546,02	0,00	0,00
		135100	130137	20.605.0350.2825.0001	0,00	94.375,37	0,00	0,00
		135100	280102	23.122.0412.2272.0001	0,00	3.151,19	0,00	0,00
		135100	280106	20.122.1409.2272.0001	0,00	56.000,82	0,00	0,00
		135100	420012	20.122.0360.2272.0001	0,00	174.542,54	0,00	0,00
		135100	490002	21.122.0351.2B83.0001	0,00	1.202.371,88	0,00	0,00
		135100	490002	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	200.881,85
		135100	530012	06.182.1029.22BO.0103	0,00	2.049.870,58	0,00	0,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital	
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Externa	Enviado	135100	530012	06.182.1029.22BO.1003	0,00	2.619.929,36	0,00	0,00
		135100	550008	08.244.1049.2792.0001	0,00	7.452.191,36	0,00	0,00
		135100	550008	08.605.1049.2802.0001	0,00	6.031.907,38	0,00	0,00
		135100	550008	08.244.1133.4963.0001	0,00	596.012,40	0,00	0,00
		135100	550008	08.306.1049.2798.0001	0,00	5.688,99	0,00	0,00

Fonte: Siafi